



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
E LITERATURA – PPGLL



JOSÉ NILDO BARBOSA DE MELO JUNIOR

**RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS E SIMÉTRICAS NO GÊNERO DISCURSIVO
ENTREVISTA RADIOJORNALÍSTICA DE UMA EMISSORA PÚBLICA
ALAGOANA**

JOSÉ NILDO BARBOSA DE MELO JUNIOR

**RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS E SIMÉTRICAS NO GÊNERO DISCURSIVO
ENTREVISTA RADIOJORNALÍSTICA DE UMA EMISSORA PÚBLICA
ALAGOANA**

Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Linguística, na área de concentração Linguística e linha de pesquisa Linguística Aplicada e processos textual-enunciativos, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos.

Maceió - AL
2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4/1459

M528r Melo Junior, José Nildo Barbosa de.
 Relações assimétricas e simétricas no gênero discursivo entrevista
 radiojornalística de uma emissora pública alagoana / José Nildo Barbosa de Melo
 Junior. – 2021.
 418 f.: il.

Orientadora: Maria Francisca Oliveira Santos.
Tese (doutorado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de
Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e
Literatura. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 387-402.
Anexos: f. 403-418.

1. Mecanismos crítico-conversacionais. 2. Entrevista oral. 3. Relações
assimétricas e simétricas. 4. Radiojornalismo alagoano. I. Título.

CDU: 801:303.62



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ NILDO BARBOSA DE MELO JUNIOR

Título do trabalho: “RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS E SIMÉTRICAS NO GÊNERO DISCURSIVO ENTREVISTA RADIOJORNALÍSTICA DE UMA EMISSORA PÚBLICA ALAGOANA”

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos Xavier (UFPE)

Prof. Dr. Eduardo Pantaleão de Moraes (UNEAL)

Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva (USP)

Prof. Dra. Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima (PPGLL/Ufal)

Prof. Dra. Flávia Colen Meniconi (PPGLL/Ufal)

Maceió, 17 de setembro de 2021.

À **minha mãe Helenilda** e ao **meu esposo Eduardo**, por me fortalecerem nos momentos de luta e me acompanharem nas minhas alegrias e conquistas.

Ao **meu irmão Leonardo**, por me mostrar que não há batalha maior do que aquela pela vida e dar o exemplo de que nunca devo parar de lutar.

AGRADECIMENTOS

Pegue os limões e faça uma boa limonada. Essas palavras que introduzem meus agradecimentos, de um professor que me inspira a ser um professor melhor, fizeram-me refletir sobre a necessidade de transformar momentos difíceis por que passei durante o processo de doutoramento e passar a enxergá-los com outro olhar. Na vida e no doutorado, entre alegrias e desapontamentos, houve um movimento contínuo de aprendizado. Os encontros e reencontros comigo mesmo foram necessários, todos os dias, para eu melhorar como ser humano, porque, se assim não o fosse, o título que conquistei de nada adianta.

Como afirma Clarice Lispector, “Perder-se também é caminho”, e foi assim que, em meio a tantas dificuldades, por vezes, várias vezes, parei, respirei fundo, perdi-me diante das minhas limitações, fortaleci-me e recomecei a partir de constantes atos de corrigir minhas falhas, repensar minhas ações, minhas palavras e meus passos, buscando novos caminhos e novas formas de caminhar. Obtive perdas e ganhos, todos fundamentais para ressignificar as minhas identidades e a minha vida. Poderei alcançar o título de mais alto nível da carreira acadêmica que alguém pode alcançar. Se obter uma conquista dessas não é fácil para um sujeito social, imagine para aqueles como eu, cujas identidades se inserem em grupos sociais marginalizados. A batalha continua, pois é difícil sobreviver num mundo com tantas desigualdades e injustiças sociais.

Quero agradecer, primeiramente, a Deus, por me fortalecer nas adversidades, estar comigo em todos os momentos e dar sentido à minha caminhada. Ele conhece todos os desejos do meu ser, ilumina minha vida e meu caminho e me dá sabedoria ao longo de percursos como este.

À minha família que tanto amo e a quem sou grato, por compreender minha necessidade de cursar o mestrado e o doutorado, entender minhas ausências, mesmo quando eu estava presente. Ao meu esposo Eduardo, grande companheiro de vida, agradeço a família que constituímos, por compartilhar a vida boa comigo e a difícil também, por dialogarmos sobre a vida, a linguagem e a nossa família, por me ajudar a reconhecer os bons frutos e o lado bom dessa caminhada, em meio às abdições e aos momentos difíceis. Eduardo me acompanhou ao longo de todo o meu processo

de formação acadêmica, desde a graduação até o doutorado, crescemos juntos, e isso me deixa muito orgulhoso.

Aos meus pais, Helenilda Maria dos Santos Melo e José Nildo Barbosa de Melo, agradeço o amor e a compreensão da importância de um filho em suas vidas, valorizar quem sou é uma prova de amor, e é isto que importa nesta vida, o amor e o respeito em todas as suas formas de manifestação. Aos meus irmãos, Leonardo Santos de Melo e Edlayne Santos de Melo, agradeço o amor, a admiração e o respeito ao irmão mais velho que sempre quer vê-los bem. À Thyka, pessoa que amo e sempre está presente em minha vida. Aos meus sobrinhos muito amados, Francisco, Fernando, Pedro e João. Aos meus sogros, Elizabete Pantaleão de Moraes e Antônio Cândido de Moraes, pessoas maravilhosas que tanto me ajudaram e me acolheram em nossa família que amo e da qual me orgulho de ser parte. Agradeço aos meus cunhados, pessoas amadas e tão importantes em minha caminhada e de Edu; Eritânia Pantaleão, Alexandre Carvalho, Edson Pantaleão e Willany Alves, muito obrigado!

Agradeço aos meus avós paternos e padrinhos, Senhor José Pereira de Melo e Quitina Barbosa de Melo (*in memoriam*), o amor e o cuidado que me foram dados, gestos que me fizeram sentir tão amado. Minha avó e madrinha Quitina dizia na minha infância: “Estude, meu filho, estude. Eu e seu avô não temos muito estudo, mas, se pudéssemos voltar ao tempo, teríamos feito diferente. Então, o que a gente pode dizer é que você estude”. Palavras simples, mas tão importantes, que denotam o reconhecimento do quão fundamental é estudar. Quero também mencionar tia Lu, Luiza Pereira de Lima, pessoa que amo muito, e lhe agradecer suas palavras de incentivo, seu amor e carinho durante a minha caminhada, sempre reiterando a importância de ter fé e seguir adiante.

Aos meus tios e primos, pessoas especiais com quem compartilhei bons momentos, agradeço o amor, o carinho, o respeito, o apoio e a admiração. Posso incorrer na injustiça de esquecer alguém, mas a lembrança se mantém guardada em minha memória, e os momentos com essas pessoas são evocados em algum momento. Mesmo assim, menciono nomes importantes: Tia Sil, Tia Gal, Tio Fábio, Tio Zé, Tia Zena e Tia Nete; minhas primas Kátia, Patrícia, Lúcia, Lucélia, Lidyanne, Sabrina, Roberta, meu primo Jenilson, minha comadre Liliane e meu afilhado Arthur.

Agradeço à Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos a parceria e a confiança em meu potencial de estudante e pesquisador, desde 2012. Reitero minhas palavras,

já ditas a ela, sobre seu compromisso com a ciência/a pesquisa, o conhecimento e o ensino e acerca de como os seus ensinamentos, sua sabedoria e a profundidade de seus conhecimentos fazem a diferença na trajetória profissional de tantas pessoas, como fez na minha. Muito do que aprendi, agradeço a ela, foram muitas tardes e noites de estudo, sábados, domingos e feriados despendidos, num percurso difícil e longo, mas recompensador. Muito obrigado, Maria, por todo o aprendizado e por contribuir com meu amadurecimento, crescimento e meu sucesso!

Quero agradecer a todos os professores que contribuíram para lapidar esta tese. Ao Prof. Dr. Deywid Wagner de Melo, agradeço suas contribuições teóricas no exame de qualificação para o melhoramento deste trabalho, suas palavras de apoio e de incentivo durante o percurso do mestrado e do doutorado. Deywid, você é um ser humano sensível às injustiças sociais e reafirma isso em sua trajetória.

Gostaria de agradecer à Profa Dra. Fabiana Pincho de Oliveira, por me receber tão gentilmente na Fale, por acreditar que a minha vinda à Ufal era possível, num momento de limites evidentes entre a graduação numa faculdade privada e uma pós-graduação *stricto sensu* na universidade pública federal. Fabiana, agradeço muito suas contribuições no exame de qualificação para o aprimoramento desta tese.

À Profa. Dra. Rita Souto, agradeço as suas aulas, tão importantes para o meu crescimento pessoal e docente, bem como as suas palavras, tão necessárias num momento decisivo de minha escrita. Professora, muito obrigado por me ajudar a aperfeiçoar esta tese com suas observações pertinentes e a refletir sobre as práticas discursivas de linguagem, muito obrigado por fazer parte do PPGLL, por ser uma excelente profissional e pessoa humana. Reitero que a senhora foi, é e será muito importante para a formação de muitos sujeitos.

Ao Prof. Dr. Sérgio Ifa, que me deu a oportunidade de refletir sobre tantas questões sociais na minha pesquisa, questões metodológicas, confiou em meu trabalho por ocasião da organização do primeiro colóquio em Letras e Linguística do PPGLL e me ajudou em alguns descompassos durante o meu percurso. Sérgio, muito obrigado por ser um excelente professor, pesquisador e ser humano, em quem também enxerguei leveza nesse percurso acadêmico tão árduo.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos Xavier, por quem nutro grande admiração, desde que o conheci em seu livro *A linguagem do rádio*, agradeço seus conhecimentos, sua gentileza, sua solicitude e seus escritos, todos de grande valia,

para compor a escrita do trabalho. Professor, muito obrigado por fazer parte deste momento superimportante em minha carreira acadêmica e profissional e pela leitura cuidadosa desta tese.

Sou grato ao Prof. Dr. Eduardo Pantaleão de Moraes, grande ser humano, professor e pesquisador, pelas observações pertinentes. Muito obrigado por potencializar em mim a vontade de ser um grande professor e por contribuir para eu me tornar professor do Instituto Federal de Alagoas, muito obrigado por todos os diálogos sobre a minha pesquisa, por suscitar reflexões a respeito desta tese e me fazer questionar a simetria e a assimetria na interação verbal.

À Profa Dra. Flávia Colen Meniconi, pessoa iluminada, de uma energia maravilhosa e contagiante, excelente profissional e pesquisadora, agradeço por ter aceitado participar deste momento e contribuído para o aperfeiçoamento deste trabalho. Flávia, é sempre uma enorme alegria trabalhar contigo, não me canso de ressaltar isso.

Ao Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva, agradeço sua gentileza em nosso primeiro contato, numa troca de e-mails. Professor, como estudante da Análise da Conversação, desde o mestrado, tenho-o como exímia referência desses estudos e agradeço sua acolhida, suas contribuições teóricas, a relevância social de seu trabalho docente e do desenvolvimento de pesquisas que denotam a importância das Ciências Linguísticas e Humanas neste país. Muito obrigado por seus apontamentos para o aprimoramento deste trabalho!

Às Profas. Dras. Sônia Cristina Simões Felipeto e Maria Célia Cortez Passetti, agradeço muito por gentilmente aceitarem compor a banca de defesa, grandes profissionais e pesquisadoras da linguagem, por quem tenho grande apreço e carinho.

Ao PPGLL, agradeço o esforço despendido para manter a única pós-graduação *strictu sensu* em Linguística e Literatura, de Alagoas, e atuar na formação de tantos profissionais que se vinculam a diversas instituições pelo Brasil e pelo mundo afora. Muito obrigado a todos, aos técnicos da Fale e do PPGLL e aos representantes discentes, que se esforçaram para realizar um bom trabalho, sobretudo em tempos difíceis. Aos professores-coordenadores Sérgio Iffa, Ana Cláudia Aymoré, Paulo Stela, Telma Magalhães, Miguel Oliveira e Ana Clara Magalhães; aos técnicos Johnny Calheiros, Wesslen Nicácio, Ermans Quintela e Pedro Holanda; e aos servidores que colaboraram com a segurança e a limpeza da nossa Fale, muito obrigado!

Aos meus professores no mestrado e no doutorado, Inez Matoso, Maria Francisca, Núbia Bakker, Luiz Fernando, Sérgio Ifa, Jozefh Queiroz, Rita Zozzoli, Rita Souto, Cristina Felipeto, Lúcia de Fátima, Socorro Aguiar, Belmira Magalhães e Telma Magalhães, com os quais tive a oportunidade de estabelecer interlocuções, agradeço todos os conhecimentos adquiridos, as reflexões suscitadas e as grandes contribuições que deram à minha formação intelectual como professor, pesquisador e linguista. Muito obrigado a todos os demais professores que promoveram palestras, congressos, encontros, colóquios e tantos outros eventos científicos para engendrar diálogos fundamentais à formação dos estudantes do PPGLL. Professores, muito obrigado por ratificarem a grande relevância social das Ciências Linguísticas e Humanas!

À Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agradeço a concessão de bolsa de pesquisa durante o período de realização do mestrado e do doutorado. A distribuição de bolsas de pesquisa é fruto de políticas públicas de governos que compreendem a importância da ciência/da pesquisa e da educação pública de qualidade. São essas ações que contribuem para a formação de milhares de profissionais e pesquisadores e para o progresso deste país.

Ao querido JMO, que, em meio a todas as suas atribuições, auxiliou-me na coleta das entrevistas que constituíram o *corpus* desta tese, agradeço seu apoio, sua atenção e solicitude. Aos queridos Roberto Amorim e Rachel Fiuza, que, gentilmente, disponibilizaram bibliografia sobre a temática do radiojornalismo.

Ao Instituto Federal de Alagoas, em especial ao Câmpus Viçosa, nas pessoas dos meus coordenadores, Prof. Elinaldo Ramos, Prof. Bruno Rodrigo T. Araujo, Profa. Ana Carla de Carvalho e Profa. Emanuele Tuane Silva, agradeço o apoio e a compreensão no ato de finalização desta tese de doutoramento.

Ao Colégio Dinâmico, agradeço por compreender a minha necessidade de formação acadêmica, flexibilizar meus horários e dar o apoio e o espaço necessários para que eu pudesse me ausentar em alguns momentos de congressos e de aulas do doutorado. Agradeço à Seune, nas pessoas de Graciliana, Matilde, Vanina, Heliana, Carol, Eliana e Lana, a confiança em meu trabalho e o apoio para o processo de doutoramento. Muito obrigado a todas as instituições públicas e privadas, de que fiz parte e que confiaram nas minhas qualidades profissionais.

A todos os professores, parceiros de trabalho nas instituições por que passei, com os quais dialoguei prazerosamente, mesmo que por um breve espaço de tempo, agradeço o respeito e os diálogos estabelecidos. Gostaria de mencionar algumas pessoas maravilhosas com quem trabalhei e que me apoiaram nos cursos de mestrado e de doutoramento: Ítalo Almeida, Ana Paula Sabino, Laudénice Lins, Miguel Cássio Lessa, Clesivaldo Almeida, Marcos Dias, Nadson Ribeiro, Tays da Silva, Vânia Maia e Aléssia Pontes, não os tenho visto, mas agradeço o apoio e a amizade que construímos.

A todos os meus professores, desde a educação infantil até o doutorado, por terem contribuído para a minha formação intelectual, acadêmica e profissional. Orgulhosamente, passei pela Escola Municipal Rui Palmeira, no Sítio Jangada, zona rural de Paulo Jacinto; pelas Escolas Municipais 2 de Dezembro e Souza Barbosa, na zona urbana da mesma cidade; pela Escola Agrotécnica Federal de Satuba/Instituto Federal de Alagoas-Câmpus Satuba; pelo Centro Universitário Cesmac; pela Faculdade Unyleya e pela Universidade Federal de Alagoas. Professores, muito obrigado por serem grandes porta-vozes da minha transformação social e de tantas pessoas, a partir da educação neste país.

A todos os meus amigos, que conquistei ao longo desta vida, poucos, mas testados e aprovados, como diz meu esposo. Entre os quais, gostaria de destacar alguns que marcaram especialmente esse percurso do doutorado: Janeíne Válido, Dário Profírio, Camila Gomes, Roni Vitalino, Rosana Mizael, José Luciano dos Santos, Sibeli Tenório, Ana Lima, Nátaly Correia, Salete Macedo e Débora Vieira.

Aos amigos que fiz na pós-graduação, seres humanos maravilhosos que levo para além dos muros da Ufal, Ayane Almeida, René Almeida, Valfrido Nunes, Flávia Karolina, Samuel Barbosa, Érika Araújo, Islan Lisboa, Míriam Marques, Chris Agra, Káthia Leite, Sandra Cavalcante, Silma Brito, Humberto Lima, Cleide Calheiros, Aurineide Profírio e ao meu grande amigo e parceiro Max Rocha, agradeço nossas preciosas conversas, as palavras de incentivo, a força e a sensibilidade humana.

A todos os colegas da Fale e do PPGLL, agradeço os diálogos e as parcerias em meu percurso de formação e espero que realizem seus projetos de vida e de carreira. Ao Senhor Crescêncio, que não só nos forneceu os lanchinhos das manhãs e das tardes, inclusive nos horários apertados durante os quais não havia almoço, mas também, com seu entusiasmo, distraiu-nos com boas histórias e boa prosa.

Aos meus amigos de graduação, aos colegas de trabalho, aos alunos e às pessoas com quem convivi e convivo diariamente, agradeço por acreditarem no meu potencial, compartilharem comigo saberes e experiências que também contribuíram/contribuem para meu crescimento e por me incentivarem a continuar estudando. A todos/as/es que, direta ou indiretamente, colaboraram para me tornar uma pessoa e um profissional melhores, seja por meio de palavras de estímulo, seja por meio de críticas que, certamente, contribuíram para meu processo de amadurecimento.

Do cantar e do falar

Cantar,
talvez não seja tudo.
Falar,
ainda não sei.

Cantar,
as aves cantam
um canto eterno e ritmado
na ondulação das árvores
nos bosques e campinas.

Falar,
falam e falaram
homens comuns e incomuns,
nas ruas, nas praças e nos púlpitos.

Se essas coisas doem
ainda não sei.
O que sei que dói é o silêncio
e que um dia hei de cantar,
mas sobretudo hei de falar...

Luiz Nogueira Barros

RESUMO

A dinâmica das interações verbais permite mostrar como os parceiros comunicativos constroem o texto falado e negociam suas diferenças nos múltiplos espaços sociais, a partir das ideias construídas ao longo dos turnos, quando se dão as relações de poder, evidenciadas durante a conversação, com base nos lugares sociais ocupados por tais parceiros, nos interesses e nos objetivos traçados, no contexto em que se inserem esses interactantes e em outras especificidades que constroem as relações entre ambos, em qualquer atividade conversacional. Com fundamento nessas pontuações teóricas, o presente estudo centra-se na análise das relações assimétricas e simétricas no gênero discursivo entrevista oral, no radiojornalismo público alagoano, tendo em vista que há momentos durante os quais os turnos podem se mostrar relativamente assimétricos e simétricos, assim como a interação se relativiza, devido à circularidade e ao dinamismo dos eventos interacionais ao longo da conversação. Ademais, é possível afirmar que as relações assimétricas e simétricas são estimuladas por aspectos discursivos e não discursivos – nos quais se inserem a perspectiva tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 1989, 2001), as categorias crítico-conversacionais e os componentes contextuais dos eventos discursivos –, e tais aspectos, denominados de mecanismos crítico-conversacionais, implicam a existência de tipos de assimetria e simetria crítico-conversacional. A metodologia segue a linha qualitativa (FLICK, 2009; OLIVEIRA, 2008), com análises descritivo-interpretativas, e o arcabouço teórico-metodológico apoia-se nos Estudos Conversacionais e na Análise Crítica do Discurso, sustentado por Cestero Mancera (1994), Dijk (2017a, 2017b), Fairclough (1989, 2001), Galembeck (1993, 1996, 2005), Galembeck, Silva e Rosa (1990), Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006), Marcuschi (1991, 1995), Melo Junior (2016, 2017), Melo Junior e Santos (2019), Santos (1999, 2008, 2011, 2017), entre outros. Os resultados apontam a presença de mecanismos crítico-conversacionais que delineiam as relações de poder e propiciam o surgimento da assimetria e da simetria macrossocial, microsocial e conversacional na entrevista radiojornalística alagoana. A relevância desta tese dá-se não somente por não existirem estudos acerca das relações de poder em entrevistas orais de uma emissora pública do radiojornalismo alagoano, notadamente do *corpus* deste trabalho, imbricando a Análise da Conversação Textual e Discursiva e a Análise Crítica de Discurso para sustentar as relações assimétricas e simétricas, como também por as reflexões teóricas dialogarem com os momentos de análise e mostrarem, por meio das referidas análises descritivo-interpretativas, como os referidos mecanismos crítico-conversacionais dos eventos discursivos atuaram no engendramento da assimetria e da simetria crítico-conversacional entre os sujeitos interactantes (entrevistador e entrevistado) e das relações de poder institucional.

Palavras-chave: Mecanismos crítico-conversacionais. Entrevista oral. Relações assimétricas e simétricas. Radiojornalismo alagoano.

RESUMEN

La dinámica de las interacciones verbales permite demostrar cómo los compañeros comunicativos construyen el texto hablado y negocian sus diferencias en los múltiples espacios sociales, a partir de las ideas construidas a lo largo de los turnos, cuando se dan las relaciones de poder, evidenciadas durante la conversación, con base en los sitios sociales ocupados por tales compañeros, en los intereses y objetivos trazados, en el contexto en que están inseridos esos interactuantes y en otras especificidades que construyen las relaciones entre ambos, en cualquier actividad conversacional. Con fundamentación en esos apuntes teóricos, el presente estudio se centra en el análisis de las relaciones asimétricas y simétricas en el género discursivo entrevista oral, en el radioperiodismo público *alagoano*, teniendo en cuenta que hay momentos durante los cuales los turnos pueden mostrarse relativamente asimétricos y simétricos, así como la interacción se relativiza, debido a la circularidad y al dinamismo de los eventos de interacción a lo largo de la conversación. Además, es posible afirmar que las relaciones asimétricas y simétricas son estimuladas por aspectos discursivos y no discursivos – en los que se insertan la perspectiva tridimensional del discurso (FAIRCLOUGH, 1989, 2001), las categorías crítico-conversacionales y los componentes contextuales de los eventos discursivos –, y tales aspectos, denominados mecanismos crítico-conversacionales, implican la existencia de tipos de asimetría y simetría crítico-conversacional. La metodología sigue la línea cualitativa (FLICK, 2009; OLIVEIRA, 2008), con análisis descriptivo-interpretativas, y el marco teórico-metodológico se basa en los Estudios Conversacionales y en el Análisis Crítico del Discurso, apoyado por Cestero Mancera (1994), Dijk (2017a, 2017b), Fairclough (1989, 2001), Galembeck (1993, 1996, 2005), Galembeck, Silva e Rosa (1990), Kerbrat-Orecchioni (2006), Marcuschi (1991, 1995), Melo Junior (2016, 2017), Melo Junior y Santos (2019), Santos (1999, 2008, 2011, 2017), entre otros. Los resultados apuntan la presencia de mecanismos crítico-conversacionales que delinear las relaciones de poder y propician el surgimiento de asimetría y de simetría macrosocial, microsical y conversacional en la entrevista radioperiodística *alagoana*. La relevancia de esta tesis se da no solamente por no existir estudios acerca de las relaciones de poder en entrevistas orales de una emisora pública del radioperiodismo *alagoano*, notoriamente del *corpus* de este trabajo, imbricando el Análisis de la Conversación Textual y Discursiva y el Análisis Crítico del Discurso para sostener las relaciones asimétricas y simétricas, como también por el diálogo de las reflexiones teóricas con los momentos de análisis y demostrar, por medio de las referidas análisis descriptivo-interpretativas, como los referidos mecanismos crítico-conversacionales de los eventos discursivos actuaron en el engendramiento de la asimetría y simetría crítico-conversacional entre los sujetos interactuantes (entrevistador y entrevistado) y de las relaciones de poder institucional.

Palabras clave: Mecanismos crítico-conversacionales. Entrevista oral. Relaciones asimétricas y simétricas. Radioperiodismo *alagoano*.

ABSTRACT

The dynamics of verbal interactions allows showing how the communicative partners build the spoken text and negotiate their differences in the multiple social spaces, based on the ideas had built during the shifts, when the power relations took place, showed during the conversation, occur, based on the social places occupied by such partners, in the interests and objectives outlined, in the context in which these interactants are inserted and in other specificities that had build the relationships between them, in any conversational activity. Based on these theoretical appointments, the present study focuses on the analysis of asymmetric and symmetrical relationships in the discursive oral interview genre, in Alagoas public radio journalism, considering that there are moments during which the shifts may be relatively asymmetric and symmetrical, as well as the interaction is relativized, due to the circularity and the interactional events dynamism throughout the conversation. Moreover, it is possible to affirm that asymmetric and symmetrical relationships are stimulated by discursive and non-discursive aspects – in which the three-dimensional perspective of discourse is included (FAIRCLOUGH, 1989, 2001), the critical-conversational categories and contextual components of discursive events – and such aspects, called critical-conversational mechanisms, imply the existence of types of critical-conversational asymmetry and symmetry. The methodology follows the qualitative line (FLICK, 2009; OLIVEIRA, 2008), with descriptive-interpretative analyses, and the theoretical-methodological Conversational Studies framework and Critical Discourse Analysis, supported by Cestero Mancera (1994), Dijk (2017a, 2017b), Fairclough (1989, 2001), Galembeck (1993, 1996, 2005), Galembeck, Silva and Rosa (1990), Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006), Marcuschi (1991, 1995), Melo Junior (2016, 2017), Melo Junior and Santos (2019), Santos (1999, 2008, 2011, 2017), between others. The results indicate a critical-conversational mechanisms presence that delineate power relations and promote the macrosocial emergence, microsocial and conversational symmetry in the Alagoas radiojournalism interview. The thesis relevance is given not only because there are no studies on power relations in oral interviews of a public Alagoas broadcaster Alagoas radio journalism, notably from the *corpus* of this work, involving the Analysis of Textual and Discursive Conversation and the Critical Discourse Analysis to support the asymmetric relationships and symmetrical, but also because the theoretical reflections dialogue with the moments of analysis and show, through the referred descriptive-interpretative analyses, how the afore mentioned discursive critical-conversational mechanisms events acted in the engendering of asymmetry and critical-conversational symmetry between the interacting subjects (interviewer and interviewee) and institutional power relations.

Key-words: Critical-conversational mechanisms. Oral interview. Asymmetric and symmetrical relations. Radio journalism from Alagoas.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	18
2 REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO PODER E DO DISCURSO	28
2.1 Conceitos-chave de Análise Crítica do Discurso	28
2.2 Contribuições teóricas sobre Discurso e Poder conforme Dijk (2017a, 2017b)	35
2.3 Pontuações teóricas sobre Discurso e Poder segundo Fairclough (1989, 2001).....	52
3 ASSIMETRIA, SIMETRIA E OUTROS MECANISMOS CRÍTICO- CONVERSACIONAIS.....	83
3.1 O turno conversacional	110
3.1.1 Tipologia dos turnos conversacionais	113
3.1.2 Estratégias de gestão de turno	116
3.2 Conversação na entrevista de rádio pública alagoana: diferentes modelos teóricos.....	119
3.2.1 O modelo de Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003)	119
3.2.2 O modelo de Dijk (1992)	123
3.2.3 O modelo de Cestero Mancera (1994).....	126
3.2.4 O modelo de Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006)	130
3.3 Os marcadores discursivos de poder	134
4 O GÊNERO DISCURSIVO ENTREVISTA E O RADIOJORNALISMO ALAGOANO	154
4.1 Tipologia da entrevista conforme Morin (1966, 1973), Erbolato ([1984] 2008) e Prado (1989)	167
4.2 Tipologia da entrevista segundo Chantler e Harris (1998), Balsebre (1998), McLeish (2001) e Chantler e Stewart (2006)	178
4.3 Tipologia da entrevista consoante Lage (2009), Baltar (2012) e Ferraretto (2014)	195
4.4 Os mecanismos éticos e estruturais como práticas sociodiscursivas na produção da entrevista radiojornalística	216
4.5 O radiojornalismo alagoano.....	223
5 REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E ANÁLISE DOS DADOS ORAIS	244
5.1 Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa	250

5.1.1 Classificação no tocante à natureza	250
5.1.2 Classificação no que concerne ao gênero	251
5.1.3 Classificação quanto às fontes de informação	252
5.1.4 Classificação no que se refere aos objetivos	252
5.1.5 Classificação quanto aos instrumentos de coleta de dados	252
5.1.6 Classificação com relação ao método científico.....	256
5.1.7 Classificação no que tange aos procedimentos	257
5.1.8 Classificação no que diz respeito à abordagem.....	265
5.2 Análise do evento discursivo 1	270
5.2.1 Análise do momento discursivo 1	270
5.2.2 Análise do momento discursivo 2	279
5.2.3 Análise do momento discursivo 3	285
5.2.4 Análise do momento discursivo 4	288
5.2.5 Análise do momento discursivo 5	291
5.2.6 Análise do momento discursivo 6	293
5.2.7 Análise do momento discursivo 7	298
5.2.8 Análise do momento discursivo 8	301
5.2.9 Análise do momento discursivo 9	307
5.2.10 Análise do momento discursivo 10.....	312
5.2.11 Análise do momento discursivo 11.....	317
5.2.12 Análise do momento discursivo 12.....	322
5.2.13 Análise do momento discursivo 13.....	327
5.2.14 Análise do momento discursivo 14.....	336
5.3 Análise do evento discursivo 3.....	344
5.3.1 Análise do momento discursivo 1	345
5.3.2 Análise do momento discursivo 2	357
5.3.3 Análise do momento discursivo 3	361
5.3.4 Análise do momento discursivo 4	366
5.3.5 Análise do momento discursivo 5	370
5.3.6 Análise do momento discursivo 6	376
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	380
REFERÊNCIAS	387
ANEXOS.....	403

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O acendedor de lampiões

Lá vem o acendedor de lampiões da rua!
 Este mesmo que vem infatigavelmente,
 Parodiar o sol e associar-se à lua
 Quando a sombra da noite enegrece o poente!

Um, dois, três lampiões, acende e continua
 Outros mais a acender imperturbavelmente,
 À medida que a noite aos poucos se acentua
 E a palidez da lua apenas se pressente.

Triste ironia atroz que o senso humano irrita: —
 Ele que doira a noite e ilumina a cidade,
 Talvez não tenha luz na choupana em que habita.

Tanta gente também nos outros insinua
 Crenças, religiões, amor, felicidade,
 Como este acendedor de lampiões da rua!

Jorge de Lima

Esta pesquisa, localizada na perspectiva teórica da Análise da Conversação Textual e Discursiva (doravante ACTD)¹ e da Análise Crítica do Discurso (ACD), tem por finalidade analisar como as relações assimétricas e simétricas concatenam-se em entrevistas radiojornalísticas alagoanas, ou seja, explicitar de que maneira as relações de poder² se engendram nesses eventos de fala, ao se considerar que a simetria e a assimetria podem coexistir no mesmo evento interativo³ e são influenciadas por mecanismos crítico-conversacionais⁴. Nesse sentido, este trabalho apresenta como tema as relações de poder, por meio das quais são delineadas a assimetria e a simetria crítico-conversacional na entrevista radiojornalística alagoana da esfera

¹ A terminologia Análise da Conversação Textual e Discursiva ou Análise da Conversação Brasileira será utilizada, neste trabalho, para justificar uma abordagem dos processos sociointeracionais, numa perspectiva interdisciplinar, fundamentada nos princípios da AC norte-americana, combinados com princípios teóricos de outras áreas da Macrolinguística, a exemplo da ACD, as quais explicam questões linguístico-discursivas, não discursivas e textuais (LEITE; NEGREIROS, 2014). Na Análise Crítica do Discurso, os termos texto e discurso também entram em consonância, ao se explicarem mecanismos de reprodução discursiva do poder, como aponta, por exemplo, a perspectiva tridimensional ou social de Fairclough (1989, 2001), que mostra o discurso como texto, prática discursiva e prática social.

² As relações de poder contribuem para gerar assimetrias e simetrias nas interações verbais em que mecanismos linguísticos podem atuar, decisivamente.

³ Os termos “evento de fala”, “evento interativo” e “evento discursivo” são utilizados indiferentemente, neste trabalho, para nomear o gênero entrevista, sobretudo as entrevistas analisadas. O termo “evento comunicativo” refere-se a textos falados e escritos, de forma geral. Isso se dá para que um termo não seja bastante repetido.

⁴ O termo *mecanismos crítico-conversacionais* abrange as categorias crítico-conversacionais e os componentes contextuais dos eventos discursivos, os quais suscitam tipos de assimetria e simetria crítico-conversacional, inseridos em análises que concebem o discurso como texto, prática discursiva e prática social.

pública, divididas em macrossocial, microssocial e conversacional, configurando uma contribuição deste estudo.

Do ponto de vista teórico, fundamentou-se em estudiosos da Análise da Conversação Textual e Discursiva (ACTD), representados por Cestero Mancera (1994), Galembeck (1993, 1996, 2005), Galembeck, Silva e Rosa (1990), Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006), Marcuschi (1991, 1995), Melo Junior (2016, 2017), Melo Junior e Santos (2019), Santos (1999, 2008, 2011, 2017). Além disso, o presente estudo alicerçou-se em teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD), como Fairclough (1989, 2001), Dijk (2017a, 2017b), Batista Jr., Sato e Melo (2018), Vieira e Macedo (2018) e outros.

Com base em Leite e Negreiros (2014), a Análise da Conversação Textual e Discursiva estuda as inter-relações entre os sujeitos interactantes, motivadas por mecanismos crítico-conversacionais, que suscitam relações de poder horizontais (simétricas) e/ou verticais (assimétricas), requerendo uma análise sistemática do evento interacional, com a finalidade de verificar como dois ou mais interactantes desenvolvem o tópico, a partir das ideias construídas nos turnos de fala, dos interesses e objetivos traçados, do contexto em que estão inseridos os parceiros comunicativos e de outros elementos interacionais que compõem o diálogo⁵. Isso porque as relações assimétricas e simétricas relativizam-se ao longo da interação e dos turnos conversacionais, havendo momentos ao longo dos quais os turnos podem ser mais ou menos simétricos e assimétricos nas relações interpessoais, devido ao caráter dinâmico da conversação, que contempla aspectos discursivos e não discursivos.

Os aspectos discursivos e não discursivos suscitam a assimetria e a simetria crítico-conversacional, a partir da perspectiva tridimensional do discurso jornalístico, das categorias crítico-conversacionais e dos componentes contextuais dos eventos discursivos, os quais foram chamados de mecanismos crítico-conversacionais, neste trabalho. Entre os discursivos, estão a perspectiva tridimensional do discurso jornalístico e as categorias crítico-conversacionais (tópico discursivo, turnos conversacionais, pares adjacentes e marcadores discursivos de poder); quanto aos não discursivos, abrangem os componentes contextuais dos eventos discursivos, tais

⁵ O termo *diálogo* é utilizado, em sentido *lato sensu*, quando dois ou mais interactantes participam do evento interativo e do momento discursivo. Neste trabalho, *conversação* e *diálogo* são equivalentes, do ponto de vista do significado, assim como os termos *tópico discursivo*, *tema* e *assunto* também o são.

como: sujeitos participantes (posição social, idade, autoridade preexistente, posto, *status* social, sexo, formação, profissão, crenças); relação entre os sujeitos participantes; natureza e objetivo global do evento discursivo; canal utilizado para a realização do evento discursivo; cenário; tempo; contexto social e interativo; situação discursiva do evento; tópico discursivo; intenções dos sujeitos participantes; e papéis comunicativos e sociais dos sujeitos participantes do evento discursivo. A perspectiva tridimensional do discurso jornalístico também reflete aspectos não discursivos nas relações de poder, especificamente na concepção de discurso como prática social.

Levando em conta tais aspectos, estabelece-se um diálogo teórico com a ACD, e engendrou-se, nesta tese – com fundamento nas acepções de Fairclough (1989, 2001), Pedrosa (2008), Dijk (2017a) e Batista Jr., Sato e Melo (2018) –, o conceito de que a Análise Crítica de Discurso é uma área multidisciplinar que investiga as interações sociais, em que se delineiam as relações de poder, dominação e hegemonia, procedendo a uma análise de aspectos macro e microssociais, imbricados a categorias crítico-conversacionais, presentes nas práticas sociodiscursivas de estruturas, grupos e organizações sociais, os quais produzem discursos falados e escritos e exercem poder pela linguagem.

A ACD busca explicar os fenômenos sociais e estudar a linguagem em contexto de uso específico, entendida como as ações produzidas com os textos orais e escritos, no interior das atividades sociais, com a finalidade de compreender como os discursos sustentam e moldam as práticas humanas (BATISTA JR.; SATO; MELO, 2018). Nesse tocante, insere-se a entrevista radiojornalística alagoana, construída por intermédio das práticas discursivas e sociais num discurso falado, sob a influência do poder social, pessoal e institucional (MARCUSCHI, 1991; SANTOS, 1999), em uma emissora pública.

Define-se poder, neste estudo, enquanto uma forma de manifestação sociodiscursiva, a partir da qual sujeitos ou grupos sociais utilizam mecanismos discursivos – que abrangem estratégias/habilidades linguístico-discursivas e categorias conversacionais nas interações sociais – e mecanismos não discursivos, não linguísticos ou contextuais, a exemplo de recursos simbólicos (o conhecimento, a educação, a polidez, a fama, a posição profissional) e materiais específicos (o capital, a terra), para controlar determinados espaços sociais e/ou outros sujeitos e atender a interesses coletivos e/ou individuais, quer por consentimento, quer por coerção. Tal

definição abrange elementos sociais e textuais, evidenciados nos discursos falados e escritos.

Nesta pesquisa, o diálogo teórico estabelecido entre a Análise da Conversação e a Análise Crítica do Discurso justificou-se pelo fato de a AC focalizar as relações assimétricas e simétricas, buscando interpretar o discurso oral, a partir de aspectos inerentes à conversação e à interação, numa perspectiva textual-discursiva. A ACD, por sua vez, permitiu conceber o discurso falado como forma de manifestação do poder social e possibilitou analisar entrevistas, numa visão tridimensional (texto-prática discursiva-prática social), bem como desenvolver tipos de assimetria e simetria, observando as práticas sociodiscursivas dos sujeitos interactantes, que se moldam à estrutura social e institucional, por meio das ordens de discurso, estruturas sociais relativamente estáveis da linguagem, as quais determinam o que pode e deve ser dito em cada lugar e em cada ocasião (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Sob o viés teórico-metodológico, esta pesquisa classifica-se segundo a natureza (aplicada), o gênero (teórica), as fontes de informação (primária), o objetivo (explicativa), os instrumentos de coleta de dados (observação individual, sistemática e não participante), os procedimentos (análise da conversação e análise do discurso, de linha crítica), o método científico (indutivo) e a abordagem (qualitativa) (LAKATOS; MARCONI, 2003; SEVERINO, 2007; GIL, 2008; BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008; FLICK, 2009; CARDANO, 2017; PAIVA, 2019; e outros autores). O *corpus* desta pesquisa é formado por 9 entrevistas, e o estudo das relações de poder ocorreu em três entrevistas de uma emissora pública do radiojornalismo alagoano, as quais foram denominadas de evento discursivo 1, evento discursivo 2 e evento discursivo 3.

Os eventos discursivos 1 e 3 foram divididos em momentos discursivos e constituíram a análise integral e sequencial das entrevistas para comprovar as relações assimétricas e simétricas, de acordo com a perspectiva crítico-conversacional; o evento discursivo 2 foi dividido em exemplos para explicar aspectos teóricos elencados ao longo da exposição teórica. Entre os critérios de recorte, destacam-se os tópicos discursivos socialmente relevantes, a estrutura textual e os modos de organização das entrevistas, o tempo de coleta e a recorrência dos mecanismos crítico-conversacionais, que suscitam a simetria e assimetria crítico-conversacional nos eventos discursivos analisados.

O evento discursivo 1 tem como supertópico “Projetos educativos e socioculturais de biblioteca” e tópicos “Lançamento de livro por estudante do Instituto de Educação Técnica a partir de obras do Projeto Bibliotec e o Projeto Bibliotec”, ocorreu em 1º de agosto de 2014, divide-se em 14 momentos discursivos e prolonga-se por 26 minutos e 18 segundos, com início a 21min22s do programa e término a 47min40s. Esse evento discursivo realizou-se no estúdio de radiojornalismo e tem como participantes da interação o sujeito L1 (OM), que é o apresentador do radiojornal, jornalista, radialista-locutor e atua como entrevistador; o sujeito L2 (TF), que exerce a função de entrevistado e é escritor e estudante de Química Industrial do Instituto de Educação Técnica; e o sujeito L3 (PN), entrevistada, bibliotecária e coordenadora da biblioteca do SSCOM.

O evento discursivo 2 tem como supertópico “A inclusão social de pessoas com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento” e pretende tratar sobre o Projeto Inclusão: I Simpósio DC e a inclusão social de pessoas com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento, direcionado a profissionais da educação e da saúde, entrevista que ocorreu no dia 04 de agosto de 2014, com duração de 25 minutos e 47 segundos, com início aos 31min05s do programa e término aos 56min52s. O referido evento discursivo realiza-se numa interação face a face, cujas características do lugar apontam um espaço fechado e privado, nos estúdios externos da emissora de rádio, e tem como participantes da interação o sujeito L1 (MA), que é radialista, apresentador de radiojornal e atua como entrevistador; o sujeito L2 (AS) que exerce a função de entrevistada e é nutricionista e organizadora do simpósio; e o sujeito L3 (PS), entrevistada, psicóloga e organizadora do simpósio.

O evento discursivo 3 foi realizado no dia 05 de agosto de 2014, aborda o supertópico “Revitalização do bairro Centro da cidade de Maceió” e o tópico “Desocupação das ruas do Centro de Maceió por ambulantes”, divide-se em 6 momentos discursivos e apresenta duração de 6 minutos e 48 segundos, com início aos 29min56s do programa e término aos 37min44s. O discurso que compõe o evento discursivo 3 permite inferir que tal evento fala sobre uma operação que tem por finalidade desocupar o bairro Centro da cidade de Maceió da presença dos ambulantes e redirecionar os vendedores ambulantes – segundo convenções específicas –, os quais se instalaram em determinados espaços proibidos, conforme a legislação. Nessa entrevista, o sujeito L1 (OM) é o apresentador do radiojornal e

atua como entrevistador; o sujeito L2 (DF) exerce a função de entrevistado e é diretor de fiscalização e postura da Superintendência X.

Este estudo baseia-se nos seguintes questionamentos norteadores: Como as relações simétricas e assimétricas se constroem na entrevista radiojornalística alagoana da esfera pública? Em que níveis se dão as relações de poder nesse evento discursivo? Quais mecanismos crítico-conversacionais delineiam a assimetria e a simetria no gênero entrevista oral? As respostas a esses questionamentos, a partir do imbricamento teórico entre a Análise da Conversação e a Análise Crítica de Discurso, constituem o direcionamento deste trabalho – que toma como material de análise entrevistas orais coletadas em um programa de rádio de uma emissora pública local – e justificam a consecução dos objetivos a seguir:

- 1) Objetivo geral: investigar como as relações assimétricas e simétricas se constroem nas práticas sociodiscursivas fomentadas em entrevistas orais, no radiojornalismo alagoano da esfera pública.
- 2) Objetivos específicos: propor os conceitos de assimetria e de simetria crítico-conversacional e a sistematização de mecanismos crítico-conversacionais que propiciam as relações simétricas e assimétricas; sugerir um conceito para a ACTD, para a Análise Crítica do Discurso (ACD), para o gênero discursivo entrevista radiojornalística e para as categorias *poder* e *marcadores discursivos de poder*, com fundamento nos aspectos teóricos, nos autores elencados para este trabalho, bem como segundo o diálogo teórico adotado para a análise crítico-conversacional da entrevista radiojornalística alagoana da esfera pública; caracterizar o gênero discursivo entrevista no contexto midiático e constatar a tipologia de entrevistas que se apresenta no *corpus*⁶; identificar, analisar e interpretar mecanismos crítico-conversacionais que fomentam as relações assimétricas e simétricas entre os sujeitos interactantes, a partir de

⁶ Nesta tese, a análise das relações simétricas e assimétricas, neste trabalho, à luz de mecanismos crítico-conversacionais, embasou-se numa sequência lógica, linear; portanto, analisam-se os momentos discursivos, de modo sequencial e pormenorizado, que compõem uma entrevista enquanto evento discursivo. O termo *evento discursivo* alude às entrevistas na íntegra, em sua totalidade, que formam o *corpus* analisado na seção 5; o termo *momento discursivo* indica fragmentos menores da interação entre entrevistador e entrevistado, utilizados para explicar os mecanismos crítico-conversacionais no decorrer na referida seção de análise dos dados. O termo *exemplo* refere-se a excertos retirados de um mesmo evento discursivo ou não, para comprovar e explicitar, por meio de exemplos, aspectos teóricos ao longo do trabalho.

categorias que denotem o poder social e institucional, em entrevistas radiojornalísticas da esfera pública alagoana.

Com vistas a responder às questões norteadoras levantadas e atingir os objetivos propostos, este trabalho é composto por quatro seções, que trazem os aspectos teóricos relativos à categoria *poder*, segundo a perspectiva da Análise Crítica do Discurso; pontuações teóricas concernentes à assimetria e à simetria, bem como a categorias crítico-conversacionais que sustentam as relações horizontais e verticais na entrevista de rádio pública alagoana; caracterização sistemática do gênero discursivo entrevista oral, que permitiu a inserção das entrevistas analisadas em várias tipologias expostas, devido ao modo como esse gênero se comporta linguístico-discursivamente, segundo o *corpus*; por fim, apresentam-se as reflexões teórico-metodológicas, que não somente subsidiam a análise descritivo-interpretativa das entrevistas selecionadas, sob o viés crítico-conversacional, mas também podem servir de base para outros trabalhos científicos que utilizem dados orais.

Assim, a primeira seção elenca, em linhas gerais, alguns aspectos conceituais que visam à compreensão da proposta desta tese, os objetivos do trabalho, o aparato teórico e metodológico, os questionamentos que norteiam a execução do estudo, sua relevância e os argumentos que o justificam. A segunda seção define o poder como uma categoria constitutiva das interações sociais, justificada pelas relações de controle, dominação e hegemonia entre grupos ou membros de grupos sociais, bem como explica diversos aspectos inerentes aos modos de reprodução discursiva do poder e aos parâmetros do contexto e da produção de discurso, no âmbito crítico-conversacional, com base na Análise Crítica do Discurso, também definidos na referida seção, segundo a perspectiva de Fairclough (1989, 2001) e Dijk (2017a, 2017b).

Na terceira seção, discutem-se a assimetria e a simetria sob a égide de apontamentos teóricos da Análise da Conversação Textual e Discursiva (ACTD), a exemplo de Marcuschi (1991, 1995) e Santos (1999, 2011), além de outros que estudaram as relações assimétricas e simétricas. Posteriormente, serão abordados pressupostos teóricos sobre as categorias crítico-conversacionais deste estudo – o turno conversacional e os marcadores discursivos de poder, os quais possibilitam a construção das relações interpessoais na entrevista de rádio pública alagoana e

sustentam as relações de poder, junto aos componentes contextuais da entrevista radiojornalística, conforme demonstram a ACTD e a ACD.

A seção quatro centra-se em reflexões teóricas acerca do gênero discursivo entrevista oral, elencando aspectos conceituais e caracterizadores desse gênero e sua tipologia, bem como evidencia características que forjam a linguagem radiofônica, levando em conta a maneira como a informação e os conteúdos são veiculados, mas também focalizando o percurso histórico seguido pelo radiojornalismo alagoano. Todas essas pontuações sugerem que o aparato teórico, no tocante aos conceitos, às caracterizações e às categorias linguístico-discursivas que as constituem, subsidiará a análise das entrevistas do *corpus* desta tese, de maneira indutiva e processual, tomando por base a interação, os objetivos, conteúdos e as circunstâncias de realização.

A última seção (cinco) pretende explicar o aporte teórico-metodológico que embasa a indissociabilidade entre teoria e prática, fundamental à compreensão dos eventos discursivos e dos momentos discursivos que elucidam mecanismos crítico-conversacionais explicitadores do funcionamento das entrevistas do radiojornalismo público alagoano, deste *corpus*. Objetiva ainda descrever o delineamento teórico-metodológico que sustenta este trabalho e explicar a classificação desta pesquisa, segundo a natureza, o gênero, as fontes de informação, o objetivo, os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos, o método científico e a abordagem (CESTERO MANCERA, 1994; LAKATOS; MARCONI, 2003; SEVERINO, 2007; BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008; FLICK, 2009; CARDANO, 2017; PAIVA, 2019; e outros autores).

A relevância desta tese justifica-se pelo fato de não haver estudos acerca das relações de poder em entrevistas orais do radiojornalismo público alagoano, notadamente do *corpus* deste trabalho, sobretudo imbricando a Análise da Conversação Textual e Discursiva e a Análise Crítica de Discurso para sustentar os tipos de simetria e assimetria, sugeridos nesta tese, com base nos trabalhos de Marcuschi (1991, 1995), Galembeck (1993, 1996, 2005), Santos (1999, 2008, 2017), Melo Junior (2016, 2017), Melo Junior e Santos (2019) e de outros autores. Ressaltam-se o valor e o alcance social desta pesquisa, pois os apontamentos suscitados, acerca das relações de poder no contexto jornalístico, interessam não só a especialistas em Letras e em Linguística, mas também a todos aqueles que

enxergam a linguagem como um meio de transformação social em outros domínios sociais; isso possibilita afirmar que este estudo pode atuar como instrumento propulsor de mudança de perspectivas e de ações – por meio do pensamento crítico e do combate a posturas antidemocráticas e a discursos hegemônicos – e como uma ferramenta de reflexão sobre outros processos linguísticos e sociais que regem as estruturas sociais.

Ademais, a sua importância reside nas reflexões teóricas associadas aos momentos de análise⁷, os quais permitem mostrar que essas relações de poder são intrínsecas à interação entre os sujeitos (interactantes), mas ainda, por evidenciar, por meio de análises descritivo-interpretativas, como categorias crítico-conversacionais⁸ e componentes contextuais do discurso atuam no engendramento de tais relações, observadas sob o viés social/tridimensional do discurso. Dessa maneira, afirmar que a entrevista constitui-se de uma interação assimétrica não é teoricamente suficiente, sobretudo quando se analisa por uma perspectiva interacionista e sociodiscursiva. O cerne da questão está em identificar, analisar e interpretar a entrevista radiojornalística alagoana do *corpus* deste trabalho, observando mecanismos crítico-conversacionais, que exigem a contextualização do evento interacional, para explicá-los.

Com fundamento na existência das relações de poder horizontais/simétricas e verticais/assimétricas, a tese construída é a de que existem tipos de simetria e assimetria crítico-conversacional, delineados na entrevista de rádio alagoana da esfera pública, os quais convergem para uma hierarquização e uma alternância das relações de poder social e institucional, em virtude de as interações poderem apresentar aspectos de simetria ou assimetria, e os eventos discursivos poderem ser relativamente simétricos ou relativamente assimétricos (MARCUSCHI, 1995; SANTOS, 1999; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009), visto que podem apresentar diferenças de poder em nível social, pessoal e institucional (MARCUSCHI, 1991), disposição não fixa dos turnos e todas as demais diretrizes contempladas por Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003). Esses tipos de simetria e assimetria crítico-

⁷ Os fragmentos utilizados na exemplificação da teoria serão denominados de exemplos e na seção teórico-metodológica serão chamados de momentos discursivos para sustentar as discussões acerca de um dado tema e das categorias de análise apresentadas pelo *corpus*.

⁸ Ainda que os atributos específicos às categorias da assimetria e da simetria apareçam na seção 3, as categorias crítico-conversacionais foram usadas ao longo de outras seções, para contribuir com a interpretação da teoria abordada e explicar especificidades linguísticas e críticas nas relações de poder.

conversacional possibilitam o engendramento de níveis de simetria e assimetria nas relações interacionais dos eventos e dos momentos discursivos deste estudo, quais sejam: simétrico conversacional, assimétrico conversacional, simétrico macrossocial, simétrico microssocial, assimétrico macrossocial e simétrico microssocial. Além disso, essa tipificação apresenta o potencial de ocorrer em outros gêneros orais.

Analisar como a conversação se instaura, exige a observação sistemática das categorias crítico-conversacionais que materializam o evento de fala, requer interpretar como os turnos de fala se organizam e analisar a maneira como os parâmetros contextuais atuam na reprodução discursiva do poder (DIJK, 2017a, 2017b). Desse modo, simetria e assimetria podem influenciar ou suscitar a geração de poder, sem, no entanto, equivaler ao poder em si; tudo isso torna possível dizer que o mesmo evento interacional pode ser simétrico, em alguns aspectos, e não, em outros (MARCUSCHI, 1991, 1995; SANTOS, 1999).

Portanto, se as referidas diferenças de poder forem observadas minuciosamente, poder-se-á constatar se a entrevista no radiojornalismo pode ser simétrica e assimétrica, analisando-a não apenas sob o viés interacional ou conversacional, como fizeram autores da AC – os quais estudaram vários gêneros orais e deram grandes contribuições para o desenvolvimento de outros estudos –, mas ainda à luz da Análise Crítica do Discurso, a cujos apontamentos se vinculam os aspectos teóricos sobre a categoria *poder*, trazidos na seção a seguir.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO PODER E DO DISCURSO

O poder

Eis o poder:
É ali. Não é tão distante!

Mas digo-te que:
- por sua estrada
já passaram muitos homens,
com os seus sonhos,
deixando poeira
sobre as folhas e sobre as flores.

Aconteceu porém a muitos,
despreparados para essa viagem
que a fome, a sede e a desesperança,
aguardavam por eles no percurso.

E sabe-se que,
entre os poucos que ali chegaram,
alguns, despojados dos sonhos e mudados,
esqueceram-se da linguagem que falavam.

E será, talvez, por isso,
que gritam, urram e soltam bombas.

O poder é ali. Não é tão distante!...

Luiz Nogueira Barros

A presente seção traz reflexões teóricas acerca de conceitos-chave de Análise Crítica do Discurso, do poder e do discurso, perspectiva teórica chamada de Estudos Críticos do Discurso, em Dijk (2017a, 2017b), a qual trata dos diferentes modos de reprodução discursiva do poder, observando-o como o controle social de um grupo ou de seus membros por meio de diferentes elementos discursivos e não discursivos.

Não menos relevantes, aparecem também considerações teóricas, sob o viés da Análise Crítica do Discurso, em Fairclough (1989, 2001), as quais permitem investigar o funcionamento da linguagem como prática social na estruturação das relações de poder, isto é, possibilitam verificar, nesta tese, como categorias crítico-conversacionais e os componentes contextuais dos eventos discursivos atuam no exercício do poder, conforme se observará nas subseções 5.2 (p. 270) e 5.3 (p. 344).

2.1 Conceitos-chave de Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso, conforme Fairclough (1989, 2001), considera a linguagem como uma prática discursiva e social, levando em conta as condições de produção, consumo e interpretação dos textos e estabelecendo conexões entre o uso da linguagem e as relações de poder na sociedade. Assim, a abordagem adotada por

Fairclough (1989, 2001) procura refletir acerca do funcionamento da linguagem nas práticas sociais e mostrar conexões entre linguagem, poder, ideologia e mudança social.

A ACD analisa as assimetrias de poder nas interações sociais e se concentra em seus elementos linguísticos/discursivos e não discursivos, revelando os determinantes implícitos e seus efeitos no sistema das relações sociais. Essa definição enfatiza um movimento interpretativo da linguagem e conjuga uma análise que abrange o social e o textual, pois “são os textos, em seus diferentes gêneros, que possibilitam as interações e as relações sociais, com suas crenças, seus valores, seus contextos, suas ideologias” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 49). O contexto social é fundamental na análise de textos, pois descreve, explica, revela e interpreta os diferentes discursos nas práticas sociais (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Nitidamente, abordar uma análise de discurso crítica, segundo Fairclough (1989, 2001), ultrapassa a perspectiva sistêmica e imanente da língua, considera a linguagem como discurso, como forma de agir no mundo, observando a influência das práticas sociais sobre o linguístico, as práticas discursivas, o conteúdo e a estrutura dos textos, o que ocorre por meio das relações sociais e dos discursos particulares entre instituições e/ou (membros de) grupos sociais, os quais têm suas convenções moldadas ideologicamente. Essas práticas discursivas e sociais se manifestam no texto falado e no escrito, “Afim, o texto é a manifestação linguística da prática discursiva, que, por sua vez, é uma forma de prática social” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2013, p. 292).

Na entrevista radiojornalística alagoana, o discurso como texto, prática discursiva e social revela o poder que se exerce na relação entrevistador-entrevistado-instituição e que molda o discurso dos sujeitos participantes da entrevista, mostrando como o grande poder da mídia está a serviço de interesses hegemônicos, postos como interesses de toda a sociedade, quando não o são. Nesse sentido, como forma de agir no mundo, a linguagem relaciona-se ao viés social do discurso e é afetada pelas estruturas de poder a que se vinculam ou nas quais se inserem. São essas estruturas de poder que restringem as práticas sociais e discursivas de (membros de) grupos sociais, bem como controlam os discursos de sujeitos dominados a partir das relações de poder que os sujeitos dominantes exercem.

Além de mostrar que as relações assimétricas e simétricas se alternam na entrevista de rádio pública alagoana e que o poder institucional é uma estrutura de poder que controla o discurso público e interfere nas práticas sociodiscursivas dos sujeitos (entrevistador-entrevistado-público-espectador), defende-se, neste estudo, o discurso como modo de ação, ações de contrapoder, de contraideologia, de resistência à opressão social e à hegemonia de discursos e grupos que visem a interesses particulares em seus projetos específicos de dominação (VIEIRA; MACEDO, 2018). Defende-se também, nesta pesquisa, que os sujeitos lutem por práticas sociais transformadoras e direcionem seus discursos para uma mudança discursiva e social, contribuindo para o processo de transformação social de grupos sociais minoritários e de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, a partir de práticas sociodiscursivas e de ordens de discurso igualitárias, democráticas e cooperativas, tanto no domínio social radiojornalístico, quanto em outras esferas da sociedade.

A linguagem desempenha um papel imprescindível nas lutas sociais e nas transformações das relações de poder, porque atuam nas mudanças sociais, assim como as mudanças sociais atuam na linguagem; analisá-la requer, sobretudo, saber quem está falando o que, para quem e com que finalidade, além das propriedades linguísticas, pois a ideologia estabelece e sustenta relações de dominação. A ACD imbrica o linguístico ao social, descreve e mostra como as relações de poder moldam o discurso, ao associar a análise de texto a teorias de funcionamento da linguagem nos processos ideológicos das práticas sociodiscursivas, e essas relações assimétricas de poder podem ser mudadas, invertidas e superadas devido à concepção dialética da relação linguagem e sociedade (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Desse modo, observar como língua e sociedade se interconectam ou investigar a linguagem na vida social torna-se possível, ao se relacionarem ações específicas e locais com as instituições sociais, a partir dos dados, das descrições, interpretações e explicações das ações de grupos sociais. Isso exige refletir acerca das dimensões discursiva, social e institucional no tópico discursivo e no discurso jornalístico como um todo, conforme o modelo social/tridimensional faircloughiano de análise do discurso (FAIRCLOUGH, 1989, 2001).

Assim, a ACD liga-se à ideia de que examinar as ordens sociolinguísticas deve atender às condições sociais para uma mudança potencial dos fatos, de modo a

legitimá-los ou contingenciá-los e validar as relações de poder que os sustentam, e apontar formas de mudá-los. O fato é que não basta descrever convenções sociolinguísticas em termos de quais são as formas linguísticas convenientes a uma situação social determinada, mas como essas convenções surgem das relações de poder, explicar como e por que são frutos dessas relações e que elementos ou mecanismos legitimam os fatos e as relações de poder apontadas.

A ideia de proferir a linguagem como ação é central para a ACD, tendo em vista que o discurso é prática social que se alinha a ordens sociais dos diferentes tipos de discurso (FAIRCLOUGH, 1989, 2001). Isso se justifica pelo fato de que, por um lado, na ACD, as identidades e os comportamentos dos sujeitos derivam das convenções sociais, mesmo sendo identidades individuais; por outro, porque as pessoas não apenas manipulam a linguagem e usam convenções para fins estratégicos e objetivos particulares, mas ainda seguem convenções institucionalizadas, devido às relações de poder entre os sujeitos nas interações sociais e reais.

Nesse tocante, Fairclough (1989, 2001) salienta algumas contribuições da Análise da Conversação, que permite investigar a produção e a interpretação da ação cotidiana como realizações habilidosas de atores sociais e interessa-se na conversação como uma instância particularmente difundida de ação social qualificada, funcionando com amostras estendidas de conversas reais. Além disso, a AC demonstra que a conversação é estruturada, de modo sistemático, havendo evidências da orientação dos participantes para essas estruturas, por estarem relacionadas às formas como eles projetam seus próprios turnos conversacionais e reagem aos outros.

Conforme Fairclough (1989, 2001), as estruturas conversacionais são sociais, estão presentes e são produzidas na ação cotidiana; não se apresentam como uma propriedade das macroestruturas sociais abstratas (a exemplo do conhecimento, da educação, da fama e do poder socioeconômico), apenas. Embora não seja uma área transdisciplinar em suas análises, como a ACD, atualmente, a AC tem possibilitado realizar conexões entre as microestruturas da conversação e as macroestruturas das instituições sociais e sociedades, a partir de sinais evidentes em estudos, desde o final dos anos 70 e início da década de 80, os quais consideram a conversação uma prática social qualificada e trazem o efeito determinante das estruturas institucionais e sociais.

Dessa forma, a possibilidade de diálogo com outras áreas do conhecimento, a exemplo da ACD, eleva a conversação ao *status* privilegiado dos atores sociais que a produzem; esse diálogo experimenta as convenções da ação cotidiana, as quais são determinantes de estruturas sociais mais amplas e determinadas por elas. Esse apontamento teórico se funda na ideia de que a ACD enfatiza uma concepção ampla do estudo social da linguagem no centro do estudo das práticas linguísticas.

Por intermédio da ACD, de uma orientação alternativa para o estudo da língua, Fairclough (1989) defende que a linguagem liga-se intrinsecamente ao social, por ser o domínio primário da ideologia, um lugar de lutas pelo poder, e por participar efetivamente dessas relações de poder. Nesse sentido, levando em consideração o papel da linguagem no exercício, na manutenção e mudança de poder, Fairclough (1989) destaca um aspecto fundamental do poder, relacionado à capacidade de impor e manter uma estruturação particular de algum domínio, dividindo-o em partes, com vistas a demarcá-las e ordená-las, observando as relações hierárquicas de dominação e subordinação.

Dessa maneira, a Análise Crítica do Discurso não somente focaliza as dimensões discursivas das principais tendências sociais e discursivas, como também concentra-se nas mudanças na ordem social do discurso, permitindo examinar como elementos discursivos e não discursivos atuam nas relações de poder. O exercício do poder sobre vários aspectos da vida dos sujeitos ocorre por influência da mídia e da publicidade, mas também pelo controle estatal e institucional de formas diversas; tais formas de controle constituem-se na ordem social do discurso, estrutura particular de ordens institucionais constituintes do discurso (FAIRCLOUGH, 1989, 2001).

A influência da mídia sobre aspectos da vida dos sujeitos revela que o rádio constitui um meio de comunicação de massa, por sua ampla acessibilidade e seu alcance, mas não é um meio de acesso ao discurso público visto que são os poderosos que controlam tal discurso. Isso significa, por exemplo, que nem todos os sujeitos podem acessar uma emissora radiofônica para tecer críticas ao mau funcionamento de serviços públicos, seja pelo *status* socioeconômico que tais sujeitos ocupem, seja pelo fato de a emissora ser controlada por uma instituição pública ou privada e ser ferramenta de controle social para (membros da) a instituição.

As relações assimétricas e simétricas nos Estudos Conversacionais convergem para as relações de poder na Análise Crítica do Discurso, razão por que o presente

estudo inseriu aspectos teóricos concernentes a esta última área, pois o poder como estratégia discursiva do controle social evoca, além de aspectos discursivos, mecanismos não discursivos que permeiam as relações sociais. Foi a partir desse imbricamento teórico que se pôde criar os conceitos de assimetria e simetria crítico-conversacional, subdivididas em conversacional, macrossocial e microssocial.

Nesse sentido, as pontuações teóricas acerca da categoria *poder* justificam que, para a análise da entrevista radiojornalística, faz-se necessário um diálogo teórico entre os Estudos Conversacionais e a Análise Crítica do Discurso. Coube a este estudo realizar um recorte epistemológico, ao tratar das dimensões de poder, já que a noção de poder abrange o estudo do uso linguístico, do discurso e da comunicação e eleva-se a outras disciplinas. Quanto ao recorte epistemológico, este trabalho não se deteve sobre a temática do racismo, da cognição e da política, embora as considere relevantes, pois, quando se analisa um objeto a partir de uma perspectiva teórica e se faz um recorte epistemológico, não há como abarcar todas as categorias presentes no objeto de estudo; isso prova que o conhecimento científico não é definitivo, absoluto ou final (LAKATOS; MARCONI, 2003).

É pertinente pensar, a partir das considerações teóricas de Dijk (2017a), que a Análise Crítica do Discurso dialoga com diversas abordagens, permitindo a análise de estruturas e estratégias discursivas múltiplas, utilizadas nas interações sociais. Esse olhar interdisciplinar possibilita observar o discurso “como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa dada situação social, histórica ou política” (DIJK, 2017a, p. 12). Assim, a ACD concentra-se nas relações complexas e dinâmicas entre a estrutura social e a estrutura discursiva, entre o não discursivo (aspectos macro e microssociais) e o discursivo (aspectos conversacionais), e no modo como as estruturas discursivas são voláteis ou influenciadas pela estrutura social (DIJK, 2017a). Ao mesmo tempo, por ser uma abordagem multidisciplinar, torna possível focalizar como as estruturas discursivas orientam regras socioculturalmente instituídas ou as intenções comunicativas de um grupo social, efetivadas em práticas discursivas.

A forma como os gêneros discursivos se realizam, as variações de uso da língua ou do discurso, os múltiplos sistemas discursivos como um todo e outras práticas sociais são influenciados pelas relações de poder, permitindo afirmar serem manifestações de tal poder, numa dada situação social. Nesse contexto, a ACD

concentra-se nas propriedades do discurso falado ou escrito, que se relacionam à expressão, confirmação, reprodução ou ao confronto do poder social do(s) falante(s), considerando que tais propriedades se flexibilizam em função de condições sociais relevantes do uso linguístico ou influenciam as crenças e ações sociais dos ouvintes e leitores (DIJK, 2017a).

Assim, seguindo uma linha de investigação crítica e multidisciplinar, centrada nos problemas sociais, a ACD não apenas descreve estruturas do discurso, mas ainda as explica, observando as propriedades da interação e da estrutura social. A perspectiva teórica da ACD defende que as relações de poder são discursivas, o discurso é ideológico, histórico, sociocultural, uma forma de ação social e que a análise do discurso é interpretativa e explanatória/explicativa (DIJK, 2017a). Segundo Dijk (2017a, p. 115, *itálicos do autor*), “A ACD enfoca, mais especificamente, os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de *poder* e de *dominação* na sociedade”.

Nesse tocante, o discurso compõe a estrutura social, sofre influência dessa estrutura e se produz na interação social, possibilitando à ACD analisar o modo como as estruturas discursivas se organizam para reproduzir o poder, a dominação social numa conversação, entrevista ou noutros gêneros e contextos. Para proceder a tal análise, a ACD contempla os níveis micro da ordem social – inserindo neste o uso da linguagem, do discurso, da interação verbal e da comunicação – e macro – no qual se enquadram o poder, a dominância e a desigualdade entre grupos sociais (DIJK, 2017a).

Conforme Dijk (2017a), os níveis macro e micro formam um todo unificado e podem ser analisados e relacionados de vários modos, quais sejam: observando como os membros de grupos sociais (entrevistadores, entrevistados e público-espectador, na entrevista de rádio pública alagoana), organizações ou instituições (especificamente, a emissora e as instituições a que se vinculam os sujeitos interactantes das entrevistas radiojornalísticas do *corpus* deste estudo) participam no discurso e agem, implicando dizer que os atos sociais dos sujeitos constituem as ações e os processos sociais dos grupos, bem como o contexto/as situações de interação discursiva compõe (m) a estrutura social, e que esses sujeitos, usuários da língua, possuem memórias, conhecimentos e opiniões pessoais (cognição pessoal e social), também compartilhadas socioculturalmente, os quais influenciam a interação

e os discursos dos sujeitos individuais, enquanto as representações sociais refletem nas ações coletivas de um grupo.

A ACD, portanto, centra-se no papel do discurso, do uso linguístico ou da comunicação, em questões/problemas sociais e nas interações sociais, os quais emergem de contextos específicos. Assim, as práticas discursivas ou as ações de linguagem dos (membros de) grupos dominados são usadas como evidências para avaliar o discurso dominante, havendo, entretanto, a possibilidade de tal análise acontecer sob o viés contrário, isto é, verificar tais evidências nas práticas discursivas dos grupos dominados. Para Dijk (2017a, p. 39), a principal perspectiva da ACD “[...] encontra-se nas formas como esse poder é exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado por textos e declarações orais dentro do contexto social”.

Com respaldo em tais considerações teóricas, reitera-se e defende-se, nesta tese, o conceito de que a Análise Crítica de Discurso é uma área multidisciplinar que investiga as interações sociais, em que se delineiam as relações de poder, dominação e hegemonia, procedendo a uma análise de aspectos macro e microssociais, imbricados a categorias crítico-conversacionais, presentes nas práticas sociodiscursivas de estruturas, grupos e organizações sociais, os quais produzem discursos falados e escritos e exercem poder pela linguagem, sobre o qual se discorrerá na subseção a seguir.

2.2 Contribuições teóricas sobre Discurso e Poder conforme Dijk (2017a, 2017b)

Quando se fala na categoria *poder*, pensa-se imediatamente na relação de controle e dominação que um sujeito ou grupo social exerce sobre outro e no *status* socioeconômico que tal sujeito ou grupo ocupa em relação a outros. No entanto, refletir acerca do poder como uma forma de controle das manifestações discursivas e de dominação na sociedade pelas elites simbólicas, que têm acesso privilegiado aos discursos públicos – entendidos, neste momento, não como a voz da sociedade, mas como a voz dessas elites ou de domínios sociais específicos –, exige que se pense em poder enquanto um termo remissivo a várias possibilidades conceituais, em função das formas de exercer poder, das várias abordagens e dos domínios sociais em que é difuso e devido às especificidades de cada área ou domínio (DIJK, 2017a).

Expandindo as relações entre discurso e poder, Dijk (2017a) define poder social enquanto controle de um grupo social sobre outros grupos e seus membros, manifesto

por ações que ganham sentido na forma mais dinâmica e palpável do termo, como resultado do fato de agir ou movimentar-se, realizar uma atividade, mas também como ações comunicativas, provando a reprodução discursiva do poder. Nesse tocante, referir-se ao poder como manifestação discursiva, na fala ou na escrita, sugere que os sujeitos interactantes se submetem a restrições sociais quanto à escolha dos segmentos de fala, ao tempo e ao lugar oportunos, aos seus parceiros comunicativos, ao tópico e ao modo como esses parceiros requerem seu turno de fala e influenciam conhecimentos, atitudes e ideologias de outros sujeitos.

Poder social é definido em termos do *controle* exercido por um grupo ou organização (ou seus integrantes) sobre as *ações* e/ou as mentes de (membros de) um outro grupo, limitando dessa forma a liberdade de ação dos outros ou influenciando os seus conhecimentos, atitudes ou ideologias. (DIJK, 2017a, p. 89, itálicos do autor).

O poder apresenta-se, então, como uma propriedade das relações entre grupos, instituições ou organizações sociais, a partir do qual tais grupos são capazes de exercer maior ou menor controle sobre os atos e as mentes dos (membros de) outros grupos, o que ocorre devido à existência de uma base de poder que permite acesso privilegiado a recursos socialmente valorizados, a exemplo da força, fama, informação, cultura, do dinheiro, conhecimento, *status* ou de outras formas públicas de comunicação e de discurso, justificando, nesse ponto, o ato de os grupos dominantes controlarem o discurso público e o da mídia, total ou parcialmente. Essas relações de poder entre grupos sociais permitiram apontar que a entrevista não somente constitui um evento assimétrico pelo fator linguístico e pelo controle interacional, como também é simétrico e/ou assimétrico em função de aspectos discursivos e não discursivos, os quais se chamaram de mecanismos crítico-conversacionais, o que influenciou a escolha do gênero entrevista de rádio pública alagoana como objeto de investigação para comprovar a tipologia da assimetria e da simetria crítico-conversacional e sua alternância ao longo da interação.

Além de enfatizar essa limitação de acesso ao discurso e à detenção de poder por instituições sociais ou grupos específicos, Dijk (2017a) aponta que existem diferentes centros de poder, controlados pelos grupos da elite, e afirma também que esse poder se distribui entre membros de uma instituição social ou se restringe a um domínio ou escopo social específico (política, mídia, direito, educação, empresas, por exemplo). Por isso, o autor menciona que os recursos sociais elencados anteriormente são escassos, na medida em que nem todos os sujeitos dispõem de

riqueza, empregos, *status* ou acesso ao discurso e à comunicação públicos (domínio socioeconômico). Mesmo o poder social e a dominância (abuso de poder) sendo organizados e institucionalizados, permitindo um controle efetivo dos contextos ou discursos e possibilitando formas rotineiras de reprodução de poder, Dijk (2017a) ressalta que tal poder raramente é absoluto.

Os grupos podem exercer maior ou menor controle sobre outros grupos ou apenas controlá-los em situações ou domínios sociais específicos. Além disso, os grupos dominados podem, em menor ou maior grau, aceitar, consentir, acatar, legitimar ou resistir a esse poder e até mesmo achá-lo 'natural'. (p. 117-18).

Ademais, o poder não implica, necessariamente, a força física, o exercício de atos abusivos, praticados por membros dos grupos dominantes, ou o cerceamento da liberdade de um grupo específico, mas se integra também a leis, regras, normas, hábitos e a um consenso geral, incorporados nas ações da vida diária, resultando na hegemonia (DIJK, 2017a). Como uma forma de reprodução do poder, o discurso hegemônico manipula, persuade e controla os sujeitos, influenciando estruturas do texto e da fala, por fazer acreditar que o conhecimento, as atitudes, as normas, os valores e as ideologias são plenamente seus; no entanto, tendem, indiretamente, aos interesses do grupo dominante.

Muito do poder 'moderno' nas sociedades democráticas é mais persuasivo e manipulador que coercitivo (uso da força) ou incentivador, tal como a emissão explícita de comandos, ordens, ameaças e sanções econômicas. (DIJK, 2017a, p. 89).

Na entrevista radiojornalística alagoana da esfera pública, aparecem discursos que buscam influenciar o público-espectador e outros grupos dominados, fazendo-os acreditarem que as intenções e as necessidades expostas por entrevistador e entrevistado são demandas da sociedade, o que se verifica, por exemplo, no evento discursivo 3, quando entrevistador e entrevistado afirmam que impedir os trabalhadores ambulantes do exercício de suas atividades não é uma ação deliberada das instituições públicas competentes ou um ato de perseguição a esses trabalhadores, mas é uma questão de justiça para com comerciantes/empresários que pagam seus impostos e é uma forma de garantir o trânsito livre da população pelas ruas do Centro. Nesse sentido, controlar mais discursos, os discursos mais influentes e suas propriedades discursivas, é uma manifestação de poder, geralmente, praticada sem coerção, e, por um lado, isso se mostra no discurso dos sujeitos da entrevista que constitui o evento discursivo 3, pois objetivam persuadir o público-espectador de

que a desocupação é apenas um ato positivo e benéfico; por outro lado, os sujeitos participantes da entrevista confirmam, em seus turnos de fala, a presença de agentes públicos de fiscalização e da segurança, o que é uma forma de intimidação para impedir o acesso dos trabalhadores ambulantes com suas mercadorias a espaços onde eles conseguem exercer suas atividades e garantir o pagamento de suas finanças.

Dijk (2017a) pontua algumas das principais características do poder social, as quais permitem frisar o caráter interdisciplinar da teoria crítica do discurso, suas implicações e aplicações. Dessa maneira, por um lado, essas características permitem traçar as seguintes pontuações: o poder social como “uma característica da relação entre grupos, classes ou outras formações sociais, ou entre pessoas na qualidade de membros sociais” (DIJK, 2017a, p. 41); as relações de poder social manifestam-se na interação entre grupos sociais, na qual o exercício de poder por um grupo e suas ações reais ou potenciais implicam o controle social sobre outro grupo, limitando a liberdade social de ação deste último; o poder social do grupo A sobre as ações reais ou eventuais do B indica que A controla as condições cognitivas de B (desejos, crenças, planos, opiniões), por meio da persuasão ou de outras formas de comunicação discursiva, o que, geralmente, acontece por meio de sanções (DIJK, 2017a).

Por outro lado, a fim de exercer poder ou aplicar sanções, o grupo A (dominante/poderoso) precisa dispor de recursos, atributos ou bens socialmente valorizados e desigualmente distribuídos – riqueza, posição, posto, *status*, autoridade, conhecimento, habilidade ou privilégios, os quais atendem apenas aos interesses de A, mantendo ou ampliando a base de poder de A; além disso, para A exercer ou preservar seu poder, B precisa conhecer os desejos, as crenças, as normas, os valores culturais, as vontades, as preferências, as intenções de A, bem como observar e interpretar segmentos de fala, por meio de comandos, pedidos ou ameaças, os quais constituem ações sociais de A na interação discursiva; todavia, B (grupo dominado) pode resistir de várias formas e exercer um contrapoder, provando que o exercício de poder consiste em uma forma de interação social, e o controle social dos agentes de poder limita-se em função do domínio social a que pertencem; por fim, o exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica controlada pelas várias manifestações discursivas (DIJK, 2017a), e são os grupos mais poderosos que

controlam os discursos formais e públicos, determinam a relevância dos tópicos e controlam vários discursos dos meios de comunicação de massa.

O poder é exercido e expresso diretamente por meio do acesso diferenciado aos vários gêneros, conteúdos e estilos do discurso. Esse controle pode ser analisado de modo mais sistemático nas formas de (re) produção do discurso, especificamente em termos de sua produção material, articulação, distribuição e influência. Dessa maneira, as empresas de comunicação de massa e seus (geralmente estrangeiros) proprietários controlam tanto as condições financeiras quanto as tecnológicas da produção do discurso. (DIJK, 2017a, p. 44-5).

Quando se evidenciam o controle do discurso e os modos de reprodução discursiva, é preciso considerar que exercer o controle social implica controlar o discurso e sua produção, bem como os padrões e as estratégias de acesso discursivo na reprodução do poder. A efetivação de tal fato é bastante clara, ao se pensar que os sujeitos menos poderosos ou sem poder têm acesso limitado – ou não têm acesso algum – à maior parte dos discursos públicos formais, falados ou impressos, às diversas formas de discurso e aos meios de sua reprodução, aos tantos gêneros discursivos ou às várias formas de escrita e fala, pois são os grupos mais poderosos que controlam muitos discursos e os seus meios de reprodução, como ocorre nos eventos comunicativos produzidos pela mídia.

Os grupos mais poderosos e seus membros controlam ou têm acesso a uma gama cada vez mais ampla e variada de papéis, gêneros, oportunidades e estilos de discurso. Eles controlam os diálogos formais com subordinados, presidem reuniões, promulgam ordens ou leis, escrevem (ou mandam escrever) vários tipos de relatório, livros, instruções, histórias e vários outros discursos dos meios de comunicação de massa. Não são apenas falantes ativos na maior parte das situações, mas tomam a iniciativa em encontros verbais ou nos discursos públicos, determinam o 'tom' ou o estilo da escrita ou da fala, determinam seus assuntos e decidem quem será participante e quem será receptor de seus discursos. (DIJK, 2017a, p. 44).

No circuito da conversação, por exemplo, nos diálogos institucionais – notadamente, na entrevista de rádio pública alagoana, enquanto forma institucionalizada de diálogo –, o fato de sujeitos pertencerem a um grupo ou instituição e de haver desigualdade social entre eles introduz diferenças no controle do diálogo e expressa uma distância entre os participantes no sentido mais assimétrico do termo, quando se combinam classe, idade, poder institucional, profissão, tipo de evento de fala, papéis sociais e interativos de tais sujeitos, entre outros dados contextuais ou critérios que definem dominância. Além disso, no discurso da mídia e na produção de textos jornalísticos, as manobras/estratégias utilizadas e as práticas midiáticas situam-se num contexto dominante, apesar de haver

espaços para discordâncias ou críticas ocasionais, pois os valores, as normas e os arranjos de poder raramente são contestados de maneira explícita nos meios de comunicação dominantes (DIJK, 2017a), e isso ocorre nas entrevistas que constituem os eventos discursivos 1 e 2, quando sujeitos interactantes criticam a falta de efetivas políticas públicas de inclusão social (evento 1), assim como os altos níveis de analfabetismo, a carência de espaços de leitura e a qualidade da educação no estado de Alagoas (evento discursivo 2).

Muitos traços da produção de notícias, contato com fontes, [tipos de] entrevistas, apresentação, transcrição de fala, assuntos predominantes, associações e estilo, transmitem sutilmente as posições sociais e ideológicas envolvidas, incluindo as dos próprios meios de comunicação. (DIJK, 2017a, p. 81).

Contudo, posições sociais e ideológicas expressas no discurso podem não ser as dos próprios meios de comunicação e são sutilmente proferidas, pois os grupos de poder controlam os vários modos de distribuição do discurso, principalmente os discursos dos meios de comunicação de massa e de quem os representa, permitindo imaginar uma hierarquização de poder entre membros de grupos distintos. Esse controle do discurso midiático prova que os jornalistas possuem liberdade e poder relativos para tomar decisões sobre quais gêneros discursivos devem ser usados num domínio de poder, quais os modos de apresentação de um discurso devem ser escolhidos numa entrevista de rádio ou TV, por exemplo.

Na entrevista de rádio pública alagoana, essas relações de controle do discurso estendem-se, por exemplo, à alocação ou apropriação do turno, ao controle dos tópicos (seleção e mudança), à quantidade e ao tipo de informação, a quem discorrerá sobre esses tópicos e a outros aspectos. Apesar de, no Jornalismo, pressupor-se que há alguém apto a discorrer sobre algum tópico, instituições e organizações que representam o discurso institucional podem controlar os contextos, estabelecer as ordens de discurso e fabricar conhecimentos, padrões morais, crenças, atitudes, normas, ideologias e valores públicos, por constituírem elites simbólicas e possuírem poder simbólico ou ideológico.

Diálogos realizados com e dentro de instituições e organizações representam formas de interação institucional e, portanto, também exercem, apresentam, sinalizam ou legitimam uma variada gama de relações de poder. Os envolvidos em tais interações podem seguir as regras e as normas de interação dependentes do contexto, mas também podem negociar papéis e posições diferentes, entre os quais os de *status*, hierarquia ou conhecimento especializado. (DIJK, 2017a, p. 63).

O discurso jornalístico é controlado por aqueles que comandam as empresas jornalísticas e sustentado pelo aparato e pelas estruturas ideológicas que, por sua vez, permitem o exercício e a manutenção do poder nas sociedades da informação e da comunicação, baseados em vários tipos de aceitação, contestação e consenso, os quais se efetivam nos gêneros, tópicos, na retórica, na escrita e na fala pública, nos tipos de discurso⁹ – como o midiático/jornalístico e o educacional (DIJK, 2017a). Nesse sentido, os grupos de poder – econômicos e políticos – possuem mecanismos de controle direto ou indireto da produção simbólica, como também dispõem de suas próprias estratégias econômicas, culturais, simbólicas (discursivas, profissionais e epistemológicas) para a fabricação da opinião, com o intuito de gerenciar o conhecimento e a informação.

Quanto aos meios de comunicação, essas estratégias consistem no fornecimento institucional e organizacional de informações (favoráveis) na forma de *releases*, entrevistas coletivas, entrevistas individuais, vazamento de informação ou outras formas de acesso privilegiado aos que são notícia. (DIJK, 2017a, p. 51).

Consoante Dijk (2017a), usa-se o poder para cumprir propósitos neutros, positivos ou negativos, num sistema ideológico de tomada de consciência, no qual um grupo ou uma classe materializam seus interesses a partir de práticas socioeconômicas, financeiras, institucionais, empresariais, políticas e culturais dos membros do grupo. As várias instituições que adquirem, exercem ou organizam essas práticas ideológicas legitimam o poder e reconstróem a realidade social dependendo de interesses, por intermédio de práticas sociais e propriedades discursivas, e, embora esses propósitos não sejam positivos continuamente, “[...] a sociedade não funcionaria se não houvesse ordem, controle, relações de peso e contrapeso, sem as muitas relações legítimas de poder” (DIJK, 2017a, p. 27).

Nesse tocante, as concepções de dominação e de hegemonia para a manifestação discursiva de poder merecem um apontamento fundamental e pertinente. Em primeiro lugar, porque a dominação materializa formas de abuso de poder, entre as quais se inserem a manipulação, a doutrinação ou a desinformação, em domínios sociais diversos, no discurso como texto, prática discursiva e prática social; em segundo lugar, pois o discurso hegemônico propaga ideologias que

⁹ Os tipos de discurso reportam-se a práticas sociodiscursivas, que se instauram nas diversas esferas comunicativas das atividades sociointeracionais.

favorecem os grupos dominantes e não os grupos sociais minoritários, como deveria ocorrer, de fato; por fim, ambas as formas de exercício de poder não dialogam com pautas democráticas e discursos verdadeiramente igualitários e preocupados com o bem-estar social.

[...] os grupos ou classes dominantes tendem a esconder sua ideologia (e, portanto, seus interesses) e terão por meta fazer que esta seja, em geral, aceita como um sistema de valores, normas e objetivos 'geral' ou 'natural'. Nesse caso, a reprodução ideológica incorpora a natureza da formação de consenso, e o poder derivado dela toma uma forma hegemônica. (DIJK, 2017a, p. 47-8).

Refletir sobre a forma hegemônica e as práticas ideológicas dos grupos dominantes revela uma visão esclarecedora e contundente do controle, pois as intenções desses grupos são voltadas aos próprios interesses. Tal reflexão não permite tratar a inabilidade de controlar as consequências de compreender e interpretar um discurso como um contra-argumento, pois o fato de haver uma variação individual e contextual na compreensão e interpretação discursiva não implica a irrelevância dos discursos nos processos de influência social, e a falta de controle direto sobre as mentes não justifica a prática discursiva tendenciosa, em função do conhecimento profissional, já que as nossas ideologias são formadas discursivamente (DIJK, 2017a).

Na perspectiva foucaultiana, reiterada por Santos (1999, 2017), Fairclough (2001) e Dijk (2017a), os sujeitos em geral não têm livre arbítrio para dizer o que pensam, quando e onde querem e para quem desejam, devido às restrições sociais de leis, aos padrões de normatividade ou às determinações sociais, são as ordens do discurso (FOUCAULT, [1970] 1996), que limitam as práticas discursivas e as ações sociais desses sujeitos, ao estabelecerem normas de produção e interação em situações contextuais específicas. Desse modo, para Dijk (2017a), o discurso é uma forma de cognição social, visto que o exercício de poder sobre os vários tipos de conhecimento dos sujeitos, as opiniões, atitudes, ideologias e outras representações pessoais e sociais implica o controle das mentes desses sujeitos, por intermédio do discurso como prática social, o que ocorre no discurso hegemônico em todas as aplicações possíveis.

Os parâmetros do contexto e da produção do discurso configuram as maneiras como aqueles que estão no poder regulam o acesso ao discurso, somam-se a elementos da conversação e são denominados de componentes contextuais dos

eventos discursivos, nesta tese (DIJK, 2017a, 2017b; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009). Em termos mais pragmáticos, as elites, instituições ou organizações poderosas decidem quem pode participar de algum evento comunicativo, quando, onde e com quais propósitos, quem pode ter acesso ao discurso público, como o da mídia de massa (DIJK, 2017a); da mesma maneira como acontece na fala, o discurso institucional limita as ações dos falantes numa dada situação social, em virtude das relações sociais entre os participantes do discurso.

Em princípio, o contexto é um importante elemento que compõe a base analítica da entrevista oral radiojornalística, pois controla a interação verbal e o processo de produção e interpretação do discurso. Como afirma Dijk (2017b, p. 181), “[...] o contexto controla o discurso por força da definição do contexto como a definição dos aspectos relevantes da situação social”. Para o analista, os contextos são definições subjetivas das situações interacionais ou construtos subjetivos dos participantes, delineados para cada situação comunicativa; comportam opiniões e emoções acerca de um evento comunicativo específico, dos participantes e de suas ações; são dinâmicos e se atualizam durante a interação.

O acesso ao discurso e a eventos comunicativos contribui significativamente para a reprodução discursiva do poder social e da dominância e prova que nem todos os sujeitos sociais têm acesso à mídia, à fala e à escrita públicas, podendo ser analisado em termos de tópicos ou referentes do discurso, o que explicita, novamente, as implicações exploradas pelos padrões e pelas estratégias de acesso discursivo, quais sejam: “[...] *quem pode falar e escrever para quem, sobre o que, quando e em que contexto, ou quem pode participar desses eventos comunicativos nos mais variados papéis de ouvintes [...]*” (DIJK, 2017a, p. 89, itálicos do autor). Com base nesses apontamentos, é possível afirmar que o rádio funciona como um instrumento de reprodução de poder a partir dos discursos produzidos, e, por tal instrumento, esses discursos são levados à sociedade.

Nesse sentido, na entrevista de rádio pública alagoana, acesso pode englobar o modo como as pessoas tomam a iniciativa nos eventos comunicativos e como controlam as várias propriedades do discurso, como a tomada do turno, o sequenciamento, os tópicos e as representações sociais a partir desse discurso. As condições de acesso apontadas tanto ocorrem em diversos domínios sociais, instituições, profissões, situações e gêneros, nos ambientes corporativos, no acesso

à mídia de massa, a partir de entrevistas, reportagens ou notícias, nas conversações do dia a dia, como envolvem dimensões, como o planejamento, o cenário e o controle de eventos comunicativos.

Assim, os padrões de acesso discursivo abrangem o planejamento de um evento comunicativo, o que acarreta determinar a situação comunicativa, decidir sobre o cenário do evento comunicativo, o roteiro da conversa, sobre os participantes que podem/devem estar presentes e em que papéis – nos encontros midiáticos, as relações de poder determinam quem tem acesso a falantes poderosos ou quem pode dar uma entrevista –, sobre quais conhecimentos e opiniões os participantes devem (ou não) possuir e que ações sociais podem/devem ser realizadas por meio do discurso. Quanto ao cenário de eventos comunicativos, há vários elementos passíveis de controle por diferentes participantes, e isso inclui o tempo, o lugar e as circunstâncias de textos e falas, quem é chamado ou obrigado a participar do evento, qual papel interacional exercerá, o que é decidido pelo diretor ou por outros participantes poderosos que controlam a interação (DIJK, 2017a).

O controle de eventos comunicativos consiste no poder de controlar os diversos níveis e dimensões do discurso ou fala – posto que diferentes participantes podem ter acesso obrigatório, opcional ou preferencial a tais níveis, em função do poder institucional ou social de cada um –, o que compreende a modalidade de comunicação (falada ou escrita), a variedade linguística, os gêneros do discurso permitidos, os tipos de segmentos de fala (um comando pressupõe, exerce e confirma o poder social de um falante), os participantes que podem escolher os tópicos, iniciar/interromper os turnos de fala ou as sequências discursivas (DIJK, 2017a).

Com vistas a explicar como acontece o processo de reprodução de poder por meio do discurso, Dijk (2017a) aponta que as instituições ou os grupos poderosos dão primazia ao controle do discurso, por este controlar mentes que, por sua vez, controlam ações. Analogamente, os eventos comunicativos não apenas consistem de elementos micro (escrita e fala “verbais”), mas ainda de um contexto que influencia o discurso, e controlar o discurso requer, primeiramente, o controle de seus contextos. Dessa maneira, o contexto constitui-se pela definição global da situação, do cenário (tempo, espaço), das ações em curso (incluindo os discursos e os gêneros discursivos), dos participantes em vários papéis comunicativos, sociais ou institucionais, assim como do controle dos eventos comunicativos e das

representações mentais – metas, conhecimentos, opiniões, atitudes e ideologias – dos referidos participantes.

Para reproduzir o poder, a dominância e a hegemonia, o controle das representações mentais é imprescindível, o que acontece, em primeiro lugar, porque os sujeitos receptores aceitam crenças, conhecimentos e opiniões do discurso de fontes autorizadas, a exemplo dos profissionais e meios de comunicação de massa. Em segundo lugar, em determinados contextos comunicativos, os participantes são, obrigatoriamente, receptores do discurso e, têm, portanto, acesso passivo; em terceiro lugar, em muitas situações, os discursos públicos ou meios de comunicação fornecem informações que não permitem a relação com crenças alternativas; por fim, os receptores do discurso podem não possuir conhecimentos e crenças necessários à contestação ou ao questionamento do discurso ou da informação a que são expostos (DIJK, 2017a).

As condições de controle da mente são contextuais e envolvem toda a situação comunicativa, embora existam condições discursivas, ligadas às estruturas e estratégias dos textos orais e escritos, as quais exercem, fortemente, influência e poder sobre as pessoas, o que permite dizer, no nível discursivo, que os tópicos influenciam o que as pessoas enxergam como informação mais relevante da escrita e da fala. Todos os níveis e estruturas do contexto, do texto e da fala podem ser mais ou menos controlados por grupos sociais ou falantes poderosos, embora o contexto reforce, transforme essas relações ou interfira nelas, continuamente. Assim, na representação ou no exercício do poder, é fundamental controlar ou mudar os tópicos, os detalhes locais do sentido, da forma ou do estilo, as dimensões da ação e da interação discursiva, prescrevendo ou proscrevendo segmentos de fala específicos e distribuindo ou interrompendo seletivamente turnos (DIJK, 2017a).

Inserindo o discurso jornalístico da entrevista de rádio pública alagoana nesse panorama, considera-se o que Dijk (2017a) denominou de acesso ativo, significando dizer que o controle dos contextos e dos eventos comunicativos implica controlar os conteúdos, o fluxo conversacional e as formas da mídia, acessando estratégias para manter esse controle. Assim, quem tem acesso à (produção da) entrevista ou aos programas, quem controla tal acesso, quem será entrevistado ou participará do programa, sobre qual tópico discorrerá, quais os significados dos atos comunicativos

e como tais atos se organizam na interação social são alguns indicativos do acesso ativo, presentes nas estruturas discursivas.

“Nos meios de comunicação jornalísticos, essa estratégia de controle do conhecimento exerce-se por meio da seleção restritiva de assuntos e, mais geralmente, por meio de reconstruções específicas das realidades sociais e políticas [...]” (DIJK, 2017a, p. 50), levando a pensar que a produção discursiva acontece com base nos interesses de grupo ou instituição social, da mesma forma que as manifestações ideológicas de um grupo pode trazer implicações a outros, uma vez que as elites simbólicas abrangem dimensões de poder e não são independentes dos outros grupos de poder, sobretudo do ponto de vista econômico e político.

As dimensões do poder também se constituem, de maneira veemente, nos diálogos e textos institucionais, bem como no discurso organizacional, por se realizarem a partir de diretrizes ou referências para a realização do discurso falado ou escrito e por serem assentados os discursos dos profissionais (dos meios de comunicação, por exemplo), geralmente, sobre o controle do conhecimento e da tecnologia. Tal assertiva se justifica pelo fato de os diálogos engendrados nesses domínios – que envolvem formas de poder – serem representados por formas de interação institucional, num gênero discursivo específico, ao apresentar, manifestar, expressar, favorecer, sinalizar, esconder ou legitimar várias relações de poder, baseadas em modos de discurso, regras institucionalmente prescritas, dependentes do contexto, na negociação de papéis e posições diferentes, o que abrange o *status*, a hierarquia ou o conhecimento especializado.

[Cada institucionalização do poder está ligada] a seus próprios e característicos arranjos ou modos de discurso. Já que os princípios (normas, regras, valores, metas) de legitimidade encontram-se mergulhados em uma ideologia, os processos de legitimação também vão surgir como processos discursivos. (DIJK, 2017a, p. 56).

As estratégias utilizadas para estabelecer e manter essas relações de poder dinamizam-se em uma relação entre as estruturas relevantes do discurso e o contexto social, bem como operam por meio de atos institucionais de fala, comandos, ordens, instruções e outras diretivas, de formas de polidez, de deferência e de formas de tratamento. Essas estratégias de poder também ocorrem na interação conversacional quando um dos participantes controla ou domina a troca de turnos, as estratégias de autoapresentação e o controle sobre todos os níveis de fala espontânea ou de diálogo

formal; evidenciam-se na seleção do tipo ou do gênero do discurso controlado pelos falantes mais poderosos e no controle dos temas, com base nas regras da situação comunicativa, mas comandados pelo falante mais poderoso, que inicia, muda, analisa ou flexibiliza os temas no diálogo (DIJK, 2017a). Compreender as relações de poder em textos escritos ou falados requer o entendimento de mecanismos linguísticos e sociais que orientam a interação, o que acontece na entrevista radiojornalística alagoana de esfera pública.

[Por intermédio de um estudo interdisciplinar das conversações formais ou informais, das reuniões de diretores de empresas, dos relatos de notícia, da publicidade, das entrevistas midiáticas, entre muitos outros eventos comunicativos], estamos aptos a avaliar tanto as estruturas relevantes do discurso quanto as estruturas relevantes da dominância e do controle no contexto social. Ou seja, compreender esses gêneros comunicativos exige uma análise da representação participativa, das estratégias de interação, da troca de turno, da seleção de tópicos e códigos, dos registros estilísticos, das operações retóricas e também uma análise dos papéis, das relações, das regras, das normas e de outras restrições sociais que governam a interação dos participantes na qualidade de membros de um grupo social. (DIJK, 2017a, p. 57).

Todos esses elementos não somente provam a existência de várias dimensões do poder nas formas de interação social, mas também se realizam em tais dimensões, entre as quais estão os governos, os parlamentos, os órgãos públicos, as grandes empresas, o judiciário, os militares, os partidos políticos, os meios de comunicação, os sindicatos, as igrejas e as instituições de ensino. Essas dimensões de poder manifestam estruturas de escritas e falas “poderosas”, são capazes de influenciar, decisivamente, a resolução ou a problematização de questões sociais ou de seu interesse particular por meio de um processo hegemônico, por exemplo, e, assim, exercem as relações de poder, havendo uma hierarquização da posição, do posto ou do *status* dentro das instituições apontadas.

Pensar essas relações no discurso da mídia não somente traz a possibilidade de mencionar as estratégias verbais utilizadas pelos meios de comunicação para fomentar seu discurso, como também evidencia o alcance e o controle que esses meios de comunicação de massa detêm, por serem penetrantes e influentes no controle do discurso público, e isso está expresso na hierarquização das relações de poder, porque, por mais que o discurso midiático obedeça a determinadas convenções, a mídia jornalística confirma e legitima seu poder, ao controlar o discurso público. Em termos de mudança discursiva e social, o impacto desse controle do discurso público nos meios de comunicação pode ser minimizado, por exemplo, a

partir da consciência crítica dos processos sociais e das relações de poder, por intermédio do acesso ativo ao discurso público nas redes sociais, do ativismo digital ou ciberativismo e da militância digital, quando (membros de) grupos sociais se mobilizam na produção de estratégias e de discursos que visam à transformação social e a reivindicações, pois,

Mesmo quando o poder dos meios de comunicação constitui uma forma de poder mediador, ele possui seu próprio papel autônomo na produção e na reprodução das estruturas de poder social. Por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito. (DIJK, 2017a, p. 73-4).

Adquirir conhecimento e formar opiniões dos espectadores acerca de fatos e acontecimentos constitui um dos objetivos dos meios de comunicação jornalísticos; são as referências e diretrizes em que se baseia esse discurso institucional, captadas pelos jornalistas para retratar o poder de sua própria organização e torná-la independente de outras organizações. No discurso jornalístico, a seleção restritiva de assuntos e a reprodução de opiniões, por meio de reconstruções específicas das realidades sociais e políticas, fomentam uma estratégia de controle do conhecimento por aqueles que controlam os diálogos formais e atuam como falantes ativos na maior parte das situações (DIJK, 2017a).

A escolha do tópico discursivo a ser exposto na entrevista radiojornalística alagoana fundamenta-se em critérios de acesso preferencial à mídia, no acesso exclusivo e ativo dos fatos, na base seletiva de conhecimento, nos interesses e nos objetivos das organizações, o que suscita a ideia de que os valores, as normas, as ideologias e os arranjos de poder compõem as práticas midiáticas e, a partir das estratégias discursivas, potencializam o poder dessa elite, mesmo havendo dissidências. Essas dissensões dependem dos conhecimentos prévios do espectador, de fatores socioculturais e socioeconômicos, por haver diferenças nas maneiras de as pessoas interpretarem, representarem e avaliarem fatos, matérias jornalísticas e outros eventos noticiosos para, posteriormente, tirarem conclusões, formarem opiniões, ideologias e atitudes.

Embora não se aborde, neste trabalho, com profundidade, o enquadre sociocognitivo, reconhecer tal enfoque de Dijk (2017a) é coerente, ao se pensar que toda e qualquer manifestação discursiva, os tipos de conhecimento (linguístico,

enciclopédico, estilístico, sociointeracional, textual, discursivo, comunicativo, entre outros), as ações comunicativas e interacionais bem como as convenções sociais fazem parte do domínio cognitivo, têm uma representação na memória e, portanto, compõem o contexto sociocognitivo. O autor assegura que a mentalidade das pessoas é controlada pelo discurso, e tal ação ultrapassa os limites da compreensão do texto falado ou escrito, inclui ainda “[...] o conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as opiniões pessoais e as atitudes sociais, as ideologias e as normas ou valores, entre outros fatores [...]” (DIJK, 2017a, p. 20), com o intuito de persuadir ou manipular os sujeitos.

Outra ressalva importante diz respeito ao fato de esses sujeitos estarem mais críticos e independentes; todavia, é preciso descobrir se e em que medida as novas formas de interação, ferramentas tecnológicas, mídias, opiniões e mensagens que circulam socialmente e se dirigem aos sujeitos conseguem, “arbitrariamente”, implementar ideologias dominantes (DIJK, 2017a), uma vez que o acesso a mídias sociais tem contribuído atualmente para impossibilitar, desacelerar ou reduzir a implementação dessas ideologias dominantes. A ideia de arbitrário dá margem a uma reflexão fundamental à discussão, por ser abstrata e ilusória, pois quem detém poder controla os conteúdos midiáticos e os discursos públicos para persuadir e manipular os sujeitos, fazendo-os acreditarem que seus interesses são os mesmos da ideologia dominante, criando a falsa ideia de liberdade e diversidade, mas também produzindo a hegemonia ideológica para chegar ao poder – quem não o possui – ou manter-se nele.

[...] o discurso pode exercer poder direta e coercitivamente, por meio de atos discursivos diretivos e por meio de modalidades de texto, tais como as leis, regulamentações ou as instruções. O poder também pode se manifestar de forma mais indireta no discurso, como representação na forma de expressão, descrição ou legitimação dos atores do poder ou de suas ações e ideologias. O poder discursivo costuma ser direta ou indiretamente persuasivo e, portanto, exibir justificativas, argumentos, promessas, exemplos e outros instrumentos retóricos que aumentam a probabilidade de os receptores formarem as representações mentais desejadas. **Uma estratégia crucial quando se trata de disfarçar o poder é convencer as pessoas sem poder de que elas praticaram as ações desejadas em nome de seus interesses.** (DIJK, 2017a, p. 84, negritos nossos).

Seguindo ainda tal raciocínio, o cerne da reprodução discursiva do poder de grupos sociais ou organizações está na posição social, no grupo social e na maneira como ele controla o discurso público, a exemplo da mídia como domínio social. Ao indagar sobre controle do discurso público e poder social de grupos (classes ou

organizações), considera-se o acesso preferencial a recursos materiais específicos (o capital, a terra) e a recursos simbólicos (o conhecimento, a educação, a fama ou a força física) ou o controle sobre tais recursos (DIJK, 2017a). Assim, se grupos sociais dominantes/elites simbólicas gerenciam ou controlam as mentes do público em todas as suas dimensões semióticas, a concepção de hegemonia ganha projeção, devido à ilusão de liberdade e escolha, ambas inexistentes.

Há de se pensar também que, por um lado, a mídia, campo do poder simbólico, exerce poder social sobre as massas, influenciando-a significativamente, por outro, jornalistas individuais possuem a capacidade de influenciar as mentes de inúmeras pessoas, a ponto de fazê-las agirem de seu próprio livre-arbítrio, segundo os interesses dos grupos sociais poderosos, controladores das normas e dos valores que conduzem as representações sociais do público em geral, o que constitui um processo de hegemonia ideológica (DIJK, 2017a), conforme já referenciado. O discurso do entrevistado L2 (superintendente de um órgão público) no evento discurso 3 sugere essa ideia de livre-arbítrio por parte dos trabalhadores ambulantes, quando diz acreditar que esses trabalhadores estavam se conscientizando do processo de desocupação e justifica que o trabalho de divulgação e de conscientização havia começado com antecedência; no entanto cabe salientar a presença de agentes públicos (fiscais, guardas municipais e policiais) nas vias de acesso ao calçadão do Centro, para impedir que os referidos trabalhadores ambulantes, com suas mercadorias, acessassem as ruas do calçadão, o que constitui uma forma de coerção, mas não de consentimento.

Dessa maneira, as práticas discursivas “individuais” são tão pertinentes para a reprodução discursiva do poder quanto as práticas dos grupos dominantes, das organizações ou instituições, já que a posição social do falante interfere consideravelmente na tomada de decisões ou na adesão a um ponto de vista. No nível micro do poder, explicado pela escolha dos segmentos de fala, seleção e mudança de tópico e distribuição de turnos conversacionais, controlar os detalhes discursivos e interacionais da produção do discurso público é uma forma de os jornalistas controlarem sua imagem na mídia de massa, ganharem apoio e influenciarem opiniões.

O controle de acesso ao tipo de interação discursiva das elites simbólicas é limitado, e essas elites controlam tal acesso, devido aos recursos simbólicos que

instituem o poder a um determinado grupo social. Entretanto, os processos sociais de reprodução do poder, por ocasião do controle do discurso público, não são determinísticos, sectários ou engessados, pelo fato de grupos dominantes (como emissoras de rádio e de TV) controlarem discursos, e grupos dominados (como jornalistas, entrevistados e público-ouvinte) poderem resistir – até certa medida – às ideologias dominantes de organizações poderosas, e formular textos segundo seus próprios interesses e suas perspectivas (DIJK, 2017a). Isso suscita outra reflexão acerca da hierarquização do poder e da flexibilização das relações entre o poder social de grupos e instituições, sobretudo levando em conta os interesses, objetivos e as perspectivas de grupos poderosos e dominados.

Nem sempre há uma imagem clara de um grupo dominante (ou classe ou instituição) oprimindo outro grupo, controlando todo discurso público, e esse discurso controlando diretamente a mente dos dominados. Existem muitas formas de convivência, consenso, legitimação e até mesmo de uma 'produção conjunta' de formas de desigualdade. Membros dos grupos dominantes podem se tornar dissidentes e se alinharem aos grupos dominados, e vice-versa. Os discursos do oponente podem ser adotados pelos grupos dominantes, seja para estrategicamente neutralizá-los, seja simplesmente porque o poder e as ideologias dominantes podem ter mudado [...]. (DIJK, 2017a, p. 132).

Logo, reconhecer as relações de poder como sendo graduais e flexíveis é perceber que o exercício e a manutenção do poder pelos grupos sociais mais poderosos sobre os menos ou não poderosos são ideológicos, delineiam-se por meio de estratégias de reprodução ideológica e baseiam-se em vários tipos de aceitação, negociação, contestação e consenso, pois, embora as elites detenham controle significativo e demasiado sobre os modos de reprodução discursiva, exercem seu poder simbólico dentro de um conjunto de limitações. Isso conduz a outro apontamento importante, relacionado ao fato de membros de grupos sociais minoritários compactuarem com discursos e atitudes de (membros de) grupos dominantes, fomentando práticas preconceituosas e atos antidemocráticos, assim como defendendo discursos que potencializam formas de convivência com a desigualdade em múltiplos espaços sociais, o que precisa e deve ser combatido.

Como exemplo, por um lado, há empresas públicas ou privadas de comunicação de massa que controlam as condições financeiras e tecnológicas da produção do discurso, por outro, há outras empresas ou grupos de poder participantes do cenário (geralmente institucionais), os quais controlam os vários modos de distribuição do discurso, especialmente os discursos dos meios de comunicação de

massa, e, por conseguinte, também controlam parcialmente os mecanismos para exercer influência sobre a escrita e a fala públicas (DIJK, 2017a). Essas relações de controle do discurso por grupos de poder em vários domínios sociais também serão abordadas na seção a seguir, segundo Fairclough (1989, 2001).

2.3 Pontuações teóricas sobre Discurso e Poder segundo Fairclough (1989, 2001)

As relações de controle e acesso compõem processos intrinsecamente sociais, a ponto de os grupos dominados, em se tratando do domínio midiático, serem obrigados, na maioria das vezes, a acessar informações que funcionam como ponte de acesso ao conhecimento ou à conquista de outros espaços sociais. Acessar essas informações veiculadas pela mídia, no mínimo, possibilita analisá-las e compará-las a outras, criticamente, e a linguagem possui um papel central nessa conjuntura, já que a relação entre poder e linguagem, em seus usos cotidianos e profissionais, permite compreender questões de interesse social (FAIRCLOUGH, 1989).

Nesse sentido, Fairclough (1989) analisa como as formas de interação são afetadas pelas estruturas e forças das instituições sociais, de modo que tais instituições e os papéis dos sujeitos se delineiam a partir de uma linguagem particular. Essa análise implica uma abordagem que, inicialmente, contemple a linguagem – por intermédio de uma análise que relacione aspectos não discursivos e interacionais da conversação –, a teoria social e o contexto profissional específico para explorar um estudo crítico do discurso, em consonância com aspectos conversacionais do texto falado, e definir cada um deles exige que sejam postos em relação.

O movimento interpretativo da linguagem, o qual contempla os vieses social e textual, constrói uma teoria em que as conexões entre as ordens do discurso, sob a ótica foucaultiana, as seleções motivadas e convencionais das opções linguísticas disponíveis e as ordens da sociedade determinam-se simultaneamente e instituem relações de poder, em diferentes níveis (pessoal, social e institucional), o que se revela por intermédio da análise da interação em instituições sociais particulares, vinculando uma análise macro e micro, isto é, da sociedade e de determinadas trocas sociais, respectivamente.

Ao identificar o avanço de causas específicas no contexto da necessidade para a mudança social, Fairclough (1989) acredita que se alcança a compreensão da

ordem social a partir de uma consciência crítica do poder da linguagem. O fato é que o movimento interpretativo dos textos e de suas condições de produção é alcançado por meio do estudo crítico da linguagem, da seleção das estruturas e dos modos da linguagem para a compreensão do processo social.

Compreender a ordem social e alcançar uma consciência crítica do poder da linguagem exige mais que o acesso aos fóruns de poder e a participação em tais fóruns da sociedade, é preciso compreender e saber a linguagem deles, mas também, saber como o poder pelo uso da linguagem possibilita alcançar metas pessoais e sociais. Fairclough (1989) ressalta a importância da competência comunicativa na ativação do movimento interpretativo dos textos e de suas condições de produção, assim como reforça a necessidade de interligar o estudo discursivo a uma compreensão da sociedade contemporânea, enxergando o discurso como base para a emancipação social, o que permite afirmar categoricamente que linguagem é poder.

Tal compreensão estende-se ao significado da linguagem na produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder e amplia a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas por outras, constituindo o passo inicial para a emancipação social. Isso é possível por intermédio do estudo das inter-relações ricas e complexas de linguagem e poder, sem desconsiderar que o poder existe em várias modalidades. Na entrevista de rádio pública alagoana, os mecanismos crítico-conversacionais, vistos sob a perspectiva tridimensional/social do discurso, possibilitam não só a compreensão de como o uso da linguagem, para fomentar relações de poder, afeta sujeitos e grupos sociais, mas também de como aspectos não discursivos ou sociais – a exemplo dos componentes contextuais do discurso – interferem nessas relações.

Estudos das maneiras como o poder é exercido em conversas e outras formas de conversação entre os sujeitos têm conquistado espaços sociais, sobretudo por seu caráter evolutivo e interpretativo, não apenas descritivo. Assim, a Análise da Conversação (AC), no diálogo entre suas categorias e a Análise Crítica do Discurso, permite analisar a interação entre sujeitos e explicar as convenções sociolinguísticas como produto de relações de poder e lutas pelo poder (FAIRCLOUGH, 1989).

As convenções sociolinguísticas incorporam, para Fairclough (1989), diferenças de poder e surgem de relações particulares de poder ou dão origem a elas. O autor explica as convenções sociolinguísticas existentes como resultado das

relações de poder e da luta pelo poder. Partindo disso, com base nessas convenções, os sujeitos interagem de maneira linguística e não estão bem conscientes, em virtude de as convenções e as suposições linguísticas ou interacionais estarem naturalmente incorporadas às formas de linguagem, o que abrange a autoridade, a hierarquia entre os referidos sujeitos, a tomada de decisões, as formas de tratamento e de controle da interação.

Segundo Fairclough (1989), as referidas convenções e suposições são ideologias, e estas ligam-se aos mecanismos de poder, visto que a natureza dos pressupostos ideológicos presentes em determinadas convenções e as convenções em si dependem das relações de poder; tais pressupostos legalizam as relações sociais existentes e as diferenças de poder, por meio do contexto social e de elementos linguísticos (cotexto).

As ideologias ligam-se intimamente à linguagem, porque o uso linguístico é a forma mais trivial de comportamento social, e o exercício do poder, na sociedade moderna, é alcançado pelo funcionamento ideológico da linguagem. Assim, legitima-se a importância da língua (gem) como principal meio de controle e poder social, sob o viés ideológico, bem como há de se evidenciar o avanço da linguagem em termos dos usos, das variações e da complexidade das capacidades da linguagem dos sujeitos, associados à natureza ideológica dessa linguagem.

Como o poder existe em várias modalidades, as relações de poder acontecem em proporções variadas. Dessa maneira, o exercício do poder dá-se pela coerção de tipos diversos e pelo consentimento, sendo este último proveniente da ideologia. Entender as convenções e as suposições sociolinguísticas aumenta a consciência da relação entre linguagem e poder e permite aos sujeitos verem as maneiras como as relações de poder moldam ideologicamente essas suposições.

Em havendo uma consciência crítica das relações sociais, notadamente focalizando a linguagem, dominação e opressão aparecem em oposição à resistência e à mudança. Resistência e mudança são possíveis e acontecem continuamente, embora seu funcionamento e sua eficácia dependam de pessoas que desenvolvam uma consciência crítica de combate à dominação, à opressão e suas modalidades.

Ao tratar do lugar da linguagem na sociedade, entre seus posicionamentos teóricos, Fairclough (1989) apresenta a linguagem como forma de prática social determinada pelas estruturas sociais e evidencia o discurso como um conjunto de

convenções associadas a instituições sociais, chamado de ordens do discurso. Por estarem vinculadas a instituições sociais, essas ordens são socialmente constituídas, o que permite evocar relações de poder; o cerne dessa questão está em pensar que, se o discurso institui poder, a linguagem é centralmente envolvida no poder e nas lutas pelo poder, que, por sua vez, envolve propriedades ideológicas.

Analisar as práticas discursivas dos sujeitos e os efeitos delas no mundo social abrange, consoante Fairclough (1989), não só elementos nas situações sociais do discurso, mas também ordens do discurso, que são os aspectos discursivos das ordens sociais nos níveis sociais e institucionais da sociedade, permitindo compreender as estruturas sociais e o modo como as instituições se articulam, do ponto de vista dos usos linguísticos.

As ordens do discurso moldam-se ideologicamente pelas relações de poder em instituições sociais e na sociedade como um todo, o que se explica também pelo fato de o discurso ter efeitos sobre as estruturas sociais e ser determinado por elas, contribuindo para a continuidade e mudança social. O exercício dessas relações de poder é percebido, por exemplo, quando o entrevistador, na conversação, desempenha um papel interacional e um estatuto social distinto daqueles do entrevistado, o que pode estar relacionado às ordens do discurso da instituição social a que o entrevistador pertence, às estratégias conversacionais e às práticas modalizadoras (estratégias de polidez na linguagem).

O fato é que, na interlocução entre entrevistador-entrevistado na entrevista de rádio pública alagoana, as propriedades discursivas (estrutura textual, turno conversacional, marcadores discursivos de poder, tópico discursivo, pares adjacentes e outras) são determinadas pela natureza da situação comunicativa, pelas condições sociais do contexto, pela relação entre os participantes da interação e por outros aspectos não linguísticos, contemplados neste estudo. Segundo Fairclough (1989), é preciso atentar-se para os processos de produção e interpretação de textos e para a forma como tais processos moldam-se socialmente e relacionam-se às convenções sociais, não apenas aos textos em si, já que a maneira como as pessoas interpretam características dos textos depende de quais convenções sociais sustentam.

Cabe pensar até que ponto as posições estabelecidas institucionalmente para os membros da situação comunicativa, numa ordem de discurso, são passivamente ocupadas por eles, e examinar de que modo as relações sociais que determinam tais

posições sustentam-se pelo uso da linguagem. Esse uso contribui para mudar relações sociais, e tal mudança depende das propriedades discursivas efetivadas pelos sujeitos da interação, em virtude da maneira como interagem em suas interlocuções. Ademais, os sujeitos sociais agem dentro das posições de sujeito estabelecidas nos tipos de discurso e são passivos, nessa perspectiva; entretanto, por serem controlados em suas práticas discursivas – determinadas pelos tipos de discurso – os sujeitos referendados são capazes de atuar como agentes sociais (FAIRCLOUGH, 1989).

Para Fairclough (1989), a linguagem como forma de prática social faz parte da sociedade – não é exterior a ela – e constitui um processo socialmente condicionado por outros elementos (não linguísticos) da sociedade, provando que há uma relação interna e dialética entre linguagem e sociedade. Além disso, por um lado, os fenômenos linguísticos são fenômenos sociais, porque as ações de linguagem dos sujeitos são determinadas socialmente e produzem efeitos sociais; esses sujeitos usam a linguagem de maneiras diversas, suscetíveis ou expostas à convenção social, e tais maneiras são condicionadas pelas relações sociais e produzem efeitos sociais para manter ou mudar essas relações.

Por outro lado, os fenômenos sociais são linguísticos, porque as atividades de linguagem, delineadas em contextos sociais, não são mero reflexo e expressão de processos e práticas sociais, são intrínsecos a tais processos e práticas. A linguagem é uma das bases do social, e, ainda que nem todos os fenômenos linguísticos sejam sociais, os fenômenos sociais possuem algum elemento linguístico substancial que contribui para construir as práticas e os processos sociais (FAIRCLOUGH, 1989).

A definição de discurso de Fairclough (1989), para se referir a todo o processo de interação social do qual um texto é apenas uma parte, é fundamental para esta tese, pois suscita a ideia de que a análise de texto corresponde a uma parte da análise do discurso dos sujeitos, o que também abrange os processos produtivos e interpretativos. Tal definição permite refletir sobre propriedades discursivas que determinam interações assimétricas e simétricas, bem como possibilita tecer conceitos que justificam o uso de tais propriedades em entrevistas radiojornalísticas, o que inclui os recursos dos membros (doravante RM) – representações linguísticas e não linguísticas, a exemplo do conhecimento linguístico dos sujeitos, suas

representações sociais, valores, crenças, suposições e todas as propriedades que funcionam como importantes condições para a produção e a interpretação dos textos.

Essas ponderações feitas pelo autor trazem algumas implicações teóricas que não enfraquecem as ciências linguísticas que estudam o texto, mas fortalecem-nas, no sentido de que expandem os processos interpretativos dos textos, incluindo condições contextuais e sociodiscursivas de que se apropriam tais ciências na análise desses textos. Nesse sentido, os RM são transmitidos socialmente e dependem das relações sociais, os sujeitos internalizam o que se produz e se disponibiliza socialmente a eles e utilizam os referidos RM em suas práticas sociais de linguagem.

A Análise Crítica do Discurso envolve condições sociais de produção e interpretação, os parâmetros do contexto e da produção do discurso (DIJK, 2017a). Essas condições sociais abrangem três níveis distintos de organização social, o nível da situação social (ou o ambiente social imediato em que o discurso ocorre), o nível da instituição social e o nível da sociedade como um todo, e moldam os sujeitos que usam a linguagem, e os RM moldam a forma como se produzem e se interpretam os textos (FAIRCLOUGH, 1989).

Ao definir a linguagem como discurso e como prática social, Fairclough (1989) não focaliza apenas a análise de textos e de processos de produção e interpretação, mas enfoca ainda as condições imediatas do contexto situacional e as condições mais remotas das estruturas institucionais e sociais, com vistas a analisar a relação entre textos, processos e suas condições sociais. Assim, o autor contempla a relação entre textos, interações e contextos, três dimensões importantes do discurso, e, em tais análises, é necessário considerar outros três aspectos da ACD: a descrição, que se volta às propriedades formais do texto; a interpretação, estágio de análise que se refere à relação entre texto e interação (processo interacional); e a explicação, que diz respeito à relação entre interação e contexto social, com a determinação social dos processos de produção e interpretação, e seus efeitos sociais.

Conforme Fairclough (1989), o discurso é determinado por convenções sociais que o subjazem, as ordens do discurso e ordens sociais, e isso é um aspecto das condições sociais do discurso, associado à evidência de que as estruturas sociais condicionam as práticas discursivas dos sujeitos. Qualquer discurso ou prática implica tipos convencionais de discurso ou de prática, significando dizer que os sujeitos agem motivados pelas convenções sociais e pelas restrições que os tipos de discurso ou de

prática estabelecem. Fairclough (1989) utiliza o termo *ordem social* para se referir à estruturação de um espaço social particular em vários domínios, associados a vários tipos de prática discursiva.

São as ordens de discurso e ordens sociais que estruturam os espaços sociais, as diferentes esferas de ações discursivas, os variados tipos de situação, nos quais o discurso ou a prática discursiva opera a partir de convenções sociais e pode desempenhar relações e papéis distintos em outras ordens de discurso, associado a várias instituições sociais. Essas instituições sociais estruturam os discursos de um modo particular numa dada ordem do discurso, e mudam as estruturas que moldam esses discursos ou mesmo as ordens do discurso das várias instituições sociais fomenta relações de poder em nível da instituição social ou da sociedade, uma vez que pode haver uma hierarquização no controle de tais ordens; controlá-las implica poder, num nível particular ou social (FAIRCLOUGH, 1989).

Dentro dessa perspectiva, associando aos tipos de discurso e de prática que constroem as entrevistas analisadas neste estudo, cabe a discussão acerca de como as estruturas sociais condicionam as práticas discursivas no nível societário, notadamente institucional. Isso exige observar que a maneira como as ordens de discurso estruturam-se e que os recursos dos membros, presentes no discurso, determinam as relações de poder em instituições sociais particulares ou globais, carecendo de uma análise crítica da linguagem, das propriedades sociodiscursivas, dos aspectos contextuais, para chegar a dadas conclusões sobre os eventos interativos.

As relações de poder podem ser fomentadas no âmbito institucional, porque os aspectos contextuais influenciam as práticas discursivas dos sujeitos (entrevistador e entrevistado) que se apropriam de tais práticas para manter as relações interpessoais entre si ou para preservar suas faces e seu estatuto social frente as instituições que representam. Por isso, numa perspectiva crítico-conversacional, que abrange os estudos da Análise da Conversação Textual e Discursiva e da Análise Crítica do Discurso, defende-se, neste trabalho, a ideia de que uma sequência de turnos nucleares caracteriza uma situação de simetria, e um turno nuclear em andamento entrecortado por turnos inseridos caracteriza uma situação de assimetria na conversação, conforme demonstra Galembeck (1993, 1996, 2005), mas estas não podem ser apenas conversacionais, posto que também são motivadas por aspectos

sociais. A base teórica desse analista da conversação é fundamental para ampliar os conceitos de assimetria e simetria por meio de uma tipologia que imbrica o viés discursivo e o não discursivo.

Nesse tocante, a relação entre as diversas classes e grupos sociais depende de uma série de questões que podem estar imbricadas, o que significa que o *status* econômico compõe um aspecto, entre vários outros, como os conhecimentos – num nível linguístico, social ou profissional – que os sujeitos possuem, o que interferirá na capacidade de controle social desses grupos, que podem se apropriar das mesmas práticas ou não, a fim de obter e instituir poder. Refletindo sobre as condições sociais de produção discursiva e a relação entre poder, discurso e acesso, diversas instituições sociais, como educação, lei, religiões, mídia e até a família, coletiva e cumulativamente, asseguram o domínio contínuo de grupos dominantes (FAIRCLOUGH, 1989).

Certamente, o discurso persuasivo e hegemônico e os aspectos ideológicos (contextuais) legitimam as relações de poder, pois os sujeitos recorrem às práticas institucionais e incorporam-nas às suas práticas discursivas, naturalizando-as, o que contribui para sustentar as relações apontadas. O poder ideológico e o poder de projetar as práticas de outros sujeitos, universalizando-as, dão-se de duas maneiras: quem tem poder pode exercê-lo ou mantê-lo por coerção ou consentimento; nesse tocante, o discurso é socialmente representativo, “por ser o veículo favorito da ideologia” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 34).

Fairclough (1989) afirma que a linguagem não é somente um local de aposta na luta de grupos ou classes sociais, como é também uma aposta na luta desses grupos, e aqueles que exercem poder por meio da linguagem devem estar constantemente envolvidos na luta com os outros para defender (ou perder) sua posição. Percebe-se, nesse sentido, como a ideologia é fundamental no modo como várias instituições sociais contribuem para sustentar a posição da classe dominante, embora o controle social por intermédio do consentimento venha sendo, na sociedade moderna, a forma mais evidente de exercício do poder, o que se evidencia a partir das ordens sociais do discurso no âmbito jornalístico, por exemplo.

A sociedade moderna é caracterizada por um alto grau de integração de instituições sociais no sentido de manter o domínio de classe. Da mesma forma, pode-se esperar um alto grau de integração ideológica entre as ordens institucionais do discurso dentro da ordem social do discurso. E encontra-se isso. Existem, por exemplo, certos tipos de discurso-chave que incorporam

ideologias que legitimam, mais ou menos diretamente, as relações sociais existentes, e que são tão salientes na sociedade moderna que eles ‘colonizaram’ muitas ordens institucionais do discurso. Eles incluem discursos publicitários e discursos de entrevistas e aconselhamento/terapia. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 36).

Para analisar como certos grupos institucionais e sociais controlam as ordens de discurso e mantêm seu poder, basta avaliar a complexa relação dialética entre discurso e estruturas sociais que o condicionam. Há, na verdade, um entrecruzamento de ambos, visto que o discurso afeta as estruturas sociais e contribui para o alcance da continuidade ou da mudança social, por meio das relações de poder; isso permite retomar um dos aspectos da visão tridimensional, em Fairclough (1989), a de discurso como prática social.

Como as estruturas sociais, na forma particular de convenções do discurso, determinam esse discurso e são produto dele, são as práticas sociais que refletem a realidade, determinadas por tais estruturas, podendo modificar essa realidade e transformar o mundo social. De forma mais concreta, as práticas sociais são condicionadas pelas estruturas sociais, quando entrevistador e/ou entrevistado – que representam uma instituição social que tem uma ordem social e uma ordem de discurso – mobilizam ações discursivas e posições enquanto sujeitos, as quais se inserem em tais ordens e dependem da situação durante a qual o discurso ocorre, dos papéis sociais que esses sujeitos assumem, dos propósitos discursivos e dos tipos de discurso de que se apropriam para expressar seus direitos e realizar suas obrigações discursivas.

Todos os parâmetros constitutivos do contexto são influenciados pelas estruturas sociais, e são as posições específicas ocupadas pelos sujeitos, as quais permitem que eles façam parte de uma instituição social. Todavia, evocar tal questão significa ponderar que tipos de discurso determinam práticas discursivas dos sujeitos, as quais, por sua vez, reproduzem tipos de discurso, e os sujeitos sociais são obrigados a operar nos limites das posições de sujeito estabelecidas nos tipos de discurso. Nesse cenário, inserem-se as relações de poder, pois, para ser um sujeito ativo, as estruturas sociais restringem as práticas discursivas dos sujeitos como agentes sociais, e, para tornar-se um sujeito criativo, esses agentes combinam tipos de discurso de maneiras diversas, com vistas a atender a demandas e contradições que mudam constantemente as situações sociais reais (FAIRCLOUGH, 1989).

Assim, para produzir, reproduzir ou interpretar tipos de discurso, os sujeitos recorrem a ordens de discurso e a outros aspectos da estrutura social, armazenados em seus recursos dos membros (RM); essas ordens integram premissas ideológicas que sustentam e legitimam as relações de poder existentes. As relações de poder obtidas entre as forças sociais e a maneira como essas relações se desenvolvem são determinantes para preservar ou transformar as ordens do discurso e, conseqüentemente, tais relações de poder, e transformações nas ordens do discurso podem acontecer, devido às ininterruptas mudanças no mundo social, ainda que grupos sociais dominantes e instituições mantenham suas posições e seus discursos institucionais (FAIRCLOUGH, 1989).

Outro aspecto pontual das ponderações de Fairclough (1989) refere-se ao fato de que as relações de classe também determinam o discurso e as práticas sociais, bem como são reproduzidas no discurso; todavia, essas relações são opacas, socialmente naturalizadas ou pouco perceptíveis aos sujeitos que delas participam, daí o autor mencionar o viés “oculto” da inter-relação entre a reprodução das relações de classe no discurso e estruturas sociais dominantes. Essa conexão é mediada pelos vários tipos de discurso das instituições sociais em uma sociedade, e, normalmente, as relações de poder a partir da linguagem são transparentes quanto à reprodução das ordens de discurso e de aspectos outros da estrutura social, o que não acontece quando este discurso reproduz indiretamente as relações de classe e estruturas sociais dominantes.

Por serem indiretos e ‘ocultos’, nem a determinação social dos tipos de discurso das várias instituições (e, portanto, do discurso) por níveis mais abstratos da estrutura social, nem seu efeito sobre esses níveis da estrutura social, são evidentes para os sujeitos no curso normal dos eventos. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 40).

Nesse sentido, quando se analisa a relação entre relações de poder e de classe, discurso e/ou vários níveis das estruturas sociais, conclui-se que os sujeitos legitimam ou deslegitimam as relações de poder no discurso, sem terem consciência disso e sem perceberem a natureza crítica do discurso, e a veracidade dessa assertiva gera implicações sociais, o que ratifica a importância social deste estudo. Finalmente, não se pode pura e simplesmente aceitar o controle social como um princípio de hierarquia naturalizante ou a reprodução das relações sociais de poder pela linguagem como um fato naturalizado, mesmo que tais relações se apresentem das práticas mais mundanas ou convencionais às mais extraordinárias; tal fato deturpa o

princípio da mudança social e do sujeito criativo, parte constitutiva dessa mudança e da transformação das ordens sociais, a fim de que isso ocorra, por certo.

Quando Fairclough (1989) enfatiza aspectos da relação poder-linguagem, poder no discurso e poder por trás do discurso, valida-se, mais uma vez, nesta tese, a ideia de que abordar a assimetria e a simetria no discurso jornalístico não se encerra na definição de que dois turnos nucleares justapostos caracterizam a simetria. Do mesmo modo, a posse do turno e da palavra, com intervenções de alto valor referencial, por um sujeito interactante, não seria suficiente para determinar a assimetria.

Para tratar acerca de poder no discurso, convém conceber o discurso como o lugar em que as relações de poder são realmente exercidas e decretadas (FAIRCLOUGH, 1989) e pensar que essas relações se efetivam na visão tridimensional apontada por Fairclough (1989), bem como abrange importantes fatores contextuais, não apenas os aspectos linguísticos e textuais. Nesse sentido, o autor propõe uma reflexão sobre as idiosincrasias e o poder por trás do discurso, focalizando como as ordens do discurso e as dimensões das ordens sociais das instituições sociais ou sociedades moldam-se e constituem-se por relações de poder.

No bojo dessas relações, por exemplo, as sobreposições de vozes, conforme Fairclough (1989), não são pura e simplesmente um aspecto do discurso falado, mas são marcas de controle da conversa, impedindo o sujeito de repetir ou fornecer informações óbvias e irrelevantes, senão as informações esperadas pelo outro sujeito interactante. Esse exercício de poder também acontece na fala de abertura durante a interação, quando o entrevistador anuncia a natureza do que está acontecendo naquele evento interativo.

Além disso, o entrevistador não somente instrui o entrevistado, em se tratando da entrevista, em como este deve sequenciar suas ações, como também utiliza técnicas de controle na interação com o entrevistado, quando utiliza turnos inseridos, seja para fazer uma observação ou avaliação acerca do tópico em questão, seja para denotar concordância com algo expresso na conversação. As perguntas em si, dirigidas ao entrevistado, já constituem uma técnica de controle da interação e uma sequência estrategicamente ordenada que guia o sujeito entrevistado (FAIRCLOUGH, 1989).

Ademais, outros elementos conversacionais são fundamentais para interpretar a produção do discurso falado, a exemplo das pausas, dos silêncios ou da conclusão de uma pergunta ao entrevistado, sendo sua responsabilidade concluir aquele ato. Isso permite evocar, nesta seção, um aspecto caro aos Estudos Conversacionais, em observando o diálogo que Fairclough (1989) realiza junto a essa área para explicar processos discursivos de poder no texto falado, o que a AC chama de lugar relevante para a transição do turno de fala (LRT¹⁰).

Entre os importantes aspectos linguísticos e textuais que denotam as relações de poder, estão as formas gramaticais, a exemplo das perguntas ou questões negativas, as modalidades declarativas e interrogativas (FAIRCLOUGH, 1989). Com base nessas pontuações teóricas, Fairclough (1989) afirma que o poder no discurso relaciona-se aos participantes poderosos que controlam e restringem as contribuições de participantes não poderosos; essas restrições são de três tipos: conteúdo – sobre o que se diz ou se faz –, relações – as relações sociais em que as pessoas se inserem no discurso –, e sujeitos ou as posições de sujeito que as pessoas podem ocupar.

Na relação entrevistador-entrevistado, todos os segmentos de fala diretiva (ordens e perguntas) podem provir do entrevistador, que tem o direito de dar ordens e fazer perguntas, enquanto o entrevistado tem apenas a obrigação de cumprir seu papel e responder às perguntas. As restrições a que ambos os sujeitos são expostos derivam das convenções do tipo de discurso em uso, e, num sentido indireto, o entrevistador está no controle.

O entrevistador mantém-se no controle do discurso, de forma indireta, pois é prerrogativa de participantes poderosos determinar quais tipos de discurso podem ser legitimamente usados, significando dizer que, além de restringir diretamente as contribuições, participantes poderosos podem restringi-las indiretamente, selecionando o tipo de discurso. Isso também é uma forma de autocontrole do entrevistador, pois, uma vez estabelecido um tipo de discurso, suas convenções aplicam-se a todos os participantes, incluindo os poderosos (FAIRCLOUGH, 1989).

No que se refere ao poder em encontros transculturais, conforme Fairclough (1989), as relações de poder entre os sujeitos são marcadas por origens culturais e

¹⁰ É o ponto da interação em que o ouvinte percebe que o turno do falante está completo ou concluso, embora, como asseguram Galembek, Silva e Rosa (1990), o LRT remeta-se a uma possibilidade, e não a um lugar de transição obrigatória, o que é provado na entrevista a partir do assalto ao turno, conforme se verifica na subseção 3.1.2 e nos momentos discursivos deste estudo.

linguísticas diferentemente, e os tipos e as ordens de discurso variam de acordo com as diferenças culturais no discurso, sendo um elemento de dominação. Nesse sentido, os entrevistadores tendem a supor que os entrevistados estão familiarizados com as formas dominantes de se conduzir entrevistas, e interpretam-se as contribuições dos entrevistados, baseando-se no pressuposto de que esses sujeitos são capazes de elaborar e de fornecer informações que estejam dentro das convenções dominantes (FAIRCLOUGH, 1989).

Outro aspecto fundamental evidenciado por Fairclough (1989) diz respeito ao discurso da mídia de massa, seja no rádio, seja na televisão, em função das relações de poder estabelecidas nesse tipo de discurso, pois a natureza de tais relações pode ser explícita ou oculta no discurso jornalístico. Fairclough (1989) menciona a diferença entre discurso face a face e discurso da mídia, a partir da unilateralidade do discurso midiático.

Na interação face a face, os sujeitos alternam-se entre serem produtores e intérpretes do texto, pois ambos revezam os papéis de falante e de ouvinte na interação, no entanto, no discurso midiático, há uma demarcação muito pontual entre produtores e intérpretes, levando em conta o espectador. Nesse contexto, o produto da mídia – a informação – assume parcialmente a natureza de uma mercadoria, entre produtores e consumidores (FAIRCLOUGH, 1989); isso acontece, porque o espectador geralmente não participa da comunicação interpessoal bidirecional entre entrevistador e entrevistado, mas sim do fluxo comunicativo unidirecional (PRADO, 1989), o que permite atribuir ao público-espectador o *status* de ouvinte, apenas, no processo de interação social da entrevista.

Outra importante diferença apontada por Fairclough (1989) refere-se ao fato de, no discurso face a face, os produtores projetarem suas contribuições às pessoas em particular com quem estão interagindo e adaptarem a linguagem usada nos encontros conversacionais, baseando-se nos diversos tipos de *feedback* que recebem dos coparticipantes (público-espectador). Quanto ao discurso da mídia, projeta-se este ao público de massa (espectadores), não havendo como os produtores saberem quem é o auditório social, embora projetem um sujeito médio¹¹, seja espectador, ouvinte, seja leitor.

¹¹ Sujeito que representa um papel ou uma função na sociedade, numa perspectiva coletiva, e se constrói sócio-historicamente, de modo contínuo e processual.

Assim, por um lado, o discurso midiático incorpora uma posição de sujeito para um sujeito médio e influencia o público-espectador sobre os fatos e as opiniões expostas; por outro, os espectadores, ouvintes ou leitores reais precisam negociar um relacionamento entre a sua posição de sujeito médio e o sujeito que projeta o discurso midiático, observando as intenções com que tais fatos e opiniões são emitidos. Vale a pena refletir, sobretudo, num estudo da simetria e assimetria, acerca da natureza das relações de poder no discurso da mídia, porque, quando se pensa nas referidas relações, é necessário considerar como estas são amplas e complexas, por atingirem diversos grupos sociais, a exemplo do discurso jornalístico, em que aparecem entrevistador, entrevistado, público-espectador e a própria instituição midiática.

Desse modo, consoante Fairclough (1989), os produtores do discurso midiático exercem poder sobre o público-espectador (consumidores), na medida em que têm direitos exclusivos de produção e, portanto, podem determinar o que se inclui e se exclui, a maneira como os eventos são representados e as posições de sujeito de seu público e do próprio entrevistado. Tanto sob um ponto de vista macrossocial, quanto microssocial, as relações de poder são hierarquizadas, e os jornalistas (entrevistadores) trabalham sob controle editorial. Ademais, as pessoas e as organizações que a mídia usa como fontes não representam igualmente todos os grupos sociais, o que implica dizer que as relações de poder da mídia apresentam-se como relações de um tipo mediado entre detentores de poder e a massa da população (FAIRCLOUGH, 1989).

Essas relações de poder mediadas incluem a relação mais fundamental, a relação de *classe*; no equilíbrio novamente, embora com todos os tipos de ressalvas e limitações, a mídia funciona como um meio para a expressão e reprodução do poder da classe dominante e do bloco. E o poder mediado dos detentores de poder existentes também é um poder oculto, porque está implícito nas práticas da mídia ao invés de ser explícito. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 51).

Com vistas a tornar esse aspecto teórico mais pragmático e concreto, Fairclough (1989) enfoca a relação de causalidade no discurso midiático, isto é, o sujeito que controla as práticas discursivas dos membros de uma instituição ou grupo social, o sujeito que profere um discurso como prática social, representativo de um discurso institucionalizado, e os sujeitos para quem se dirige tal discurso. Para tal, evidencia a nominalização como forma gramatical, um processo expresso como um sintagma nominal ou uma entidade, tendo como um dos efeitos dessa forma gramatical aspectos cruciais do processo não especificados, pois, numa relação de

poder oculto, em particular, não se sabe quem ou o que é responsável por um acontecimento, ou não se quer saber, porque a relação de causalidade não é especificada.

Nesse sentido, o poder que se exerce, é o poder de disfarçar o poder; é uma forma de restringir o conteúdo, significados e sujeitos (a mídia pode influenciar os espectadores a caírem na posição de sujeito médio pretendida, em vez de se oporem a ela), favorecer certas interpretações de eventos, excluindo outras. É uma forma de poder oculto, pois as interpretações e as palavras favoritas são as dos detentores de poder em nossa sociedade, embora pareçam ser apenas as do jornal. Há de se pensar ainda a respeito da manipulação do poder oculto da mídia, no sentido de questionar a quem o poder do discurso da mídia está oculto, exatamente, se ao público ou moderadamente aos trabalhadores da mídia (FAIRCLOUGH, 1989).

O poder oculto do discurso da mídia e a capacidade da classe capitalista e de outros detentores de poder de exercer esse poder dependem de tendências sistemáticas nas reportagens e em outras atividades da mídia. [...] Assim, pela maneira como posiciona os leitores, por exemplo, o discurso da mídia é capaz de exercer uma influência penetrante e poderosa na reprodução social, devido à própria escala da mídia de massa moderna e ao nível extremamente alto de exposição de populações inteiras a uma produção relativamente homogênea. Mas é preciso cautela: as pessoas *negociam* seu relacionamento com os sujeitos ideais, e isso pode significar mantê-los a distância ou até se engajar em uma luta direta contra eles. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 54).

O fato é que há casos em que a produção da mídia é conscientemente manipulada no interesse da classe dominante ou daquele que representa a instituição midiática, e as crenças e as suposições profissionais dos jornalistas são imprescindíveis para manter oculto do público-espectador o poder do discurso midiático. Segundo Fairclough (1989), para muitos trabalhadores da mídia, interpretam-se as práticas de produção como facilitadoras do exercício de poder, percebendo-as como práticas profissionais com seus próprios padrões internos de excelência e suas próprias racionalizações, em termos da restrição da própria mídia técnica, do que o público deseja e de outros fatores.

O poder também está oculto no discurso face a face, o que é expresso, por exemplo, na relação existente entre solicitações e poder; de fato, há formas diversas para fazer solicitações, sejam diretas, marcadas explicitamente na relação de poder, sejam indiretas, expressas em vários níveis de elaboração. As formas modais mais atenuadoras – as solicitações indiretas, nesse caso –, contribuem para evitar a

marcação explícita de poder sociodiscursivamente, ressentimentos e recusas no circuito interacional, o que insere tais formas como uma estratégia de poder oculto.

Ao abordar sobre o poder por trás do discurso, Fairclough (1989) recupera as posições assumidas pelos sujeitos nas convenções do discurso falado, e retoma como esse posicionamento pode ser visto como um efeito do poder daqueles que dominam as instituições sobre convenções e sujeitos na interação. Esse efeito do poder dominante ou das ações de membros poderosos dos grupos de poder acontece em virtude de uma série de fatores contextuais, entre os quais estão as restrições quanto ao tópico e ao uso do discurso por tais sujeitos, o que ocorre na interação entre entrevistador e entrevistado, quanto à ausência de um representante dos ambulantes para expor sua versão da história, no evento discursivo 3 do *corpus* (p. 324).

O poder torna-se oculto, na medida em que os sujeitos não percebem a formação das ordens do discurso pelas relações de poder, pois o poder por trás das convenções de um discurso pertence aos detentores de poder da instituição, impostas pela hierarquia institucional. Essas convenções são um efeito do poder por trás do discurso, já que, segundo Fairclough (1989), tais convenções podem ser consideradas um caso particular, entre procedimentos e parâmetros gerais, numa perspectiva da ordem social (e não institucional) do discurso, na maneira como os sujeitos posicionam-se, numa diversidade de contextos institucionais e tipos de discurso, a partir dos quais sujeitos de *status* oficial em instituições interagem com o público.

Tratar sobre poder por trás do discurso também implica refletir sobre quem tem acesso a quais discursos e quem tem o poder de impor restrições ao acesso, pois as ordens sociais reproduzem inúmeras limitações no acesso a tipos de fala e escrita diversos. Essas restrições integram limites mais gerais à prática social, ao acesso a instituições sociais mais exclusivas e suas práticas, às posições de sujeito mais poderosas, constituídas em suas práticas, ao acesso aos tipos de discurso e às posições discursivas do poder.

Nesse sentido, é possível relacionar as restrições à desigualdade de acesso a capital cultural/simbólico e material, de modo que nem todo sujeito é livre para ocupar determinadas posições sociais e acessar instituições e lugares sociais. Isso significa dizer que não é qualquer jornalista quem dirige ou comanda um programa de rádio, tampouco qualquer cidadão que concede uma entrevista, tendo em vista que, por um lado, o acesso a discursos de prestígio e a posições poderosas de sujeitos aperfeiçoa

o *status* e a autoridade publicamente reconhecidos, e determinados usos vocabulares ou jargões especializados colaboram para tal (FAIRCLOUGH, 1989).

Por outro lado, o controle de acesso a tipos particulares de discurso e posições de sujeitos diminui o *status* publicamente reconhecido, o trabalho e outras perspectivas sociais de sujeitos. Pensando nas práticas de entrevistas entre instituições sociais, na perspectiva do entrevistado, quem não possuir habilidade para lidar com entrevistas, em função de sua experiência cultural ou de condições de acesso restrito a elas, é socialmente desativado, razão por que um representante dos trabalhadores ambulantes não aparece na entrevista para explicar a versão dessa classe de trabalhadores quanto às suas reivindicações e ao descumprimento de algum parâmetro juridicamente legal ou ordem do poder público (FAIRCLOUGH, 1989).

Ainda sobre as restrições ao acesso, aparece a formalidade como uma propriedade comum em diversas sociedades de práticas e discursos de alto prestígio social e acesso restrito, por exigir rigor dos participantes e dos discursos mais comuns. A formalidade é uma propriedade de situações sociais que produz efeitos peculiares sobre as formas de linguagem, por manifestar acentuadamente os três tipos de restrições à prática de exercício de poder, quais sejam: restrições de conteúdo, sujeitos e relações (FAIRCLOUGH, 1989).

Quanto ao conteúdo, numa situação formal, o discurso está sujeito a restrições devido à relevância e às rotinas interativas mais ou menos fixas. Em relação aos sujeitos, define-se mais rigorosamente as identidades sociais dos sujeitos qualificados para ocupar posições de sujeito nos discursos de situações formais. No que se refere às relações, as situações formais caracterizam-se por orientar e marcar excepcionalmente posição, *status* e face; nessas relações sociais, o poder e a distância social são notórios, e as situações formais tendem à polidez, as quais, por sua vez, baseiam-se no reconhecimento de diferenças de poder, graus de distância social, orientada para reproduzir tais diferenças sem mudança (FAIRCLOUGH, 1989).

Segundo Fairclough (1989), os efeitos peculiares da formalidade na estruturação das formas de linguagem seguem essas restrições acentuadas, a exemplo da alocação de turnos para conversar com os participantes, a qual pode ser regulada por uma fórmula – os participantes devem falar em ordem de classificação ou conforme se estabelece previamente, por exemplo, em função dos tópicos tratados

ao longo da interação –, enquanto em outras conversas as pessoas trabalham isso à medida que avançam.

Os encontros interativos podem exigir uma rotina mais ou menos consistente/rigorosa de formas de linguagem, como as formas de tratamento entre os sujeitos interactantes e os graus de controle exercido por um interactante sobre outro, ao passo que quem é controlado expõe suas contribuições no diálogo e se atém aos seus direitos e às suas obrigações discursivos na entrevista, a exemplo do uso do par pergunta-resposta, da linguagem formal, do vocabulário, possivelmente influenciados pelos parâmetros do contexto (cenário, contexto, grau de intimidade, distância social, direitos e obrigações convencionais, requeridos pela situação comunicativa, e outros).

Assim, no circuito interacional, o sujeito interactante com poder institucional pode ceder o turno conversacional para seguir alguma estratégia de longo prazo, embora os direitos, as obrigações e estratégias discursivas, usadas pelos interactantes, seguem três níveis de organização: situacional, institucional e social (FAIRCLOUGH, 1989). Esses níveis podem aparecer simultaneamente no discurso, pois qualquer discurso pode sincronicamente compor uma relação de luta pelo poder no nível situacional, institucional e social, mesmo que tal poder se manifeste a partir de dimensões.

Uma dimensão do poder no discurso é sem dúvida a capacidade de determinar até que ponto esse poder será manifestado abertamente. Portanto, é bem possível que a expressão das relações de poder seja minimizada como uma tática dentro de uma estratégia para a posse e exercício contínuos do poder. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 72).

O fato é que Fairclough (1989) recupera a ideia de poder hegemônico, ao sugerir que, em dados contextos, os detentores de poder utilizam formas menos diretas de exercitar e reproduzir seu poder, provando, numa análise sociodiscursiva, que as relações de poder não declinaram, mas foram reinterpretadas, devido a concessões e a restrições sob as quais os detentores de poder atuaram, ocasionando problemas de legitimidade. Isso não apenas explica que o discurso integra uma complexa situação de luta pelo poder, mas ainda intensifica ou atenua tal legitimidade, em função da existência de certos discursos (o aconselhamento, por exemplo) que adquirem padrões variáveis de saliência cultural e controlam novas instituições, novos domínios e sujeitos.

O acesso a tipos de discurso de prestígio e as posições de sujeito evidentes e poderosas também constituem as lutas sociais. As lutas pelo acesso imbricam-se às

lutas em torno da padronização, do poder relativo da classe dominada, em várias esferas institucionais, o que pode resultar em certas concessões limitadas (FAIRCLOUGH, 1989). Portanto, Fairclough (1989) defende o exercício e a encenação do poder no discurso, bem como a existência de relações de poder por trás do discurso; em ambos os casos, conquista-se, mantém-se ou perde-se o poder nas lutas sociais.

Quanto ao poder no discurso, este é o local das lutas pelo poder, e em relação ao poder por trás do discurso, é a aposta nas lutas pelo poder, pois controlar as ordens do discurso é um mecanismo em potencial para sustentar o poder. Sob o viés das convenções dos tipos de discurso, as restrições de conteúdo, relações e assuntos, as quais participantes poderosos do discurso exercem sobre participantes não poderosos, ratificam esse controle.

Ao observar tais restrições a partir dos efeitos estruturais e de longo prazo, considera-se que o discurso faz parte da prática social e contribui para a reprodução de estruturas sociais. Além disso, as relações de poder validam a existência de restrições sistemáticas quanto ao conteúdo do discurso, às relações sociais e às identidades sociais que atuam nas práticas, havendo efeitos de longo prazo sobre os conhecimentos, as crenças, as relações sociais e as identidades sociais de uma instituição ou de uma sociedade.

Nesse sentido, as relações de poder se instauram de maneiras várias, assim como práticas sociodiscursivas e tipos de discurso podem ser universalmente seguidos e necessariamente aceitos. Por não haver uma construção sólida de conhecimentos e crenças coordenados, por inexistir igualdade nas relações sociais e identidades sociais, a coordenação dessas práticas e desses tipos de discurso pode ser imposta no exercício do poder, de maneira oculta – a inculcação –, ou pode ser alcançada por meio de um processo de comunicação e debate racional (FAIRCLOUGH, 1989).

[A inculcação] tenta *naturalizar* práticas parciais e interessadas para facilitar o exercício e a manutenção do poder. Em termos gerais, a inculcação é o mecanismo dos detentores do poder que desejam preservar seu poder, enquanto a comunicação é o mecanismo da emancipação e da luta contra a dominação. Do mesmo modo, um foco de longo prazo da luta pelo discurso é a questão de saber se restrições a conteúdos, relações e assuntos devem ser impostas por inculcação [...] ou coordenada por meio da comunicação. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 75).

Tais apontamentos teóricos permitem afirmar que o poder no discurso ou por trás do discurso não é uma condição permanente e indiscutível de qualquer pessoa ou grupo social, devido à dinâmica das relações de poder. Um grupo social que detém poder precisa reafirmar seu poder constantemente, e aquele que não o detém é suscetível a fazer uma oferta pelo poder, seja no nível de uma situação particular, em termos de instituição social, seja em toda a sociedade. Em todos esses níveis, conquista-se, exerce-se, sustenta-se e perde-se poder no curso da luta social (Fairclough, 1989).

A dinâmica das relações de poder permite refletir acerca das reestruturações das ordens do discurso, em termos de mudanças de tipos de discurso nas relações sociais e dentro de uma ordem social, considerando que a saliência de um discurso permite o exercício de poder sobre outro na ordem social, a partir de tendências colonizadoras. O discurso publicitário, jornalístico e burocrático/institucional é proeminente na ordem do discurso, dada a sua importância enquanto um discurso estratégico, orientado para obter resultados e para objetivos instrumentais, diferentemente do discurso comunicativo, orientado para alcançar a compreensão entre os participantes (FAIRCLOUGH, 1989).

Como um tipo de discurso que exerce poder, o discurso estratégico não restringe a livre expressão de opinião, incluindo avaliações subjetivas da qualidade ou conveniência de produtos e serviços, desde que a opinião sobre qualquer assunto eleito se enquadre numa base aceitável e praticável, o que significa que o discurso segue convenções de determinado tipo de discurso. Na entrevista, não apenas se elucidam questões sobre o fato, mas ainda posicionamentos, opiniões em torno de algum tópico discursivo, geralmente tomando por base convenções sociais e práticas discursivas institucionais.

Inserem-se, nessa perspectiva, os três aspectos já elencados que restringem o acesso aos discursos dentro de uma ordem de discurso: conteúdos, relações sociais e posições de sujeito. O uso de dadas convenções discursivas leva em conta as condições reais de produção e interpretação do discurso jornalístico e fundamentam-se na natureza de relações e técnicas modernas de exercício do poder, numa ordem de discurso da sociedade moderna, as quais Fairclough (1989) chama de personalização sintética, uma tendência compensatória para dar a impressão de tratar pessoas manipuladas em massa como um sujeito único, de maneira individualizada,

o que acontece em programas de entrevista; tal estrutura sociodiscursiva agrupa sujeitos sociais em tipos particulares de relacionamento, atividades, configurações e valores.

A tendência social em relação ao aumento do controle sobre os sujeitos relaciona-se de modo significativo às tecnologias do discurso – tipos de discurso que envolvem a aplicação relativamente autoconsciente do conhecimento científico social. As entrevistas são um tipo de discurso que se constitui objeto de investigação científica social e crítico-conversacional, compõem tecnologias do discurso, enquadradas no discurso estratégico, orientado para objetivos e resultados instrumentais, e os resultados dessa investigação ajudam a moldá-las e modificá-las (FAIRCLOUGH, 1989).

As tecnologias discursivas correspondem ao que se denominam gêneros e representam um efeito de controle sobre a ordem social de discurso, por intermédio da interpenetração de poder, de conhecimentos e da dependência massiva de poder sobre o conhecimento. Abrangem não somente instituições específicas, como também atuam com um *status* transinstitucional que lhes permite atrair e colonizar toda uma variedade de instituições, bem como se articular, de formas diversas, com elementos discursivos e não discursivos (FAIRCLOUGH, 1989).

Fairclough (1989) aponta que os sujeitos podem incorporar à sua prática discursiva habilidades sociais da prática social, as quais contribuem para o fortalecimento da manipulação de relações e assuntos na prática. Segundo o autor, é possível que unidades maiores de prática e discurso, a exemplo de uma entrevista, componham-se de sequências de unidades menores¹², que emergem de habilidades selecionadas para a consecução de objetivos.

Entre tais habilidades sociais, Fairclough (1989) menciona algumas estratégias importantes para a realização de uma entrevista disciplinar no local de trabalho, tais como: o entrevistador pode conversar com o entrevistado brevemente sobre interesses comuns, a fim de quebrar o gelo e conquistar a confiança dele; busca ser cordial, simpático, flexível e interativo, o que colabora para que as barreiras de *status* reduzam-se; procura ouvir atentamente o entrevistado; objetiva explicar um problema declarando fatos objetivos, sem julgamentos, por um lado.

¹² Tais sequências de unidades menores do discurso não somente abrangem as categorias crítico-conversacionais, como também englobam os mecanismos éticos e estruturais e os componentes contextuais na produção da entrevista radiojornalística.

Por outro lado, a partir de estratégias conversacionais, a exemplo dos marcadores discursivos de poder e dos pares adjacentes¹³, o entrevistador convida o entrevistado a explicar algo sobre a situação, de modo que este conte fatos ou revele informações relevantes, o que pode envolver uma sondagem para obter informações mais completas; o entrevistador é compreensivo e mostra que ele quer entender a posição do entrevistado; este pode fornecer novas informações acerca do fato, o que pode explicar a causa de um problema e sugerir como ele pode ser resolvido; a entrevista deve terminar com uma revisão do que foi acordado, das etapas construtivas expostas e com uma nota amigável (agradecimento-agradecimento, por exemplo) (FAIRCLOUGH, 1989).

Ademais, simular relações de igualdade, solidariedade e simpatia, assim como manter um ambiente agradável e amigável, tornará a entrevista mais agradável e eficaz, no que se refere ao objetivo instrumental de resolver problemas disciplinares. Certamente, essas recomendações materializam-se nas entrevistas, em função do discurso estratégico institucionalizado, por trás do discurso jornalístico; elas assumem que o entrevistador tem o direito de total controle sobre o conteúdo, as relações e os assuntos das entrevistas, e possui a capacidade de implementar, sem medo de retaliações, as manipulações sugeridas de relações e assuntos. Nesse tocante, há uma relação de poder implícita que sinaliza um ponto controverso na interação, porque

[...] o próprio ato de formular recomendações dirigidas a um participante, que se presume ser capaz de executá-las e de impô-las sobre o outro à vontade, exclui o envolvimento do outro participante em algo que se aproxima de uma base igual, sugerida pelas recomendações. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 216)

Essas recomendações sugerem a manipulação de dimensões relacionais e subjetivas do discurso por razões instrumentais e indicam que, na entrevista, ambas as partes contribuem para o processo, que o entrevistador tem o direito de investigar aspectos vários do comportamento e motivações do entrevistado e que, nessa interação, este tem a obrigação de cooperar. Tais dimensões relacionais e subjetivas indicam a restrição de relações, conteúdos e assuntos, tornam o discurso

¹³ Conforme se discorrerá nas subseções 3.2.1 e 5.1, os pares adjacentes ou dialógicos designam “[...] uma sequência de dois turnos recorrentes na conversação, em que o primeiro projeta e requer um segundo turno complementar produzido por outro falante. São sequências de enunciados adjacentes, produzidos por falantes diferentes, ordenados com uma primeira e uma segunda parte e classificados de maneira que uma primeira parte requer uma segunda” (SILVA, 2005, p. 56), como o par dialógico pergunta-resposta (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2015).

potencialmente eficaz na consecução de objetivos instrumentais, bem como fortalecem a manipulação de relações e assuntos na prática interacional.

Além disso, existem diversos tipos de entrevista (item a ser visto mais adiante), produzidos a partir da sua articulação com ordens institucionais diferentes do discurso. Desse modo, não se deve considerar que as recomendações pontuadas anteriormente sejam condição *sine qua non* e aplicadas a quaisquer entrevistas, embora haja tendências comuns, como a equalização do relacionamento entre entrevistador e entrevistado em todos os casos, favorecendo, nesse sentido, a manipulação de aspectos subjetivos e relacionais do discurso a partir de simulação.

Essas propriedades das entrevistas se assemelham ao que Fairclough (1989) chama de personalização sintética, que é uma das principais vertentes da reestruturação sistêmica da ordem social do discurso, bem como consiste num termo usado para se referir a todos os fenômenos do discurso estratégico, em que se manipulam os valores relacionais e subjetivos, por razões instrumentais. Isso pode ser uma questão de manipular as posições de sujeito ou as relações entre pessoas reais (na direção da igualdade, solidariedade, intimidade, entre outras), como nas entrevistas, e uma forma de não culpabilizar o sistema social por dados acontecimentos.

A equalização simulada é uma dimensão comum da personalização sintética e possibilita ao entrevistador realizar perguntas e usar imperativos direcionados ao entrevistado e/ou ao público-ouvinte, no caso da entrevista. Todavia, com o intuito de colocar o entrevistador em pé de igualdade com o entrevistado ou o público, ou ainda minimizar a distância social entre entrevistador, entrevistado e o público, os sujeitos interactantes da entrevista (entrevistador e entrevistado) fazem escolhas de vocabulário e de gramática, as quais simulam uma equalização diante dos espectadores, bem como colocam entrevistador e entrevistado na posição autorizada pelo poder institucional (FAIRCLOUGH, 1989).

[...] a personalização sintética pode fortalecer a posição da burocracia e do Estado, disfarçando sua relação instrumental e manipuladora com a massa do povo, sob a fachada de um relacionamento pessoal e igualitário, mas apenas enquanto as pessoas não enxergarem através dela. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 222).

Ainda que defender posicionamentos teóricos, com base numa área de conhecimento específica, seja uma prática ideológica, todo estudioso e/ou pesquisador, do campo da linguagem ou de fora dele, deve ter ciência do corte

epistemológico e da abordagem de análise com que determinada área lida. Quer por limites teóricos, quer por escolhas, cada abordagem científica contribui à sua maneira, segundo o percurso teórico-metodológico em que se fundamenta.

Nesse sentido, é possível inserir Fairclough (2001), ao apontar a Análise da Conversação como uma abordagem da análise de discurso, de cunho interpretativo, demonstrando interesse particular pela conversação e pelos métodos que os sujeitos interactantes usam para produzi-la e interpretá-la. Embora não tome como objeto de estudo os processos discursivos, atualmente, a AC dialoga com tais processos, contemplando a interpretação e a produção de discursos vários, a exemplo dos institucionais, em que se localizam assimetrias de poder. Portanto, a assertiva elencada por Fairclough (1989, 2001) de que a AC tem uma concepção estreita de interpretação e processo contempla uma perspectiva mais estrutural e menos textual e discursiva, quando se faz um retrospecto do percurso teórico-metodológico seguido pela AC, até o final dos anos 70.

Em contrapartida, Fairclough (2001) destaca que a AC produziu estudos de aspectos diversos da conversação, acerca de aberturas e fechamentos conversacionais, de como os tópicos se estabelecem, desenvolvem-se ou mudam, de como os sujeitos formulam conversas, subsidiadas por regras que se aplicam à unidade de construção de turno (UCT) e abrangem a alternância e a tomada de turnos. Essas regras são fundamentais na determinação das relações de poder, como são os pares adjacentes, ao imporem restrições à implicatividade sequencial da conversação (FAIRCLOUGH, 2001).

Os múltiplos aspectos na conversação que subjazem as orientações teóricas da AC podem contribuir significativamente para uma abordagem contextual ou sociodiscursiva da natureza das estruturas do diálogo, na qual categorias da AC interajam com a teoria social do discurso (FAIRCLOUGH, 2001), refletindo sobre os processos discursivos e aspectos da interpretação de textos falados. Nessa teoria social, Fairclough (2001) reitera alguns pontos teóricos elencados em *Language and Power* (1989) e propõe o uso do termo discurso como forma de prática social, na medida em que as propriedades do uso de linguagem podem ser determinadas num sentido macro pela estrutura social e diferentes parâmetros contextuais – incluindo as relações sociais entre classes e grupos, os modos como se articulam instituições na

formação social – e contribuem para a constituição, reprodução e transformação ou mudança da estrutura social e do uso da linguagem.

Conceber o discurso nessa perspectiva é relevante e coerente nas discussões que abarcam a relação linguagem e sociedade, porque o discurso para a ACD é uma forma de ação sobre o mundo e sobre os sujeitos do mundo, bem como um modo de representação do mundo. Tal afirmativa justifica-se também pelo fato de haver uma relação dialética entre discurso e estrutura social, prática social e estrutura social, sendo esta condição e efeito da prática sociodiscursiva. Além disso, a estrutura social molda e restringe o discurso, que é socialmente constitutivo e permeia as relações sociais, em todos os níveis – como no discurso institucional, constituído de várias normas e convenções, de natureza discursiva e não discursiva, o que significa que os eventos discursivos variam de acordo com o domínio social particular e o quadro institucional em que se geram (FAIRCLOUGH, 2001).

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou, indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

A discussão sobre discurso e mudança social permite que, na visão tridimensional de discurso em Fairclough (2001), a prática discursiva se constitua de maneira convencional e criativa, pois não contribui apenas para reproduzir identidades sociais, relações sociais, sistema de conhecimento e crença, mas colabora ainda para transformar a sociedade. Isso significa que as identidades e as relações sociais entre entrevistador e entrevistado se inserem nesse eixo (não) discursivo e dependem da consistência e da durabilidade de padrões de fala, os quais circulam dentro e fora do contexto em que ocorrem essas relações para sua reprodução, mas também dependem das transformações a que estão passíveis as relações sociais.

Os diferentes comportamentos sociais, modos de agir, as relações e as identidades sociais constituem-se no discurso, são efeitos constitutivos do discurso, mas também são materializados em instituições e em suas práticas sociodiscursivas, o que implica dizer que tais efeitos constitutivos conjugam-se a outras práticas sociodiscursivas que se concretizam nas interações sociais. A constituição discursiva da sociedade se concatena nas restrições impostas pelas estruturas sociais, mas, sobretudo, no interior de relações e lutas de poder particulares, dado que o trabalho constitutivo do discurso emana “[...] de uma prática social que está firmemente

enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93).

Para entender a dimensão semântica do termo *discurso*, ao se remeter às estruturas de convenção que subjazem aos eventos discursivos reais, convém refletir sobre as estruturas discursivas (convenções e normas, por exemplo) e não discursivas, determinantes em situações assimétricas e simétricas de poder. Essa reflexão é importante e necessária, em se tratando da entrevista de rádio, uma vez que permite compreender como essas situações ocorrem e que elementos as motivam.

Com vistas a exercer poder em diferentes circunstâncias sociais, os sujeitos podem assumir diversas posições em diferentes ambientes e atividades de uma instituição, desnaturalizando práticas discursivas que se realizam em tal instituição, mesmo havendo limites entre as posições apontadas e as convenções do discurso. Isso permite inferir, novamente, como as relações de poder são dinâmicas, podendo haver uma relação complementar entre distintas ordens, pois, segundo Fairclough (2001, p. 97), “O que se aplica aos limites entre as posições de sujeito e as convenções discursivas associadas geralmente se aplica aos elementos das ordens de discurso. Aplica-se também aos limites entre distintas ordens de discurso”.

Uma das razões por que esta tese imbrica a AC à ACD está relacionada à concepção tridimensional de discurso faircloughiana que reúne três bases analíticas: discurso como texto, prática discursiva e prática social. A análise da entrevista de rádio pública alagoana permite atestar, neste trabalho, que o discurso da entrevista radiojornalística não é puramente assimétrico, do ponto de vista conversacional, mas é assimétrico e simétrico, sob o viés crítico-conversacional, o que somente pode ser confirmado a partir de uma análise minuciosa dos elementos discursivos e não discursivos do referido gênero.

O discurso como texto permite realizar uma análise textual e linguística do discurso, contemplando aspectos da produção e/ou da interpretação de um texto; nesse viés, Fairclough (2001) aponta que qualquer tipo de aspecto textual dispõe de potencial significativo na análise de discurso. Além do mais, a análise textual incorpora tanto formas linguísticas quanto semânticas, e essas formas compõem os textos e dotam de múltiplas interpretações na prática discursiva.

Conforme Fairclough (2001), a análise textual organiza-se pelo vocabulário que trata, sobretudo, das palavras individuais – observando como as estruturas particulares das palavras e seus sentidos são hegemônicos; pela gramática das palavras, combinadas em orações e frases. Articula-se também pela coesão – ligando orações em frases e frases em unidades maiores nos textos, por meio de vocabulário de um campo semântico comum, repetição de palavras, sinônimos, mecanismos de referência, marcadores discursivos; e pela estrutura textual – ligada às propriedades organizacionais dos textos.

Isso implica dizer que os sujeitos fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações, as quais acarretam escolhas acerca do significado e da construção de identidades sociais, relações sociais, conhecimentos e crenças (FAIRCLOUGH, 2001). Tais escolhas e aspectos de natureza textual variam de acordo com as práticas discursivas, assim como a arquitetura dos textos, as convenções de estruturação e os aspectos superiores de planejamento mudam conforme o evento discursivo. Essa mudança amplia a percepção dos sistemas de conhecimento e crença e dos pressupostos acerca das relações e identidades sociais, subjacentes a diferentes gêneros falados e escritos, a exemplo da estrutura do diálogo na entrevista, envolvendo os sistemas de tomada de turno e as convenções de organização da troca de turnos do falante, bem como as convenções que abrem e fecham as entrevistas (FAIRCLOUGH, 2001).

Consoante Fairclough (2001), a prática discursiva manifesta-se linguisticamente por meio de textos falados ou escritos e abrange processos de produção, distribuição e consumo textual, os quais variam segundo os contextos sociais em que se produzem e se consomem/interpretam os textos. Dessa maneira, os tipos de discurso atendem a necessidades diversas manifestas pelos sujeitos nos inúmeros domínios sociais e institucionais, o que justifica o fato de as instituições possuírem padrões e rotinas específicos para o processamento, reprodução e transformação de textos. Um exemplo evidente disso aparecerá nos apontamentos teóricos desta tese, quando se fará uma caracterização dos diferentes tipos de entrevista e se observará a tipologia correspondente a alguns processos e algumas convenções de estruturação da entrevista, mencionados por Fairclough (2001).

Além de tudo isso, os processos de produção e interpretação textual restringem-se socialmente, devido à inter-relação entre os recursos dos membros –

estruturas sociais, normas e convenções, ordens de discurso, interiorizadas nos sujeitos –, à natureza específica da prática social – que determina os elementos dos recursos dos membros – e ao contexto da situação para atingir a interpretação textual, o que dependerá do tipo de discurso (FAIRCLOUGH, 2001). No discurso jornalístico ou institucional, por exemplo, parâmetros contextuais mostram que as diferenças entre os tipos de discurso são socialmente relevantes e implicam princípios interpretativos, posto que “[...] onde as perguntas devem ser respondidas, há uma probabilidade de que sejam tomadas como tácitas as assimetrias de *status* entre os papéis de sujeito nitidamente delimitados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113, itálico nosso).

Nesse ponto, de acordo com Fairclough (2001), a análise da prática discursiva envolve uma inter-relação entre microanálise – feita pelos analistas da conversação, explicando o modo preciso como os participantes produzem e interpretam textos – e macroanálise, mostrando a natureza dos recursos dos membros e as ordens de discurso. Macro e microanálise são requisitos mútuos e possibilitam que a dimensão da prática discursiva medeie a relação entre as dimensões da prática social e do texto, na visão tridimensional faircloughiana, considerando que “[...] é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 115) e serão abordados na próxima seção deste estudo.

Em se tratando do discurso como prática social, Fairclough (2001) situa o conceito de discurso numa concepção de poder como hegemonia e numa concepção da evolução das relações de poder, mostrando que as convenções sociais restringem os eventos discursivos, como limitam as práticas linguísticas dos sujeitos. O discurso como prática social consolida a ideia de que as relações de poder se instituem nas práticas discursivas e não discursivas das instituições, e a essas relações se submetem os sujeitos; as referidas práticas discursivas ou determinados usos da linguagem servem para estabelecer ou manter as relações de dominação.

Nas práticas linguísticas e discursivas, os elementos semânticos dos textos e aspectos formais interligam-se e engendram as relações de poder; o sistema de tomada de turno e as convenções de polidez implicam essas relações. Isso permite pensar que as práticas discursivas dos sujeitos são relativamente naturalizadas e automatizadas, visto que tais práticas incorporam significações que mantêm ou

reestruturam as relações de poder, mas também porque os sujeitos são capazes de agir criativamente e realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas sociodiscursivas.

A dimensão textual do discurso passa a ser diretamente afetada, à proporção que as práticas discursivas marcam os textos, e se estabelecem novas convenções discursivas emergentes nos eventos, colaborando para mudanças nas ordens de discurso e apontando para a maneira como essas convenções do discurso também estruturam as práticas discursivas. Essas mudanças rearticulam ordens de discurso, podem afetar uma ordem de discurso institucional específica ou societária e envolvem elementos que reduzem a assimetria de poder entre sujeitos com poder institucional desigual, bem como abarcam a personalização sintética (FAIRCLOUGH, 1989, 2001).

A personalização sintética, já mencionada neste estudo, diz respeito à simulação de discurso conversacional privado em discurso institucional e público, atingindo audiência em massa, a partir da onipresença do rádio e outros recursos midiáticos, com o intuito de reestruturar a ordem de discurso institucional, por intermédio de aconselhamento, da empatia, por exemplo, e de outros elementos não discursivos, presentes nas relações interpessoais entre os sujeitos interactantes (FAIRCLOUGH, 1989, 2001). Essa simulação do discurso normalmente se delinea para grupos ou membros de grupos sociais atingirem objetivos particulares, por visarem aos próprios interesses, apenas.

Diante das reflexões teóricas expostas, baseadas em Dijk (2017a, 2017b) e Fairclough (1989, 2001), tem-se o poder, para o primeiro, como uma forma de controle, hegemonia ou dominação, em que (membros de) um grupo utiliza (m) o discurso falado ou escrito, como práticas sociais e ações discursivas —, por meio de elementos discursivos (conversacional) e não discursivos (macro e microssocial), com vistas a persuadir e controlar sujeitos. Portanto, as relações de poder se instauram, quando estruturas sociais não apenas acionam práticas discursivas e sociais de reprodução do poder, mas ainda controlam parâmetros do contexto e da produção de discurso em eventos comunicativos.

Para Fairclough (1989, 2001), o poder é uma forma de controle por meio da qual as estruturas sociais moldam as relações interacionais entre os sujeitos, a partir do discurso, elemento fundamental no exercício e na manutenção do poder. Dessa forma, o poder manifesta-se pela linguagem, é operado pelo discurso, assim como as

relações de poder fundamentam-se na concepção tridimensional de discurso, ao explicar o discurso como texto (análise textual e linguística), prática discursiva (análise dos processos de produção e interpretação textual) e prática social (análise do contexto organizacional e institucional do evento comunicativo).

Define-se poder, nesta tese, enquanto uma forma de manifestação sociodiscursiva, a partir da qual sujeitos ou grupos sociais utilizam mecanismos discursivos – que abrangem estratégias/habilidades linguístico-discursivas e categorias conversacionais nas interações sociais – e mecanismos não discursivos, não linguísticos ou contextuais, a exemplo de recursos simbólicos (o conhecimento, a educação, polidez, a fama, a posição profissional) e materiais específicos (o capital, a terra), para controlar determinados espaços sociais e/ou outros sujeitos e atender a interesses coletivos e/ou individuais, quer por consentimento, quer por coerção. Tal definição abrange elementos sociais e textuais, evidenciados nos discursos falados e escritos.

Nesse sentido, o poder abrange não apenas parâmetros sociodiscursivos (contextuais) que asseguram as dissimetrias ou as simetrias de poder, mas também outros mecanismos crítico-conversacionais do texto falado, presentes nas práticas discursivas dos sujeitos interactantes, numa perspectiva da assimetria e da simetria contextual e conversacional (MELO JUNIOR; SANTOS, 2019), a considerar o nível social e conversacional das interações situadas, momentâneas, em andamento ou face a face. Isso implica ponderar que as relações de poder, na entrevista radiojornalística, podem ser motivadas pelos componentes contextuais dos eventos discursivos (papéis comunicativos, tipos de papéis sociais, relações entre os participantes, intenções e objetivos, natureza do evento interativo), mas também por categorias crítico-conversacionais (a exemplo do turno conversacional e dos marcadores discursivos de poder).

A seguir, a seção 3 apresenta apontamentos teóricos sob a égide da Análise da Conversação Textual e Discursiva (ACTD), a exemplo de Marcuschi (1991, 1995) e Santos (1999, 2008), além de outros que estudam as relações assimétricas e simétricas. Posteriormente, serão abordados pressupostos teóricos sobre as categorias crítico-conversacionais deste estudo – o turno conversacional e os marcadores discursivos de poder, os quais possibilitam as relações interpessoais e

sustentam as relações de poder, junto aos componentes contextuais da entrevista radiojornalística alagoana da esfera pública, conforme demonstram a ACTD e a ACD.

3 ASSIMETRIA, SIMETRIA E OUTROS MECANISMOS CRÍTICO-CONVERSACIONAIS

No Caminho, com Maiakóvski

Assim como a criança
humildemente afaga
a imagem do herói,
assim me aproximo de ti, Maiakóvski.
Não importa o que me possa acontecer
por andar ombro a ombro
com um poeta soviético.
Lendo teus versos,
aprendi a ter coragem.

Tu sabes,
conheces melhor do que eu
a velha história.
Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho e nossa casa,
rouba-nos a luz e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

Nos dias que correm
a ninguém é dado
repousar a cabeça
alheia ao terror.
Os humildes baixam a cerviz:
e nós, que não temos pacto algum
com os senhores do mundo,
por temor nos calamos.
No silêncio de meu quarto
a ousadia me afogueia as faces
e eu fantasio um levante;
mas amanhã,
diante do juiz,
talvez meus lábios
calem a verdade
como um foco de germes
capaz de me destruir.
[...]
Eduardo Alves da Costa

As ciências sociais e linguísticas têm passado por um momento de profundas e significativas transformações no Brasil, dada a visibilidade e a importância de se evidenciarem aspectos sociais nos vários discursos que permeiam as diversas esferas de circulação de textos falados e escritos, especialmente aqueles expostos pelas mídias sociais, que têm o poder de dar voz aos grupos sociais que constituem as

minorias, ainda que o acesso ao discurso público seja privilégio dos grupos dominantes, a exemplo daqueles que dirigem a Grande Mídia. Certamente, o maior objetivo com estudos que elenquem temáticas socialmente relevantes seja despertar o pensamento crítico nos milhares de sujeitos constituintes das inúmeras minorias encontradas em espaços sociais tão plurais.

É provável que esses sujeitos não percebam a necessidade de uma consciência crítica, identitária e social (de classe, sobretudo), para que sua tomada de decisões, frente situações controversas que envolvam o social e o político, direcione-se para escolhas que as beneficiem como um grupo social digno de ter seus direitos e suas garantias atendidos. O mínimo que qualquer representante político pode fazer pelo povo é lutar para que as pessoas tenham acesso a esses direitos e a essas garantias, de modo que saúde, educação, segurança, saneamento, moradia, alimentação, entre outros direitos regidos na Constituição, sejam-lhe assegurados.

No bojo dessas concatenações e desses apontamentos, está o desafio das ciências que estudam a linguagem de mostrar, cada vez mais, caminhos e possibilidades que interpretem os sentidos dos discursos produzidos para atender a interesses particulares, quando devem atender a interesses coletivos. Nesse contexto, insere-se a Análise da Conversação Textual e Discursiva como área do conhecimento essencial à compreensão das interações sociais e dos processos linguísticos e sociais que as subjazem. Uma justificativa plausível e indubitavelmente manifesta nas interações sociais para tal compreensão é que nossas práticas verbais e não verbais se inscrevem nas relações assimétricas e simétricas que se instauram na sociedade, das conversações mais espontâneas e triviais até as mais institucionalizadas e formais.

Com fundamento nas pontuações teóricas que alicerçam esta tese, nos autores que estudam a oralidade e questões diversas na conversação, elencados para este trabalho, bem como no diálogo teórico adotado para a análise crítico-conversacional da entrevista radiojornalística, defende-se e reitera-se, neste trabalho, que a Análise da Conversação Textual e Discursiva estuda as inter-relações entre os sujeitos interactantes, motivadas por mecanismos conversacionais – dados orais, fatores contextuais, expressões faciais, realizações entonacionais e gestos –, que suscitam relações de poder horizontais (simétricas) e/ou verticais (assimétricas), requerendo uma análise sistemática do evento interacional, com a finalidade de verificar como

dois ou mais interactantes desenvolvem o tópico, a partir das ideias construídas nos turnos de fala, dos interesses e objetivos traçados, do contexto em que estão inseridos os parceiros comunicativos e de outros elementos interacionais que compõem o diálogo. Tais mecanismos conversacionais entram em confluência com elementos sociais, favorecendo uma interpretação social dos eventos comunicativos, interativos ou discursivos.

Conforme Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003) e Dittmann (1979), num sentido genérico, o termo *interação* implica a presença de, pelo menos, dois sujeitos participantes numa conversação, que, por sua vez, funciona como uma atividade de ações linguísticas e não linguísticas sequenciais, manifestas face a face ou a distância, dotada de um caráter dialógico. Assim, num sentido mais amplo, a conversação alude a todo tipo de comunicação dialógica, por indicar a necessidade de mudança de locutor, mas não explicitamente exigido, de acordo com as estratégias de gestão do turno conversacional.

Dittmann (1979, p. 5-6) mostra que Steger (1976)¹⁴ sugeriu um conceito mais restrito de conversação, o qual se tornou extremamente importante do ponto de vista dos Estudos Conversacionais, a partir da diferenciação de dois tipos fundamentais de comunicação dialógica, nomeadamente diálogos assimétricos e simétricos. A característica mais evidente dos diálogos assimétricos é o privilégio de um participante iniciar, controlar, encerrar o diálogo, exercer pressão para seu interlocutor responder a uma pergunta ou agir sobre esse interlocutor; os diálogos simétricos caracterizam-se pelo fato de que nenhum locutor goza de privilégios nesse tipo de comunicação, mas pode se autosselecionar para assumir o turno conversacional e interferir na organização tópica do diálogo (determinar o tópico, redirecioná-lo, mudá-lo ou inserir um novo tópico).

Embora um discurso possa ser predominantemente assimétrico, a simetria torna-se possível, exatamente, por ser a interação um processo dinâmico que domina em um plano e é dominado em outro. Assim, também ocorre em entrevistas, considerando que as trocas realizadas entre os interactantes nas relações sociais

¹⁴ STEGER, Hugo. **Intenções de fala e situações de comunicação**. Freiburg: texto não publicado, 1976. Apesar de tal referência se tratar de um texto não publicado a que Dittmann (1979) teve acesso, para esta tese, consultou-se o livro *Arbeiten zur Konversationsanalyse* (título que pode ser traduzido do alemão como *Trabalhos em Análise da Conversação*), mais precisamente o texto *Einleitung – was ist, zu welchen zwecken und wie treiben wir konversationsanalyse?* (título que pode ser traduzido do alemão como *Introdução – o que é, para quais propósitos e como fazemos a Análise da Conversação*).

podem ser, moderadamente, simétricas e assimétricas, por isso, de acordo com Santos (1999, p. 32), “Não se deve analisar as interações, caracterizando-as aprioristicamente como simétricas ou assimétricas, pois essas interações podem apresentar aspectos de um ou de outro desses ângulos de visão”.

Evidenciar a alternância de aspectos de ambas as perspectivas (simétrica e assimétrica) ratifica o equívoco de uma tipificação/caracterização polar e antecipada de um evento discursivo. Isso porque, segundo pontuado anteriormente, as relações assimétricas e simétricas alternam-se ou relativizam-se ao longo da interação e dos turnos conversacionais, havendo momentos durante os quais os momentos discursivos podem se mostrar relativamente simétricos ou assimétricos nas relações interpessoais, devido à circularidade dinâmica da conversação, que abrange aspectos discursivos e não discursivos.

Embora Sette e Ribeiro (1984) sinalizem que a estrutura dialógica reflete as relações simétricas e assimétricas na interação face a face e nos Estudos Pragmáticos da linguagem, foi Marcuschi ([1986] 2003) quem inseriu o estudo da assimetria e da simetria no panorama da Análise da Conversação Brasileira¹⁵, na Universidade Federal de Pernambuco. Para Marcuschi ([1986] 2003, p. 16), os diálogos assimétricos são aqueles “em que um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s)”, e os diálogos simétricos correspondem àqueles “em que os vários participantes têm supostamente o mesmo direito à autoescolha da palavra, do tema a tratar e de decidir sobre seu tempo”.

A bem da verdade, Marcuschi ([1986] 2003) assegura que a simetria de papéis e direitos nos diálogos é pouco verdadeira, pois a diferença de condições socioeconômicas e culturais ou de poder entre os sujeitos participantes, assim como a própria construção e negociação de identidades na interação bem como a apropriação da palavra colocam os sujeitos em diferentes posições e condições de participação no diálogo. Sette e Ribeiro (1984) afirmam que toda interação face a face se constitui pela alternância das posições¹⁶ de falante e ouvinte durante o evento

¹⁵ Os analistas da conversação da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade de São Paulo, membros do Grupo de Trabalho Linguística do Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), composta por professores e pesquisadores de todo o Brasil, são pioneiros nos estudos acerca das relações de poder, da assimetria e da simetria em gêneros orais, no Brasil.

¹⁶ Essa alternância de posições também ocorre em interações a distância, entretanto com as especificidades da conversação digital, segundo Modesto (2011).

interacional, por intermédio da qual surge a questão da simetria e da assimetria, relativas às posições que os interlocutores assumem.

Os componentes contextuais dos eventos discursivos que incluem os fatores externos à linguagem – classe social, categoria socioprofissional, grau de instrução, sexo, idade dos sujeitos participantes da interação, traços de personalidade, autoridade no assunto proposto e outros –, definíveis por papéis e padrões sociais, implicam a existência da simetria e da assimetria na interação linguística. A própria estrutura social e os parâmetros que se estabelecem numa sociedade definida refletem as diferenças e/ou semelhanças sociais dos interactantes, suscitando a simetria ou a assimetria diante das posições que tais sujeitos assumem no diálogo, observando o contexto interativo e o discursivo.

Nessa perspectiva, Sette e Ribeiro (1984) apontam que, em diálogos espontâneos, há simetrias e assimetrias externas, motivadas por fatores extralinguísticos, levando em conta apenas algumas variáveis (classe socioprofissional, idade, papel social, autoridade ou competência no assunto e poder aquisitivo), assim como existem simetrias e assimetrias internas, decorrentes de elementos linguísticos (tema, tipos de pergunta, formas de tratamento, formas de pedido e reversibilidade ou troca de papéis interacionais), e isso é descrito evidenciando a interferência do fator interno e do fator externo à linguagem por intermédio das variáveis apontadas nos referidos diálogos. No entanto, o tema e os papéis interacionais também são parâmetros contextuais do discurso, pois são motivados por fatores extralinguísticos, e, segundo se aponta nesta tese, tanto o contexto interativo – que inclui tomadas de turno, tipos de pergunta, tópico discursivo, expressões linguísticas típicas do controle da interação, marcas linguísticas de abertura e de fechamento de turno no diálogo – quanto o discursivo/social afetam as relações simétricas e assimétricas na interação, o que significa dizer que o linguístico e o social imbricam-se no engendramento das relações de poder.

Conforme Marcuschi (1991), as relações de poder, dominação e controle manifestam-se nos diversos tipos de eventos discursivos, nas quais a língua, como uma atividade interativa, social e histórica, que se desenvolve com base em práticas socioculturais, intrínseca à realidade social, assume um papel relevante na análise das relações de poder, observadas nas relações sociais, nas interações verbais, em

situações e contextos diversos, sob condições e interesses vários. Operar com a língua, nas mais diversas situações comunicativas, requer o acionamento de conhecimentos e de estratégias linguístico-discursivos, bem como de convenções de uso, as quais se fundam em normas instituídas socialmente, o que ocorre nas conversações (MARCUSCHI, 2008).

Sabemos como iniciar uma conversação, desenvolvê-la e concluí-la; sabemos como introduzir, manter ou retirar tópicos discursivos; sabemos como dar a entender coisas que não queremos dizer explicitamente; sabemos como insultar ou elogiar; sabemos que interagir com um médico é diferente do que interagir com um delegado de polícia ou com um colega de trabalho ou um professor em sala de aula. Sabemos portanto que entre dar uma ordem ou dar um elogio via não apenas uma diferença de ato de fala, mas uma diferença de relações de poder. E também sabemos que não é nada fácil lidar com todo este saber. (MARCUSCHI, 1991, p. 51-52).

Considerando tais prerrogativas conversacionais e o fato de elas se aplicarem aos inúmeros contextos sociocomunicativos, as interações na vida diária dividem-se em duas classes, as conversações casuais e os encontros institucionalizados, segundo Marcuschi (1991). Apesar de suas diferenças, essas duas classes de eventos não apenas projetam assimetrias ou desigualdades geradoras de poder e fontes de controle dos mais diversos tipos nos encontros sociais, mas ainda compõem dois pontos imaginários num *continuum* (MARCUSCHI, 1991).

As conversações casuais incluem todos os tipos de eventos interacionais que não exigem uma preparação prévia nem um tema definido; nelas, os parceiros geralmente se conhecem, as interações são comumente privadas, e as possibilidades de intervenção são, em princípio, igualitárias para todos os falantes. Os encontros institucionalizados, como a própria nomenclatura aponta, apresentam-se em eventos discursivos de caráter institucional, em situações normalmente públicas, com um objetivo definido e contextos marcados por normas convencionalizadas; neles, os participantes nem sempre se conhecem, e um deles representa um papel específico e predominante que deriva de sua posição institucional, em tese (MARCUSCHI, 1991).

Como bem pontuam Marcuschi (1991) e Silva (2020), as formas de organização e estruturação conversacional válidas como regras gerais para a tomada de turno, de Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003), são mais complexas do que parecem, quando se observam os inúmeros tipos de interações que circundam as sociedades contemporâneas, nas conversações espontâneas, nos serviços públicos ou nos

contatos interpessoais com pessoas desconhecidas. Em contextos de assimetria ou desigualdade e de simetria ou igualdade, o direito ao turno, controle do tópico discursivo, os sujeitos participantes (quanto à posição social, autoridade preexistente, *status* social, ao posto, à formação e profissão), a imposição da identidade pessoal e as flexibilidades na relação interpessoal podem ou não se manter em equilíbrio.

Nesse tocante, como reitera Marcuschi (1991), o fator linguístico não constitui um mero reflexo ou efeito da organização social e de seus processos, mas é um componente fundamental do processo social em si. Seguindo tal raciocínio, a entrevista de rádio pública alagoana não é só um tipo de discurso jornalístico, mas um mecanismo de controle de um sujeito sobre o outro ou de uma instituição sobre sujeitos outros, em virtude de um poder institucionalmente derivado e intrínseco a esse tipo de evento discursivo (MARCUSCHI, 1991), num nível macro, e de formas de controle da interação, num nível micro, segundo Dijk (2017a, 2017b).

Assim, Dijk (2017a, 2017b) liga a noção de poder, num nível macro, à de poder social manifesto como poder político, econômico, cultural, intelectual e outros, e Marcuschi (1991) reporta a noção de controle aos elementos linguísticos (conversacionais) que constroem os turnos de fala nos eventos discursivos. Num nível micro, Marcuschi (1991) e Dijk (2017a, 2017b) afirmam que o poder social é exercido por intermédio de prerrogativas originárias das estruturas do alto poder, manifestas na condução local das relações interpessoais, a exemplo do controle dos tópicos, das formas de tratamento, da tomada dos turnos, dos marcadores discursivos, da seleção de certos segmentos de fala, entre outros mecanismos crítico-conversacionais de análise.

Dijk (2017a, 2017b) e Marcuschi (1991) elencam também a dominação como um terceiro aspecto relacionado ao uso do poder, devido a certas imposições para fins específicos, ao controle sobre recursos sociais – entre os quais está o acesso preferencial aos meios de comunicação de massa e ao discurso público por políticos, jornalistas e personalidades públicas – e à aplicabilidade de convenções (práticas discursivas e sociais na entrevista de rádio pública alagoana, por exemplo), num nível macro. Nessa perspectiva, inserem-se os grupos sociais, as classes de interesses, assim como as práticas institucionais e socioculturais que regulam e determinam formas globais de discursos, como o discurso religioso, o jornalístico, o jurídico, o parlamentar, o militar, o patronal, o pedagógico, além de outros.

A dominação corresponde às formas de abuso de poder comunicativo, entre as quais se inserem a manipulação, a doutrinação ou a desinformação. As formas globais de discursos são práticas discursivas e sociais que induzem as relações de poder, por meio das quais os grupos dominantes podem ter acesso ao discurso público e utilizar um discurso de manipulação como meio de reprodução social e discursiva de poder. Isso pode ocorrer de várias outras formas, a partir da persuasão, do fornecimento de informações, educação, instrução e de práticas sociais que objetivam influenciar o conhecimento, as crenças e as ações de sujeitos ou de grupos dominados (DIJK, 2017a).

De acordo com Marcuschi (1991) e Dijk (2017a), as manifestações de poder em relações interpessoais assimétricas, isto é, naquelas em que se verifica algum tipo de controle de práticas sociais e/ou de desigualdade entre os participantes, abrangem os seguintes aspectos: o poder caracteriza-se pela posse de recursos socialmente valorizados, mas desigualmente distribuídos, como riqueza, *status*, conhecimento, autoridade, formação, papéis e outros; examina-se poder em relação a importantes conceitos, como dominação, influência, força física, autoridade, prestígio, coerção, manipulação, persuasão e legitimação; é preciso diferenciar poder individual e poder social derivado da posição no grupo a que o sujeito pertence; o poder social é uma propriedade que se manifesta tipicamente na interação e se exerce de forma explícita e implícita, sobretudo nas relações discursivas; o poder é uma noção relacional em que o exercício de poder por um sujeito A limita a liberdade social de ação do sujeito B, A exerce algum tipo de pressão sobre B; A exerce poder sobre B no interesse de A, que recorrerá a estratégias discursivas e não discursivas para atender a seus objetivos; o poder de A se legitima se B se submeter a A, seja por acreditar que os desejos e as ações de A são de seu interesse (consentimento), seja para evitar sanções (coerção).

Nos eventos discursivos, as relações de poder manifestam-se de forma explícita, por meio de componentes contextuais de reprodução discursiva do poder – a exemplo do *status* social e dos papéis comunicativos que os sujeitos exercem na interação –, e de modo implícito, por intermédio da reprodução dos segmentos de fala de outros sujeitos e/ou de instituições hierarquicamente superiores. Entre os sujeitos participantes de um evento de fala, a assimetria implícita mostra como o poder exerce tanto um controle social quanto linguístico e projeta condições discursivas desiguais,

a partir das quais um sujeito pode regular até mesmo o comportamento linguístico do outro, o que estabelece uma relação de poder de A sobre B, na qual B pode ou não ter consciência desses fatos e aceitar isso como se fosse natural, (MARCUSCHI, 1991; SANTOS, 1999).

Para Marcuschi (1991), as relações sociointeracionais constroem-se pelo poder inerente à realidade social, constitutivo dos processos sociais, em que a estrutura social e linguística estabelece a manutenção do poder dos grupos dominantes, das agências de Estado, corporações e de outras instituições, com papéis e posições socioeconomicamente superiores. Nesse contexto, a linguagem funciona como um mecanismo potencial com vistas a delinear o poder diferencial entre duas classes, a autoridade preexistente e a subserviência voluntária ou involuntária nas relações de poder, pois contribui para preservar a estrutura hierárquica da sociedade, proteger e consolidar as ações de controle, hegemonia e dominação das classes reguladoras.

Mesmo havendo estruturas de poder que se mantêm dominantes sobre (membros de) grupos sociais dominados em instituições públicas e privadas, uma formação cidadã e profissional no sentido pleno dos termos – com o fito de desenvolver o pensamento crítico, conhecer os direitos civis, políticos e sociais, mas sobretudo usufruir deles –, minimiza a dominação de um grupo ou de um sujeito sobre outro e contribui para o processo de transformação social. Analisando sob esse ângulo, as estruturas sociais possuem relações de hierarquia, há instituições e agências de Estado que estabelecem e aplicam leis, portarias, decretos e/ou regimentos éticos, bem como fiscalizam o seu cumprimento, entretanto, a formação cidadã e profissional plena possibilita a grupos sociais ou a sujeitos o conhecimento e a consciência crítica necessários para reivindicar os direitos apontados (avaliando o que justo e o que não é) e questionar a efetividade destes em prol da sociedade.

Segundo Marcuschi (1991) e Santos (1999, 2008), a assimetria descreve uma relação de desigualdade ou desequilíbrio entre os membros participantes de um evento interativo, motivada por diversos indicadores, entre os quais estão a inserção em grupos sociais diversos, a formação desigual, profissão com valor social diferenciado – inegavelmente, médicos e magistrados detêm elevado prestígio social diante do *status* socioeconômico que ocupam no Brasil, ainda que não possuam doutorado profissional ou acadêmico –, direitos diferenciados e papéis desiguais no comando da interação. Isso resulta em diferenças quanto às formas de tratamento, às

formas de polidez, ao controle dos tópicos, ao estilo e ao tipo de segmento de fala. Um encontro assimétrico pode ocorrer em conversações causais e contribuir para intensificar ou não controles e dominações, a partir de diferenças mais ou menos acentuadas (vestimenta, aparência pessoal, conhecimento sobre o assunto da conversa, idade ou sexo), embora, possivelmente, com menos frequência do que em conversações institucionalizadas, como na entrevista de rádio pública alagoana, na qual há uma situação¹⁷ propícia à diferença.

Em suma, na assimetria pode-se notar uma *diferença de poder social, pessoal e institucional*; uma *diferença na seleção de recursos linguísticos*; uma diferença de identidade social com componentes de classe, personalidade e *status*. Estes são os ingredientes que compõem a **distância social** entre os participantes. (MARCUSCHI, 1991, p. 58, negritos do autor, itálicos nossos).

Como no discurso da entrevista de rádio pública alagoana, a escolha do tipo de discurso é restrita a fatores institucionais ou situacionais que independem do controle direto dos falantes, embora um desses falantes possa suspender temporariamente o evento discursivo em andamento e introduzir um novo evento comunicativo, conforme ocorre em Melo Junior (2016, 2017), em que o entrevistador interrompe o tópico discursivo e a entrevista para participar de uma reportagem ao vivo, nos estúdios externos. Assim, nos encontros institucionais, um dos participantes, com mais poder, tem a prerrogativa da posição institucional e a possibilidade de controle dos tópicos e comando de ações futuras, por ser tomado como o participante dominante; certos atos como proibir, permitir, conferir, ensinar, explicar, expor, argumentar são institucionais, mas não específicos de uma instituição. Os participantes de interações institucionais obedecem a normas vigentes, explicitadas ou não nessas interações, e existe um espaço reduzido para negociar papéis, posições e estratégias (MARCUSCHI, 1991).

O discurso institucionalizado envolve uma série de interações assimétricas e simétricas, nas quais os participantes compartilham ou não de igual poder, *status*, papéis e objetivos, apesar de um dos sujeitos participantes apresentar algum tipo de desvantagem, possivelmente, em virtude das diferenças de poder social, pessoal e institucional, a exemplo da linguagem funcional (sequência e tipos de segmento de fala, tais como diretivos, ordens, pedidos, perguntas, que constituem o discurso

¹⁷ “A situação [em que se desenvolve um dado evento ou episódio social] é, pois, um conjunto de comportamentos que tem o efeito de agir tanto **sobre** como **a partir** do que está ocorrendo, isto é, a propriedade de ser **indexical** e **reflexivo**”. (MARCUSCHI, 1991, p. 62, negritos do autor).

institucionalizado) e do conhecimento ou saber técnico (MARCUSCHI, 1991; GONÇALVES, 1995). A partir de tais diferenças, por exemplo, pode haver “[...] um rígido controle das estruturas de participação dos interagentes no discurso, com um dos participantes investido do poder institucionalizado de dirigir o discurso” (GONÇALVES, 1995, p. 263).

Com efeito, seja na entrevista de rádio pública alagoana, seja em outros gêneros discursivos de domínios sociais diversos, os quais buscam atender a interesses sociais, o discurso público ou midiático também deveria ser acessado ativamente pelos sujeitos para os quais tal discurso é projetado, ou, no mínimo, deveria constituir um espaço de lutas em benefício dos grupos sociais minoritários, por meio de diálogos cooperativos. Para além disso, o discurso midiático não deveria manipular as dimensões relacionais e subjetivas do discurso, pois as práticas discursivas dos grupos sociais e dos públicos-espectadores, que recebem passivamente o discurso público/midiático, precisam ser inseridas em diálogos institucionais e espaços sociais cada vez mais democráticos. Se o objetivo é prestar um serviço de qualidade para a sociedade como um todo, as práticas discursivas dos sujeitos que produzem os textos falados e escritos – textos que, geralmente, revelam os posicionamentos da instituição a que esses sujeitos se vinculam – devem projetar, de forma plena, as necessidades dos grupos dominados e não os interesses dos grupos dominantes.

O processo de hegemonia interacional funciona como um dos mecanismos que delinea a assimetria e a simetria, por existir um conjunto de fatores explícitos e implícitos, manifestos nos eventos discursivos e impostos de cima para baixo pelo poder conferido aos membros de uma instituição. As relações simétricas e assimétricas, numa perspectiva crítica do discurso, não só resultam do discurso, mas são condição preexistente ao discurso no mundo real (GONÇALVES, 1995). Entre tais fatores, destacam-se não apenas o controle do tópico em termos de conteúdo, mas ainda os padrões de desenvolvimento e progressão temática (início, continuação, mudança, reciclagem, término), o controle de organização tática da interação (a exemplo das estruturas de participação determinantes do sistema de troca de turnos), o grau de planejamento do evento interativo e o nível de formalidade da interação, que influencia as escolhas linguísticas dos participantes (GONÇALVES, 1995).

O discurso reflete, cria, veicula, reforça, perpetua e referenda [a assimetria e a simetria] na atuação discursiva dos participantes dos eventos de fala assimétricos [e simétricos]. Em um nível macrossociolinguístico, os parâmetros da institucionalidade do discurso podem se medir por aspectos tais como o *status* socioeconômico, os papéis sociais, os objetivos, crenças e expectativas que regulam a interação. Em um nível microssociolinguístico, os fatores são de ordem discursiva, conversacional e linguística propriamente dita. (GONÇALVES, 1995 p. 265, *itálicos nossos*).

A entrevista radiojornalística compõe um tipo de discurso institucionalizado que apresenta formas de organização estrutural internas ditadas pela natureza do evento, e isso a diferencia de uma entrevista de emprego, de pesquisas científicas (nas Ciências Sociais e Humanas), entre médico e paciente, bem como evidencia formas de poder, por suas variações permitirem maior ou menor entrosamento, distensão e facilitação do fluxo das relações interpessoais (MARCUSCHI, 1991). Os mecanismos éticos e estruturais, como práticas sociodiscursivas na produção da entrevista radiojornalística, além de outras regras de organização dos tópicos discursivos e dos turnos, evidenciam formas de poder, mas se diferem quanto à rigidez, normatividade e aos componentes contextuais de reprodução discursiva do poder, elencados na figura 12, na subseção 5.1 desta tese, os quais sinalizam: “[...] não só sobre **o que** se fala, mas também **como, quando e por que** se fala é determinado pelo participante com maior poder para direcionar o discurso” (GONÇALVES, 1995, p. 265-266, *negritos do autor*).

Assim, em atos discursivos da interação, pode-se exercer o controle não só de modo direto e explícito, como dar ordens, inquirir, proibir, perguntar, questionar, mas também de forma indireta, em atos como definir e decidir o que se pode tomar como tratável, deter por mais tempo os turnos, ter a prerrogativa de iniciar ou concluir tópicos, regular o estilo, entre outras formas de controle. Consoante Marcuschi (1991, p. 61), nos eventos discursivos, é possível aos membros mais fortes exercerem controle em aspectos diversos, que se ligam às relações de desigualdades ou assimetrias e definem as condições de adequação discursiva, quais sejam:

- selecionar preferencialmente os falantes;
- introduzir, incentivar ou retirar tópicos discursivos;
- iniciar e concluir eventos;
- coordenar as alocações dos turnos, sua extensão etc.;
- produzir preferencialmente determinados atos de fala;
- definir as formas de polidez;
- definir o estilo, o léxico etc.;
- coordenar as sequenciações;
- avaliar posições, opiniões, situações etc. (MARCUSCHI, 1991, p. 61).

A introdução de elementos lexicais de uso incomum na condução de um evento discursivo, o maior grau de formalidade ou informalidade, a variação nas formas de tratamento e nas formas gramaticais dos segmentos de fala funcionam como maneiras de conduzir o evento apontado e remetem-se ao estilo que define o controle local das ações e das deliberações (MARCUSCHI, 1991). As decisões dos membros mais fortes¹⁸ num evento discursivo podem ser tomadas como uma estratégia de negociação para a melhor condução do tipo de discurso da interação, desde as premissas mais básicas até as mais complexas. Nesse sentido, de acordo com Santos (1999, p. 29), a negociação do discurso oral entre os interactantes exige que se observem vários pontos a fim de alcançar o objetivo pretendido, entre eles estão:

a) saber quando começar e terminar uma conversação, pois há convenções quanto à abertura ou ao término de cada conversação; b) saber tomar a palavra do outro, reter e construir seu turno de fala ou terminar seu turno e ceder a fala do outro; c) utilizar a interação com seu interlocutor, pois isso vai contribuir para que haja a construção do tema proposto; d) [saber que, em situação específica, ambos os interactantes podem participar ativamente do processo de organização tópica (continuidade e descontinuidade tópica, transição, superposição e movimento de tópicos), apontar ou redirecionar o tópico, entre outras ações].

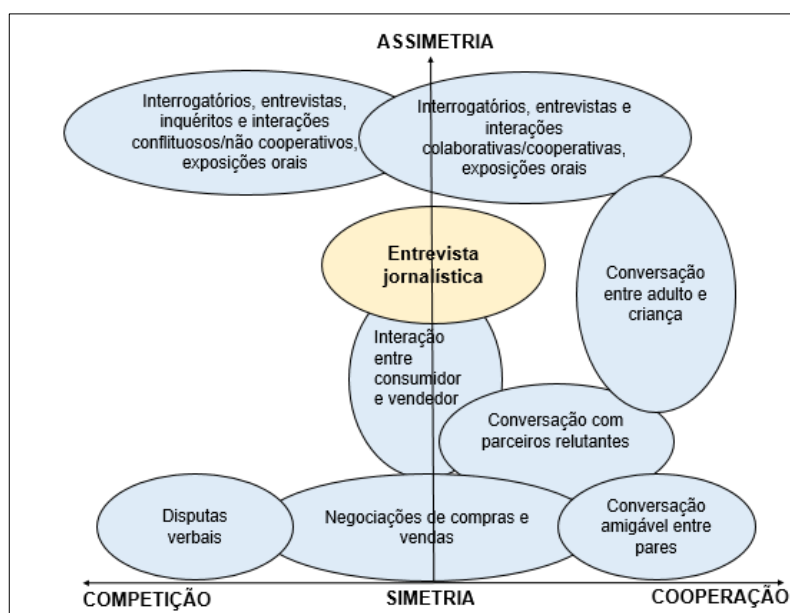
Segundo Preti (1993), o texto falado resulta de um trabalho interativo e colaborativo entre dois ou mais sujeitos que o compõem à medida que conversam, o que se aplica às entrevistas de rádio pública alagoana desta tese, nas quais se denotam simetrias e assimetrias, bem como se verificam relações de interesses e intenções dos sujeitos participantes quanto aos segmentos de fala proferidos ao longo dos momentos discursivos. Tal definição converge para a forma como os turnos se organizam nas referidas entrevistas de rádio pública alagoana, pois ora o entrevistador retém o turno e se mantém prolongadamente nele, ora deixa o entrevistado permanecer por longo tempo com o turno, e o entrevistador participa com pequenas intervenções, por meio de sobreposições de vozes, tomadas de turno ou nas hesitações do falante em curso.

Para que a conversação seja bem-sucedida, é preciso possuir interesses comuns, no entanto, Marcuschi (1998, 2003) afirma que nem tudo é negociável na interação, há coisas conversáveis e outras não, assim como, mesmo havendo

¹⁸ Marcuschi (1995) chama de falante poderoso aquele que domina localmente as decisões na interação e, a partir de seu *locus* privilegiado, estipula a adequação. Cabe ressaltar que, no âmbito institucional, o falante poderoso também se adapta às normas e convenções da instituição a que pertence.

objetivos comuns, os interesses de um sujeito podem se sobrepor aos de outro, o que se verifica por intermédio de mecanismos de reprodução discursiva do poder, engendrados pela hegemonia, dominação, assimetria e simetria. Nesse tocante, Linell (1990), ao analisar situações assimétricas e simétricas, aponta duas dimensões de simetria-assimetria e cooperação-confronto em gêneros orais, o que envolve quatro tipos ideais: o tipo simétrico e cooperativo, o simétrico e competitivo, o assimétrico e cooperativo e o assimétrico e competitivo, segundo se observa na figura 1 a seguir.

Figura 1 - Dimensões de simetria-assimetria em gêneros orais



Fonte: Adaptado de Linell (1990, p. 171) e Marcuschi (1995, p. 89)

As dimensões de simetria-assimetria e cooperação-confronto em gêneros orais, na figura 1, ratificam a afirmação, neste trabalho, de que, conforme Marcuschi (1995, p. 85), “[...] é um equívoco analisar as interações como se fossem cada uma ou simétrica ou assimétrica. Pois as interações podem apresentar aspectos de uma ou outra dessas duas perspectivas e não se pode caracterizá-las tão polarmente”. Sempre que houver a possibilidade de se analisarem essas dimensões, “[...] pode-se chegar a uma tipificação mais aproximada dos efeitos das relações de poder, assimetria e competição, [simetria e cooperação] dentro da interação” (MARCUSCHI, 1995, p. 89). Tal reflexão se justifica pelo fato de a maioria das interações ser assimétrica em maior ou menor grau, por geralmente haver algum tipo de dominação em algum ponto da interação, e isso também abre espaço para a simetria e igualdade em algum nível do contexto interativo e/ou do discursivo (MARCUSCHI, 1995).

Quanto a essas dimensões de simetria-assimetria e cooperação-confronto nas interações, o tipo simétrico e cooperativo corresponde às interações mais colaborativas possíveis, em que se subentende igualdade de todos os participantes, por um lado. Por outro, o tipo simétrico e competitivo apresenta tópicos que, sem teor de ofensas, podem ser mutuamente ignorados, bem como revela que a tendência das interações é o confronto e o conflito, pois falta o consenso, mesmo que, entre os participantes, haja igualdade (LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1995).

Além desses, o tipo assimétrico e cooperativo evidencia diferenças de *status*, competência e responsabilidade, mas representa interações colaborativas e cooperativas em que os papéis e as responsabilidades se complementam, e os segmentos de fala dos sujeitos interactantes são bem diversos (um pergunta, e o outro responde, por exemplo); o tipo assimétrico e competitivo equivale às interações em que a parte com mais poder tende a exercer o controle com a imposição de medidas e normas rigorosas (LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1995). Como, em alguns aspectos, a mesma interação pode ser simétrica, e em outros não, a interação da entrevista de rádio pública alagoana pode ser classificada como simétrica-cooperativa e assimétrica-cooperativa, devido à motivação da análise social (FAIRCLOUGH, 1989, 2001), das categorias crítico-conversacionais e dos componentes contextuais dos eventos discursivos.

Simetrias e assimetrias são, pois, relações especiais geradas no interior da interação verbal e não têm um poder maior a não ser quando associadas a outras propriedades. Heuristicamente, elas apenas revelam [igualdades e] desigualdades que não chegam a impor orientações irreversíveis. (MARCUSCHI, 1995, p. 86).

Ao rever questões relativas a fenômenos da interação verbal, vinculados às noções de assimetria, poder e adequação na produção discursiva de um dado evento, Marcuschi (1995, p. 80-81, *itálicos do autor*) sugere que a adequação “[...] é unidirecional e comandada por alguma instância de controle exógena ao próprio evento discursivo geralmente chamada de *situação contextual*. Essa instância autorizaria ou legitimaria o próprio discurso”. Em qualquer situação dialógica, forte ou sutilmente institucionalizada/ritualizada, é possível verificar o que significa ser ou não adequado, ou determinar quando um sujeito participante foi ou não adequado numa interação específica, pois, “No geral, vamos notar que o comportamento (discursivo ou não) adequado se dá como uma sutil **submissão** de um dos lados a um suposto

modelo já instituído para aquele evento interacional em contexto” (MARCUSCHI, 1995, p. 81, **negrito do autor**).

No entanto, o poder não funciona como um atributo imanente ou intrínseco a certas formas estruturais da interação, estratégias ou a certos tipos de evento, pois os sujeitos interactantes são atores sociais que também têm vontade própria e podem subverter a ordem das coisas com novas interpretações de suas relações a cada momento no mesmo evento discursivo, a partir de estratégias discursivas e sociais (MARCUSCHI, 1995). Como indica Marcuschi (1995), isso se justifica por todas as interações, de certo modo, constituírem situações interpretativas; nelas, o contexto e o modelo estrutural do evento discursivo não são suficientes para que os interactantes se tornem ou permaneçam seres passivos e com atitudes similares, sempre se adequando e seguindo as regras de um dado evento.

A adequação pode ocorrer no campo dos elementos verbais e dos não verbais, isto é, no plano da linguagem utilizada no evento discursivo, no plano das atitudes, dos tópicos, dos hábitos, entre outros. O conceito de adequação liga-se, de forma intrínseca, a estratégias de controle das assimetrias e formas de dominação na interação, pois produzir interações adequadas implica adaptar-se sintomaticamente às condições requeridas pela interação em curso (MARCUSCHI, 1995). No contexto a que se refere Marcuschi (1995), é possível que o termo *sintomaticamente* remeta a um ato unilateral, em razão de haver um controle ou comando externo imposto a um dos atores sociais (ou a todos os interactantes).

Nesse caso, o controle pode manifestar-se não somente por parte da instituição de que vem o tipo de interação e de discurso, do papel do ator social num dado contexto, mas também por outras instâncias de controle social e discursivo – respeito mútuo, gentileza, polidez, solidariedade etc. Essas instâncias propiciam adequações bidirecionais ou convergências, supostamente “não opressoras”, “organizadoras” da ordem social, mas, com efeito, funcionam como estratégias de controle e formas de dominação para instituições e (membros de) grupos sociais dominantes controlarem o discurso público e atenderem a seus interesses, a partir de práticas hegemônicas, por exemplo (MARCUSCHI, 1995). Dessa maneira,

[...] parecer razoável admitir que a adequação não é, automaticamente, sintoma de solidariedade ou aproximação, pois pode ser comandada por outros fatores que visam até mesmo à “falsa aproximação” ou ao fingimento que sugere “igualdade”, mas com objetivos futuros à vista. Existiria, pois, uma adequação interesseira, que poderíamos chamar de estratégica. Os políticos

sabem como se adequar quando estão no plenário do Congresso, quando estão no palanque de campanha numa cidade do interior [ou nos bairros ricos e pobres da capital] ou quando estão diante de uma câmera de televisão. (MARCUSCHI, 1995, p. 91).

Por esse ângulo, o partilhamento de conhecimentos e de expectativas que levam à adequação ou à pertinência, como sistema da ordem social, serve para orientar as contribuições dos sujeitos interactantes nas relações interpessoais, bem como orientar, de alguma forma, o sistema de adequação e satisfazer os interesses e as expectativas desses sujeitos. A adequação pode ser definida como uma forma de controle social das relações interpessoais, um conjunto de estratégias consolidadas nas práticas sociodiscursivas, em 3 grandes perspectivas de pertinência, no mínimo: pertinência estrutural, pertinência de papéis e pertinência tipológica, que circundam os mecanismos éticos e estruturais na produção da entrevista radiojornalística (MARCUSCHI, 1995).

A pertinência estrutural dá-se no plano do contexto interativo, por meio das ações locais, da organização dos turnos, ou seja, dentro da estrutura conversacional, a partir da observação de regras ou normas interacionais. A pertinência de papéis dá-se no plano das relações interpessoais imediatas, observando os papéis sociais e comunicativos dos sujeitos da interação, com base na própria organização social das ações cotidianas e institucionais. A pertinência tipológica trata-se da adequação a formas discursivas características, com fundamento nos tipos de discurso e de texto, bem como dos aspectos linguísticos, textuais, semânticos e discursivos dos gêneros do discurso, o que permite nomear a entrevista radiojornalística como tal, da mesma forma que outros gêneros (MARCUSCHI, 1995).

Os tipos de simetria e assimetria e as dimensões que os envolvem, sinalizam que “[...] a dominância no diálogo e na interação, por um lado, e o poder social, por outro, nunca devem ser confundidos” (LINELL; LUCKMANN, 1991, p. 10), ainda que os termos “poder” e “dominação”, muitas vezes, sejam adjacentes, ambos relacionados com o fato de alguém ter acesso direto ou indireto a recursos (meios econômicos ou, em comunicação, espaço de discurso), normalmente às custas de alguém. Dessa maneira, poder social envolve “[...] recursos latentes ou potencialidades, enquanto a dominância diz respeito às propriedades ou realidades da ação manifesta [...]” (LINELL; LUCKMANN, 1991, p. 10), mas também “[...] o poder social deve representar algo relativamente estável: determinado

socioeconomicamente, culturalmente encaixado e institucionalmente congelado” (LINELL; LUCKMANN, 1991, p. 10-11).

Marcuschi (1995) assevera que as relações de poder entre os sujeitos na vida social não são geneticamente imanentes, mas são um fato empírico, constituem uma realidade social, que se desenvolve histórica e culturalmente, e devem ser explicadas nos contextos sociais das ações humanas, por intermédio da compreensão das relações sociais, dos valores culturais e de outras estruturas em cada sociedade. É pertinente concordar o autor, quando ele afirma que o poder social não precisa manifestar-se como dominação, embora esta seja uma das formas de manifestação de poder, e as ações dominantes nem sempre sejam reflexo de poder do falante, mas de falta de poder do interlocutor.

Os processos de escolarização, letramentos e formação profissional são recursos que interferem significativamente na mudança/reordenação das relações de poder entre os sujeitos sociais e possibilitam a esses sujeitos enxergarem os processos e as relações sociais de inúmeras maneiras, o que contribui para uma mudança discursiva e até social, o que pode incomodar aqueles que ocupam posições socioeconômicas convenientes na sociedade. Certamente, essa seja uma luta diária e contínua daqueles que estão constantemente numa posição de desigualdade ou desfavorecimento quanto a seus direitos sociais e discursivos, pois a mudança discursiva e social torna-se uma ameaça aos grupos dominantes ou às classes reguladoras.

Linell (1990) assinala quatro dimensões de dominação em eventos interacionais: dominação pela quantidade de fala, dominação semântica, dominação interacional e dominação estratégica. A dominação pela quantidade de fala volta-se basicamente ao aspecto quantitativo ou ao volume de fala de cada sujeito interactante – no caso da entrevista radiojornalística, é pertinente e democrático que o entrevistador conceda espaço para o entrevistado falar, uma vez que este é o especialista convidado para tratar sobre um tópico discursivo específico; a dominação semântica corresponde ao domínio do tópico, de sua introdução, condução, continuidade e descontinuidade; a dominação interacional relaciona-se aos padrões de assimetria e à organização sequencial dos pares adjacentes produzidos localmente na conversação, em que o sujeito dominador produz as primeiras partes dos pares ou toma as iniciativas; a dominação estratégica, que inclui segmentos de fala estratégicos

e não se baseia na quantidade de fala nem nas questões estruturais, mas sim na qualidade da produção conversacional nos turnos, a qual pode ser menor, entretanto dominar a interação (LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1995).

A dominação interacional envolve três tipos de iniciativas que podem determiná-la: dirigir movimentos (lances diretivos), controlar movimentos (lances controladores) e inibir movimentos (lances inibidores). Os lances diretivos compreendem movimentos a partir dos quais o falante tenta fazer com que o outro reaja sob certas condições e aparecem na forma P-R (pergunta-resposta), em certas instituições ou em tipos de diálogo como as entrevistas. Fazer perguntas é uma estratégia dominante bem conhecida (a menos que sejamos confrontados com perguntas submissas num evento interacional em que uma parte, muitas vezes subordinada, demonstra atitude de deferência e respeito, sugerindo que a outra parte fale) (LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1995).

O par pergunta-resposta e outros pares adjacentes podem ser tratados de várias maneiras e contribuir para interações assimétricas e/ou simétricas, a exemplo de dar algum *feedback*, fazer uma segunda avaliação ou mesmo contar uma segunda história podem ser formas pouco menos dominadoras de solicitar informações na entrevista, por um lado. Por outro lado, uma estratégia que pode deixar pouco espaço para o entrevistado se expandir, é ter uma bateria de perguntas que são feitas em sequência, com nenhum ou poucos comentários sobre as respostas recebidas, embora haja entrevistas em que o comentário sobre o assunto é feito no início da entrevista, quando o entrevistador introduz o tópico (LINELL, 1990).

Os lances controladores têm por finalidade avaliar, ratificar ou desqualificar as contribuições do outro e os significados por ele indicados. Controla-se por meio de atos de avaliação e ainda a partir de procedimentos de reformulação, como a paráfrase e a repetição (MELO JUNIOR, 2016, 2017). Os lances inibidores são reproduzidos ao inibir a fala do outro, ou seja, por ações que o privam de oportunidades de participar, expor sua versão, exprimir fatos, apresentar as próprias versões ou declarações como relevantes a dizer ou como fatos verdadeiros que não precisam ser submetidos a negociações adicionais. Nos lances inibidores, produzem-se atos dando-os como verdadeiros, seguros ou definitivos, ou usa-se a autoridade como forma de depreciar o outro ou sua posição e inibi-lo (LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1995).

Sob a perspectiva da interação, em geral, quando o entrevistador faz uma pergunta, e o entrevistado precisa responder, a ação do entrevistador determina a do entrevistado, o que pode ser visto como um tipo de poder social realizado no micronível da interação (MARCUSCHI, 1995), mas as respostas do entrevistado também são relevantes para determinar as próximas ações do entrevistador, como a próxima pergunta a ser feita com base na última resposta. Quando o entrevistado coloca sua posição, ele determina o curso de fala do outro, o que contribui para tornar o poder social permutável ao longo da própria interação verbal, e isso também possibilita a caracterização dos tipos de assimetria e de simetria, desencadeados pelas relações de poder social.

Linell e Luckmann (1991) teorizam sobre as assimetrias *in situ* no diálogo e no discurso, bem como pontuam sobre o fato de analistas da conversação e do discurso considerarem o diálogo (discurso, textos) e os contextos mutuamente indissociáveis, optarem pela busca de informações contextuais para apoiar o processo de identificação e interpretação dos padrões do discurso, assim como defenderem o uso de fontes complementares de informação, como dados a respeito dos atores sociais do evento interativo, documentos, estruturas organizacionais e instruções, usados por sujeitos, especialmente profissionais, como base para realizar o evento e como entradas ou saídas de diálogos institucionalizados.

Ao tratar acerca da simetria e da assimetria, Marcuschi (1995) e Santos (1999, 2008) asseveram que as noções de igualdade e desigualdade de condições – de conhecimento e posição social – constituem um dos traços relevantes na interpretação das relações interpessoais na interação verbal. Conforme Linell e Luckmann (1991, p. 4), a assimetria “[...] refere-se a vários tipos de desigualdades nos processos de diálogo”, incluindo diferenças na distribuição de conhecimentos e posições sociais. Para os autores, o diálogo envolve maior ou menor grau de comunalidade de conhecimento e linguagem, mutualidade de conhecimento, suposições de compartilhamento de conhecimentos na interação e reciprocidade quanto às sequências conversacionais do evento interacional.

Como assimetrias e desigualdades de muitos tipos são compatíveis com mutualidade e reciprocidade, isso significa que o conhecimento e as oportunidades de participação no diálogo são apenas, em parte, comuns e igualmente disponíveis, assumidos mutuamente e retribuídos simetricamente. Por esse ângulo, Linell e

Luckmann (1991) endossam que assimetrias e desigualdades são propriedades essenciais do diálogo e da comunicação, pois, se não houvesse assimetrias entre as pessoas, ou seja, se as desigualdades de conhecimento comunicativamente relevantes não existissem, haveria pouca ou nenhuma necessidade de mais tipos de comunicação.

O fato é que Linell e Luckmann (1991), possivelmente, remetam-se aos princípios da comunalidade, mutualidade e reciprocidade nas assimetrias como mecanismos de minimização das desigualdades nos processos dialógicos. No entanto, como as assimetrias no discurso são contextualizadas, dependentes e constituídas de condições exógenas e endógenas, tanto os padrões globalmente manifestos (dominação, desigualdade social, imposição) quanto as propriedades locais (como os pares adjacentes) podem intensificar em maior ou menor grau a assimetria e a simetria, bem como fomentam assimetrias globais e assimetrias locais (LINELL; LUCKMANN, 1991; MARCUSCHI, 1995; SANTOS, 1999). Nessa perspectiva, “Portanto, o analista deve sempre manter a distinção em mente; uma coisa é identificar ações dominantes, outra coisa é determinar o que elas significam ou o que são (LINELL; LUCKMANN, 1991, p. 11).

As assimetrias globais, extrínsecas ou exógenas reportam-se a padrões que extrapolam as trocas dialógicas manifestas nas trocas de turnos, relacionam-se ao evento discursivo como um todo e podem ser impostas ou importadas de fora, a partir do poder ou autoridade social, da natureza do evento de fala, e preestabelecidas como restrições à interação. As assimetrias globais no diálogo restringem-se por condições predeterminadas na hierarquia social e por estruturas sociais existentes antes da interação, aludem aos tópicos, eventos de fala, tipos de eventos, à posição social. Nelas, inserem-se as assimetrias cognitivas – um sujeito interactante conhece mais que o outro –, assimetrias institucionalmente marcadas, entre outras, as quais não dispõem do mesmo peso para determinar o poder ou a dominação nas relações interacionais (LINELL; LUCKMANN, 1991; MARCUSCHI, 1995; SANTOS, 1999).

As assimetrias locais, intrínsecas ou endógenas derivam de assimetrias entre iniciativas de diálogo e respostas, como mecanismos básicos de interação, e relacionam-se aos segmentos de fala, turnos, pares adjacentes, marcadores discursivos de poder, entre outros elementos fundados no próprio evento interacional. Tais assimetrias permutam-se em virtude da distribuição alternada dos papéis de

falante e ouvinte, construídos na interação, “São controles locais constitutivos da própria atividade dialógica e só contribuem para os níveis mais altos de dominação quando assumem certas características de sistematicidade” (MARCUSCHI, 1995, p. 85).

A alternância entre os sujeitos interactantes quanto aos papéis de falante e ouvinte é uma característica evidente e elementar na entrevista radiojornalística do *corpus* deste estudo, motivada por mecanismos crítico-conversacionais e processos interacionais, os quais permitem compreender a maneira como as relações interpessoais acontecem ao longo do diálogo. A complexidade dessas relações, que envolvem aspectos discursivos e não discursivos, dentro e fora do âmbito linguístico, evidencia as situações de simetria e assimetria entre os referidos sujeitos interactantes nos eventos discursivos.

Comprovam-se tais considerações teóricas em importantes estudos que analisam conversações simétricas e assimétricas, observando as diferentes formas de participação dos interactantes no diálogo, na linha dos Estudos Conversacionais, no Brasil, a exemplo de Galembeck (1993, 1996, 2005) e Galembeck e Costa (2009). Se se for observar, segundo Linell (1990), as quatro dimensões de dominação em eventos interacionais, a seguir: dominação pela quantidade de fala, dominação semântica e dominação interacional, os conceitos de Galembeck (1993, 1996, 2005), Galembeck e Costa (2009), Santos (1999, 2008) e Fávero, Andrade e Aquino (2009) assemelham-se numa perspectiva conversacional, pois os encontros interacionais podem ser definidos como relativamente simétricos ou assimétricos, e essas dimensões contribuem para estabelecer momentos de simetria e de assimetria.

A conversação relativamente simétrica é aquela em que ambos os interactantes possuem o mesmo direito não só de tomar a palavra, mas também de escolher o tópico discursivo¹⁹ – assunto estabelecido na conversação, o objeto do discurso acerca do que se fala –, direcioná-lo/alterá-lo e estabelecer o tempo de participação no evento interacional. A conversação relativamente assimétrica revela que o privilégio no uso da palavra é de apenas um interactante que conduz e comanda o

¹⁹ De acordo com Marcuschi (2008), na interação verbal, o tópico discursivo constrói-se de forma interativa, coletiva e negociada. Embora um interactante proponha um tópico, este pode ser reconduzido ou alterado, por ser a conversação, nesse sentido, um evento dialógico, dinâmico e interacionalmente suscetível a variáveis diversas, conforme já apontado. Na entrevista, mesmo que o entrevistado limite-se ao que lhe é perguntado, o que também pode motivar a assimetria, ele pode contribuir para a determinação das escolhas discursivas, marcando, em certos momentos, a entrada da simetria no discurso.

diálogo, em virtude de iniciá-lo, desenvolver o tópico, redirecioná-lo, mudá-lo e encerrar o diálogo (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009).

Segundo Galembeck (1993, 1996, 2005) e Galembeck e Costa (2009), a conversação assimétrica caracteriza-se por um dos interactantes desenvolver o assunto do diálogo, dominar o evento interacional e intervir sucessiva e significativamente, por meio de turnos nucleares em andamento ou de turnos inseridos (de função interacional ou que contribuem sutilmente para o desenvolvimento do tópico), ocupando um espaço de tempo maior durante o turno. Suas intervenções²⁰ são de caráter referencial nítido para o desenvolvimento do tópico discursivo, enquanto o outro interactante segue seu parceiro e contribui com intervenções episódicas, marginais ou secundárias, manifestando, de forma breve, concordância, discordância, dúvida e outros sinais indicadores de que o interlocutor está acompanhando o turno do sujeito falante.

Para Galembeck (1996), numa situação de assimetria, apenas um sujeito interactante que domina o encontro tem o turno e a palavra, e o sujeito ouvinte cede o direito ao turno, o que se inverte quando esse sujeito ouvinte resolve exercer o seu direito, mas isso implica considerar também fatores sociais, numa linha tridimensional do discurso. Segundo o autor, as situações de simetria e assimetria resultam de um acordo tácito entre os sujeitos interactantes e, para que elas se efetivem, as contribuições referenciais de cada sujeito devem cumprir uma dupla condição de pertinência, em relação ao tópico genérico da conversação²¹ e ao conhecimento mútuo partilhado²² por esses sujeitos. Nas situações de assimetria, o entrevistador consente que ocupe o turno à medida que percebe que o entrevistado cumpre as duas condições de pertinência, observando também outros mecanismos crítico-conversacionais.

²⁰ Conforme Galembeck (1996, p. 121, **negrito do autor**), “Por *intervenção*, deve-se entender as diferentes formas de participação dos interlocutores no diálogo: cada vez que o participante exerce o direito à fala, tem-se uma intervenção diferente”. Nesse tocante, segundo o autor, “o turno referencial não termina necessariamente no momento em que um dos interlocutores toma a palavra, ou seja, o turno nuclear pode abranger uma ou mais de uma intervenção” (GALEMBECK, 1996, p. 125).

²¹ “A pertinência com respeito ao tópico genérico da conversação se define como a relação necessária entre as informações introduzidas por cada interlocutor e o tema genérico de um dado fragmento conversacional” (GALEMBECK, 1996, p. 126).

²² “A outra condição de pertinência para o acréscimo de novas informações é a correspondência entre essas informações e o conhecimento mútuo partilhado pelos interlocutores” (GALEMBECK, 1996, p. 126). Como os sujeitos partilham das informações básicas acerca dos tópicos tratados, a conversação pode prosseguir com o acréscimo de novas informações.

O diálogo simétrico ocorre quando ambos os interactantes exercem o mesmo direito à fala, com informações de valor referencial, contribuem, de maneira efetiva, para o desenvolvimento do assunto tratado na conversação e intervêm na progressão do tópico discursivo, pois as contribuições de todos os sujeitos são relevantes do mesmo modo quanto ao progresso do tópico, ou seja, as intervenções dos interactantes, a partir do engajamento de todos na consecução de um objetivo comum favorecem substantivamente uma situação de simetria. Galembeck (1996, p. 125) pontua que, numa situação de simetria, “cada interlocutor tem, ao mesmo tempo, o turno e a palavra, pois lhe é permitido dirigir ou reorientar o fluxo da conversação, por meio de uma contribuição substantiva para o desenvolvimento do tópico [...]”.

Num encontro simétrico, há uma relação de equilíbrio e igualdade quanto à oportunidade de falar e ao engajamento dos interactantes no diálogo, por meio de uma sequência de turnos com outros turnos igualmente nucleares (turnos nucleares justapostos), na qual esses interactantes discutem o tópico, expõem fatos e expressam seus pontos de vista. A troca de falantes constitui um fato intrínseco à natureza da conversação simétrica, em que existe um revezamento contínuo nas posições de falante e ouvinte (GALEMBECK, 1993, 1996, 2005; GALEMBECK; COSTA, 2009).

Nos conceitos de assimetria e simetria expostos nos parágrafos anteriores, verifica-se que o aspecto conversacional predomina nos estudos dos autores apontados, contudo, na análise de simetrias e assimetrias no diálogo, o aspecto não discursivo (social) deve aparecer, uma vez que também contribui para delinear interações simétricas e assimétricas. Assim, com fundamento nas reflexões teóricas de Marcuschi (1991, 1995, 2003), Galembeck, Silva e Rosa (1990), Galembeck (1993, 1996, 2005), Galembeck e Costa (2009), Santos (1999, 2008, 2017), Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006), Melo Junior (2016, 2017), Dijk (2017a, 2017b), Melo Junior e Santos (2019) e outros, bem como analisando a maneira como a interação acontece na entrevista de rádio pública alagoana, defende-se, nesta tese, a existência de uma assimetria e uma simetria crítico-conversacional, tendo em vista que, numa conversação, em que contemplam momentos interativos reais, a partir de segmentos de fala contextualizados, os sujeitos interactantes exercem poder sob múltiplos vieses, levando em conta elementos discursivos e não discursivos.

Esses segmentos de fala, por sua vez, constituintes dos turnos, são interpretados nas situações comunicativas em que operam mecanismos linguísticos, dotados de sentidos particulares, numa interação específica. Por fim, analisar um evento interacional específico requer a interpretação de fatores que extrapolam o viés linguístico, atingindo nesse tocante o viés social; daí, a presença dos componentes contextuais nos turnos das entrevistas, necessários à manutenção do tópico discursivo e à hierarquização ou à paridade das relações de poder, na interação. A assimetria e a simetria crítico-conversacional dividem-se em macrossocial, microssocial²³ e conversacional, categorias que são contribuições desta tese.

Por um lado, a assimetria macrossocial e microssocial (ambas contextuais ou sociodiscursivas) é o tipo de interação que ocorre quando um sujeito interactante assume uma posição de poder hierarquicamente superior à do outro sujeito, na interação, motivando a assimetria nas relações de poder, definidas por características da própria estrutura social, em função das diferenças de poder social, pessoal e institucional ou das relações verticais. Manifesta-se nas relações interpessoais entre o entrevistador e entrevistado, de modo explícito, num contexto macro/global, em função da classe, identidade social, personalidade, *status* social, autoridade preexistente, riqueza, posição social, dominação semântica (controle do tópico), interacional e estratégica, idade, formação profissional, dos papéis sociais e comunicativos, do posto, conhecimento, tópico discursivo, habilidade ou privilégios, natureza do evento interacional, domínio/nível social da interação entre sujeitos interactantes e instituições, controle do acesso ao discurso e de sua produção, entre outros elementos que ultrapassam o fator linguístico.

A assimetria crítico-conversacional abrange mecanismos da conversação e também se classifica como assimetria conversacional, posto que, na demarcação de papéis, um dos sujeitos da interação exerce univocamente o poder na interação, endossando a assimetria macro e microssocial, por meio de mecanismos linguísticos de qualquer ordem (notadamente conversacional, gramatical e textual), o que não impossibilita de serem reproduzidos no discurso por influência das diferenças de poder social, pessoal e institucional, daí ser de natureza crítico-conversacional.

²³ O termo *macrossocial* sugere uma relação de poder no âmbito de instituições, organizações ou membros de grupos sociais que ocupam lugares sociais de alto poder. O termo *microssocial* permite inserir instituições ou membros de grupos sociais que assumem posições menos elevadas ou significativas e exercem poder em menor potencial.

Manifesta-se, nas relações interpessoais entre o entrevistador e entrevistado, de modo implícito, num contexto micro/local, em função dos turnos, pares adjacentes, dominação pela quantidade de fala, dominação estratégica, marcadores discursivos de poder (relacionemas verticais), além de outros dispositivos conversacionais. A conversação assimétrica pode conter turnos simétricos e assimétricos, alternando-se ou sucedendo-se turnos nucleares – justapostos ou não – e inseridos.

Por outro lado, a simetria macrossocial e microssocial (ambas crítico-conversacionais) é o tipo de interação que ocorre quando um sujeito interactante assume uma posição de poder equivalente ou análoga à do outro sujeito, na interação, motivando a simetria nas relações de poder, em função das semelhanças de poder social, pessoal e institucional ou das relações horizontais. Nas relações interacionais entre o entrevistador e entrevistado, manifesta-se de modo explícito, num contexto macro/global, em função da classe, identidade social, personalidade, *status* social, autoridade preexistente, riqueza, posição social, dominação semântica (controle do tópico), interacional e estratégica, idade, dos papéis sociais e comunicativos, do posto, conhecimento, formação profissional, tópico discursivo, habilidade ou privilégios, natureza do evento interacional, domínio/nível social da interação entre sujeitos interactantes e instituições, controle do acesso ao discurso e de sua produção, entre outros elementos que ultrapassam o fator linguístico.

Esses componentes contextuais dos eventos discursivos e as categorias crítico-conversacionais podem contribuir também para fomentar simetrias cognitivas – aquelas em que certos fatores contextuais, como o conhecimento e a competência comunicativa (em vários níveis, como o discursivo, gramatical, textual e o semântico) dos sujeitos interactantes podem equiparar-se –, e simetrias institucionalmente marcadas, pois ambos os sujeitos podem ocupar posições ou lugares de poder hierarquicamente semelhantes nas relações interacionais, ainda que, em alguns eventos discursivos, sejam posições autorizadas por instâncias superiores de poder. As simetrias institucionalmente marcadas podem ser determinadas por componentes contextuais mais específicos, como a autoridade preexistente, o posto, o controle do acesso ao discurso e de sua produção e os papéis sociais e comunicativos dos sujeitos no discurso.

A simetria crítico-conversacional também se tipifica em simetria conversacional e é o tipo de interação que se potencializa, quando um sujeito interactante assume

uma posição de poder hierarquicamente equiparada à do outro sujeito, na interação. O viés conversacional expande a simetria macrosocial/microsocial e também contribui para engendrar as relações de poder, por meio de mecanismos linguísticos de qualquer ordem (notadamente conversacional, gramatical e textual), o que não impossibilita de serem reproduzidos no discurso por influência das semelhanças de poder social, pessoal e institucional.

A simetria conversacional ocorre nas relações interpessoais entre o entrevistador e entrevistado, de modo implícito, num contexto micro/local, em função dos turnos, segmentos de fala, dominação pela quantidade de fala, dominação estratégica, pares adjacentes, marcadores discursivos de poder (relacionemas horizontais), além de outros dispositivos conversacionais. A conversação simétrica pode conter turnos simétricos e assimétricos, alternando-se ou sucedendo-se turnos nucleares – justapostos ou não – e inseridos.

A assimetria ou a simetria decorre das relações de poder existentes entre os sujeitos e das marcas linguísticas que aparecem nos turnos de fala, considerando o contexto interativo (em termos de interação dos participantes do diálogo) e o discursivo (no tocante aos aspectos sociais e institucionais em que tais sujeitos se inserem). Nas relações assimétricas e simétricas, os sujeitos interactantes exercem poder nos eventos e momentos discursivos, a partir de mecanismos crítico-conversacionais, marcas discursivas e contextuais que aparecem nos turnos de fala. Inseriram-se, nessas relações, além dos componentes contextuais da interação, o turno conversacional e os marcadores discursivos de poder, conforme se discorrerá a seguir.

Nas subseções 3.1, 3.2 e 3.3, serão abordados pressupostos teóricos sobre importantes categorias para a Análise da Conversação, enquanto área do conhecimento linguístico, situada numa perspectiva funcionalista dos estudos da linguagem. São elas: o turno conversacional, tomando por base Galembeck, Silva e Rosa (1990) e Galembeck (1993); alguns modelos em AC – o Modelo de Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003), o Modelo de Dijk (1992), o Modelo de Cestero Mancera (1994) e o Modelo de Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006); e os marcadores discursivos, respectivamente, bases teóricas relevantes aos Estudos Conversacionais da atualidade.

3.1 O turno conversacional

Segundo Xavier (1995, 2006), a comunicação pelo rádio é um evento verbal interativo denominado Interação Radiofônica (IR), e, nesse evento, o discurso dos interactantes é permeado por todo um fazer linguístico que privilegia determinados elementos da oralidade, os quais auxiliam a fomentar as relações de poder. O autor pontua sobre o fato de comunicador e audiência – evidenciam-se, nesta tese, entrevistador e entrevistado – construírem a Interação Radiofônica a partir de ações linguísticas consecutivas, relacionadas e sequencialmente coerentes, às quais se associam tais elementos da oralidade, entre os quais se incluem os turnos e os marcadores discursivos (doravante MDs), também chamados de marcadores conversacionais (MCs).

Ao longo deste trabalho, em momentos distintos e de formas diversas, evidenciou-se que a simetria e a assimetria nas relações interativas e sociais acontecem por intermédio de vários mecanismos de poder, dominação e hegemonia. Entre eles, estão os componentes contextuais dos eventos discursivos, as categorias crítico-conversacionais e a análise da entrevista de rádio pública alagoana como texto, prática discursiva, prática social e como forma de conversação institucional para comprovar as relações simétricas e assimétricas e sua tipologia. Nessa perspectiva,

De fato, a conversação é uma prática social por meio da qual se expressam e se tornam possíveis outras práticas [como a entrevista radiojornalística alagoana]. Por meio dela, os indivíduos se comportam como seres sociais, isto é, relacionam-se com outras pessoas e procuram conseguir seus propósitos, conversando; rompem relacionamentos, conversando ou deixando de conversar. A conversação possibilita o trabalho cooperativo e implementa as relações sociais. (SILVA, 2005, p. 31-32).

Segundo tal raciocínio, o turno conversacional aparece como uma categoria crítico-conversacional de grande relevância para a compreensão das relações sociointeracionais entre os sujeitos e das relações simétricas e assimétricas, com fundamento no poder social e institucional. O turno conversacional é a parte do discurso, na qual as relações de poder se apresentam e são interpretadas pela linguagem. Todos os elementos linguístico-discursivos, as estratégias linguísticas e interacionais, os dispositivos conversacionais, os componentes contextuais de um evento discursivo oral e a interpretação de aspectos não discursivos (autoridade no assunto, por exemplo), os quais se evidenciam no discurso, podem ser estudados a partir dos turnos de fala na interação verbal.

Indubitavelmente, os estudos de Galembeck, Silva e Rosa (1990) e Galembeck (1993) são referências fundamentais para a compreensão de uma categoria tão cara aos Estudos Conversacionais quanto é o turno conversacional. Os autores não apenas trazem relevantes considerações teóricas sobre o trabalho de Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003), paralelamente a críticas de outros estudiosos, mas ainda sistematizam e refletem sobre a conceituação teórica, a tipologia dos turnos e as estratégias de gestão de turno. Os apontamentos teóricos de Galembeck, Silva e Rosa (1990), Galembeck (1993), Silva (2008) e outros importantes estudiosos da AC subsidiaram a análise dos eventos e momentos discursivos desta tese, bem como serviram de base para a exemplificação de aspectos teóricos.

Existem diversos autores vinculados à Análise da Conversação, os quais tratam acerca da noção de turno conversacional enquanto categoria intrínseca à conversação e à interação, ou um dispositivo da língua falada, o qual estrutura as conversações e remete-se à produção verbal, não verbal e paraverbal de um falante na interação, efetivada por meio de elementos linguísticos e paralinguísticos. O turno diz respeito ao momento em que cada falante produz seu discurso, incluindo pequenos sinais de engajamento ou monitoramento (fáticos), entonação, hesitações, gestos e/ou olhares (MELO JUNIOR, 2016, 2017). Ou, como dizem Fávero, Andrade e Aquino (2009, p. 35), é “[...] a produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade de silêncio”, é “cada intervenção dos participantes (tanto as intervenções de caráter informativo, quanto breves sinais de monitoramento, como ahn ahn; sei; certo) durante a interação”.

Galembeck, Silva e Rosa (1990) e Galembeck (1993) chamam de turno qualquer intervenção, com ou sem valor referencial, de qualquer extensão, dos sujeitos interactantes do diálogo nas sequências conversacionais ou trocas. Esses analistas da conversação reconhecem que um turno não se esgota necessariamente em uma só intervenção, mas pode estender-se por várias intervenções. Assim, consideram como turno “[...] cada intervenção dos interlocutores constituída ao menos por uma unidade construcional de turno, unidade cuja definição deve atender a critérios de natureza sintático-semântico-pragmática e a critérios entonacionais” (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990, p. 69).

Nesse sentido, cabe reiterar que, mesmo que os turnos sejam porções do texto falado, correspondentes a cada intervenção dos sujeitos interactantes, em virtude dos

aspectos interacionais presentes nas sequências conversacionais em que se desenvolve uma relação intersubjetiva entre falantes, é imprescindível ressaltar que os turnos inserem-se numa organização hierárquica complexa que permite a segmentação em níveis de análise (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990). Tal modelo hierárquico em análise das conversações é gerido por regras de encadeamento sintático, semântico e pragmático, assim como é constituído por unidades linguísticas fonológicas, lexicais e morfossintáticas, que formam o texto conversacional.

Dessa maneira, o texto oral organiza-se pelo encadeamento hierárquico de sequências conversacionais maiores que, por sua vez, constituem-se de sequências menores articuladas entre si, funcionando toda sequência conversacional como uma estrutura de negociação. Ao se considerarem os níveis de organização do texto conversacional, é possível classificar os turnos quanto ao nível das unidades constituintes do turno e quanto ao nível das sequências conversacionais ou trocas (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990).

No que concerne ao nível das unidades constituintes do turno, classificam-se os turnos de acordo com o número de seus constituintes imediatos e segundo a natureza sintático-semântico-pragmática dos mesmos constituintes. De acordo com o número de seus constituintes imediatos, os turnos podem ser simples – quando se constituem por uma só unidade de análise – e compostos – quando apresentam mais de uma unidade constituinte. Segundo a natureza sintático-semântico-pragmática dos mesmos constituintes, Galembek, Silva e Rosa (1990) sugerem uma tipologia baseada na completude e na incompletude do turno, ambas também remissivas à estrutura sintático-semântica das unidades que compõem o turno.

Em termos pragmático-interacionais e interlocutórios (associando ao ouvinte de um determinado turno), a completude vincula-se à noção de inteligibilidade da enunciação. A incompletude das unidades constituintes do turno equivale ao turno interrompido por assalto ou ao turno aparentemente abandonado pelo sujeito falante, dada a dificuldade de avaliar com certeza o momento quando o falante abandonou o turno ou quando houve uma longa hesitação, sinal suficiente para ocorrer um assalto ao turno, muitas vezes até recomendável, com vistas a manter a conversação, sem provocar maiores danos à face do sujeito hesitante (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990).

No que se refere ao nível das sequências conversacionais ou trocas, Galembeck, Silva e Rosa (1990) distinguem dois componentes que participam da construção da sequência: o componente temático – ou tópico da sequência conversacional – e o componente funcional, ou função dos turnos conversacionais na sequência que estrutura a negociação. Com suporte em Galembeck, Silva e Rosa (1990), este estudo ratifica as assertivas de que não se identifica, necessariamente, o fim do turno como o momento em que outro interactante toma a palavra, e, embora desempenhem funções distintas na organização das sequências e do texto falado, consideram-se ambos os tipos de contribuição como turnos, os de valor referencial nítido, os de função interacional e os turnos que contribuem para o desenvolvimento do tópico.

Além de serem classificados como turnos simples e compostos, com base no número de constituintes imediatos, a tipologia dos turnos conversacionais envolve mais dois grupos que serão requeridos nas análises dos momentos discursivos. Quanto ao desenvolvimento do tópico, há turnos nucleares e turnos inseridos, e, quanto à função dos turnos na sequência que estrutura a negociação, há turnos de função conversacional iniciativa, de função conversacional reativa e de função conversacional reativo-iniciativa²⁴ (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990), conforme se detalhará na subseção seguinte.

3.1.1 Tipologia dos turnos conversacionais

No que diz respeito ao desenvolvimento do tópico na sequência conversacional, os turnos podem ser nucleares ou inseridos. Os turnos nucleares são aqueles em que todas as intervenções têm conteúdo informacional evidente, isto é, possuem valor referencial nítido e contribuem significativamente para o desenvolvimento do tópico principal na sequência. Podem ser justapostos – quando formam uma sequência de turnos igualmente nucleares, pois o falante desenvolve o tópico discursivo por meio de intervenções de caráter referencial – ou em andamento – quando o turno não se esgota em uma só intervenção do falante, posto que a

²⁴ Apesar de Galembeck, Silva e Rosa (1990) chamarem de turnos de **função ilocutória** iniciativa, reativa e reativo-iniciativa e sem desconsiderar a importância da Pragmática para os Estudos Conversacionais, utilizou-se, nesta tese, a nomenclatura **função conversacional** iniciativa, reativa e reativo-iniciativa, a qual dialoga com a proposta teórica adotada, já que a expressão **função ilocutória** é uma terminologia associada diretamente à teoria pragmática.

intervenção subsequente do mesmo falante dá prosseguimento à unidade sintático-semântico-pragmática de sua intervenção anterior. Com o fito de determinar se um turno está em andamento ou não, a recorrência a dados prosódicos é geralmente fundamental, pois a curva entonacional pode ser o único sinal de que o turno não se completou (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Diferentemente dos turnos nucleares, os turnos inseridos são marginais quanto ao desenvolvimento do tópico da sequência conversacional, porque não apresentam valor referencial nítido. Assim, a função principal dos turnos inseridos não é transmitir conteúdos informativos, mas é indicar que um dos interactantes monitora, acompanha, vigia, fiscaliza ou segue as palavras do seu parceiro. Dividem-se em dois grupos: os de função predominantemente interacional e os que contribuem marginal ou incidentalmente para o desenvolvimento do tópico (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Os turnos inseridos de função predominantemente interacional indicam reforço, concordância, entendimento ou compreensão e aviso de que o interlocutor deseja tomar o turno; podem ser representados por marcadores conversacionais, repetições e elementos fáticos. Os turnos inseridos de reforço confirmam o papel ou o *status* do falante e indica que o interlocutor aceita a posição de ouvinte e permanece desempenhando tal papel (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Os turnos inseridos que indicam concordância, entendimento ou compreensão podem acumular a função de reforço e sinalizar que o interlocutor concorda com seu parceiro e/ou compreendeu sua fala. Indicam-se a concordância e o reforço por intermédio de marcadores conversacionais e expressões fáticas, da repetição de uma frase, parte de uma frase, de uma palavra falada anteriormente pelo outro interlocutor ou de outras intervenções que manifestem tal sentido. Os turnos inseridos de aviso, segundo sua nomenclatura, cumprem a função de avisar ao locutor que o interlocutor aponta o desejo de falar e pretende tomar a palavra (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Os turnos que contribuem marginal ou incidentalmente para o desenvolvimento do tópico indicam que o interlocutor colabora com o desenvolvimento do tema ou assunto da conversação, mas não exercem um papel decisivo no desenvolvimento do tópico conversacional, incorporando, por exemplo, palavras do turno do outro parceiro. Dividem-se em turnos inseridos de colaboração ou antecipação, turnos de resumo e

turnos de pedido de esclarecimento ou de confirmação (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Nos turnos inseridos de colaboração ou antecipação, o interlocutor antecipa o conteúdo que o falante está desenvolvendo e colabora para a progressão tópica e para a continuidade da interação, sugerindo itens lexicais ou expressões linguísticas. Nos turnos de resumo, o interlocutor participa da construção do tópico da sequência e sugere uma expressão linguística que resume o conteúdo do turno ou parte do turno em andamento, bem como também demonstra seu entendimento e concordância, quanto ao assunto. Nos turnos de pedido de esclarecimento ou de confirmação, o interlocutor solicita ao parceiro, por meio de uma intervenção, que este explicita ou confirme alguma informação obscura ou incompreendida de seu turno (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Como apontam Galembeck, Silva e Rosa (1990), quanto à função dos turnos na sequência conversacional que estrutura a negociação, os turnos podem exercer três funções: função conversacional iniciativa, função conversacional reativa e função conversacional reativo-iniciativa. Dessas funções, decorre a seguinte tipologia: turnos de função conversacional iniciativa, de função conversacional reativa e de função conversacional reativo-iniciativa.

Os turnos de função conversacional iniciativa são os turnos das sequências de abertura da conversação e podem conter perguntas, afirmações, pedidos, saudações etc. Não se encontram com frequência turnos de função exclusivamente iniciativa ao longo da conversação, ainda que abram, após o turno de função reativa, outras sequências pela introdução de um novo tópico ou subtópicos discursivos, por muitos turnos apresentarem marcadores ou outros elementos linguísticos que os liguem ao turno de função reativa. Os turnos de função conversacional reativa correspondem àqueles que encerram uma sequência conversacional, inserida ou não, ou a própria conversação e podem conter respostas, réplicas, saudações, justificativas, segmentos de fala diversos e outros pares adjacentes que demonstrem efetiva relevância informacional ou sinalize que o interlocutor levou em conta o conteúdo da fala do seu parceiro (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990).

Os turnos de função conversacional reativo-iniciativa, por um lado, fecham a sequência conversacional com a reação do interlocutor ao turno anterior, quando ele responde a uma pergunta, comenta ou avalia uma afirmação, explica algum termo ou

expressão do turno anterior e esclarece algum referente (objeto de discurso) projetado nas manifestações verbais do locutor. Por outro lado, esses turnos permitem ao interlocutor dar início a uma nova troca ou sequência – o que está relacionado às propriedades particularizadoras do tópico discursivo: centração e organicidade²⁵ –, são mais frequentes em conversações que não se limitam às trocas rituais (saudações, despedidas e outras) e demonstram o esforço dos interactantes para conectar seu turno ao anterior e ao turno posterior (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990).

3.1.2 Estratégias de gestão de turno

As estratégias de gestão de turno correspondem a diferentes mecanismos linguístico-discursivos, que se operacionalizam pela troca de falantes e pela sustentação da fala, por meio dos quais os turnos se distribuem entre os interactantes durante o processo de interação conversacional, subsidiados, entre outras categorias crítico-conversacionais, pelo emprego dos marcadores discursivos de poder. As estratégias básicas de gestão de turno em diálogos são a troca de falantes e a sustentação do turno (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990).

O processamento da troca de falantes ocorre segundo a presença ou a ausência de pistas de lugares relevantes para a transição (LRTs). A existência de LRTs relaciona-se à capacidade de os ouvintes preverem, por meio de marcadores verbais e não verbais, o fim de cada unidade constitutiva de turno, considerada um LRT em potencial. A tarefa de identificar um LRT é complexa tanto para o analista da conversação quanto para o ouvinte que participa ativamente do diálogo, pois a atividade de prever uma unidade completa de turno é intuitiva, o que requer a identificação do maior número possível de pistas, a partir do agrupamento de uma série de elementos da oralidade (pausas, entonações, gestos, marcadores discursivos e outros), somados à percepção do ouvinte acerca do fim do turno de seu parceiro (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

²⁵ A centração remete-se aos enunciados formulados pelos interactantes sobre um conjunto de referentes/objetos de discurso, explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem. A organicidade corresponde às relações de interdependência entre tópicos (plano hierárquico), de acordo com o âmbito maior ou menor (grau de abrangência do tema) com que o assunto em pauta se desenvolve, e às articulações entre tópicos em termos de adjacência/proximidade na linha discursiva, em virtude da distribuição de tópicos na linearidade textual, ligada à introdução de informações novas (plano linear) (FÁVERO, 1993; JUBRAN, 2006, 2015a).

A troca de falantes acontece por meio da passagem de turno e do assalto ao turno. A passagem de turno, na qual se solicita implícita ou explicitamente a colaboração do interlocutor (ouvinte), centra-se nos LRTs e pode ser requerida ou consentida pelo falante, segundo a perspectiva do ouvinte. A passagem requerida pelo falante consiste na entrega explícita do turno a outro falante, especificada por marcadores discursivos de funções várias (entre as quais estão a de testar a atenção ou buscar a confirmação do ouvinte), por perguntas diretas ou interpelações.

A passagem consentida pelo falante refere-se à entrega implícita do turno a outro falante, pois o ouvinte intervém e passa a deter o turno, sem que houvesse uma solicitação direta. Na passagem consentida, podem aparecer marcadores paraverbais (hesitações, pausas, silêncios, risos, entonações descendentes), não verbais (risos, gestos, mímicas, olhares, meneio de cabeça) e verbais (segmentos de fala declarativos, hesitações) (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Quanto ao assalto ao turno, funciona como a violação de um dos princípios conversacionais sistemáticos e básicos da organização do turno, de Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003), segundo o qual fala um por vez. O assalto ao turno ocorre com ou sem deixa quando, na troca de falantes, o ouvinte intervém sem que seu momento de fala seja solicitado ou consentido, direta ou indiretamente. Essa participação não autorizada é marcada pelo fato de um dos interactantes (o ouvinte) intervir fora de um LRT, no turno do outro parceiro, sem que sua participação tenha sido direta ou indiretamente solicitada ou consentida.

O assalto com deixa pode ocorrer quando o ouvinte aproveita-se de um momento de hesitação, caracterizado pela ocorrência de fenômenos que se associam com frequência – como as pausas, os alongamentos de vogais e consoantes, as repetições de palavras ou sílabas, certos marcadores discursivos – e facilitam o assalto por parte do interlocutor. O assalto sem deixa é aquele em que o interlocutor (ouvinte) intervém inesperada e bruscamente no turno do outro, não ocorre em face de marcas de hesitação e sempre causa sobreposições de vozes, o que nem sempre acontece no assalto com deixa (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Embora os falantes devessem se alternar em turnos sequenciados ABAB, Galembeck, Silva e Rosa (1990) enunciam que existem determinados assaltos em que o interlocutor completa o ato de fala ou outra unidade sintático-semântico-

pragmática do locutor que está com dificuldades, devido à hesitação, complementando a fala do outro ou colaborando para manter a sequência conversacional e preservar a face de seu interlocutor. Consoante os autores, nos assaltos com deixa e sem deixa, pode haver três situações:

1) O interlocutor assaltado abandona o turno, e o interlocutor assaltante fica com o turno, tornando-se o falante que está com a palavra. 2) O interlocutor assaltado não abandona o turno e continua a comandar o diálogo. 3) O interlocutor assaltado perde o turno, mas recupera-o em seguida. (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990, p. 81).

Há ainda momentos em que o ouvinte pode interpretar a pausa ou a entonação ascendente como pistas de LRT, assim como, no circuito conversacional, utiliza marcas linguísticas com o objetivo de indicar atenção ao diálogo, confirmar ou endossar algo na fala do seu parceiro, reforçando seu envolvimento como interactante e sua posição de ouvinte numa ocorrência de sobreposição de vozes. Para Galembeck, Silva e Rosa (1990, p. 80), “O assalto ao turno, portanto, mesmo violando regras específicas da conversação, pode estar servindo à manutenção de princípios mais gerais, da própria conversação, ou dos que regem a interação face a face”.

Na interação face a face, o texto falado é planejado e executado simultaneamente, e, por ser uma criação coletiva, de planejamento simultâneo ou quase simultâneo à produção, o locutor tem acesso imediato às reações do interlocutor e vice-versa. Além disso, todos os elementos conversacionais já citados – hesitações, pausas, alongamentos de vogais e consoantes, repetições, entonações enfáticas, truncamentos, certos marcadores interacionais, entre outros – podem funcionar como meios que oportunizam a tomada de turno pelo ouvinte, funcionando como deixas para o assalto ao turno (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Por um lado, com o intuito de manter seu turno até que ele esteja completo, o falante também utiliza mecanismos ou estratégias de sustentação da fala, como os marcadores discursivos e outros elementos do texto falado já mencionados, para evitar a passagem de turno ou o assalto ao turno e sinalizar ao ouvinte a intenção de manter sua vez de falar. Por outro, o ouvinte também pode sustentar o turno do falante em curso, por intermédio de turnos inseridos, aceitando e consentindo que o seu parceiro continue a deter o turno, nos quais também podem aparecer marcadores discursivos (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

3.2 Conversação na entrevista de rádio pública alagoana: diferentes modelos teóricos

Sem perder de vista o rigor científico e a profundidade, mas, ao mesmo tempo, utilizando uma linguagem objetiva, inteligível e dinâmica, o estudo de Silva (2005), acerca de diferentes modelos de análise da conversação, traz apontamentos fundamentais para o entendimento da proposta teórico-metodológica dos Estudos Conversacionais. O objetivo desta subseção não é apenas resgatar os fundamentos teórico-metodológicos dos diferentes modelos teóricos da conversação a partir do referido autor e de outros estudiosos, mas é ainda atestar a aplicabilidade desses modelos na entrevista de rádio pública alagoana.

3.2.1 O modelo de Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003)

O modelo de Sacks, Schegloff e Jefferson²⁶ ([1974] 2003) tornou-se um estudo de referência para a compreensão do sistema de tomada e distribuição de turnos na conversação, de modo que não se pode dirimir sua relevância para os estudos sobre língua falada na perspectiva dos Estudos Conversacionais e outras linhas teóricas subjacentes. No entanto, o papel do linguista, do analista da conversação e tantos outros especialistas que se interessem pela ACTD ultrapassa os limites do caráter puramente descritivo das regras e técnicas para a tomada de turnos, bem como das propriedades ou características gerais listadas pelos autores do modelo acerca do sistema de tomada e distribuição de turnos, o que se atesta em Galembeck, Silva e Rosa (1990), Silva (2008, 2020) e em inúmeros outros estudos do Grupo de Trabalho Linguística do Texto e Análise da Conversação (GT LTAC).

Enquanto analistas da conversação, do discurso ou linguistas, em quaisquer áreas, há a necessidade de se discutir sobre as implicações teóricas e metodológicas de uma determinada pesquisa, suas contribuições e os interstícios para novas possibilidades de investigação. Isso constitui o ato de fazer ciência, fazer pesquisa, e, como tal, em seus múltiplos vieses, deve ser reconhecido não somente nas áreas de Ciências Exatas, Biológicas, Médicas e Engenharias, como também nas Ciências Humanas e Linguísticas. É o que têm feito o GT LTAC e tantos outros grupos estudiosos das práticas sociais e discursivas da linguagem, do funcionamento das

²⁶ Doravante SSJ.

estruturas sociais, da sociedade, a propósito dos aspectos políticos, culturais e econômicos.

Quanto ao papel de se refletir sobre as implicações teóricas e metodológicas de um dado estudo, Galembeck, Silva e Rosa (1990) dissertam a respeito de uma série de acréscimos e explicitações ao modelo de SSJ ([1974] 2003), tanto no aspecto construcional, quanto distribucional. Com efeito, tais considerações ratificam a assertiva de que toda conversação se situa em alguma circunstância ou contexto em que os participantes se engajam (MARCUSCHI, [1986, 2003], e SSJ ([1974] 2003) sugerem compreender isso quando afirmam que os sistemas de tomada de turnos podem ser construídos produtivamente de várias formas e organizam tipos de atividade bastante distintos umas das outras, em virtude de suas adaptações às propriedades dos tipos de atividade nos quais esses turnos operam.

Nesse sentido, para SSJ ([1974] 2003), a conversação pode ser sensível às várias combinações, envolve uma situação discursiva, decorre, e é parte, de alguns conjuntos reais de circunstâncias de seus participantes, assim como pode acomodar uma vasta gama de situações, interações nas quais pessoas de identidades heterogêneas ou de variados grupos de identidades estão operando. Além disso, pode ser capaz de lidar com uma mudança de situação dentro de uma situação, visto que o sistema básico de organização de tomada de turnos na conversação pode ser localmente afetado por aspectos sociais do contexto.

No modelo proposto, SSJ ([1974] 2003) concebem turno ou unidade de construção de turno (UCT) como o direito de cada um dos interactantes tomar a palavra e como a própria fala, construída no momento durante o qual um dos interactantes toma a palavra e formada por estruturas linguísticas de vários níveis sintáticos – uma palavra, um sintagma, uma oração, uma frase complexa. Enquanto um turno é produzido por um falante, segundo o princípio da projetabilidade relativa da unidade construcional de turno, o ouvinte tem a capacidade de prever o ponto em que o turno do falante corrente está completo por meio de traços linguísticos e paralinguísticos e identificar os LRTs (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; SILVA, 2005).

Os autores listam um conjunto de 14 características gerais na organização da tomada e distribuição de turnos, conforme se verificará adiante, mas reconhecem que o modelo apresenta limitações estabelecidas por suas observações empíricas, que

não são regras de caráter prescritivo, pois existem vários sistemas de tomada de turnos para diversos sistemas de troca de fala, e há aspectos da organização sequencial da conversa que podem variar, devido a regras ou normas preestabelecidas (em contextos institucionais, por exemplo), a contextos e a estruturas sociais dos quais a fala emerge.

- (1) A troca de falante se repete, ou pelo menos ocorre.
- (2) Na grande maioria dos casos, fala um de cada vez.
- (3) Ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves.
- (4) Transições (de um turno para o próximo) sem intervalos e sem sobreposições são comuns. Junto com as transições caracterizadas por breves intervalos ou ligeiras sobreposições, elas perfazem a grande maioria das transições.
- (5) A ordem dos turnos não é fixa, mas variável.
- (6) O tamanho dos turnos não é fixo, mas variável.
- (7) A extensão da conversa não é previamente especificada.
- (8) O que cada um diz não é previamente especificado.
- (9) A distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada.
- (10) O número de participantes pode variar.
- (11) A fala pode ser contínua ou descontínua.
- (12) Técnicas de alocação de turno são obviamente usadas. Um falante corrente pode selecionar um falante seguinte (como quando ele dirige uma pergunta à outra parte) ou as partes podem se autosselecionar para começarem a falar.
- (13) Várias ‘unidades de construção de turnos’ são empregadas; por exemplo, os turnos podem ser projetadamente a ‘extensão de uma palavra’ ou podem ter a extensão de uma sentença.
- (14) Mecanismos de reparo existem para lidar com erros e violações da tomada de turnos; por exemplo, se duas partes encontram-se falando ao mesmo tempo, uma delas irá parar prematuramente, reparando, assim, o problema. (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, [1974] 2003, p. 14-15).

Segundo aponta Marcuschi ([1986] 2003), a propriedade geral básica da conversação “fala um de cada vez” sugere uma distribuição linear, alternada e sequencial de falantes do tipo ABAB, parece ser um fator disciplinador e organizador da atividade conversacional e equivale para a maioria das línguas, culturas e situações. No entanto, viola-se essa regra com relativa constância, pois o falante A deveria falar e parar, o falante B poderia tomar a palavra, falar e parar, o falante A retomaria a palavra, falaria e pararia, o falante B voltaria a falar e pararia, e assim por diante.

O mecanismo que administra a tomada de turno, no modelo de SSJ ([1974] 2003), como um sistema localmente comandado, de caráter contextual e não automatizado, apresenta as seguintes técnicas: Técnica I – o falante corrente distribui o turno e escolhe o próximo falante, que passa a deter a palavra dando início a um novo turno; Técnica II – o falante corrente para de falar, e o próximo falante passa a

obter o turno por autoescolha (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; SILVA, 2005). Além das duas regras básicas que serão apresentadas a seguir, as interações institucionais podem apresentar outras especificidades, em razão das ordens do discurso que as regem, a exemplo do fato de os turnos de fala serem pré-allocados e de o discurso dos interactantes ser controlado por instâncias de poder hierarquicamente superiores.

Regra 1: para cada turno, a primeira troca de falantes pode ocorrer se:

1a: o falante que está com a palavra (locutor 1) escolher o próximo falante (locutor 2) usando a *Técnica I*;

1b: o falante que está com a palavra (locutor 1) não usa a *Técnica I* para escolher o próximo falante (locutor 2); dessa forma, qualquer participante da conversação pode, mas não necessariamente, autoescolher-se como próximo pela *Técnica II*;

1c: o falante que está com a palavra (locutor 1) não escolhe o próximo (locutor 2) e nenhum outro participante se autoescolhe; dessa forma, o falante que está com a palavra (locutor 1) pode, mas não necessariamente, prosseguir falando.

Regra 2: se, no primeiro *lugar relevante de transição de turno* (LRT) não ocorrer nem 1a nem 1b e ocorrer 1c, as regras 1a, 1b e 1c reaplicam-se no próximo LRT, e, se não ocorrer, assim se procederá recursivamente até que se opere a transição. (SILVA, 2005, p. 55-56, itálicos do autor).

Essas regras apresentam um caráter recursivo, pois reaplicam-se em qualquer LRT da interação conversacional, aplicam-se de forma ordenada e sequencial, de maneira que 1b é aplicada se 1a não o for, e 1c aplica-se se as regras anteriores não se efetivarem (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990). Vale salientar ainda que o conteúdo temático e os traços semânticos e conversacionais no turno do locutor 1, falante corrente, antecipam e limitam as ações a serem produzidas no turno de fala do locutor 2, falante seguinte, pois, por ser uma atividade colaborativa que exige a presença de dois ou mais falantes que se revezam ao longo da interação, conforme Marcuschi ([1986] 2003, p. 34), “A conversação consiste normalmente numa série de turnos alternados, que compõem sequências em movimentos coordenados e cooperativos”. Essas sequências funcionam como organizadores que ultrapassam a esfera do turno e chamam-se de pares adjacentes, dialógicos ou conversacionais, devido à contiguidade e à natureza de relações estabelecidas. O par adjacente é uma sequência de dois turnos contíguos que organizam localmente a conversação, controlam o encadeamento de ações (não) verbais e funcionam como um elemento de organização tópica (MARCUSCHI, [1986] 2003; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009).

Na sequência de dois turnos, a primeira parte de algum par deixa de falar e determina a ação do próximo falante, de modo que o par adjacente não se limita a apenas um tipo de ação, pergunta-resposta, mas a várias outras relações, tais como: desafio-resposta, pedido-execução, elogio-resposta, saudação-saudação ou cumprimento-cumprimento, acusação-defesa, oferecimento-aceitação/recusa, avaliações/concordância-discordância, afirmação-reconhecimento, elogios-aceitação/recusa, ordem-cumprimento, convite-aceitação/recusa, xingamento-defesa/justificativa, insulto-defesa/aceitação, ameaça-revide, pedido de desculpa/perdão-aceitação, ordem-recusa, entre outros. Nesse sentido, “quando um participante produz sua intervenção, ele realiza uma escolha que decidirá pelo menos as ações da próxima participação” (MARCUSCHI, 2007a, p. 100); na entrevista de rádio pública alagoana, o entrevistador, por exemplo, produz a primeira parte do par e tem o poder de organizar ou reorganizar o quadro referencial tópico imediato (MARCUSCHI, 2003, 2007a; SILVA, 2006).

3.2.2 O modelo de Dijk (1992)

Segundo Dijk (1992), as conversações não são apenas a forma básica da interação linguística no macronível, mas são também formas elementares de conservação e controle das estruturas sociais no micronível da interação, isto é, no nível da relação direta entre os participantes. O autor aponta haver vários tipos de conversação, como as conversações cotidianas típicas – aquelas que aparecem em contextos informais, com igualdade de papéis comunicativos entre os participantes – e as conversações de natureza mais específica – aquelas que exigem restrições às categorias de participantes, aos segmentos de fala possíveis, aos conteúdos, ao estilo e aos contextos/marcos sociais, como a conversação de emprego, de venda, de aula, de provas orais, de rádio ou de televisão, institucional, médica, terapêutica e outras.

No micronível, a conversação apresenta turnos, sequências de segmentos de fala e enunciados de falantes, incluindo a mudança de turno, ou seja, a transferência da palavra, a partir de certas regras e estratégias que determinam a estrutura da própria sequência de turnos; os pares adjacentes também se inserem na microestrutura conversacional. Num nível mais global, a conversação abrange a preparação, abertura, orientação, objeto da conversação, conclusão e fechamento (DIJK, 1992; SILVA, 2005).

A preparação pretende chamar a atenção, estabelecer a comunicação não só com os interactantes diretos do evento interacional, mas também com o público-espectador, no caso da entrevista de rádio. Manifesta-se linguisticamente por meio de vocativos, interjeições, marcadores discursivos ou gestos, embora, “frequentemente, não haja necessidade de sua manifestação formal, já que, quando duas pessoas se encontram face a face, o simples encontro já representa a preparação” (SILVA, 2005, p. 65).

A abertura marca o início formal de uma conversação, manifesta-se por meio de perguntas e apresenta como fórmulas típicas as saudações e preliminares, sendo formada por um ou mais turnos de preparação das fases centrais da conversação. A estrutura de abertura depende de fatores como a formalidade da situação, o grau de intimidade dos interactantes e o tempo transcorrido entre o último e o encontro atual. Situações de abertura conversacional levam em conta aspectos como as questões culturais, a estrutura retórica do próprio gênero discursivo, a situação discursiva, o contexto e outros aspectos; nesse sentido, haverá distinções na abertura de um encontro conversacional entre pessoas do convívio diário e pessoas que não demonstram nenhum tipo de vínculo afetivo e profissional com proximidade (DIJK, 1992; SILVA, 2005; OLIVEIRA, 2012).

A orientação designa a série de turnos que tem a função de preparar o tema da conversação, com o intuito de despertar o interesse do interlocutor, controlar a interação ou fazer com que tal interesse exista, de fato. As marcas linguísticas mais usadas são perguntas diretas ou indiretas, petições e comentários. O objeto da conversação refere-se ao próprio assunto de que trata a conversação, sendo uma categoria variável, pois pode oferecer espaço para uma sequência de temas (DIJK, 1992; SILVA, 2005).

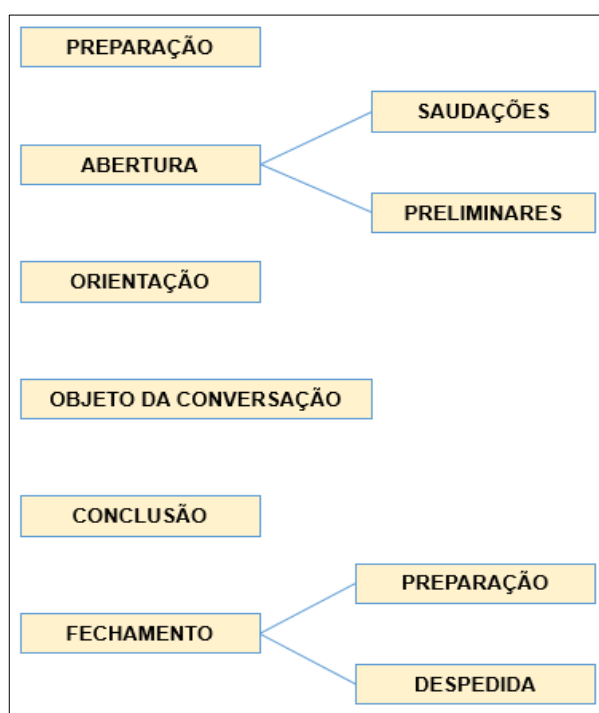
A conclusão corresponde a uma série de turnos que cumpre a função de fechar ou concluir o tema, apresentando elementos linguísticos que marcam previamente o encerramento da discussão do tópico. Conforme Silva (2005, p. 66), “as categorias centrais da conversação – orientação, objeto da conversação e conclusão – podem ser recursivas, isto é, ocorrem muitas vezes, sobretudo nas conversações longas e com vários interactantes”.

O fechamento constitui o término da interação e apresenta fórmulas típicas de saudações ou despedidas, em consonância com gestos, expressões faciais e marcas

de cortesia verbal. O conteúdo central do fechamento pode ter como funções comentar globalmente a conversação, anunciar uma nova interação ou fazer planos para uma conversação futura. Nesse tocante, o fechamento possui uma função típica para a planificação global do trato social entre os sujeitos interactantes, pois expressa avaliações dos encontros, estabelece convenções e planeja os próximos encontros (DIJK, 1992; SILVA, 2005).

O modelo conversacional de Dijk (1992) pode ser representado na figura 2 a seguir:

Figura 2 – Modelo conversacional de Dijk (1992)



Fonte: Silva (2005, p. 66-67)

Quer no macronível, quer no micronível, a sequência de turnos numa conversação e as categorias evidenciadas na figura 2 mostram que as conversações, assim como todas as práticas comunicativas, são condutas ordenadas, que se desenvolvem segundo esquemas preestabelecidos. Além disso, obedecem a regras de procedimento, as quais regem as interações verbais, quais sejam: regras que permitem a gestão da alternância dos turnos de fala, as que regem a organização estrutural das conversações e aquelas que intervêm nas relações interpessoais, nas relações de poder e nas relações simétricas e assimétricas.

3.2.3 O modelo de Cestero Mancera (1994)

Fundamentando-se na assertiva de que a Análise da Conversação é uma corrente investigativa, cujo objetivo é descobrir e documentar as organizações sistemáticas de fala na interação conversacional, Cestero Mancera (1994, p. 77) entende a conversação como “uma atividade fundamentalmente linguística, de interação social, com estrutura e unidades próprias e independentes”. Para a autora, as trocas conversacionais são produzidas mediante um mecanismo que regula a produção recorrente de turnos de fala, realizado e dirigido pelos sujeitos interactantes a partir de movimentos coordenados e negociados que ocorrem no desenvolvimento da interação verbal.

Tomando como base teórica o esboço de um modelo de intercâmbios, Cestero Mancera (1994) embasa-se na construção interativa de turnos e nas seguintes premissas: os participantes usam e dominam a troca de turnos dentro da interação; a transição de turno, em qualquer lugar pertinente para tal ocorrência, realiza-se por meio da sequência de opções propostas por Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003), devendo centrar-se nos lugares apropriados para a mudança de falante; a tomada de turno acontece por intermédio de algum tipo de sinalização de recursos linguísticos e não linguísticos, os quais se encontram à disposição dos falantes.

Cestero Mancera (1994) assegura que a conversação é uma sequência construída segundo a alternância de turnos de fala, na qual o turno é a unidade básica, e a alternância corresponde à ação recorrente da troca de papéis conversacionais, quando um falante conclui seu turno de forma completa, e o outro pode tomar a palavra para emitir o seu. Embora, para a autora, a alternância mais apropriada seja a que apresenta a última unidade do turno completa e a mudança de falantes sem superposição de fala, isso nem sempre ocorre, o que, consoante Silva (2005, p. 64), possibilita estabelecer quatro tipos básicos de alternância de turno:

- Última unidade do turno A completa / Alternância sem superposição;
- Última unidade do turno A completa / Alternância com superposição;
- Última unidade do turno A incompleta / Alternância sem superposição;
- Última unidade do turno A incompleta / Alternância com superposição.

Silva (2005) afirma que a conexão sintática, semântica e pragmática existente entre os turnos implicados em cada alternância baseia-se na função que o turno B desempenha em relação ao turno A. Nesse sentido, há três combinações possíveis:

o segundo turno não completa sintática nem semanticamente o primeiro turno; o segundo turno não completa sintaticamente, mas completa semanticamente o primeiro turno; o segundo turno completa sintática e semanticamente o primeiro turno (CESTERO MANCERA, 1994). Essas três combinações definem os seguintes tipos de turno de fala existentes: turnos novos, turnos relacionados e turnos conectados.

Turnos novos: aqueles cuja única relação com o anterior é de conteúdo, relação motivada pelo fato de que qualquer turno é parte integrante de uma sequência e, como tal, deve manter o fio temático.

Turnos relacionados: aqueles cuja mensagem é continuação, extensão, término ou comentário de turnos ou unidade de turnos anteriores.

Turnos conectados: turnos que continuam, complementam ou completam o turno precedente, nos quais a conexão se expressa externamente. São turnos pertencentes a participantes distintos, mas que, unidos, de forma conjunta, expressam uma única mensagem. (CESTERO MANCERA, 1994, p. 86; SILVA, 2005, p. 64, negritos nossos).

No exemplo 1 a seguir, os turnos de L1, em destaque, podem ser caracterizados como turnos novos, pois o primeiro turno destacado não estabelece uma relação de conteúdo com o turno anterior, mas inicia uma nova sequência conversacional e reporta-se ao seu primeiro turno da sequência anterior, quando pergunta o que é o Projeto Inclusão: I Simpósio DC e a inclusão social de pessoas com deficiência. A entrevistada L3 responde à pergunta de L1, e L1 inicia um turno novo, que mantém apenas uma relação de conteúdo com o anterior, isto é, L1 insere outra sequência, mas preserva o fio temático ao questionar a existência de uma lei que garante a inclusão de pessoas com deficiência e a efetiva aplicação dessa lei nos espaços sociais.

Exemplo 1

L1 Vou conversar agora com AS... nutricionista e organizadora do simpósio... né? DC e também com a PE... psicóloga e também organizadora do:: simpósio DC... bom dia A... tudo bom?

L2 bom dia... bom dia a todos...

L1 bom dia P como é que vai?

L3 bom dia

L1 uhn bem... vocês estão realizando aí o:: simpósio... projeto inclusão DC... o que vem a ser esse... projeto inclusão DC?

L3 o projeto... ele vai tratar da temática da inclusão direcionada aos profissionais da saúde e educação... nós vamos trabalhar essa temática da inclusão... é numa perspectiva... que trabalha a questão da inclusão não somente como uma questão pedagógica escolar... mas a questão da inclusão... da criança ou da pessoa com alguma necessidade especial com alguma deficiência... no meio social... e nós vamos trabalhar com profissionais diferentes profissionais da área da saúde e da educação... são profissionais que tem uma experiência uma trajetória na inclusão... é:: neuropedagogo psico é::/ neuropsicólogos psicopedagogos... pessoal que

trabalha com estimulação precoce nós vamos ter um filósofo também falando sobre ética e infância e eu como psicóloga... nós vamos estar trabalhando essas questões vamos também oferecer uma oficina... na área da educação física com algumas atividades possibilitadoras na inclusão dessas crianças no ensino regular...

L1 uhn... existe uma lei... né? que:: que garante essa inclusão mas entre o que tem a lei e o que é a realidade hoje há um abismo muito grande num éh? cê pode mencionar essa diferença do que que é a lei e o que que é essa realidade hoje que a gente vive?... (Fragmento do *corpus*, evento discursivo 2).

No exemplo 2, L3 aponta a lei como uma questão impositiva, de obrigatoriedade, e expõe a necessidade de trabalhar na perspectiva da formação acadêmica de profissionais da saúde e da educação, tendo em vista a lacuna nesse tocante. Em seguida, L1 e L3 produzem dois turnos inseridos, em que o L1 sinaliza entendimento acerca do primeiro turno de L3 e sugere uma expressão linguística explicitadora da perspectiva, e L3 demonstra concordância quanto ao turno inserido de L1. Por fim, L1 produz um turno novo, em que pergunta a L3 quando o simpósio vai ocorrer e como fazer para participar, mantendo somente o fio temático do diálogo, no entanto começando uma nova sequência, conforme se visualiza a seguir.

Exemplo 2

L3 é:: e a
partir do momento em que você coloca uma lei com uma obrigatoriedade de se aceitar as crianças nas escolas fica uma questão muito impositiva... e:: naturalmente crescem uma rejeição por que como é que me impõe uma coisa se eu não estou preparado pra isso... então é preciso rever muitas questões inclusive na formação acadêmica desses profissionais é necessário também trabalhar com essa perspectiva

[
L1 uhn... justamente na formação
L3 exato

L1 A o:: simpósio vai acontecer quando e quem tiver interessado... como é que faz pra participar? (Fragmento do *corpus*, evento discursivo 2).

É possível observar, no exemplo 3 adiante, que L1 inicia uma nova sequência de pares adjacentes e lança uma pergunta a L3, que, por sua vez, responde num turno relacionado, que justifica a participação da entrevistada L3 no projeto, a importância da interdisciplinaridade, a relevância do trabalho multidisciplinar entre profissionais da saúde e da educação, bem como seu interesse pelo trabalho com crianças e adolescentes. O turno é relacionado, pois torna-se a resposta de L3 continuação, extensão e término do seu próprio turno, fragmentado em unidades de turno ou

segmentos de fala pelos turnos inseridos de L1, os quais indicam reforço, concordância e entendimento diante da fala de L3.

Exemplo 3

L1 uhn você mencionou né? que é mãe justamente... a P também né? ou:: só foi contaminada aí pela A pra entrar nessa causa e oferecer justamente essa acessibilidade... essa facilidade para quem é portador de uma deficiência?

L3 nós estamos nesse caminho em:: posições diferentes... mas seguindo na mesma direção

L1 uhn

L3 eu como profissional... procurando me especializar e me capacitar no atendimento a crianças com as necessidades especiais ou com problemas no e do desenvolvimento... tô fazendo uma fiz um curso intensivo numa equipe em Porto Alegre que tem profissionais renomados e referenciados nessa área... de trabalho eles trabalham numa perspectiva interdisciplinar que é o que a gente vê que se discute há muito tempo mas que a gente sente a necessidade realmente de efetivar... essa interdisciplinaridade entre os profissionais essa troca essa partilha porque o ser humano é muito complexo pra querer... né? que nós através de uma única área de saber consiga... todas as respostas ou consiga o tratamento adequado... são profissionais que trabalham com o:: médico psicanalistas éh psicopedagogo fonoaudiólogo/ fonoaudiólogo e:: eles trabalham conjuntamente porque têm aí as questões orgânicas mas têm as questões psíquicas que são fundamental pra o desenvolvimento desse organismo... que/ tem uma sequela orgânica... que tem uma sequela uma questão metabólica ou sindrômica que impede o seu desenvolvama/ o seu desenvolvimento... natural... e que se ele não for trabalhado estimulado precocemente ele... não vai ter os ganhos que uma criança é trabalhada desde o início... então a A como ela... é de Porto Alegre e a filha dela foi trabalhada tratada nessa instituição... nós nos encontramos porque:: eu né? atendo a filha dela e houve um desenvolvimento muito grande um progresso... através dessa minha procura... porque inicialmente

[]

L1 uhn

L3 foi uma identificação mesmo... atender crianças e adolescentes com necessidades (Fragmento do *corpus*, evento discursivo 2).

No seguinte exemplo 4, os turnos de L1 e L3 são conectados, pois, em seu turno, L1 questiona L3 sobre a maneira como Alagoas e Maceió vêm tratando a inclusão social de pessoas com deficiência e com transtornos globais de desenvolvimento. O turno de L3 continua, complementa ou completa o turno precedente, de L1, ao explicar o contexto da inclusão no estado de Alagoas, naquela relação espaçotemporal, o que se verifica neste próximo fragmento.

Exemplo 4

L1 como é que tá a situação né? de Alagoas de Maceió comparando com os outros estados com relação aí vocês lutando justamente pra haver essa inclusão? tá muito distante aí o estado de Alagoas para os outros estados ou tá naquele meio termo... né? não... tá no meio do caminho como é que tá a situação?

L3 nós estamos um pouco aquém do que pode ser feito em relação a inclusão... e não só a inclusão... na no meu ver tem algumas questões que inclusive eu vou trabalhar na minha palestra e que:: mostram um sintoma social que tá acontecendo hoje a gente tá havendo muitas crianças sendo diagnosticadas com alguns transtornos que isso diz também de uma necessidade especial principalmente na área da educação... são diagnosticadas com transtornos e são medicadas... e:: nós temos em alguns estados éh ações de ponta que percebe ou diagnostique diagnostique uma possibilidade de vir a essa criança ter um problema em seu desenvolvimento e já fez um trabalho precoce... de prevenção a esse inclusive na área pública de saúde... então eu vou trazer essas ações para que a gente possa discutir e quem sabe implementar junto a secretaria K aqui do estado... então o estado ainda tá aquém do que pode ser feito na área da saúde da educação com crianças e com pessoas com necessidades especiais (Fragmento do *corpus*, evento discursivo 2).

Cestero Mancera (1994) e Silva (2005) apresentam três tipos de sequência, os quais formam os turnos implicados em cada alternância: sequência independente, formada por turnos independentes sintática, semântica e pragmaticamente; sequência relacionada, formada por turnos relacionados semanticamente; sequência cooperativa, formada por turnos conectados sintática e semanticamente. Além do contexto linguístico de produção, o qual contribui para observar as marcas que permitem a mudança de falantes, bem como para explicar o tipo de alternância ocorrida, o contexto social e as relações de poder interferem na demarcação dos papéis comunicativos dos sujeitos interactantes e na organização dos turnos na entrevista de rádio pública alagoana.

3.2.4 O modelo de Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006)

A conversação como um exercício da prática dialógica implica uma interação, em que os diferentes participantes do diálogo, na alternância de papéis de falante e ouvinte, exerçam uns sobre os outros uma rede de influências mútuas, considerando as relações de poder nas trocas comunicativas (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006). Essa rede vincula-se não somente aos aspectos discursivos, como também aos aspectos não discursivos nos eventos interativos, abrangendo elementos linguísticos/conversacionais e sociais, o que significa dizer que o exercício da fala está diretamente ligado aos tipos de dominação de Linell (1990) e aos tipos de simetria e assimetria crítico-conversacional.

A interação conversacional requer sinais do engajamento mútuo entre os sujeitos sociais, e, para tal, recorre-se a procedimentos diversos de validação

interlocutória, manifestos a partir de cumprimentos, formas de tratamento, fáticos, os quais, por sua vez, estão entre os vários pares adjacentes e os diferentes marcadores discursivos de poder. As influências mútuas traduzem-se no fato de que os interactantes “[...] ajustam, coordenam, harmonizam permanentemente seus respectivos comportamentos” (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006, p. 10), o que é possível a partir da sincronização interacional, “conjunto desses mecanismos de ajuste, que intervêm em todos os níveis do funcionamento da interação”, segundo Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006, p. 10), incluindo o funcionamento dos turnos de fala, os gestos, as posturas, mímicas, a escolha dos temas, o estilo da troca conversacional, o registro da língua, o vocabulário, entre outros aspectos verbais, não verbais, além dos paraverbais.

Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006) afirma que as conversações constituem um tipo particular entre as interações verbais e se inserem no quadro das interações sociais. Isso abarca tanto conversações informais, espontâneas e familiares, quanto conversações formais, institucionais e monitoradas, nas quais os interactantes (falante e ouvinte) possuem uma relação funcional que tem a ver com o conjunto de direitos e obrigações mútuas nas interações sociais. No bojo dessas interações, os papéis interacionais, o estatuto social e o contexto contribuem para o processo de produção e de interpretação do texto conversacional, assim como para o delineamento das relações simétricas e assimétricas na entrevista de rádio pública alagoana.

Uma das justificativas para tal asseveração reside no fato de que, na entrevista de rádio pública alagoana, o estatuto é constitutivo da pessoa engajada na interação (L1 é jornalista, e L2 é médico no evento discursivo 4 do *corpus*), enquanto o papel interacional/comunicativo é constitutivo do *script* da interação (L1 é entrevistador, e L2, entrevistado). Essa distinção entre o papel interacional e o estatuto social dos interactantes pode ser verificada no exemplo a seguir, do evento discursivo 2, no qual L1 desempenha o estatuto social de jornalista e o papel interacional de entrevistador, enquanto L2 e L3 exercem o papel comunicativo de entrevistadas e o estatuto social de psicóloga e nutricionista.

Exemplo 5

L1 Vou conversar agora com AS... nutricionista e organizadora do simpósio... né? DC e também com a PE... psicóloga e também organizadora do:: simpósio DC... bom dia A... tudo bom?
L2 bom dia... bom dia a todos...

L1 bom dia P como é que vai?
L3 bom dia (Fragmento do *corpus*, evento discursivo 2).

Para descrever adequadamente o que acontece na interação, é indispensável ao analista da conversação ter acesso aos dados contextuais, pois, no que diz respeito à produção do texto falado, “o contexto determina o conjunto de escolhas discursivas que o falante deve efetuar: seleção dos temas e das formas de tratamento, nível de língua, atos de fala etc.” (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006, p. 33). No que se refere à interpretação dos enunciados, “o contexto desempenha, igualmente, um papel decisivo, em particular, para a identificação da significação implícita do discurso dirigido” (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006, p. 33).

Em seu modelo teórico de análise conversacional, Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006) declara que, na interação verbal, o discurso produzido pelos sujeitos interactantes é uma atividade condicionada pelo contexto e transformadora desse mesmo contexto. De acordo com a autora, tais sujeitos constroem coletivamente as conversações a partir de diferentes sistemas semióticos ou de diversos materiais verbais, paraverbais e não verbais, isto é, de palavras (unidades lexicais e morfossintáticas), de pausas, entonações, olhares, gestos, distâncias, atitudes, posturas, aparência física dos interactantes, entre outros materiais.

Para Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006), as regras que regem as interações verbais criam para os interactantes um sistema de direitos e deveres, portanto, um sistema de expectativas que podem ser satisfeitas ou contrariadas. Essas regras permitem o funcionamento do sistema de alternância dos turnos de fala, a organização estrutural das conversações e a constituição de regras que interferem nas relações interpessoais, nas relações de poder e nas relações simétricas e assimétricas (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006).

Quanto ao funcionamento do sistema de turnos de fala, isso se justifica pelo fato de uma sucessão de turnos não ser orientada apenas pelas regras de alternância, mas também estar submetida a princípios de coerência interna, pois “[...] uma conversação é uma organização que obedece a regras de encadeamento sintático, semântico e pragmático, e é essa **gramática das conversações** que, num segundo nível, é preciso estabelecer” (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006, p. 52, negritos da autora). O princípio do modelo hierárquico em análise das conversações preconiza:

Geralmente se admite que as mensagens linguísticas são constituídas por unidades hierarquizadas, ou seja, incluídas umas nas outras, da menor (o fonema) à maior (o texto), passando por um certo número de unidades intermediárias (morfema, palavra, sintagma, frase). (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006, p. 55).

Tal princípio do modelo hierárquico da gramática das conversações permite considerar que as conversações são arquiteturas complexas e hierarquizadas, compostas por unidades inscritas em diferentes categorias que se encaixam umas nas outras, conforme regras de composição. Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006) aponta cinco unidades para descrever a organização das conversações: unidades dialogais (interação/eventos comunicativos, sequência e troca) e unidades monologais (intervenção e ato de fala). Por esse ângulo, combinam-se os segmentos de fala para constituir intervenções, de modo que um único e mesmo falante produz os atos e as intervenções; contanto que, pelo menos, dois falantes intervenham, há uma troca; as trocas agrupam-se para constituir as sequências, que se conjugam para formar as interações, unidades máximas de análise (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006).

No tocante à constituição de regras que interferem nas relações interpessoais, nas relações de poder e nas relações simétricas e assimétricas, vislumbram-se as relações horizontais e verticais, que constroem efeitos de sentido nas relações interpessoais entre os participantes de uma interação verbal. As relações horizontais reportam-se ao fato de que esses participantes podem se mostrar relativamente próximos ou mesmo distantes na interação; as relações verticais referem-se à relação de lugares, considerando as diferentes posições ocupadas pelos interactantes no processo conversacional, em que um deles pode exercer a posição de dominante, enquanto o outro pode exercer a função de dominado (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006).

Como todo evento interacional desenvolve-se como um processo dinâmico em que nada pode ser determinado de uma vez por todas, é perfeitamente possível que o sujeito que domina num tempo X possa ser dominado num tempo Y. Dessa maneira, pode-se dominar em um plano e ser dominado em outro, pois existem modos diversos de ocupar a alta posição. Na entrevista, por exemplo, o entrevistador exerce sua autoridade estruturando a interação, por conduzir e tomar a maioria das iniciativas, no entanto pode abdicar relativamente de outro privilégio, dado que “seu papel é menos o de falar que o de suscitar a fala do outro, a quem delega a tarefa de fornecer o

essencial da matéria conversacional, e a quem coloca em evidência” (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006, p. 75).

O eixo da relação horizontal, de natureza simétrica, é um eixo gradual orientado para a distância, de um lado, para a familiaridade e para a intimidade, de outro. O eixo vertical, de natureza assimétrica, engloba poder, hierarquia, dominação ou relação de lugares, remetendo ao fato de os sujeitos não serem sempre iguais na interação, uma vez que um pode ocupar alta posição de dominante, e o outro, baixa posição de dominado. As relações verticais e horizontais ligam-se a fatores externos (componentes contextuais do discurso) e internos (turnos, pares adjacentes e marcadores linguísticos de poder, a exemplo das formas de tratamento – pronomes e nomes de tratamento e fórmulas de cortesia), reguladores dos comportamentos dos sujeitos interactantes na interação e da situação comunicativa (formal, informal, cerimonial).

3.3 Os marcadores discursivos de poder

A delimitação de uma perspectiva teórica, de um objeto e dos objetivos norteadores de um trabalho certamente justifica a aplicabilidade de conceitos e o tratamento teórico-metodológico numa pesquisa específica. O estudo dos marcadores discursivos insere-se nesse contexto, por abranger uma lista com diversos quadros teórico-metodológicos, diferentes abordagens e definições sobre MDs, os quais, segundo Guerra (2007), Penhavel (2010) e Modesto (2011), explicam a pluralidade terminológica de expressões referentes aos MDs, como partículas discursivas, marcadores conversacionais, operadores argumentativos, operadores discursivos, operadores conversacionais, articuladores textuais, conectivos discursivos, relacionemas verticais e horizontais (marcadores verbais), entre outras.

Kerbrat-Orecchioni ([1996] 2006) denomina essas unidades conversacionais manifestas nas relações horizontais e verticais de relacionemas horizontais e verticais (taxemas) ou de marcadores verbais, não verbais e paraverbais, os quais, consoante Galembeck e Carvalho (1997), assinalam as relações interpessoais e o envolvimento entre os interactantes, contribuem para articular os segmentos de fala e estruturar o discurso oral, bem como situam o tópico da conversação no contexto interativo e discursivo. Os relacionemas, indicadores e construtores da relação interpessoal, implicam comportamentos conversacionais que, por sua vez, refletem, confirmam,

contestam, constituem ou invertem as relações interacionais e contribuem para o funcionamento da conversação.

Entre os relacionemas verticais e horizontais, estão os marcadores verbais – as formas de tratamento (pronomes e nomes de tratamento), os temas abordados na interação, o nível de linguagem do evento discursivo, a organização dos turnos de fala – aspectos quantitativos (o tempo de participação e de permanência de um dos interactantes num turno e num tópico, o sujeito que mais fala) e qualitativos (interrupção ou superposição de turno, por exemplo). Além disso, enquadram-se nessa tipologia a organização estrutural da interação (abertura, orientação e fechamento tópico) e os segmentos de fala (ordem, proibição, autorização, conselho, crítica, reprovação, insulto, aprovação, refutação, escárnio, pedido de desculpas, confissão, retratação, autocrítica e outros) (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006).

Marcuschi ([1986] 2003) atesta que os marcadores conversacionais funcionam para iniciar ou tomar um turno em um dado momento da interação verbal, prefaciar uma opinião, sinalizar o deslocamento tópico, retomar o tópico, fazer digressões, sustentar o turno, por meio de fórmulas indagativas para manter a palavra ou conseguir o assentimento do ouvinte, indicar a saída ou a entrega do turno a outro interactante. Ademais, os MCs, que podem ou não ser esvaziados de conteúdo semântico e de papel sintático, sinalizam a armação do quadro tópico, ao indicar o panorama em que se encontra a conversação, demonstram assentimento, acompanhamento ou discordância, e funcionam como sinais de abrandamento, com o intuito de resolver problemas específicos, mitigar os efeitos negativos de más notícias e minimizar impactos de informações desagradáveis, por meio de atos indiretos.

Galembeck, Silva e Rosa (1990) chamam de marcadores conversacionais as palavras e expressões que permeiam a língua falada, procedem à abertura, continuidade e ao fechamento de um ato conversacional, marcam a pontuação e a mudança de assunto ou tópico, assinalam a mudança de interactantes no diálogo, despertam nestes interesses e curiosidades, bem como reforçam os pensamentos expostos. Os autores consideram marcadores conversacionais todos os sinais que articulam os vários segmentos do discurso e organizam o texto, sustentam a interação e permitem assegurar o desenvolvimento continuado do discurso ou a progressão tópica na conversação.

Quanto à posição no turno ou nas unidades comunicativas²⁷ (UCs), Marcuschi ([1986] 2003), Galembeck, Silva e Rosa (1990) e Galembeck e Carvalho (1997) identificam três tipos de marcadores, quais sejam: iniciais, mediais e finais. Os marcadores iniciais caracterizam o início ou a tomada de turno; os mediais funcionam como elementos usados na busca de aprovação discursiva no contexto interacional e argumentativo, com o fito de ressaltar ou confirmar o papel do interactante no diálogo, e aparecem nos momentos de hesitação ou de planejamento verbal, nos quais o falante prepara a continuidade de seu turno para mantê-lo, funcionando como elementos de desenvolvimento do turno e do tópico e como sinais de sustentação para testar a atenção ou a compreensão do ouvinte; os marcadores finais indicam o final de um turno, tem valor unicamente interacional e assinalam a passagem implícita ou explícita, por constituir um LRT, isto é, indicam a entrega explícita do turno a outro interlocutor (passagem requerida) ou simplesmente sinalizam o fim do turno (passagem consentida).

Numa perspectiva que também alicerça as análises dos eventos e momentos discursivos deste estudo, Urbano (1993) aborda o conceito de marcadores conversacionais com objetividade, pertinência e assertividade, o qual contribui para estabelecer o recorte teórico-metodológico nesta tese. O autor afirma que os MCs são elementos típicos da fala, de grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomacidade e significação discursivo-interacional, de estrutura e natureza variadas, complexidade semântico-sintática, de indiscutível relevância para a análise e a boa compreensão de qualquer texto oral. Esses elementos não só ajudam a construir e a dar coesão e coerência ao texto falado, mas também funcionam como articuladores das unidades cognitivo-informativas produzidas pelos interactantes, pois marcam e revelam as condições de produção do texto, na perspectiva interacional e pragmática.

No tocante às funções conversacionais, quando sinais produzidos pelos falantes, os MCs servem para dar tempo à organização do pensamento, sustentar o turno, preencher pausas, monitorar o ouvinte, corrigir-se, reorganizar e reorientar o discurso, explicitar intenções, nomear e referir ações, marcar comunicativamente unidades temáticas, indicar o início e o fim de uma asserção, dúvida ou indagação, avisar, antecipar ou anunciar o que se tem a dizer, entre outras. Quando sinais

²⁷ “São denominadas de unidades comunicativas as porções informacionais, ou seja, os enunciados conversacionais, que coincidem ou não com turnos, orações ou atos de fala” (DIONISIO, 2001, p. 88).

enunciados pelo ouvinte, durante o turno do falante, servem para orientar o falante e monitorá-lo quanto à recepção do conteúdo interacional, por intermédio de sinais de concordância – *sim, claro, uhn, ah sim, ok, com certeza, de fato* – e de discordância – *duvido, não, mas* –, bem como funcionam como mecanismos de exploração tópica (MARCUSCHI, [1986, 2003]).

No que se refere ao aspecto formal ou estrutural, segundo Marcuschi ([1986] 2003), Urbano (1993) e Xavier (1995, 2006), os marcadores podem ser classificados em linguísticos, não linguísticos, simples, compostos ou complexos, oracionais e combinados. Os marcadores linguísticos dividem-se em verbais (lexicalizados e não lexicalizados ou fáticos²⁸) e prosódicos ou suprasegmentais, que se associam a algum marcador verbal e englobam entonações, pausas, alongamentos de vogais e consoantes, hesitações e outros. Os marcadores verbais correspondem a partículas, sintagmas, palavras, expressões estereotipadas e orações de diversos tipos, lexicalizadas ou não, os quais não contribuem propriamente com informações para o desenvolvimento do tópico, mas situam-no no contexto geral, particular ou pessoal da conversação (MARCUSCHI, [1986] 2003; DIONISIO, 2001; XAVIER, 2006), conforme se podem visualizar alguns exemplos de marcadores verbais na figura 3, a seguir.

Figura 3 – Marcadores verbais

QUADRO DOS SINAIS CONVERSACIONAIS VERBAIS						
SINAIS DO FALANTE (orientam o ouvinte)				SINAIS DO OUVINTE (orientam o falante)		
pré-posicionados		pós-posicionados		convergentes	indagativos	divergentes
no início de turno ex.	no início de unidade comunicativa ex.	no final de turno ex.	no final de unidade comunicativa ex.	ex.	ex.	ex.
"olha" "veja" "bom" "mas eu" "eu acho" "não, não" "epa" "perai" "certo, mas" "sim, sei, mas" "quanto a isso" "nada disso" "você esquece" "como assim?" etc.	"então" "ai" "dai" "portanto" "agora veja" "porque" "e" "mas" "assim" "por exemplo" "digamos assim" "quer dizer" "eu acho" "como vê" etc.	"né" "certo?" "viu?" "entendeu?" "sacô?" "é isso ai" "que acha?" "e então?" "diga lá" "é ou não é?" etc.	"né" "não sabe?" "certo?" "entende?" "de acordo?" "tá?" "não é?" etc.	"sim" "ahã" "mhm" "claro" "pois não" "de fato" "claro, claro" "isso" "ah sim" "ótimo" "tai" etc.	"será?" "não diga" "mesmo?" "é?" "ué" "como?" "como assim?" "o quê?" etc.	"não" "duvido" "discordo" "essa não" "nada disso" "nunca" "perai" "calma" etc.

Fonte: Marcuschi ([1986] 2003, p. 68).

²⁸ Entre os quais, estão: *eh, ah, ah ah, ahn ahn, uhn, uhn uhn, ehn, éh, oh*.

Os marcadores não linguísticos (não verbais ou paralinguísticos), por sua vez, contribuem para sinalizar as relações interpessoais, pois estabelecem, mantêm, regulam o contato entre os interactantes e abrangem o riso, o olhar, os meneios de cabeça, os gestos e outros. Os marcadores simples realizam-se com um só item lexical, tais como as interjeições, advérbios, verbos, adjetivos, conjunções, pronomes, entre outros, a exemplo de *mas, éh, olha, exatamente, agora, aí, então, né, bom, claro, sim* etc. Os marcadores compostos apresentam-se como sintagmas, geralmente cristalizados ou estereotipados (*mas aí, tá certo, mas isso, éh só que, outra coisa, tudo bem mas, bom mas aí, e aí, sim mas, e então, por exemplo, quer dizer, no fundo* etc. (URBANO, 1993; DIONISIO, 2001; XAVIER, 2006).

De acordo com Xavier (2006), os marcadores oracionais e combinados realizam-se com pequenas orações que se apresentam em todos os tempos e nas diversas formas verbais ou modos oracionais – assertivo, indagativo, exclamativo; nesse grupo de MCs, incluem-se os de aspecto semântico e pragmático como paráfrases, resumos e repetições de frases curtas (*eu acho que, éh agora sabe o que é, sim mas me diga, então eu acho que, porque eu acho que, não mas sabe, porque olhe, mas digamos, eu tenho a impressão de que* etc.). Há marcadores conversacionais que, devido à sua função textual, operam como elementos coesivos, estabelecem relações semânticas e sintáticas entre as unidades comunicativas do discurso, concretizam os procedimentos de formulação textual, bem como permitem a abertura, progressão e o fechamento de tópicos, ou a continuidade e descontinuidade tópica (URBANO, 1993; DIONISIO, 2001; XAVIER, 2006).

No tocante ao aspecto semântico, embora grande parte dos vocábulos seja esvaziada de conteúdo semântico, os marcadores conversacionais organizam e estruturam o texto falado, servem para articular as unidades comunicativas, orientam a busca de aprovação discursiva e colaboram para atenuar opiniões, reformular estruturas oracionais, marcar hesitações e expressar afirmações ou perguntas do falante na interação. Além dessas funções, eles assumem o papel da pontuação na fala, monitoram a atenção e a participação dos interactantes, sinalizam as trocas interacionais, novos tópicos e a alternância de turnos, ligam os vários segmentos do texto, dando continuidade ao fluxo sintático e discursivo, por isso, não são elementos interacional e discursivamente descartáveis (URBANO, 1993; DIONISIO, 2001; XAVIER, 2006, 1995).

No que diz respeito ao estatuto sintático dos marcadores conversacionais, dentro das unidades construcionais de turnos, existem marcadores verbais lexicalizados e não lexicalizados que são autônomos, do ponto de vista entonacional, e exercem total independência sintática, a exemplo de *sabe?*, *né?*, *ah*, *ahn*, *eh*, *uhn* *uhn*. Outros não integram nem colaboram de maneira direta para o conteúdo referencial do texto enquanto estrutura tópica, mas funcionam quanto ao aspecto sintático em relação ao conteúdo proposicional do segmento de fala seguinte, o que ocorre com os marcadores de opinião, por exemplo (URBANO, 1993).

Conforme Fávero, Andrade e Aquino (2009), os marcadores conversacionais explicam os deslocamentos referenciais locais ou globais²⁹, com o objetivo de conduzir e orientar as atividades dos interactantes na conversação, auxiliam no desenvolvimento das atividades interacionais dominantes e secundárias e promovem a condução e manutenção do tópico discursivo. A progressão das ideias nos turnos ocorre a partir de uma série de unidades discursivas ligadas a um tópico, o que se efetiva por meio da articulação entre os vários segmentos do discurso na organização tópica e por meio do encadeamento de explicações, conclusões, avaliações e outras práticas linguísticas.

É importante observar que os marcadores constituem um elemento na articulação de textos, encadeando-os de modo coeso. Eles asseguram não só o desenvolvimento continuado do discurso (sequência linear), mas também operam na organização hierárquica do texto na medida em que funcionam para garantir a coesividade entre os tópicos que vão-se apresentando verticalmente durante a elaboração do texto falado. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009, p. 46).

De acordo com Galembeck e Carvalho (1997), a língua falada apresenta como características básicas a ausência de uma etapa nítida de planejamento, a existência de um espaço comum partilhado entre os sujeitos interactantes e o envolvimento destes entre si e com o assunto da conversação. De modo paralelo, os autores associam tais características à importância dos marcadores conversacionais para a construção do texto conversacional e destacam que esses elementos têm como funções demarcar as relações interpessoais e o envolvimento entre os interactantes, situar o tópico discursivo no contexto partilhado por esses interactantes e no contexto pessoal de cada um deles, articular e estruturar as unidades da cadeia linguística.

²⁹ Os deslocamentos referenciais locais e globais correspondem a relações estabelecidas entre as unidades discursivas ligadas ao tópico, entre as quais se inserem elementos relacionados a funções textuais e argumentativas dos marcadores, à articulação do texto e a aspectos sociais.

Essas pontuações teóricas de Galembeck e Carvalho (1997) reiteram o caráter multifuncional de organizadores da interação e articuladores do texto falado, atribuído aos MCs, reforçando a ideia de que os marcadores exercem, no sentido amplo, uma função textual, que se tipifica em duas, a função interpessoal e a ideacional, além de serem classificados como iniciais, mediais e finais, quanto à posição no turno. A partir dessas funções, os referidos analistas da conversação trazem, sob a ótica da funcionalidade, dois tipos de marcadores – os interacionais (ou interpessoais), ligados à construção e gestão do ato conversacional, e os ideacionais (ou coesivos), elementos de coesão entre as partes do texto – e mostram que, em diferentes posições no turno, os marcadores interacionais e ideacionais podem exercer funções iguais, semelhantes ou distintas.

O estudo sistemático de Galembeck e Carvalho (1997) aborda o papel dos marcadores conversacionais na estruturação de diálogos representativos da fala culta da cidade de São Paulo, porém é relevante para embasar outros estudos sobre textos falados. Esses autores afirmam que os marcadores iniciais de função interacional exercem as funções principais de demarcar a tomada de turno, a exemplo de *éh, oh, ah, bom, pois é*; envolver o ouvinte, chamando sua atenção para o que vai ser discutido ou induzindo-o a prestar atenção nas opiniões que serão expostas e até mesmo a aceitá-las, como *olha, veja, você vê, você acha, então você quer dizer o quê?*; e prefaciando opiniões em turnos introduzidos por certos prefaciadores de opinião, como *eu acho (que), creio (que), eu gostaria de saber, eu sei, me parece que, eu tenho a impressão, acredito que*.

Os marcadores *eu acho que* e *eu tenho a impressão que*, por exemplo, atenuam a força ilocutória dos enunciados e indicam não haver certeza plena sobre o que é falado, pois o sujeito falante sinaliza que não assume integralmente o que será dito e previne-se de possíveis reações desfavoráveis do seu interlocutor. Os marcadores *acredito que* e *creio que*, por exemplo, indicam que o falante assume a opinião emitida e constituem, assim, marcas explícitas de certeza (GALEMBECK; CARVALHO, 1997).

Com fundamento em Galembeck e Carvalho (1997), os marcadores mediais podem ser subcategorizados em MCs de função predominantemente interacional e MCs de função predominantemente ideacional ou coesiva. Os MCs interacionais de envolvimento do ouvinte podem ser representados pelas expressões *veja, você veja,*

olha, você sabe, você repara, você imagina, você pode ver e outras utilizadas com o fito de conseguir a atenção do ouvinte e/ou obter o seu apoio.

A expressão *você + sintagma verbal* constitui um recurso com valor fático para que o falante possa envolver o ouvinte na exposição dos argumentos e conduzi-lo à aceitação das ideias expostas. Os marcadores do tipo *né?, sabe?, certo?, entende?* – com entonação ascendente – e as perguntas retóricas denotam valor fático, assim como se ligam à busca de aprovação discursiva no contexto interativo/argumentativo e confirmam o papel de falante do sujeito que detém o turno. Ademais, reforçar a opinião do próprio sujeito falante também constitui uma função dos MCs interacionais de envolvimento do ouvinte, especialmente os do tipo *né?, sabe?* e outros (GALEMBECK; CARVALHO,1997).

Conforme exposto anteriormente, o texto falado não possui uma etapa exclusiva de planejamento, pois se trata de uma modalidade de texto localmente planejado, simultânea ou quase simultaneamente à produção, razão por que acontecem os silêncios, as marcas de hesitação ou dificuldades na construção dos segmentos de fala. Esses elementos conversacionais vulnerabilizam a posição de sujeito falante, pois permitem que o turno venha a ser ocupado pelo outro interlocutor (ouvinte) (GALEMBECK; CARVALHO,1997; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009).

Com o propósito de manter sua posição enunciativa, o sujeito falante busca preencher as pausas, por exemplo, com o emprego de certos marcadores não lexicalizados (*ahn, uhn, eh, ah*) e de alongamentos (*certo::, ahn::*), os quais podem vir combinados e funcionar como marcadores de sustentação do turno. Os marcadores conversacionais de sustentação de turno podem, além de sustentar o turno, denotar explicitamente uma atividade de planejamento verbal, a exemplo de certos verbos de elocução ou de atividade mental (*digamos, vamos dizer, sei lá, vejamos, quer dizer*) e outras expressões (*assim, bom, tudo bem, então*). Em dados contextos, o MC *sei lá* pode indicar desprezo, desatenção ou, mesmo, pouco caso (GALEMBECK; CARVALHO,1997).

Os MCs de manifestação de opiniões podem ser representados por verbos ou locuções denotadores de atividade mental ou de elocução, havendo aqueles que indicam opiniões ou conceitos assumidos segura e explicitamente pelo sujeito falante que os emite (*creio que, acredito que, tenho certeza de que*) e aqueles que manifestam incerteza ou falta de convicção, pois tal sujeito não assume total

responsabilidade pela opinião emitida (*eu acho, eu não tenho certeza*). Como marcas explícitas de enunciação, os MCs de opinião geralmente aparecem na primeira pessoa do singular, mas há casos de indeterminação do sujeito (*dizem que*) e de oração sem sujeito (*parece que*), nos quais essas marcas não existem.

Como colocam Galembeck e Carvalho (1997), os marcadores finais de turno, de valor unicamente interacional, cumprem duas funções relacionadas com a troca de falantes, a de indicar a entrega explícita do turno a outro interlocutor (passagem requerida) ou sinalizar o fim do turno (passagem consentida). Perguntas diretas e certos marcadores que testam a atenção do ouvinte (*né?, não é?, certo?, entende?*), proferidos, normalmente, com entoação ascendente, são marcadores de passagem requerida e sinalizam que a participação de outro interlocutor é explicitamente solicitada.

Em posição medial no turno, os MCs do tipo *né?, sabe?, entende?* podem ter a função subsidiária de marcar a opinião do sujeito falante, que os emprega em certos casos, mantém-se no turno e continua a desenvolver suas ideias. De forma geral, assinala-se a passagem consentida pelo final de uma frase declarativa (entoação descendente), e, por vezes, esse final de frase é seguido de uma pausa conclusa, que encerra um segmento de fala (GALEMBECK; CARVALHO,1997).

Algumas conjunções e advérbios (*e, mas, então, além disso, agora, aliás*) configuram-se como MCs iniciais de valor ideacional, funcionam como elementos de coesão nos/entre turnos conversacionais e promovem a continuidade tópica ou introduzem um novo tópico, contribuindo para a progressão temática do diálogo. Os marcadores mediais de função ideacional exercem a função coesiva no plano do discurso, também podem ser representados por algumas conjunções e advérbios (*e, mas, agora, porque, então, depois, além disso*) e são os responsáveis pela estruturação das unidades que compõem o diálogo (GALEMBECK; CARVALHO,1997).

Risso, Silva e Urbano (2015) asseguram que os marcadores discursivos são mecanismos envolvidos na organização textual-interativa dos textos falados e incluem um amplo grupo de elementos que contribuem para o processamento textual-interativo do discurso, como sons não lexicalizados, palavras, locuções e sintagmas mais desenvolvidos, expressões, aos quais se atribui a condição de uma categoria conversacional bem consolidada no funcionamento da linguagem. Os autores adotam

a denominação marcadores discursivos (MDs), por reconhecerem que tal nomenclatura ultrapassa limites teóricos, incluindo as perspectivas e os gêneros discursivos analisados a partir delas, sem um comprometimento exclusivo com a língua falada e com a conversação.

Ao apresentarem uma caracterização dos marcadores discursivos por meio de traços definidores, Risso, Silva e Urbano (2015), Risso (2015) e Urbano (2015) distinguem-nos em dois tipos: os basicamente sequenciadores (*agora, então, quer dizer, em primeiro lugar, enfim, ou seja* etc.), que articulam tópicos e outros segmentos do discurso, e os basicamente interacionais (*uhn uhn, certo, sabe?, né?, veja, entende?*), que orientam a interação, com eventual traço concomitante de sequenciadores tópicos. Na organização tópica, os MDs estabelecem aberturas, encaminhamentos, retomadas e fechos de tópicos, em posições intra ou intertópicas, são sequenciadores tópicos; na articulação da estrutura frásica, conectam as orações ou seus segmentos internos, são sequenciadores frasais, como é o caso das conjunções e dos advérbios conjuntos.

Os MDs basicamente interacionais cumprem um papel basicamente direcionador da interação quando houver uma orientação nítida por parte do falante em direção ao ouvinte, ou deste ao falante, por intermédio da busca de aprovação discursiva (como em *certo?, entende?*), da manifestação de um acompanhamento atencioso da fala do outro (*uhn uhn*) e do automonitoramento ao sinalizar formalmente um envolvimento interpessoal (*digamos*). Tal aplicabilidade se cumpre ainda quando sinalizam opinião ou orientação argumentativa do falante, a partir dos processos de manifestação pessoal, em que o falante verbaliza avaliações subjetivas a propósito das significações proposicionais (*acho*) ou envolve seu interlocutor indiretamente (*bom*) (RISSO; SILVA; URBANO, 2015).

De acordo com Risso, Silva e Urbano (2015), os MDs operam no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo, em virtude de serem exteriores ao conteúdo proposicional e à informação cognitiva de tópicos ou de segmentos tópicos. No entanto, codificam a informação pragmática, pois asseguram a ancoragem pragmática desse conteúdo ao definirem a força ilocutória com que ele pode ser tomado, as atitudes assumidas em relação a ele, a checagem de atenção do ouvinte para a mensagem transmitida, a orientação que o falante imprime à natureza do encadeamento sequencial dos segmentos textuais e a articulação das relações entre

as instâncias produtoras do discurso com a estruturação textual-interativa, sinalizando articulações textuais e relações interpessoais.

Neste estudo, a escolha pela designação marcadores discursivos de poder dá-se não apenas por serem operadores linguístico-discursivos utilizados para fins interacionais ou conversacionais, mas ainda por atuarem no delineamento e na manutenção das relações de poder, na organização textual-interativa e no uso do discurso como texto, prática discursiva e prática social, sinalizando aspectos e relações que estão tanto no âmbito linguístico e na perspectiva textual-interativa, quanto no contexto discursivo e nas relações sociais. Tais marcadores contribuem para a articulação dos turnos, assim como auxiliam na demarcação das posições de sujeito, ocupadas pelos interactantes nas entrevistas radiojornalísticas – o que inclui os papéis sociais e interativos dos sujeitos envolvidos na interação.

Os marcadores discursivos de poder são operadores linguístico-discursivos utilizados na interação verbal como formas de manifestação de poder nas relações simétricas e assimétricas. São marcadores verbais horizontais e verticais do discurso jornalístico, utilizados nas relações interpessoais entre entrevistador e entrevistado, os quais incluem palavras, expressões e segmentos de fala nos turnos dos interactantes, inseridos no bojo dos marcadores conversacionais, das formas de tratamento, dos relacionemas verticais e horizontais nas relações interacionais, dos elementos coesivos, além de outros elementos. A escolha pela nomenclatura *marcadores discursivos de poder* e a definição proposta são contribuições deste estudo.

As formas de tratamento podem exercer a função de marcadores discursivos de poder e correspondem a palavras, expressões ou sintagmas que os interactantes utilizam para se dirigir e/ou se referir a pessoas implicadas na interação verbal, a exemplo das formas pronominalizadas (você, senhor, senhora) e das formas nominais – constituídas por nomes próprios, nomes de parentesco, nomes de funções (professor, doutor), formas vocativas e outras (SILVA, 2008). No âmbito das relações de poder, as inter-relações entre a estrutura linguística (como as formas de tratamento) e as estruturas sociais retratam-se no poder – que corresponde ao eixo vertical, manifesta-se nas relações assimétricas, diferenciáveis e não recíprocas, regidas pela hierarquia, idade, formação profissional e autoridade – e na igualdade –

que se reporta ao eixo horizontal, manifesta-se nas relações simétricas e associa-se à semelhança de papéis sociais e comunicativos no contexto discursivo e interativo.

Isso se justifica porque, como declara Silva (2008), as sociedades dividem-se de forma hierárquica, e, conforme as convenções sociais e as relações de poder, cada qual deve tratar o outro com base nas posições relativas que os sujeitos ocupam na escala social. Nesse sentido, de acordo com o autor, a seleção de formas de referência ao interlocutor depende do papel que desempenha nas relações sociointeracionais e de suas características (idade, sexo, posição familiar, hierarquia profissional, autoridade preexistente, grau de intimidade e outras), assim como implica dois tipos de conduta na interação verbal, a simétrica e a assimétrica, em virtude das relações de poder.

A conduta simétrica realiza-se quando locutor e interlocutor compartilham, de modo recíproco, direitos, funções e obrigações em algum nível da interação, consoante os tipos de dominação e de simetria e assimetria, expostos na seção 3 deste estudo. A conduta assimétrica ocorre quando uma das partes tem direitos, e a outra possui somente obrigações, devendo respeitar padrões sociais/institucionais e normativos, por haver uma relação de autoridade que um sujeito detém, devido à sua posição numa dada relação social; caso o sujeito dominado não obedeça a tais padrões, pode sofrer constrangimentos ou sanções sociais (SILVA, 2008).

Para Risso, Silva e Urbano (2015), existem também elementos chamados de unidades limítrofes que se interseccionam com os MDs, por serem mecanismos verbais da enunciação e abrangerem estratégias metadiscursivas variadas de organização do fluxo informacional perante o interlocutor. Essas unidades limítrofes também funcionam, nesta tese, como marcadores discursivos de poder e incluem operadores argumentativos, indicações de um ponto de vista pessoal, sintetizadores, modalizadores discursivos, interjeições, vocativos, recursos linguísticos de manifestação de cortesia (VILLAÇA; BENTES, 2008) e marcadores de opinião, quais sejam:

- Expressões de cortesia, cumprimento e agradecimento: *por favor, bom dia, boa tarde, boa noite, agradeço sua participação, muito obrigado, muito agradecido, com licença, com prazer, é uma satisfação recebê-lo(a), por gentileza, por obséquio, grato* e outras;

- formas verbais: *futuro do pretérito* (ajudaria, poderia), *imperfecto do indicativo* (*fazia, trabalhava*) e *do subjuntivo* (*chegassem*);
- segmentos de fala e verbos modais: *creio, acho, imagino, penso*;
- fórmulas que visem afastar antecipadamente algum mal-estar ou rejeição do parceiro (*disclaimers*): *pode até ser que você tenha razão, mas eu não creio que seja assim; não é que eu queira corrigi-lo, não tenho condições para isso, mas acredito que...*;
- perguntas diretas e indiretas;
- enunciados justificativos ou explicativos;
- certos marcadores discursivos, como os introdutores e interruptores de tópico ou marcadores de desvio tópico: *veja bem, eu não conheço bem esse assunto, mas...*;
- certos torneios verbais: *se não for muito incômodo para você, gostaria que me esclarecesse melhor esse assunto*;
- recuos estratégicos: *veja bem, não foi bem isso que eu quis dizer* e outros;
- unidades limítrofes: *nós vamos encontrar, a gente está falando aqui, está claro até aqui?, nós vamos terminar aqui hoje, a gente falou ainda há pouco, por sinal, até, inclusive, **acho, eu acho que, eu considero que, tenho impressão (de que), eu continuo achando que, acredito que, parece que***³⁰, *realmente, efetivamente, exatamente, justamente, logicamente, obrigatoriamente*, além de tantas outras.

Com suporte no aparato teórico acerca da assimetria, simetria e dos mecanismos crítico-conversacionais, o que abrange os componentes contextuais do discurso e as categorias crítico-conversacionais, numa análise do contexto discursivo e interativo, sob a ótica tridimensional do discurso como texto, prática discursiva e prática social, o exemplo seguinte possibilita verificar como aspectos discursivos e não discursivos se concatenam nas relações interacionais. Essas relações, que se expandem em simétricas e assimétricas, são tecidas por elementos externos (componentes contextuais do discurso) e internos (turnos, pares adjacentes e

³⁰ Unidades que sugerem a intenção do falante de inserir sua opinião, como as unidades limítrofes negritadas, são consideradas marcadores ou prefaciadores de opinião e marcadores oracionais por Marcuschi ([1986] 2003), Galembeck e Carvalho (1997), Urbano (1993), Xavier (1995, 2006) e Dionísio (2001), assim como serão neste estudo.

marcadores linguísticos de poder) e constituem os eventos interativos, como se pode visualizar a seguir.

Exemplo 6

L1 Vou conversar agora com AS... nutricionista e organizadora do simpósio... né? DC e também com a PE... psicóloga e também organizadora do: simpósio DC... bom dia A... tudo bom?

L2 bom dia... bom dia a todos...

L1 bom dia P como é que vai?

L3 bom dia

L1 uhn bem... vocês estão realizando aí o:: simpósio... projeto inclusão DC... o que vem a ser esse... projeto inclusão DC?

L3 o projeto... ele vai tratar da temática da inclusão direcionada aos profissionais da saúde e educação... nós vamos trabalhar essa temática da inclusão... é numa perspectiva... que trabalha a questão da inclusão não somente como uma questão pedagógica escolar... mas a questão da inclusão... da criança ou da pessoa com alguma necessidade especial com alguma deficiência... no meio social... e nós vamos trabalhar com profissionais diferentes profissionais da área da saúde e da educação... são profissionais que tem uma experiência uma trajetória na inclusão... éh:: neuropedagogo psico éh::/ neuropsicólogos psicopedagogos... pessoal que trabalha com estimulação precoce nós vamos ter um filósofo também falando sobre ética e infância e eu como psicóloga... nós vamos estar trabalhando essas questões vamos também oferecer uma oficina... na área da educação física com algumas atividades possibilitadoras na inclusão dessas crianças no ensino regular...

L1 uhn... existe uma lei... né? que:: que garante essa inclusão mas entre o que tem a lei e o que é a realidade hoje há um abismo muito grande num é? você pode mencionar essa diferença do que que é a lei e o que que é essa realidade hoje que a gente vive?...

L3 é verdade nós vamos trabalhar no:: viés éh na contramão dessa história... porque:: eu entendo assim como os profissionais convidados que partilham dessa perspectiva também... assim como... as famílias né? assim como a A que inicialmente né? me propôs esse desafio quando:: éh:: eu realizo atendimento a crianças com necessidades especiais... de que a inclusão... ela não deve ser vista sob a ótica da legalidade somente mas é uma questão de valores... porque você vai incluir:... não só nas questões escolares mas você vai incluir essa pessoa na vida no meio social... então perpassa essas questões escolares... eu acho que o/a escola é um meio... uma das instituições que possibilita esse convívio da criança... e dos diferentes e é preciso tratar a diferença nessa perspectiva não como uma imposição legal... somente (Fragmento do *corpus*, evento discursivo 2).

O evento discursivo 2 tem como supertópico “A inclusão social de pessoas com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento” e pretende tratar sobre o Projeto Inclusão: I Simpósio DC e a inclusão social de pessoas com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento, direcionado a profissionais da educação e da saúde, entrevista que ocorreu no dia 04 de agosto de 2014, com duração de 25 minutos e 47 segundos, com início aos 31min05s do programa e término aos 56min52s. As condições sociais do contexto no evento discursivo 2 suscitam uma

série de questões importantes e de fragilidades sobre o atendimento educacional especializado, a inclusão social de pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento nos diversos espaços sociais, além de abordar o próprio simpósio, parte do projeto das duas profissionais entrevistadas.

O evento discursivo 2 tem como participantes da interação o sujeito L1 (MA), que é radialista, apresentador de radiojornal e atua como entrevistador; o sujeito L2 (AS) que exerce a função de entrevistada e é nutricionista e organizadora do simpósio; e o sujeito L3 (PS), entrevistada, psicóloga e organizadora do simpósio. Nesse evento, os mecanismos crítico-conversacionais, incluindo os componentes contextuais do evento discursivo – marcados por papéis comunicativos, papéis sociais, relações entre os participantes, as intenções e os objetivos, a natureza do evento discursivo, a formação (nível de escolaridade variado), a profissão (habilidade de formação), as crenças (a defesa de perspectivas, opiniões, suposições profissionais do entrevistador), o uso das categorias crítico-conversacionais, o discurso como texto, como prática discursiva e prática social – comungam aspectos de variabilidade e de consonância.

O evento discursivo 2 realiza-se numa interação face a face, cujas características do lugar apontam um espaço fechado e privado, nos estúdios externos da emissora de rádio, todos inseridos num quadro espaçotemporal que coloca políticas públicas efetivas de inclusão num lugar de fragilidade, segundo demonstra o discurso na entrevista. Utiliza-se um discurso representado social e institucionalmente, numa situação discursiva formal, cujo tema e cujo objetivo discursivo são previamente definidos, havendo um grau de preparo na efetivação do evento. O objetivo discursivo da interação é persuadir a sociedade sobre a necessidade da inclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência ou com alguma síndrome em espaços sociais vários e conscientizar o poder público e as instituições sobre a importância de capacitar a família dessas pessoas e os diversos profissionais da educação e da saúde, de acordo com sua área de atuação – finalidade com que o simpósio foi organizado – para atuarem no trabalho de inclusão desses grupos sociais minoritários.

O presente evento discursivo leva em consideração dois contextos: o contexto discursivo, que contempla aspectos sociais da interação – sociedade e instituições despreparadas para atuarem no campo da inclusão social de pessoas com alguma

deficiência ou síndrome, sugerindo que o entrevistador e as entrevistadas assumem lugares sociais distintos, bem como possuem formação variada, o que é sinalizado pelos diferentes cargos exercidos por ambos e permite dizer que a natureza do laço social é profissional. L1 exerce o cargo de apresentador do programa de rádio e entrevistador, L2 é nutricionista, e L3, psicóloga, ambas organizadoras do evento –, embora todos comunguem das mesmas crenças e opiniões, no que se refere ao assunto discutido ao longo do evento discursivo 2.

O contexto interativo local abrange elementos mais específicos da conversação, tais como: os sujeitos interactantes e as categorias crítico-conversacionais – os turnos de fala, os pares adjacentes e os marcadores discursivos de poder. Nesse tocante, o simples encontro entre os sujeitos interactantes L1, L2 e L3 já representa a preparação do evento discursivo 2, cuja abertura ocorre quando L1 inicia seu turno nuclear e de função iniciativa, anunciando o início da conversa e apresentando as entrevistadas L2 e L3, por meio das formas nominais de tratamento (nomes próprios e nomes de funções), em “Vou conversar agora com AS... nutricionista e organizadora do simpósio... né? DC e também com a PS... psicóloga e também organizadora do:: simpósio DC”, e da forma pronominalizada de tratamento vocês, ao tempo em que sinaliza um dos tópicos sobre o qual versará a entrevista.

Observam-se segmentos de fala que manifestam polidez e cordialidade por parte de L1, L2 e L3, a exemplo do par adjacente “cumprimento-cumprimento”, indicado pelos elementos de cortesia “L1 bom dia A, L2 bom dia... bom dia a todos..., L1 bom dia P como é que vai? L3 bom dia”, e das perguntas diretas de L1 “A... tudo bom?, P como é que vai?”. As formas de polidez utilizadas por L1, incluindo as formas de tratamento, já evidenciam mecanismos crítico-conversacionais de poder, com o intuito de dirimir a distância social que há entre todos os interactantes e contribuir para o desenvolvimento do tópico, já que a simpatia e a gentileza ajudam a manter o ambiente convidativo para que a interação se expanda, o que caracteriza a dominação estratégica por L1, ao incluir segmentos de fala estratégicos que ambientam a participação das entrevistadas no evento discursivo 2.

L1 mune-se também da dominação interacional ao dirigir movimentos (lances diretivos), ou seja, produzir as primeiras partes dos pares adjacentes, tomando as iniciativas, o que se funda nos papéis social e comunicativo que o referido sujeito desempenha nos contextos interativo e discursivo. O próprio ato de entrevistar exige

que o entrevistador organize os pares adjacentes – cumprimente, faça perguntas, seja cortês –, e isso representa o discurso como texto, em virtude da estrutura textual da entrevista numa sequência de pares adjacentes, e como práticas discursivas, a exemplo dos mecanismos estruturais e éticos utilizados no ato de entrevistar e inscritos como práticas sociais.

Associada à dominação estratégica, a dominação semântica corresponde à condução da entrevista e do controle do tópico por L1, pois, a partir da centração, esse interactante utiliza, num turno nuclear, o marcador discursivo *uhn*, que indica entendimento ou compreensão de L1 quanto às ações relevantes de L2 e L3, e o marcador *bem*, prefaciador textual-interativo e sequenciador tópico, que funciona na abertura da pergunta aberta de L1 como sinalizador de uma sequencialização estrutural dependente do contrato interacional firmado no fluxo do diálogo. Em seguida, recupera o primeiro tópico abordado na interação, quando faz uso de uma pergunta aberta “L1 vocês estão realizando aí o:: simpósio... projeto inclusão DC... o que vem a ser esse... projeto inclusão DC?”, e, como se verifica, o conteúdo da pergunta e o uso da forma de tratamento *vocês* demonstram que L1 não escolhe o próximo falante, num evento com dois sujeitos entrevistados.

A pergunta aberta de L1, num turno de função conversacional reativo-iniciativa, corresponde ao início de uma sequência de turnos nucleares justapostos entre L1 e L3, na qual, inicialmente, num turno de função conversacional reativa, essa entrevistada utiliza o marcador discursivo *éh* por três vezes, sendo as duas últimas com alogamento, como mecanismo de sustentação e de planejamento verbal do seu turno, e explica que o projeto de que emerge o Simpósio DC trata da temática da inclusão social de crianças, jovens e adultos com algum tipo de deficiência, síndrome ou transtorno, como uma questão pedagógica nas escolas e em outros espaços da sociedade. L3 afirma também que o projeto direciona-se a profissionais da saúde e da educação e visa oferecer atividades possibilitadoras que estimulem precocemente a participação de crianças no meio social e conscientizem os profissionais e as pessoas interessadas sobre questões éticas importantes no tratamento do tema central do simpósio, intermediado por vários profissionais experientes da área da saúde e da educação, autoridades no trabalho com a inclusão.

A seguir, L1 constrói um novo turno nuclear, de função reativo-iniciativa, no qual utiliza o marcador discursivo basicamente interacional *uhn* para indicar compreensão

acerca do que L3 discorreu no turno anterior sobre a proposta do simpósio. Além disso, L1 emprega os marcadores discursivos *né?* e *num é?*, com objetivo de buscar a aprovação discursiva de uma das entrevistadas, sobre a existência de uma lei que assegure a inclusão social de pessoas com deficiência e sobre a divergência existente entre o que preconiza a lei e o que se efetiva na realidade social, e com a finalidade de solicitar explicitamente a L3 que explique tal divergência.

A resposta de L3 à pergunta de L1 confirma as assertivas deste interactante em seu turno e promove uma reflexão fundamental acerca da inclusão não apenas como um ato constitucional, mas ainda como um ato de sensibilidade humana ao direito da pessoa com deficiência de ser socialmente incluída. L3 afirma que as pessoas envolvidas no projeto que consolida o simpósio vão trabalhar no viés contrário da exclusão social das pessoas com deficiência e, por meio do marcador discursivo oracional *eu entendo que* expõe sua opinião acerca do entendimento de que a inclusão não deve ser observada sob a ótica da legalidade e da inclusão de crianças com necessidades especiais nas instituições de ensino, somente. Para tanto, L3 aciona o marcador discursivo *éh* e os alongamentos de vogais em alguns momentos de seu turno para sustentá-lo, planejar os segmentos tópicos seguintes e manter-se falando, bem como faz uso do marcador discursivo orientador da interação *né?*, produzidos após seus enunciados declarativos, para testar a atenção e a participação de L1 e buscar sua aprovação discursiva para o que L3 disse.

Na perspectiva do discurso como texto, as escolhas linguísticas e a estrutura textual argumentativa das informações expostas na sequência de turnos de L1 e L3 suscitam uma importante discussão que impacta diretamente o discurso como prática discursiva e prática social. As práticas discursivas de L1 e L3 são veiculadas num programa de rádio de alcance regional, expandindo-se na *web*, portanto, trata-se de um discurso midiático posto socialmente em circulação por transmissão radiofônica, consumido coletivamente pela sociedade alagoana.

Como prática social, as práticas discursivas dos referidos interactantes permitem interpretar a falta de efetivas práticas de inclusão em diversos setores da sociedade, além do espaço social escolar. As condições sociais em que as práticas discursivas de L1, L2 e L3 se inscrevem, situam-se num contexto discursivo em que o poder institucional estabelece que, segundo o artigo 4º, inciso III, e os artigos 58 e 59, da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sobre as diretrizes e bases da

educação nacional, é dever do Estado com educação escolar pública garantir educação especial e atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino.

Apesar disso, do ponto de vista de políticas públicas efetivas, o evento discursivo 2 questiona o abismo existente entre o que determina a lei e o que se aplica nos vários espaços sociais, dentro e fora da escola, conforme apontam Calheiros e Fumes (2014), ao recuperar, por exemplo, aspectos da História da Educação Especial do município de Maceió/AL e analisar o atual processo de implantação da política do atendimento educacional especializado (AEE) na rede municipal desta cidade alagoana, deparando-se com dificuldades como a precária estrutura arquitetônica dos espaços escolares e a ausência de profissionais habilitados. Para Calheiros e Fumes (2014, p. 249),

Estas dificuldades são consonantes com a realidade do município estudado que enfrenta sérios problemas de cunho econômico, político, social e educacional, os quais desfavorecem o desenvolvimento da Educação como um todo e da Educação Especial em particular. Diante disso, urge a necessidade de políticas/ações que promovam não somente a melhoria da formação profissional especializada para o AEE [atendimento educacional especializado] e das condições de infraestruturas do espaço escolar, mas principalmente a valorização e o fortalecimento de um sistema municipal de educação que, por muito tempo, vem sofrendo com o descaso de más administrações públicas.

Isso contribui para explicar por que certas estruturas sociais não estão suficientemente aptas para atender pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma plena. Nessa mesma perspectiva, colabora para justificar por que muitas instituições de ensino não dispõem de recursos didáticos e de infraestrutura do espaço escolar suficientes, de professores com especialização adequada em nível médio ou superior, de professores do ensino regular capacitados e de equipe multidisciplinar, os quais promovam um atendimento educacional especializado e uma educação especial inclusiva de qualidade, assim como integrem os sujeitos sociais da educação especial.

Nesse sentido, tais práticas situam-se num período em que existiam a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que preconiza as diretrizes e bases da educação nacional; o Decreto Legislativo Nº 186, de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; e a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modifica o conceito de

educação especial, revê o uso da nomenclatura “portadores de necessidades especiais” e dispõe sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania, somente foi instituída em 6 de julho de 2015, o que possivelmente represente uma longa trajetória para o processo de ressignificação e de aplicação dos direitos garantidos pela nova lei e pelas leis anteriores, incluindo a tão importante e necessária acessibilidade.

Após descrever e explicar as categorias simetria e assimetria e outros mecanismos crítico-conversacionais encontrados na entrevista radiojornalística, a seção 4 a seguir propõe reflexões teóricas acerca do gênero discursivo entrevista oral, elencando aspectos conceituais e caracterizadores desse gênero e sua tipologia. A despeito disso, reconhece-se, neste trabalho, que os recursos tecnológicos assim como o caráter dinâmico e mutável da língua e, por extensão, dos gêneros, notadamente daqueles que chegam ao rádio, atribuem à entrevista significativa maleabilidade, no que concerne aos inúmeros propósitos com que é produzida, aos contextos em que é produzida e aos tipos de entrevista, alinhados a tais propósitos.

Além disso, serão evidenciadas características que forjam a linguagem radiofônica, levando em conta como a informação e os conteúdos são veiculados, mas também focalizando, no estudo, o percurso histórico seguido pelo radiojornalismo alagoano. Todas essas pontuações sugerem que o aparato teórico, no tocante aos conceitos, às caracterizações da entrevista de rádio e às categorias crítico-conversacionais que as constituem, subsidiará a análise das entrevistas do *corpus* desta tese, de maneira indutiva e processual, tomando por base a interação, os objetivos, conteúdos e as circunstâncias de realização.

4 O GÊNERO DISCURSIVO ENTREVISTA E O RADIOJORNALISMO ALAGOANO

No Caminho, com Maiakóvski

[...]

Olho ao redor
e o que vejo
e acabo por repetir
são mentiras.
Mal sabe a criança dizer mãe
e a propaganda lhe destrói a consciência.
A mim, quase me arrastam
pela gola do paletó
à porta do templo
e me pedem que aguarde
até que a Democracia
se digne aparecer no balcão.
Mas eu sei,
porque não estou amedrontado
a ponto de cegar, que ela tem uma espada
a lhe espetar as costelas
e o riso que nos mostra
é uma tênue cortina
lançada sobre os arsenais.

Vamos ao campo
e não os vemos ao nosso lado,
no plantio.
Mas no tempo da colheita
lá estão
e acabam por nos roubar
até o último grão de trigo.
Dizem-nos que de nós emana o poder
mas sempre o temos contra nós.
Dizem-nos que é preciso
defender nossos lares,
mas se nos rebelamos contra a opressão
é sobre nós que marcham os soldados.

E por temor eu me calo.
Por temor, aceito a condição
de falso democrata
e rotulo meus gestos
com a palavra liberdade,
procurando, num sorriso,
esconder minha dor
diante de meus superiores.
Mas dentro de mim,
com a potência de um milhão de vozes,
o coração grita – MENTIRA!

Eduardo Alves da Costa

O gênero entrevista oral radiojornalística está inserido no estudo dos gêneros do discurso retórico, segundo uma classificação fixada por Aristóteles (2005), por intermédio de uma teoria mais sistemática a respeito dos gêneros e da natureza do discurso (tradição retórica), desenvolvendo, durante a Idade Média, uma visão mais ampla sobre as estratégias e as estruturas desses gêneros (MARCUSCHI, 2008), bem como sobre “os propósitos [que] justificavam o esforço [...] em prescrever as *formas*

de dizer” (LIMA, 2007, p. 77, itálicos da autora). É válido pontuar que, inicialmente, o estudo dos gêneros seguiu aspirações literárias e firmou-se com Aristóteles (2004), contudo se evidencia, neste momento, a classificação dos gêneros do discurso retórico em Aristóteles (2005), levando em conta o auditório (quem ouve o discurso), a finalidade com que o discurso é produzido e o tempo quando se produz (LIMA, 2007).

Aristóteles (2005) aponta haver três elementos que compõem o discurso e, portanto, relacionando-os aos Estudos Dialógicos, remetem-se aos sujeitos do discurso, os quais participam do diálogo como uma forma de interação discursiva (VOLÓCHINOV, 2017) – a entrevista oral radiojornalística é uma forma de interação discursiva, em que aparecem o sujeito que fala – entrevistador ou entrevistado –, o assunto de que se fala – supertópico, tópicos e subtópicos das entrevistas – e o sujeito a quem se fala – espectador ou ouvinte (REBOUL, 1998; MARCUSCHI, 2008, 2011; SANTOS, 2011).

Conforme Aristóteles (2005), existem três tipos de ouvinte que operam num discurso oral ou escrito, quais sejam: o espectador, que observa o presente; a assembleia, que vislumbra o futuro; o juiz, que reflete sobre fatos passados e julgados. O autor associa três gêneros do discurso retórico – tomando por base o auditório, a finalidade e o contexto – a esses tipos de julgamento, operados pelo ouvinte, são os gêneros epidíctico ou demonstrativo, deliberativo ou político e judiciário ou forense, cujas definições serão apresentadas adiante (REBOUL, 1998; MARCUSCHI, 2008; SANTOS, 2011; MELO JUNIOR, 2016, 2017; MELO JUNIOR; MORAIS; SANTOS, 2019).

O gênero epidíctico (demonstrativo) tem por finalidade elogiar/louvar ou censurar fatos, bem como relacionar-se à nobreza, à importância ou à virtude de tais fatos, dando-lhes o devido valor; discute as virtudes e/ou os defeitos do próprio homem, seus valores, suas atitudes e ideias. O discurso epidíctico focaliza os espectadores como auditório e refere-se ao tempo presente, pois o elogio e a censura fundamentam-se no estado presente das coisas, embora os sujeitos possam recorrer a acontecimentos do passado e do futuro.

O gênero deliberativo (político) destina-se às assembleias, com o intuito de aconselhar ou desaconselhar sobre questões, fatos, valores, julgando-os úteis ou

nocivos/prejudiciais. Dessa forma, os discursos que deliberam, referem-se ao futuro, instigando a tomada de decisões e efetivando projeções baseadas em fatos.

O gênero judiciário (forense) tem por objetivo acusar ou defender causas, comportamentos, atos, avaliando-os justos ou injustos, pertinentes ou impertinentes. O tempo verbal do referido gênero é o passado. O discurso judiciário concentra-se nos tribunais (juízes e jurados), nos espaços religiosos (sermões utilizados por chefes religiosos) e em outros contextos em que os auditórios citados esclareçam, qualifiquem ou julguem fatos passados e a causa dos atos.

Como as estruturas dos textos são constantemente reelaboradas, sob o plano linguístico e discursivo (LIMA, 2007), diversos textos falados e escritos foram emergindo e permanecem até os dias atuais, passando a ser chamados de gêneros textuais ou discursivos, dependendo da perspectiva teórica a que se filie o estudo – nesta tese, optou-se por gênero discursivo conforme uma visão interacionista, sócio-histórica e crítica da linguagem. Além disso, tipologias textuais e discursivas surgiram, tendo em vista que os textos são entidades dinâmicas e estão em constante processo de transformação, devido às práticas sociais e discursivas de que fazem parte, e, assim como naquela época, nos dias hodiernos, também são modelos a serem seguidos pelos sujeitos que têm participação ativa nos acontecimentos públicos e sociais (LIMA, 2007).

Sob o viés sócio-histórico e discursivo, a origem da entrevista oral remonta aos gêneros primários, no circuito das formas de conversação, de discurso público, de trocas mais ou menos regulamentadas, definidos por características comuns, tipos do diálogo oral, parâmetros sociais e culturais (a exemplo do lugar social da interação e dos sujeitos, das relações interpessoais, hierárquicas, relações de poder e dominação, finalidades da interação e dos propósitos discursivos), conteúdo temático, estrutura/forma específica dos textos, configurações específicas das unidades de linguagem (estilo), diversidade discursiva e dimensão textual. Esse enfoque dialógico sugere enquadrar a entrevista entre os gêneros secundários, que não só incorporam os aspectos apontados, mas também se adaptam às necessidades linguístico-discursivas e socioculturais do momento sócio-histórico em que tais gêneros se estabelecem e, também devido às vicissitudes do tempo, a eles são acrescentadas novas características da nova esfera discursiva em que circulam (COSTA, 2009; BAKHTIN, 2011, 2016; VOLÓCHINOV, 2017).

Sendo um gênero discursivo que se insere, atualmente, num estudo multidisciplinar – Etnografia, Sociologia, Comunicação Social, Antropologia, Retórica, Linguística, levando em consideração o funcionamento da linguagem, em situações comunicativas diversas, e as práticas sociais em que os gêneros se enquadram –, nesta pesquisa, o estudo da entrevista, enquanto evento interativo e prática socioinstitucional, abrange uma análise do discurso, numa perspectiva interacionista, sócio-histórica e crítica da linguagem. Desse modo, os Estudos Conversacionais e a Análise Crítica do Discurso, para esta tese, tomam por base a assertiva de que os gêneros são atividades sociodiscursivas, constituem-se em práticas sociais e textual-discursivas que sustentam relações de poder, formas de controle social, por meio da linguagem, concepções defendidas por Santos (1999, 2011) e Marcuschi (2008).

Na obtenção de informações e produção de conteúdo, a entrevista é gênero jornalístico que funciona como um importante recurso de captação de fatos e informações, exigindo capacidade profissional do jornalista e técnicas adequadas na apuração e investigação. Para Barbosa Filho (2009, p. 93), a entrevista “representa uma das principais fontes de coleta de informação de um jornal e está presente, direta ou indiretamente, na maioria das matérias jornalísticas”.

As habilidades técnicas envolvem não apenas realizar perguntas, mas também saber prepará-las e formulá-las, pois é preciso considerar que a entrevista faz parte do roteiro para uma boa apuração dos fatos, assim como é um evento que se realiza enquanto um importante componente de programas radiojornalísticos, a exemplo daquele de que foi extraído o *corpus* desta tese.

Enquanto gênero jornalístico, as origens³¹ da entrevista remontam a 1836, em Nova Iorque, quando a imprensa norte-americana passou a publicar histórias de interesse da sociedade, após a produção de notícias sobre política e administração. James Gordon Bennett, fundador e editor do jornal *New York Herald*, entrevistou Rosina Townsend, proprietária do prostíbulo onde acontecera um assassinato (ERBOLATO, [1984] 2008).

Durante vários dias, o *New York Herald* divulgou matérias sobre o fato, obtendo aceitação e êxito, não só por mostrar a inocência da pessoa apontada como criminosa,

³¹ Este trabalho não desconhece a origem do gênero sob o viés dialógico, retórico-linguístico e jornalístico. Todos esses vieses são importantes para se compreenderem a sistematização e o funcionamento do gênero entrevista, em diversos contextos e momentos da história da humanidade.

mas também por publicar matérias importantes, que tinham conteúdo humano, já que os repórteres do jornal apontado compareciam diariamente a uma delegacia e escreviam crônicas sobre bêbados, ladrões e outras pessoas que expunham seus problemas, entretanto sem ouvi-las.

Bennett teve influência de Benjamin H. Day, diretor do *New York Sun*, que descrevia as atividades cotidianas dos habitantes nova-iorquinos, e verificou que os assuntos eram excelentes para a imprensa, conquistavam o público, sendo mais aceitos que temáticas envolvendo política e administração, razão por que passou a abordá-las (ERBOLATO, [1984] 2008; MELO JUNIOR, 2016, 2017).

Mais tarde, em 1859, o jornalista Horace Greeley entrevistou, em Salt Lake City, Brigham Young, o segundo presidente de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (A Igreja Mórmon) e sucessor de Joseph Smith Jr., quando surgiu o sistema pingue-pongue de entrevistas, adotando perguntas e respostas (par adjacente), em virtude da alternância de turno entre o entrevistador e o entrevistado (ERBOLATO, [1984] 2008; MELO JUNIOR, 2016, 2017).

A partir dessa contextualização histórica, depreende-se que, na verdade, o termo foi cunhado nesse período, tendo em vista que a entrevista pingue-pongue já havia sido utilizada por Benjamin Day e James Bennett, em seus jornais, para apurarem fatos, considerando que inúmeras matérias jornalísticas somente são possíveis a partir da entrevista enquanto processo de captação de acontecimentos e informações.

Os dados históricos recuperados por Ferraretto (2014) sugerem que as primeiras entrevistas radiofônicas foram levadas ao ar nos Estados Unidos, em 1920, e a origem dessa técnica de obtenção de informações remonta os diálogos, à base de perguntas e respostas, empreendidos por Platão, como forma de difundir seus princípios filosóficos, na Grécia antiga. A intencionalidade de tal proposta platoniana interage diretamente com o contexto do jornalismo, em que o contato com a fonte constitui um dos principais instrumentos para a obtenção de informações (FERRARETTO, 2014).

A entrevista é um gênero jornalístico e midiático, que se materializa primordialmente na oralidade e permite que se obtenha esclarecimentos, avaliações e opiniões acerca de um fato, fenômeno ou acontecimento. No discurso jornalístico, define-se como a coleta de declarações, informações e/ou opiniões tomadas pelo

jornalista para divulgar em alguma esfera de circulação – no rádio, na televisão, na web, na imprensa escrita ou falada (BALSEBRE; MATEU; VIDAL, 1998; COSTA, 2009).

Tanto na abordagem textual-discursiva ou sociointerativa (MELO JUNIOR, 2016, 2017), quanto na jornalística (MARQUES DE MELO, 2003; LUCHT, 2010; MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016), o enquadramento do gênero entrevista entre os gêneros discursivos e jornalísticos apresenta especificidades que merecem uma reflexão mais rigorosa. A justificativa para tal afirmação dá-se pelo fato de os conteúdos das entrevistas serem moldados por categorias funcionais e se ajustarem a outros elementos importantes na condução do gênero, o que abrange os aspectos contextuais, o tópico, as sequências tipológicas expositiva e argumentativa (modos textuais que subjazem a organização interna da entrevista) e outras categorias crítico-conversacionais.

Nesse sentido, é necessária uma análise particular das entrevistas realizadas para explorar os elementos apresentados por um tipo específico de entrevista, produzida em circunstâncias distintas, com finalidades diferentes. Marques de Melo e Assis (2016) defendem as particularidades, a relativa estabilidade dos gêneros e sua função social no universo jornalístico; enquadram diversos gêneros midiáticos em formatos jornalísticos específicos, contemplando a ideia de que as normatizações estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, mas, nem sempre, considera aspectos textuais e contextuais, procedimentos e peculiaridades, relacionados ao funcionamento de cada texto.

É interessante pensar sobre essa problemática, pois os próprios autores participam de uma perspectiva mais funcionalista e dinâmica dos gêneros jornalísticos e, ao mesmo tempo, inserem a entrevista como um gênero informativo e expositivo, assim como estudiosos e pesquisadores da linha textual sugerem que o domínio social da comunicação, do qual a entrevista participa, visa à transmissão e construção de saberes, figurando o aspecto tipológico do expor e cuja capacidade de linguagem dominante remete-se à apresentação textual de diferentes formas de saberes (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004). Desse modo, com fundamento nas acepções teóricas de Schneuwly e Dolz (2004), é pertinente falar numa *proposta relativa de agrupamentos de gêneros e formatos jornalísticos*, visto que são mutáveis, flexíveis, não estanques, e as práticas de linguagem, o conteúdo, os interactantes e suas intenções e a função

social de cada gênero mudam, segundo o contexto sociocultural e o momento histórico-social.

Por um lado, quando se disserta acerca da representação conceitual do gênero entrevista, é possível entender e perceber sua maleabilidade e ampla representação, tendo em vista suas múltiplas possibilidades de realização, bem como as modalidades jornalísticas que compreendem os três aspectos da divulgação de um fato – informação, opinião e interpretação – e reconhecem a existência de cinco gêneros radiojornalísticos: informativo, opinativo (que, naturalmente, já inclui análise e interpretação de fatos), interpretativo, utilitário e diversional (MARQUES DE MELO, 2003, 2010; LUCHT, 2010; MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016; ERBOLATO, [1984] 2008).

Por outro lado, embora não seja possível classificar cada gênero de modo absoluto, devido às vicissitudes do tempo e ao seu caráter multiforme, maleável e dinâmico, o enfoque de agrupamento de gêneros, proposto por Schneuwly e Dolz (2004), norteia o funcionamento da linguagem e leva em conta aspectos que enquadram os textos em determinados gêneros, segundo seu conteúdo, sua estrutura retórica, sua natureza e tipo textual, assim como as diversas sequências textuais que esses gêneros apresentam. Além disso, os autores que evidenciam o panorama das modalidades jornalísticas (informativa, interpretativa, opinativa, diversional e utilitária) defendem a confluência dessas várias categorias, em virtude da plasticidade dos gêneros, das inúmeras práticas discursivas e sociais, do contexto sociocultural e das demandas da sociedade (MARCUSCHI, 2008, 2011).

Numa perspectiva das relações de poder, em se tratando especificamente dos meios jornalísticos institucionais, os sujeitos que trabalham em empresas jornalísticas, comumente, devem comungar com a opinião empresa, afinando-se com a sua linha editorial. Isso se relaciona às práticas discursivas das instituições e às normas que as regem (ordens do discurso), algo fortemente marcado nessas relações institucionais, de tal maneira que quem colide com a linha editorial da empresa ou não cumpre suas exigências pode receber alguma punição, ser afastado e/ou expulso do grupo (NUNES, 2020; MARQUES DE MELO, 2003).

Diante disso, é plausível entendermos que o funcionamento da engrenagem jornalística é uma atividade complexa, que não foge ao direcionamento ideológico da empresa que o gera; seja ele *informativo*, *interpretativo*, *opinativo*, [utilitário] ou *diversional*, o jornalismo, como processo midiático, não é neutro, objetivo, transparente. Na prática, o ato de selecionar –

ideológico por excelência – marca a *linha editorial*, isto é, a ótica sob a qual o veículo de comunicação vê o mundo, atendendo aos seus interesses, por meio do poder de que dispõe. (NUNES, 2020, p. 59, itálicos do autor).

A postura de controle do discurso do entrevistador e do entrevistado na entrevista de rádio pública alagoana, ou seja, as relações de poder exercidas pelas instituições que eles representam, e todas as convenções institucionais que gerem as práticas discursivas desses sujeitos voltam-se aos filtros ideológicos do jornalismo, “[...] os mecanismos que intervêm no processo de seleção das unidades informativas” (NUNES, 2020, p. 60), entre os quais estão as *fontes*. Estas podem ser próprias, contratadas e voluntárias ou convocadas, sendo estas últimas formadas por serviços de empresas de relações públicas gerenciados por empresas estatais; corporações privadas; órgãos governamentais; funcionários efetivos, contratados temporariamente e ocupantes de cargos comissionados; e até mesmo por movimentos sociais (NUNES, 2020).

A proposta provisória de agrupamento de gêneros (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004) torna possível afirmar que o gênero entrevista se materializa em tipos (entrevista jornalística de rádio ou de TV, entrevista médica, entrevista científica, entrevista de emprego, entre outras), mas também permite que essa tipologia se ramifique em classificações secundárias, ainda mais específicas, segundo aspectos diversos tratados a seguir. Portanto, estabelecer relações entre essas peculiaridades torna o tratamento analítico e o estudo dos gêneros mais amplo e produtivo, por abranger outras possibilidades teóricas complementares e não controversas.

A natureza opinativa e interpretativa da entrevista também permite inseri-la na tipologia do argumentar, tendo em vista a discussão de problemas sociais controversos, bem como a sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição, durante o processo interativo entre entrevistador e entrevistado, os quais influenciam os pontos de vista do público-espectador, ao enunciarem fatos e, simultaneamente, posicionarem-se (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004). Por ser um gênero jornalístico suscetível a transformações, tanto do ponto de vista técnico (no Jornalismo) quanto linguístico, isso reflete classificações mais flexíveis e dinâmicas, entretanto, sempre observando uma entrevista em particular, para tal caracterização, bem como as sequências textuais ou os tipos de discurso que a constituem.

Neste trabalho, que explora a entrevista a partir de duas abordagens complementares (a jornalística e a textual-discursiva), convém pontuar a distinção dos

conceitos de gênero e formato jornalístico, utilizados pelos autores de linha jornalística e pelos de linha textual-discursiva. No Jornalismo, o gênero compõe unidades da comunicação massiva periódica e agrupa diferentes formas de transmissão de informações da atualidade, por intermédio de suportes mecânicos ou eletrônicos (mídia) que se habilitam para atingir múltiplas audiências.

O gênero jornalístico é um instrumento de que dispõe o rádio, com o intuito de atualizar o público, por meio da divulgação, análise e do acompanhamento dos fatos, e apresenta-se, no rádio, a partir de diversos formatos jornalísticos (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016; BARBOSA FILHO, 2009). O formato jornalístico é o modo como se configuram os textos, ou seja, a construção propriamente dita da informação transmitida pela mídia, a partir da qual as informações e os fatos atuais preenchem e funções sociais legitimadas pela conjuntura sócio-histórico-cultural; essa configuração segue normatizações e parâmetros estruturais, aspectos textuais e particularidades, relacionados ao *modus operandi* de cada texto (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016).

Na Linguística Textual, na Análise da Conversação e na Análise Crítica do Discurso, os gêneros discursivos são manifestações linguísticas que se tipificam, de acordo com padrões sociocomunicativos, rotinas comunicativas institucionalizadas e um conjunto de características comuns, e operam em situações comunicativas várias, numa relação com as práticas sociais, os interesses, as relações de poder, as tecnologias, os aspectos culturais e as atividades discursivas; o domínio discursivo refere-se ao lugar ou à instância da atividade humana em que os textos ocorrem, segundo um conjunto de práticas discursivas (MARCUSCHI, 2008, 2011). Portanto, gênero, na LT, AC e ACD, corresponde a formato para o Jornalismo, e domínio discursivo ou esfera de circulação dos textos equivale a gênero na perspectiva jornalística.

A classificação da entrevista em tipos possibilita defini-la como um evento textual-interativo ou discursivo-dialogal, que ocorre em outros domínios sociodiscursivos, a partir de empresas, consultórios médicos, universidades, campos de pesquisa científica, concretizando-se em entrevistas tele ou radiojornalísticas, entrevistas de emprego, entrevistas entre médico e paciente, professor e aluno, psicólogo e paciente, pesquisador e partícipes do processo de pesquisa científica, além de outras, podendo ser mais ou menos formais, dependendo da situação interativa (MELO JUNIOR, 2016; 2017).

Schneuwly e Dolz (2004) referem-se à entrevista como um encontro entre um jornalista (entrevistador) e um especialista ou uma pessoa (entrevistado) que tem um interesse particular num dado campo do saber. Assim, no referido gênero, uma pessoa *expert* fala sobre aspectos vários de um problema ou de uma questão, com o objetivo de comunicar as informações fornecidas a um público.

A entrevista é considerada por inúmeros autores enquanto uma prática de linguagem de caráter estruturado e formal, marcada principalmente por perguntas e respostas, mas também configurada por outros pares adjacentes ou conversacionais, implicando expectativas normativas que estabelecem um jogo de papéis entre os interactantes (entrevistador e entrevistado), numa conversação relativamente simétrica ou assimétrica (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009). Todavia, existem categorias crítico-conversacionais nas entrevistas radiojornalísticas, conforme aponta esta tese, os quais provam que o uso de tais marcas linguísticas, mesmo num nível de linguagem mais relaxado, colabora para o bom andamento da interação e a alternância dos turnos de fala.

Qualificar a entrevista como um evento interativo relativamente simétrico ou assimétrico leva a examinar como os turnos dos sujeitos interactantes se manifestam na conversação, mas também a maneira como outras categorias crítico-conversacionais, discursivas e não discursivas, interferem nesse circuito. Nesse sentido, por um lado, abrir e fechar a entrevista, fazer perguntas, suscitar a palavra do entrevistado, incitar a transmissão de informações, introduzir novos assuntos, interromper o fluxo interacional e o tópico, orientar e reorientar a interação são atividades que provam o controle do entrevistador sobre o evento interativo, sob um ponto de vista teórico crítico-conversacional, já que as relações de poder circulam entre instituição, entrevistador e entrevistado; por outro lado, aceitar a situação, ser obrigado a responder às perguntas e fornecer as informações solicitadas figuram a tarefa do entrevistado.

Segundo Fávero (2000), a entrevista é uma atividade em que todos os interactantes do processo comunicativo, direta ou indiretamente, de uma maneira ou de outra, envolvem-se, quer como entrevistadores, quer como entrevistados. Assim, o entrevistador cumpre o papel de dirigir a entrevista e obter respostas, e o entrevistado restringe-se a responder às perguntas prévia ou instantaneamente elaboradas pelo entrevistador.

Nesse sentido, o objetivo é promover o inter-relacionamento humano, geralmente, baseando-se numa interação centrada na **compreensão e interpretação** dos fatos, na **negociação e cooperação**³² entre os sujeitos (SANTOS, 1999, 2004; KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006), embora os direitos dos participantes do evento de fala possam não ser os mesmos, pois o entrevistador geralmente controla a interação, no entanto, as relações de poder permitem ao entrevistador e ao entrevistado diferentes condições de participação no diálogo, podendo existir um direcionamento maior ou menor na interação, o que a autora nomeia de inversão de papéis ou inversão da relação eu-tu (jogo duplo).

No jogo duplo ou na inversão de papéis, aparecem a simetria e a assimetria na entrevista, pois, como mostram Fávero e Andrade (1998), no processo interacional, a tarefa do entrevistador liga-se à escolha do tópico discursivo e da direção da conversação, à distribuição dos turnos, ao caráter contratual ou polêmico da interação, entre outras atividades; e o papel do entrevistado traduz-se em responder aos questionamentos feitos, podendo manter o turno por mais tempo, posto que a atenção deve ser direcionada a ele, sendo o entrevistado que se quer ouvir; entretanto, a permanência do entrevistado no turno nem sempre ocorre, por não ser fixa; e o tempo, a distribuição e a duração do turno também são variáveis. Mesmo essas características da entrevista marcando uma interação assimétrica,

[...] o conceito de assimetria interacional está relacionado não só às funções dos interlocutores na situação comunicativa, mas principalmente a seus papéis sociais e a suas características individuais. Há casos em que a importância social do entrevistado leva à inversão do equilíbrio da entrevista: o entrevistado seleciona os tópicos e decide quando passar o turno. Por sua vez, há entrevistadores peculiares que dominam a entrevista e não deixam ao entrevistado nem mesmo os turnos que lhe são devidos. (FÁVERO; ANDRADE, 1998, p. 162).

Isso implica pontuar que inverter os papéis é possível não apenas quando o entrevistado assume a condução da entrevista, em dados momentos, aprova ou não a ação do entrevistador, fazendo-lhe perguntas (FÁVERO, 2000), mas ainda quando elementos contextuais ou relacionemas verticais (posição social, *status* social,

³² Espera-se que esses quatro elementos componham a interação, pois, conforme Rodrigues (1993), a língua falada sucede da tarefa cooperativa de dois interactantes num mesmo momento e num mesmo espaço.

formação profissional e papel social do entrevistado) interferem no evento interativo. Assim, pode haver a inversão de papéis quanto ao controle dos tópicos ou à condução das entrevistas, a exemplo da inserção ou do redirecionamento de tópicos e da ocorrência de turnos nucleares, justapostos e simétricos, tanto no turno do entrevistado quanto do entrevistador, nas quais este pode até dominar a entrevista, contudo, permitindo àquele manifestar-se por um tempo mais prolongado ou inserir subtópicos ao longo dos momentos interativos, de modo que tais exemplos podem caracterizar interações simétricas e assimétricas.

A demarcação dos papéis, as relações interpessoais, a organização interna da entrevista, observando e interpretando as diferentes partes que compõem a sua estrutura canônica global – abertura, fase de questionamento e fechamento – e o trabalho acerca da regulação local dos turnos, da formulação de perguntas, as intervenções rápidas do entrevistador, a continuidade e retomada ao tópico abordado pelo entrevistado, com a introdução de novas questões ou novos comentários, são essenciais para explicar como as relações de poder acontecem, uma vez que as práticas discursivas, no espaço radiofônico/midiático, representam a voz do jornal ou da instituição a que pertencem todos os interactantes.

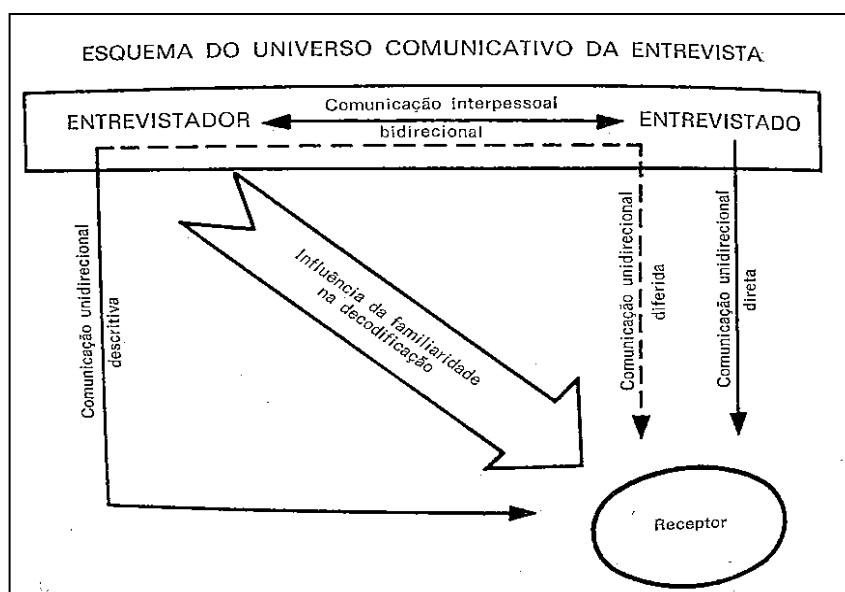
Geralmente, os dois interlocutores ocupam papéis públicos institucionalizados; a natureza da relação social e interpessoal condiciona fortemente a relação que se instaura entre os dois. Em relação a outros gêneros próximos, a entrevista mantém uma ligação fundamental com o universo da mídia. Seu lugar social de produção é a imprensa escrita, o rádio ou a televisão. A exigência de mediatização preside todas as atividades que se depreendem daí. Na entrevista radiofônica, o papel dos participantes e as trocas aí implicadas pressupõem sempre a presença de um terceiro: o público. Além disso, a cogestão direta, em tempo real, das trocas, apesar da possibilidade de certas manipulações durante a difusão, permanece uma de suas características constitutivas. (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004, p. 86).

A entrevista é considerada o gênero mais adaptável ao contexto radiojornalístico e às características específicas do rádio, sendo uma das fórmulas mais ágeis para expor uma informação, para aprofundar o conhecimento dos fatos e suas consequências ou conhecer um pouco mais da personalidade dos entrevistados. Na entrevista, engendra-se uma interação mútua entre o entrevistador e o entrevistado, constituída na comunicação interpessoal (bidirecional) e nos fluxos comunicativos unidirecionais diretos e distintos. No universo comunicativo do gênero apontado, há categorias crítico-conversacionais que funcionam de tal maneira que exercem um efeito de aproximação do ouvinte, incluindo-o no clima coloquial,

descontraído e fluído da entrevista, ainda que não participe por meio de uma interação direta (PRADO, 1989).

Do fluxo comunicativo interpessoal entre entrevistador e entrevistado, surge uma comunicação unidirecional dupla, isto é, uma distribuição de informações ao receptor, a qual acontece por meio de uma comunicação unidirecional direta, manifesta pelas respostas do entrevistado, e de uma comunicação unidirecional distinta, também levantada pelas respostas, mas motivadas pela ação do entrevistador. Além disso, há o fluxo unidirecional descritivo, proveniente das observações, relatos e descrições, efetuados pelo jornalista que veicula as informações, mas sem requerer o contraste do entrevistado (PRADO, 1989), conforme se verifica na figura 4 a seguir:

Figura 4 – Esquema do universo comunicativo da entrevista



Fonte: Prado (1989, p. 58)

Prado (1989) aborda a necessidade de se incluir, no fluxo comunicativo da entrevista, o ambiente acústico, pois será o transmissor da corrente de informação selecionada pelo jornalista. Não priorizar a escolha do ambiente acústico pode empobrecer a riqueza informativa do gênero, distorcer informações ou torná-las incompreensíveis, por a falta de qualidade modificar o resultado da mensagem, notavelmente.

Deturpar informações implica outro ponto notável a ser analisado: a influência da familiaridade existente entre o entrevistador e o público, na decodificação da

mensagem, o que pode exercer um efeito de distorção; todavia, mesmo que os jornalistas utilizem estratégias discursivas (a exemplo dos procedimentos éticos e estruturais na realização da entrevista) e não discursivas (simpatia, cordialidade, cortesia) e digam não ter controle sobre o modo como as pessoas leem, compreendem ou interpretam os discursos deles, dado o conhecimento profissional, as organizações devem ter ciência e entendimento dos efeitos que sua informação exerce sobre o público e das possíveis consequências de seus discursos sobre as representações sociais dos ouvintes (DIJK, 2017a).

[...] não há uma relação causal entre o discurso e sua interpretação: sabemos da psicologia da compreensão discursiva que os discursos em si são apenas um fator num conjunto complexo de condições que influenciam a compreensão e a interpretação, tais como o contexto da leitura, o conhecimento dado e as ideologias dos leitores, suas biografias pessoais e experiências correntes, suas intenções e metas atuais, e seu papel e *status* corrente, e assim por diante.

Mesmo assim, apesar de tal variação individual e contextual, isso não significa que os discursos em si são irrelevantes nos processos de influência social. (DIJK, 2017a, p. 33)

Os textos falados e escritos, classificados segundo características composicionais e padrões sociocomunicativos, fazem parte desse conjunto complexo de condições que influenciam as atividades de produzir, compreender e interpretar os discursos e suas implicações nos processos de influência social. É possível explorar a classificação da entrevista, a partir de uma tipologia extensa em que o referido gênero discursivo se apresenta nas subseções a seguir.

4.1 Tipologia da entrevista conforme Morin (1966, 1973), Erbolato ([1984] 2008) e Prado (1989)

Para Morin (1966, 1973), a entrevista centra-se na comunicação pessoal e liga-se ao desenvolvimento da cultura de massa, que busca o *human touch* (toque humano) e a individualização dos problemas, em todos os domínios, para facilitar o contato com o público e interessá-lo. Ademais, a entrevista desenvolve-se no sentido das superindividualidades que reinam no mundo dos meios de comunicação de massa – as personalidades políticas, as celebridades, os atletas, além de outros, entrevistados a cada acontecimento, com o intuito de interrogá-los não apenas acerca de sua vida pública, mas ainda de todo e qualquer assunto.

Simultaneamente, a entrevista move-se numa direção oposta e busca também o homem da rua ou o transeunte anônimo, a quem se formulará uma pergunta, numa proximidade significativa de espaço ou de tempo. Nesse sentido, as múltiplas finalidades da entrevista indicam que ela pode levantar problemas da vida pública ou privada, “[...] tanto na busca de anedotas triviais quanto na tentativa de diálogo” (MORIN, 1966, p. 67). No campo do rádio e da televisão, Morin (1966, 1973) referencia 5 tipos de entrevista, de acordo com o grau de comunicabilidade: a entrevista-rito, a entrevista anedótica, a entrevista-diálogo, as neoconfissões e a entrevista coletiva.

A **entrevista-rito** marca eventos, encontros oficiais ou cerimônias, com o objetivo de fazer ouvir a voz do entrevistado, de autenticar o evento pela voz e/ou pela imagem, de revelar e comunicar a presença subjetiva. Na entrevista-rito, as palavras são rituais, elas realizam a cerimônia e têm estimada importância de serem pronunciadas naquele tempo e espaço. Porém, algo inesperado pode subverter o rito, como um olhar, uma palavra ou um grito manifesto pelo entrevistado; isso justifica o fato de haver “[...] toda uma arte da entrevista, que tenta capturar a vida sob o rito – ou quebrar o rito” (MORIN, 1966, p. 68).

Segundo Morin (1966, 1973), a **entrevista anedótica** situa-se no nível das fofocas e decorre de conversações frívolas, ineptas e complacentes, em que o entrevistador procura o anedótico entusiasmado, faz perguntas simples a respeito de viagens e planos. Nessas conversações, entrevistador e entrevistado permanecem deliberadamente fora de qualquer coisa que possa envolver. Em interações cooperativas, quer simétricas, quer assimétricas, a entrevista se torna diálogo ou mais do que uma conversa social por meio da qual o entrevistador e o entrevistado colaboram no sentido de identificar uma verdade que se remeta à pessoa do entrevistado ou a um problema; tem-se, nesse caso, a **entrevista-diálogo** (MORIN, 1966, 1973).

Nas **neoconfissões**, o foco prevalece sobre o entrevistado, que realiza uma introspecção para expor algo a ser confesso e atrair a atenção do espectador. Toda confissão pode ser objeto de uma manipulação espetacular, mas também qualquer confissão pode ultrapassar, profundamente, todas as relações humanas superficiais e insignificantes da vida cotidiana. A **entrevista coletiva** engendra-se a partir do debate do grupo sobre um tópico. É uma espécie de entrevista que se funde no diálogo com várias pessoas, dirigidas ou controladas por um mediador, a qual visa oferecer

um modelo dialético da formação da verdade ao confrontar opiniões opostas (MORIN, 1966, 1973).

Erbolato ([1984] 2008) aponta que a entrevista no jornalismo, além de ter expressão própria, particular e especializada, deve ser fluente, equilibrada e acessível, bem como exige três requisitos importantes: autenticidade – as declarações feitas pelos interlocutores precisam ser comprovadas facilmente –, interesse – o engajamento e as técnicas a fim de obter informações dependem mais do entrevistador – e identificação adequada e conveniente do entrevistado ou das pessoas envolvidas na entrevista. Para o autor, pode-se classificar as entrevistas sob quatro aspectos: quanto ao esboço ou à geração de matérias jornalísticas (de rotina e caracterizadas), aos entrevistados (individual e de grupos), aos entrevistadores (pessoal e coletiva), ao conteúdo (informativas, opinativas e ilustrativas, biográficas ou de personalidade).

No que se refere à geração de matérias jornalísticas, as **entrevistas de rotina** visam fornecer ao repórter elementos sobre fatos ou acontecimentos do dia a dia; as **entrevistas caracterizadas** apresentam-se em forma de diálogo (entrevista oral) ou de reprodução textual (entrevista escrita) de palavras ou ideias de um ou vários personagens, nomeados no texto. No tocante aos entrevistados, aparece a **entrevista individual**, em que há um encontro entre um entrevistador e um entrevistado, e, nesse encontro, o jornalista estabelece um diálogo capaz de fornecer elementos básicos para a publicação. Geralmente, é uma entrevista exclusiva, todavia, mesmo que não seja, pois o entrevistado pode ser procurado e ouvido por outro jornal, ele cederá uma entrevista de cada vez (ERBOLATO, [1984] 2008).

Diferentemente, as **entrevistas de grupo** acontecem quando várias pessoas falam a um ou a mais jornalistas sobre assuntos do momento e de interesse do público e subdividem-se em **entrevista-enquete** e **entrevista de pesquisa**. As primeiras são aquelas em que um ou repórteres diversos entrevistam inúmeras pessoas – da mesma categoria social ou não, a depender do tópico em questão – acerca do mesmo assunto. As segundas objetivam coletar informações que sirvam para redigir ou levar ao ar matérias de caráter interpretativo, de modo a esclarecer dúvidas do público, a partir da investigação de determinados assuntos; para tanto, o jornalista procura especialistas, a fim de que a opinião dele fundamente a matéria (ERBOLATO, [1984] 2008).

Quanto aos entrevistadores, o referido gênero discursivo realiza-se no formato de **entrevista pessoal** ou **exclusiva** e de **entrevista coletiva**. O primeiro tipo dá-se quando o entrevistado fala a um só jornal, seja por outros jornais não o localizarem, seja por a pessoa entrevistada negar-se a receber outros jornalistas. Caso se trate de um profissional de notabilidade, a entrevista pode ser concedida por escrito, respondendo a perguntas formuladas previamente, e o entrevistado, como especialista e autoridade no assunto pode requerer determinada importância, em dinheiro, devido à exclusividade.

O segundo tipo inclui várias personalidades – ou somente uma – que falam a diversos jornalistas, na mesma ocasião, havendo a necessidade de entendimento por parte dos jornalistas, para que muitos não fiquem sem fazer perguntas em benefício de outros, que monopolizam o direito de perguntar aos entrevistados, em alguns casos. A entrevista coletiva é subdividida em **conferências de imprensa** – por intermédio das quais autoridades ilustres e de alta patente comunicam-se com os jornalistas; para essa modalidade, formulam-se perguntas por escrito, com os nomes do jornal e do repórter, com o objetivo de serem respondidas com o máximo de dados técnicos, ficando a critério do entrevistado responder àquelas que ele julga oportunas ou possíveis de serem esclarecidas a curto prazo.

A **entrevista pool** delinea-se quando muitos jornalistas comparecem a uma entrevista de importância, entretanto, seleciona-se apenas um grupo – por sorteio ou por outros critérios, como idade, tempo na profissão –, por não haver espaço para todos no local da entrevista, mesmo que os demais sejam credenciados. Geralmente, as declarações são feitas por escrito, e cópias são entregues a todos, embora os jornalistas que participam da coletiva possam registrar o ambiente e fazer perguntas adicionais, se for permitido. Há jornalistas que ouvem o entrevistado e, em seguida, fornecem as informações aos demais repórteres; nesse sentido, é preciso haver cuidado para não deturpar as informações, no momento da edição de uma entrevista escrita, por exemplo, ou oral retextualizada.

No que se refere ao conteúdo, as entrevistas podem ser informativas, opinativas e ilustrativas ou biográficas. As **entrevistas informativas** permitem obter o relato de um fato, a partir da conversação com alguém responsável por uma nova ideia, testemunha de um evento ou participante de uma dada situação. O jornalista tem por objetivo conseguir elementos para sua matéria, havendo casos em que o

nome do entrevistado não aparece, pois o próprio informante pede sigilo, por temer represálias, ameaças, abertura de sindicância ou de inquérito.

As **opinativas** são entrevistas realizadas com pessoas que têm autoridade para tratar a respeito de assuntos em que se especializaram. Dessa maneira, o tópico é explorado junto a pessoas que possuem conhecimento relacionado à proposta da matéria jornalística. As **entrevistas biográficas ou de personalidade** mostram os hábitos de uma pessoa e seus anseios, ouvindo-a e falando com seus parentes, amigos e vizinhos, caso necessário. Difere-se da biografia, por não consultar livros, recortes e pastas do arquivo, os quais falem sobre o entrevistado; além disso, esse tipo de entrevista interessa ao leitor, sempre que se dirige a alguém que se destacou por algum motivo.

Há, também, as **mesas-redondas**, enquadradas em várias das classificações – entrevistas caracterizadas, individuais ou em grupo, coletivas, informativas e opinativas; para sua realização, diretores, repórteres ou outros jornalistas da instituição convidam uma ou várias pessoas (técnicos, políticos, especialistas, representantes de instituições e de órgãos públicos ou privados, entre outros) a comparecer(em) à Redação do jornal, com a finalidade de tais jornalistas fazerem perguntas, devidamente gravadas e transcritas, para posterior publicação, após a matéria ser aprovada pelos entrevistados (ERBOLATO, [1984] 2008).

As mesas-redondas constituem espaços de discussão coletiva por meio da qual os interactantes expõem diferentes ideias entre si. Normalmente, um apresentador (jornalista) medeia o evento e impõe regras previamente aceitas pelos participantes, por meio da delimitação do tempo de fala de cada um, da organização das perguntas e da sequência das respostas (BARBOSA FILHO, 2009).

Barbosa Filho (2009) sugere que as apresentações das mesas-redondas sejam ao vivo ou tenham essa aparência, ainda que as gravem antes de irem ao ar. Isso acontece porque os cortes que afetam a fala dos entrevistados podem artificializar a discussão e suscitar perda de credibilidade do veículo junto ao público. A mesa-redonda compõe-se por especialistas que intentam esclarecer fatos ou elucidar questões sobre temas variados, de acordo com sua autonomia e especialidade para tal; esses especialistas entrevistados podem apresentar pontos de vista complementares ou contrapostos, desde que haja cooperação e negociação de ideias.

Os pontos teóricos abordados por Erbolato ([1984] 2008) e Barbosa Filho (2009) tornam possível inferir que os autores enquadram a mesa-redonda como um tipo de entrevista, no qual se inserem vários outros tipos. Apesar de esta tese concordar com os conceitos que sinalizam os objetivos de uma mesa-redonda no radiojornalismo, segundo esses autores, não se defende a mesa-redonda como um tipo de entrevista, mas como um tipo de programa radiofônico que se constitui de entrevistas e também está presente no telejornalismo.

Ferraretto (2014) também considera a mesa-redonda como um tipo tradicional de programa radiofônico que busca aprofundar temas da atualidade, interpretando-o, por intermédio da opinião de convidados ou participantes (fixos ou não). O autor apresenta dois tipos de mesa-redonda: **painel**, a partir do qual cada integrante da mesa expõe opiniões que se complementam, com o propósito de fornecer um quadro completo acerca da temática em foco, ainda que exista divergência de posicionamentos; **debate**, que tem por finalidade estabelecer um diálogo entre pessoas com pontos de vista diferentes, confrontando tais opiniões.

Em sua obra *Estrutura da informação radiofônica*, Prado (1989) também apresenta uma tipologia da entrevista radiojornalística, dividindo-a em: direta, diferida, de caráter e noticiosa, sendo esta última dividida em três tipos – de informação estrita, de informação em profundidade e de declarações ou falsa entrevista. Para o autor, um primeiro nível de diferenciação nas entrevistas de rádio pode ser estabelecido de acordo com uma emissão direta ou diferida.

Executa-se e transmite-se a **entrevista direta** (ao vivo) instantaneamente ao público-espectador, denotando que a preparação anterior à transmissão, o controle do ritmo interno, das frequências expressivas e do tempo são importantes elementos para que o entrevistador realize um bom trabalho, pois não há possibilidade de retificação, posteriormente. A **entrevista diferida** possibilita, antes de ser levada ao público, a edição de fatos, controle da duração do evento, encurtamento das respostas, supressão de trechos, correção de erros, alteração da ordem das perguntas e respostas, baseando-se num desenvolvimento lógico (PRADO, 1989).

Na entrevista, o entrevistado desempenha um papel central, pois a interação deve convergir para o tópico a ser desenvolvido em seus turnos, a partir da discussão que reforça o seu lugar de especialista. Ainda que as entrevistas comportem-se de maneiras distintas, em razão dos parâmetros do contexto e da produção do discurso

(DIJK, 2017a) e das categorias crítico-conversacionais que nelas aparecem, grande parte das respostas de uma entrevista tem duas fases diferentes, conforme Prado (1989), a fase expositiva e a redundante³³, havendo ainda a fase opinativa/argumentativa; a primeira permite que o entrevistado ofereça, espontaneamente, todos os dados que respondem a cada pergunta, o que nem sempre acontece de modo aleatório ou desordenado.

A segunda fase (de síntese) propõe a mesma informação, contudo, literariamente, mais elaborada e detalhada – esse é um aspecto conceitual bastante emblemático e complexo, visto que, por mais que o controle do diálogo e as habilidades técnicas sejam de responsabilidade do entrevistador, a concatenação das ideias, a profundidade das informações expostas pelo entrevistado, o nível de formação e de conhecimento geralmente não estão sob o domínio do jornalista, embora haja intenções e critérios para convidar um especialista ou uma autoridade no assunto, em detrimento de outros. A terceira fase é a argumentativa, em que, mesmo os sujeitos interactantes não propondo uma nova tese ou solução para o problema exposto, eles não só expõem os fatos, mas argumentam a favor destes ou contra eles e/ou justificam os porquês de tais acontecimentos.

Caso a entrevista não seja ao vivo, pode-se eliminar uma das duas partes da resposta, na montagem, sem diminuir a quantidade de dados oferecidos ao público e sem deixar de proporcionar clareza e agilidade à entrevista, uma vez que um melhor aproveitamento do tempo é continuamente vantajoso ao rádio. Ademais, a montagem também viabiliza modificar as perguntas que ficaram confusas ou tornaram sinuoso e embaraçado o fluxo comunicativo da entrevista.

Se, por um lado, a montagem da entrevista possibilita ganhar tempo, em virtude dos cortes de trechos, por outro, ela (a montagem) requer tempo para efetuá-la perfeitamente, e a rapidez rege o tempo e caracteriza a ação informativa no rádio; isso significa dizer que reduzir a montagem nos informativos diários, sobretudo nas entrevistas e nas formas que requerem maior tempo de elaboração, também otimiza o tempo despendido para consolidar a programação no rádio, e é fundamental o esforço despendido para que as entrevistas gravadas sejam emitidas sem retoque algum. Nesse sentido, é preciso considerar ainda que manipular o material sonoro é

³³ Para se referir a uma fase da entrevista, o termo *redundante* não é utilizado pelo autor num tom depreciativo, mas sim no sentido resumitivo, de síntese dos principais dados ou das informações mais importantes que compuseram tal entrevista.

mais complexo que manusear o material escrito, pois, na imprensa, reelabora-se totalmente a entrevista, sendo suficiente respeitar a ideia expressa, porém, no rádio, a edição pode ser parcial, a fim de respeitar as unidades expressivas formuladas pelo entrevistado e não deturpar sua fala (PRADO, 1989).

Um segundo nível de diferenciação permite dividir as entrevistas em dois tipos: a entrevista de caráter e a noticiosa. A **entrevista de caráter** centra-se na personalidade do entrevistado, suas respostas importam mais, pois são dadas por ele, ou seja, a figura do entrevistado é mais valorosa que as informações emitidas por ele. Nessas respostas, além da informação aparente, encontra-se a chave para conhecer sua personalidade, visto que, a partir de sua espontaneidade e fidelidade expressiva, atingem os espectadores, de forma mais ou menos profunda (PRADO, 1989).

Segundo Prado (1989), há duas considerações pertinentes que podem contribuir para o sucesso da entrevista de caráter: primeiro, sugere-se a criação de um ambiente comunicativo que ultrapasse a timidez do entrevistado, fazendo a expressividade espontânea fluir, sendo a chave para o conhecimento real daquele que é figura central nesse tipo de entrevista. Segundo, não se recomenda a montagem para a entrevista de caráter, pois qualquer manipulação técnica pode afetar a fidelidade expressiva, e perdem-se dados para o conhecimento real da personalidade do entrevistado; caso se recorra à montagem, convém que essas manipulações afetem o mínimo possível a expressividade.

As entrevistas de caráter instituem-se pela comunicação unidirecional descritiva, por meio da qual se leva ao público-espectador características expressivas, fônicas e não fônicas do entrevistado, como as reações a uma pergunta, a expressão facial, os movimentos corporais, entre outros, são elementos que, em ocasiões específicas, podem transportar mais informação que a própria resposta verbal; contudo, em se tratando do rádio, isso geralmente não se aplica, por não haver a captação da imagem. Nesta tese, elementos contextuais e conversacionais (pausas, hesitações, truncamentos, sobreposições e outros) e outras categorias crítico-conversacionais (turno, tópico, pares adjacentes e marcadores discursivos de poder) são expressos pela voz, a partir da oralidade, no processo interacional entre entrevistador-entrevistado.

A realização da entrevista de caráter requer um profundo conhecimento da pessoa a ser entrevistada, o que pode ser obtido junto ao próprio entrevistado ou por

intermédio de outras fontes, não obstante é fundamental cumprir esse requisito, previamente. Além do mais, falar diretamente com o entrevistado, antes de entrar no ar, permite observar os ciclos expressivos de sua conversação, bem como seu ritmo; isso possibilita ao entrevistador realizar projeções para conduzir a entrevista, dando, por exemplo, agilidade à entrevista, interrompendo-a, se necessário, num ponto lógico do discurso, e contribuindo para a fluidez e a espontaneidade numa interação sem pontos de tensão (PRADO, 1989).

A entrevista de caráter apresenta um diálogo com tom mais relaxado, leve – o que justifica o cuidado com o ritmo e o gerenciamento das situações no ambiente (tensão variável para não tornar desagradável a ocasião) – e tem início com uma breve apresentação do entrevistado, destacando seus aspectos mais atrativos para o ouvinte, com o intuito de despertar seu interesse e captar sua atenção. Partindo disso, as perguntas sucedem-se numa sequência lógica, e as respostas precisam retratar o entrevistado.

Durante o percurso da entrevista, deve-se repetir assiduamente o nome dele, com vistas a identificá-lo e apresentá-lo às pessoas que vão se incorporando à emissão; ao final, o nome do referido entrevistado se repetirá, podendo o entrevistador focalizar na síntese dos principais aspectos da personalidade da pessoa entrevistada ou na ênfase ao aspecto mais significativo captado ao longo da entrevista (PRADO, 1989).

A **entrevista noticiosa** centra-se na informação, e, por isso, é a informação que importa mais do que o próprio entrevistado. Esse tipo de entrevista divide-se em: entrevista de informação estrita, entrevista de informação em profundidade e as declarações ou “falsa entrevista”. A **entrevista de informação estrita** veicula uma informação por meio do seu protagonista ou de uma fonte presente; é utilizada recorrentemente, caracterizando-se por sua brevidade.

O ato célere de emitir a informação adapta-se aos principais serviços de notícias, dando agilidade e exatidão ao espaço. Recomenda-se abrir a entrevista de informação estrita com uma introdução rápida e sem construções confusas, na qual se apresentem, de maneira atraente, o fato e o entrevistado; isso é responsabilidade do entrevistador, que precisa construir perguntas exatas, para obter com êxito respostas claras, curtas e precisas, ordenando os dados fornecidos numa progressão lógica (PRADO, 1989).

Esse tipo de entrevista pode ser delineado com ou sem encerramento, concluindo-a apenas com a última resposta; caso se faça um encerramento, espera-se que seja breve e apresente a fase redundante, destacando o dado ou os dados mais importantes. Ademais, nessa entrevista, o ritmo é um elemento fundamental, pois precisa dispor de rapidez e ser adaptável ao estilo do programa.

Para realizar a entrevista com todos esses parâmetros, recomenda-se um diálogo prévio com o entrevistado, colocando diante dele algumas perguntas sobre o tema a tratar, o que pode contribuir para que ele ordene as ideias e explique os dados em suas respostas. Finalmente, o entrevistador requer do entrevistado uma síntese com as principais informações das perguntas traçadas na conversa anterior à entrevista propriamente dita, num intervalo de tempo preestabelecido, e que serão formuladas e levadas ao ar; assim, o entrevistado pode aproveitar a fase redundante de suas respostas anteriores, para cumprir o tempo delimitado (PRADO, 1989).

A **entrevista de informação em profundidade** fornece ao espectador, além da informação estrita, os dados adicionais que auxiliarão no entendimento do fato, na compreensão de suas causas e seus efeitos e na atribuição de um valor pessoal ao fato apontado. Essas entrevistas duram mais tempo que as de informação estrita, possuem um ritmo mais pausado, todavia, não menos ágil, e têm a função de responder a um dos cinco *w*³⁴ do jornalismo.

A introdução breve desse tipo de entrevista, igualmente às demais, abrange dados fundamentais do tema noticioso e a justificativa da presença do entrevistado – o que pode ocorrer quando o entrevistador utiliza relacionemas verticais (formas de tratamento, formas nominais ou expressões referenciais que indicam o cargo ou a função ocupada pelo entrevistado em alguma instituição) que traduzem o *status* social de autoridade, de especialista no assunto ou a pessoa mais indicada para a exposição tópica desejada.

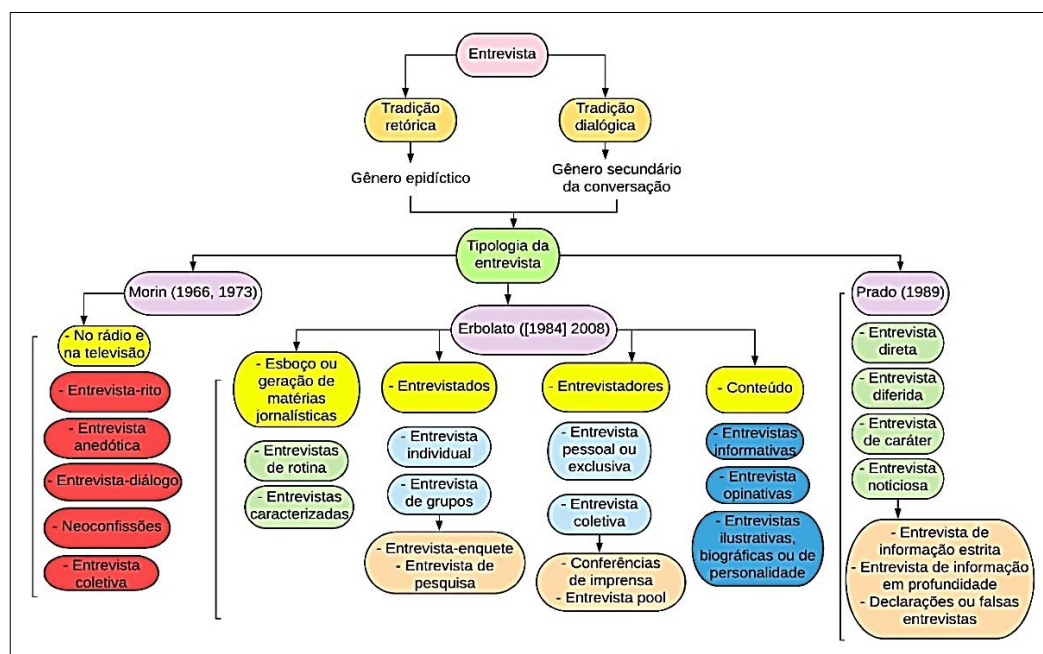
Nesse sentido, as perguntas do entrevistador induzem respostas que conduzem a dados explicativos do fato sobre o qual se informa; isso exige que o jornalista exponha alguma tese e peça uma posição do entrevistado, com o objetivo de evidenciar, de modo concreto e explícito, tal posição da pessoa entrevistada ante o fato e contribuir para a interpretação do acontecimento. Para obter dados do

³⁴ *The five Ws of data journalism* correspondem às cinco perguntas básicas do jornalismo e devem ser respondidas no desenvolvimento da informação jornalística: quem (*who*), o quê (*what*), quando (*when*), onde (*where*) e por quê (*why*), podendo haver uma sexta pergunta, como (*how*).

entrevistado, os quais justifiquem o porquê dos acontecimentos, é imprescindível que o entrevistador conheça o tema a fundo, na entrevista de informação em profundidade. Seu encerramento inclui o nome do entrevistado e a resposta ao porquê dos referidos acontecimentos (PRADO, 1989).

As **declarações** ou “**falsa entrevista**” são inclusas nos informativos do radiojornal, por exemplo, para levar ao público a opinião dos representantes das instituições, em forma noticiosa, e contêm somente um dos quatro fluxos de comunicação apresentados na entrevista de rádio, especificamente, a comunicação unidirecional direta (a do entrevistado). Realizam-se na forma de entrevista, com o intuito de sanar dúvidas do ouvinte, trazendo esclarecimentos necessários que preencham lacunas; no entanto, o jornalista desempenha apenas a função de separador do discurso em subunidades mais breves, portanto, de agilizador, o que faz o *ladillo* na imprensa (PRADO, 1989). Os tipos de entrevista elencados por Morin (1966, 1973), Erbolato ([1984] 2008) e Prado (1989) podem ser mais bem visualizados na figura 5 a seguir.

Figura 5 – Tipologia da entrevista



Fonte: Melo Junior (2021)

4.2 Tipologia da entrevista segundo Chantler e Harris (1998), Balsebre (1998), McLeish (2001) e Chantler e Stewart (2006)

Chantler e Harris (1998), assim como Chantler e Stewart (2006), afirmam que o propósito de uma entrevista é produzir áudios – ao vivo ou gravados –, para ilustrar uma matéria jornalística e/ou esclarecer fatos ou assuntos, de ordem pública; sendo gravada ou ao vivo, o tempo de produção da entrevista varia entre 15 segundos e muitos ou alguns minutos, podendo ser usada em boletins³⁵, noticiários, programas jornalísticos ou documentários³⁶. Ademais, os princípios que regem uma boa entrevista são os mesmos, ainda que haja especificidades, devido ao tipo de entrevista, seu uso diversificado e sua finalidade; em alguns casos, o entrevistado guia-se por um *brief*³⁷ disponibilizado pelo jornalista.

Os autores pontuam ainda que uma entrevista tem por finalidade obter a opinião de um especialista, funcionário público ou uma testemunha ocular que comente ou esclareça algum acontecimento, algo que não é função do entrevistador, embora o *corpus* desta tese demonstre a presença de comentários e opiniões do jornalista, em seus turnos. Chantler e Harris (1998), bem como Chantler e Stewart (2006) apresentam a seguinte tipologia de entrevistas: interpretativa, emotiva ou emocional, ao vivo, *vox pop* (*vox populi*) ou o povo fala, coletiva e estúdios abertos ou externos.

A **entrevista interpretativa** incita o entrevistado a interpretar fatos que são de conhecimento do público; assim, questiona-se o especialista sobre os possíveis efeitos de um acontecimento ou problema, baseando-se no conhecimento que ele tem de situações análogas. O entrevistador pode elaborar questionamentos usando “o

³⁵ Os boletins classificam-se como um gênero jornalístico e são pequenos programas informativos que duram cinco minutos, no máximo, distribuem-se ao longo da programação e constituem-se de notas, notícias, pequenas entrevistas e reportagens (BARBOSA FILHO, 2009).

³⁶ O documentário jornalístico integra análise pormenorizada acerca de um tema específico e objetiva aprofundar um dado assunto, delineado com a participação de um repórter condutor, combinando pesquisa documental, medição dos fatos *in loco*, comentários de especialistas e de envolvidos no acontecimento. Além disso, investiga um fato ou um conjunto de fatos, congruentes e atuais, de conotação não artística, e realiza-se por intermédio de montagem – edição final do material produzido em áudio –, com matérias previamente gravadas ou com a junção desse material às cabeças – introdução aos temas focados – e a algumas matérias temporais ao vivo (BARBOSA FILHO, 2009).

³⁷ O *brief* é uma síntese de informações a serem publicadas na imprensa ou um resumo de conversa, com jornalistas ou especialistas em determinada questão ou sobre os assuntos do dia. Refere-se também às instruções que a chefia transmite aos jornalistas incumbidos de algum trabalho. Em agências de publicidade, o *brief* exprime as diretrizes ou informações de um cliente à agência de propaganda. O *briefing* é o ato de divulgar ou comunicar tal resumo ou as informações apontadas, numa reunião.

quê?”, lidando com uma situação real, e convida-se o entrevistado a prever efeitos possíveis ao fato e a esboçar probabilidades.

A **entrevista emotiva** permite que bons jornalistas cubram diferentes formas de manifestação e experiência emocional das pessoas entrevistadas, tanto o lado opaco quanto o lado colorido da condição humana, havendo os acontecimentos que geram bons e maus sentimentos nos entrevistados. Em certas situações, os jornalistas mencionados são expostos a críticas por entrevistarem pessoas emocionalmente vulneráveis e com problemas; entretanto, não se obriga o entrevistado a falar, não podendo o jornalista exceder os limites de sua atividade, por questões éticas, mesmo que externar os sentimentos possa contribuir ao conforto emocional ou reduza o choque.

A **entrevista ao vivo** exige do entrevistador certa habilidade, devido ao tempo disponível para entrevistar e ao próprio acontecimento (um escândalo ou uma catástrofe, por exemplo). O jornalista tem de estar a postos e entrevistar ao vivo para o próximo boletim, sobretudo quando se tem apenas um minuto dentro de um boletim, radiojornal ou outro gênero radiofônico/televisivo. Por isso, é imprescindível concentrar-se na informação, ser ágil na condução da entrevista, fazer perguntas básicas e concisas, além de interromper o entrevistado, se necessário, com vistas a não utilizar todo o tempo disponível para responder a uma pergunta, somente.

A **entrevista *vox pop*, *vox populi* ou o povo fala**, cujo nome configura uma expressão latina que se traduz como a voz do povo, expressa a opinião pública quanto a assuntos de interesse universal, sobre saúde, educação, política, economia, meio ambiente e outros. Esse tipo de entrevista constitui-se de breves declarações de pessoas escolhidas nas ruas, aleatoriamente; editam-se as referidas declarações, de maneira clara, seguidas dos comentários acerca do assunto.

Na entrevista *vox populi*, recomenda-se a variação do público-alvo entre jovens, adultos e idosos, de quaisquer gêneros, esclarecendo-lhes que dada pergunta associa-se a certa declaração, sem a necessidade de perguntar o nome da pessoa entrevistada ou de citar o nome do repórter; no texto de abertura da matéria, a pergunta deve manter-se clara. Ao produzir a matéria em campo, estando na rua, o entrevistador deve restringir-se a apenas uma pergunta e não se estender em uma longa entrevista com somente uma pessoa.

Além disso, caso, nas entrevistas, fique clara a opinião da maioria dos entrevistados acerca de um assunto controverso, grande parte dos recortes de entrevista selecionados deve expressar a opinião dessa maioria, manifestando a tendência que prevalece, ou seja, “[...] sua *vox populi* deve ser o eco dessa maioria” (CHANTLER; STEWART, 2006, p. 121, itálicos dos autores). A entrevista pode ser finalizada com uma declaração ou fala de tom bem-humorado, se o assunto permitir.

Como as pessoas, em geral, não gostam de ser abordadas repentinamente por um repórter de rádio, é fundamental manter o sorriso, ser muito cordial, sempre, permanecer com o gravador ligado, mas não se deve insistir com pessoas que não desejam ser entrevistadas, para não causar transtornos e comprometer a reputação da rádio. Sugere-se também preparar um ambiente que seja propício à realização da entrevista, observando contextos que dialoguem com o assunto tratado, sem, no entanto, invadir a privacidade das pessoas; por isso, indica-se abordar pessoas que estejam paradas, sozinhas ou em grupo, pedindo sua atenção por um instante, envolvendo-as num diálogo amigável e enfatizando a prestação de um serviço ao público-ouvinte (CHANTLER; HARRIS, 1998; CHANTLER; STEWART, 2006).

A **entrevista coletiva** ocorre em salas de conferência, num saguão, numa sala própria a esse fim, em calçadas – quando personalidades saem de uma reunião – ou até mesmo numa igreja. Mesmo diante de vários outros jornalistas de TV e da *web*, os jornalistas de rádio têm o mesmo direito que outros repórteres a fazer uma ou mais perguntas, podendo aproveitar a pergunta de outro entrevistador, para obter a notícia e transmitir em sua rádio.

Por mais que as entrevistas coletivas sejam bem organizadas, existindo a necessidade de solicitar recursos, com vistas a realizar seu trabalho, o entrevistador deve fazê-lo, posto que os organizadores podem não estar inteirados sobre as necessidades do rádio e supor que fazer as perguntas é suficiente aos jornalistas; isso pode satisfazer os profissionais de jornais e revistas. Nessas circunstâncias ou quando não suporte para receber todos os repórteres do jornalismo impresso, radiofônico e televisivo, organiza-se um *pool*³⁸ de entrevistadores, que fazem uma ou duas perguntas, gravam tudo e, em seguida, compartilham ou associam as entrevistas gravadas.

³⁸ Seleciona-se um grupo de jornalistas, para ter acesso ao local da entrevista, o qual repassará as informações aos demais repórteres que não participaram da entrevista coletiva.

A **entrevista estúdios externos** comumente acontece nas rádios locais, que possuem estúdios improvisados – também chamados de remotos ou abertos – e conectados a uma estação central de rádio ou televisão por uma linha telefônica, via cabo ou por ISDN (*Integrated Services Digital Network* – Rede Digital de Serviços Integrados), para garantir a boa qualidade na transmissão, de modo específico, da reprodução do áudio. Os estúdios abertos situam-se, frequentemente, nos centros cívicos ou em outros edifícios públicos distantes da sede da emissora, na cidade.

Em determinadas entrevistas dessa modalidade, a emissora de rádio pede ao entrevistado para comparecer ao estúdio, com o intuito de orientá-lo a operar os equipamentos, havendo sempre um microfone, um telefone e um aparelho de mixagem (amplificador) mais simples. As instruções devem ser claras e inteligíveis, no que diz respeito à maneira de utilização dos aparelhos e ao número telefônico a ser chamado a fim de o entrevistado contatar a redação.

Normalmente, fazem-se as perguntas via telefone, transmitindo a voz do entrevistado à emissora central por meio de uma linha de boa qualidade. Caso se façam as perguntas pelo microfone na estação de rádio, ainda que entrevistador e entrevistado estejam a quilômetros de distância, o resultado da entrevista será otimizado, pois o microfone melhorará a qualidade do áudio (CHANTLER; HARRIS, 1998; CHANTLER; STEWART, 2006).

Chantler e Harris (1998) trazem ainda a **entrevista informal**, que revela fatos ou informações mediante o uso de perguntas (o quê, onde, quem, como, por quê e quando), cujas respostas do entrevistado não se limitem a respostas óbvias ou limitadas, do tipo “sim” ou “não”. As perguntas que usam essas palavras são comumente usadas no rádio e chamam-se perguntas abertas, que, por sua vez, também devem ser curtas, diretas e fornecer novas informações. Essa nomenclatura caracteriza outras entrevistas que utilizam esse formato, mesmo que recebam outra classificação e sejam observadas sob outra ótica.

Chantler e Stewart (2006) acrescentam os seguintes tipos de entrevista à sua discussão: entrevistas dirigidas, entrevistas com outros repórteres, crianças, criminosos, testemunhas, vítimas ou seus parentes e políticos. Nas **entrevistas dirigidas**, o entrevistador tem de instruir, algumas vezes, o entrevistado para obter informações suficientes e precisas, sobretudo se este demonstrar nervosismo ou não tiver experiência em falar no rádio. As orientações dadas pelo jornalista são

importantes, pois o entrevistado pode responder às perguntas com uma só palavra; nesse sentido, cabe ao entrevistador a elaboração de perguntas abertas.

As **entrevistas com outros repórteres**, conforme a nomenclatura assinala, ocorrem quando emissoras locais podem ter acesso a correspondentes especialistas em Saúde, Meio Ambiente e outros assuntos, de emissoras regionais. Recomenda-se, nesse tocante, entrevistar um *expert*, que domine a temática, fazendo perguntas que não sejam capciosas, mas que ele poderá responder. Esses correspondentes podem, baseados em sua experiência e em seu conhecimento, opinar a respeito de uma situação dada, sem colocar em risco a imparcialidade (CHANTLER; STEWART, 2006).

As **entrevistas com crianças** demandam a permissão dos pais ou responsáveis e, se for algum aluno, do diretor do estabelecimento de ensino, para proceder à sua realização. O entrevistador deve ser cuidadoso quanto às técnicas de entrevista, a fim de não induzir, de maneira equivocada, a criança a falar o que ele quer saber; além disso, é preciso tomar cuidado com crianças pequenas que misturam o real com o imaginário e com crianças mais velhas que podem mentir, propositadamente. Quando esse tipo de entrevista tratar sobre questões delicadas – crimes, problemas familiares, drogas e assuntos similares – devem incluir uma terceira parte, cujo representante esteja presente durante a entrevista (CHANTLER; STEWART, 2006).

Entrevistas com criminosos exigem cuidados, caso o entrevistador deseje prosseguir com gravação e o entrevistado aceite responder às perguntas, posto que a transmissão de uma entrevista de alguém procurado pela polícia ou foragido do país pode atrapalhar o inquérito. Esse tipo de entrevista é raro, difícil de ser concedido, porém, quando ocorre, é necessário que autoridades permitam entrevistas com prisioneiros ou criminosos. Caso a entrevista aconteça, a publicação do conteúdo da conversa e o impacto que a reportagem causará às pessoas afetadas pelo crime devem ser levados em consideração pelo entrevistador.

Entrevistas com testemunhas requerem do entrevistador cautela para não influenciar a decisão do corpo de jurados, caso gravações sejam feitas antes de um julgamento, pois isso é incompatível com o código de ética do jornalismo. Questionamentos podem interferir no raciocínio ou na memória da testemunha, daí ser recomendável publicitar a matéria após essa testemunha aparecer no julgamento,

sugere-se guardar uma cópia de todo o material não editado, por medida de segurança, e evitar perguntas à testemunha acerca da decisão do júri (CHANTLER; STEWART, 2006).

Nas **entrevistas com vítimas ou seus parentes**, quando a vítima de algum acontecimento recusar-se a dar entrevistas, é possível abordar pessoas próximas, como vizinhos, parentes ou amigos. Se a própria vítima quiser falar sobre o assunto, orienta-se explicitar isso na matéria, de modo que os espectadores compreendam tal ato (CHANTLER; STEWART, 2006).

Nas **entrevistas com políticos**, geralmente, estes conhecem estratégias de manipulação da mídia, dominam técnicas para se desviarem das perguntas e, comumente, impõem condições para o seu aparecimento, a exemplo de saberem as perguntas que serão formuladas e gravar em transmissão ao vivo. Nesse sentido, o entrevistador pode assegurar uma transmissão orientada pelos princípios da emissora (ordens do discurso ou normas institucionalizadas) ou concordar com as imposições de tais personalidades políticas (CHANTLER; STEWART, 2006).

Consoante Balsebre (1998), no Jornalismo, a entrevista é uma ferramenta que visa à busca de informações, e, no rádio, apresenta como um valor agregado sua função comunicativa enquanto instrumento para a criação de um espaço comunicativo natural e espontâneo. Considerando esse caráter funcional da entrevista radiofônica, o distinto nível de estruturação dos gêneros radiojornalísticos e os objetivos pretendidos na interlocução entrevistador-entrevistado, Balsebre (1998) propõe a seguinte tipologia da entrevista no rádio: informativa, interpretativa, emotiva e de caráter.

O viés pedagógico e didático dessa tipologia reside na possibilidade de melhor definir o gênero entrevista radiofônica, estruturar as análises e as diferentes fases de concretização desse gênero e de sua aprendizagem ativa. Além do mais, essa e as demais tipologias apresentadas ao longo desta seção trazem importantes contribuições para analisar as distintas maneiras como a entrevista de rádio se comporta jornalística e comunicativamente, observando o que se estabelece como ordens do discurso e o que não se constitui.

A **entrevista informativa** tem por objetivo conhecer os detalhes concretos de um fato-notícia por intermédio das palavras do entrevistado, o que requer desse tipo de entrevista radiofônica maior austeridade narrativa e expressiva, assim como a

realização de perguntas básicas ao Jornalismo (O quê? Quem? Quando? Onde? Por quê?) já referenciadas. A entrevista informativa deve ser utilizada para mostrar a verdade dos fatos e, geralmente, subordina o entrevistado aos fatos, já que o mais importante não é saber quem ele é, mas conhecer um fato que aconteceu ou está acontecendo, ao vivo, nos mesmos instantes em que se produz a interação entrevistador-entrevistado.

Por um lado, espera-se que a entrevista informativa seja breve e simples, pois o objetivo central é a obtenção de informações, embora ela possa coexistir com uma entrevista interpretativa sempre que o entrevistador julgar necessário conhecer a opinião do entrevistado sobre determinada questão, além de obter a informação; alcançado tal objetivo, o entrevistador pode encerrar a entrevista. Por outro lado, a simplicidade e a brevidade em sua realização exigem do entrevistador um trabalho rigoroso que envolve a escolha do entrevistado e a formulação de perguntas precisas, breves e concretas.

Na entrevista informativa, o jornalista deve conter-se e restringir seu desejo de falar, deve evitar introduções às perguntas e contextualizações, a menos que a notícia precise de uma contextualização informativa, o que, nesse caso, deve ser feito na entrada da notícia que leva à entrevista ou no fechamento da notícia que precede a entrevista. O rigor jornalístico requer um trabalho eficiente na documentação prévia para a entrevista informativa, a fim de facilitar a identificação do entrevistado mais adequado para responder às perguntas. O formato breve e simples desse tipo de entrevista limita a criação de um espaço comunicativo em que o entrevistador faça uso de estratégias de apresentação dos tópicos, com longas introduções e expressões retóricas (BALSEBRE, 1998).

Além disso, o entrevistador tem de ser preciso em sua fala e evitar o uso de protocolos comunicativos de apresentação e despedida muito extensos, pois a informação é mais importante do que o clima comunicativo (BALSEBRE, 1998). No entanto, estender essas convenções na entrevista informativa pode ser uma estratégia de aproximar o entrevistado e obter as informações necessárias, significando dizer que a austeridade linguística e a brevidade narrativa podem não ser rigorosamente aplicadas, a exemplo do que ocorre durante certos momentos interacionais das entrevistas analisadas nesta tese. Ademais, a identificação do

melhor entrevistado pode ser tendenciosa e intencional, no sentido de conseguir respostas que favoreçam a imagem de uma instituição ou (membro de) grupo social.

O discurso enviesado ou tendencioso, marcado por intenções que beneficiam essa instituição ou esse (membro de) grupo social dominante em detrimento dos grupos minoritários, precisa ser analisado nas entrevistas informativas e em outras tipologias observando a natureza contextual dos acontecimentos e das informações no jornalismo radiofônico e noutros. Esse olhar é necessário e relevante, porque permite à sociedade lutar por aquilo a que tem direito por lei, fazer as avaliações cruciais e atribuir responsabilidades a quem lhe são cabidas, para atender aos anseios das minorias, comumente os grupos dominados.

Isso oportuniza refletir sobre dois pontos imprescindíveis no jornalismo radiofônico – a entrevista informativa como um instrumento prévio na produção das notícias com citações e a entrevista como elemento substitutivo da notícia –, quer como uma estratégia de se eximir do discurso do outro e dos deveres imputados a alguma autoridade ou instituição, quer como uma tática de utilização de citações no discurso para atingir os próprios interesses e beneficiar a própria imagem ou a de outrem. O primeiro ponto apresenta um relato que se constitui da articulação de segmentos de declarações de uma ou várias personalidades da época atual, por meio de introduções e contextualizações narradas pelo entrevistador, estratégia utilizada por este para criar a ilusão de um diálogo jornalista-fala (citação) da personalidade e gerar resultados expressivos e narrativos (BALSEBRE, 1998).

Tal recurso de citação tem sido utilizado em vários formatos jornalísticos, desde a notícia, a reportagem até a entrevista, a partir da qual um convidado fala ao público, não obstante vale ater-se aos fragmentos das respostas dos entrevistados para que a transformação em citações não comprometa a intencionalidade discursiva. O uso da citação, no discurso jornalístico, pode não só reforçar a credibilidade do processo informativo, mas também pode resguardar a emissora jornalística de declarações feitas por alguém citado em algum tópico em pauta (BALSEBRE, 1998).

No que se refere à entrevista, quando o próprio sujeito não pode participar de uma conversa, e ele mesmo não fornece as informações pretendidas, outra pessoa que conhece o contexto ou participa da realidade pode conceder a entrevista, desde que sejam feitas perguntas pertinentes ao tópico em função da identidade do entrevistado e de seu vínculo com o acontecimento em foco. O segundo ponto inclui

o fato de a entrevista informativa ser usada, de maneira complementar, para transmitir aos espectadores determinada informação a respeito de um acontecimento, o que significa que essa tipologia não pode servir como recurso substitutivo da notícia e não deve substituir exclusivamente o relato informativo do jornalista na construção da notícia.

O jornalista deve recorrer a distintas fontes de informação e proceder à verificação e ao contraste com a informação obtida, quando construir uma notícia. Tais rotinas produtivas, na produção do material jornalístico, podem ser abreviadas de modo perigoso caso o processo de obtenção dos fatos reduza-se a uma entrevista informativa com algum entrevistado que se vincule ao tópico que se quer discutir. Os fatos relatados numa sequência de perguntas e respostas breves, numa entrevista informativa, não podem substituir outros procedimentos com que o jornalista opera na construção da notícia.

O entrevistador, guiado por mecanismos éticos e estruturais na produção da entrevista radiojornalística, deve considerar a mentira ou a omissão como um instrumento que o entrevistado tem à sua disposição para não responder a perguntas que não lhe cabem, que corrijam determinada estratégia política ou que tornem pública determinada decisão ou mudança em sua vida que (ainda) não convém saber. A mentira ou a omissão é um fator emblemático no processo produtivo da notícia, cabendo ao jornalista controlar isso, ele pode falhar quando a necessidade de informar sobre as causas de um determinado desligamento em um cargo político ou institucional acontecer exclusivamente por intermédio de uma entrevista, porque o entrevistado pode reconfigurar os acontecimentos ou omitir informações (BALSEBRE, 1998).

Consoante Balsebre (1998), a entrevista não deve ser o único meio de acesso à realidade dos acontecimentos, pois a veracidade dos fatos precisa ser testada; investigar, checar e comparar relatos a outras versões e perspectivas é fundamental no rádio e demais suportes. Se o programa não comporta outros formatos jornalísticos, o entrevistador deve buscar diversas fontes e contrastar fontes de informação institucionais e fontes de informação civis. Sempre que não seja possível o processo de documentação, consulta e contraste entre outras fontes de informação, o autor sugere realizar uma entrevista de caráter ou interpretativa, em que se repassem aspectos da biografia do entrevistado, trajetória política, ou em que lhe

peçam opinião acerca de aspectos da atualidade, sem o entrevistador – que representa uma instituição – estabelecer um comportamento sectário ou tomar as informações como a verdade absoluta.

A **entrevista interpretativa** intenta conhecer a opinião do entrevistado a respeito de determinado fato-notícia, ponto de vista que deve fundamentar-se em uma informação fornecida pelo próprio entrevistador. Geralmente, uma introdução precede as perguntas das entrevistas interpretativas; nela, o entrevistador fixa a informação que fundamenta e justifica determinada opinião do entrevistado. A introdução propicia ao ouvinte e ao próprio entrevistado compreensão na formulação de dadas perguntas, devido à contextualização.

Omitir a introdução em perguntas de entrevistas interpretativas é justificável se houver uma pergunta complementar³⁹ que solicite ao entrevistado um novo comentário, com vistas a acrescentar mais argumentos a uma opinião anterior; caso, numa entrevista informativa ou interpretativa, a pergunta complementar solicite a opinião do entrevistado a respeito de informações dadas em resposta anterior; quando o entrevistador é ciente de que o contexto informativo sobre o qual se fundamenta sua pergunta e a solicitação da opinião do entrevistado é conhecido pelo público-espectador; quando uma notícia anteceder a entrevista interpretativa, com a finalidade de expor e contextualizar claramente as informações que embasam o pedido de opinião do entrevistado. À parte essas excepcionalidades, a informação contextual na introdução das perguntas deve ser suficiente para esclarecer a origem dos fatos, explicar ao espectador em que se fundamenta o pedido de opinião do entrevistado e contextualizar a pergunta do entrevistador.

Levando em conta perfil sociológico e cultural muito variado da audiência radiofônica e as limitações impostas no processamento das informações que os espectadores recebem, em entrevistas interpretativas, o entrevistador deve controlar ou moderar o apelo frequente por meio de expressões sintéticas de contextos muito particulares que talvez o ouvinte ignore ou confunda, posto que ele não pode parar ou alterar o fluxo ininterrupto de informações.

³⁹ A pergunta complementar é aquela não prevista no questionário escrito pelo entrevistador, feita para aprofundar ou tornar mais compreensível algo expresso pelo entrevistado em sua resposta anterior. Esse tipo de pergunta reforça o caráter naturalista que a entrevista de rádio possui, já que denota o frescor e a espontaneidade que um espectador atento valoriza. O espectador reconhece que o entrevistador está ouvindo seu entrevistado quando o jornalista intervém na resposta da pessoa entrevistada e formula questões complementares, evidenciando a eficácia do sistema interativo de comunicação radiofônica (BALSEBRE, 1998).

A entrevista interpretativa é um dos tipos de entrevista mais relevantes no jornalismo radiofônico, por a produção jornalística de notícias supervalorizar a notícia baseada em uma opinião em detrimento da notícia apoiada num fato. Essa supervalorização das opiniões sobre os fatos acontece paralelamente ao significado especial que tem, no radiojornalismo, o uso do critério de noticiabilidade chamado *notoriedade do assunto*, ao se pensar, por exemplo, que tal critério contribui para chamar a atenção do público-espectador, construir a imagem de um radiojornal⁴⁰ de conteúdo consistente e garantir audiência.

O critério de noticiabilidade mais utilizado pelos jornalistas com vistas a designar se um acontecimento é notícia ou não é a notoriedade do assunto: tudo o que determinada personalidade ou celebridade fazem, é notícia, qualquer ato ou declaração. É dessa maneira que o jornalismo fundamentado em declarações e a consequente supervalorização da entrevista interpretativa se instituem. O jornalista deve moderar o uso da entrevista interpretativa nesse contexto de *caça e captura* da resposta ou contrarresposta de uma personalidade às declarações feitas por alguém, entrevistado ou não, pois, aos poucos, sem se dar conta, institucionaliza-se como fatos e notícias – objetividade aparente – aquilo que nada mais é do que opiniões e comentários – âmbito da subjetividade (BALSEBRE, 1998).

Para Balsebre (1998), a **entrevista emotiva** no rádio centra-se na busca de uma reação emocional do entrevistado (vítima ou parente dela) acerca de um fato, dando ênfase à conotação afetiva de suas palavras, mais do que àquilo que ele diz. O uso desse tipo de entrevista justifica-se, quando, numa entrevista, o jornalista acha conveniente obter do(s) entrevistado(s), vinculado ao fato, uma reação emocional, após transmitir ao público-ouvinte a informação e os comentários a respeito de algo em evidência e buscar uma conotação afetiva para o acontecimento.

⁴⁰ Com base na classificação de gêneros jornalísticos de Marques de Melo (2003), Barbosa Filho (2009) propõe uma classificação dos gêneros radiofônicos, fundamentada na função específica que eles possuem, observando as particularidades da prática radiofônica diante do público-espectador. Tal classificação divide os gêneros radiofônicos em: gênero jornalístico, educativo-cultural, de entretenimento, publicitário, propagandístico, de serviço e especial. O radiojornal é um formato radiofônico que congrega a entrevista de rádio pública alagoana, outro formato radiofônico inserido na tipologia de *gênero jornalístico*. Conforme Barbosa Filho (2009, p. 89), o gênero jornalístico “é o instrumento de que dispõe o rádio para atualizar seu público por meio da divulgação, do acompanhamento e da análise dos fatos. Os seus relatos podem possuir características subjetivas do ponto de vista dos conteúdos e, portanto, acrescentar ao ato de informar opiniões particulares sobre os acontecimentos”. Como não há neutralidade nem objetividade no jornalismo, divulgar, acompanhar e analisar fatos, tanto quanto expor opiniões particulares sobre os acontecimentos, ocorre com vistas a atender aos interesses dos grupos de poder de instituições diversas.

Essa tipologia possui uma função complementar comparada à entrevista informativa ou à interpretativa, pois a interação entre os sujeitos, às vezes, evoca as emoções e os sentimentos do entrevistado, quando o entrevistador apresenta os fatos e pretende endossar sua descrição por meio das emoções do entrevistado. Tal prática envolve um aspecto frágil na entrevista emocional, no que se refere à objetividade jornalística como ritual estratégico na busca da verdade, pois o jornalismo audiovisual fundamenta-se, muitas vezes, no viés sensacionalista e produz uma sequência ininterrupta de entrevistas emotivas, que busca a declaração mais acertada para expressar certos sentimentos e estimular vicariamente, a partir das emoções dos outros, a participação do público-ouvinte

Nesse sentido, coloca-se em reflexão o princípio da objetividade no Jornalismo, uma vez que, possivelmente, a imparcialidade seja um aspecto que, *a priori*, inexistia em tal contexto, quer pela escolha dos fatos a serem publicitados, quer pelos discursos proferidos pelos jornalistas. Como exemplos, cita-se a culpa atribuída a trabalhadores, quando reivindicam direitos essenciais, como o recebimento de salários atrasados há meses, e a mídia utiliza discursos que culpabilizam esses sujeitos ou fazem a população se voltar contra a referida classe, por os referidos trabalhadores apelarem a manifestações enquanto um dos últimos recursos.

Há também o caso de a mídia publicizar como fato a informação sobre “o rapaz” que encontrava livros no lixão e se tornou médico, advogado, doutor, como se a responsabilidade pela promoção da qualidade social fosse de sujeitos como esse rapaz, os quais, constitucionalmente, têm direito à educação, moradia, alimentação etc., mas não têm/tiveram, de forma efetiva. Para tanto, a mídia utiliza uma série de recursos audiovisuais que evocam emoções e sentimentos vários do público, por meio de uma música de fundo, perguntas que, intencionalmente, levam a respostas com conteúdo emotivo, repetição de uma informação desconfortante, paralisação da imagem, em preto e branco, que manifesta expressão de tristeza pelo entrevistado; repetição excessiva de textos que anunciam uma matéria e trazem esse tipo de entrevista; entre inúmeros outros exemplos.

Considerando tais questões, Balsebre (1998) sugere o desenvolvimento de quatro estratégias, com o intuito de evitar a perda de qualidade da entrevista emocional: primazia da informação; brevidade; observação multiperspectivista; e respeito às convenções do gênero entrevista. Primeiramente, o jornalista deve

priorizar a informação, e a emoção vir em seguida, pois a entrevista emotiva não deve substituir outros formatos radiofônicos habituais, como a entrevista informativa, para obter determinadas informações, mas deve ser um complemento secundário dela. O grau de qualidade do profissionalismo jornalístico diminui se o jornalista prioriza obter a emoção nas palavras do entrevistado em detrimento da necessária contextualização informativa (BALSEBRE, 1998).

Em segundo lugar, o jornalista deve ser breve na entrevista emocional e não cair no sensacionalismo; fazer uma ou duas perguntas é suficiente. Quando o jornalista prolonga o tempo da entrevista emocional, assim como busca aquela lágrima de emoção, o equilíbrio informação-comunicação é alterado, e a ênfase ao aspecto emotivo denigre o trabalho do jornalista. Em seguida, mesmo sendo trágica a situação que contextualiza o fato-acontecimento, o jornalista não pode se envolver nos sentimentos do entrevistado, porque, ao se aproximar demais da realidade, o entrevistador cercar-se-á de suas reflexões mais emotivas. Assim, é necessário manter uma distância intelectual e emocional com o seu entrevistado, a qual permita uma observação multiperspectivista da realidade, levando o jornalista à ideia de objetividade (BALSEBRE, 1998).

Por fim, embora as situações que justificam as entrevistas emocionais sejam, por vezes, excessivamente dramáticas, o entrevistador deve monitorar se o entrevistado respeita os limites das convenções do gênero. O jornalista deve encerrar a entrevista imediatamente, caso o entrevistado interrompa a sequência de suas palavras, quando a emoção prevalece sobre a fala, o choro mascara a inteligibilidade de sua fala, ou o estado nervoso do entrevistado se aproxima da histeria, pois, nesse contexto, a interação entre jornalista e convidado não configura mais uma entrevista de rádio (BALSEBRE, 1998).

O uso controlado e justificado da entrevista emocional faz desse tipo de entrevista radiofônica um instrumento necessário para transmitir ao público uma nova dimensão de um acontecimento ou da personalidade de um entrevistado, que completa o teor mais informativo/opinativo e gera uma relação afetiva entre o público e o acontecimento/personagem congruente com os aspectos mais comunicativos do Jornalismo radiofônico (BALSEBRE, 1998).

A **entrevista de caráter** fundamenta-se em aspectos da vida e da história do sujeito entrevistado, e, por meio do rádio, fixa no imaginário coletivo do público-

espectador a voz e a imagem de determinadas pessoas da sociedade, da política, das artes, do teatro, da mídia etc., ou de qualquer sujeito com uma história singular ou jornalisticamente interessante para a audiência, por conhecer detalhes biográficos ou pessoais dessas pessoas. O objetivo da entrevista de caráter é possibilitar ao público-ouvinte conhecer um perfil histórico, psicológico e experiencial do sujeito entrevistado, a partir do relato dos aspectos mais significativos de sua biografia, suas experiências de vida, suas opiniões sobre temas extraordinários ou triviais, seus aspectos profissionais, seu comportamento em situações não habituais, e transmitir uma imagem completa ou distinta de tal sujeito (BALSEBRE, 1998).

Na entrevista de caráter, o radiojornalismo concebe que, se o entrevistado trata-se de uma pessoa célebre e conhecida publicamente por sua vida profissional, o público-ouvinte se interessará por aspectos menos conhecidos não vinculados necessariamente a esse perfil profissional, a menos que a pessoa entrevistada tenha uma vida exclusivamente orientada para o mundo profissional, de forma que não existam aspectos que promovam audiência. Nesse caso, o jornalista pode enfatizar o contraste entre a vida profissional e não profissional ou reformular os objetivos da entrevista, transformando-a em uma entrevista informativa ou interpretativa sobre a vida profissional do entrevistado.

No caso de, mesmo havendo aspectos interessantes sobre a vida do entrevistado, ele assumir seu papel apenas com base em seu perfil profissional e não esperar outro tipo de pergunta do entrevistador, é fundamental que haja um acordo prévio entre ambos. Nesse tocante, o jornalista precisa informar ao entrevistado os verdadeiros objetivos da entrevista de caráter, fazer uma boa documentação dos relatos do entrevistado e utilizar estratégias narrativas e comunicativas que reorientem o tópico discursivo do evento, caso o entrevistado insista em respostas que remetam continuamente apenas à sua vida profissional (BALSEBRE, 1998).

Segundo Balsebre (1998), diferentemente da entrevista informativa e da interpretativa, os esquemas linguístico e narrativo das perguntas não apresentam tanta rigidez. Os próprios objetivos gerais de uma entrevista de caráter e a consequente necessidade de criar um clima comunicativo mais propício ao evento justificam o emprego de todos os recursos expressivos e narrativos listados a seguir: a introdução, na entrevista de caráter, somente será necessária quando houver contextualização informativa antes das perguntas do entrevistador; é dispensável tal

contextualização quando a pergunta posterior for uma continuidade da resposta ou da pergunta anterior. As perguntas das entrevistas de caráter devem explorar as diversas modalidades linguísticas: interrogativas, afirmativas/declarativas, exclamativas e imperativas.

O entrevistador pode conotar a formulação da questão de uma certa personalização, emitindo uma impressão subjetiva de algum ato profissional do entrevistado, por exemplo, totalmente desaconselhável nos outros tipos de entrevista de rádio. Esse tipo de entrevista requer a expressão de certa continuidade narrativa no desenvolvimento da sequência de perguntas e respostas, para melhor significar a interação comunicativa entre o entrevistado e o jornalista – que deve planejar com antecedência o desenvolvimento narrativo mais conveniente, podendo desenvolver uma evolução cronológica de aspectos vários da biografia do entrevistado ou incluir algum aspecto central do tópico discursivo que, como elo narrativo ou fio argumentativo, definirá o mesmo ponto de partida para cada uma das perguntas seguintes. Na continuidade narrativa, o entrevistador usará a pergunta complementar e marcas linguísticas de repetição nas conexões com falas anteriores (BALSEBRE, 1998).

É possível ainda introduzir, na entrevista de caráter, elementos narrativos diferentes dos convencionais, como música e efeitos sonoros para iniciar uma pergunta ou durante a resposta. Também é permitido o uso de relatos literários ou audiovisuais que melhor justifiquem uma pergunta ou completem com mais precisão a descrição de uma ideia – a exemplo do uso de um fragmento de diálogos de um filme ou novela para situar o público sobre o contexto profissional do entrevistado (BALSEBRE, 1998).

Dependendo da duração da entrevista de caráter, pode-se reiterar um mesmo tema em momentos distintos da entrevista, com a intenção de obter uma resposta diferente, embora o entrevistado já tenha abordado a questão em uma resposta anterior. Nesse tocante, o entrevistador parte do pressuposto de que o entrevistado se manifestará de forma mais sincera e espontânea ou se recordará de outros elementos de um determinado assunto, conforme a entrevista avance. O encadeamento de perguntas possibilita associar ideias e facilita a lembrança de acontecimentos esquecidos, e o fato de voltar a uma pergunta oportuniza ao entrevistador estender-se a outro aspecto da mesma questão (BALSEBRE, 1998).

Esse tipo de entrevista apresenta certa continuidade narrativa e resiste ao recurso de perguntas tópicas, do tipo “O que você faz no seu tempo livre? Onde uma pessoa como você busca tempo para fazer tantas coisas? Estuda ou trabalha? Arrepende-se de algo que tenha feito no passado? Que balanço você faz de...? Como você vê o futuro...? Como é um dia qualquer na vida de...? O que desejaria ser na vida se não fosse...?”. Além disso, mesmo com a possibilidade de reiterar um mesmo tema em momentos vários da entrevista de caráter, sua estrutura retórica não aceita muito bem o uso repetido de frases ou palavras pelo entrevistador na introdução das perguntas ou nas transições entre uma pergunta e outra, como “Disseram-me que..., Fale-me de..., Como você sente que..., Como você conduz” e outras (BALSEBRE, 1998).

Num contexto menos jornalístico, no âmbito de uma revista com espaços humorísticos ou de uma monografia especial, a entrevista de caráter permite também, em circunstâncias singulares, a incorporação de elementos ou situações próprias do drama de rádio. Isso ocorre nos momentos durante os quais o entrevistador interpreta uma personagem de ficção e é substituído por outro radialista-jornalista que assume a função de entrevistador e faz as perguntas, bem como nas circunstâncias em que o entrevistador e o entrevistado reproduzem uma situação previamente ensaiada, ambos seguindo um roteiro mais ou menos escrito que visa a um determinado efeito ou a uma proposta humorística (BALSEBRE, 1998).

Para McLeish (2001), uma entrevista tem por finalidade obter fatos, razões ou opiniões a respeito de determinado assunto, a partir das próprias palavras do entrevistado, de tal maneira que o público-ouvinte tire conclusões no que concerne à validade do que está sendo declarado. Embora seja possível qualquer situação envolver as três classificações em maior ou menor grau, o autor identifica quatro tipos de entrevista: informativa, interpretativa, emocional e entrevista-documentário.

Parece bastante óbvio que a **entrevista informativa** tenha por finalidade transmitir informações ao ouvinte; no entanto, o termo “informativo”, nesse tipo de entrevista, centra-se no valor social das informações, ao abranger temas como a ação que envolve uma operação militar, os eventos e as decisões tomadas numa reunião de sindicato, as propostas e as ações contidas num plano de desenvolvimento urbano, dados que dialoguem com os serviços de saúde e educação, entre outros temas. Por isso, é importante que os detalhes apareçam, claramente, no diálogo, daí a

possibilidade de haver uma discussão prévia a fim de esclarecer a informação desejada e permitir que o entrevistado lembre ou verifique algum dado (MCLEISH, 2001).

A **entrevista interpretativa** admite ao entrevistador fornecer os fatos e requerer do entrevistado comentários ou explicações acerca de tais fatos, com o intuito de expor o raciocínio deste entrevistado e de possibilitar ao ouvinte emitir julgamento sobre as prioridades ou o senso de valores de quem se entrevista. Certamente, as respostas às perguntas incluirão declarações que justifiquem procedimentos refutáveis, exigindo do entrevistador que esteja atento, bem informado e alerta para captar e questionar as opiniões expressas.

Assim, na entrevista interpretativa, o entrevistador não carece de fatos sobre o assunto, uma vez que já são conhecidos; ele investiga a reação do entrevistado a esses fatos, solicita esclarecimentos, justificativas acerca de decisões no contexto da Política, Educação, Saúde pública e de serviços que afetem diretamente o funcionamento social. A **entrevista emocional** tem por objetivo mostrar ao espectador o estado de espírito do entrevistado, de forma que o ouvinte compreenda melhor os acontecimentos, em termos humanos. Assim, o entrevistador procura alcançar os sentimentos dos entrevistados, gerados em virtude de fatos agradáveis ou embaraçosos, detém-se sobre a força das emoções e não acerca do significado racional (MCLEISH, 2001).

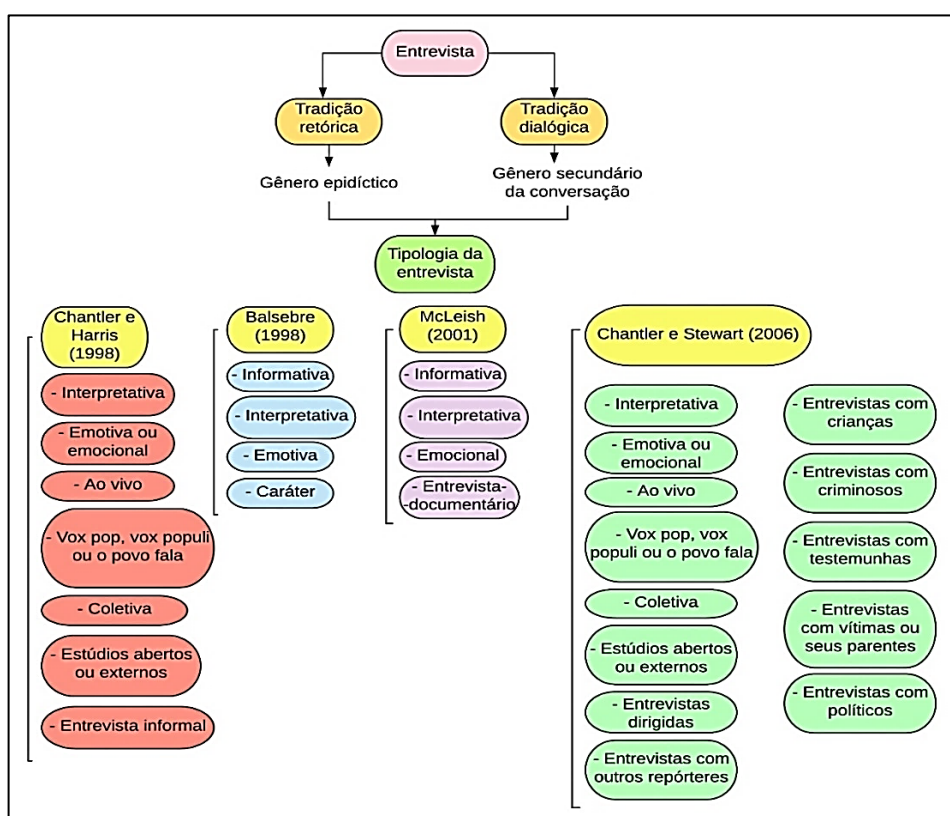
Para tanto, é necessário que o entrevistador concilie o olhar sensível diante das situações de sofrimento alheio, a observação imparcial dos fatos e a modalização na linguagem às perguntas lançadas, o que exige do referido entrevistador a elaboração de perguntas oportunas para esclarecer alguma questão de interesse público, sem deixar de avaliar o modo como se formula as perguntas e se expõe o conteúdo delas, bem como analisando o momento mais conveniente para começar a gravação, pois, nesse tipo de entrevista, há poucas oportunidades de retomadas (MCLEISH, 2001).

Os três tipos de entrevista citados (informativa, interpretativa e emocional) podem ser aplicadas na preparação de material de uma **entrevista-documentário** ou de um programa especial. Isso abrange, *a priori*, os fatos, os antecedentes ou a sequência de eventos ocorridos; em seguida, aparece a interpretação, o significado ou a implicação dos fatos; finalmente, há o efeito sobre as pessoas, uma reação aos fatos postos em questionamento (MCLEISH, 2001).

A **entrevista-documentário** acontece num tempo razoável, aborda tema único, mas amplamente explorado. O processo de recordar a história deve surpreender, estimular a lembrança de outros acontecimentos e de outras pessoas, assim como ser capaz de revelar o caráter do entrevistado; por isso, é importante ouvi-lo com atenção e questionar o porquê das situações (MCLEISH, 2001).

A tipologia das entrevistas contemplada nos estudos de Chantler e Harris (1998), Balsebre (1998), McLeish (2001) e Chantler e Stewart (2006) aparecem na seguinte figura (6):

Figura 6 – Tipologia da entrevista



Fonte: Melo Junior (2021)

4.3 Tipologia da entrevista consoante Lage (2009), Baltar (2012) e Ferraretto (2014)

Segundo Lage (2009), a entrevista consiste no procedimento jornalístico clássico de apuração de informações, aludindo-se a uma expansão da consulta a fontes, com a finalidade de, geralmente, coletar interpretações e reconstituir fatos. De acordo com o autor, a entrevista não apenas abrange qualquer procedimento de apuração junto a uma fonte capaz de dialogar, mas ainda uma conversação de extensão variada, com personagem notável ou portador de conhecimentos ou

informações de interesse ao público; constitui, também, a matéria que se publica com as informações coletadas durante o diálogo entre o jornalista e o entrevistado.

A tipologia de entrevistas apresentada por Lage (2009) considera dois pontos de vista, o dos objetivos e das circunstâncias de realização. Quanto aos objetivos, têm-se a entrevista ritual, temática, testemunhal e em profundidade. A **entrevista ritual** costuma ser breve e centra-se em expor a voz e a figura do entrevistado, mais do que em sua fala; nesse sentido, as declarações mostram-se irrelevantes, esperadas ou óbvias e meramente formais, atribuindo-se a isso uma dimensão simbólica.

Entrevistas com artistas ou outras personalidades apresentam essa característica, tanto quanto o mundo oficial constitui-se de situações rituais, interessando aos jornalistas o clima, o ambiente, a encenação – cumprimentos, cerimonial, atitudes e trajes –, elementos pensados cuidadosamente para a composição da matéria jornalística. Em relação aos detalhes buscados na entrevista ritual, estão os desvios e as falhas de protocolo, assim como nuances na fala de pessoas ilustres.

A **entrevista temática** focaliza a abordagem de um tema acerca do qual o entrevistado tenha condições e autoridade para desenvolver. Consiste em expor versões ou interpretações de acontecimentos, expor um ponto de vista, reiterar uma linha editorial por meio do argumento de autoridade, cuja validação é feita pelo entrevistado, auxiliando na compreensão de um problema. A **entrevista testemunhal** permite ao entrevistado relatar um acontecimento, um fato ou um evento de que ele participou, a que tenha assistido ou teve acesso. Na reconstituição do episódio ou do evento, o entrevistado imprime seu ponto de vista de modo particular, incluindo informações, acrescentando suas próprias interpretações e impressões subjetivas.

A **entrevista em profundidade** não objetiva tratar de um tema particular ou um acontecimento específico, mas tratar da figura do entrevistado, da representação de mundo por ele construída, das atividades que esse entrevistado desenvolve, de sua maneira de ser e de outros aspectos de sua vida. A interação entrevistador-entrevistado possibilita construir uma novela ou um ensaio sobre tal entrevistado, a partir de seus próprios depoimentos e de suas impressões.

Quanto às circunstâncias de realização, as entrevistas podem ser do tipo **ocasional**, não sendo programada ou combinada previamente. Questiona-se o

entrevistado sobre algum fato, e o resultado pode ser surpreendente e interessante, já que, não estando preparado com antecedência, o entrevistado prende-se ao compromisso da veracidade e relevância da conversa, emitindo respostas mais sinceras ou relativamente cautelosas. De modo contrário, o entrevistado que conhece estratégias, utilizadas no ato de entrevistar por jornalistas, formula declarações intencionalmente marcadas, bem planejadas, podendo desmentir ou corrigir informações *a posteriori*, por terem sido pegos de surpresa ou mal-interpretado, alegando tratarem de algum assunto de modo aleatório.

A **entrevista de confronto** é aquela em que o entrevistador assume a função de inquisidor, fazendo acusações e usando contra-argumentos veementemente, baseados num dossiê ou num conjunto de acusações. Essa estratégia é comum em jornalismo panfletário (por explorar questões políticas ou ideológicas) e, por mais que o entrevistado tenha o direito de fala, não lhe são dadas condições favoráveis/razoáveis de expor seus pontos de vista, pois o jornalista atua como promotor em um julgamento informal.

A habilidade retórica/argumentativa do entrevistado e a competência acusatória do entrevistador interferem diretamente na propagação da situação discursiva e no bom ou mau andamento da entrevista de confronto. Caso a entrevista se realize ao vivo, na TV ou no rádio, o espectador pode acompanhar todo o percurso sem cortes de informações e perceber inevitavelmente os pontos positivos e negativos da conversa (LAGE, 2009; MELO JUNIOR, 2017).

Na **entrevista coletiva**, o entrevistado se submete a perguntas de vários entrevistadores, jornalistas representantes de diferentes veículos de comunicação, em ambiente de maior ou menor formalidade. Entrevistas coletivas acontecem comumente sempre que há interesse geral por alguma personalidade que participou de um evento importante ou assistiu a ele. Programam-nas como parte da promoção de espetáculos, vendas de produtos – embutindo alguma criação ou tecnologia – ou eventos culturais.

É comum autoridades ou artistas, pessoas que são influentes ou estão em evidência na mídia darem entrevistas coletivas, periodicamente, fazendo um *brief* (resumo) de suas atividades. Mesmo que o ambiente disponha do menor grau de formalidade, esse tipo de entrevista tem como obstáculo uma interação bastante limitada. Dessa maneira, bloqueia-se o diálogo na construção da pergunta sobre a

resposta, devido à preocupação em distribuir a todos os repórteres a possibilidade de questionamento, no entanto, a intervenção limita-se a uma, duas ou mais perguntas antecipadamente preparadas. O entrevistado ou alguém vinculado a ele (assessor, por exemplo) pode comandar a entrevista.

A **entrevista dialogal**, considerada a entrevista por excelência, é marcada com antecedência e reúne entrevistador e entrevistado num ambiente controlado, onde os interactantes sentam-se, preferencialmente, sem interpor qualquer aparato que estabeleça uma hierarquia entre ambos. O tom da conversa constrói-se colaborativamente, a qual avança conforme as questões propostas pelo entrevistador, não se limitando a uma abordagem primária dos tópicos, mas permitindo aprofundar e detalhar os pontos abordados ao longo da interação.

Finalmente, aparece a **entrevista individual ou exclusiva**, que ocorre quando o entrevistado a concede, com exclusividade, ao veículo de comunicação (rádio); nela, o eventual esforço despendido pelo entrevistador e o ineditismo do conteúdo são valorizados. Embora toda entrevista dessa natureza seja exclusiva, devido às diferentes concatenações feitas pelo entrevistado em duas ou mais conversas, essa nomenclatura tem valor de *marketing* e justifica-se também quando a iniciativa parte do veículo e não há outra emissora de rádio interessada ou que porte a mesma ideia.

No que concerne às **entrevistas em presença (face a face) e mediadas**, é fundamental trazer alguns apontamentos acerca da sua tipologia. Assim, segundo Lage (2009), a invenção do telefone possibilitou realizar entrevistas a distância. Entretanto, constatou-se a dissemelhança do resultado, pois, embora o telefone fosse útil para apurar informações, suprimia condições facilitadoras da entrevista, como o ambiente controlado e a presença dos interactantes (interação face a face).

Na atual conjuntura de um mundo cada vez mais globalizado e disposto de ferramentas multimidiáticas, com o intuito de obter novas possibilidades de interação, aprendizagem, consolidação desta ou mesmo como dispositivo metodológico de ensino, e com o objetivo de atender a necessidades, muitas vezes, triviais na sociedade, o homem tem se adaptado aos usos sociais das mídias e das redes sociais, desenvolvendo habilidades que os tornam capazes de estabelecer relações sociointeracionais num nível mais amplo e a reagir às diversas questões políticas, ambientais, educacionais, além de outras, que emanam da sociedade, defendendo

pontos de vista, satirizando ou criticando fatos, acontecimentos ou personalidades, a partir de opiniões expressas em textos.

A inserção das tecnologias na vida cotidiana tem ressignificado ou remodelado as formas de interação ou comunicação entre pessoas, exigindo competências que favoreçam novas práticas de leitura, configurando e reconfigurando a *web*, por intermédio das ferramentas da chamada *Web 2.0* (Blog, Facebook, Twitter, Whatsapp, Youtube, Instagram, entre outros), permitindo aos usuários não somente consumirem a informação, como também produzi-la (GOMES, 2016). Nesse sentido, as transformações apresentadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação e os meios de acesso à informação e produção de conteúdos já são uma realidade vivida pela sociedade nos dias atuais, e isso tem acarretado inúmeras mudanças nas práticas interacionais e sociodiscursivas.

A internet provoca uma reviravolta nesse cenário, e o crescente uso dessas ferramentas da *Web 2.0* e de aplicativos que possibilitam a interação entre os sujeitos permite aos espectadores acompanharem os programas de rádio e tem minimizado os limites interacionais e os obstáculos que impedem o desenvolvimento dos fluxos informativos no rádio, a exemplo da rádio por TV a cabo e da rádio digital ou via internet. Dependendo da habilidade de ambos os interactantes, sobretudo do entrevistado, na troca de e-mails, chats ou em outras formas de conversação via internet, o diálogo pode ser bem-sucedido e as respostas mais espontâneas.

Os avanços tecnológicos têm possibilitado a conversa oral e a presença da imagem do interactante na tela do computador, por meio de redes sociais que dispõem de chamadas de vídeos. Mesmo assim, é possível que a espontaneidade seja menor do que em encontros face a face, quer pela entrevista mediada, quer por limitações de rede ou de conexão, as quais favorecem apenas um diálogo concebido na escrita – o que não é o caso das entrevistas do corpus deste trabalho, mediadas, em determinados momentos, por linha telefônica, via cabo ou por ISDN (*Integrated Services Digital Network* – Rede Digital de Serviços Integrados), segundo se abordou em entrevistas de estúdios externos ou abertos.

Recomenda-se avaliar a complexidade dos fatores envolvidos em uma conversa, uma vez que o resultado do encontro entre entrevistador e entrevistado provém da avaliação que os interactantes fazem um do outro. A aferição de resposta rápida, visual e auditiva acontece mediante a proximidade física, e o efeito do

ambiente partilhado pelos interactantes, numa conversação face a face, é valorizado pelos modelos de comunicação, devido às restrições que o ambiente virtual propicia na conversação a distância.

No contexto do rádio, a entrevista pode ser ocasional ou produzida, gravada ou ao vivo. Sempre que possível, recomenda-se projetar o instante, definir o ambiente e pesquisar o tema, previamente à produção em si. Planejar não implica ensaiar a entrevista antes de levá-la ao ar ou fornecer informações prévias ao entrevistado acerca das perguntas a serem feitas, visto que há o risco de a conversa parecer ao espectador um conluio político ou um arranjo publicitário (LAGE, 2009).

A entrevista ocasional ou espontânea e ao vivo pode resultar em acontecimentos inusitados durante o processo de realização; por isso, é recomendada para temas específicos e momentos pertinentes e oportunos – ante entrevistados que fornecerão a resposta e quando a parte técnica for altamente confiável. Nesse sentido, a gravação da entrevista funciona como um mecanismo de segurança, havendo a possibilidade de suprimir trechos, editá-los ou regravá-los; isso ocorre, por exemplo, ao se editarem entrevistas como documentação de notícias, a partir da utilização de trechos gravados como ilustração ou complemento dos fatos noticiados. Comumente, elas se constituem de blocos com perguntas e respostas, nos quais o entrevistado é um especialista e comenta acontecimentos, oferecendo versões e interpretações.

Nesse contexto, é possível destacar ainda que os pares conversacionais ou adjacentes, que constituem a entrevista, notadamente o par pergunta-resposta, apresentam o aspecto tipológico do relatar, quando, em determinados pontos da interação, entrevistador ou entrevistado utiliza a documentação e memorização das ações humanas e representa em seu discurso experiências vividas, situadas no tempo, com o intuito de justificar acontecimentos vários ou fatos que embasam o tópico discursivo em evidência (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004).

Quanto às entrevistas temáticas e rituais, no radiojornalismo, comumente, fluem bem, quando realizadas por telefone, o que pouco acontece com entrevistas testemunhais, não sendo recomendável para entrevistas dialogais ou em profundidade, pois a maneira como essas tipologias se configuram, segundo suas definições, e a finalidade de cada uma na captação das informações podem interferir no sucesso da entrevista e na qualidade do material jornalístico produzido. No entanto, em qualquer contexto, face a face ou a distância, é importante que o entrevistado

sinta-se à vontade e que o entrevistador explique ou peça explicações a respeito de enunciados muito especializados ou técnicos, evidenciados no diálogo; daí a importância de explicá-los ao público-espectador. No rádio moderno, indica-se o tom coloquial, a fim de facilitar o alcance do público.

Além da função de controlar a interação, questionando e monitorando a situação, o que faz parte do desempenho jornalístico, o entrevistador tem de zelar por um som de qualidade e fiscalizar a colocação do microfone e quaisquer interferências de ruídos no ambiente (LAGE, 2009). Tudo deve convergir para uma boa realização do evento interativo, e isso inclui o funcionamento efetivo e eficaz de todos os mecanismos crítico-conversacionais que colaboram para tal.

Consoante Medina (2008), para obter sucesso na entrevista, é preciso tratá-la não como uma simples técnica, mas como diálogo, atingindo os limites da inter-relação entre os parceiros comunicativos, de modo que o leitor, ouvinte ou telespectador emocione-se, dê credibilidade e autenticidade ao discurso produzido pelo entrevistador (nas perguntas) e pelo entrevistado (nas respostas). A limpidez, a transparência dos fatos, as interpretações cabíveis do entrevistador, o reconhecimento da fala do entrevistado, pelas informações e pelos juízos de valor emitidos, a humanização do contato interacional e o fenômeno da identificação entre fonte de informação-repórter-receptor – três elementos que se interligam no que Medina (2008) chama de vivência –, entre outros fatores, desencadeiam um diálogo interativo e possível, nas suas virtudes dialógicas.

A experiência de vida, o conceito, a dúvida ou o juízo de valor do entrevistado transformam-se numa pequena ou grande história que decola do indivíduo que a narra para se consubstanciar em muitas interpretações. A audiência recebe os impulsos do entrevistado, que passam pela motivação desencadeada pelo entrevistador, e vai se humanizar, generalizar no grande rio da comunicação anônima. Isto, se a entrevista se aproximou do diálogo interativo. (MEDINA, 2008, p. 6).

Com o fito de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, servir à pluralização e à interpretação de diferentes vozes na sociedade e distribuir democraticamente a informação, a entrevista é uma técnica de interação social, na qual os participantes do evento de fala devem buscar interagir, modificar-se, revelar-se, crescer no conhecimento do mundo e de si próprios, abrir espaço para o diálogo democrático, elucidar a autocompreensão ou a compreensão do mundo e combater

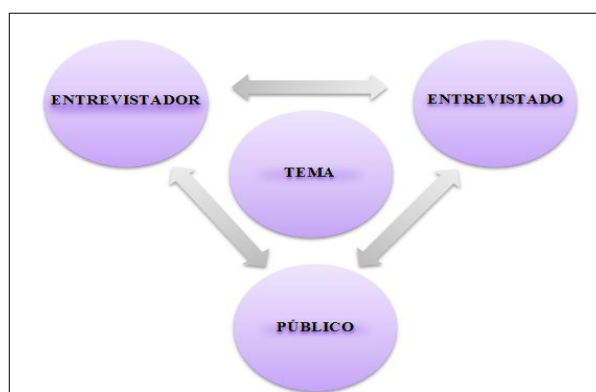
os discursos de sujeitos que atuam na monopolização do poder, dos seus próprios interesses e, conseqüentemente, no controle da opinião e do discurso públicos.

A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas. Por uma distorção do poder nas sociedades, muitas vezes se atribui esse crédito apenas a fontes oficiais, vale dizer, fontes do Poder, seja ele político, econômico, científico ou cultural. Enfatiza-se, com isso, a unilateralidade da informação: só os poderosos falam através das entrevistas. Mas o que não se pode negar é que existe na entrevista a possibilidade de um diálogo democrático, do *plurólogo*. (MEDINA, 2008, p. 18, itálico da autora).

Na entrevista, é necessário reconhecer o valor social dos fatos, interpretá-los sob a ótica da justiça, informar o público-espectador acerca daquilo que, de fato, a ele importa, sem tendencialismos, e motivar tanto esse público, quanto o entrevistado que vai falar, contribuir para a construção de posicionamentos críticos na sociedade. Isso certamente ocorreria numa sociedade democrática e política – no sentido mais genuíno do termo – em que se inserisse uma comunicação humana, sem sensacionalismos. Uma entrevista com perfil humanizado, ao contrário da espetacularização, não provoca gratuitamente, com o objetivo de acentuar o grotesco, condenar a pessoa ou enaltecê-la, por meio do sensacionalismo midiático, para satisfazer as intenções da emissora (MEDINA, 2008).

Em Baltar (2012), a entrevista midiática não é vista apenas como um gênero discursivo genuíno do jornalismo e radiojornalismo, em que há mediação entre entrevistador, entrevistado e público em torno de determinado tema, mas é vista ainda como uma técnica de interação social, visando ao entrosamento entre entrevistador, tema, entrevistado e público-ouvinte, o que pode ser mais bem visualizado na figura 7 a seguir:

Figura 7 – Esquema da entrevista



Fonte: Baltar (2012, p. 95)

Baltar (2012) apresenta um panorama de classificações de entrevistas radiofônicas, fundamentado em critérios do campo da Comunicação Social e da Linguística. A tipologia proposta toma por base os objetivos da entrevista (entrevistas temáticas e biográficas) e contempla também a estrutura (entrevista enquete e pingue-pongue).

A **entrevista temática**, de natureza conceitual, dá-se pela busca de um conteúdo informativo pelo entrevistador, sobre determinados conceitos que o entrevistado conhece ou detém, com foco em um tema específico ou em temas vários. A **entrevista biográfica** objetiva expor informações sobre o entrevistado, a partir de suas características pessoais, suas preferências, seu estilo de vida e outros aspectos que mostrem quem é o entrevistado. A **enquete** refere-se a entrevistas com diversos indivíduos acerca de um mesmo assunto, pouco explorado cientificamente. A **entrevista pingue-pongue** realiza-se por intermédio da troca direta de turnos entre os interactantes (entrevistador e entrevistado); assim, fazem-se perguntas simples ou complexas (BALTAR, 2012).

Por fim, classificada de acordo com o objetivo proposto, a **entrevista escolar** liga-se diretamente a finalidades propostas pelos sujeitos-partícipes da comunidade escolar, ou seja, aos objetivos didático-pedagógicos dos professores e ao interesse dos estudantes em desenvolver competências durante o processo de ensino-aprendizagem, envolvendo, com base em Schneuwly e Dolz (2004) e Baltar (2012), as seguintes contribuições: desenvolvimento de habilidades no entrevistador (estudantes) sobre o modo de planejar e redimensionar perguntas, por meio de um roteiro prévio; desenvolvimento da velocidade de raciocínio e do comportamento interativo verbal dos estudantes; aprimoramento da capacidade de lidar com imprevistos; demarcação de papéis; estímulo à flexibilidade de pensamento e à pontualidade nas intervenções; mediação de uma situação comunicativa entre entrevistador-entrevistado-público; instrumento potencial na exposição de pontos de vista e de fatos; entre outros ganhos de desempenho.

A entrevista radiofônica escolar, nesse sentido, traduz-se como uma experiência de letramento midiático, a exemplo de um projeto de letramento de construção de uma rádio escolar, (BALTAR, 2012), bem como é vista sob três dimensões, quais sejam: o estudo do papel do entrevistador (mediador), da organização interna da entrevista e da regulação da conversa formal (SCHNEUWLY;

DOLZ, 2004). Esse tipo de entrevista funciona também como um instrumento didático capaz de facilitar a aprendizagem do papel de mediador, da cogestão e da regulação da conversa formal, assim como revela o quão relevante é o estudante aprender “[...] a tratar e a interiorizar um papel social para si próprio e o papel dos outros parceiros” (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004, p. 87).

A partir de uma definição mais trivial, Ferraretto (2001) afirma que a entrevista radiofônica constitui-se por abertura, fase de perguntas e respostas e encerramento. Essa estrutura canônica global ou unidade composicional do gênero mantém-se em todos os tipos de entrevista, variando o tema, a duração, a finalidade, o conteúdo, o tipo de entrevista e o ritmo (condução) de cada etapa. Na abertura, apresentam-se o entrevistador e o entrevistado; situa-se o local do evento interacional e o tópico (assunto). Na fase de perguntas e respostas, tem-se a etapa principal (núcleo) da entrevista, em que o diálogo se firma, e o evento interativo desenvolve-se pelos parceiros da comunicação. Por fim, no encerramento, o entrevistador cumprimenta o entrevistado e o público, podendo recapitular concisamente o(s) assunto(s) que conduziu(ram) o diálogo (a entrevista).

Uma das principais diferenças entre o rádio e outros veículos midiáticos é o imediatismo das informações, a versatilidade espaçotemporal de transmissão da linguagem radiofônica. Ademais, na entrevista jornalística, radiofônica ou televisiva, é importante que as perguntas feitas aos entrevistados, as respostas ao entrevistador e as informações dadas aos espectadores sejam postas de forma clara, objetiva e concisa.

Nesse contexto, o entrevistado pode apresentar dois tipos de comportamento, assim explicados: holístico, quando os fatos são explicados do todo para as partes, ou detalhista, a partir da análise minuciosa dos fatos, item por item. O entrevistador, por sua vez, desempenha um papel imprescindível no processo conversacional, interagindo com o entrevistado e com o público-ouvinte, observando os mecanismos éticos e estruturais na configuração da entrevista radiojornalística.

[...] na mídia radiofônica há uma interação muito maior, o jornalista fala diretamente com o ouvinte, na maioria das vezes em tempo real; o ouvinte pode telefonar, ir à rádio, participar ativamente da atividade, diferentemente dos outros canais de comunicação. O texto no rádio deve dar ao ouvinte a impressão de que o jornalista está falando e não lendo, justamente por ser o veículo imediato, instantâneo e ativo. (BALTAR, 2012, p. 99).

Assim, a transmissão da entrevista pode ocorrer no instante em que o entrevistador e entrevistado interagem (ao vivo) ou gravada. Em outros termos, pode ser síncrona ou assíncrona. Apesar disso, recomenda-se que o entrevistador prepare-se para fazer a entrevista (com fichas escritas que sirvam como roteiros, por exemplo), conheça o entrevistado, sua personalidade, seus atos, seu trabalho, seu comportamento e elabore possíveis perguntas.

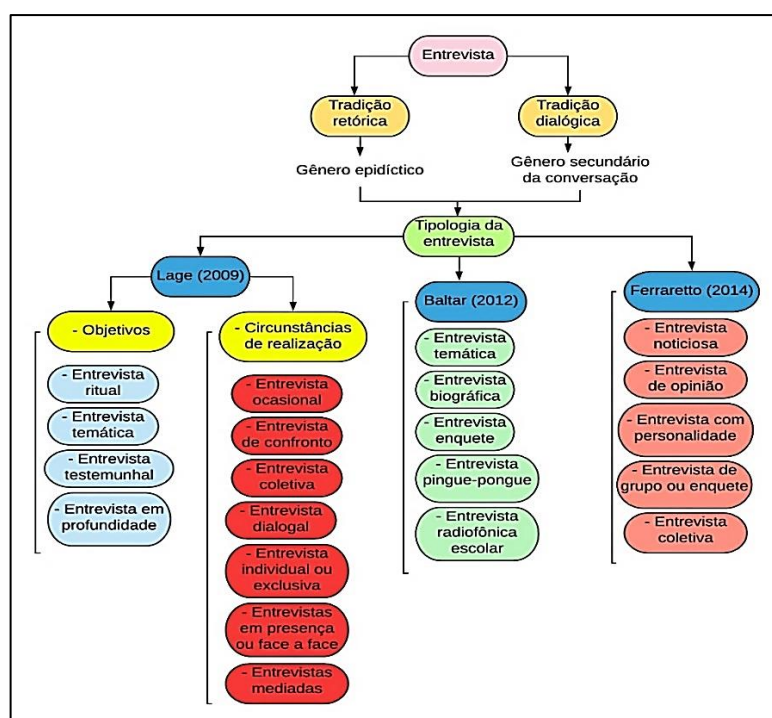
Ferraretto (2014) também conceitua a entrevista no radiojornalismo como um contato entre duas pessoas que são representadas pelo repórter ou apresentador, de um lado, e por uma pessoa que faz declarações relevantes ao público, de outro, além de haver a presença dos ouvintes que acompanham o diálogo e são componentes importantes para dar sentido à entrevista como um evento sociocomunicativo, pois o jornalista mantém o contato pessoal com a fonte e deve representar o direito de o público conhecer os fatos, o que, inúmeras vezes, não se consolida, devido às relações de poder. O ponto-chave que se lança nessa assertiva reside no fato de o público geralmente conhecer certas coisas, visto que as condições de acesso ao discurso impedem a exposição de outros fatos ou de informações outras.

Levando em conta uma categorização de enfoque direcionado à imprensa e considerando a forma como esta se adapta à realidade brasileira, Ferraretto (2014) identifica cinco tipos de entrevista passíveis de aplicação ao rádio: noticiosa, de opinião, com personalidade, de grupo ou enquete e coletiva. A **entrevista noticiosa** objetiva narrar um fato e busca extrair informações do entrevistado, possibilitando a descrição do acontecimento. A **entrevista de opinião** focaliza o ponto de vista do entrevistado acerca de um assunto, tornando determinante a relevância da fonte para qualificar e credibilizar as declarações. Na **entrevista com personalidade**, o entrevistador centra-se sobre os aspectos pessoais e biográficos do entrevistado, suas preferências e seu estilo de vida; a informação que o entrevistado possui ou a sua opinião sobre o fato não é a base do interesse jornalístico, mas se enfatiza como, onde e por que a pessoa diz algo, de forma mais veemente (FERRARETTO, 2014).

A **entrevista de grupo** ou **enquete**, embora venha perdendo espaço para a consulta mais direta por meio das redes sociais, permite que vários sujeitos sejam questionados pelo entrevistador, a respeito de um mesmo tópico, com o intento de expor uma ideia média sobre o que determinado conjunto de pessoas pensa acerca de um assunto. Não se trata de uma pesquisa de opinião, sob o viés científico, e o

resultado ilustra o material informativo a partir da comparação entre os pontos de vista. A **entrevista coletiva** é marcada com antecedência e se inicia com a pessoa fazendo um breve relato do assunto que mobilizou o contato com os entrevistadores; nesse tipo de entrevista, o entrevistado responde a perguntas de profissionais de veículos diversos, havendo emissoras que transmitem ao vivo as entrevistas coletivas de personalidades (políticos, artistas, entre outras), motivadas por assuntos e/ou momentos relevantes (FERRARETTO, 2014). A figura 8 a seguir sintetiza a tipologia das entrevistas em Lage (2009), Baltar (2012) e Ferraretto (2014).

Figura 8 – Tipologia da entrevista



Fonte: Melo Junior (2021)

A caracterização minuciosa da entrevista, por meio da tipologia, dos autores e dos conceitos apresentados, configura-se nos mapas conceituais representados nas figuras 2, 3 e 5, com o fito de subsidiar o estudo dos tipos de entrevista presentes no *corpus* deste trabalho. Nesse sentido, esta tese não apenas traz uma sistematização dos tipos vários da entrevista, mas ainda tem por objetivo associá-los às entrevistas do *corpus*.

Conduzir uma entrevista a partir da troca de cumprimentos, da evidência de domínio e conhecimento acerca de um dado assunto e do uso de formas de tratamento (marcadores discursivos de poder) – com vistas a transmitir um fato e a

estabelecer prolongadamente uma boa interação entre entrevistador-entrevistado-público, segundo os mecanismos éticos e estruturais, de que se tratará *a posteriori* – pode funcionar como estratégias de manutenção de poder e como uma forma de alcance do engajamento do entrevistado e de controle desse sujeito. Se as entrevistas ocorrem em estúdios internos, seja em estúdio radiojornalístico, seja em ambiente televisivo, o uso dessas estratégias pode contribuir para ambientar o entrevistado, sobretudo porque há aqueles que se intimidam diante de microfones, gravadores de áudio portátil, de câmeras de televisão e de outros equipamentos. Nesse caso, o entrevistador precisa utilizar técnicas a fim de (re)constituir a entrevista, indicar a sequência dos fatos⁴¹ e contribuir para que a fala do entrevistado seja reproduzida com precisão.

Nas entrevistas desta tese, o sucesso no estabelecimento das relações assimétricas e simétricas sugere que o entrevistador pesquisou sobre o assunto e o entrevistado, assim como esboçou aprioristicamente perguntas (preparar um questionário não significa que uma boa entrevista será viabilizada, pois isso depende da maneira como é conduzida). Além disso, o entrevistador demonstrou ser discreto, não esgotou o assunto antes do término previsto, soube perguntar acerca de uma resposta dada, fez perguntas necessárias e manteve-se no comando da conversa, mesmo que tenha havido o desvio do tema ou as digressões em alguns momentos, por ambos os interactantes, o que presume ser um indício de simetria ou assimetria crítico-conversacional.

O entrevistador denotou ainda ser compreensivo, respeitoso, espontâneo e paciente, não demonstrou reações de discordância, intimidação, simpatia demasiada ou irritação, quanto à fala do entrevistado. Em situações em que o entrevistado cometer digressões ou inserir subtópicos, o jornalista pode apresentar nova pergunta, mudar de assunto e retomar o tópico central do diálogo, ou fazer uso do desvio tópico ou da inserção tópica para obter respostas com o máximo de informações que beneficiem alguém; geralmente, especialistas discorrem com fluência sobre aquilo que conhecem.

⁴¹ Nas propriedades do tópico discursivo, observa-se que a organização tópica segue relações de interdependência entre os níveis hierárquicos de organização tópica, as quais originam quadros tópicos, centrados num tópico mais abrangente – supertópico (ST) e tópico (T) – e numa divisão interna do ST e do T em porções menores (subtópicos – SbT). Assim, na hierarquia tópica, há uma verticalização dessas relações que se estabelecem entre os tópicos, conforme a maior ou menor abrangência do assunto. Delinear os níveis de hierarquização na estruturação tópica exige verificar a possibilidade de subordinações contínuas de tópicos (FÁVERO, 1993; JUBRAN, 2006, 2015a).

O estímulo ao entrevistado dá-se a partir da compreensão da fala deste pelo entrevistador e da produção de questionamentos com base em inferências imediatas feitas pelo entrevistador, a partir do que o entrevistado expôs. Isso demonstra interesse e entendimento do entrevistador, bem como espontaneidade, expansão ou aprofundamento do entrevistado, dependendo das circunstâncias ou do momento (espera-se que seja oportuno) em que o jornalista contesta uma informação/um fato. Para Lage (2009, p. 82),

De todo geral, é estimulante para o entrevistado, nos momentos em que a fala se interrompe, perceber que o entrevistador está compreendendo o enunciado. Para isso, produzem-se questionamentos que constituem, na verdade, inferências imediatas a partir do que acabou de ser dito.

Ressalta-se também a existência de entrevistados que desenvolvem o tópico discursivo e o turno conversacional fluentemente, de forma mais ou menos padronizada, e sistematizam suas declarações de maneira holística (contemplam o todo e interpretam algum ponto específico do fato) ou de forma detalhista (analisam cada questão que abrange o tópico, minuciosamente). Nesse tocante, as intervenções do entrevistador são fundamentais, para direcionar a interação e estabelecer se há a necessidade de uma abordagem mais geral ou o detalhamento de algum ponto específico da discussão.

Existem ainda os entrevistados que conhecem métodos de edição em rádio e TV e encadeiam palavras e sentenças que dificultam o corte/ a edição do texto, e os jornalistas precisam estar atentos a isso, de tal maneira que as estratégias do entrevistado treinado por assessorias de comunicação não interfiram na obtenção das declarações, no tempo, na compreensão do ouvinte e na linearidade da entrevista. De todo modo, deve-se considerar dois aspectos na condução da entrevista: o conteúdo e a personalidade do entrevistado, levando ao espectador ou ao leitor a realidade dos fatos reproduzida nesse evento de fala. O entrevistador precisa ater-se ao momento certo para as interferências e para encerrar as entrevistas, mesmo que não haja tempo marcado para seu encerramento.

A condução da entrevista deve caracterizar-se por uma orientação crítica⁴² e guiar-se pela criação de perguntas que acrescentem eloquência ao material empírico,

⁴² A orientação crítica possibilita lançar perguntas abertas que suscitam aspectos da realidade social, dos acontecimentos e torna possível estabelecer contraposições entre o que favorece e o que desfavorece o bem-estar social, pois questiona a realidade dos fatos e aquilo que descredencia diversos grupos sociais. Certamente, não se vislumbra isso em sua totalidade, por sempre haver uma

no convite a considerar com particular cautela as informações adquiridas em todos os momentos do evento discursivo. Isso envolve operações de gerenciamento das impressões expressas pelos interactantes, principalmente o entrevistado, que mesclam reconstruções precisas de suas experiências a incongruências em seus discursos, exigindo do entrevistador habilidades para enfrentar tais situações (CARDANO, 2017).

O entrevistador desempenha essa função quando procura vencer a hesitação do próprio interlocutor em torno de uma questão que se apresenta como relevante ou quando – com elegância – chama a sua atenção sobre as variações de significado que caracterizam o discurso do entrevistado [...]. É possível confrontar de forma analítica o que cada entrevistado diz nos vários turnos de interlocução à medida que se sucedem. O que é dito pode então ser colocado ao lado das informações relativas ao contexto interativo (à relação entre entrevistado e entrevistador) dentro do qual o que foi dito toma forma. (CARDANO, 2017, p. 183-4).

Conforme se apontou na seção acerca de turno conversacional, na seção 3 deste trabalho, o momento preciso de intervenções do entrevistador é marcado pela passagem de turno, ou a transferência da vez de falar pode ocorrer por meio de uma solicitação explícita ou implícita, a partir dos lugares relevantes para a transição (LRTs), segundo estabelecem Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974] 2003). Dessa maneira, o ouvinte tem a capacidade de prever, por meio de perguntas diretas ou indiretas, pausas, alongamentos, hesitações, entonações ascendentes ou descendentes, marcadores conversacionais, pares dialógicos, elementos de cortesia verbal, gestos etc. (DIONISIO, 2001), que o turno do falante corrente está concluso, ou seja, seu momento de fala terminou e aquele ouvinte toma o turno e assume a posição de falante.

A alocação de turnos pode ser realizada não somente pelo falante corrente que seleciona o falante seguinte, indicando-lhe sua vez de falar, como é o caso da entrevista, – embora os interactantes precisem ser cuidadosos, ao identificar os LRTs, observando, inclusive, o maior número possível de pistas (GALEMBECK, 1993), a fim de que a determinação desse ponto de possível completude não seja uma projeção errônea – como também pela autosseleção ou autoescolha. As interferências do entrevistador ou do entrevistado podem ocorrer também a partir de assaltos ao turno

relação de interesses por quem detém o poder e, obviamente, não constitui uma minoria e não é desfavorecido.

do falante em questão, maximizando a possibilidade das sobreposições de vozes durante o turno de um desses interactantes (MARCUSCHI, 2003).

Sob o ponto de vista da apresentação, a entrevista varia conforme os veículos que a propagam: jornalismo impresso, rádio (suporte das entrevistas que compõem o *corpus* deste estudo) ou televisão. No jornalismo impresso, trata-se a entrevista como notícia, realizando o mesmo procedimento de elaboração de um resumo noticioso de documento, o que implica selecionar as proposições mais relevantes entre aquelas das respostas – o *lead* da entrevista, equivalente ao primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso, constitui a proposição avaliada como mais notável; ordenar as respostas por ordem de importância, da mais relevante para a menos relevante; transcrevê-las nessa ordem, intercalar as informações contextuais (o quê, quem, quando, onde, por que, para que, circunstâncias eventuais); procurar alternar discurso direto e indireto; e, quando possível, substituir palavras e expressões, contanto que não apareçam entre aspas, preservando o sentido da fala do entrevistado (LAGE, 2009).

Outra maneira de produção da entrevista assemelha-se mais ao texto de revistas e suplementos. Fundamenta-se numa exposição, em que sentenças exprimindo asserções mais gerais ou tópicos frasais regem as mais específicas. As declarações do entrevistado atuam enquanto documentações ou registros de considerações genéricas feitas pelo próprio jornalista, a partir da fala do entrevistado. Nesse tipo de produção jornalística, um relato circunstancial, um resumo biográfico ou histórico ou um questionamento pode compor a abertura, o que sugere maior dificuldade de redação e necessidade de muitas informações complementares, devido à ausência de fórmula (LAGE, 2009).

Além disso, a entrevista escrita pode ser apresentada por intermédio de perguntas e respostas, o que exige cuidado e trabalho do jornalista, assim como se faz com a entrevista oral. Não é a mais fácil e fidedigna, pois deve ser transcrita, e, por se tratar de uma entrevista escrita, tem-se um cuidado na retextualização da fala para a escrita, envolvendo a supressão de repetições desnecessárias e de termos redundantes, bem como sinalizando as pausas do discurso; isso requer uma observação sistemática dos sentidos no contexto, sobretudo quando se filma o diálogo, em que aparecem os elementos não verbais (LAGE, 2009).

A partir dos critérios de transcrição do texto oral (MARCUSCHI, 2003, 2005; PRETI, 2006) e dos Estudos Conversacionais (SANTOS, 1999, 2004, 2007, 2017; SANTOS; FIGUEIREDO, 2015; KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006; PRETI, 1993, 1998, 1999, 2000, 2003, 2006, 2008; OLIVEIRA, 2006, 2015; LEITE; BENTES, 2010; MODESTO, 2011; MELO; SANTOS, 2011; OLIVEIRA, 2012; JUBRAN, 2015; MELO JUNIOR, SANTOS, 2016; MELO JUNIOR, 2016, 2017; MORAIS; MELO JUNIOR; SANTOS, 2019; e tantos outros), baseando-se na natureza, organização tópica, nos processos de construção do texto falado, seus fenômenos e suas especificidades, é possível contestar Lage (2009), quando o autor afirma que quanto menos se adapta o texto (a entrevista), mais espontâneo, ambíguo e tortuoso, ele será para a leitura.

Divergir dessa caracterização – texto ambíguo e tortuoso – de Lage (2009) justifica-se por, numa perspectiva sociointeracionista da linguagem, o texto falado apresentar idiosincrasias inerentes ao seu próprio contexto interativo, ao planejamento linguístico e processo de construção textual, mas também dispor de características comuns ao texto escrito. Em ambas as modalidades do mesmo sistema linguístico, língua falada e escrita, não se admite tal caracterização, posto que deforma as estratégias de organização textual-discursiva ou desconstrói os processos de produção de sentido e o tratamento das semelhanças e diferenças entre fala e escrita nas atividades de formulação textual-discursiva (RODRIGUES, 1993; MARCUSCHI, 2005; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009; MELO JUNIOR; MORAIS; SANTOS, 2019).

Antes de teorizar sobre o *talk show*, em Lage (2009), elencaram-se alguns pontos teóricos importantes em Fávero *et al.* (2010) – baseando-se em Lacalle (2001) – ao empregar o referido termo para definir programas de entretenimento, no formato de programas de entrevistas, em que o apresentador é o elemento central para interagir com os convidados (entrevistados), o auditório (no caso, da entrevista televisiva) e o (tele) espectador – por ocasião da entrevista televisiva e radiojornalística, respectivamente.

Mesmo que o *talk show* possa incluir em sua programação quadros temáticos diversos e aborde vários tópicos, os processos de representação da imagem pública na linguagem da mídia e as relações de poder podem ser estudados nesses programas que se centram no diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Portanto, nos *talk show*, a interação focaliza a figura do entrevistado, celebridade e/ou

especialista num assunto, embora traga, em alguns momentos, quadros e enquetes, tudo com foco humorístico.

O *talk show* depende substancialmente não só da fluência e da personalidade do entrevistado, mas também do *status* social e da influência, assumidos por ele num nível social e institucional. Esse evento pode ter sua qualidade e produção melhoradas, ao munir o entrevistador de conhecimentos que lhe permitam levantar questionamentos com mais eficiência, utilizar perguntas abertas, evitar digressões e conduzir a entrevista para aspectos que possivelmente interessem ao público-espectador (LAGE, 2009).

Além disso, entrevistas não constituem apenas blocos com perguntas e respostas, mas são ainda editadas enquanto documentação de notícias, detalhamento de fatos ou acontecimentos numa reportagem, por meio do uso de trechos gravados como ilustração ou complemento. Certamente, o formato mais comum seja aquele em que o entrevistado é um especialista em algum assunto e comenta acontecimentos, trazendo versões e interpretações de fatos ou temáticas socialmente relevantes.

Na televisão, assim como no rádio, a entrevista pode ser ocasional e ao vivo, havendo riscos e restrições; ocasional e gravada, documentando notícias e reportagens. A diferença está no fato de apresentar a imagem do entrevistado, o que amplia sua exposição, devido à importância da visão na percepção de mensagens, atribuição de mensagens e dos elementos não verbais que podem ser observados na interação e que reforçam os verbais (LAGE, 2009).

Dessa maneira, a entrevista televisiva traz elementos relacionados ao entrevistado, mais do que em qualquer outro veículo, quais sejam; seu *dress code*⁴³, seu olhar, seus gestos, o ambiente e a expressão facial. A produção de entrevistas é bastante minuciosa nos *talk shows* televisivos, e o entrevistador pode tornar-se a figura central do programa, apesar do prejuízo que isso traga à informação, não ao espetáculo, necessariamente; embora tal notoriedade dada ao entrevistador viole um dos preceitos básicos da entrevista jornalística.

Para Ferraretto (2014), a entrevista requer o contato entre duas pessoas que, no radiojornalismo, são representadas pelo repórter ou apresentador, de um lado, e

⁴³ Código de vestimentas, o qual informa quais trajes e estilos podem ser utilizados em determinada ocasião.

por uma pessoa a gerar declarações relevantes ao público, de outro, havendo ainda a presença dos ouvintes, que, por um aparelho de rádio, celular ou internet, acompanham esse diálogo de entrevistador e entrevistado. Para o autor, não se deve confundir o contato entre o entrevistador e a fonte de informações (entrevistado), seja ao vivo, seja em programas, com uma relação idealizada como objetiva e imparcial, pois tais condições se distanciam da realidade do jornalismo.

Essa coerente pontuação teórica de Ferraretto (2014) dialoga com os mecanismos de reprodução discursiva do poder na relação instituição-entrevistador-entrevistado-ouvinte, sobretudo entre os primeiros, pois o discurso jornalístico é institucionalizado e, portanto, representa grupos de poder, os quais controlam tal discurso. Isso significa que cada sujeito – entrevistador, entrevistado e ouvinte – leva consigo suas experiências cotidianas e impressões subjetivas do mundo e da sociedade, todavia não detém poder para dizer algo a qualquer tempo ou em todo lugar, o que se associa aos modos de reprodução discursiva do poder, aos parâmetros do contexto, ao discurso institucional e às condições de acesso ao discurso, em Dijk (2017a).

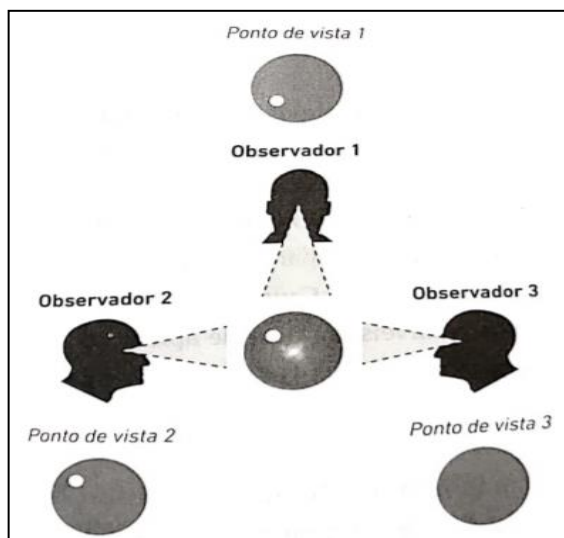
Desse modo, não há apenas o exercício de autocontrole por parte do jornalista, mas existe ainda o controle na inter-relação entrevistador-entrevistado, mesmo que seja na modalidade ao vivo. No entanto, isso não quer dizer que as impressões subjetivas, as experiências cotidianas e o conhecimento técnico ou especializado de cada um não sejam contemplados, uma vez que ambos prestam esclarecimentos ou emitem opiniões, segundo aponta o *corpus* desta tese, de entrevistas do radiojornalismo público alagoano, pois, conforme Ferraretto (2014, p. 175),

Como toda forma de obtenção de informações – um conhecimento –, a entrevista presta-se a uma análise da relação entre o sujeito, aquele que conhece, e o objeto, que está por se revelar. Primeiro, estabelece-se um processo de busca por conhecimento entre o entrevistador e quem se dispõe a fornecer esclarecimentos, relatar fatos, emitir opiniões, indicar serviços ou expressar sentimentos. Ao mesmo tempo que a entrevista ocorre, no caso das irradiações ao vivo, ou posteriormente, nas baseadas em gravação, o público torna-se um novo sujeito a buscar o conhecimento oferecido na inter-relação entrevistador-entrevistado.

Caso se representasse a informação a ser apreendida pela esfera levemente irregular posta diante de cada observador, nenhum deles poderia ter uma ideia completa de seus pontos de vista particulares. Da mesma maneira, cada fonte

constitui-se em um sujeito que conhece e transmite a sua informação ou posição ao profissional de rádio; este (o jornalista), por sua vez, exerce um papel duplo, o de quem conhecerá uma informação e/ou um ponto de vista de cada um dos que entrevista sobre um tema, assim como o de quem permitirá ao ouvinte conhecer, o que se verifica na figura 9:

Figura 9 – Os diversos sujeitos e os seus pontos de vista a respeito do objeto



Fonte: Ferraretto (2014, p. 175)

No processo de entrevista, ao comparar uma conversação pura e simples a uma entrevista, numa perspectiva social, Ferraretto (2014) reitera que o fator ritual – uma troca de palavras, de saudações, de elogios – é minimizado em entrevistas de investigação ou de avaliação, por não ser objetivo central do evento interacional. Todavia, percebeu-se, no *corpus* desta tese, composto por entrevistas que tratam de temáticas socialmente relevantes, que tais ritualismos são estratégias discursivas utilizadas pelos sujeitos para construir a interação, associadas aos aspectos não rituais – racionais e deliberados.

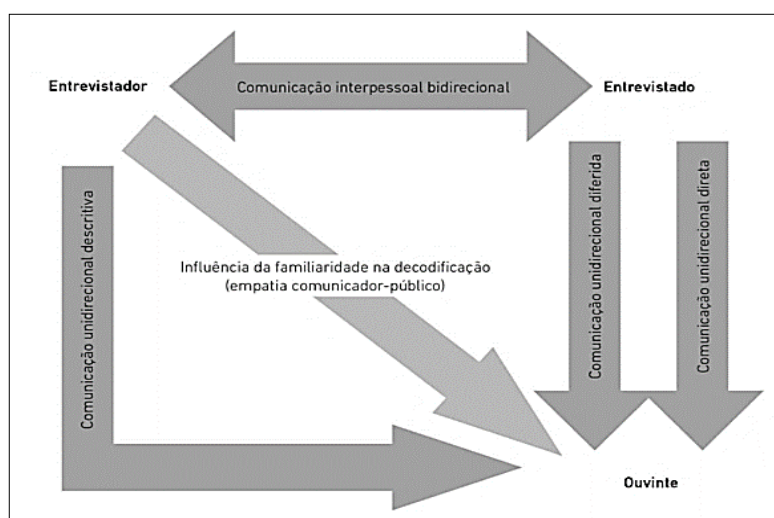
De acordo com Baltar (2012) e Ferraretto (2014), a entrevista no rádio delinea uma relação entre três interactantes: o profissional, o entrevistado e o ouvinte. O entrevistador conduz o diálogo, representa o público e intermedeia o processo de entrevistar, ao extrair as informações de interesse do ouvinte, assegurando que as declarações do entrevistado sejam inteligíveis e interessantes. Essas declarações medeiam a relação entre o discurso jornalístico e os fatos; portanto, convocar alguém

que represente esse discurso e confirme tais fatos, por acompanhá-los sistematicamente, traz seguridade à exposição e ao processo da entrevista.

Há, portanto, de dimensionar a real abrangência do que é dito pelo entrevistado. Na descrição do fato, a declaração de alguém constitui-se em uma versão apenas, aumentando-se a cautela no caso das opiniões, reflexo ainda maior de posições pessoais ou de grupo. (FERRARETTO, 2014, p. 178)

O papel de mediação, desempenhado pelo entrevistador, ao longo da entrevista, retoma os fluxos informativos trazidos por Prado (1989), segundo aponta a figura 10. Assim, observa-se um fluxo bidirecional, por meio do qual entrevistador e entrevistado alternam seus papéis, ora como falante, ora como ouvinte (comunicação interpessoal bidirecional); entretanto, para o público-espectador – nomeado como ouvinte na figura 10 –, ambos emitem declarações.

Figura 10 – Fluxos informativos na entrevista radiojornalística



Fonte: Ferraretto (2014, p. 179)

Seguindo o circuito comunicativo, o entrevistador instiga seu parceiro na interação e suscita respostas, que chegam ao ouvinte de forma espontânea (comunicação unidirecional direta) ou são provocadas pela atuação direta desse entrevistador (comunicação unidirecional diferida). De maneira concomitante, os relatos, as observações e descrições do jornalista estabelecem junto ao público-espectador uma comunicação unidirecional descritiva; nesse circuito, a familiaridade do público com o assunto e a empatia entre o entrevistador e tais espectadores

influenciam os fluxos informativos na entrevista radiojornalística (FERRARETTO, 2014).

Esses fluxos na entrevista radiojornalística, construídos por intermédio do processo de interação social entrevistador-entrevistado-espectador, baseiam-se também em determinadas ordens de discurso institucional (convenções institucionalizadas), por comporem práticas sociais do domínio social jornalístico, conduzirem a interação e favorecerem o controle do acesso ao discurso e do seu processo de produção, por meio dos mecanismos ou parâmetros éticos e estruturais, consoante se verificará na subseção 4.4.

4.4 Os mecanismos éticos e estruturais como práticas sociodiscursivas na produção da entrevista radiojornalística

Em suas práticas discursivas, os sujeitos da interação se constituem, transgridem convenções, criam outras ou combinam com as já existentes, bem como enfrentam as problematizações criativamente, com o intuito de gerar mudanças discursivas (FAIRCLOUGH, 2001; PEDROSA, 2008). Mobilizam-se, portanto, a partir das práticas discursivas, utilizadas por L1 e L2 (entrevistador e entrevistado), em busca de uma mudança discursiva e social, negociando as diferenças, os pontos de tensão existentes entre sujeitos, entre grupos majoritários e minoritários. Nesse sentido, pode-se dizer que a mudança da situação social é possível, se houver o equilíbrio na conversação, pois só existe conversa se houver equilíbrio na relação de poder entre os interactantes (SETTE; RIBEIRO, 1984).

Explicar como as categorias crítico-conversacionais e os componentes contextuais atuam nessas relações interacionais possibilita dialogar com a noção de discurso, numa visão tridimensional (FAIRCLOUGH, 2001), e compactuar com a ideia de que “[...] produzir o discurso faz parte de processos mais amplos de produção da vida social, das relações sociais e das identidades sociais [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 40), bem como se elencam contribuições teóricas acerca da noção de discurso numa perspectiva foucaultiana, incorporadas à análise de discurso textualmente orientada e reconfiguradas por Fairclough (2001), em seus apontamentos sobre a teoria social do discurso.

Nesse tocante, o discurso constitui e constrói ativamente a sociedade em múltiplas dimensões, sejam objetos de conhecimento, sujeitos sociais, formas sociais

do “eu”, sejam relações sociais e formas conceituais, e as práticas discursivas se interdependem ou se inter-relacionam socialmente (FAIRCLOUGH, 2001). Isso permite considerar que o discurso, como constitutivo dos sujeitos e dos objetos da vida social, “[...] tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 66).

Ao propor a noção de discurso, Fairclough (2001) leva a refletir sobre o fato de que o discurso, como forma de prática social, implica a existência de relações de poder, assim como as distintas condições socioeconômicas, culturais e hierarquização dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos. Assim, as propriedades de uso da linguagem, as relações sociais entre as classes e os grupos sociais, as práticas institucionais, os modos de representação do mundo social e subjetivo, a construção e a negociação dos lugares sociais, os modos de ação dos sujeitos sobre outros e o mundo suscitam as relações de poder e mostram que as práticas sociais e discursivas são afetadas por essas relações.

Reitera-se o modo como Fairclough (2001) concebe discurso, não como sendo meramente reflexo das práticas sociais, mas como forma de prática social, modo de ação e de representação dos sujeitos. Além disso, concorda-se que a estrutura social molda e restringe o discurso, mas também o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social: nas relações de classe, em quaisquer relações sociais, nas normas e convenções institucionalizadas, nas relações específicas em instituições particulares, marcados por aspectos de natureza discursiva e não discursiva (FAIRCLOUGH, 2001).

A hierarquização dos lugares sociais e as relações de poder evidenciadas nas práticas discursivas dos sujeitos acarretam as relações verticais e horizontais (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006), e estas contribuem significativamente para constituir, construir e reproduzir o discurso nas entrevistas radiojornalísticas em foco. As entrevistas radiojornalísticas delineiam-se enquanto eventos discursivos específicos que “[...] variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). É importante pensar como as relações de poder se impõem nas práticas discursivas, mas, ao mesmo tempo, confundem-se na medida em que os sujeitos do discurso representam instituições e lugares sociais específicos.

O circuito traçado nas relações de poder, as quais hierarquizam esses lugares e as práticas sociais, implica a relação dialética entre discurso e estrutura social, sendo a estrutura social condição e efeito das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Nessa perspectiva, é possível falar que as estruturas sociais marcam o discurso, determinam-no e produzem-no, envolvendo as condições sociais de produção e de interpretação desse discurso, relacionadas com os níveis de organização social, da situação, da instituição e da sociedade (SANTOS, 1999).

Conforme assevera Fairclough (2001), a prática social segue várias orientações, e o discurso também aparece como prática política, ideológica, econômica e cultural, estabelecendo, mantendo e transformando as relações de poder e as entidades coletivas, mas também constituindo, desnaturalizando, mantendo e transformando significados no mundo e posições diversas nas relações de poder.

Colocam-se, também, os sujeitos que compõem o evento discursivo entrevista e fazem o gênero discursivo entrevista acontecer. Esses sujeitos são marcados pelas estruturas sociais, pelas entidades coletivas, pelas determinações sociais e institucionais, tanto quanto as práticas discursivas dos entrevistados. Todavia, aqui, observa-se a flexibilização dessas práticas discursivas, por ser o discurso marco de luta de poder, permitindo dizer que tais práticas se constroem e se constituem de maneira convencional e criativa, reproduzindo posições sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença, representações ideológicas inscritas no discurso de L1 e L2.

A partir de tais pontuações, concorda-se com Santos (1999), quando a autora ressalta que as ordens do discurso (convenções) regem o discurso e provêm de órgãos institucionalmente marcados pela sociedade, ou seja, as práticas discursivas e sociais se enraízam nas estruturas sociais, mas são ressignificadas, transformadas na linguagem. Recupera-se ainda a assertiva de Fairclough (2001, p. 87), ao dizer “O discurso inclui referência a objetos pré-construídos, tanto quanto a significação criativa e constitutiva dos objetos”, para salientar que, ao transpor tal afirmação para as condições sociais e reais em que o discurso é produzido, verifica-se como as relações de poder se instituem, os embates ideológicos acontecem e as práticas discursivas constitutivas e (re)construídas, tendo em vista que práticas sociais constituem discursivamente a sociedade, por haver discursos estabilizados, práticas discursivas

convencionais, objetos pré-construídos, por um lado, e práticas discursivas que não interagem com a realidade social e posta convencionalmente, por outro.

Essas práticas sociodiscursivas se estabelecem nas estruturas sociais, pois, para a realização bem-sucedida de uma entrevista, em sua modalidade oral, no rádio e na televisão, o jornalista (entrevistador) precisa seguir, se bem orientado profissional e tecnicamente, alguns princípios norteadores para a condução dos seus questionamentos. Com base em McLeish (2001), Caputo (2006), Lage (2009), Oyama (2015), Erbolato ([1984] 2008), Barbeiro e Lima (2003, 2013), Melo Junior (2016, 2017) e outros autores, cujos apontamentos teóricos se projetam no *corpus*, são apresentados parâmetros estruturais e éticos de controle da reprodução discursiva na entrevista, os quais funcionam como mecanismos crítico-conversacionais que sustentam as relações de poder no contexto radiojornalístico.

Os mecanismos estruturais referem-se a um conjunto de ações que organizam e estruturam qualquer entrevista. Por um lado, o entrevistador pode agendar a entrevista; definir o seu local; determinar se será por telefone, e-mail ou face a face; fazer um roteiro que guie a entrevista; desconfiar da memória e gravar a entrevista – o uso de gravadores preserva a fala do entrevistado, recupera trechos da entrevista, possibilita ao entrevistador direcionar sua atenção totalmente ao entrevistado e ouvir repetidas vezes a entrevista; fazer perguntas abertas⁴⁴; realizar uma pergunta por vez; não fazer perguntas que já contenham a resposta; estimular o entrevistado com o contato visual; usar não verbais, como o meneio de cabeça, para indicar entendimento e atenção à fala do entrevistado; escolher e organizar os eixos temáticos; recuperar, na fala do entrevistado, o sentido sobre a realidade; conhecer estratégias linguístico-discursivas e comunicativas que induzam o entrevistado a fornecer as informações requeridas.

Por outro lado, também pode usar bloco de anotações, mesmo que use um gravador; testar o gravador ou aparelho de áudio; não desprezar o figurino (*dress code*); fazer perguntas simples, objetivas, claras e concisas; evitar usar um lugar-comum como pergunta, a fim de obter respostas inteligentes e originais; reconhecer o limite; desgravar, organizar e editar a entrevista desde que seja possível, e isso não

⁴⁴ As perguntas abertas são introduzidas pelas seis perguntas básicas do jornalismo e devem ser respondidas pelo entrevistado no desenvolvimento da entrevista radiojornalística: *quem, o quê, quando, onde, por quê e como*, embora o entrevistador também possa desenvolver o tópico ao longo dos seus turnos.

altere o que o entrevistado quis dizer; eleger o título e escolher uma frase interessante, dita pelo entrevistado ou pelo entrevistador e baseada na discussão, frase esta que resuma e reforce o assunto tratado na entrevista. Isso também funciona como recurso gráfico; revisar e publicar o texto (dependendo do tipo de entrevista, do conteúdo, objetivo, da estrutura e das circunstâncias); não repetir alguns sons (hãhã, uhn ou ahh) enquanto o entrevistado fala⁴⁵; finalizar a entrevista imediatamente se perceber que o entrevistado não domina o assunto para o qual foi convidado a falar.

Os parâmetros éticos estão relacionados ao comportamento e às atitudes do entrevistador como: perguntar antes se pode gravar, fotografar, filmar e fazer determinada pergunta; estar informado sobre o entrevistado; não roubar a ideia de ninguém, caso o entrevistador utilize referências e fontes que não são de sua autoria, recomenda-se citá-las; não inventar ninguém, mesmo o entrevistador tendo esquecido alguma pergunta, não entendido suas anotações rápidas ou perdido suas apurações/informações; ter paixão pelo Jornalismo, inclusive por entrevistar; perguntar por último – o entrevistador precisa perguntar ao entrevistado se pode encerrar a entrevista, pois ambos devem estar de acordo com o fim.

Esses mecanismos éticos também abrangem convenções como: pesquisar sobre o entrevistado; verificar a forma de tratamento para dirigir-se ao entrevistado; quebrar o gelo, ser cordial, simpático, flexível e interativo; utilizar estratégias de polidez, para preservar sua face e obter as informações pretendidas; saber ouvir atentamente o entrevistado; conquistar a confiança do entrevistado; utilizar *poker face* (expressão impassível), falsos elogios e outras dissimulações diante de uma informação espalhafatosa/estroncosa; explorar o ponto fraco do entrevistado, de modo que este revele/conte fatos ou informações relevantes; buscar a melhor maneira de fazer perguntas difíceis (polidez na linguagem) sem ofender o entrevistado; desligar o aparelho de áudio ou gravador, caso o entrevistado diga que o que vai falar ou está falando é *off the records* ou se ele interromper a entrevista para falar ao telefone.

Relacionando ao discurso radiojornalístico, salienta-se que tanto o entrevistador quanto o entrevistado (interactantes 1 e 2) não podem dizer o que

⁴⁵ Embora esse mecanismo seja defendido no Jornalismo, ele foi posto nesta subseção para, intencionalmente, ser refutado, pois essas palavras que representam sons são, na AC, marcadores conversacionais, elementos importantes para construção do texto falado e da interação. De modo inteligente, podem ser utilizados a favor do entrevistador como uma forma de demonstrar interesse, atenção e importância ao que o entrevistado fala, por exemplo.

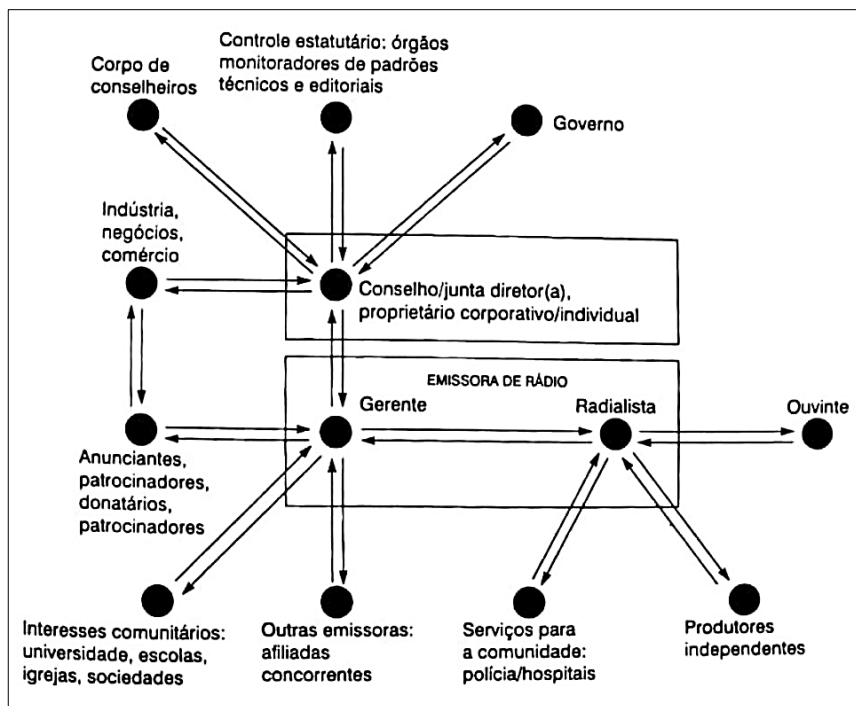
querem, segundo sua vontade ou de outrem, já que terão de observar as regras ditadas pela instituição e pela sociedade, seguindo-as e obedecendo-as, consoante as ordens do discurso (FAIRCLOUGH, 2001; SANTOS, 1999). Os mecanismos éticos e estruturais que entrevistador e entrevistado utilizam na realização da entrevista provam que os referidos sujeitos devem seguir normas institucionalizadas e convencionalizadas que representam as determinações/marcas sociais do discurso midiático, de outras estruturas sociais e das instituições a que ambos pertencem.

Quando ambos os sujeitos não dialogam ou comungam com essa realidade, o princípio da negociação de opiniões, de ideologias e de identidades sociais é rompido, do mesmo modo que o princípio da cooperação também o é, acarretando a demissão do funcionário – quando pertence à rede privada –, ou a punição administrativa – no caso de servidor público – do entrevistador e/ou do entrevistado no corpo social das entidades a que eles pertencem.

Quanto ao discurso do entrevistador da emissora radiojornalística, a própria instituição põe em cena as relações de controle e dominação possíveis, em virtude do lugar social e das relações verticais de poder existentes; o que pode ocorrer em emissoras de rádio e de TV que seguem determinados posicionamentos ideológicos e, no momento durante o qual os sujeitos que a representam, utilizam discursos que fogem às marcas sociais por ela impostas. Em quaisquer instituições ou empresas de natureza diversa, essas relações de poder se instauram e se operacionalizam.

A figura 11 mostra como uma série de conexões internas e externas, de relações de hierarquia e poder, estabelece-se numa emissora de rádio, de maneira que os vários sujeitos e setores vinculam-se e reproduzem formas de controle, a partir do proprietário corporativo ou individual, de conselhos diretores, de instituições de poder, a exemplo do governo, e de órgãos montadores de padrões técnicos e editoriais (controle estatutário) seguidos por determinada emissora. A referida figura ilustra a seguir o contexto de conexões típicas e pontos de pressão potencial de uma emissora de rádio, considerando as restrições e as normas institucionalmente marcadas a que o jornalista, o entrevistado e os demais sujeitos se submetem.

Figura 11 - Contexto de conexões típicas e pontos de pressão potencial numa emissora de rádio



Fonte: McLeish (2001, p. 23)

O discurso também abrange a referência a objetos ressignificados, criados e constituídos, havendo a luta de classes e de grupos sociais, por não aceitarem discursos estabilizados, objetos pré-construídos e convencionais, a exemplo das práticas discursivas de uma classe de profissionais quando reivindicam direitos e melhorias das condições salariais e trabalhistas. Ressalta-se que esse discurso socialmente constitutivo permeia as práticas discursivas de diversos grupos sociais e minorias, os quais buscam uma mudança discursiva e social.

Fairclough (2001) afirma que o discurso não apenas representa o mundo, mas ainda significa, constitui e constrói o mundo em significado, contribuindo para estabelecer e construir as relações sociais. Ademais, as práticas discursivas e sociais representam e reproduzem os modos como os lugares sociais dos sujeitos se estabelecem no discurso e no meio social. As relações verticais e horizontais deslocam-se, devido à multiplicidade dos sistemas de significação e representação cultural, a mudanças estruturais e institucionais (sociais).

Nos momentos discursivos das entrevistas selecionadas, as categorias crítico-conversacionais, as escolhas lexicais, gramaticais e os componentes contextuais dos eventos discursivos colaboram para a representação dos lugares sociais do

entrevistador e do entrevistado; todas essas categorias e esses elementos são constitutivos social e institucionalmente. Para observar tais lugares, tomou-se por base o discurso enquanto texto, prática discursiva e prática social, numa abordagem tridimensional (FAIRCLOUGH, 1989, 2001).

Com base no estudo da assimetria, da simetria e de outros mecanismos crítico-conversacionais, esta tese propôs uma definição de entrevista radiojornalística que considera não somente uma perspectiva textual-discursiva, como também, e sobretudo, que abrange uma perspectiva crítico-conversacional. Assim, a entrevista radiojornalística é um gênero oral de caráter assimétrico e/ou simétrico crítico-conversacional, bem como segue a tipologia expositiva e argumentativa, pois não apenas expõe fatos, mas ainda traz a sustentação de posicionamentos por entrevistadores, entrevistados e instituições das quais se originam os discursos para a manutenção das relações de poder, das assimetrias e das simetrias macrossociais, microsociais e conversacionais, notadamente quando se abordam importantes tópicos discursivos acerca de realidades e aspectos sociais.

Na subseção a seguir, traçou-se um percurso histórico do radiojornalismo alagoano e dissertou-se acerca de características do sistema de rádio como meio de comunicação que tem suas bases em elementos da oralidade e possui especificidades que dão a esse veículo uma série de vantagens em relação a outros meios. A linguagem radiofônica requer o uso da voz humana, e a palavra falada dota de alto poder comunicativo (FERRARETTO, 2014) e carrega sentidos cruciais ao entendimento dos fatos expostos e das opiniões evidenciadas.

4.5 O radiojornalismo alagoano

Ao longo da história, o radiojornalismo alagoano passou por um longo processo de evolução, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto do viés informativo, dispondo de funções específicas e atuando a partir de práticas radiofônicas diversas, segundo o gênero radiofônico que lhe convém, levando em conta o sistema de exploração da radiodifusão, notadamente da comunicação pública alagoana.

Os gêneros e os formatos radiofônicos foram surgindo, outros se reconfiguraram e evoluíram frente as práticas sociocomunicativas, bem como ante o surgimento e o avanço de tecnologias. Todavia, inicialmente, essa não era a realidade do radiojornalismo alagoano, não havia pluralidade de serviços, tampouco uma

programação que contemplasse tantos gêneros e formatos radiofônicos como acontece atualmente, o que não se justificava pela relegação de informações, mas pelo déficit de recursos técnicos. Nesse tocante, conforme Alencar (1991, p. 97) pontua:

Enquanto o rádio de antigamente concentrava a sua programação nas novelas, no humorismo, nos espetáculos musicais, nos programas de auditório, o rádio dos nossos dias, reduzido os custos com pessoal tem investido no radiojornalismo, dedicando à informação a base de sua audiência, na maioria dos casos e em relação, principalmente, às emissoras AM. Informação na forma dos noticiários curtos, em geral de hora em hora, nos jornais falados ou nas reportagens de rua, flagrando os acontecimentos ou ainda através da divulgação de notícias de utilidade pública.

Atualmente, nas estações AM (amplitude modulada) e FM (frequência modulada), o rádio tem-se difundido por todo o estado de Alagoas, seja por meio de emissoras localizadas na capital, Maceió, seja por emissoras dos municípios do estado. E, embora se saiba que a acessibilidade digital não é uma realidade para todos, especificamente, nesse caso, para os alagoanos, os recursos tecnológicos disponíveis hoje e a *Web 2.0*, por meio das redes sociais e da internet, além do próprio celular, permitem que o rádio chegue às regiões mais distantes, incluindo inúmeras emissoras de rádio de Alagoas, do Brasil e do exterior.

A atualização tecnológica, implantada pelo Instituto Zumbi dos Palmares (doravante IZP) nas emissoras que o formam, conta com equipamentos de transmissão e modernização operacional. Esses recursos tecnológicos abrangem uma nova torre de transmissão, que visa corrigir a limitação do alcance das emissoras do IZP, ampliando o sinal, antenas e três transmissores, melhorando a capacidade de transmissão das reportagens e de outros formatos radiofônicos, com som de qualidade, para todas as regiões de Alagoas, segundo SANDES (2012).

De acordo com Sandes (2012), objetivando melhorar o funcionamento das emissoras do sistema de comunicação pública de Alagoas, inclusive na parte de jornalismo, adquiriram-se câmeras externas, equipamentos para o controle mestre⁴⁶, ilhas de edição e mesa de corte e monitores. Além disso, Sandes (2012) declarou que há novos cenários para a produção dos programas, modernizaram-se estúdios, foram

⁴⁶ Consiste no ambiente da emissora onde se transmite tudo aquilo que vai ao ar. A equipe desse setor orchestra todos os programas da emissora e garante que se execute a grade de programação sem falhas, para que os espectadores possam ter acesso a qualquer programa sem grandes interrupções. Todos os intervalos da programação, os intervalos comerciais são minuciosamente trabalhados, com a finalidade de deixá-los mais atrativos e de falar de maneira direta com o público-alvo.

comprados processadores novos de áudio e microfones que beneficiaram as rádios e foi adquirido também um equipamento fundamental para o jornalismo, um Codec de Áudio para transmissão de reportagens externas, em alta qualidade.

Apesar disso, segundo Ferro e Ramires (2013), ainda há dificuldades estruturais e políticas quanto à carência de profissionais especializados para trabalhar nas rádios e no tocante a aspectos estruturais, devido ao escasso investimento em materiais diversos e novos equipamentos. Conforme matéria publicada no Portal Gazetaweb.com por Rodrigues (2019), o IZP não conta com um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), recebeu muitos cargos comissionados e falta investimentos em equipamentos e no capital humano, o que contribuiu para um quadro de sucateamento e baixa produção de conteúdo.

Rodrigues (2019) afirmou que, em virtude da desvalorização salarial, o IZP possuía aproximadamente 300 servidores concursados e formados nas mais diversas áreas de atuação, mas, atualmente, existem em torno de 125 profissionais efetivos e capacitados. Devido aos baixos salários e à aprovação em outros concursos públicos, os demais servidores pediram exoneração e não foram substituídos, o que resultou em várias nomeações de cargos comissionados para atender às necessidades das emissoras do IZP (RODRIGUES, 2019).

No tocante às práticas radiofônicas diversas e ao sistema de exploração da radiodifusão, o fato é que, em quaisquer gêneros radiofônicos (BARBOSA FILHO, 2009) – gênero jornalístico, educativo-cultural, de entretenimento, publicitário, propagandístico, de serviço ou especial –, circulam grupos de poder, que controlam o acesso ao discurso público e o discurso em si. Nesse sentido, cabe refletir sobre os sistemas de exploração da radiodifusão, os quais se desenvolveram conforme as implicações históricas e os objetivos que os grupos de poder lhes destinaram, para justificar as políticas da comunicação pública alagoana (ORTRIWANO, 1985).

Consoante Ortriwano (1985), esses sistemas de exploração da radiodifusão dividem-se em dois grupos básicos: o sistema de monopólio ou autoritário, em que o monopólio é do Estado, que, por intermédio da criação de uma empresa pública, explora a radiodifusão de forma direta para esse fim, contribuindo para o sucesso e a continuidade do sistema político, algo comum em países que conservam total e parcialmente uma política socialista; e o sistema pluralista, em que emissoras estatais e privadas convivem entre si e também prestam serviços comerciais.

Para Ortriwano (1985), o sistema pluralista de exploração da radiodifusão atua em duas linhas: numa perspectiva da teoria da responsabilidade social, dando prioridade à informação e ao entretenimento, contribuindo para potencializar as vendas, por meio da veiculação da publicidade; e sob a linha da teoria liberal, com o objetivo de informar, entreter, impulsionar as vendas, mas, principalmente, descobrir a verdade, submetendo o conteúdo da radiodifusão a mecanismos de controle, formados por sujeitos ou grupos dos diferentes segmentos sociais e culturais.

Certamente, tal concepção do sistema pluralista sob a ótica da teoria liberal não dialogue com as práticas discursivas e sociais efetivas da realidade do mundo atual, assim como de outros tempos, tendo em vista que, a bem da verdade, inúmeras emissoras jornalísticas, de rádio e de TV, utilizam por trás do discurso a lógica do sistema de monopólio ou autoritário, com o intuito de se manterem no poder e promoverem os próprios interesses. Não se trata de prestar serviço de qualidade ou levar informação ao espectador, com o objetivo de ele conhecer a “verdade”, mas utilizar essa “verdade” como uma estratégia hegemônica, para que, consciente ou inconscientemente, os grupos dominados concebam dadas informações como verdade única e absoluta e propaguem-nas de tal maneira.

Uma das formas a partir da qual os grupos dominantes controlam e acessam o discurso é a tecnologização do discurso, por intermédio das tecnologias do discurso (FAIRCLOUGH, 1989, 2001), planejadas com o fito de terem efeitos particulares sobre os grupos dominados; tanto a tecnologização quanto as tecnologias discursivas possuem um efeito colonizador e disseminador preponderante sobre a sociedade, por meio das ordens do discurso, e fazem parte de uma análise foucaultiana sobre as tecnologias e técnicas de poder, a serviço do biopoder moderno, a qual se estende ao discurso.

A tecnologização do discurso é uma tendência de controle sobre partes cada vez maiores da vida dos sujeitos, processo que permite aos detentores de poder propagarem um discurso hegemônico, aplicando estratégias de poder e técnicas discursivas, em contextos diversos, sendo progressivamente adotadas por agentes sociais designados, em locais institucionais específicos (FAIRCLOUGH, 2001). As tecnologias do discurso funcionam como “[...] tipos de discurso que envolvem a aplicação mais ou menos autoconsciente do conhecimento científico social para fins de controle burocrático” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 211), em diversas instituições.

Elas [as tecnologias discursivas] representam um efeito bastante generalizado da burocracia e do estado moderno sobre a ordem social do discurso. [...] elas passaram a ter um status transinstitucional que lhes permite serem atraídas – colonizar – para toda uma variedade de instituições, e articuladas com outros elementos discursivos de diversas maneiras. Elas correspondem ao que algumas pessoas chamam de *gêneros*, embora eu ache o termo insuficientemente específico para o que tenho em mente. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 213, tradução nossa).

O controle do discurso público e o acesso a eles indicam a existência de relações de poder em todos os contextos dos gêneros radiofônicos, mas, sobretudo, a relação de interesses por parte de instituições, de membros (ou de grupos) dominantes e de organizações que visam atingir seus interesses. Isso implica dizer que, quando uma emissora abre espaço para um cidadão comum reivindicar um direito constitucional, há todo um conjunto de interesses por trás do acesso ao discurso público, que se direciona às massas ou a grupos sociais específicos – incluindo outros grupos de poder, quando há conflitos de interesses entre dois grupos poderosos.

Tais interesses abrangem desde a construção de imagem positiva do proprietário da emissora estatal ou privada, com vistas a lhe render mais prestação de serviços por pessoas físicas e jurídicas, até a promoção de um governante ou pretense sujeito político a ocupar um cargo dessa natureza. Isso justifica o fato de os membros que possuem emissoras de rádio e/ou de TV controlarem os discursos de suas organizações e instituições e, portanto, de seus jornalistas, que, consciente ou inconscientemente, propagam discursos hegemônicos e subversivos, muitas vezes, discursos que fazem sujeitos críticos pensarem sobre em que medida as convenções sociais (ordens de discurso) preconizadas pelas referidas instituições beneficiam grupos dominados e a sociedade como um todo.

Todas essas reflexões teóricas iniciais desta seção intentam um posicionamento e um pensamento mais críticos sobre a atuação dos grupos de poder no contexto midiático e institucional num sistema pluralista de exploração da radiodifusão alagoana, considerando que a ideia de oferecer uma programação educativa e cultural e conteúdo de qualidade apontam para relações de interesse empreendidas pelos grupos de poder, para construção da referida imagem positiva da instituição/emissora, em prol de si.

O financiamento das rádios públicas do país (nesse contexto, também se inserem as TVs) pode ser um grande desafio para quem atua na esfera pública, por a

atividade de radiodifusão exigir projetos e investimentos constantes e substanciais em tecnologia e em novos modos de produção, serviço de pessoal qualificado e em número suficiente, para atender à produção de conteúdos e dos programas que precisam ir ao ar no dia a dia, na televisão e nas rádios. Por isso, não se pode ignorar, em todo esse cenário, a necessidade de mais recursos por parte da esfera pública (seja ela municipal, estadual, seja federal), mesmo carecendo de parcerias entre dois ou todos esses níveis, somando forças ao esforço dos governos e da captação de recursos, se os estados, de modo isolado, não tiverem como subsidiar totalmente os custos com a modernização do aparato tecnológico e ampliação de pessoal, a fim de resolver problemas operacionais e transmitir a programação com qualidade.

Todavia, ainda que exista todo o suporte necessário para efetivar as práticas radiofônicas e pôr a emissora em bom funcionamento, o sistema pluralista de exploração da radiodifusão na comunicação pública deve focar numa comunicação que seja educativa, cultural, científica e prestadora de serviço, de modo que possa contribuir com a formação da juventude, da comunidade e com o espírito mais crítico da população como um todo (SANDES, 2012). Para tanto, é imprescindível consolidar práticas sociais e discursivas, em prol de uma mudança social e discursiva, que desenvolva, de fato, o senso crítico dos espectadores, legitimando o valor social da comunicação pública, na transmissão dos fatos e das informações veiculados no rádio, com vistas a estimular a expansão de uma sociedade crítica, atuante, democrática e beneficiária dos serviços, das políticas e dos lugares sociais que também tem o direito de acessar enquanto cidadãos.

De fato, as temáticas abordadas nas entrevistas do programa da emissora pública alagoana que constituem o *corpus* desta tese são socialmente relevantes, porque evocam tópicos diretamente ligados aos direitos e às garantias sociais dos sujeitos, direitos e garantias estabelecidos sob a ótica da legalidade e da constitucionalidade. No entanto, é preciso pensar na propagação de práticas discursivas e sociais (como leis e decretos que amparam a sociedade e asseguram o bem-estar social) que impulsionem uma mudança discursiva e social, materializando tais direitos e garantias sociais, em benefício daqueles que devem ser favorecidos – o público-espectador, os sujeitos que compõem os grupos dominados e que não acessam o discurso público, para reivindicar, principalmente, melhorias sociais, mas,

primordialmente, para satisfazer os interesses dos grupos de poder, seja em instituições públicas, seja em privadas.

Não apenas a seção que trata sobre o poder, mas ainda esta seção e a das análises retomam aspectos concernentes aos grupos dominantes e às suas práticas no exercício do poder, visto que são das relações de poder reproduzidas no discurso radiojornalístico alagoano das quais esta tese se apropria. Assim, em alguns momentos, questões voltadas à reprodução discursiva do poder podem ser retomadas para endossar certos apontamentos e determinadas concatenações, embora esta seção se dedique a traçar um percurso histórico do radiojornalismo alagoano, daqui em diante.

A primeira tentativa de se implantar uma estação de rádio em Alagoas ocorreu em 1925, quando Mário Marroquim fundou, junto a um grupo de idealistas, a Rádio Clube de Alagoas. Existiam dificuldades do ponto de vista financeiro, no sentido de captar recursos para a compra de equipamentos, por não haver quem se dispusesse a aplicar dinheiro nesse tipo empreendimento, mas somente em usinas de açúcar e fábricas de tecidos. Os investidores e capitalistas da época não enxergam viabilidade em investir numa rádio em Alagoas, configurada como um investimento aleatório e deficitário (ALENCAR⁴⁷, 1991, 2004; CARVALHO, 2008).

A falta de investimentos, de patrocínio e de recursos levou a Rádio Clube de Alagoas a armazenar seu pequeno patrimônio nos cofres de um banco e a fechar as portas. Apesar disso, houve outras tentativas que objetivavam colocar, em funcionamento regular, uma estação de rádio em Alagoas, com estrutura técnica adequada e um elenco de profissionais qualificados, inspirada no surgimento da radiodifusão no Brasil. Em 1933, nos altos da Loja Americana, na Rua 2 de Dezembro, no Centro, onde funcionava a Farmácia Pasteur no térreo, os técnicos Jacques Mesquita e Luiz Gonzaga instalaram, em Maceió, a chamada Estação Experimental, uma pequena emissora, que teve curta duração (ALENCAR, 1991, 2004).

Segundo Alencar (1991, 2004), embora as opções de divertimento fossem limitadas ao público nesse período, o ambiente artístico-cultural em Maceió atuava por intermédio do Teatro Escola Infantil, no Teatro Deodoro, com Rosalvo Mota. Além disso, Haroldo Miranda e Antonio Cavalcanti dirigiram, aos domingos, das 9 às 12h,

⁴⁷ Pseudônimo utilizado, no contexto artístico, por Cassimiro de Farias Cardoso, advogado, procurador do estado, radialista, jornalista e escritor.

um programa de auditório, no Cinema Capitólio, com calouros, distribuição de prêmios, cantores e outras atrações.

Como não havia ainda uma estação de rádio, seguindo os preceitos técnicos e legais, o locutor Jorge de Sá, um dos pioneiros do rádio alagoano e da televisão no Recife, introduziu a novidade do carro de som, em Maceió, utilizando um automóvel Opel, de cor azul, com duas cornetas de alto-falantes sobre a capota, presos num estrado de madeira, e, no interior do carro, um toca-discos acolchoado de forma devida, para a agulha não escorregar no disco de 78 rotações. Circulando pelas ruas centrais de Maceió, Jorge de Sá, numa “estação de rádio” ambulante era locutor, operador de som e motorista da viatura, bem como divulgava anúncios, programas de auditório, sucessos musicais e informações diversas de utilidade pública.

Na Feira de Atrações e na Festa da Mocidade, devido à falta de uma estação de rádio, ofereciam-se palcos e microfones, para a exibição dos mais famosos artistas nacionais e internacionais da época. Apesar de uma das edições da Festa da Mocidade realizar-se no gramado da Pajuçara, nas proximidades do antigo Cinema Rex, esse evento, organizado e promovido por Rosalvo Mota, Hegessipo Caldas e Hélio Taveiros, realizava-se, costumeiramente, ao ar livre, na Praça Afrânio Jorge (Praça da Faculdade de Medicina), antiga Praça do Bom Conselho, depois denominada Parque Rodolfo Lins e popularmente conhecida como Praça do Pirulito. Apresentaram-se cantores consagrados, como Carlos Galhardo, Nelson Gonçalves, Moreira da Silva, Jararaca e Ratinho, as Irmãs Batista (Linda e Dirce), Ataulfo Alves e Suas Pastoras, Alvarenga e Ranchinho e o que havia de melhor como intérpretes da música popular brasileira (ALENCAR, 1991, 2004; CARVALHO, 2008).

Todo esse movimento artístico e cultural, sempre com grande sucesso de público, apontava a necessidade de uma estação de rádio, não obstante Alagoas continuava a ser a zona de silêncio do Brasil; diferentemente de outras capitais nordestinas – Rádio Clube de Pernambuco (Recife), Ceará Rádio Clube (Fortaleza) e Rádio Sociedade da Bahia (Salvador) –, Maceió não possuía uma emissora. Mesmo com todos os esforços despendidos, ainda não havia uma estação de rádio, em consequência das várias e significativas dificuldades para sua instalação, motivadas por implicações de natureza política, custos elevados, pagamento de elenco, importação de material, entre outros fatores (ALENCAR, 1991, 2004).

Tais implicações não permitiram que os incansáveis e inquietos pioneiros desistissem de retirar Alagoas da zona de silêncio, no âmbito do radiojornalismo, tanto que, em novembro de 1935, os locutores José Renato, Josué Júnior, Mayeber de Carvalho e o empresário de artistas Rosalvo Mota, assim como os técnicos Jacques Mesquita, Miguel Correia de Oliveira e Luiz Gonzaga levaram ao ar o Centro Regional de Anúncios Falados (CRAF), um serviço de alto-falantes estruturado técnica e artisticamente que passou a funcionar com uma programação regular, como uma estação de rádio.

O CRAF era uma miniemissora, evidenciava-se no que se refere à programação e ao suporte técnico, quando comparada a uma emissora de rádio de pequeno porte, e suas transmissões tinham audiência absoluta em Maceió; contudo funcionava de modo clandestino, por não ter autorização e registro no Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), repartição pública que controlava as concessões, para operar. O sucesso foi resultado do trabalho dos pioneiros do rádio alagoano, os quais atuavam na produção e transmissão das atividades radiofônicas, o que se confirmava pelo grupo de profissionais formado por cantores, locutores, músicos e técnicos (ALENCAR, 1991, 2004).

O lançamento da radiotransmissora foi um dos marcos em matéria de radiodifusão em Alagoas, nos anos 1930, e a programação artística e cultural ao vivo da miniemissora dinamizou-se de tal maneira que o CRAF promoveu um concurso de calouros, intitulado “Qual a melhor voz do CRAF?”, e os vencedores apresentaram-se no Clube Fênix Alagoana, em setembro de 1937. Além das atividades de cunho artístico e cultural, havia a necessidade de angariar anúncios para cobrir as despesas com a emissora.

Ainda nesse mesmo ano, Oscar Moreira Pinto, grande empresário do rádio pernambucano, sintonizou a onda do CRAF em Catende, interior de Pernambuco, levando-o a fazer uma denúncia formal à administração dos Correios, que lacrou o transmissor da estação clandestina e determinou seu fechamento, encerrando as atividades da “emissora-mirim” de Maceió (ALENCAR, 1991, 2004; RAMIRES; FERRO, 2010). Isso não fez os idealistas do rádio alagoano desistirem. Os pioneiros aproveitaram o equipamento transmissor do CRAF e instalaram o Serviço de Alto-falantes de Maceió, com 12 bocas de som espalhadas pela capital, por meio das quais

se difundiram anúncios, música popular e transmissões esportivas. A central situava-se na Rua do Comércio, 600, nas proximidades da Praça dos Martírios.

Outro marco importante na história da radiodifusão de Alagoas foi a tentativa de implantação da Rádio de Rio Largo pelo Comendador Gustavo Pinto Guedes de Paiva. Naquele período da década de 1930, eram evidentes a divergência de interesses estratégicos e a luta por espaços de poder político entre os grupos detentores do capital em Alagoas, representados pelos senhores de engenho, usineiros e industriais de tecidos (PAIVA FILHO, 2013).

Segundo Paiva Filho (2013), Propício Pedroso Barreto idealizou o empreendimento financiado por comerciantes portugueses, brasileiros e ingleses, residentes em Maceió, entre os quais se destacava o comendador Teixeira Basto, e a estação de rádio da Companhia Alagoana chegou ao seu apogeu sob o comando de Gustavo Paiva. Foi um acontecimento inédito na história de Rio Largo, tendo sua programação divulgada na edição de 13 de outubro de 1938 do Jornal de Alagoas.

A Rádio de Rio Largo, de propriedade da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, entrou no ar em 16 de outubro de 1938, um dia de domingo, a partir das 18h, por intermédio de concessão especial das autoridades, por ocasião das festividades comemorativas do aniversário de 50 anos da fundação das indústrias têxteis de Rio Largo, cujo marco inicial deu-se em 15 de outubro de 1888, com a fundação da fábrica Cachoeira. A transmissão do programa comemorativo ocorreu para todo o território alagoano, em ondas de novecentos e vinte quilociclos, ou trezentos e vinte e seis metros, com o intuito de divulgar aos alagoanos a realidade vivida pelos operários das fábricas de tecidos Cachoeira e Progresso (MARINHO, 2011; PAIVA FILHO, 2013; VIEIRA, 2018).

Conforme Paiva Filho (2013), a legalização da emissora não ocorreu por motivações políticas, pois o Interventor Federal Osman Loureiro, indicado para governar Alagoas durante o regime político brasileiro conhecido por Estado Novo, não permitiu que a estação de rádio de Gustavo Paiva se mantivesse no ar. Considerou-se o fato de Alagoas não possuir uma estação oficial de rádio e de uma indústria de tecidos deter o controle dos meios de comunicação de massa, naquela época. Ademais, “A falta de interesse do governo no funcionamento da rádio representa fielmente a estratégia dos usineiros em permanecer com essa hegemonia política” (PAIVA FILHO, 2013, p. 165-166).

Paiva Filho (2013), neto do Comendador Gustavo Paiva, declarou que seu avô era um homem cosmopolita, independente, do ponto de vista econômico, sem vínculos partidários e gozava de elevado prestígio popular; mesmo sem a estação de rádio, as reverências da comunidade de Rio Largo continuavam a seu líder Gustavo Paiva. O poder político da aristocracia canavieira – da qual Osman Loureiro Farias – passou a ser ameaçado pelo Comendador Gustavo Paiva, um representante das classes conservadoras progressistas, oriundo da burguesia industrial do ramo dos tecidos, que punha em prática ideias inovadoras de caráter socialista (PAIVA FILHO, 2013).

Ticianeli (2015b), ao narrar a própria História de Alagoas acerca das personalidades do estado, relata que, num período durante o qual as leis trabalhistas engatinhavam no Brasil, e ainda permeavam as relações escravistas abolidas poucos anos antes no país, Gustavo Paiva passou a adotar relações mais humanizadas entre a empresa que administrava e os trabalhadores, por meio de investimentos que proporcionavam educação, saúde, recreação, lazer, religião e cultura aos operários e seus filhos, sem descuidar de garantir os direitos trabalhistas, mesmo não estabelecidos em lei, até então. Paiva Filho (2013) explica que o prestígio e o poder de Gustavo Paiva incomodavam algumas autoridades, causando admiração e receio, por todas as realizações do comendador do povo serem sem precedentes em Alagoas e no Brasil, o que contribuiu para que a estação de rádio da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos não fosse mais ao ar.

A cidade de Rio Largo passou a sediar uma emissora de rádio própria em 31 de janeiro de 1963, a partir da constituição da Rádio Clube de Rio Largo, com sede provisória na rua Judith Paiva, nº 452, edifício onde funcionava o antigo cassino dos operários, no centro da cidade. Apesar de ter sido constituída naquele ano, o funcionamento deu-se no início da década de 1970 (PAIVA FILHO, 2013).

Consoante Marinho (2013), a Rádio Clube de Rio Largo foi levada para Maceió, sob decisão dos proprietários da concessão de exploração dos seus serviços de radiodifusão, ainda no início da década de 1990, quando o então governador Geraldo Bulhões sancionou a Lei da Região Metropolitana, que estabelecia a possibilidade de as rádios existentes em regiões metropolitanas terem suas sedes transferidas para a capital alagoana, Maceió. Assim, transferiu-se a Rádio Clube de

Rio Largo, cujo nome passou a ser Rádio Maceió AM, mas com a frequência e o prefixo mantidos, 1020 kHz, prefixo ZYH 247.

Em conformidade com Alencar (1991, 2004) e Ramires e Ferro (2010), durante a Segunda Guerra Mundial (entre 1939 e 1945), por algum tempo, funcionou a Rádio Rosa da Fonseca, designada exclusivamente ao Esforço de Guerra (por isso, também chamada Rádio Esforço de Guerra), localizada no Quartel da Polícia Militar de Alagoas, na Praça da Independência. A Rádio Rosa da Fonseca foi dirigida pelo tenente Saboia, do Exército, e promoveu campanhas junto à população, com a finalidade de arrecadar material, como alumínio, ferro, cobre, prata, painéis, papéis de alumínio, caldeirões, entre outros materiais destinados à fabricação de artefatos bélicos para as tropas aliadas.

Além de a Rádio Rosa da Fonseca contribuir para as Pirâmides da Vitória – metais doados pelo povo, armazenados em terrenos públicos e particulares e utilizados como matéria-prima, com o objetivo de fabricar equipamentos bélicos para as forças aliadas –, transmitia ainda ordens das autoridades à população, a exemplo dos procedimentos a serem seguidos durante os *blackouts* – cortes de energia elétrica, no período noturno – e da reação contra as atividades da Quinta-Coluna – espiões nazistas em território brasileiro (ALENCAR, 1991, 2004; CARVALHO, 2008).

Segundo Carvalho (2008), Ib Gatto Falcão, tenente-médico que serviu no 20º Batalhão de Caçadores do Exército, em Maceió, à época da guerra, declarou que a Rádio Rosa da Fonseca funcionou entre 1942 e 1945, supervisionada pelo tenente Lourival de Melo Mota, chefe da Defesa Passiva Antiaérea em Maceió, e coordenada pelo tenente Saboia, seu auxiliar direto. No dia 15 de setembro de 1945, o jornal “A Notícia”, vespertino de circulação em Maceió, publicou uma nota sobre o funcionamento da PYN-2, em fase experimental, localizada na Praça dos Martírios (ALENCAR, 1991, 2004).

Em 1º de outubro de 1945, o referido jornal publicou a crônica “Um pouco de Alagoas”, do alagoano Alpheu Domingues, que afirmou ter captado nos Estados Unidos a transmissão da emissora PYN-2, por mera casualidade, quando procurava uma emissora do Rio de Janeiro, com o intuito de ouvir os programas de rádio. Embora Alencar (1991) tenha contatado o Prof. Moacir Medeiros de Sant’Ana, Diretor Geral do Arquivo Público de Alagoas, e o jornalista Josué Junior, não obteve maiores

informações acerca da emissora PYN-2 e acredita que a emissora tenha durado um ou dois meses, apenas.

Em maio de 1948, Silvestre Péricles de Góis Monteiro, governador do Estado de Alagoas (1947-1951), dirigiu-se ao Rio de Janeiro, para visitar seu irmão Pedro Aurélio de Góis Monteiro, senador por Alagoas (1947-1951) e o general brasileiro mais influente entre 1930 e 1950. Segundo Carvalho (2008), Pedro questionou Silvestre sobre o fato de Alagoas não possuir uma emissora de rádio e continuar a ser a zona de silêncio do Brasil. Ao voltar a Maceió, o governador Silvestre Péricles convocou aliados e tentou viabilizar o projeto por meio das vias legais, contudo, não obteve apoio parlamentar tanto na Assembleia Legislativa, quanto na Câmara Federal.

Em virtude da falta de apoio, Silvestre Péricles recorreu à polícia, por intermédio de Antonio de Góes Ribeiro, secretário de segurança pública, e do coronel Osman Lopes, comandante da PM, convocando-os para uma reunião de emergência em seu gabinete. Uma hora depois, o secretário e o comandante da PM enviaram patrulhas policiais à cidade, em busca dos principais bicheiros. Com os contraventores reunidos na sala de despacho do palácio, Silvestre Péricles alegou que os deputados negaram recursos para a instalação da emissora de rádio em Alagoas e que, por isso, precisava da contribuição financeira dos bicheiros, com a qual comprou o transmissor e os equipamentos de última geração (CARVALHO, 2008).

As transmissões experimentais da Rádio Difusora de Alagoas iniciaram-se no dia 17 de agosto de 1948, das 21h15 às 23h30. A emissora era uma organização irregular entre 1948 e 1953, já que não fora criada por lei específica, e os salários de seus funcionários eram pagos no gabinete do secretário de Segurança Pública, o qual arrecadava os recursos diretamente com os bicheiros. Mesmo com os entraves do ponto de vista político e jurídico, a Pioneira entrou no ar, financiada com dinheiro do jogo do bicho, por meio de um transmissor de 10 kW de potência, instalado no Planalto da Jacutinga, em terreno onde se localiza atualmente o prédio do Tribunal de Contas de Alagoas (CARVALHO, 2008).

Também em agosto de 1948, a direção da emissora publicou anúncios no jornal “A Notícia”, para divulgar o sorteio de prêmios aos primeiros anunciantes da rádio e convocar a classe artística alagoana, técnicos e operadores de alto-falantes, a fazer testes na Difusora. Com o objetivo de constituir um elenco respeitável de radialistas, cantores, músicos, humoristas e atores, os testes eram realizados sob o comando de

Josué Junior, primeiro diretor-artístico da emissora, e de Aldemar Paiva, produtor, ator, poeta, comediante, roteirista e comunicador versátil, que fez sucesso no rádio, na TV, no teatro e na imprensa escrita (ALENCAR, 1991; CARVALHO, 2008).

No dia 16 de setembro de 1948, às 19h30, ocorreu a inauguração solene da ZYO-4, Rádio Difusora de Alagoas, a “Emissora Caçula das Américas”, em dependências do Jardim Infantil Ismar de Góes Monteiro, da Secretaria de Educação, onde funciona atualmente o Centro de Belas Artes de Alagoas, na Rua Pedro Monteiro, nº 108, no Centro de Maceió, local escolhido para sediar o primeiro endereço da emissora, temporariamente. A emissora passou a ter como diretor-geral Mário Marroquim, que proferiu, naquela noite, o discurso inaugural, e como diretor artístico, redator e locutor Josué Junior, que chamou o chefe do governo do Estado para discursar, cujo final se encerra com a declaração de que, a partir daquele momento, Alagoas deixava de ser a zona de silêncio do Brasil.

A inauguração solene realizou-se às 19h30 do dia 16 de setembro de 1948, embora a programação tivesse começado a ser transmitida às 7h, manhã de uma quinta-feira, feriado da Emancipação Política de Alagoas. A primeira voz ouvida na emissora foi a do locutor Josualdo Ribeiro, que anunciou o prefixo da Rádio Difusora e leu a crônica “Bom Dia Alagoas”; seguiu-se a programação de “músicas ligeiras”, intitulada “Há música nos céus de Alagoas”. A Rádio Difusora de Alagoas somente começou a existir dentro dos parâmetros legais, a partir de 31 de julho de 1953, no governo Arnon de Mello, que assinou a Lei 1.708, de 31 de julho de 1953, e oficializou-a como autarquia estadual (ALENCAR, 1991; CARVALHO, 2008).

A “Caçula das Américas” tinha audiência absoluta, pois Alagoas passou a captar, na nomeada “Época de ouro”, de 1948 até 1960, as primeiras imagens de televisão, vindas do Recife, razão por que os auditórios lotados eram resultado do sucesso dos programas esportivos, humorísticos, novelas, radioteatro e musicais, assim como dos programas de variedades, que vendiam ingressos e distribuíam prêmios; grande parte desses programas apresentava-se ao vivo. Durante a Época de ouro, era sinônimo de requinte ir ao auditório da Difusora prestigiar os artistas alagoanos (CARVALHO, 2008).

Com a oficialização da Rádio Difusora de Alagoas, a pioneira no estado, outras emissoras de amplitude modulada (AM) e de frequência modulada (FM) começaram a surgir a partir do final da década de 1950 e do início da década de 1960. Em 15 de

novembro de 1958, surgiu a segunda estação de rádio em Maceió, a Rádio Progresso de Alagoas, que se instalou no 6º andar do edifício Ary Pitombo, na Praça dos Palmares, no comitê do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com a finalidade oferecer apoio aos programas políticos do partido cujo líder nacional era Getúlio Vargas (ALENCAR, 2004).

Segundo Alencar (2004), a Rádio Progresso, emissora do PTB, recrutou um grupo de artistas e locutores renomados do rádio nordestino para compor seu quadro, assim como abriu espaço para que artistas da emissora fizessem carreira política. Alguns dos radialistas talentosos que se integraram à equipe da Rádio Progresso de Alagoas vieram da Rádio Difusora de Alagoas, da Rádio Sociedade da Bahia e TV Aratu, de Salvador. A Rádio Progresso veio a ser adquirida pelo grupo de Assis Chateaubriand e incorporou-se à rede dos Diários e Emissoras Associados do Brasil; posteriormente, tornou-se uma emissora de cunho religioso e recebeu os nomes de Rádio Milênio e Rádio Imaculada Conceição (ALENCAR, 2004).

De acordo com Ticianeli (2015a) e informações históricas divulgadas no site da Rádio Penedo FM, em 25 de abril de 1959, a Emissora Rio São Francisco de Penedo, a mais antiga rádio do interior de Alagoas, foi ao ar, em fase experimental, por iniciativa do então prefeito Dr. Hélio Nogueira Lopes, num prédio doado, localizado na Praça Jácome Calheiros, para o funcionamento da rádio. A concessão AM da emissora foi outorgada para a Cooperativa Pindorama por meio de René Bertholet, fundador e diretor da cooperativa, mas o Dr. Hélio Nogueira Lopes o procurou e conseguiu dele a transferência de autorização para direcionar a concessão à Prefeitura de Penedo.

No final da década de 1980, o estado de Alagoas recebeu várias concessões de emissoras de Frequência Modulada (FM), especificamente para as cidades de Maceió, Arapiraca, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Penedo. A partir do desejo de implantar, em sua cidade natal, uma emissora FM moderna e voltada à cidade de Penedo e na região sul de Alagoas, Dr. Hélio Lopes e seu filho, engenheiro Ronaldo Pereira Lopes, iniciaram o trabalho de implantação da Rádio Penedo FM (97,3 MHz).

Conforme os dados históricos relatados no site da Rádio Penedo FM, em 17 de fevereiro de 1990, a Emissora Rio São Francisco migra para nova frequência (97,3 MHz), e inaugura-se a Rádio Penedo FM, que envolve uma programação relacionada

a diversos gêneros radiofônicos, como o jornalístico, de entretenimento, publicitário, propagandístico e de serviço. A Rádio Penedo FM conecta-se com o mundo a partir do rádio e da internet (www.penedofm.com.br) e está presente na região Sul de Alagoas nos municípios de Penedo, Igreja Nova, Piaçabuçu, Feliz Deserto, Coruripe, Porto Real do Colégio, São Sebastião, Junqueiro, Feira Grande, Teotônio Vilela, Campo Grande, Olho D'Água Grande, Arapiraca, Lagoa da Canoa, São Brás, Traipu, São Miguel dos Campos, Campo Alegre, Igaci, Palmeira dos Índios, Taquarana e Girau do Ponciano; em Sergipe, a programação é ouvida por espectadores de Neópolis, Santana do São Francisco, Brejo Grande, Ilha das Flores, Própria, Pacatuba, Nossa Senhora da Glória, Malhada dos Bois, Muribeca, Gararu, Telha, Japoatã, Porto da Folha, Cedro de São João, entre outros.

Alencar (2004) assim como Ramires e Ferro (2010) apontam que se inaugurou a Rádio Gazeta AM (1260 kHz) em 02 de outubro de 1960, doze anos após a Rádio Difusora, para complementar um complexo de comunicação do empresário e político alagoano Arnon Affonso de Farias Melo, a Organização Arnon de Mello, que, na época, já produzia o jornal Gazeta de Alagoas, bem aceito pelos leitores alagoanos. Arnon de Mello conseguiu o canal de rádio junto ao Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) e confiou a José Barbosa de Oliveira a tarefa de implantar a Rádio Gazeta de Alagoas, com estúdios instalados onde funcionava o jornal Gazeta de Alagoas, na Rua do Comércio, 515, centro de Maceió, um transmissor de 1 kW e uma torre de transmissão nas proximidades das dunas do Pontal da Barra.

Desde as primeiras transmissões até a formação de uma boa equipe de profissionais do rádio, a nova emissora passou por dificuldades, pois concorria com a Rádio Difusora e a Rádio Progresso de Alagoas. Na ocasião, Cláudio Alencar assumiu a direção artística da Rádio Gazeta AM e junto a José Barbosa de Oliveira investiu especialmente na área de esportes e no radiojornalismo, contratando os melhores profissionais e radialistas de Alagoas nessas áreas (ALENCAR, 2004).

Para Ramires e Ferro (2010), ainda na década de 1960, a Rádio Gazeta atravessou o período durante o qual o rádio AM era exclusivamente musical, obteve sua liderança em audiência e se consolidou junto ao mercado publicitário e ao público-ouvinte. A emissora transmitiu fatos históricos importantes, como a chegada do homem à lua (1969) e o atentado de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque (EUA).

A Rádio Gazeta AM (1260 kHz) consagrou-se como uma emissora jornalística, com uma programação estruturada em diferentes gêneros radiofônicos, jornalístico, de entretenimento, de serviço e outros, incluindo programas voltados ao esporte, à música, à política e a notícias. Conforme Santos (2019), atualmente, essa tradicional rádio da Organização Arnon de Mello (OAM) migrou da frequência AM para FM (98,3 MHz) e contempla uma programação com jornalismo, esporte, música, publicidade, propaganda, entretenimento e interatividade pelas mídias sociais, podendo ser ouvida por aparelhos de rádio ou pela internet (www.radiogazetaweb.com ou www.gazetaweb.globo.com/portal/).

Santos (2019) informa que, em termos de investimentos, de acordo com o diretor de tecnologias da OAM, Jaime Fernandes, como já dispunham de infraestrutura, o principal equipamento de maior valor de compra foi o transmissor de FM; as antenas, os cabos, conectores, processadores digitais e demais periféricos tiveram desembolso imediato. Segundo Santos (2019), Jaime Fernandes explicou que a nova rádio 98 FM se enquadra na classe A4, com potência autorizada de 5 KW e com alcance em linha reta de 40 a 60 Km, e que a migração foi necessária porque comercialmente os mercados se fecharam às rádios AM, em decorrência de o modelo AM não possuir a qualidade de som das FMs. O diretor de Programação e Operações das Rádios da OAM, Gilberto Lima, comunicou à repórter que a mudança também foi motivada pela queda de audiência e de retorno financeiro afetado por uma crise econômica (SANTOS, 2019).

Consoante Ramires e Ferro (2010), no dia 08 de fevereiro de 1962, com a outorga de concessão autorizada por meio do decreto nº 593, de 08 de fevereiro de 1962, surgiu a Rádio Educadora Palmares de Alagoas, emissora da arquidiocese de Maceió, instalada ao lado da entrada principal da catedral metropolitana, com o objetivo de divulgar as ações da Igreja Católica, posto que, naquele período, não havia grande interesse de investimento por parte de evangélicos e seguidores de outras vertentes religiosas (ALENCAR, 2004). Segundo Alencar (2004), havia dificuldades de estruturação, em termos técnicos, administrativos e artísticos, para o funcionamento da rádio, as quais foram sendo amenizadas quando o arcebispo dom Miguel Felon convocou alguns sacerdotes para administrar a emissora, a exemplo dos padres Humberto Cavalcanti e Fernando Lório.

De acordo com Alencar (2004), a Rádio Educadora Palmares de Alagoas solicitou a colaboração do professor João Azevedo, reitor da Universidade Federal de Alagoas e pessoa ligada à literatura e de formação religiosa, e contratou vários radialistas que foram dispensados da Rádio Gazeta de Alagoas, AM 1260 kHz. Edécio Lopes e Jurandir Tobias comandaram a estruturação e ficaram responsáveis pelo departamento de jornalismo; Jalon Cabral, pela direção comercial e locução; Afrânio Jorge, pela locução; Sabino Jorge, pelo jornalismo esportivo; Hugo Santana, pela animação de programas de estúdio; Fernando Gomes, pelas finanças; e João Azevedo, representava a arquidiocese de Maceió (ALENCAR, 2004).

Apesar da boa composição técnica, administrativa e artística, os problemas aumentavam, devido às despesas elevadas, comparadas às receitas, não havendo condições de atender às exigências legais de instalação de um transmissor de 5 kW, com prazo curto de pagamento. Assim, a emissora foi vendida ao plantador de cana, pecuarista e ex-governador do Estado de Alagoas José Tavares, que a recuperou tecnicamente e transferiu suas instalações para uma casa de sua propriedade (ALENCAR, 2004; RAMIRES; FERRO, 2010).

Em seguida, o Grupo Edson Queiroz do Sistema Verdes Mares de Comunicação, do Ceará, comprou a rádio. Entre os anos de 1980 e 1990, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, por intermédio do Sistema Novo Tempo de Rádio – via satélite, passou a administrá-la; logo após, a emissora recebeu o nome de Rádio Paraíso, sendo gerida pelo vereador e reverendo João Luiz. Mais tarde, o Sistema Jornal de Comunicação pertencente ao empresário, ex-senador e ex-deputado federal João Lyra, assumiu a concessão da Rádio Jornal AM 710 kHz, como passou a ser chamada e a transmitir uma programação com ênfase no esporte, jornalismo, entretenimento e prestação de serviço; por fim, a Rádio Jornal AM 710 kHz tornou-se a Rádio Globo Maceió (ALENCAR, 2004; RAMIRES; FERRO, 2010).

Após mais de 70 anos de atuação em Alagoas, o rádio continua a funcionar como meio de informação e de entretenimento, mas, principalmente, como instrumento de manutenção do poder e de controle da sociedade por grupos sociais dominantes. Como veículo do sistema de comunicação social, o rádio reproduz os costumes, as crenças, os interesses, a história, as tradições e os valores de um povo habitante de uma determinada região, com o objetivo de convencer e persuadir o público-espectador e diferentes grupos sociais que compõem minorias de que tal

prestação de serviços acontece somente em benefício daqueles que acompanham uma dada emissora alagoana (RAMIRES; FERRO, 2010).

O rádio alagoano atinge com êxito sua função de instrumento de manutenção do poder e de controle social, entre outros motivos, porque suas características enquanto meio de comunicação de massa permitem-no ser o mais popular e o de maior alcance público, constituindo o único meio de levar informações e entretenimento para populações de várias regiões que, muitas vezes, não possuem acesso a outros recursos tecnológicos, devido a fatores geográficos, sociais, políticos, econômicos e/ou culturais (CÉSAR, 2009).

Entre as características radiofônicas estão a linguagem oral, a facilidade de penetração nas diversas classes sociais, a mobilidade, acessibilidade (baixo custo), o imediatismo, a instantaneidade, a sensorialidade do rádio – que permite ao espectador formar imagens, representações mentais e conceituais acerca do que o radialista fala para tornar o assunto inteligível –, a autonomia, a efemeridade dos gêneros radiofônicos e o estímulo à criticidade – o rádio veicula a cultura artística e intelectual, os fatos históricos, políticos e sociais –, por um lado (MCLEISH, 2001; XAVIER, 2006; CÉSAR, 2009).

A partir dos mais diversos canais de comunicação social e por meio dos mais diversos recursos, o radiojornalismo tem como elemento crucial a oralidade na veiculação rápida de informações, conhecimentos ao público-espectador e na propagação de ideologias. Para Xavier (2006, p. 15), “O imediatismo e a rapidez com que as informações são processadas nesse veículo são suas principais qualidades em relação aos demais meios de comunicação”, o que é possibilitado mediante um dispositivo de som de possível transmissão, como o computador/internet, a TV a cabo, os *smartphones* e os *iphones*, o aparelho de rádio convencional, o rádio de pilha, rádio à manivela, rádio capelinha, rádio-gravador, rádio-relógio, aparelho de telefone convencional, chuveiros e amplificadores de voz (caixas de som).

Por outro lado, o rádio apresenta seletividade do material radiojornalístico produzido (devido ao tempo, às vertentes ideológicas implícitas ou explícitas e/ou à política editorial da emissora) e serviço ao público – embora possam existir interesses institucionais da emissora estatal ou privada, o rádio mobiliza recursos públicos e privados para fins pessoais ou comunitários. Todos esses canais de comunicação social garantem ao rádio significativo poder de penetração, velocidade – que acelera

a disseminação da informação –, mobilidade e de radiodifusão – que se relaciona ao poder de alcance de audiência (MCLEISH, 2001; CÉSAR, 2009).

Todas essas características do rádio permitem-no atingir públicos com nível de escolarização zero, baixo ou médio; possibilitam-no chegar a pontos mais remotos, a lugares mais distantes; por ser facilmente transportável e dispor de menos complexidade tecnológica e menor custo, facilitam o acesso a informações e a acontecimentos, bem como o deslocamento de um lugar a outro, pois as pessoas ouvem a programação em qualquer lugar, desde que haja cobertura e alcance; tornam-no um meio de recepção coletiva em lugares públicos, mas também individualizado, por meio do qual entrevistador e entrevistado influenciam a opinião do grupo social ou do espectador que os escuta (CÉSAR, 2009).

Alagoas possui uma vasta lista de emissoras de rádio, espalhadas por todo o estado, com cobertura local, regional ou nacional, cujo quadro de sócios e diretores é composto, geralmente, por políticos ou por pessoas pertencentes ao mesmo partido, à mesma classe ou família, o que permite inserir o radiojornalismo alagoano no chamado coronelismo eletrônico, por representar a detenção de poder ou uma rede de influências entre o poder público e o poder privado sobre a vida política e social em inúmeras áreas (SANTOS, 2006; RAMIRES; FERRO, 2010). Conforme Santos (2006, p. 1):

Entendemos por coronelismo eletrônico o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários dos meios de comunicação.

O poder das empresas de radiodifusão e sua apropriação por elites e grupos políticos locais e regionais é uma forma não coercitiva de monopolização de poder e uma maneira de restrição de acesso aos discursos públicos. Esse poder influencia a formação da opinião pública, por aqueles que já possuem poder político e econômico, a partir dos cerceamentos discursivos e não discursivos, controlarem a informação, baseado no coronelismo eletrônico.

Atualmente, as emissoras de rádio alagoana, nas estações AM (amplitude modulada) e FM (frequência modulada), podem ser ouvidos por um aparelho de rádio convencional ou pela internet, apresentam uma programação variada e abarcam gêneros radiofônicos diversos. Entre eles estão o gênero jornalístico, educativo-

cultural, de entretenimento, publicitário, propagandístico, de serviço e especial (BARBOSA FILHO, 2009), os quais englobam entretenimento (música alagoana, nacional e internacional, de gêneros musicais diversos), jornalismo e cobertura esportiva.

As estações AM trazem uma programação de caráter mais noticioso, predominando o gênero jornalístico, a partir de rádiojornais, notícias e entrevistas, mas também dispõem de outros gêneros radiofônicos, como o de entretenimento, publicitário, propagandístico e de serviço. Em meio às principais estações de rádiojornalismo alagoano de amplitude modulada (AM), estão a Rádio Difusora (960 kHz), Rádio Gazeta AM (1090 kHz), Rádio Correio (1200 kHz), Rádio Maceió (1020 kHz), Rádio Novo Nordeste (570 kHz), Rádio Imaculada Conceição (1320 kHz) e Rádio Jovem Pan (1020 kHz).

As estações FM trazem uma programação em que prevalecem os gêneros de entretenimento, publicitário, propagandístico e, por vezes, o gênero de serviço. Quanto às principais estações de rádiojornalismo alagoano de frequência modulada (FM), aparecem a Rádio Gazeta (94,1 MHz; 98,3 MHz; 101,1 MHz), Educativa (107,7 MHz), Jovem Pan (102,7 MHz), Mix (97,7 MHz; 103,3 MHz), NovaBrasil (106,5 MHz), Pajuçara (101,9 MHz; 103,7 MHz), CBN Maceió (104,5 MHz), Imprima (105,3 MHz), Nova Arapiraca (103,3 MHz), 96 (96,9 MHz), Penedo FM (97,3 MHz), Farol (90,1 MHz), Rede Aleluia (100,3 MHz), Francês (99,1 MHz), Rádio Jornal de Hoje/96 FM (96,5 MHz) e Novo Nordeste (91,5 MHz).

A seguir, a seção 5 explica o delineamento teórico-metodológico que embasa a relação teoria e análise do presente estudo, fundamentais à compreensão dos eventos discursivos e dos momentos discursivos que exemplificam os pontos teóricos e elucidam mecanismos crítico-conversacionais explicitadores do funcionamento das entrevistas do rádiojornalismo público alagoano, presentes no *corpus*. Objetiva ainda descrever e explicar a classificação desta pesquisa, segundo a natureza, o gênero, as fontes de informação, o objetivo, os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos, o método científico e a abordagem, fundamentando-se em Cestero Mancera (1994), Lakatos e Marconi (2003), Severino (2007), Gil (2008), Bauer, Gaskell e Allum (2008), Flick (2009), Cardano (2017), Paiva (2019) e outros autores.

5 REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E ANÁLISE DOS DADOS ORAIS

O operário em construção

[...]

Mas ele desconhecia
 Esse fato extraordinário:
 Que o operário faz a coisa
 E a coisa faz o operário.
 De forma que, certo dia
 À mesa, ao cortar o pão
 O operário foi tomado
 De uma súbita emoção
 Ao constatar assombrado
 Que tudo naquela mesa
 - Garrafa, prato, facção -
 Era ele quem os fazia
 Ele, um humilde operário,
 Um operário em construção.
 Olhou em torno: gamela
 Banco, enxerga, caldeirão
 Vidro, parede, janela
 Casa, cidade, nação!
 Tudo, tudo o que existia
 Era ele quem o fazia
 Ele, um humilde operário
 Um operário que sabia
 Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento
 Não sabereis nunca o quanto
 Aquele humilde operário
 Soube naquele momento!
 Naquela casa vazia
 Que ele mesmo levantara
 Um mundo novo nascia
 De que sequer suspeitava.
 O operário emocionado
 Olhou sua própria mão
 Sua rude mão de operário
 De operário em construção
 E olhando bem para ela
 Teve um segundo a impressão
 De que não havia no mundo
 Coisa que fosse mais bela.

[...]

Vinícius de Moraes

Discorrer acerca de metodologia científica e da pesquisa ou de outras nomenclaturas que traduzem objetivos convergentes ao ensino, ao estudo de metodologias e técnicas, bem como à investigação de aspectos linguísticos recorrentes e constituidores de sentido num objeto teórico, exige um trabalho processual, minucioso, específico e de caráter particular, considerando a realidade de pesquisa experienciada pelo pesquisador.

A caracterização de uma pesquisa depende de fatores diversos, sobretudo das ações pretendidas ao seu desenvolvimento, de técnicas de pesquisa que possibilitem tais ações, de uma análise contextualmente adequada e de uma investigação

sistemática do objeto de estudo do *corpus* e das questões que norteiam a busca por resolver algum interstício/problema, ou compreender uma dada realidade. A construção de um *corpus* visa garantir a eficiência obtida na seleção de algum material para caracterizar o todo, pois permite ao pesquisador catalogar um material verbal e/ou não verbal, identificar, analisar e interpretar um fenômeno linguístico, verificando como ele se comporta num texto, para defender uma tese (BAUER; AARTS, 2008).

No sentido linguístico, *corpus* é um material ou um conjunto de materiais verbais e/ou não verbais, textos falados, escritos e/ou multimodais, armazenados em um banco de dados, os quais fundamentam vários tipos de pesquisa linguística e permitem examinar o real funcionamento da linguagem ou o comportamento linguístico de algum fenômeno (BAUER; AARTS, 2008). Isso exige uma investigação sistemática do saber acumulado acerca de determinado tema, ampliando-o, a partir de ressignificações e reformulações teóricas; requer a coleta de dados, a identificação de fenômenos linguísticos nos dados encontrados no objeto de estudo, a análise do *corpus*, baseada nas categorias teóricas por esse *corpus* apresentadas e a interpretação textual-discursiva dos dados, em se tratando da entrevista radiojornalística alagoana da esfera pública.

Essas pontuações teóricas foram concatenadas não apenas para suscitar a importância de referencial teórico-metodológico que permita conhecer modalidades de pesquisa e de todos os aspectos já elencados, mas ainda para refletir sobre o fato de que percorrer caminhos em busca da efetivação de práticas científicas nas pesquisas de todas as áreas, notadamente nas Ciências Humanas, é crucial.

Diante do exposto, esta seção pretende explicar os aspectos teórico-metodológicos que embasam a indissociabilidade entre teoria e prática, fundamentais à compreensão dos momentos discursivos – fragmentos ou porções de fala, os quais permitem a interpretação dos dados – e dos eventos discursivos, elucidativos dos mecanismos crítico-conversacionais que explicam o funcionamento das entrevistas, do radiojornalismo alagoano da esfera pública, deste *corpus*. Objetiva explicar ainda a classificação desta pesquisa, segundo a natureza, o gênero, as fontes de informação, o objetivo, os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos, o método científico e a abordagem (LAKATOS; MARCONI, 2003; SEVERINO, 2007; BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008; FLICK, 2009; CARDANO, 2017; PAIVA, 2019; e outros autores).

O banco de dados da pesquisa é constituído por 40 (quarenta) entrevistas orais realizadas num programa de radiojornal, durante dois meses de transmissão, agosto e novembro de 2014, em uma emissora de radiojornalismo da região local; tais entrevistas não foram realizadas pelo pesquisador, mas coletadas por ele, por intermédio de um dispositivo USB e de CDs. Do total de entrevistas transmitidas no programa de formato radiojornal, retirou-se um conjunto de materiais verbais, o qual correspondeu a 9 (nove) entrevistas minuciosamente transcritas e apreciadas. Esse conjunto de textos falados, formado por 9 entrevistas, constituiu o *corpus* da pesquisa de mestrado de Melo Junior (2016), na qual se analisaram 8 (oito) pequenos fragmentos, chamados de momentos interativos, selecionados para a análise da assimetria, delineada por categorias textuais, na perspectiva da Análise da Conversação.

Como a análise dos eventos discursivos é sequencial nesta tese, o *corpus*⁴⁸ deste estudo é formado por 9 entrevistas, entre as quais 2 (duas) entrevistas compuseram e justificaram a recorrência dos mecanismos crítico-conversacionais nos momentos discursivos, assim como 1 (uma) entrevista exemplificou aspectos teóricos. Foram apreciadas entrevistas do primeiro mês (agosto) e outras do segundo mês (setembro), com o intuito de verificar e comprovar o maior número possível de exemplos e de recorrência das categorias do *corpus* e de responder aos seguintes questionamentos norteadores: Como as relações simétricas e assimétricas se constroem na entrevista radiojornalística alagoana da esfera pública? Em que níveis se dão as relações de poder nesse evento discursivo? Quais mecanismos crítico-conversacionais delineiam a assimetria e a simetria no gênero entrevista oral?

Em uma análise crítica e interpretativa, baseada no desenvolvimento deste estudo, é necessário seguir estas cinco etapas: catalogação, identificação, apreciação, análise e interpretação. Elas foram imprescindíveis para a obtenção dos

⁴⁸ Não houve a obrigatoriedade desta pesquisa ser registrada nem avaliada por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pois envolve apenas dados de domínio público que não identificam os participantes da pesquisa. Conforme o artigo XIII, parágrafo 3º, da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde, tendo em vista a existência de especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades, e de acordo com os incisos III e V, do parágrafo único, do art. 1º, da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Ministério da Saúde, os quais afirmam, respectivamente, que pesquisas que utilizem informações de domínio público e pesquisas com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual, não serão registradas nem avaliadas pelo sistema de Comitê de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

resultados da pesquisa e podem ser realizadas em outras pesquisas de natureza qualitativa, as quais envolvam dados orais, em áreas como a Linguística Textual, Retórica, Análise da Conversação e Análise Crítica do Discurso, como é o caso desta tese para essas duas últimas.

Segundo Bauer e Aarts (2008), alguns parâmetros foram levados em conta para que o *corpus* fosse seletivo e, ao mesmo tempo, representativo e significativo (DUBOIS *et al.*, 2011) para as análises, tais como: temática (tópicos discursivos socialmente relevantes); canal (falado); componentes contextuais do discurso (posição social, *status* social, formação profissional e papéis sociais dos sujeitos participantes das entrevistas), porque determinados tópicos, ao longo das entrevistas, requereram a presença de participantes que suscitavam uma assimetria e uma simetria que ultrapassavam os limites do texto falado, o que justifica os tipos de assimetria e de simetria, nesta tese.

Além dos parâmetros anteriores, também foram considerados: a função do texto (informar e persuadir); a estrutura/forma composicional das entrevistas (texto expositivo e argumentativo); o tempo de coleta, pois as entrevistas do banco de dados pertencem ao mês de agosto e ao mês de novembro, anterior e posterior ao período eleitoral, respectivamente; as categorias de análise, visto que se pretendeu observar a alternância da assimetria e da simetria nos eventos discursivos, de maneira que a análise linear dos eventos consolidou a existência da alternância dessas categorias no *corpus*, comprovou os tipos de simetria e assimetria crítico-conversacional e, portanto, a presença de interações simétricas e assimétricas, sob o viés crítico-conversacional. Em síntese, a escolha do *corpus* fundamentou-se na recorrência dos mecanismos crítico-conversacionais de análise das entrevistas de uma rádio pública alagoana, razão por que as duas entrevistas foram selecionadas para comprovar a alternância da assimetria e da simetria crítico-conversacional.

Neste trabalho, o diálogo entre teoria, metodologia e dados aconteceu por meio de eventos discursivos que constituíram o *corpus*, e sua análise crítico-conversacional, embora linear, dividiu-se em momentos discursivos, com vistas a facilitar a compreensão dos dados, dando maior clareza e dinamismo à leitura e à interpretação dos fragmentos. Conforme nota anterior, o termo *evento discursivo* remete-se às entrevistas na íntegra, que formam o *corpus*; na seção de análise, os eventos discursivos dividem-se em *momentos discursivos*, que indicam porções

menores da interação entre entrevistador e entrevistado(s), utilizados para explicar os mecanismos crítico-conversacionais no decorrer da seção de análise dos dados; o termo *exemplo* refere-se a excertos, retirados de uma mesma entrevista ou não, para comprovar e explicitar, por meio de exemplos, aspectos teóricos ao longo do trabalho. Conforme se pontuou no início deste estudo, a análise linear dos momentos discursivos que formam os eventos discursivos é composta por duas entrevistas que abordam tópicos distintos e possuem durações diferentes.

O evento discursivo 1 tem como supertópico “Projetos educativos e socioculturais de biblioteca” e tópicos “Lançamento de livro por estudante do Instituto de Educação Técnica a partir de obras do Projeto Bibliotec e o Projeto Bibliotec”, ocorreu em 1º de agosto de 2014, divide-se em 14 momentos discursivos e prolonga-se por 26 minutos e 18 segundos, com início a 21min22s do programa e término a 47min40s. Esse evento discursivo realizou-se no estúdio de radiojornalismo e tem como participantes da interação o sujeito L1 (OM), que é o apresentador do radiojornal, jornalista, radialista-locutor e atua como entrevistador; o sujeito L2 (TF), que exerce a função de entrevistado e é escritor e estudante de Química Industrial do Instituto de Educação Técnica; e o sujeito L3 (PN), entrevistada, bibliotecária e coordenadora da biblioteca do SSCOM.

O evento discursivo 3 (terceira entrevista do *corpus*) foi realizado no dia 05 de agosto de 2014, aborda o supertópico “Revitalização do bairro Centro da cidade de Maceió” e o tópico “Desocupação das ruas do Centro de Maceió por ambulantes”, divide-se em 6 momentos discursivos e apresenta duração de 6 minutos e 48 segundos, com início aos 29min56s do programa e término aos 37min44s. De acordo com os sujeitos participantes, o discurso que compõe o evento discursivo 3 fala sobre uma operação que tem por finalidade desocupar o bairro Centro da cidade de Maceió da presença dos ambulantes e redirecionar os vendedores ambulantes – segundo convenções específicas –, os quais se instalaram em determinados espaços proibidos, conforme a legislação. Nessa entrevista, o sujeito L1 (OM) é o apresentador do radiojornal e atua como entrevistador; o sujeito L2 (DF) exerce a função de entrevistado e é diretor de fiscalização e postura da Superintendência X.

A escolha por um programa de rádio local justifica-se por permitir compreender como entrevistas que compõem o radiojornalismo público alagoano constituem-se crítica e conversacionalmente e comportam-se, segundo mecanismos crítico-

conversacionais que aparecem ao longo dos turnos de fala do entrevistador e dos entrevistados, mas também pelo fato de as entrevistas veiculadas no programa de formato radiojornal⁴⁹ tratar, geralmente, de temáticas socialmente relevantes, voltadas à educação, ao meio ambiente, à saúde, à cultura, à engenharia de tráfego/mobilidade urbana e a problemas (questões) sociais. Além disso, é fundamental levantar reflexões e questionamentos acerca das relações de poder no contexto jornalístico (numa perspectiva tridimensional/social do discurso como texto, prática discursiva e social), estendendo tais relações a outros domínios sociais, com o fito de compreender como essas relações interferem no funcionamento social e produzem discursos que influenciam a tomada de decisões e as opiniões do público-espectador, principalmente quando se consideram a escolha dos tópicos nos programas jornalísticos, as escolhas linguísticas e o estatuto social dos sujeitos, o discurso institucional representado e outros elementos que, de fato, mostram que o discurso radiojornalístico não é neutro ou imparcial, mas se apoiam em convenções sociais e ideologias defendidas pelo poder institucional, de acordo com o que se atesta nas análises das entrevistas de rádio pública alagoana desta pesquisa.

Justificados pelo estado da arte, os aspectos teórico-metodológicos desta pesquisa, delineados na seção a seguir, fundamentam-se no fato de não haver pesquisas em Análise da Conversação e em Análise Crítica do Discurso ou textos acadêmicos que norteiem, de maneira mais pontual, a caracterização dos trabalhos em ACTD e ACD⁵⁰, sob vários pontos de vista (tipos de pesquisa), embora se compreenda que cada estudo possui suas especificidades e que, por se tratar de uma pesquisa embasada em áreas sociais do conhecimento (Macrolinguística), numa perspectiva funcionalista, não se pretenda esboçar uma visão cartesiana do estudo. Noutros termos, não há estudos acerca das relações assimétricas e simétricas com entrevistas orais, sob a abordagem crítico-conversacional, mostrando a alternância e

⁴⁹ “O radiojornal é um programa jornalístico que se caracteriza por reunir várias formas noticiosas – comentários, editoriais, notas em texto corrido ou manchettato, reportagens, seções fixas (aeroporto, direitos do consumidor, mercado financeiro, meteorologia, trânsito...) e mesmo entrevistas. Normalmente, no entanto, há predominância da participação ao vivo ou gravada de repórteres. A maioria dos radiojornais nas principais emissoras brasileiras é apresentada nas faixas das 6h às 9h, das 11h às 14h, das 17h às 19h e/ou das 22h à 1h”. (FERRARETTO, 2014, p. 144).

⁵⁰ Conforme busca realizada no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações, ambos da Capes, bem como nas bases de dados Google Acadêmico e *Scielo*, não existem pesquisas que expliquem, por intermédio de aspectos críticos e linguísticos, as relações assimétricas e simétricas no gênero entrevista radiojornalística.

a tipologia da assimetria e da simetria crítico-conversacional ao longo do gênero apontado, tampouco há pesquisas em ACTD e ACD, as quais trazem a classificação metodológica deste trabalho, na perspectiva dos tipos de pesquisa por ele abordados.

Além disso, cada pesquisa traz sua identidade e busca atender aos objetivos estabelecidos, segundo o objeto de estudo e as ações propostas à realização da pesquisa. De acordo com Flick (2009, p. 298-9), “Em cada caso, o princípio metodológico representa uma forma específica de sensibilidade em relação ao contexto”. Isso se justifica em virtude de o entendimento e a análise dos segmentos de fala precisarem levar em conta o contexto discursivo e o contexto interativo local, nos quais esses atos ocorrem, para que o pesquisador proceda à análise sequencial e qualitativa do texto, no sentido crítico-conversacional (FLICK, 2009), conforme se verá no delineamento metodológico da pesquisa, do ponto de vista dos procedimentos.

5.1 Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa

Com o intuito de possibilitar a compreensão dos aspectos teórico-metodológicos que subsidiam as ações e os objetivos propostos para este estudo, é possível classificá-lo tendo em vista aspectos diversos, mas fundamentais no âmbito da pesquisa científica, quais sejam: a natureza, o gênero, as fontes de informação, o objetivo, os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos, o método científico e a abordagem (LAKATOS; MARCONI, 2003; SEVERINO, 2007; BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008; FLICK, 2009; CARDANO, 2017; PAIVA, 2019; e outros autores).

5.1.1 Classificação no tocante à natureza

Quanto à natureza, esta pesquisa é aplicada, considerando a finalidade de produzir novos conhecimentos, com a finalidade de aplicá-los à resolução de um problema específico, e ampliar o conhecimento científico nos Estudos Conversacionais e na Análise Crítica do Discurso, por meio do delineamento dos conceitos e dos tipos de assimetria e simetria crítico-conversacional, dos conceitos de poder, entrevista radiojornalística, marcadores discursivos de poder e a partir da análise das relações de poder na entrevista de rádio pública alagoana do *corpus* desta tese. Conforme Paiva (2019), a pesquisa aplicada objetiva aumentar o conhecimento

científico, com vistas a resolver problemas específicos, inovar ou desenvolver novos processos e tecnologias.

Assim, não só o conceito de que dois turnos nucleares justapostos caracterizam a simetria, mas também a definição de assimetria como a prevalência de turnos nucleares produzidos por apenas um dos sujeitos interactantes mostram-se insuficientes para determinar a entrevista como predominantemente assimétrica ou simétrica, o que constitui um problema específico a ser resolvido. Além disso, intenta aplicar tais conhecimentos à resolução de um problema e à compreensão de uma realidade, com o fito de observar a relativização das relações de poder, tendo em vista o feixe dessas relações numa escala macro e microsocial do poder, pois, segundo Foucault (1984), como as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, evidentemente isso implica uma diferença de potencial e de lugares sociais de sujeitos e/ou de grupos sociais, um em cima e um embaixo.

5.1.2 Classificação no que concerne ao gênero

No que se refere ao gênero, é uma pesquisa teórica, pois propõe o estudo de teorias, com o propósito de modificar a teoria sobre assimetria e simetria na interação verbal e contribuir com novos conceitos (PAIVA, 2019), a partir do imbricamento entre a Análise da Conversação Textual e Discursiva e a Análise Crítica do Discurso. Nesse sentido, fundamentando-se em conhecimentos científicos novos e já existentes, a pesquisa comprovou a alternância das relações simétricas e assimétricas na entrevista radiojornalística alagoana da esfera pública, bem como analisou os mecanismos que colaboraram para que os tipos de simetria e assimetria ocorressem numa mesma entrevista para fomentar as relações de poder. Desse modo, esta pesquisa desenvolveu os conceitos e tipos de assimetria e simetria crítico-conversacional, sistematizou mecanismos crítico-conversacionais que propiciaram as relações simétricas e assimétricas, sugeriu um conceito para a ACTD, para a Análise Crítica do Discurso (ACD), para o gênero discursivo entrevista radiojornalística e para as categorias *poder* e *marcadores discursivos de poder*.

5.1.3 Classificação quanto às fontes de informação

Do ponto de vista das fontes de informação, constitui uma pesquisa primária, já que se fundamenta em dados coletados e selecionados pelo próprio pesquisador (PAIVA, 2019), ações realizadas antes de selecionar, definir e delimitar o tópico de estudo da tese e as questões a serem investigadas, bem como depois de planejar os aspectos logísticos para realizar o trabalho de coleta de dados e desenvolver a pesquisa. Logo após a formação do banco de dados, composto pelo programa que contém as entrevistas, iniciou-se o processamento dos dados, com o objetivo de observar como se dá o funcionamento linguístico-crítico das entrevistas produzidas no programa de radiojornal e buscar elementos configuradores das relações de poder nas entrevistas de rádio pública alagoana.

5.1.4 Classificação no que se refere aos objetivos

No que diz respeito aos objetivos, consiste numa pesquisa explicativa, dado que tem por finalidade não só identificar os mecanismos crítico-conversacionais que contribuem para a manifestação e o desenvolvimento das relações simétricas e assimétricas na entrevista radiojornalística alagoana, deste estudo, mas também explicar como e por que tais mecanismos atuam na conversação e na interação. Segundo Severino (2007), esse tipo de pesquisa não apenas registra e analisa os fenômenos estudados, mas ainda procura identificar suas causas, por meio da interpretação viabilizada pelos métodos qualitativos.

Conforme Gil (2002, 2008), as pesquisas explicativas centram-se na identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. De acordo com o autor apontado, a pesquisa explicativa é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

5.1.5 Classificação quanto aos instrumentos de coleta de dados

Com relação aos instrumentos de coleta de dados, o presente estudo baseia-se na observação individual, não participante e sistemática. A observação individual é realizada por apenas um pesquisador, que intensifica a objetividade de suas

informações, observa os eventos reais e faz interpretações. Na observação não participante, o pesquisador mantém contato com a realidade a ser estudada, mas permanece fora dela, seu papel é de espectador, não se envolvendo no contexto sociocomunicativo. Assim, o pesquisador não interfere na comunidade, situação ou no grupo que pretende estudar, apenas observa e analisa os fatos que ocorrem; todavia, o fato de não se inserir na realidade estudada não impede uma observação consciente, dirigida e ordenada para um determinado fim (LAKATOS; MARCONI, 2003; GIL, 2008).

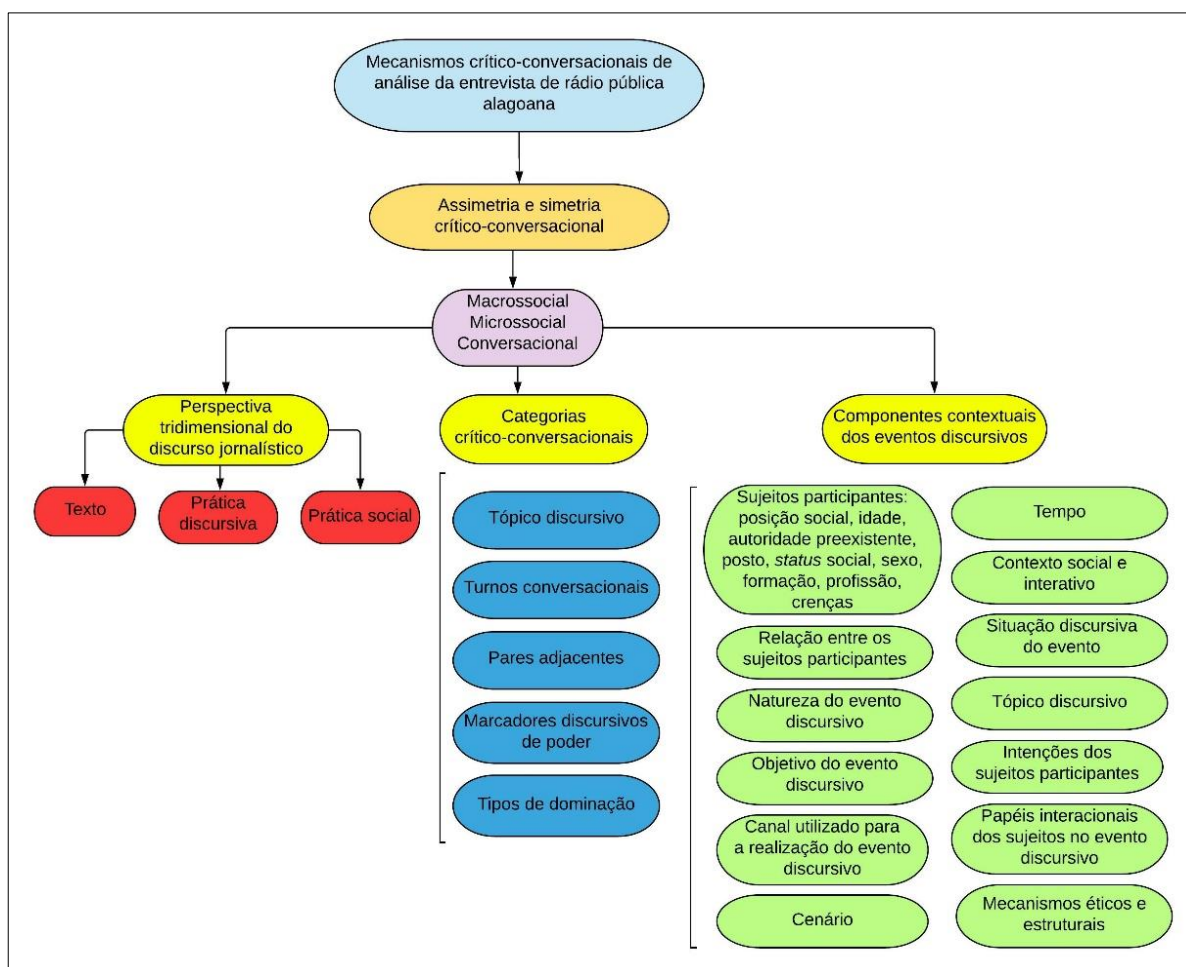
A observação sistemática permite que se obtenham elementos para confirmar que a assimetria e a simetria não apenas se alternam na entrevista de rádio alagoana, mas ainda que tipos de assimetria e de simetria existem e revezam-se ao longo dos eventos discursivos – e permite a obtenção de dados sem produzir conflito ou divergência de interesses e suspeitas entre o pesquisador e os sujeitos das comunidades, dos grupos ou instituições que estão sendo estudadas, pois não há contato entre os sujeitos interactantes das entrevistas e o pesquisador. Quando se reporta ao conhecimento de fatos ou situações de caráter público e não se situam restritamente no âmbito de condutas privadas, torna-se uma técnica bastante apropriada ao estudo das relações interacionais, das condutas e dos comportamentos das pessoas na vida social (GIL, 2008).

Ademais, o estudo dessas relações abrange significativos mecanismos crítico-conversacionais, os componentes contextuais dos eventos discursivos, listados a seguir: os sujeitos participantes do evento discursivo, o cenário onde as pessoas se situam, as características do local, o modo como os sujeitos interagem, a relação entre eles, os papéis comunicativos e os sociais dos sujeitos participantes do evento, o sistema social com que se identificam, a maneira como se comportam socialmente e o que acontece na interação em termos sociais, as intenções dos sujeitos no evento interativo, além de outros (GIL, 2008; DIJK, 2017b).

Constatar os fatos e explicar a recorrência das categorias crítico-conversacionais e dos componentes contextuais dos eventos discursivos requer, além da obtenção e da observação dos dados, que estes sejam analisados e interpretados, fundamentando-se no contexto interativo e discursivo das entrevistas, nas condições sociais do contexto, as quais se estendem na análise do discurso como texto, prática discursiva e social (FAIRCLOUGH, 1989, 2001). Os mecanismos crítico-

conversacionais que norteiam a análise dos eventos discursivos podem ser mais bem visualizados e compreendidos na figura 12 a seguir:

Figura 12 – Mecanismos crítico-conversacionais de análise da entrevista de rádio pública alagoana



Fonte: Melo Junior (2021)

O registro das observações, das categorias crítico-conversacionais e dos componentes contextuais – os quais nortearam a análise dos eventos e momentos discursivos – não foi realizado somente mediante um caderno de notas para apontamentos de uma apreciação inicial e de uma interpretação prévia dos dados, mas ocorreu também por meio de dispositivos de armazenamento de material audiovisual (CDs, pen drive e computador), com vistas a não se perderem elementos significativos da situação interativa. As gravações foram obtidas por meio de arquivos

existentes na emissora de rádio, mas deletados⁵¹, posteriormente, e a contribuição do pesquisador para a constituição do *corpus* foi imprescindível, já que o referido sujeito pesquisador criou um banco de dados e armazenou o programa de rádio gravado e cedido pela própria emissora radiojornalística, assim como interveio na escolha dos textos para as análises e na transcrição das conversas gravadas, com base nos critérios de recorte já elencados e nos procedimentos científicos de pesquisa; tal intervenção incluiu a coleta dos dados, seguida de um processo de catalogação, identificação, apreciação, análise e interpretação, o que confere a sistematização e o controle requeridos no plano científico (GIL, 2008).

Como o pesquisador precisou transcrever as entrevistas radiojornalísticas, para observar e analisar minuciosamente os eventos e os momentos discursivos, num momento posterior às entrevistas, o arquivo com o *corpus* permaneceu armazenado num dispositivo USB, num computador e num CD, visto que isso facilitou o acesso aos dados. Tal prática justifica a razão por que a documentação dos materiais empíricos foi necessária e deu-se por meio do registro dos programas nesses suportes físicos (dispositivo USB, computador e CD), pois não era possível a permanência do pesquisador no estúdio de rádio. A observação de algumas entrevistas, notadamente das que se apresentam no *corpus* da tese, aconteceu nos momentos durante os quais o pesquisador compareceu à emissora para tratar sobre a coleta dos dados (nos primeiros dias do mês de agosto de 2014), em seguida, realizar a primeira coleta das gravações (final de agosto de 2014), proceder à segunda coleta nos primeiros dias do mês de novembro de 2014 e finalizá-la no final deste último mês.

A observação sistemática apresenta-se em pesquisas que objetivam a descrição precisa dos fenômenos – assimetria e simetria, nesta pesquisa –, as quais intentam a busca por respostas aos questionamentos norteadores da pesquisa e a comprovação da tese no estudo – alternância da assimetria e da simetria, bem como a existência de uma tipificação na entrevista (macrossocial, microsocial e conversacional) – e ocorre em condições controladas, para responder a propósitos

⁵¹ Na própria emissora, após um tempo determinado, os programas gravados são descartados. A emissora de rádio mantém os arquivos gravados, conservando, nesses arquivos, textos dos programas, inclusive os noticiosos, ao longo de 60 dias, por meio da gravação de censura, e as gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas, pronunciamentos da mesma natureza e qualquer transmissão não registrada em texto, no tempo de 20 a 30 dias, conforme o art. 71, do decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

preestabelecidos (LAKATOS; MARCONI, 2003; GIL, 2008). Na observação sistemática, “[...] o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos” (GIL, 2008, p. 104), e, para tanto, é preciso elaborar um plano teórico e metodológico que estabeleça possíveis aspectos a serem observados e a maneira como as informações e os registros serão organizados.

Para definir o que pode ser observado, é necessário considerar os objetivos traçados no plano de trabalho e, no planejamento da pesquisa, definir categorias que orientam a coleta, análise e interpretação dos dados. Essa sistematização de categorias reitera elementos já evidenciados neste trabalho e nesta seção, como as ações dos sujeitos participantes, atividades enquanto elementos significativos do envolvimento das pessoas, os significados dos aspectos verbais e não verbais de tais ações, o envolvimento e a participação dos sujeitos, as relações entre eles, seus papéis, as situações em que ocorre a interação, as razões por que agem de tal maneira e produzem determinados segmentos de fala, assim como os objetivos pretendidos (GIL, 2008).

5.1.6 Classificação com relação ao método científico

No tocante aos métodos científicos de abordagem que indicam as bases lógicas de investigação, esta pesquisa caracteriza-se pelo método indutivo, já que toma como ponto de partida dados particulares, suficientemente constatados, com o intuito de chegar a uma tese. Isso é possível após observar e comparar casos concretos que confirmem fatos ou fenômenos, com o objetivo de verificar a relação existente entre eles (GIL, 2008), o que, neste estudo, remete-se aos tipos de simetria e de assimetria crítico-conversacional e aos mecanismos crítico-conversacionais que os suscitam.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a indução científica permite induzir aquilo que se pode dizer (afirmar ou negar) dos restantes da mesma categoria ou do mesmo fenômeno analisado no objeto teórico, a partir de alguns casos adequadamente observados, e, às vezes, por meio de uma só observação, sob circunstâncias diferentes ou vários pontos. Nesse sentido, de acordo com as autoras, a indução científica fundamenta-se na causa ou na lei que rege o fenômeno ou fato, o que se constata em um número significativo de casos (um ou mais, mas não em todos). Nesta

pesquisa, a análise sequencial das duas entrevistas na íntegra permitiu constatar a alternância e a existência dos tipos de assimetria e de simetria crítico-conversacional.

Conforme Silva (2005) e Oliveira (2012), no tocante aos procedimentos metodológicos, a AC segue o método indutivo e possibilita a análise das atividades sociointeracionais em contextos reais e da realidade social em que os sujeitos se inserem. O caráter indutivo da AC se relaciona à base etnometodológica, que, por sua vez, é de cunho empírico e permite interpretar acontecimentos reais ou fenômenos sociais, ações e comportamentos dos sujeitos em situações naturais, de domínio cotidiano.

5.1.7 Classificação no que tange aos procedimentos

No que tange aos procedimentos, esta tese baseia-se na análise da conversação e na análise do discurso, de linha crítica, escritos de tal maneira (com letra minúscula), por serem abordados, neste momento, como procedimentos científicos de pesquisa. Não se pode falar, unicamente, em análise da conversação, por serem examinados mecanismos crítico-conversacionais para justificar as relações de poder na interação, imbricando as duas áreas do conhecimento, os Estudos Conversacionais e a Análise Crítica do Discurso.

A análise da conversação centra-se na análise interpretativa e formal de textos produzidos em situações cotidianas e solidificou-se com os estudos pioneiros de Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson, como o trabalho intitulado *Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation* (Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa), que analisou o sistema de tomada, distribuição e troca de turnos na interação conversacional e propôs um modelo para a organização da tomada de turnos na conversa (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, [1974] 2003), consoante subseção 3.2.1. Nessa perspectiva metodológica, a análise da conversação, como procedimento de pesquisa, oportuniza que se analisem conversações naturais, gravadas em áudio e/ou vídeo, a partir de pontuações teórico-metodológicas inerentes a essa modalidade de pesquisa.

No plano metodológico, a análise das conversações prevê a obtenção das gravações de áudio de conversações naturais, que tomam forma no curso das atividades cotidianas. A condição de naturalidade é respeitada, para todos os efeitos, quando o pesquisador tem acesso a conversações que, por finalidades diferentes da pesquisa científica, estão disponíveis em gravações

em áudio e às vezes em vídeo. A esse respeito, as transmissões televisivas, em particular os *talk show*, oferecem materiais ricos e facilmente acessíveis. Ao mesmo caso pertencem as conversações gravadas, acessíveis ao pesquisador através de uma específica negociação com os seus proprietários. (CARDANO, 2017, p. 38-9).

Esse procedimento de pesquisa baseia-se na Etnometodologia⁵² (EM), que enxerga a ordem social como um produto metodicamente gerado pelos membros de uma sociedade, em todas as ramificações das situações cotidianas. O objetivo da EM é “determinar os princípios e os mecanismos por meio dos quais os atores, em suas ações, produzem a estrutura e ordem significativas do que está acontecendo ao seu redor e o que eles expressam e fazem na interação social com os outros” (BERGMANN, 2004a, p. 72, tradução nossa).

Conforme Watson e Gastaldo (2015), a Etnometodologia é uma abordagem naturalista⁵³ das Ciências Sociais, criada pelo sociólogo americano Harold Garfinkel, no final dos anos 1960. A principal preocupação da abordagem etnometodológica é o estudo dos métodos usados por pessoas/grupos comuns da sociedade em suas vidas cotidianas, ou seja, o objeto de interesse da Etnometodologia é a maneira como todos os sujeitos dão sentido às experiências e às coisas do mundo em contextos específicos para converter esses sentidos em ações e interações sociais.

Portanto, corresponde a uma linha teórico-metodológica, de caráter empírico, que estuda a realidade social manifesta nas interações numa perspectiva sociológica, bem como focaliza a organização da conduta significativa das pessoas na sociedade, o modo como os indivíduos realizam as atividades práticas do cotidiano e como se compreendem ações e acontecimentos reais por meio de conversações gravadas – dados empíricos –, mas sem interesse especial na linguagem (SILVA, 2005; FLICK, 2009; WATSON; GASTALDO, 2015). Coulon (1995) condescende da ideia de que a etnometodologia não é apenas uma prática social que procura explicar os métodos de todas as práticas sociais, incluindo seus próprios métodos, mas é ainda uma abordagem empírica que analisa as crenças e os comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de todo comportamento organizado socialmente.

⁵² O termo foi criado por Harold Garfinkel e apresentado em seu livro *Studies in Ethnomethodology*, em 1967. Refere-se ao “*estudo (logos) dos métodos usados pelas pessoas/grupos (ethnos) em suas vidas cotidianas, entendidos como processos de produção de sentido. Assim, temos etno+método+logia*” (WATSON; GASTALDO, 2015, p. 13, itálico do autor).

⁵³ “A palavra ‘naturalista’ diz respeito às metodologias de pesquisa que enfatizam o estudo empírico dos fenômenos sociais em suas situações *naturais* de ocorrência, ou seja, sem a interferência do (a) pesquisador (a)” (WATSON; GASTALDO, 2015, p. 13, itálico do autor).

A etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar. Para os etnometodólogos, a etnometodologia será, portanto, o estudo dessas atividades cotidianas, quer sejam triviais ou eruditas, considerando que a própria sociologia deve ser considerada como uma atividade prática. (COULON, 1995, p. 30).

Assim, a proposta da Etnometodologia mostra que seu foco não se volta à conversação, mas no modo como os indivíduos manifestam seus comportamentos, suas experiências e suas ações sociais, como os atores sociais criam e interpretam a realidade social, atualizam e compreendem regras, normas e princípios. De acordo com Silva (2005, p. 37), ela “[...] tinha em vista a análise da realidade social a partir do comportamento social e propunha estudar os procedimentos que os membros de uma sociedade utilizam para interpretar as ações sociais que constituem a realidade”.

Embora a linguagem e a conversação não sejam objetos de estudo da Etnometodologia, com fundamento no princípio da *Indicialidade*, em suas descrições e interpretações da realidade social, os sociólogos reconhecem que as expressões da linguagem ordinária/trivial e extraordinária são indiciais, isto é, as palavras só ganham sentido completo no seu contexto de produção, se associadas ou indexadas a uma situação particular de intercâmbio linguístico e a fatores contextuais (COULON, 1995). Segundo declara Coulon (1995, p. 33), o princípio da indicialidade corresponde a “todas as determinações que se ligam a uma palavra, a uma situação. [...] Isto significa que, embora uma palavra tenha uma significação transsituacional, tem igualmente um significado distinto em toda situação particular em que é usada”.

A Análise da Conversação recupera princípios teóricos e metodológicos da abordagem etnometodológica, a exemplo das convenções sociais e dos dados empíricos, em seus estudos e suas pesquisas. Além disso, a AC vincula o contexto e a situação ao caráter pragmático da linguagem, para explicar os diferentes aspectos linguísticos, interacionais e discursivos, estratégias e mecanismos de organização da conversação/interação, as relações intersubjetivas (entre os sujeitos interactantes) e o papel atribuído à conversação no estabelecimento das relações sociais (SILVA, 2005).

A análise da conversação pressupõe que a interação social ocorre de forma ordenada, observa na conversação o que é relevante para a interpretação da interação social e admite que o contexto interacional não somente influencia as relações entre os sujeitos participantes, mas também se produz e se transforma no

desenvolvimento das sequências de perguntas e respostas. Inicialmente, a pesquisa em análise da conversação limitava-se a investigar conversações cotidianas telefônicas ou face a face, sem que houvesse uma distribuição de papéis específicos; na atualidade, ela se ocupa de interações simétricas e assimétricas na mídia de massa e de conversações em contextos institucionais específicos (FLICK, 2009).

A análise da conversação (ou AC) designa uma abordagem de pesquisa dedicada à investigação estritamente empírica da interação social enquanto evento social real e processo contínuo de produção e manutenção da ordem social significativa. A origem da AC respalda-se no fato de que os sujeitos interactantes preocupam-se com o assunto da análise da situação e do contexto de suas ações, sendo uma abordagem que intenta a interpretação de formas inteligíveis e eficazes de comunicação linguística e não linguística, presentes nas declarações dos participantes da interação. A análise e a interpretação dos elementos verbais e não verbais efetivam-se a partir da coordenação entre seus próprios procedimentos e os procedimentos de outras áreas, quando for pertinente (BERGMANN, 2004b).

O objetivo dessa abordagem é determinar os princípios e os mecanismos constitutivos por meio dos quais os atores, na realização situacional das suas ações e na reação recíproca a seus interlocutores, criam as estruturas significativas e a ordem de uma sequência de eventos e de atividades que constituem esses eventos. Em termos metodológicos, a AC parte da documentação mais rica possível – com registro audiovisual e a subsequente transcrição – de eventos sociais reais e autênticos, fragmentando-os, por um processo comparativo e sistemático da análise, em princípios estruturais individuais da interação social, bem como nas práticas usadas para conduzi-las, por parte dos participantes em uma interação. (BERGMANN, 2004b, p. 296, tradução nossa).

Utilizados na análise das entrevistas radiojornalísticas desta pesquisa, os procedimentos metodológicos para estudos analíticos de conversação propõem os seguintes preceitos: os pares de adjacência são produtos da organização sequencial da fala; a recorrência destes e suas implicações no revezamento de turnos devem ser observadas; a análise da interação efetiva-se, ao se observarem as condutas verbais dos participantes; a compreensão e a interpretação dos segmentos de fala devem contemplar uma análise sequencial das falas dos sujeitos e dos contextos interacional e discursivo. As contribuições para a discussão metodológica em análise de conversas dão-se por tais procedimentos ajudarem a explicar a produção social das conversas cotidianas e de formas específicas de discurso, por meio de uma análise estritamente sequencial de mecanismos conversacionais da interação social, o que

ocorre por intermédio do revezamento das falas – dos pares adjacentes (FLICK, 2009).

Conforme Flick (2009), esses procedimentos compreendem a realização de gravações de interações naturais, a transcrição e organização dos eventos discursivos, análise das interações e discussão dos mecanismos linguísticos que regem as conversações. Nesse sentido, é possível investigar por meio de análises de conversações como os interactantes iniciam e encerram os eventos de fala e quais as práticas conversacionais que organizam as interações, sendo conveniente reiterar que a compreensão da sequência das falas e a análise das conversações baseiam-se no contexto e na produção do significado das práticas interacionais.

O estudo da assimetria e da simetria na entrevista radiojornalística de uma emissora pública alagoana embasou-se nos princípios teórico-metodológicos de Cestero Mancera (1994), os quais subjazem os estudos em Análise da Conversação⁵⁴ e contribuem para investigar qualquer interação social, quais sejam: 1) coleta de dados, por meio da gravação de conversações ocorridas de forma natural e em diferentes contextos; 2) transcrição minuciosa dos dados obtidos; 3) descrição detalhada das conversações, a partir das transcrições, constatando fenômenos recorrentes, bem como a consumação da análise dos elementos constituintes e caracterizadores da alternância de turnos de fala, permitindo conhecer e entender a conversação como uma atividade linguístico-social; e 4) apresentação dos resultados e das conclusões obtidas, após finalizar a análise dos dados empíricos.

O primeiro passo efetiva-se a partir da gravação das conversações naturais, que ocorrem em diferentes situações comunicativas e em contextos distintos. As gravações permitem que os dados verbais sejam ouvidos e transcritos minuciosamente e que o pesquisador observe sequencialmente a interação, voltando a segmentos anteriores do evento discursivo para desenvolver as análises, a exemplo das entrevistas do radiojornalismo público alagoano.

A coleta de dados verbais compõe um dos instrumentos metodológicos da pesquisa qualitativa, considerando que o seu percurso é traçado com especificidades para a estruturação da coleta de dados. Assim, é possível concentrar as entrevistas em tópicos específicos, enquadrando-as segundo um direcionamento temático. Essas

⁵⁴ Neste momento, como uma corrente de investigação que tem por objetivo descobrir e documentar as organizações sistemáticas da fala na interação conversacional (CESTERO MANCERA, 1994).

entrevistas apoiam-se em perguntas e respostas e numa situação discursiva, bem como se centram tematicamente em questões voltadas à educação, ao meio ambiente, à saúde, à cultura, à engenharia de tráfego/mobilidade urbana e a problemas (questões) sociais.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador não somente pode catalogar os dados, como também pode identificar categorias e apreciar o funcionamento de fenômenos da linguagem à medida que os dados são transcritos, possibilitando o andamento de uma próxima etapa da pesquisa. A coleta do material de análise constituiu um dos momentos deste trabalho, em que se obteve a gravação das entrevistas, transcreveram-se e apreciaram-se os dados, interpretou-se e analisou-se o funcionamento crítico-conversacional das entrevistas e apresentaram-se os resultados da pesquisa (FLICK, 2009).

O uso de números, de quadros e de tabelas quantitativas, na pesquisa qualitativa, auxilia na interpretação qualitativa dos dados (MOREIRA, 2002). Assim, os dados qualitativos referem-se àqueles que têm por objetivo primordial entender ou interpretar com maior abrangência os fenômenos analisados, como um evento de fala específico e os elementos que o regem. Esses dados, representados no *corpus*, são amplos e incluem os elementos discursivos e não discursivos. O trabalho com a entrevista oral restringe-se ao estudo interpretativo desses elementos, no que é referente a pontos que revelem a interação radiojornalística, no âmbito do contexto discursivo e do interativo local (conversação), razão por que se desenvolveram os conceitos de simetria e assimetria crítico-conversacional (conversacional, macro e microsocial).

O segundo passo refere-se à transcrição do material coletado, de maneira criteriosa, “[...] uma atividade que se situa entre a construção da documentação empírica e a análise” (CARDANO, 2017, p. 213). A transcrição do *corpus* é a etapa final do processo de composição do *corpus* textual, cujos dados se submetem à análise. Constitui um procedimento convencionalizado fundamental à pesquisa, por tornar possível a escuta repetida das conversas gravadas que constituem o banco de dados, a apreciação do *corpus*, a identificação e interpretação dos dados contextualizados, colocados no plano gráfico – obedecendo a uma série de convenções e fenômenos intrínsecos à oralidade –, e, conseqüentemente, por facilitar

a análise dos aspectos linguísticos que são focalizados pelo pesquisador e constituem o objeto teórico.

Com a transcrição chega ao final o processo de constituição do *corpus* textual que será submetido à análise, à objetivação em um documento dos aspectos da interação entre entrevistador e entrevistado para os quais a análise dirigirá a atenção. A transcrição, por outro lado, é por si só um exercício analítico, guiado pelas expectativas teóricas do pesquisador e por um modelo – às vezes implícito – de comunicação. (CARDANO, 2017, p. 213).

Os encontros conversacionais gravados devem ser minuciosamente ouvidos e transcritos pelo pesquisador, do ponto de vista linguístico, porque “Todo o funcionamento linguístico, por mais espontâneo e informal que seja, segue algum tipo de planejamento, pois, quando falamos, seguimos regras e não podemos fazer qualquer coisa” (MARCUSCHI, 2007b, p. 62). Assim, no momento de uma transcrição, a passagem da fala ao plano gráfico deve manter o máximo de exatidão às gravações em áudio, o que não impossibilita ao pesquisador voltar ao material gravado, após transcrever, a fim de que não se percam dados relevantes ao processo.

Para a transcrição das entrevistas de rádio pública alagoana, utilizaram-se os critérios que seguem as indicações de Marcuschi ([1986] 2003) e Preti (2006). O fato de a transcrição do *corpus* seguir o máximo de rigor não significa que ela seja a melhor, pois, segundo Marcuschi ([1986] 2003), não há a melhor transcrição, desde que a transcrição seja limpa e legível, sem sobrecarga de símbolos complicados, e a razoabilidade disso está no fato de ser imprescindível que o analista saiba quais os seus objetivos, não deixe de assinalar o que lhe convém e torne possível a inteligibilidade do *corpus* por leitores e outros pesquisadores que possam utilizá-lo.

Realizadas a gravação e transcrição das entrevistas orais, o terceiro passo consiste na análise descritivo-interpretativa dos dados, de forma detalhada, a partir das conversações transcritas. Examinaram-se minuciosamente fenômenos linguísticos do evento discursivo, como turno conversacional e marcadores discursivos de poder, categorias crítico-conversacionais neste trabalho.

Segundo Cardano (2017), passar a um texto escrito a encenação da interação discursiva entre entrevistador e entrevistado pode impor simplificações de aspectos comunicativos, contextuais e sociais e particularidades da interação vivida, o que sugere que o analista retorne às gravações de áudio, conforme se fez neste trabalho, para escutar e observar detalhes, a princípio, esquecidos ou preteridos. O texto que representa a interação entrevistador-entrevistado deve explicar as modalidades

comunicativas (nos níveis linguístico, paralinguístico e extralinguístico) de ambos os interactantes, a interação entre todos os participantes da entrevista e os elementos implícitos e explícitos do contexto, na conversa (CARDANO, 2017).

O quarto passo refere-se à apresentação dos resultados por intermédio das análises realizadas pelo analista da conversação, com base nos aspectos teórico-metodológicos, apresentando as conclusões pertinentes. Isso é possível devido à AC estudar regularidades e mecanismos das conversações e analisar ações e estratégias interativas utilizadas pelos sujeitos interactantes para realizar seus propósitos comunicativos e estabelecer as relações sociais, por um lado. Por outro, por a ACD permitir a análise de fatores textuais e linguísticos, das práticas discursivas e das práticas sociais dessas conversações.

A coleta das gravações em áudio, a transcrição minuciosa das entrevistas orais, as análises dos eventos e dos momentos discursivos, bem como a apresentação dos resultados (CESTERO MANCERA, 2000) constituíram passos importantes na constituição e interpretação das categorias crítico-conversacionais que suscitam as relações de poder nas entrevistas radiojornalísticas alagoanas.

A análise do discurso desenvolveu-se a partir de diferentes panos de fundo, entre os quais está a análise da conversação, e os procedimentos analíticos do discurso remetem-se tanto às conversas cotidianas, quanto a outros eventos mais institucionalizados e previamente concatenados, como entrevistas ou reportagens nos meios de comunicação (FLICK, 2009). O processo de pesquisa descreve as etapas da utilização do texto escrito ou falado, procede a uma leitura cuidadosa das transcrições de fala, para análise dos dados e descrição minuciosa de uma pesquisa analítica do discurso; essa análise “[...] concentra-se no contexto, na variabilidade e nas construções presentes no texto e, por fim, nos repertórios interpretativos utilizados nos textos” (FLICK, 2009, p. 303).

Esses procedimentos analíticos do discurso permitiu a elaboração de um modelo de análise crítica do discurso, sob a égide da Análise Foucaultiana do Discurso, o qual conjuga categorias linguísticas e conversacionais, além de processos sociodiscursivos (FLICK, 2009). Concentra-se em aspectos voltados à ideologia, à sociocognição e ao poder (DIJK, 2017a, 2017b), bem como ancora a linguagem no modelo tridimensional de Fairclough (1989, 2001), compreendendo o discurso pela análise textual e linguística, pelas práticas discursivas que os sujeitos produzem e

compartilham e pela instância da prática social, que “[...] analisa as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e de que maneira elas moldam a natureza da prática discursiva” (PEDROSA, 2008, p. 148).

O referido modelo constitui-se de etapas diversas para o processo da pesquisa, entre as quais estão: a transcrição do texto falado pelo pesquisador; a interpretação social da rede de significados presentes no texto; a inter-relação sistemática dos aspectos linguísticos e sociais no texto ou no trecho selecionado do texto, referindo-se aos mecanismos crítico-conversacionais que denotam as relações de poder, nesta tese; a compreensão do texto como o próprio objeto de estudo; a correlação entre os sujeitos participantes do evento discursivo e de seus papéis, reconstruindo seus direitos e suas responsabilidades, por meio dos discursos situados nas relações de poder e de instituições (FLICK, 2009).

5.1.8 Classificação no que diz respeito à abordagem

No que concerne à abordagem de pesquisa, este estudo segue a linha qualitativa e baseia-se no Interpretacionismo (MOREIRA, 2002), ao associar os aspectos teorizados aos eventos discursivos, procedendo, de maneira processual, a análises descritivo-interpretativas, priorizando, segundo Cardano (2017, p. 25), “[...] a representação dos fenômenos sociais como processuais e contingentes. A estas características, processualidade e contingência, adaptam-se as técnicas de pesquisa qualitativa, fazendo-as próprias durante todo o processo de pesquisa [...]”.

Oliveira (2008) afirma que a pesquisa qualitativa estuda o fenômeno em seu ambiente natural, observando o processo dinâmico das relações humanas e analisando o problema processualmente. Para o linguista e analista da conversação, o pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, bem como se preocupa com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida pelos seres humanos (OLIVEIRA, 2008).

Por esse ângulo, o objeto de estudo e os objetivos propostos nesta pesquisa motivaram a escolha da abordagem qualitativa, considerando que o campo de estudo abrange práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana (FLICK, 2009). Ademais, envolve práticas interpretativas interligadas, visando à análise de entrevistas – textos interativos – como materiais empíricos, “[...] que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Diferentemente da posição epistemológica positivista, o presente estudo qualitativo fundamenta-se numa abordagem interpretacionista, que estuda o comportamento humano enquanto “[...] experiências vividas de cada um, e a experiência humana estriba-se nos sentidos, interpretações, atividades e interações das pessoas” (MOREIRA, 2002, p. 46). Tal definição permite afirmar que a vida humana é vista como atividade que as pessoas constroem em contato com as outras e que se enxerga o comportamento humano como interativo e interpretativo, pois os seres humanos não podem ser entendidos fora do contexto social em que vivem.

Conforme Oliveira (2008, p. 2), o Interpretacionismo, enquanto posicionamento epistemológico e metodológico de pesquisa científica, “[...] defende o estudo do homem, levando em conta que o ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo em que vive continuamente”. Segundo o autor, nessa abordagem, enxerga-se a vida humana como uma atividade interativa e interpretativa, que se realiza pelo contato entre as pessoas, e, por isso, os interpretacionistas afirmam que o estudo da experiência humana deve ser feito a partir da compreensão de que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos, o que também se defende nesta tese.

A relevância da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais reside, entre outras causas, no surgimento de novos contextos e perspectivas sociais, devido à mudança social acelerada e à pluralização das esferas de vida, e isso implica a escolha de teorias que sustentem a defesa de posicionamentos e justifiquem a construção de novos conceitos, o reconhecimento e a análise de diferentes perspectivas, a variedade de abordagens, métodos e procedimentos de pesquisa (como a análise da conversação e a análise crítica do discurso), bem como perspectivas e reflexões do pesquisador acerca de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento (FLICK, 2009).

O processo da pesquisa qualitativa adota um percurso que inclui a teoria, o método, a análise, ontologia, epistemologia e metodologia, no qual o sujeito

pesquisador se insere num paradigma interpretativo, disserta sobre o objeto de estudo, a partir de uma perspectiva de classe social, *status* social, autoridade preexistente, formação profissional, riqueza, posição social, posto, conhecimento, e aborda o mundo como um conjunto de ideias, um esquema interpretativo das múltiplas realidades construídas – teoria, ontologia –, o qual especifica uma série de questões epistemológicas examinadas segundo aspectos específicos – metodologia, análise (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Assim, os estudos qualitativos apresentam como características básicas: foco na interpretação da realidade pesquisada; ênfase na análise dos aspectos sociais e linguísticos da interação verbal, evidenciando a interpretação da realidade social e das condições sociais do contexto em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos; flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa, porque o pesquisador lida com situações complexas que não permitem, *a priori*, definir com exatidão os caminhos que a pesquisa irá seguir; orientação para o entendimento do processo e para o resultado; preocupação com o contexto, visto que o comportamento dos sujeitos e a situação interativa estão ligados intimamente na formação da experiência; reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre a situação de pesquisa, uma vez que o pesquisador exerce influência sobre tal situação, assim como o contexto de pesquisa o influencia e o induz a determinadas interpretações (MOREIRA, 2002).

Segundo Bauer, Gaskell e Allum (2008), a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais, e a análise da situação e dos acontecimentos sociais exige um pluralismo metodológico que, por sua vez, requer a investigação da ação empírica, por meio da observação sistemática dos acontecimentos, a inferência de sentidos quanto aos acontecimentos, a partir das técnicas de entrevista e das categorias crítico-conversacionais do *corpus*, da interpretação dos dados, com base em uma análise sistemática.

Na análise da conversação e da fala, do ponto de vista do método qualitativo de pesquisa, Myers (2008) aponta que a análise dos dados da pesquisa como fala pode contemplar uma análise muito detalhada, para conduzir a temas sociais, e tal análise da conversação só pode ser concatenada com transcrições bastante pormenorizadas. Isso demanda o planejamento do tópico no evento discursivo, o registro das gravações, as transcrições completas das conversações, reconhecimento

dos turnos de fala dos participantes da conversação, atribuindo turnos a participantes específicos, e a análise de aspectos relevantes ao estabelecimento da interação, o que se fez para o estudo das relações de poder na entrevista de rádio pública alagoana.

Tal análise sistemática delinea-se não somente pelo viés dos aspectos sociais do discurso, a exemplo das práticas sociais na análise de discurso crítica (enquanto procedimento de pesquisa para a análise dos dados), como também pelo viés da conversação, a partir de categorias crítico-conversacionais – os turnos de fala, os pares adjacentes, os marcadores discursivos de poder, tópico discursivo, entre outros –, assim chamados, neste estudo. Dessa forma, a análise crítico-conversacional verifica a escolha do tópico, a formulação de certos segmentos de fala, o uso de marcadores discursivos de poder, a sequência turno a turno e examina como os participantes decidem quem vai falar em seguida e a maneira de cada turno se relacionar ao anterior, por intermédio dos pares adjacentes pergunta-resposta, avaliação-avaliação, avaliação-concordância-discordância (MYERS, 2008).

Com base em Marcuschi (2007a), o par adjacente consiste em toda a produção sequenciada entre dois sujeitos interactantes em discursos vários, notadamente na entrevista radiojornalística alagoana, na qual o sujeito L1 (entrevistador) produz uma primeira parte, e o sujeito L2 (entrevistado) produz a segunda parte que se condiciona à primeira. Isso faz do turno uma unidade dialógica/interacional, em que se identificam ações coordenadas pelos dois sujeitos interactantes, pois há duas ações praticadas, entre as quais uma ação relevante condiciona outra ação complementar como reação correspondente. Como a entrevista constitui-se de um discurso fundado em práticas discursivas e sociais, os pares conversacionais representam uma ocorrência simultânea e obrigatória, inadiável ou incancelável, tornando inadequada a introdução de algo entre um turno e outro, em determinadas situações, como é o caso dos cumprimentos, por exemplo (MARCUSCHI, 2003; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009).

Caso o entrevistador se pronuncie a respeito de um tópico discursivo, espera-se que a pessoa convidada para prestar esclarecimentos e fornecer informações sobre o assunto, o entrevistado, posicione-se de alguma maneira, concorde, discorde ou acrescente algo novo. Nesse tocante, o par conversacional é um mecanismo básico de sequenciação de ações, por meio do qual se firma a noção de *relevância*

condicional – a primeira ação condiciona uma segunda ação de um tipo correspondente (MARCUSCHI, 2007a).

A negociação entre entrevistador e entrevistado na entrevista de rádio pública alagoana é manifesta como um processo de conduzir e organizar as sequências de turnos de fala, pois, na organização conversacional e na circularidade do diálogo, os pares devem ser adjacentes, produzidos por diferentes interactantes, ordenados e constituídos por duas partes – cada primeira parte tem uma segunda parte específica –, assim como devem ser geridos por restrições sintáticas, semânticas e conversacionais na produção das sequências de pares. No entanto, os pares dialógicos podem não ocorrer sequencialmente, já que pode haver sequências justapostas, elípticas ou digressivas (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2015).

Conforme elucidam Fávero, Andrade e Aquino (2015), os pares dialógicos configuram indícios de existência de compreensão e se atualizam num contexto particular, mas não há, por exemplo, uma certa determinação lógica na ordenação do par P-R. A escolha de uma determinada sequência decorre de um sistema de negociação entre os sujeitos interactantes, considerando as possibilidades de continuidade do tópico discursivo, a coerência tópica entre turnos, conhecimento partilhado, fatores de contextualização e outros.

A não sequencialidade dos pares adjacentes pode ocorrer devido à incompreensão, insatisfação, a algum tipo de comprometimento ou vexame, ao redirecionamento do tópico, à necessidade ou ao desejo de mudança brusca de tópico. Acontecem ainda em virtude da extensão e/ou das escolhas linguísticas do turno do falante em curso (sequenciação extensa de segmentos de fala ou de elementos linguísticos), da topicalidade imediata, do processamento não linear das informações, das retomadas não sequenciais do falante anterior, entre outros fatores (MARCUSCHI, 2007a).

É possível haver, em determinados contextos, a necessidade de se obter um esclarecimento intermediário acerca do assunto para dar uma posição adequada, o que ocorre por meio de um par inserido, que expande a troca entre os sujeitos interactantes para além de dois turnos. Essa troca pode apoiar-se num conjunto de pares que se concatenam no mesmo turno, numa sequência unitária com relevância imediata, posterior, ou a relevância pode inexistir, todavia o par recebe uma sequência embutida, configurando uma sequência paralela ou digressiva (MARCUSCHI, 2007a).

Algumas dessas questões e outros aspectos teórico-metodológicos serão explicitados nas análises crítico-conversacionais a seguir.

5.2 Análise do evento discursivo 1

O evento discursivo 1 tem como supertópico “Projetos educativos e socioculturais de biblioteca” e tópicos “O Projeto Bibliotec e o lançamento de um romance a partir do projeto”, ocorreu em 1º de agosto de 2014 e prolonga-se por 26 minutos e 18 segundos, com início a 21min22s do programa e término a 47min40s. O evento discursivo 1 realizou-se no estúdio de radiojornalismo e tem como participantes da interação o sujeito L1 (OM), que é o apresentador do radiojornal, jornalista, radialista-locutor e atua como entrevistador; o sujeito L2 (TF) que exerce a função de entrevistado e é escritor e estudante de Química Industrial do Instituto de Educação Técnica; e o sujeito L3 (PN), entrevistada, bibliotecária e coordenadora da biblioteca do SSCOM.

A entrevista que constitui o evento discursivo 1 classifica-se, de acordo com a tipologia elencada na seção 4, como: entrevista-diálogo (MORIN, 1973); caracterizada e informativa (ERBOLATO, [1984] 2008); direta e noticiosa de informação em profundidade (PRADO, 1989); ao vivo (CHANTLER; HARRIS, 1998; CHANTLER; STEWART, 2006); informativa e interpretativa (BALSEBRE, 1998; MCLEISH, 2001); temática, dialogal e em presença (face a face) (LAGE, 2009); pingue-pongue e temática (BALTAR, 2012); e noticiosa (FERRARETTO, 2014).

5.2.1 Análise do momento discursivo 1

L1 gente... olha tô recebendo aqui no estúdio o:: TF... né? que é estudante e escritor e também a PN que é coordenadora da biblioteca do SSCOM e a gente vai falar um pouco sobre essa obra Um gesto de amor que é uma obra inédita... né? e eu achei que o meu produtor F ele não é um leitor ele é um devorador de livros né? ele adora né? e ele disse olha O é um bate-papo uma obra muito interessante né? vai ser um papo muito legal porque eu também sou um cara que gosta muito de ler... e a gente vai falar um pouquinho sobre essa obra falar um pouquinho também sobre a biblioteca do SSCOM... rapaz uma carência tão grande que nós temos de bons espaços... pra que as pessoas possam né? ter uma boa leitura ou encontrar boas obras... tem muita gente que sequer conhece o espaço né? e a gente vai poder também falar sobre esse assunto... deixe eu cumprimentar aqui o T... tudo bom T?... prazer recebê-lo aqui nos estúdios

L2 obrigado... o prazer é todo meu

L1 agora aqui vo/ tem dizendo que você é estudante e escritor... você é estudante de que T?

L2 de química industrial do:: Instituto de Educação Técnica

No evento discursivo 1, ao estabelecer a comunicação e chamar a atenção do público-espectador e dos interactantes L2 (TF) e L3 (PN) para determinados elementos e ideias dentro de seu turno nuclear, de caráter referencial, o entrevistador L1 utiliza a forma de tratamento *gente* para captar a atenção dos participantes da interação e do público-ouvinte e estabelecer uma relação de proximidade com esse público, minimizando a distância social. L1 também emprega os marcadores discursivos *olha* e *agora*, termos que funcionam como prefaciadores textual-interativos e marcam a importância do seu turno para o tópico em desenvolvimento. Note-se que tal momento discursivo apresenta uma sequência de quatro turnos conversacionais, do tipo nucleares justapostos, por todas as intervenções contribuírem referencialmente para a progressão tópica.

Quanto à função dos turnos na sequência conversacional que estrutura a negociação, o primeiro turno de L1 é composto, por apresentar várias unidades constituintes, de função conversacional iniciativa, porque corresponde à sequência de abertura do evento discursivo 1 e contém afirmações e saudações; já o segundo é de função reativo-iniciativa, visto que L1 declara que L2 é estudante e escritor, assim como pergunta a área de estudo do parceiro, usando o marcador discursivo de início de turno *agora*, sequenciador tópico e prefaciador textual-interativo, utilizado para articular o desenvolvimento da interação. Os turnos de L2 são de função conversacional reativa, pois fecham as sequências conversacionais de L1, por meio de saudação, resposta, segmentos de fala sinalizadores de que L2 levou em conta o conteúdo da fala de L1. Observa-se que os turnos de L2 refletem os pares dialógicos usados por L1 em seus turnos, cumprimento para cumprimento e resposta para uma pergunta.

O primeiro turno de L1 constitui-se não somente da preparação do diálogo que se realizará entre ele, o entrevistador, e os dois entrevistados (L2 e L3), como também assinala o início formal da conversação por expor as saudações e preliminares como fórmulas típicas. Para tanto, primeiro, L1 apresenta os dois entrevistados por meio de formas nominais de tratamento (SILVA, 2008), constituídas pelos nomes próprios de ambos os entrevistados (TF e PN), bem como por suas funções (estudante e escritor para L2 e coordenadora da biblioteca do SSCOM para L3).

No contexto discursivo, tais funções apontam que o estatuto social de todos os interactantes é distinto, pois L1 é jornalista, e os demais sujeitos ocupam outras

funções e possuem outras formações, além de seus papéis comunicativos serem desiguais (L1, entrevistador; L2 e L3, entrevistados). Isso já denota uma diferença de poder no eixo vertical (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006), pois a formação, a profissão e os papéis na interação mostram variabilidade. O estatuto social de L1 (jornalista e radialista-locutor) é assinalado por determinados segmentos de fala que demarcam um discurso institucional, a exemplo de “a gente vai falar um pouquinho sobre a obra do TF”, “T vamo falar um pouquinho sobre essa obra...”.

Além disso, L1 sinaliza os tópicos a serem abordados inicialmente no evento discursivo 1, a obra inédita *Um gesto de amor*, de L2, e a biblioteca do SSCOM. Para anunciar os tópicos, L1 aciona uma série de marcadores discursivos de poder e constrói seu turno. Além dos basicamente sequenciadores *gente* e *olha*, L1 utiliza o marcador basicamente interacional *né?*, que denota uma orientação nítida por parte do entrevistador L1 em direção aos entrevistados L2 e L3, em busca de aprovação discursiva, quando L1 afirma que *Um gesto de amor* é uma obra inédita e interessante, que o seu produtor do estúdio não é um leitor, mas um devorador de livros, adora livros e assegura que a conversa acerca da obra será muito produtiva, com que L1 compactua por gostar muito de ler.

Nesse contexto, L1 fez uso do marcador oracional *eu achei que* para marcar sua opinião acerca do gosto voraz pela leitura de livros que o seu produtor de estúdio possui. O uso de tal marcador para expressar a opinião de L1 funciona como um elemento atenuador e um mecanismo de poder e de sequenciamento tópico no turno do sujeito interactante apontado. Como elemento atenuador e mecanismo de poder, o marcador *eu achei que* suaviza a força do segmento de fala opinativo de L1, assim como demarca sua posição de fala e seu ponto de vista; como sequenciador tópico, o referido marcador exerce a função textual de integrar tópicos e enunciados de forma contígua na linearidade do texto falado e acrescentar outra informação à cadeia tópica a respeito do leitor voraz.

Convém frisar ainda que o marcador basicamente interacional *né?* não recebe tal nomenclatura por assumir uma posição irrelevante na conversação, pois, se se observar o momento discursivo 1, o referido marcador constitui uma marca de sustentação do turno de L1, testa a participação dos ouvintes na interação, bem como auxilia no desenvolvimento da atividade interacional dominante de L1 e na linearidade tópica. O referido marcador discursivo *né?* não somente busca a aprovação discursiva

dos interactantes L2 e L3, em várias posições distintas, como marcadores iniciais e mediais de turno, mas também como fáticos de natureza interrogativa, produzido pelo sujeito interactante L1 após enunciados declarativos que inscrevem seu discurso como prática social em condições sociais específicas do contexto, ao tratar da carência de bons espaços para as pessoas realizarem uma boa leitura e encontrarem boas obras.

A carência de bons espaços de leituras e de bibliotecas públicas, que possam ser efetivamente acessadas pela população como um todo, com o suporte de profissionais especializados (bibliotecários habilitados), e que promovam a participação plena dos cidadãos (do público infantil ao adulto), é um dos problemas que atingem a sociedade, devido à falta de políticas públicas educacionais e culturais efetivas, notadamente nas esferas do poder público municipal e estadual. No momento discursivo 1, o discurso como texto é representado no turno de L1 pelas escolhas linguísticas feitas por tal sujeito, o que revela seu posicionamento ideológico quanto ao contexto social em foco. Embora a emissora a que L1 se vincula, represente o poder público, pois seu discurso como prática discursiva remete-se à interpretação da produção, da distribuição e do consumo do texto falado por ele produzido, o entrevistador tece uma crítica sobre a falta de bons espaços de leitura.

Em muitas escolas, por exemplo, havia o sucateamento das bibliotecas, que, além de não possuírem livros suficientes para leituras literárias e não literárias, não dispunham de um espaço adequado, com mesas e cadeiras para os estudantes realizarem suas atividades escolares, no mínimo. O contexto de que emerge a fala de L1 se localiza num período de reformas de diversas instituições escolares, as quais causaram uma série de prejuízos, como atraso de calendários letivos e problemas estruturais/físicos que se mantinham ou surgiam em decorrência da qualidade das reformas das escolas. Aliás, vale salientar como é precária e disforme a estrutura de tantas escolas públicas municipais e estaduais em Alagoas e de outras instituições públicas, as quais servem a uma camada social já tão marginalizada e vítima de políticas sociais ineficientes, o que permite refletir sobre a instituição onde L2 estuda (de nível federal e bem referenciado) e a que biblioteca recorreu, por não dispor de uma biblioteca pública acessível e de qualidade nas proximidades de sua casa ou em seu bairro, certamente.

De acordo com Moro *et al.* (2015), o Painel Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares – que ocorreu no Seminário Regional em Bibliotecas Escolares e Públicas da Região Nordeste, de 05 a 08 de agosto de 2014 – abordou o projeto de Revitalização das Bibliotecas das Escolas de uma Secretaria Municipal de uma cidade alagoana e o projeto de Implantação do Sistema de Bibliotecas Escolares. Consoante Moro *et al.* (2015), os projetos foram realizados em um contexto desfavorável, pois, nesse período, a referida secretaria teve 11 secretários e não possuía um sistema de bibliotecas. Outro aspecto fundamental a ser considerado, tratado durante a exposição no Painel Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares, relacionava-se aos recursos humanos disponíveis para o serviço especializado de Biblioteconomia (o último concurso público para bibliotecário havia ocorrido em 2006) e ao funcionamento dos serviços bibliotecários na Secretaria de Educação do município X, pois

Sua estrutura está constituída de 133 unidades escolares, sendo 95 escolas de Ensino Fundamental e 58 Centros Municipais Educação Infantil. Neste contexto, atuam 3 bibliotecários e 01 professora com formação em Biblioteconomia para toda a rede e a equipe lotada nas bibliotecas é formada por professores readaptados ou em readaptação. As bibliotecas funcionam como depósitos de livros e estão instaladas nas Salas de Informática ou de armazenamento dos materiais de expedientes e outros recursos das escolas. (MORO *et al.*, 2015, p. 56).

Basílio de Oliveira, Moraes e Moura (2015) realizaram uma pesquisa em 9 escolas da rede pública de ensino de um município alagoano e confirmaram resultados preocupantes quanto à existência, à estrutura e ao funcionamento de salas de leitura e bibliotecas, o que reforça as condições do contexto social em que o discurso do entrevistador L1 enquadra-se, ao falar sobre a carência de bons espaços de leitura. Segundo as autoras, apenas 5 escolas possuíam biblioteca ou sala de leitura, das quais somente duas estavam em funcionamento. No que concerne ao profissional responsável pelo espaço de biblioteca, em 1 das escolas, havia 1 bibliotecária e 1 professora afastada da sala de aula; das outras 4 escolas, 3 funcionavam com professoras afastadas de suas funções de sala de aula e 1 escola operava com outro profissional, do setor administrativo.

No que se refere ao acesso, à frequência e à forma de utilização pelos estudantes e professores, dentre as 5 escolas com sala de leitura ou biblioteca, apenas 2 escolas apresentavam funcionamento regular para consulta ao acervo, sem empréstimos; outras 2 permitiam o acesso ao espaço eventualmente, sem manter atividade regular; e 1 escola estava com o espaço fechado para reforma. Ademais,

das 5 escolas apontadas, 4 garantiam o acesso livre às estantes pelos alunos, porém, em 1 delas, os estudantes só tinham acesso à sala acompanhados por um professor responsável. Em síntese, a busca por livros limitava-se à realização de trabalhos solicitados por professores, que também não frequentavam regularmente os referidos espaços de biblioteca (BASÍLIO DE OLIVEIRA; MORAES; MOURA, 2015).

Quanto ao acervo disponível para leitura e pesquisa, todas as escolas com sala de leitura ou biblioteca possuíam acervo composto por obras clássicas da Literatura Brasileira e estrangeira, dicionários, livros didáticos e revistas (não se mencionam fontes de pesquisa de áreas do conhecimento diversas). No tocante à realização de atividades pedagógicas, apenas 2 escolas apresentavam projetos pedagógicos de incentivo à leitura, sendo 1 projeto requerido pelo Ministério da Educação e 1 projeto autoral da escola (BASÍLIO DE OLIVEIRA; MORAES; MOURA, 2015).

No que concerne à precarização de escolas públicas, Gama e Madeiro (2012), na seção Educação, apontam que 151 escolas de uma rede pública de ensino em Alagoas adiaram o início do ano letivo de 2012, devido ao atraso nas obras de reformas feitas nas unidades de todo o estado. Conforme matéria jornalística do G1 (2013), o Ministério Público Estadual de Alagoas entrou com ação judicial contra a Secretaria de Educação e o Governo Y, em virtude da situação precária do ensino público, recomendando ao governo apontado que houvesse investimentos na infraestrutura das escolas.

O G1 (2013) declara ainda que mais de 70% das escolas visitadas estavam com o ano letivo atrasado, decorrente de reformas que não resolveram todos os problemas estruturais anteriores. Em outra matéria do G1 (2014a), foi mostrada a situação precária de escolas públicas sem água potável, sem banheiro e até sem sala de aula em Alagoas, em Pernambuco e no Maranhão. O G1 (2014c) relata também que as reformas em atraso, além de fatores climáticos e greves – por falta de reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), o que inclui reajustes e melhorias salariais (2014b) –, atrasaram a finalização do ano letivo de 2013 e o início do ano letivo 2014, além de causarem evasão escolar.

Além disso, compreendendo a importância das bibliotecas públicas e dos espaços de leitura como uma alternativa cultural, gratuita e acessível a todos os cidadãos, conhecendo a relevância da leitura na formação sociocultural e crítica dos cidadãos e a necessidade de incentivo a essa prática, o poder público, por meio dos

órgãos/secretarias responsáveis, deveria fomentar políticas públicas que estimulassem a prática de leitura, de natureza diversa, entre as quais, a leitura crítica e a deleite). Porém, no quadro espaçotemporal em que se insere o evento discursivo 1 e o projeto de biblioteca volante apontado, segundo matérias jornalísticas publicadas por Farias (2014), do G1, e pelos sites do Jornal Extra (2014) e Cada Minuto (2014), a Biblioteca Pública KW, que não funciona aos finais de semana, manteve-se fechada por 4 anos, de novembro de 2010 a novembro de 2014, devido ao atraso de uma reforma, cuja prazo de conclusão era de 1 ano.

Conforme o G1 AL (2015), em matéria também divulgada pelo site do Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB-6), a referida Biblioteca Pública KW tem visitação 25 vezes menor que capacidade total, e um dos motivos para esse número era a falta de informação sobre a reabertura. Sob uma perspectiva da análise crítica do discurso enquanto prática social, considerando a função social da Biblioteca Pública de possibilitar a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e a formação de uma consciência crítica dos sujeitos sociais, levando-o ao exercício pleno da cidadania, bem como levando em conta o objetivo do Sistema de Bibliotecas Públicas XP de fortalecer os serviços de bibliotecas públicas, verifica-se a necessidade de rever políticas imediatas e eficazes de acesso à leitura, mesmo que o estado disponha de um número representativo de bibliotecas públicas⁵⁵ (ALAGOAS, 2021a).

De maneira mais específica, o Sistema de Bibliotecas Públicas XP tem por finalidades: incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o Estado de Alagoas; promover a melhoria do funcionamento da rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes; desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento de todas as bibliotecas públicas municipais; incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de Bibliotecas Públicas; favorecer a ação dos coordenadores das bibliotecas municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no estado; assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas municipais, bem como oferecer material informativo e

⁵⁵ De acordo com Moro et al. (2014, p. 59), com base em dados do Sistema de Bibliotecas Públicas XP, em 2014, eram 117 bibliotecas públicas municipais, 79 bibliotecas comunitárias, 26 pontos de leitura e 1 biblioteca pública estadual.

orientador de suas atividades; firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas (ALAGOAS, 2021a).

No tocante a todos os apontamentos feitos anteriormente acerca de bibliotecas públicas municipais e estaduais, e de espaços de leitura (incluindo bibliotecas escolares), insere-se a prática social, pois o discurso de L1 também se ocupa das condições sociais em que é produzido, no sentido das consequências das políticas públicas ineficazes, de natureza neoliberal, da qualidade do ensino, do modelo de gestão e financiamento políticos e educacionais, da formação e valorização dos profissionais da educação (FERREIRA, 2017). Isso reflete nas efetivas condições de trabalho dos profissionais, tanto no âmbito municipal quanto estadual, bem como compromete a educação pública de qualidade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito escolar, associadas a todos os problemas que os jovens estudantes trazem de seus contextos familiares e dos locais onde vivem.

Como apontam Lira (2016) e Lira e Hermida (2018), as diretrizes políticas do governo da época comprometeram-se com a redução e a privatização do Estado, a diminuição dos direitos sociais, a continuação da exploração intensiva da mão de obra da população a serviço da economia açucareira, além da precarização dos serviços públicos na educação, saúde e segurança pública. Isso comprova o caráter neoliberal das políticas educacionais implantadas pela gestão pública, fazendo *jus* à origem social e econômica de uma tradição política autoritária que submeteu o estado a uma situação de estagnação econômica e a população alagoana a uma condição de mais pobreza, desigualdade e exclusão social.

Tais atos da prática discursiva permitem aos entrevistados e ao público-espectador inferir que, de fato, não havia um investimento promissor pelo poder público, quanto à existência de bibliotecas públicas ou escolares e à prática de leitura para a população, mas sim bibliotecas precarizadas ou subutilizadas. Isso também contribui para o desestímulo à leitura, ligado ainda a outros fatores, ao desconhecimento da população quanto à biblioteca do SSCOM, à falta de incentivo ao acesso a instituições como o próprio SSCOM, conforme diz L1 “rapaz uma carência tão grande que nós temos de bons espaços... pra que as pessoas possam né? ter uma boa leitura ou encontrar boas obras... tem muita gente que sequer conhece o espaço né?”, e até mesmo devido ao desprovimento de propagandas educativas e projetos atrativos, os quais estimulem a prática de leitura.

L1 demarca seu lugar de entrevistador, pois inicia o evento, introduz o tópico, produz preferencialmente determinados segmentos de fala, avalia situações. Isso se remete à pertinência de papéis, segundo Marcuschi (1995), e às dimensões de dominação de Linell (1990), quais sejam: dominação pela quantidade de fala (L1 fala mais e por mais tempo que L2 e L3, embora L3 dê significativa contribuição referencial para a progressão tópica, comparando a L2), dominação semântica (L1 insere o tópico na interação e o conduz), dominação interacional (organiza sequencialmente os pares adjacentes cumprimento-cumprimento e pergunta-resposta) e dominação estratégica (segmentos de fala estratégicos para manter-se no turno e para expressar sua opinião).

A dominação pela quantidade de fala nos turnos de L1 pode se justificar pelo papel comunicativo desse sujeito na interação, ele é o entrevistador, e isso requer que contextualize e comande a entrevista, pelo menos, em algum nível, como na assimetria conversacional e microssocial, em relação a L2. A dominação estratégica suscita uma questão socioculturalmente relevante a ser tratada no âmbito do discurso como texto, prática discursiva e social, pois L1 insere segmentos de fala estratégicos que interferem na qualidade da produção conversacional em seu turno, quando traz informações de alto valor referencial, envolvendo importantes aspectos sociais, e menciona “rapaz uma carência tão grande que nós temos de bons espaços... pra que as pessoas possam né? ter uma boa leitura ou encontrar boas obras... tem muita gente que sequer conhece o espaço né? e a gente vai poder também falar sobre esse assunto...”.

A dominação interacional explica o uso dos pares dialógicos, a exemplo do par cumprimento-cumprimento “deixe eu cumprimentar aqui o T... tudo bom T?... prazer recebê-lo aqui nos estúdios”, havendo também a correspondência das ações por parte de L2. Essa dominação interacional e a dominação semântica favorecem o delineamento de uma assimetria microssocial, pois L1 introduz e controla o tópico, comanda o uso dos pares adjacentes e conduz a interação, promovendo a continuidade e a expansão tópica (JUBRAN, 2015a).

Nesse sentido, o controle pode manifestar-se não somente por parte de marcas linguístico-discursivas acionadas pelo entrevistador, que representa a instituição de onde se origina o evento de fala formal e o discurso radiojornalístico, mas também por outras instâncias de controle social e discursivo – respeito mútuo, gentileza, polidez,

solidariedade etc. Essas instâncias sugerem poder e polidez, funcionando como uma estratégia de controle e forma de dominação para um dos membros da emissora controlar o discurso público e atender aos interesses da instituição que representa, a partir práticas hegemônicas, simulando uma adequação estratégica, uma aproximação e igualdade simulada, mas com objetivos futuros à vista (MARCUSCHI, 1995).

As diferenças de poder também são evidenciadas quando L1 se reporta a L2 utilizando a forma pronominalizada de tratamento *você* , ao perguntar “ *você é estudante e escritor... você é estudante de que T?* ”. Mesmo sendo uma marca linguística de L1, a forma de tratamento *você* simula uma relação de igualdade inexistente no estatuto social e é possivelmente acionada nesse contexto, não por haver uma relação de familiaridade e de intimidade entre L1 e L2, até porque se localiza no início da interação, mas por L1 ter prestígio e ocupar uma posição hierarquicamente superior no contexto interativo (entrevistador), mas sobretudo no discursivo (jornalista socialmente reconhecido). Ademais, a interação no momento discursivo 1 já sugere e antecipa a ideia de que L2 é muito jovem em relação a L1, de modo que o fator contextual *idade* também possa ter interferido na assimetria microsocial e conversacional, o que seria diferente caso L1 se dirigisse a um médico, advogado, magistrado, a uma pessoa mais velha ou a uma autoridade política.

5.2.2 Análise do momento discursivo 2

L1 química industrial... né? uma matéria peSA::da... eu aliás admiro quem escolhe química física... era meu terror quando eu era mais novo... não que eu não desenrolasse... mas é que eu não gosto mesmo né? e de repente você vai né? e escreve um livro que tem tudo a ver com sensibilidade né? com com carinho né? com um gesto de amor... como é o título do livro... essa sua outra face né? o químico industrial também é uma pessoa que gosta de falar de amor T?

L2 ah eu gosto... os livros que eu mais gosto de ler são os de romance... porque é um livro que traz um ensinamento... traz uma mensagem bonita... então... os primeiros livros que eu comecei a ler foram no Bibliotec foram os romance... eu li quase todos os romance da biblioteca volante... então eu já tinha histórias na mente só que eu nunca tive coragem de escrever... foi com o incentivo da bibliotecária que vinha na biblioteca ela disse olhe T escreva... não tenha medo escreva arrisque

[
L1 mas começou como? você começava a escrever um texto... aí mostrou... aí de repente o pessoal disse olha você tem jeito escrevendo

[
L2 não... eu sentava logo e ia preparar... sentava logo e ia digitando... aí o primeiro livro mesmo deu quase quinhentas páginas

L1 esse não é o primeiro livro?

L2 não... o primeiro livro mesmo eu fiz... mas não

L1 [não publicou... apenas fez

L2 não

L1 qual era o livro?

L2 tem título e tudo... é Recomeçar o nome dele...

L1 Recomeçar...

L2 é

L1 por que você não teve interesse de lançar? Foi por dificuldade mesmo?

L2 [eu ia precisar melhorar bastante... eu tinha uns quinze anos na época então... foi logo no início mesmo... muito::... vai pisar ser lapidado bastante

Segundo a teoria crítica do discurso, as relações de poder social manifestam-se entre dois sujeitos interactantes de conhecimentos profissionais e linguísticos variados, de formações sociais e idades diferentes, vinculados a grupos sociais distintos (DIJK, 2017a). Esses aspectos não discursivos associam-se, por exemplo, aos aspectos linguístico-discursivos que aparecem no primeiro turno nuclear de L1, quando esse sujeito avalia que o curso de Química Industrial, área de formação de L2, é constituído por uma matéria de peso, o que é evidenciado pela entonação enfática e pelo alongamento de vogal de L1 em “uma matéria peSA::da”.

Isso possibilita afirmar que a entonação e o alongamento de vogal não constituem pura e simplesmente um elemento conversacional no texto falado, mas um recurso de sustentação do turno de L1. Essa estratégia de sustentação para se manter no turno e no controle da interação também é percebida quando L1 enuncia um segmento de fala que sugere polidez “eu aliás admiro quem escolhe química física... era meu terror quando eu era mais novo” e coloca L2 numa posição de prestígio, já que Química e Física são disciplinas temidas por tantos estudantes no ensino básico e superior. Esse discurso reflete uma concepção cristalizada a respeito dessas disciplinas e se insere num contexto social em que estudantes possivelmente apresentem um nível de proficiência baixo, seja pelo nível de complexidade de pontos teóricos que tais disciplinas apresentam de fato, seja por outros aspectos que interferem na aprendizagem.

O entrevistador L1 também atenua o seu segmento de fala, ao optar pela forma verbal do pretérito imperfeito do subjuntivo em “era meu terror quando eu era mais novo... **não que eu não desenrolasse**... mas é que eu não gosto mesmo né?” e justificar que superava as dificuldades nas disciplinas de Química e Física. Tal segmento funciona como um recuo estratégico e também expressa suavização pela

forma como L1 emprega as marcas linguísticas para minimizar a afirmativa a respeito de sua dificuldade e seu despreço pelas referidas disciplinas no ensino básico.

O marcador *mas* aparece como um elemento orientador interacional na administração do turno de L1 e como sequenciador tópico, pois atua de forma retrospectiva e prospectiva no texto – L1 conseguia desenvolver as atividades nas disciplinas de Física e Química, mas não simpatizava com essas disciplinas, o que é reforçado em enunciado explícito “mas é que eu não gosto mesmo né?”. O sujeito L1 volta a utilizar o marcador basicamente interacional *né?* de forma reiterada, que denota uma orientação nítida por parte do entrevistador L1 em direção ao entrevistado L2, buscando aprovação discursiva e testando o grau de atenção e participação desse interactante.

Para manter a dominação semântica, referente ao domínio do tópico, de sua introdução e continuidade no contexto interativo, L1 se apropria do marcador discursivo *né?*, com o fito de salientar o papel do interactante L2 no diálogo e sua área de atuação “química industrial... né?”. Esse marcador de sustentação do turno aparece nos momentos de hesitação ou de planejamento verbal de L1, nos quais esse falante prepara a continuidade de seu turno para mantê-lo, funcionando como sinais de sustentação enquanto tal sujeito falante L1 articula os segmentos tópicos⁵⁶ e produz seu turno.

No turno de L1, é possível observar que se reporta à dominação estratégica, pois ele se utiliza de segmentos de fala estratégicos, desviando-se do tópico ao tratar de sua admiração por quem escolhe as matérias Química e Física, ao abordar sua dificuldade e seu despreço pelas referidas disciplinas, mas o faz com objetivo de trazer para dentro da interação explicitações sobre a situação enunciativa que têm implicações sobre a significação dos enunciados tópicos vizinhos, por não haver necessariamente uma relação objetiva entre Química Industrial e a escrita de romances que tratam de amor, sensibilidade e carinho, como aponta L1. Isso se explica, porque a dominação interacional de L1 permite-o dirigir movimentos, pois os segmentos tópicos de L1 compreendem movimentos que fazem com que L2 responda à pergunta do entrevistador “o químico industrial também é uma pessoa que gosta de falar de amor T?”, mas também permite-o controlar movimentos, no sentido de avaliar

⁵⁶ “[...] em uma conversação, as pessoas discorrem sobre vários temas, cada um deles constituirá um tópico discursivo, e o trecho da conversa relativo a um tópico será um segmento tópico” (JUBRAN, 2015b, p. 280).

e engradecer as contribuições de L2 e os significados indicados, quando este menciona ser estudante de Química Industrial.

Interessa verificar que a pergunta fechada ou interrogação, que suscita em geral respostas mais breves, de teor afirmativo ou negativo (sim/não), não evidencia tais respostas quando L1 pergunta “o químico industrial também é uma pessoa que gosta de falar de amor T?”, pois, embora tal pergunta pudesse resultar numa breve resposta do tipo sim-não, a resposta de L2 confirma o gosto por falar de amor e insere novos subtópicos na interação, por meio de conteúdo referencial explícito, constituindo um turno nuclear. Observa-se que, em seu primeiro turno, L1 não questionou L2 sobre quais gêneros literários ele gosta de ler, por que procedeu à tal escolha e o que motivou o início da escrita de seus textos, no entanto L2 constrói seu turno a partir de vários segmentos de inserção tópica.

Do ponto de vista social, o discurso do entrevistador L1, em seu primeiro turno do momento discursivo 2, insere-se em um contexto social de visões estereotipadas, porque preestabelece que a formação na área das Ciências da Natureza é totalmente dissociada das emoções e do viés literário. Em resposta a L1, o primeiro turno de L2, por sua vez, revela a resistência de um químico industrial em formação que evidencia a pluralidade de questões socioculturais e de práticas sociodiscursivas que se oponham a estigmas sociais, já que sua produção escrita se volta à Literatura e não à Química.

Assim, no que diz respeito ao desenvolvimento do tópico, além de confirmar o gosto por falar de amor, L2 constrói seu turno nuclear salientando sua preferência por livros de romance e usa enunciados justificativos para tal escolha “porque é um livro que traz um ensinamento... traz uma mensagem bonita... então... os primeiros livros que eu comecei a ler foram no Bibliotec foram os romance”. Nesses enunciados explicativos, L2 utiliza o marcador discursivo *então*, que funciona como articulador intratópico, atuando na progressão tópica no turno de L2; e o marcador *ah*, em “**ah** eu gosto...”, que exerce a função de prefaciador textual-interativo, proferido por L2 para anteceder o conteúdo tópico durante a interação, desencadeado, no curso da fala de L2, como parte do ato verbal “**ah** eu gosto...”, preparatório de declarações seguintes.

O marcador *então* aparece duas vezes no primeiro turno de L2, seja no encaminhamento tópico, seja no fecho do tópico. Na estruturação interna dos segmentos tópicos e no seu fecho “*os livros que eu mais gosto de ler são os de*

romance... porque é um livro que traz um ensinamento... traz uma mensagem bonita... então... os primeiros livros que eu comecei a ler foram no Bibliotec foram os romance... eu li quase todos os romance da biblioteca volante... então eu já tinha histórias na mente só que eu nunca tive coragem de escrever...”, o marcador *então* é veículo de uma dependência estreita entre argumentos, associada à esfera de conclusão, efeito ou resultado, pois, no desenvolvimento informacional instaurado, a ocorrência desse marcador tem a função de retroagir para toda a extensão anterior do tópico, sinalizando, na sequência, um fecho que se estabelece pela confirmação de sua preferência de leitura de gênero literário, de sua iniciação à leitura no projeto Bibliotec e do alto índice de romances lidos na biblioteca volante do SSCOM, conforme atos declarativos “os livros que eu mais gosto de ler são os de romance” e “os primeiros livros que eu comecei a ler foram no Bibliotec foram os romance... eu li quase todos os romance da biblioteca volante...”. O efeito é o de uma conclusão fortemente respaldada em todo o pronunciamento anterior, que lhe serve de suporte, a partir de uma estratégia linear, dentro dos segmentos tópicos, de várias porções de informação que vão sendo encadeadas umas às outras, mediante a interposição do marcador (RISSO, 2015).

No que se refere à função do turno na sequência conversacional que estrutura a negociação, o primeiro turno de L2 caracteriza-se como de função conversacional reativo-iniciativa, por, além de responder à pergunta fechada de L1 – encerrando a sequência conversacional com a reação de L2 ao turno anterior, quando ele responde à pergunta de L1 –, comentar o gosto por falar de amor e dar início a uma nova troca ou sequência, demonstrando o seu esforço para conectar seu turno ao anterior, de L2. Ao final desse turno, L2 utiliza o marcador *olhe*, abrindo uma citação simulada de fala em discurso direto, que representa a fala de encorajamento da entrevistada L3, a bibliotecária e coordenadora do projeto de biblioteca volante (PN), para incentivar L2 a empreender uma atividade complexa como a escrita, num contexto social em que a Educação apresenta fragilidades, o que ocorre em: “foi com o incentivo da bibliotecária que vinha na biblioteca ela disse **olhe** T escreva... não tenha medo escreva arrisque”. O marcador discursivo *olhe* também preserva seu teor fático, concentrando-se na sinalização do contato interlocutivo, a partir do qual L2 solicita a atenção de L1, a quem a informação em curso é diretamente orientada (RISSO, 2015; URBANO, 2015).

As formas de tratamento continuam a exercer a função de marcadores discursivos de poder, utilizados por L1 para se dirigir a L2 na interação verbal. Os usos da forma pronominalizada *você* usada por L1 para se referir a L2 refletem relativa igualdade entre ambos os interactantes, segundo as posições que os dois sujeitos ocupam na escala social e na interação, pois L2 é um sujeito jovem, de pouca idade, e que não ocupa o mesmo *status* social e prestígio que L1 (SILVA, 2008). Os papéis comunicativos e sociais (entrevistador e jornalista) que L1 assume, o poder aquisitivo, a natureza institucional do evento discursivo, a situação discursiva formal, o controle do tópico e dos turnos por L1 justificam também a existência da dominação semântica.

A seleção de formas de referência ao sujeito L2 relaciona-se ao papel que desempenha nas relações sociointeracionais e de suas características, pois a idade e os papéis sociais e comunicativos no contexto discursivo e interativo enquadram tal relação no eixo vertical (SILVA, 2008). Chamar L2 por seu nome é uma forma de manifestação de respeito e de polidez na linguagem, a qual funciona como uma estratégia discursiva de L1 para obter todas as informações necessárias a fim de atender aos interesses da instituição que este representa. Saber o nome do entrevistado e a forma de tratamento que o representa constitui os mecanismos éticos e estruturais da entrevista radiojornalística como práticas sociodiscursivas, que se tornam convenções institucionalizadas e normas a serem seguidas.

Nesse sentido, as dominações interacional e estratégica permitem ao entrevistador exercer sua autoridade estruturando a interação, por conduzir e tomar a maioria das iniciativas – L2 fornece respostas aos comandos e às iniciativas de diálogo do sujeito L1, entrevistador – por meio dos segmentos de fala declarativos, dos marcadores discursivos de poder (a exemplo das formas de tratamento), das sobreposições de vozes, dos turnos nucleares e turnos de função reativo-iniciativa. Isso explica a razão por que o entrevistador L1 – sujeito que domina no contexto interativo, mas é dominado, do ponto de vista institucional – repete segmentos da fala de seu parceiro e permite a L2 assumir os turnos durante as sobreposições de vozes, momentos durante os quais o entrevistado L2 demonstra interesse em assumir a posição de falante, aciona essa estratégia discursiva de poder e reivindica a posse do turno para falar como iniciou o processo de escrita e justificar o motivo de não ter publicado seu primeiro livro.

5.2.3 Análise do momento discursivo 3

L1 olha... eu:: eu tô tentando lembrar... eu vou cumprimentar também a P... eu tô tentando lembrar o nome do autor... eu gosto muito de um canal no Discovery D né? que é da net... tem na Sky também... e eu tava vendo uma matéria sobre um escritor americano... meu Deus... que coisa triste eu não lembrar o nome dele... é recente... de que ele começou muito novo assim com catorze... quinze anos... agora ele tinha um potencial muito grande... começou a despertar o interesse... né? de algumas pessoas e ele é considerado uma das pessoas mais misteriosas da literatura americana... eu lembro daqui a pouco o nome... mas começou muito cedo... é óbvio que ninguém vai esperar que um garoto de catorze quinze anos sente e e e:: primeiro né? tem que passar por uma revisão... tem que passar por uma edição e com certeza é um primeiro passo... e aí veio o segundo livro né? que você já escreveu com que idade T? você é muito jovem né? você tem quantos anos?

L2 vinte e um

L1 vinte e um... então é muito jovem... então quando foi que você escreveu o segundo?

L2 dezesseis anos... eu ainda tava frequentando a:: Bibliotec... terminei o outro livro há uns três meses... tava muito eufórico

[]

L1 empolgado

L2 empolgado... passava o dia inteiro no computador digitando... era dois três capítulos... aí () chamou eu ainda tava frequentando o Bibliotec... ainda vim pro bairro... tava no ensino fundamental ainda e foi rápido... um mês eu escrevi o livro... só guardei na gaveta... deixei lá depois de dois anos... tirei revisei enviei pras editoras... tive a casa de aceite

[]

L1 e conseguiu publicar

O momento discursivo 3 inicia uma nova sequência com vários segmentos de fala, isto é, diversos constituintes imediatos, que permitem classificar os dois primeiros turnos do entrevistador L1 como compostos. Os turnos de L1 também são de função conversacional reativo-iniciativa, pois esse sujeito faz afirmações, comenta as respostas de L2 e produz duas perguntas abertas, combinadas numa sequência de segmentos de fala, nos quais compara L2 a um escritor americano, ao dizer que este também iniciou precocemente a carreira de escritor e é considerado uma das pessoas mais misteriosas da literatura americana, bem como o entrevistador afirma que L2 é muito jovem. Numa análise social, o discurso de L1 pode sugerir que incomum haver escritores em potencial tão jovens quanto o entrevistado L2 e que tais escritores carecem de apoio para revisar, editar e publicar um livro, dificuldade revelada por L2 num momento posterior da entrevista, ao declarar a existência de editoras que não publicam obras de autores nacionais e desconhecidos, o que é um fator contrário ao incentivo à escrita e à publicação de obras.

Os segmentos de fala “olha... eu:: eu tô tentando lembrar... eu vou cumprimentar também a P... eu tô tentando lembrar o nome do autor... eu gosto muito de um canal no Discovery D né? que é da net... tem na Sky também... e eu tava vendo

uma matéria sobre um escritor americano”, funcionam como marcas discursivas de poder e de sustentação do turno de L1, na medida em que tais enunciados justificativos visam comparar L2 a um escritor jovem de grande potencial da literatura americana, denotam o estatuto social e interativo de L1 (jornalista e entrevistador que controla o tópico discursivo e domina o turno, reiterando sua posição de poder), bem como são segmentos de fala que contribuem para L1 manter-se na posição de falante. É possível verificar que L1 emprega o processo de parentetização, “modalidade de inserção, definida como breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem” (JUBRAN, 2015b, p. 280).

Percebe-se que esse interactante não tem por objetivo entregar o turno a L2 antes de lembrar o nome do escritor americano, por isso L1 mantém-se no turno e ressalta o empreendimento de esforço na tentativa de lembrar o nome do referido escritor, destaca o cumprimento à entrevistada L3 e o apreço pelo canal Discovery D, em que assistiu à matéria jornalística sobre tal escritor. Para tanto, L1 opta pelo marcador sequenciador tópico *olha*, que, nesse contexto, funciona como articulador textual-interativo da fala de L1, mas não vincula informações relevantes para constituir a centração do segmento tópico, pois, nesse momento discursivo, L1 comenta basicamente acerca da pouca idade de L2 para já ter escrito dois livros.

Com o intuito de sustentar seu turno e sua posição de falante, L1 mobiliza o marcador de orientação interacional *né?*, em busca de aprovação discursiva de L2, para manifestar o interesse das pessoas pelo escritor americano e o longo processo para produzir, editar, revisar, editar e publicar um livro. Tal marcador é usado ainda para L1 afirmar que a obra *Um gesto de amor* é o segundo livro de L2 e que este é muito jovem. Em seguida, o entrevistador L1 usa uma pergunta aberta para saber a idade de L2 e saber com quantos anos o entrevistado escreveu o segundo livro; L2, por sua vez, a partir de dois turnos nucleares, de função conversacional reativa, responde às perguntas de L1.

Em seus dois turnos, L1 utiliza a forma pronominalizada de tratamento *você* para se referir a L2 e, ao mesmo tempo, induz tal interactante a prestar atenção nas perguntas que serão feitas, em “você é muito jovem né?, você tem quantos anos?, quando foi que você escreveu o segundo?”. Também, no segundo turno, o marcador discursivo *então* é acionado por L1 e exerce a função de sequenciador textual-interativo de orientação retroativa, numa relação lógico-semântica de conclusão

acerca da idade de L2. Em seguida, L1 faz uso, novamente, do marcador discursivo *então*, como articulador textual-interativo que promove, em sua estruturação, o sequenciamento de proposições anteriores integradas no mesmo conjunto de referentes em centração, isto é, na estruturação interna das unidades constituintes do turno, quando o marcador, no plano intratópico, atua na progressão tópica requerendo uma informação a ser posta no discurso em continuidade com o que já foi dado (RISSO, 2015).

Na segunda resposta de L2, o entrevistador L1 produz duas sobreposições de vozes localizadas durante o turno do entrevistado L2, formando dois turnos inseridos que contribuem, mas não de forma decisiva, para o desenvolvimento do tópico, mesmo sendo relevantes na construção do diálogo, pois assinalam que L1 acompanha atentamente as palavras de L2 (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993). Em seu segundo turno nuclear, L2 fala a idade com que escreveu o segundo livro, situa a temporalidade de alguns fatos e expõe que durante a produção do livro ainda frequentava o Projeto Bibliotec, mas revela a dificuldade e a falta de apoio financeiro para publicar seu segundo livro após o término da escrita.

A sequência de perguntas dirigidas por L1 aponta a dominação interacional, em que o sujeito L1 produz as primeiras partes dos pares e toma as iniciativas, dirigindo movimentos a partir de lances diretivos. Fazer perguntas é uma estratégia dominante bem conhecida, porém, contar a história sobre o escritor americano e comparar seu brilhantismo ao do entrevistado L2 tornou-se uma forma um pouco menos dominadora de solicitar informações na entrevista, pois L1 utiliza lances controladores, que têm por finalidade avaliar e ratificar as contribuições de L2 e os significados por ele indicados sobre sua trajetória, por meio de atos de avaliação (LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1995).

Além de controlar a produção dos pares adjacentes, L1 conduz a entrevista e controla o tópico discursivo num processo de dominação semântica. Tais pontuações sugerem a existência de uma assimetria local ou conversacional, nesse tocante, motivada pelo controle da organização sequencial dos pares adjacentes produzidos localmente na conversação, pois L1 domina pela quantidade de fala, mas também sugere uma assimetria microssocial, posto que tomar as iniciativas (controlar os pares adjacentes) compõe o papel comunicativo de entrevistador, por meio da dominação interacional no momento discursivo 3.

5.2.4 Análise do momento discursivo 4

L1 daqui a pouco vou falar sobre a obra... tá aqui o livro em si na minha frente né? Um gesto de amor... o que você faria por alguém que ama? é uma pergunta muito forte né? eu sempre digo aqui no ar que tem pessoas que a gente ama né? que nós somos capazes de morrer por elas... e existem pessoas que a gente ama que nós somos capazes de matar e morrer por ela né? então daqui a pouco a gente vai falar um pouquinho sobre a obra do TF... deixe eu cumprimentar a P... P né? boa tarde... aliás bom dia né? é porque eu faço um programa na rádio Crepúsculo também... aí de vez em quando eu troco o nome de rádio troco o nome de troco o horário também... mas bom dia né? P... brigado pela sua presença né? como é que foi que vocês perceberam no T essa facilidade que ele tinha de produzir de escrever ehn P? bom dia

L3 bom dia... éh desde já a gente agradece né? por essa divulgação

L1 nada... que é isso

L3 éh... o projeto Bibliotec é um projeto de biblioteca né? um dos projetos da biblioteca né? é uma biblioteca volante que a gente visita dez bairros de Maceió pra facilitar o acesso do leitor ao livro né?... porque a gente sabe que nem todas as vezes as escolas tem bibliotecas nem salas de leitura né? facilitar esse acesso e promover a leitura o incentivo o hábito o gosto né? e aí assim a gente fica nas comunidades né? conversando com:: com as pessoas que visitam o projeto... dizendo a importância dessa leitura... a gente faz empréstimo de livro... e o T o T é um diferencial entre os jovens né? porque a gente sabe da dificuldade do jovem de entender a leitura como:: um momento de prazer né? a gente as pessoas associa muito a leitura com o estudo... nunca como entretenimento que a pessoa pode se divertir lendo conhecendo novos espaços novos lugares através da leitura... então o T já tem né? o Bibliotec foi mais um canal... mas ele já tinha esse gosto esse amor pela literatura e:: a gente quando percebe o incentivo o gosto que a pessoa tem de tá pegando o livro sempre que a biblioteca tá lá no bairro... essas pessoas são bem diferenciadas né? elas vão levar o livro emprestado... devolvem na data certa... pega novamente e aí a gente começa a conversar... tem um laço de com o/ um estreitamento de amizade com o público e aí a gente vai percebendo e vai incentivando né? na necessidade como ele falou na época a Mônica que era a pessoa que tava no caminhão e sempre incentivou que ele levasse porque pela inexperiência pela idade pouca ele ficou com medo de levar um não né? e desestimular pra ele escrever... e aí você vê que a obra dele é tão que ele mandou pra cinco editoras e as cinco quiseram publicar o livro dele né?

Na organização tópica, o início do momento discursivo 4 é marcado por breves inserções parentéticas, com o intuito de instaurar convivência com o seu interlocutor, procurando envolvê-lo em comentários, avaliações e opiniões suas a respeito do assunto (JUBRAN, 2015b). É o que ocorre quando L1 prenuncia que se discorrerá sobre o livro de L2 adiante e, por meio do marcador discursivo orientador da interação *né?*, requer a atenção de ambos os entrevistados para a interlocução e faz uma inserção tópica, ao dizer que está diante do livro e comentar a pergunta “o que você faria por alguém que ama?”. L1 dá sua resposta, avaliando ser uma pergunta impactante, e a comenta ressaltando a capacidade de pessoas praticarem atos extremos em favor de quem amam.

Logo após, o entrevistador L1 mobiliza o articulador textual-interativo de sequenciamento tópico *então* para novamente salientar que falará posteriormente acerca da obra do entrevistado L2. Observa-se que as inserções parentéticas e os marcadores discursivos acionados funcionam como mecanismos de sustentação do turno de L1 enquanto ele está com a palavra, pois, em seguida, este interactante cumprimenta a entrevistada L3, utiliza o par adjacente saudação-saudação e agradecimento “bom dia né? P... brigado pela sua presença né? como é que foi que vocês perceberam no T essa facilidade que ele tinha de produzir de escrever ehn P? bom dia”, fórmulas de cortesia, e os marcadores de orientação interacional *né?* e *ehn?*, fático de natureza e entonação interrogativa, produzido após enunciado interrogativo, posto que, nesse momento, fá-lo para interagir com L3 e perguntar-lhe, por meio de uma das perguntas abertas do Jornalismo, como o Projeto Bibliotec percebeu a habilidade que L2 dispunha para escrever.

L3 corresponde aos pares dialógicos saudação-saudação e agradecimento por divulgar não somente o livro de L2, como também o projeto da instituição que a referida entrevistada representa. Assim, para responder à pergunta aberta de L1, L3 apresenta as ações do Projeto Bibliotec e divulga a proposta do projeto, segundo a qual consiste numa biblioteca móvel que visita bairros da cidade de Maceió, com o intuito de facilitar o acesso a livros pela população.

A entrevistada marca seu discurso institucional por meio do item lexical “a gente” num turno nuclear, de função conversacional reativa, e esse discurso vinculado a uma instituição também se reitera nas escolhas linguísticas de L1 “vocês perceberam”. L3, por sua vez, expressa o lugar social a que se vincula nas relações de poder institucionalizadas, caracterizando uma assimetria macrossocial ou global e institucionalmente marcada, sinalizada pelas seguintes marcas linguísticas: “a gente visita dez bairros de Maceió”, “a gente visita dez bairros de Maceió”, “a gente sabe que nem todas as vezes as escolas tem bibliotecas nem salas de leitura”, “a gente fica nas comunidades”, “a gente faz empréstimo de livro”, “a gente sabe da dificuldade do jovem de entender a leitura como:: um momento de prazer”, “a gente quando percebe o incentivo o gosto que a pessoa tem de tá pegando o livro sempre que a biblioteca tá lá no bairro”, “a gente vai percebendo e vai incentivando”.

A fim de assegurar a sua posição de falante e a de L1 de ouvinte, solicitando sua atenção, L3 mobiliza o marcador discursivo de natureza fática *né?* e o

sequenciador textual-interativo *então* – que se projeta de forma retrospectiva a uma porção da fala de L3, ao expor que L2 compreende a leitura como uma atividade de deleite, de conhecimento de novos espaços e lugares. Associado ao marcador de orientação interativa *né?*, em busca da aprovação discursiva de L1 quanto ao que se diz, à proposta e às ações do projeto, assim como à falta de bibliotecas e salas de leitura em escolas, o marcador discursivo de articulação tópica e *aí* surge no discurso de L3 como um importante articulador tópico para a progressão argumentativa, em todo o seu turno.

As práticas discursivas de L3 emergem de um contexto social em que a necessidade de bibliotecas e salas de leitura, de bons espaços que promovessem práticas de letramento, era evidente em bairros e escolas da rede pública de ensino, a exemplo de laboratórios específicos, como o de leitura. Isso fica subentendido na fala de L3, tanto quanto na ressalva de L1 acerca da carência de bons espaços de leitura, o que constitui um problema sociopolítico que permeia diversas instituições da rede pública de ensino básico – na rede superior, quando há bibliotecas, o espaço não dispõe, além de obras clássicas, de livros suficientes e atualizados que atendam ao público.

Sobre o discurso de L3 como prática social, na perspectiva da análise social de Fairclough (1989, 2001), a dificuldade do jovem de considerar a leitura como um momento de prazer é motivada por diversos aspectos, de ordem cultural, econômica e social, em se tratando do público da escola pública, sobretudo. São jovens que, quando não sofrem de algum transtorno, trazem para a escola uma série de problemas que cercam o contexto familiar e afetam diretamente em seu rendimento escolar. Além disso, fatores como incentivo à formação e desvalorização salarial dos profissionais da educação básica no âmbito estadual e municipal colaboram para que o ensino nem sempre se efetive a partir dos estudos discursivos das práticas sociais de linguagem, no componente curricular de Língua Portuguesa, e, com base nos múltiplos letramentos, em todos os demais componentes.

A interação entre L1 e L3 mostra, no tocante a marcas linguístico-discursivas, turnos nucleares de valor referencial explícito, bem como marcadores discursivos e pares adjacentes que contribuem para o encadeamento dos segmentos tópicos e para o desenvolvimento de um dos tópicos em pauta (o projeto Bibliotec). Tais ponderações sugerem a existência de uma simetria conversacional, manifesta nas relações

interpessoais entre o entrevistador e entrevistado, de modo implícito, num contexto micro/local, devido aos mecanismos linguísticos citados, à dominação pela quantidade de fala de L1 e L3 e à influência das semelhanças de poder social e institucional exercidos por ambos os interactantes. Em contrapartida, pode haver uma assimetria microssocial, em virtude da dominação semântica e interacional de L1 no momento discursivo 4, pois, apesar do breve desvio, ele conduz o tópico, sua continuidade e toma as iniciativas, produzindo as primeiras partes dos pares adjacentes.

5.2.5 Análise do momento discursivo 5

L1 é rapaz... daqui a pouco quero saber o conteúdo desse danado... eu sou um cara que eu gosto muito de tecnologia de computação de informática de uma forma geral né? smartphones tal... é praticamente impossível você fugir dessa realidade né? ela tá posta aí é uma revolução e tal... mas ela tirou um pouco principalmente com o advento dos e-books né? de outras mídias digitais... ela tirou um pouco da magia do do livro... ela tirou um pouco que eu falo do interesse das pessoas não da magia que essa essa não se perde muito... porque infelizmente hoje o número de de jovens que se debruçam sobre um livro... ele é muito pequeno né?... infelizmente ele é muito pequeno e a leitura ela é fantástica... são poucos... ahn os diretores né? e produtores que conseguem por exemplo fazer uma adaptação de um bom livro pra o cinema que seja boa né? adaptação tem várias aí... por que eu faço essa essa co/ essa colocação? porque um livro é uma coisa única né? você tem um roteiro ali na frente uma história... mas quem vai criar ela é a sua cabeça... então o cenário os personagens... tudo isso não tem diretor no mundo que vá conseguir levar pra uma tela de cinema... eu cito um exemplo tem um livro sensacional... eu sou um cara que gosto muito de filosofia e tem um livro sensacional de um escritor holandês que eu não me arrisco a dizer o nome dele né? chamado O mundo de Sofia... pra quem gosta de filosofia ele é um livro fantástico é um livro enorme... mas que você viaja pelo mundo da filosofia de forma muito sutil... tem muitas pessoas que tem medo de filosofia né T? e O mundo de Sofia lhe dá essa possibilidade de você viajar... você vai lendo a história... da pequena Sofia recebendo as cartas dela recebendo as informações tal pa pa pa... recentemente fui tentar assistir esse filme... você já assistiu?

L2 não

No momento discursivo 5, L1 sinaliza que deseja saber o conteúdo da obra *Um gesto de amor*, do entrevistado L2, mas continua a adiar a abordagem do tópico. Novamente, por intermédio de inserções parentéticas, L1 declara que gosta de tecnologia e informática, de modo geral, com a finalidade de justificar o quão inevitável é escapar da imersão nas mídias sociais e nos dispositivos tecnológicos, em decorrência das grandes evoluções no eixo tecnológico/digital. O referido entrevistador aponta que as mídias digitais minimizaram o interesse do público jovem pelo livro impresso, com o advento dos *e-books*, e vai além disso, quando assegura que o número de jovens que se debruçam sobre a leitura de um livro é muito pequeno.

L1 critica o fato de as mídias digitais sobreporem o hábito de ler livros e avalia sob o ângulo negativo o número reduzido de jovens leitores, todavia não discute as

razões que justificam tal declaração, as implicações sociais, políticas e econômicas da ausência do hábito de ler. Ademais, não ressalta de que forma o poder público poderia intervir para melhorar esse quadro, uma vez que oferecer educação de qualidade e bibliotecas públicas e escolares na rede pública também está sob sua responsabilidade.

Novamente, o mecanismo de construção textual dos parênteses (parentetização) é requerido, pois, no plano da centração tópica, L1 utiliza segmentos textuais que se desviam do conteúdo dos tópicos discursivos anunciados, mas são inserções parentéticas que mantêm algum traço de aproximação com os referidos tópicos, pois L1 quer ressaltar a distância que existe na atualidade entre o público jovem e a leitura. Após afirmar que a leitura é uma atividade fantástica, L1 questiona a adaptação de um bom livro para o cinema, como um recurso malsucedido. A justificativa para tal asserção acontece por meio da parentetização por exemplificação e da pergunta retórica de L1, com o objetivo de L2 não responder, porque aquele já conhece a resposta e a fornecerá, por meio de um enunciado justificativo ou explicativo “porque um livro é uma coisa única né?”; a pergunta retórica aparece como um recurso para L1 estabelecer contato com L2, porém se manter no turno e sustentá-lo (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2015).

As inserções parentéticas ocorrem por exemplificação (JUBRAN, 2015b) quando L1, ao declarar que a leitura de um livro é uma experiência única e que os mecanismos cognitivos do leitor contribuem para construir todos os elementos narrativos da história, também ressalta seu gosto pelo Filosofia e cita a péssima adaptação cinematográfica do livro *O Mundo de Sofia*, um romance escrito por Jostein Gaarder. L1 constrói seu turno nuclear, com conteúdo tópico explícito, de função reativo-iniciativa e, logo depois, evoca de L2 o conhecimento partilhado do tópico e chama a atenção do entrevistado para um dos elementos do tópico por meio de um pedido de informação numa pergunta fechada “você já assistiu?”, remetendo-se à adaptação cinematográfica do livro apontado, e obtém uma resposta com negação – “considerada a resposta menos esperada pelo falante, visto que, na negociação, este cria certa expectativa em relação à reação de seu interlocutor” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2015, p. 145), por ser L2 um leitor ativo e assíduo –, num turno inserido de função reativa que colabora para a manutenção da interação (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990).

Interpreta-se que o marcador discursivo *né?* orienta a interação entre L1 e L2, reforçando a posição de ouvinte deste e de falante daquele, assim como busca a aprovação discursiva de L2 quanto a todos os elementos da organização tópica, no turno de L1, acerca da desvalorização da leitura pelos jovens, do baixo índice de jovens leitores e do advento das mídias sociais/digitais para potencializar isso. A natureza fática desse marcador é reforçada pelo uso das formas de tratamento *rapaz*, *ocê* e *T*, remissivas ao sujeito entrevistado L2.

Como o texto falado mostra todo o seu processo de criação, o marcador discursivo *ahn* funciona como orientador interacional e como elemento linguístico que denota o processo de planejamento verbal simultâneo à produção do turno de L1. O marcador discursivo *então* é um sequenciador tópico de função retroativa que associa o processo de construção da história na memória do leitor aos elementos narrativos que este representa por meio de imagens em sua cognição, articulando os segmentos textual-interativos da fala de L1.

A forma como o discurso de L1 se apresenta enquanto texto, prática discursiva e social, bem como alguns dos componentes contextuais (o *status* social e interacional dos sujeitos, o evento de fala formal e institucional, a relação de distância que há entre L1 e L2) permitem sugerir uma interação assimétrica microssocial, pois o sujeito interactante L1 assume uma posição de poder hierarquicamente superior à do outro sujeito L2. Isso ocorre em função das diferenças de poder social e institucional ou das relações verticais, do *status* social, da autoridade preexistente dada ao entrevistador L1 para conduzir o evento discursivo, do posto que ambos ocupam, do tópico discursivo, da habilidade de L1 entrevistar e da natureza formal e institucional do evento interativo, embora a linguagem se mostre menos formal em alguns pontos da interação.

5.2.6 Análise do momento discursivo 6

L1 uma desgraça cara... a adaptação... tem nada a ver com o livro... eu viajei li aquele livro em três dias e ele é um livro enorme né? é mui/ tem mais de quinhentas páginas quase seiscentas páginas... então não tem como comparar gente... o ato de você sentado... de você deitar abrir um livro e ler... cê ler Stephen King o Cemitério maldito ((risos)) né? você fica com medo lendo o livro porque você fica imaginando né? e por isso que projetos tão legais como esse né? realmente ajudam muito né? e se percebe né P? há uma diferença até no rendimento escolar dos estudantes quando são estudantes que se dedicam mais à leitura né?

L3 com certeza... éh a grande preocupação que a gente enquanto profissional de biblioteca que eu sou bibliotecária de ver... é pra que as pessoas entendam... os educadores principalmente as escolas que as pessoas associam um projeto muitas vezes ao lado financeiro... ah eu não fiz porque eu ia gastar

muito... mas só de você ter na sua escola aquele espaço nem que seja pequeno adaptado... pra que a criança desde a infância já visite esse espaço com um momento de leitura... essa criança vai crescer diferenciada... porque a gente vê a dificuldade que as pessoas tem de entender esse espaço... é como eu falei... como pensa não... livro é caro de fato livro é caro realmente é... mas tem vários projetos por aí... não só do SSCOM né? que que tem aquele Leia+ que que você manda... éh cadastra seu e-mail e recebe... são obras pequenas mas já você recebe gratuitamente

[]

L1

com certeza

L3 então assim... o importante é você se/ ter ciência da importância da construção desse espaço... que ele seja um espaço pequeno dentro da escola mas que os alunos tenham acesso a esse mundo né? que o livro nos permite... que o professor tenha essa sensibilidade de não:: cobrar da criança né? impor que tem que fazer a leitura daquele livro... fazer uma prova... fazer um trabalho... mas pelo lado prazeroso...

No momento discursivo 6, L1 dirige-se a L2 por meio da forma de tratamento *cara* e reforça, em seu primeiro turno nuclear e de função conversacional reativo-iniciativa, a má adaptação cinematográfica do livro *O Mundo de Sofia*. Citando, para isso, outra obra, *O Cemitério*, de Stephen King, salienta que o ato de ler um livro impresso e de manifestar sentimentos e sensações – quando o leitor vivencia os acontecimentos e coloca-se no lugar das personagens durante a leitura, suscitando a vicariedade – é sobressalente e incomparável ao ato de adaptar uma obra impressa para o cinema. L1 faz as inserções parentéticas no quadro tópico da interação para demarcar a importância do Projeto Bibliotec e as contribuições significativas ao rendimento escolar quando os estudantes dedicam-se à prática de leitura.

Para tanto, L1 recorre diversas vezes ao marcador discursivo *né?* – quando menciona a extensão da obra *O mundo de Sofia*, enfatiza o ato de ler um livro como *O Cemitério*, elogia a existência de projetos que incentivam a leitura e destaca o rendimento escolar positivo de estudantes mais dedicados à leitura –, buscando a aprovação discursiva de L2 quanto às afirmações de L1, evidenciando a sustentação do turno e demarcando os papéis interacionais de falante (L1) e ouvintes (L2 e L3). Na posição de falante, L1 utiliza ainda o marcador discursivo *então* como sequenciador tópico e articulador textual-interativo na linearidade expositivo-argumentativa, ao comparar a leitura das duas obras citadas (*O mundo de Sofia* e *O Cemitério*) à adaptação cinematográfica; na posição de entrevistador e detentor do turno, L1 usa a forma vocativa de tratamento *gente*, que pode remeter não só aos interactantes L2 e L3, mas também ao público-espectador.

É possível perceber, no momento discursivo em foco, a dominação semântica (correspondente ao controle do tópico), pois L1 mantém-se no domínio do tópico,

conduzindo-o e promovendo a continuidade tópica, ao produzir localmente na conversação, por intermédio da dominação interacional, a primeira parte do par adjacente pergunta-resposta, tomando a iniciativa de dirigir os movimentos interacionais a partir de um lance diretivo. Nesse tocante, como uma forma um pouco menos dominadora de solicitar informações na entrevista, em sua pergunta fechada, L1 faz um comentário positivo acerca do rendimento escolar de estudantes leitores, quando acontece uma passagem consentida de turno a L3, e o LRT localiza-se no final da pergunta fechada com o uso do marcador discursivo *né?*, fático de natureza e entonação interrogativa produzido após enunciado interrogativo.

O entrevistador L1 mobiliza a forma nominal de tratamento *P*, referente a L3. É interessante observar que, mesmo a pergunta de L1 sendo fechada, sua afirmação leva L3 a desenvolver um turno nuclear justaposto, de função conversacional reativa, pois sua resposta comprova que a entrevistada levou em consideração o que foi dito no turno anterior, quando, acionando a dominação estratégica, L1 produz o segmento de fala sobre o diferencial no rendimento escolar dos estudantes que leem. As ações delineadas a partir dos tipos de dominação elencados e o estatuto social de L1 contribuem para fomentar uma assimetria microssocial, sob um ângulo.

O modalizador discursivo “com certeza” – elemento que se intersecciona com os MDs, pelo estatuto de mecanismo verbal da enunciação e também será considerado marcador nesta tese (RISSO; SILVA; URBANO, 2015) – abrange a estratégia de desenvolvimento do fluxo informacional diante da fala da entrevistada L3 e indica, no turno inserido de L1, por intermédio de uma sobreposição de vozes localizada, a concordância com a opinião da referida interactante, quanto à produção expositivo-argumentativa no turno nuclear de L3. A partir do estatuto social que ocupa (bibliotecária), de sua formação profissional e de seu posto (coordenadora do projeto Bibliotec), L3 ressalta a necessidade de as pessoas, sobretudo os educadores e as escolas, entenderem a relevância do espaço físico destinado à leitura para processo de ensino e aprendizagem, não observando-o apenas sob a ótica financeira, citando projetos como o do Leia+, além do projeto do SSCOM.

L3 emprega a forma referencial *você*, forma de tratamento que alude ao público-espectador, participantes de forma indireta da interação discursiva, numa perspectiva dialógica. O item lexical *você* refere-se principalmente aos proprietários, diretores de escolas e professores, ao tratar da primordialidade de um espaço de

leitura nas instituições de ensino. Enquanto formas referenciais no contexto interativo apontado, L3 também usa os itens lexicais educadores, pessoas, professores “palavras usadas como referência à pessoa de quem se fala, portanto englobam o eixo não subjetivo que abriga pessoas ou coisas não implicadas na interação verbal” (SILVA, 2008, p. 160).

As escolhas linguísticas e a estrutura argumentativa do discurso de L3 consolidam suas práticas discursivas e levam a refletir acerca da responsabilidade das pessoas, notadamente das instituições de ensino, sejam públicas, sejam privadas, no entendimento da leitura como uma atividade socialmente construtiva, formadora de opiniões e desenvolvedora do senso crítico, mas não questiona, por exemplo, as condições sociais do contexto em que seu discurso se produz, inclusive o panorama da educação pública municipal e estadual. Essas condições sociais inserem-se no âmbito dos componentes contextuais do discurso como prática social (DIJK, 2017a, 2017b; FAIRCLOUGH, 1989, 2001). Vale pontuar que tanto L1 quanto L3 não questionam, sob a ótica social, as razões de haver estudantes que não leem e com baixo rendimento escolar, tampouco indagam sobre os motivos de escolas não disporem de espaços apropriados de leitura, o que exigiria, no mínimo, que sujeitos diretamente inseridos (gestores, professores e estudantes) em tal realidade social participassem da discussão, tornando o diálogo mais democrático.

O marcador discursivo *éh* aparece como elemento linguístico que reflete o preenchimento de uma pausa, além do planejamento verbal simultâneo à produção conversacional de L3. A entrevistada utiliza o marcador *mas*, que não apenas é orientador da interação na administração do seu turno, mas ainda funciona como sequenciador tópico, em virtude do seu caráter bidirecional, atuando de forma retrospectiva e prospectiva nos direcionamentos argumentativos da entrevistada (URBANO, 2015), ao falar da indispensabilidade de um espaço de leitura na escola, mesmo pequeno, mas que os estudantes tenham acesso a ele, ao tratar da existência de projetos gratuitos que fornecem pequenas obras e ao citar a leitura como momento de prazer. O referido marcador discursivo também exerce a função de sustentar o turno de L3 enquanto ela está com a fala, assim como o marcador interacional *né?*, que ratifica os papéis comunicativos dos sujeitos envolvidos na entrevista.

Em contraposição à fala de L3, é fundamental analisar seu discurso enquanto prática social, pois a interpretação do contexto discursivo em que a entrevista ocorre,

pode envolver: espaços inexistentes ou subutilizados, ora mantidos fechados, ora destinados ao armazenamento de livros e outros materiais da escola; a falta de recursos e materiais necessários para o desenvolvimento e a consolidação de projetos de leitura – o SSCOM é uma instituição que possui autonomia financeira e suporte adequado para a realização dos seus projetos, cujo contexto pode contrário em muitas escolas e instituições públicas –, a desvalorização salarial dos professores, na rede pública e na privada. Esses professores precisam trabalhar em diversos lugares para ter acesso a um salário que possa suprir suas necessidades básicas, o que compromete sua qualidade de vida, de saúde e de trabalho, muitas vezes. Portanto, não se trata simplesmente de ter consciência da construção desse espaço dentro da escola, mas de ter condições de trabalho, formação continuada de professores, incentivo à qualificação, estrutura física e material didático e paradidático, os quais viabilizem e favoreçam a execução de um trabalho de leitura prazeroso.

Infelizmente, o discurso de L3 localiza-se num contexto social em que a rede pública de ensino recebe estudantes que mal se alimentam em casa – um dos problemas que os estudantes enfrentam, porque sequer seus direitos básicos são assegurados de forma digna. É questionador pensar na motivação que esses estudantes terão quando chegam à escola e recebem uma alimentação escolar que pode não saciar sua fome, quando frequentam uma instituição que não possui um espaço de leitura adequado, o qual por si já o motive a permanecer nele e na escola. Além disso, sem descartar o quão fundamental é, para efetivar o processo de ensino e aprendizagem, que os professores disponham do suporte e das condições necessárias para a realização de um bom trabalho.

Quanto ao uso de operadores linguístico-discursivos pela entrevistada L3, os marcadores discursivos *mas*, *então* e *assim* funcionam como articuladores textual-interativos e sequenciadores intratópicos das partes internas aos segmentos tópicos do turno de L3, por meio de uma orientação remissiva retroativa a uma porção de fala antes verbalizada em seu turno, estabelecendo conexões entre fatos já elucidados e proposições integradas no mesmo conjunto de referentes em centração, numa relação de dependência semântica entre os segmentos de fala proferidos (RISSO, 2015; URBANO, 2015). No final da unidade constituinte do turno de L3, na qual se fala do lado prazeroso da leitura, a entrevistada produz uma breve pausa que funciona como um LRT para L1 construir um turno inserido que colabora para o desenrolar do tópico,

pois reitera o discurso de L3 e ressalta que a leitura por prazer torna-se uma prática natural quando promovida sem atividades escolares obrigatórias.

Ao longo do momento discursivo 6, é possível verificar que L1 mantém-se no controle da interação, mesmo abrindo espaço para a entrevistada L3 desenvolver o tópico com base no turno construído por ele na condição de entrevistador. Além de controlar o tópico discursivo (dominação semântica), L1 mobiliza a primeira parte do par dialógico P-R (dominação interacional), inicia o segmento tópico e produz segmentos de fala estratégicos (dominação estratégica) ao ratificar a importância de projetos como o Bibliotec. Isso denota que o papel interativo de entrevistador e o papel social de jornalista apontam uma assimetria microssocial e institucionalmente marcada na relação entrevistador-entrevistada, mas a dominação pela quantidade de fala sugere uma simetria conversacional, pois há equiparação do volume de fala de ambos os sujeitos interactantes (entrevistador-entrevistada).

5.2.7 Análise do momento discursivo 7

L1 fica uma coisa natural né?

L3 quantos quantos escritores tem história aí que começaram a escrever depois de uma certa professora lá na infância que falava de um livro de uma magia de um encantamento que ele... a partir daquele momento começou a escrever... o T é um exemplo ele é uma pessoa que nasceu com esse gosto pela literatura... mas através do encantamento do projeto Bibliotec... ele

[]

L1 ele aflorou... deixou isso aí

L3 se viu que era capaz também de escrever um livro... depois de fazer todas as leituras dos romances que tem no projeto... então eu acho que muito da pesso/ do profissional que tá à frente daquela criança seja ele um pedagogo seja ele um bibliotecário seja ele um auxiliar de biblioteca... porque o incentivo não tem muito a ver com a formação... você tem tantas histórias aí tão bonitas também de pessoas que não sabem ler e que incentivam o outro ler... tem vários projetos já nacionais que mostraram que mostram em São Paulo no Rio catadores de lixo que montaram biblioteca porque encontrou vários livros

[]

L1 olha

L3 lá no lixo né? borracharia em São Paulo que do la/ dentro da borracharia tem um biblioteca... porque a pessoa entende o poder de transformação da leitura né? e aí a gente fica muito feliz de saber que tá contribuindo né? na formação desse do do escritor como o T que tem todo um potencial... né? que a obra dele é maravilhosa linda... quando as pessoas começarem a ler vai entender do que a gente tá falando né T?

L2 é

O momento discursivo 7 inicia-se por L1 com um turno inserido que contribui para o desenvolvimento do tópico, quando, após falar do lado prazeroso da leitura, L3 produz uma breve pausa que funciona como um LRT (lugar relevante para a transição do turno de fala) para o entrevistador L1 sobrepor sua fala à da entrevistada L3 e

construir seu turno inserido afirmando que a leitura por prazer torna-se uma prática natural quando se efetiva sem a obrigatoriedade de atividades escolares.

Após o primeiro turno inserido de L1, L3 dá continuidade ao seu turno nuclear para ressaltar que muitos escritores iniciaram sua trajetória após um professor incentivar a leitura por prazer em sua infância, falando da magia e do encantamento de um livro. Como exemplo, por meio de um segmento de fala que expressa polidez, L3 menciona que *T*, o entrevistado L2, é um exemplo de pessoa que nasceu com o gosto pela Literatura, e o Projeto Bibliotec foi o canal que o encantou e o estimulou a escrever; nesse segmento textual, L3 utilizou o marcador discursivo *mas* que estabelece o sequenciamento tópico e evidencia a atuação retrospectiva e prospectiva no desenvolvimento do turno da entrevistada, quando ela ressalta a influência do Projeto Bibliotec na trajetória de L2.

A seguir, L1 utiliza-se de uma breve pausa, promove uma sobreposição localizada de vozes durante o turno de L3 e produz um turno que contribui para o desenvolvimento do tópico, também chamado de turno inserido de colaboração ou antecipação, no qual o referido entrevistador L1 antecipa o conteúdo do que a entrevistada L3 está desenvolvendo e colabora para o desenrolar do tópico, por meio da sugestão de construções oracionais (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993). O papel relevante do turno inserido de L1 na construção do diálogo reside no fato de assinalar a escuta atenta de L1 às palavras de L3 e indicar que, na posição de entrevistador e ouvinte, no momento discursivo 7, L1 participa de forma decisiva no desenvolvimento da conversação, embora os turnos inseridos não exerçam um papel determinante na progressão tópica, apesar de seu valor referencial (GALEMBECK, 1993).

L3 segue a produção do seu turno nuclear e afirma que L2 percebeu sua capacidade para escrever um livro, por intermédio do encantamento do Projeto Bibliotec, após ler todos os romances do projeto e receber incentivo para tal. Para articular as unidades textuais do segmento tópico, L3 aciona o marcador discursivo *então* como sequenciador tópico, de orientação remissiva, o qual desencadeia nexos coesivos entre as partes do texto falado, retroage para toda a extensão anterior do segmento tópico e sinaliza um fecho que se estabelece, na sequência do seu turno, pela confirmação de um ponto de vista já firmado por L3 (PENHAVEL, 2010; RISSO, 2015).

O efeito de uma conclusão fortemente respaldada em todo o pronunciamento anterior articula-se ao ato prefaciador da opinião de L3, por meio do marcador discursivo oracional e atenuador *eu acho que*, sobre a influência dos profissionais que lidam com a criança na escola, seja pedagogo, seja (auxiliar de) bibliotecário, ainda que, segundo o enunciado justificativo da entrevistada, o incentivo não esteja necessariamente ligado à formação do sujeito. A entrevistada L3 não se abstém de expor sua opinião, e, embora suavize a força do seu segmento de fala, sua declaração não é posta como uma dúvida, uma vez que o marcador apontado é um mecanismo de atenuação e uma estratégia de polidez linguística.

No que concerne à assertiva de L3 sobre o incentivo à leitura não se relacionar indispensavelmente à formação profissional dos sujeitos incentivadores da prática de leitura, a referida entrevistada afirma, de forma geral, que há pessoas não alfabetizadas que estimulam tal prática. Ademais, L3 enfatiza a existência de projetos nacionais, a exemplo de catadores de material reciclável em São Paulo e no Rio de Janeiro, bem como de profissionais de uma borracharia em São Paulo, em meio à situação de pobreza e vulnerabilidade social, com o objetivo de proporcionar o acesso desses sujeitos, e de toda a comunidade do seu entorno, à Literatura e à Educação. Na perspectiva de uma análise social, o discurso de L3 promove uma reflexão social acerca desses fatos e se firma numa busca pela mudança discursiva e social, posto que, nesse tocante, a leitura e os livros são instrumentos de transformação social, os quais podem mudar as perspectivas e as concepções de mundo dos sujeitos.

Mais uma vez, durante o turno de L3, L1 realiza uma sobreposição de vozes localizada, num turno inserido que indica entendimento acerca do que a entrevistada afirma, bem como sinaliza reforço, por confirmar o *status* de falante de L3 e a disposição de L1 para continuar a desempenhar o papel de ouvinte (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993). L3 enfatiza o fato de catadores de material reciclável, de profissionais de uma borracharia e de pessoas não alfabetizadas compreenderem o poder de transformação da leitura, evidencia a contribuição do Projeto Bibliotec na formação de um escritor em potencial e autor de uma boa obra, como o entrevistado L2, por meio do marcador discursivo sequenciador tópico *e aí*, que articula internamente segmentos textuais de natureza tópica, e de um segmento de fala que expressa polidez, bem como assegura que as pessoas entenderão seu discurso após a iniciação à leitura.

Na dimensão textual-interativa, ao desenvolver seu turno e proceder a tais declarações afirmativas, conforme Penhavel (2010), entende-se o marcador discursivo *né?* como elemento configurador de uma pergunta retórica, o qual assume o papel de orientação da interação, no sentido de não pressupor uma resposta em termos de conteúdo. Na verdade, esse tipo de expressão sinaliza a busca de L3 pela aprovação discursiva quanto a suas asserções, funciona como um mecanismo de sustentação do seu turno e de confirmação da sua posição falante para L3 dar prosseguimento ao seu discurso.

A respeito da busca pela aprovação discursiva, ao final de seu turno, L3 utiliza, numa pergunta fechada, o marcador discursivo orientador interacional *né?* e a forma nominal de tratamento *T* para se dirigir diretamente ao entrevistado L2, quando fala da compreensão futura de seu discurso pelas pessoas assim que começarem a ler livros. A pergunta fechada acarreta um turno inserido de L2 e indica concordância quanto ao segmento anterior da fala de L3.

Convém destacar que L3 domina o momento discursivo 7, num turno nuclear de grande extensão, construído desde o momento discursivo 6, por ocasião da pergunta fechada e retórica de L1 sobre o rendimento diferenciado de estudantes leitores ativos. Como uma estratégia de expandir o tema em foco e promover a progressão tópica, L1 consente a continuidade do turno nuclear de L3, assim como a dominação pela quantidade de fala e a dominação estratégica, em virtude da qualidade da produção conversacional de L3, o que sugere e caracteriza uma assimetria conversacional, em favor dessa entrevistada. Sob a perspectiva da análise social da linguagem, em Fairclough (1989, 2001), as práticas discursivas de L3 direcionam-se ao público-espectador, no desejo de haver não somente uma mudança discursiva, como também uma mudança social, nas quais a leitura se torne uma atividade fundada em práticas sociais diversas, a exemplo das situações citadas.

5.2.8 Análise do momento discursivo 8

L1 e eu quero falar justamente daqui a pouco sobre essa obra né?

[]

L3

é

L1 tá aqui aliás a capa muito bonita né?

L3 é... linda e saber que a gente continua na rua e que tá nos bairros de Maceió desde 2008 Bibliotec aqui em Maceió... agora desde 2012 em Arapiraca né? o SSCOM promovendo esse momento de leitura e encantamento do acesso né? ao livro... que já que as pessoas reclamam tanto que livro é caro... ah eu não leio porque livro é caro num sei o quê... a gente tá aqui nas ruas né? oferecendo tudo isso

gratuitamente... tirando o nosso serviço de biblioteca mesmo né?... na biblioteca do Poço que também é aberta a toda a comunidade como na sala de leitura no SSCOM Centro como nos projetos de biblioteca ambulante que a gente visita as empresas... são dezesseis empresas do comércio que a gente leva também esses livros tudo gratuito... aí hoje eu digo assim só não tá lendo quem não quer

[]

lendo quem não quer

L2

L1 quem é preguiçoso...

L1 T vamo falar um pouquinho sobre essa obra... é a sua segunda obra... a primeira publicada né? primeiro sobre o quê fala o livro T?

L2 o livro é um drama familiar... que retrata... o foco do livro é a forma como você pode você pode aceitar... permitir uma amizade na sua vida... então uma pessoa estranha chega na sua vida... às vezes você não confia... e aquela pessoa é que pode traz/ mudar a sua vida... trazer um:: benefício você não imagina... então Um gesto de amor conta a história de lisa é uma editora-chefe de um jornal que eu criei... ((risos)) espaço em Curitiba e:: ela tem aquela vida corrida com o filho dela... ela é a mãe é o pai o irmão da criança e o filho dela termina criando um laço de amizade com o professor dele da escola... nesse laço de amizade termina criando um laço amoroso entre ela e o professor... só que ela tá muito ela não quer arriscar um novo amor

[]

L1 ela sofreu muito... não quer se abrir pra o mundo...

L2 é... não quer arriscar... ela se tranca totalmente... e ne/ nessa amizade que começa rolar entre o menino... o Bruno e o André que é o professor surge um ciúme... entre os amigos dela e uma mentira é feita né? pra

[]

L1 você não conta o filme to/ o livro todo não viu cara?

L3 ((risos))

L2 não... é só só um resumozinho... aí nessa mentira a gente vê o poder que uma mentira tem pra destruir a vida de uma pessoa

[]

L1 não tenha dúvida disso...

L2 só um gesto de amor vai ser capaz de reverter a situação todinha

L3 ((risos))

No momento discursivo 8, L1 inicia seu turno nuclear, de função reativo-iniciativa, que recupera um segmento da fala da entrevistada L3, após esta elogiar a obra do entrevistado L2. Em seu turno, L1 declara que falará acerca da obra de L2 adiante e utiliza o marcador discursivo orientador da interação *né?*, que busca aprovação discursiva no tocante à sua assertiva, quando L3 produz um turno inserido, de função reativa, para indicar concordância quanto à pergunta retórica e fechada de L1. Em seguida, o entrevistador L1 avalia de forma positiva a capa do referido livro, e a pergunta retórica finalizada pelo marcador discursivo basicamente interacional *né?* funciona como um LRT para que a passagem consentida de turno ocorra, e, como L1, não selecionou nenhum dos dois entrevistados, L3 se autosselecionou.

As práticas discursivas de L3, em seu turno nuclear, de função reativo-iniciativa, representam um discurso institucionalizado, pelo estatuto social ocupado pela entrevistada e seu posto no SSCOM, e expõem as contribuições do Projeto Bibliotec

à população de Maceió, desde 2008, e de Arapiraca, desde 2012, com o intuito de possibilitar o acesso ao livro, à Literatura, e de promover momentos de leitura para as pessoas que não tenham acesso facilitado a uma biblioteca ou recursos financeiros para a compra de livros. Conforme L3, além de dispor gratuitamente do serviço de biblioteca móvel, o SSCOM também oferece o serviço de biblioteca e sala de leitura nos bairros Poço e Centro, em Maceió, bem como visita empresas do comércio para que os trabalhadores tenham acesso gratuito a livros.

No que concerne ao discurso como prática social, as condições sociais do contexto, nas quais se inserem as escolhas linguísticas e a estrutura textual expositivo-argumentativa do discurso de L3, abrangem um cenário de inacessibilidade a (boas) bibliotecas e a falta destas e de salas de leitura em escolas e em bairros de Maceió e de Arapiraca, quando a entrevistada afirma: *a gente continua na rua e que tá nos bairros de Maceió desde 2008 Bibliotec aqui em Maceió... agora desde 2012 em Arapiraca né? o SSCOM promovendo esse momento de leitura e encantamento do acesso né? ao livro... e a gente tá aqui nas ruas né? oferecendo tudo isso gratuitamente... tirando o nosso serviço de biblioteca mesmo né?... na biblioteca do Poço que também é aberta a toda a comunidade como na sala de leitura no SSCOM Centro como nos projetos de biblioteca ambulante que a gente visita as empresas... são dezesseis empresas do comércio que a gente leva também esses livros tudo gratuito...* Numa perspectiva do discurso como texto, as escolhas lexicais de L1, L2 e L3 sugerem o controle do acesso ao discurso público e de sua produção na maior parte da interação, pois L1 representa a instituição, e L2 e L3 participam da entrevista para divulgar o livro e o projeto Bibliotec, de responsabilidade da instituição a que L3 pertence.

Outro segmento tópico interessante na fala de L2 e L3 diz respeito ao fato de, mesmo L3 considerando elevados os custos para a compra de livros, caracteriza a prática de leitura como um ato de vontade própria, ao utilizar, no plano intratópico, o marcador discursivo *aí*, sequenciador tópico e articulador textual-interativo, como veículo de expressão de uma dependência estreita entre argumentos, associada ao fecho do tópico em seu turno (sentido conclusivo). Na dimensão textual-interativa, o movimento argumentativo da fala de L3 contempla ainda o marcador discursivo orientador interacional *né?*, pois a entrevistada não só confirma seu papel de falante,

sustentando seu turno, mas também busca aprovação discursiva dos ouvintes L2 e L3 a respeito de seu discurso.

A prática de leitura como um ato de vontade própria justifica-se por o projeto Bibliotec dispor do serviço de biblioteca volante com empréstimos de livros, o SSCOM oferecer o serviço de biblioteca e sala de leitura no SSCOM Poço, aberta a toda a comunidade, oferecer também os projetos de biblioteca ambulante com visita a empresas. Nesse momento, L2 ratifica a fala de L3 por meio de uma sobreposição de vozes localizada, quando diz que só não lê quem não quer, num turno inserido de colaboração e de função reativa, ao indicar concordância e entendimento no que concerne à fala da entrevistada L3; por sua vez, L1 qualifica como preguiçoso quem não lê, por meio de um turno de função reativa que expressa concordância e entendimento, bem como o faz num turno inserido de resumo, ao sugerir uma expressão linguística que resume parte do conteúdo do turno de L3 (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990).

Sob a ótica da análise social, é imprescindível pensar que a sociedade passa por um processo de adaptação ao formato de leitura de gêneros discursivos e de livros vários, a partir de *e-books*, o que parece ser tão incoerente e controverso, pois, conforme declara Campos (2021), linguista e analista do discurso, o livro impresso, no Brasil, ainda é um bem cujo direito não é acessível e compõe um indício de um processo incessante de investimento e (em) formação continuada, logo, convém ponderar que o acesso a *e-books* exige um *tablet*, um computador, *laptop* ou, no mínimo, um bom *smartphone*, bens indisponíveis a milhares de sujeitos da rede pública. É relevante também refletir sobre a maneira como professores que pagam suas despesas mensais com dificuldades ou apresentam orçamento limitado, precisam trabalhar em duas ou três instituições, durante dois ou três turnos integrais cotidianamente, podem investir financeiramente em sua formação profissional, acadêmica ou intelectual ou atualização profissional e na compra de livros novos ou usados em livrarias ou sebos.

Há de se pontuar que, se, por um lado, com a isenção/imunidade tributária concedida em 2014 para livros, jornais e periódicos impressos, famílias com renda limitada, de 1 ou 2 salários mínimos, não dispõem de capital suficiente para comprar livros, porque estes ainda são caros no Brasil, indubitavelmente tal investimento se fragiliza e se inviabiliza de forma acentuada num contexto em que se inserem pessoas

mais pobres ou famílias de alto grau de vulnerabilidade social, principalmente se houver taxaço. Se a justificativa da tributaço, como ocorre com medicamentos, na área da saúde, resultasse em políticas focalizadas para destinar recursos e melhorar a qualidade da educaço, direitos essenciais seriam plenamente acessados por toda a populaço mais pobre, como consultas e exames médicos. Por conseguinte, não se pode afirmar que um sujeito não lê por ato de vontade ou preguiça, há, na verdade, diversas implicaçoes sociais, familiares, econômicas, políticas e culturais que inviabilizam a prática de leitura pelos jovens e pela populaço de maneira geral no Brasil e, especificamente, em Alagoas, de forma que a manifestaço de opiniço sobre o tópic em pauta precisa ser observada sob múltiplos vieses.

É preciso haver, por parte das autoridades competentes, ações que fomentem o incentivo à leitura, à alfabetizaço e aos letramentos, já que oferecer educaço de qualidade, com permanência e êxito escolar, é uma responsabilidade do Estado. Além disso, é imprescindível a implementaçõ de políticas públicas, de projetos e programas sociais que estimulem com suporte financeiro, profissional e pedagógico/educacional a formaço de sujeitos que vivem em condiçoes de vulnerabilidade social e que devem ter assegurados direitos sociais básicos, como educaço, saúde, alimentaço, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteço à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, garantia de salário mínimo (insuficiente para uma família investir na compra de livros, dadas outras responsabilidades), segundo preconiza a Constituiço Federal.

A dominaço interacional aparece quando L1, num turno nuclear e de funço reativo-iniciativa, utiliza uma pergunta aberta para saber de L2 sobre o que trata o livro *Um gesto de amor* “L1 T vamo falar um pouquinho sobre essa obra... é a sua segunda obra... a primeira publicada né? primeiro sobre o que fala o livro T?”. Tal pergunta aberta funciona como um mecanismo de progressão e expansão tópica, pois, além de retomar e comentar a informaço de que é a segunda obra escrita por L2 e a primeira a ser publicada, remetendo a turnos de fala de momentos interativos anteriores entre eles, L1 também interroga sobre o assunto de que a obra trata, o que caracteriza o turno como nuclear e de funço conversacional reativo-iniciativa. A forma nominal de tratamento *T* para remeter a L2 indica que L1 seleciona o falante do próximo turno.

A resposta de L2 é construída sob um turno nuclear e de função conversacional reativa, pois esse sujeito leva em conta a pergunta aberta de L1 e discorre, em linhas gerais, acerca do que trata o livro, sendo possível notar que o funcionamento do marcador *então* é bem saliente para a organização tópica no turno de L2. O marcador discursivo *então* é sequenciador tópico e, no plano intratópico, funciona como articulador textual-interativo, vinculando informações relevantes sobre o enredo do livro de L2 para a constituição da centração de segmentos tópicos do turno desse entrevistado. Nas duas ocorrências, o *então* atua na progressão tópica como operador discursivo de encaminhamento de tópico, entremeando o desenvolvimento interno de cada um dos segmentos tópicos que se encadeiam, com “frouxos elos de dependência semanticamente variáveis entre uma adição pura e simples de dados e aproximações de leve expressão de dedução ou decorrência relativamente ao que é precedentemente exposto” (RISSO, 2015, p. 419), ao L2, baseado na história do seu livro, vincular o ato de aceitar uma nova amizade e um novo amor ao fato de ser uma pessoa desconhecida, em que não se confia, mas que pode trazer benefícios e mudar a vida de quem permite essa nova amizade e esse novo amor, como é o caso de Lisa, que, a partir do laço de amizade entre o filho dela, Bruno, e o professor dele, André, cria-se um laço amoroso entre Lisa e o professor.

A dominação interacional explica o uso do par dialógico pergunta-resposta entre L1 e L2, havendo a correspondência das ações por parte de L2, da pergunta aberta de L1 e das sobreposições localizadas de vozes ao turno de L2, por meio de um turno inserido de colaboração ou de antecipação, com o intuito de contribuir com o desenvolvimento do tópico, demonstrar entendimento, antecipar o conteúdo do que L2 está desenvolvendo e colaborar para o desenrolar do tópico, por intermédio da sugestão das construções linguísticas “L1 ela sofreu muito... não quer se abrir pra o mundo...”. L1 produz um turno inserido de função reativa, com o objetivo de impedir que L2 dê continuidade ao segmento tópico que conta o enredo do seu livro “L1 você não conta o filme to/ o livro todo não viu cara?”, e outro turno inserido que indica concordância e entendimento “L1 não tenha dúvida disso...”, quando L2 aponta o valor danoso de uma mentira na vida de uma pessoa. Evidenciam-se ainda dois turnos inseridos de L3, por meio do marcador não verbal e paraverbal (suprasegmental) ((risos)), de função reativa ao lance inibidor de L1 e ao final do turno de L2, quando este conclui o resumo da história do livro, após a ruptura tópica pelo entrevistador L1.

L1 não somente dirige movimentos (lance diretivo) por intermédio do par pergunta-resposta, como também inibe a fala de L2 (lance inibidor), quando o referido entrevistador utiliza a forma pronominalizada de tratamento *você* e a forma vocativa *cara* , numa tentativa de atenuar sua sobreposição de vozes localizada, que se realizou para impedir que L2 expandisse ainda mais a história de que trata o seu livro. Essa dominação interacional, associada à dominação semântica, pois L1 ainda detém o controle do tópico, favorece o delineamento de uma assimetria microsocial, pois L1 introduz e controla a produção dos segmentos tópicos, comanda o uso dos pares adjacentes e conduz a interação, promovendo a continuidade, descontinuidade (ruptura do tópico que aborda o resumo da obra de L2) e a expansão tópica (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993; JUBRAN, 2015a).

5.2.9 Análise do momento discursivo 9

L1 que coisa rapaz... caramba... e quando você senta ou se debruça pra pra escrever um livro... esse é o seu segundo né? livro... o primeiro que você publica... você já tem a ideia na cabeça de como você vai por exemplo começar e terminar... né? ou você sabe como vai começar e na hora que tá escrevendo é que as ideias vão surgindo e você chega ao produto final?

L2 não... eu já penso logo no início e no fim

L1 você já sabe de/ como quer com/ mas já aconteceu de no meio você dizer poxa mas se acontecesse isso poderia ser legal tal?

L2 sim quando você já chamou foi assim

[]

L1 ainda muda um pouquinho...

L2 já chamou eu não imaginava esse final...

L1 não imaginava?

L2 imaginava outro final... mas quando chegou no meio do livro os personagens não queria aquele final que eu criei... teve/ tive que seguir...

[

L1 você tá como autor de novela né? ((risos)) vai sentindo como é que tá a população

L2 eu tive que seguir o que eles queriam e foi totalmente foi o primeiro livro que eu fiz que mudou totalmente o rumo da história

L1 da história... agora é a P trouxe uma informação interessante... você mandou esse livro pra pra cinco editoras

[]

L2 foi

L1 e foi aprovado nas cinco?

L2 foram... uma editora mesmo era editora de Portugal XP Editora ela insistiu muito por e-mail... só o valor é muito alto... eles não querem arriscar um livro desconhecido... então eles cobram um valor alto... teve uma editora mesmo que cobrou quinze mil reais...

L1 nossa

L2 aí eu disse não... dessa forma não é possível... eu sou estudante e tudo eu ainda corri atrás de patrocínio e tudo... mas ninguém... estava pronto pra:: ajudar também era um investimento muito alto

L1 lógico

L2 aí eu enviei pra mais quatro editoras... as quatro enviaram e a única que deu pra mim foi a JN...
 Editora

[

L1 JN... é de onde essa editora?

L2 Ribeirão Preto

L1 Ribeirão Preto

L2 editora que tá arriscando mesmo nos autores nacionais... e:: abriu as portas pra mim e foi muito bom pelo menos o meu sonho realizou né?

No universo comunicativo da entrevista, o fluxo comunicativo interpessoal entre L1 e L2 surge de uma comunicação interpessoal bidirecional que constitui uma interação radiofônica bilateral, em que uma série ordenada de ações se realiza por ambos os sujeitos interactantes (DIJK, 1992; XAVIER, 1995, 2006). São as estratégias discursivas de poder e de dominação de L1 que possibilitam a distribuição de informações ao público-espectador, uma vez que os lances diretivos do entrevistador L1, o controle do tópico por ele e seus segmentos de fala motivam determinadas respostas do entrevistado (PRADO, 1989).

Por mais que essa interação discursiva, bilateral e explicitamente dialógica, seja tratada com obviedade, são os objetivos de L1 que mobilizam as estratégias discursivas e não discursivas para delinear as relações de poder na entrevista. As ações verbais de L1, associadas ao seu estatuto social, sua cordialidade, sua simpatia, ao clima comunicativo engendrado e tantos outros aspectos não discursivos colaboram para que L1 domine a interação em vários níveis. L1 emprega as construções suboracionais “você senta”, “você publica”, “você já tem”, “você vai”, “você sabe”, as quais podem ser consideradas marcadores discursivos de envolvimento do ouvinte (GALEMBECK; CARVALHO, 1997), com a finalidade conseguir a atenção do ouvinte L2, constituindo um recurso para que, na exposição do seu turno, L1 envolva L2, conduzindo-o a responder à sua pergunta.

O turno nuclear de L1, de função reativo-iniciativa, mostra que ele, na posição de entrevistador, inicia o momento discursivo 9 questionando como se dá o processo de construção de um livro e de concatenação das ideias pelo entrevistado L2, mas se reporta a L2 de modo a expressar admiração e entusiasmo quanto à síntese do enredo da obra do referido entrevistado, no momento interativo anterior “L1 que coisa rapaz... caramba...”. As formas de tratamento *rapaz* e *você* ajudam a projetar um clima comunicativo agradável e favorecem o controle interacional e semântico da entrevista por L1, que também utiliza o marcador discursivo orientador de interação *né?*, de

natureza fática, para confirmar sua posição de falante, testar o grau de participação de L2 e requerer sua aprovação discursiva (LINELL, 1990).

A pergunta fechada de L1 acompanha repetidamente o uso da forma pronominalizada de tratamento *você*, que, mesmo sugerindo uma estratégia de familiaridade e aproximação entre o entrevistador e o entrevistado L2 para deixar este último mais à vontade, põe em evidência o fator *idade* como um dos componentes contextuais do discurso no estabelecimento das relações de poder na interação. Além disso, a pergunta direta de L1 já veicula entre seus segmentos textuais o conteúdo da resposta de L2, o que se atesta na resposta do referido entrevistado, num turno nuclear, de função conversacional reativa, ao optar pela primeira entre as alternativas elencadas na pergunta fechada de L1.

O segundo turno nuclear e de função reativo-iniciativa de L1 resume sua interpretação acerca da resposta de L2, com base em sua primeira pergunta, e acrescenta uma nova pergunta direta e fechada, ao interrogar o entrevistado sobre uma possível mudança de desfecho da história criada durante o processo de escrita do livro. A resposta de L2, assim como em seu turno anterior, poderia ser do tipo sim/não, entretanto ele a estende e constrói um turno nuclear em andamento, de função reativa, no qual L2 afirma reconstituir o desenlace da história.

O turno nuclear em andamento de L2 demonstra que L1 dirige os movimentos do entrevistado por meio de um turno inserido que não exerce um papel decisivo, mas contribui para o desenvolvimento do tópico conversacional, denota entendimento por L1 e resume parte do conteúdo do turno de L2, numa sobreposição de vozes localizada “L1 ainda muda um pouquinho...”. L2 segue falando, porém, novamente, L1 utiliza a breve pausa de L2 como um LRT e constrói um novo turno inserido que indica compreensão e reforço “L1 não imaginava? ”, pois confirma o *status* de falante de L2 e a disposição de L1 para continuar a ouvi-lo (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993).

Em seu turno nuclear em andamento, de função reativa, L2 ratifica a alteração do desfecho da obra *Um gesto de amor*, quando, numa pausa breve de L2, L1 assalta o turno do entrevistado, assume a posição de falante e produz um turno nuclear, de função reativa, por levar em consideração o que foi dito anteriormente por L2 (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990), reiterando, assim, a dominação interacional por meio de um lance controlador, em que L1 avalia as contribuições tópicas do outro e

os significados por ele indicados (LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1995). Em seguida, L2 conclui seu turno nuclear, de função reativa, e afirma ser o primeiro livro de que alterou completamente o rumo da história.

Com base numa informação retroativa, L1 repete uma expressão linguística do turno de L2 e produz um novo turno nuclear, de função reativo-iniciativa, no qual introduz o marcador discursivo *então*, articulador textual-interativo e sequenciador tópico que projeta e recupera a informação do segmento tópico que ressalta o aceite do livro de L2 para publicação por cinco editoras. Ademais, L1 aciona o marcador discursivo basicamente interacional *éh*, indício do processo de planejamento e produção da sua fala e mecanismo de sustentação do seu turno.

Mais uma vez, a pergunta fechada e direta de L1 poderia suscitar uma resposta do tipo sim/não, contudo abre precedentes para L2 produzir um turno nuclear em andamento, de função reativa, no qual o entrevistado expande o tópico, ao citar sua experiência de negociação junto às editoras para publicar seu livro. Ao citar uma editora de Portugal, L2 emprega, no plano intratópico, o marcador discursivo sequenciador e articulador textual-interativo *então* para vincular o segmento textual posterior ao antecedente e concluir que o custo elevado da publicação deveu-se ao fato de ser um livro desconhecido.

Na verdade, isso possivelmente tenha ocorrido, por L2 não ser um autor conhecido no mercado editorial, cujo teor das obras não publicadas ainda não foi apreciado pelo público-leitor do gênero romance. L1 instaura um novo turno inserido de função interacional e reativa, que manifesta reforço à posição de ouvinte, entendimento e espanto ao valor cobrado pela editora de Portugal e expresso por L2 em seu turno. O entrevistado continua seu turno nuclear em andamento e utiliza o marcador discursivo sequenciador tópico *aí* para estabelecer o teor conclusivo do segmento textual anterior, ao falar de sua recusa à editora portuguesa, em virtude do alto custo.

Assim como L1 o fez para articular a resposta de L2, sobre este saber como se dará o início e o fim de sua narrativa, à sua pergunta “L1 você já sabe de/ como quer com/ **mas** já aconteceu de no meio você dizer poxa mas se acontecesse isso poderia ser legal tal?”, L2 faz uso do marcador discursivo *mas*, sequenciador tópico e articulador textual interativo, de natureza retrospectiva e prospectiva, ao enfatizar que pediu patrocínio para o financiamento de sua publicação autoral, mas não obteve

êxito. L1 constrói, por sua vez, um turno inserido, de função reativa, para confirmar o alto custo cobrado pela editora portuguesa.

No tocante às condições sociais do contexto em que o discurso de L2 é produzido, é provável que a falta de patrocínio seja reflexo do *status* social ocupado pelo entrevistado, já que não se trata de um sujeito que dispõe de fama e grande prestígio, não ser uma personalidade ilustre ou figura pública, mas um estudante em início de carreira de escritor e em formação acadêmica. As próprias práticas discursivas de L2 sugerem isso, quando ele evidencia “L2 dessa forma não é possível... **eu sou estudante e tudo**”, o que leva a inferir que não dispõe de capital suficiente para custear a publicação do livro, por ser estudante.

L2 dá sequência ao seu turno nuclear em andamento, faz uso do marcador discursivo articulador tópico *aí* para declarar que o envio da proposta de livro foi feito a mais quatro editoras, entre as quais o custo mais acessível foi da JN Editora, de Ribeirão Preto, informação requerida por L1, por meio de uma pergunta aberta, num turno nuclear, de função reativo-iniciativa, após sobrepor a sua fala à de L2 e assaltar o turno do entrevistado, com *deixa*, numa breve hesitação. A partir de um turno nuclear, de função reativa, L2 responde ao entrevistador L1 sobre a localização geográfica da editora e encerra seu turno nuclear afirmando que a editora apontada estava, na ocasião, investindo em obras de autores nacionais e aceitou publicar sua obra, contribuindo para a realização do seu sonho, quando o entrevistado aciona o marcador discursivo orientador interacional *né?* para buscar aprovação discursiva de L1, que assumirá a posição de falante.

A dominação interacional – que corresponde ao controle dos movimentos de L2 (lances diretivos) e à tomada de iniciativas por L1, quanto ao uso dos pares dialógicos, evidenciada por suas interferências nos turnos de L2 –, a dominação semântica – que se refere ao ato de conduzir a progressão tópica –, e os estatutos social e comunicativo de L1 indicam haver uma assimetria microsocial e institucionalmente marcada na interação entre L1 e L2. Tal afirmativa sugere que, no processo interacional, a simetria e a assimetria crítico-conversacional são motivadas ora por alguns aspectos (controle do tópico discursivo e dos pares dialógicos, a exemplo do par pergunta-resposta), ora por outros (papéis comunicativos, entrevistador-entrevistado, e papéis sociais dos sujeitos, jornalista-estudante/escritor).

5.2.10 Análise do momento discursivo 10

L1 não... com certeza... e olha eu não tô eu não li o livro né?... pela história deve ser uma história fascinante... mas tá muito bem feito tá muito bonito o livro né? a escolha quem foi que escolheu a capa T?

L2 o capista da própria editora criou

[

L1 criou mandou pra você

L2 foi... e eu aprovei... a capa tem todo o significado do livro...

L1 tem todo o significado... não e realmente tá muito bonito o livro... éh tá tá tá muito bem feito né? tá muito bem escrito... e a próxima obra o que é que você tá pensando já?

L2 a próxima obra

[

L1 já já tem na cabeça o que é que vai fazer T?

L2 não... já está pronta

L1 já está pronta?

L2 já

L1 e é sobre o quê a próxima obra?

L2 é um romance jovem

L1 romance jovem... você pretende seguir mais nessa linha de romance? é mais ou menos o que você gosta?

L2 sim é

L1 ou de repente no futuro... você pretende... sei lá fazer alguma coisa meio policial tal?

L2 não

L1 um romance policial de repente... por que não?

L2 não penso... eu só:: pra mim eu... só me vejo escrevendo romance... seja ele jovem seja ele adulto... ele juvenil... não pra mim até uma fantasia eu tenho umas ideias pra fantasia mas é um romance também... não não me vejo escrevendo... eu admiro muito Stephen King mas não me vejo não escrevendo daquele jeito que nem Rauan Rubem não

L3 ((risos))

L1 você você se espelha em algum ator especí/ autor específico?

L2 sim... Nicolas Sparks e... Nora Roberts foi minha inspiração... éh são divinos os livros deles a história de amor

[]

L1 você leu você leu muita coisa deles né?

L2 Nicolas Sparks eu li toda toda os livros dele

[]

L1 os livros dele

L2 os dezesseis livros dele eu li

Ao conduzir uma entrevista, o jornalista precisa aplicar um conjunto de mecanismos éticos e estruturais que embasam suas práticas discursivas, suas ações ao longo de toda a interação. Entre tais mecanismos, está o ato de realizar perguntas, mais precisamente aquelas que solicitam do entrevistado respostas que promovam a continuidade temática e semântica da entrevista e façam o tópico progredir. São as relações institucionais e o domínio social jornalístico, os quais orientam as práticas discursivas do entrevistador, com margens variáveis de liberdade para falar de

assuntos não relacionados a questões institucionais, conforme a situação (DIJK, 2017b).

O ato de entrevistar é uma prática social, inscreve-se numa ordem de discurso específica e por ela são reguladas, assim como as práticas sociais moldam o discurso e são por este moldadas (BATISTA JR.; SATO; MELO, 2018). Nesse sentido, o tópico não é uma propriedade do contexto, mas uma propriedade do texto que muda com os parâmetros contextuais, e a distribuição do turno também é influenciada por condições contextuais (idade, classe socioprofissional, *status*, posição, poder) sobre quem pode ou deve mudar de assunto, abrir, conduzir ou fechar uma conversação (DIJK, 2017b), contribuindo para o engendramento de uma assimetria microssocial.

A distribuição dos turnos e as tomadas de turno no momento discursivo 10 explicitam tais condições contextuais e as relações hierárquico-sociais dos sujeitos interactantes que participam da entrevista. Por se tratar de uma situação formal e institucional, as regras que administram a tomada de turnos podem ser explícitas, no que concerne aos turnos atribuídos a alguém (o entrevistado L2) por alguém (o entrevistador L1) que tem essa incumbência específica (DIJK, 2017b).

As tomadas de turno acontecem no processo de condução e controle da interação, com o intuito de fazer perguntas baseadas no tópico previamente combinado, mas incluindo outras perguntas motivadas por respostas dadas pelo entrevistado, o que justifica os processos de dominação semântica e interacional na entrevista (LINELL, 1990). No início do momento discursivo 10, o primeiro turno de L1 resulta de um LRT, projetado pelo marcador discursivo orientador da interação *né?*, no final da pergunta retórica do turno de L2.

O referido turno de L1 traz uma sequência que corresponde à resposta de L1, reação ao turno anterior de L2, mas evidencia também um turno nuclear, de função conversacional reativo-iniciativa, no qual o entrevistador utiliza marcador discursivo *olha*, sequenciador tópico e prefaciador textual-interativo que introduz uma nova sequência em que ele diz não ter lido a história, porém sugere ser uma história fascinante e tece um elogio ao livro de L2, utilizando o marcador discursivo orientador interacional *né?* para buscar aprovação discursiva do entrevistado e ratificar o *status* de falante de L1. Em seguida, L1 constrói uma pergunta aberta para perguntar quem escolheu a capa do livro e seleciona o próximo falante, por meio de uma forma nominal de tratamento “T” para se dirigir ao entrevistado.

A passagem do turno é consentida a L2, que assume a posição de falante, num turno nuclear em andamento, de função reativa, e responde a L1 que o capista da própria editora criou, quando o entrevistador L1 realiza uma sobreposição de vozes durante o turno de L2, produz um turno inserido de colaboração ou de antecipação, antecipa o conteúdo do que o entrevistado L2 está desenvolvendo e colabora para a progressão tópica, sugerindo segmentos textuais “L1 criou mandou pra você”. L2 dá andamento ao seu turno nuclear e comenta a aprovação da capa, que amplia o significado da proposta do livro.

A breve hesitação de L2 dá espaço para que L1 assuma o turno de fala e reitere a coerência existente entre a capa e o enredo do livro, bem como reforça o quão bonito, bem feito e bem escrito está o livro, por meio da unidade limítrofe realmente, modalizador discursivo, do marcador discursivo de orientação da interação *éh* e *né?*, os quais denotam o processo de formulação do texto falado de L1 e a estratégia de L1 para testar o grau de atenção e participação de L2, respectivamente. Ainda em seu momento de fala, L1 interroga o entrevistado, a partir de uma pergunta aberta e da forma pronominalizada de tratamento *você*, sobre a próxima obra, marcando, nesse momento, o fenômeno de inserção parentética dentro de um tópico que estava em curso.

L2 começa a responder a pergunta de L1, num turno nuclear em andamento, de função reativa, interrompido por uma sobreposição de voz de L1 ao turno de L2, quando o entrevistador L1 dirige-se a esse entrevistado com a forma nominal de tratamento “T” e reforça sua pergunta sobre as próximas ideias de L2 “L1 já já tem na cabeça o que é que vai fazer T?”. O referido entrevistado afirma que a obra já está pronta, quando é interrompido novamente por L1, que repete o segmento tópico anterior da resposta de L2, num turno nuclear, de função reativo-iniciativa, com pergunta retórica e fechada, numa sequência inserida que equivale a um pedido de confirmação e de esclarecimento “L1 já está pronta?”, reiterativo de uma informação dada por L2 em seu turno anterior, sobre o próximo livro já concluso.

Por intermédio de um turno inserido, “L2 já” que indica entendimento, confirmação positiva e contribui marginalmente para o desenvolvimento do tópico, de função conversacional reativa, L2 faz uma declaração afirmativa sobre a existência da próxima obra. Num turno nuclear, de função reativo-iniciativa, L1 promove um breve desvio tópico e instaura uma nova centração dentro do segmento tópico em que

ocorre, ao questionar L2 sobre o assunto da próxima obra. A resposta de L2 resulta num turno nuclear, de função conversacional reativa, no qual ele diz ser um romance jovem, quando, mais uma vez, L1 repete parte do turno do entrevistado e pergunta, num turno nuclear em andamento, de função reativo-iniciativa, se este pretende seguir a mesma perspectiva e com o mesmo gênero.

A pergunta fechada de L1 se reporta a L2, segundo a forma pronominalizada de tratamento *você*, e acarreta uma resposta do tipo sim/não, na qual o entrevistado confirma que gosta de escrever o gênero romance e seguirá a mesma perspectiva e com o mesmo gênero, num turno inserido “L2 sim é” que indica entendimento e confirmação positiva e contribui para o desenvolvimento do tópico. Novamente, uma pergunta fechada de L1, na continuação de seu turno nuclear, resulta numa resposta do tipo sim/não, num turno inserido, de função reativa, que denota entendimento e confirmação negativa de L2 quando este entrevistado faz uma declaração negativa acerca da produção de um romance policial, em “L2 não”. Na pergunta fechada de L1, aparece o marcador discursivo *sei lá*, que, além de sustentar seu turno, indica explicitamente a atividade de planejamento verbal do referido entrevistador (GALEMBECK; CARVALHO, 1997).

Ao falar que não pretende escrever um romance policial, L2 é questionado por L1, com uma pergunta aberta, num turno nuclear, de função reativo-iniciativa, a respeito da resposta negativa. O marcador discursivo *mas*, como articulador textual-interativo e orientador interacional na administração dos turnos, aparece no turno nuclear, de função reativa, de L2, quando argumenta que possui ideias para escrever um livro do gênero fantasia e que admira o trabalho de Stephen King – escritor norte-americano dos gêneros terror, suspense, ficção sobrenatural e científica, fantasia e outros – todavia prefere manter-se numa outra perspectiva do gênero romance e não se vê escrevendo em outra linha. Segundo a teoria social do discurso, L2 assume a posição de sujeito, que vincula suas práticas discursivas às suas identidades sociais e ao seu lugar social, produzindo um discurso como modo de ação de contrapoder e de contraideologia, revelado em seu posicionamento a respeito de sua perspectiva de escrita do gênero romance (DIJK, 2017a; VIEIRA; MACEDO, 2018).

O marcador sequenciador tópico *mas* também aparece no turno de L1, no começo do momento discursivo 10, ao estabelecer atuação retrospectiva e prospectiva entre os segmentos textuais da fala do referido interactante quando ele

ressalta que não leu o livro, mas, segundo a exposição do enredo, defende ser uma história fascinante e elogia a produção escrita do entrevistado L2. A participação da entrevistada L3 no momento discursivo 10 acontece quando ela produz um marcador suprasegmental (risos), elemento não verbal e paraverbal, como reação ao turno anterior, de L2; possivelmente, o riso de L3 assinala que a entrevistada apoia o exercício de contrapoder e as ações reais do entrevistado L2, quando este manifesta seus valores culturais, suas crenças, vontades e preferências, de modo que o discurso de L1 não limita a liberdade social de ação do escritor entrevistado.

Adiante, por intermédio da forma pronominalizada de tratamento *você*, num turno nuclear, de função reativo-iniciativa, L1 realiza uma pergunta fechada, possivelmente considerando os autores citados pelo entrevistado, e questiona L2 se este se inspira em algum autor específico. A resposta de L2 origina um turno nuclear, em que o entrevistado não apenas faz a declaração afirmativa, mas ainda expande sua resposta citando os autores (Nicolas Sparks e Nora Roberts) que inspiraram sua escrita, utilizando o marcador discursivo basicamente interacional *é* para sustentar e produzir os segmentos textuais imediatos, ao dizer que aprecia consideravelmente os livros dos autores e a história de amor por eles contada.

Na breve pausa de L2, a qual antecede sua afirmativa, L1 constrói um turno nuclear, de função reativo-iniciativa, com um pergunta fechada e retórica, acompanhada da forma pronominal de tratamento *você*, dirigida ao entrevistado e finalizada pelo marcador discursivo orientador da interação *né?* em busca da aprovação discursiva de L2, quanto à sua pergunta. O entrevistado, por sua vez, produz um turno nuclear em andamento, de função reativa, no qual confirma que leu toda a obra de Nicolas Sparks, quando L1 realiza uma sobreposição localizada de vozes durante o turno de L2, por meio de um turno inserido de colaboração ou de antecipação para adiantar o conteúdo que o entrevistado está desenvolvendo e colaborar com a progressão tópica sugerindo a expressão linguística “L1 os livros dele”. L2 finaliza seu turno nuclear, de função reativa, enfatizando a leitura dos 16 livros do autor apontado.

Ao longo do momento discursivo 7, pode-se verificar que o entrevistador L1 mantém-se no comando interacional e concede o direito de fala ao entrevistado L2 para responder, sem, contudo, permitir que L2 desenvolva seus posicionamentos em seus turnos. Além de controlar o tópico discursivo (dominação semântica), L1 intervém

sucessivamente nas respostas de L2 e aciona as primeiras partes do par dialógico P-R (dominação interacional), com o intuito de obter novas informações no quadro tópico. Para tanto, produz segmentos de fala estratégicos (dominação estratégica) ao ressaltar elogios ao livro de L2, questionar o entrevistado sobre um novo livro já escrito, a respeito do tipo de romance que pretende escrever no futuro e acerca dos autores que o inspiram. Os tipos de dominação elencados, bem como o *status* social e o interativo de L1 em relação a L2, apontam uma assimetria microssocial e institucionalmente marcada por parte do entrevistador, mas a dominação pela quantidade de fala sugere uma simetria conversacional, pois o volume de fala de ambos os sujeitos interactantes (entrevistador-entrevistado) assemelha-se.

5.2.11 Análise do momento discursivo 11

L1 éh... isso aí deve abrir um mundo impressionante aí na sua cabeça... minha mãe é que é... apaixonada por livro de romance... eu acho eu acho espetacular... e como é que você define o seu estilo não é?... todo escritor ele tem um estilo... por exemplo o Suassuna que... faleceu recentemente ele dizia que era uma cara altamente regionalista... ele gostava de escrever as coisas da região dele... de usar uma linguagem muito própria... aliás tem uma passagem de Suassuna que eu acho espetacular... espetacular e real né? ele disse que uma palestra dele... eu assisti tive o prazer de assistir uma palestra do Ariano Suassuna... e ele dizendo que tinha um amigo dele que era muito chato... que gostava de dar pitaco nas obras dele... chegava assim perto dele e dizia e aí tá escrevendo o quê?... não tô escrevendo isso... vai por que caminho? por esse tal... rapaz por que você vai por aí? por que você não vai por aqui? ele disse que detestava isso... e ele lembrando que quando começou a escrever Auto da Compadecida... que foi uma das grandes obras dele... a única não?

L2 obra-prima

L1 é obra-prima dentre muitas né?... o Ariano era espetacular... é isso quando eu digo quando a pessoas às vezes não se informa ou não lê não é? que não é o seu caso nem o da P e modéstia parte não é o meu né? a pessoa lembrar do Arian/ Ariano Suassuna pelo filme que passou na globo...

L2 é

L1 não é? quando ele tem uma obra vasta né? imensa o Ariano Suassuna... e ele escrevendo Auto da Compadecida ele disse que... começou a conversar com um cara... tá fazendo o quê agora? ele disse não... tô contando a história né? dos meus dois heróis tal... a história de nossa senhora no Auto da Compadecida o julgamento tal aí o cara faz tem cangaceiro? aí ele disse tem cangaceiro tal porque é no sertão tal... fez qual o nome dos heróis? ele disse Chicó e João Grilo... aí o cara fez ah não vai dar certo não... ((L2 e L3 riem)) o cara dizendo isso pra Ariano Suassuna ((risos)) meu amigo... já viu um livro com dois heróis chamados Chicó e João Grilo? primeiro... você não tem né? como traduzir isso pra outra língua... como é que você vai traduzir pro inglês Chicó e João Grilo? como é que você vai traduzir pro russo Chicó e João Grilo? tem que ser um nome que seja traduzido né? tipo:: éh aí ele citou lá dois nomes paul não é? Paulo que pode ser Paul num sei o quê e tal e o Ariano disse uma coisa sensacional... ele fez é interessante é engraçado... eu quando for escrever eu tenho que pensar no que os outros de fora vão ler? ((L2 e L3 riem)) Quando Tolstói ou outro grande escritor escreveu algum romance alemão ou russo tal... não pensou em colocar o Baryshnikov ((L2 e L3 riem)) o Stetchkov como um nome que pudesse que ser traduzido pro português ((L2 e L3 riem))

[]

L2

pra o português

L1 então vai ser Chicó e vai ser João Grilo ((L2 e L3 riem)) e tá aí Chicó e João Grilo um dos grandes sucessos né?

L2 sucessos

Os marcadores discursivos operam como organizadores da interação, indicam a força ilocutória das asserções e exercem a função textual-interativa de articular, organizar e estruturar o texto. Tal função desdobra-se na função interpessoal e na ideacional, as quais originam dois tipos de marcadores: os interacionais (ou interpessoais), que se ligam à construção e gestão do ato conversacional e os ideacionais (sequenciadores ou coesivos⁵⁷), que correspondem a elementos de coesão entre as partes do texto (GALEMBECK; CARVALHO, 1997).

Na abertura do momento discursivo 11, o marcador inicial de função interacional *éh* assinala a tomada de turno por L1 para afirmar que a leitura de muitos livros por L2 deve estimular sua imaginação e o desenvolvimento de ideias. L1 utiliza o marcador oracional de opinião *eu acho* para manifestar sua opinião quanto ao fato de achar espetacular o grande apreço pela leitura de romances, bem como de L1 considerar espetacular e real o estilo altamente regionalista do escritor Ariano Suassuna.

O entrevistador aciona o marcador ideacional e sequenciador tópico “e”, responsável pela estruturação dos segmentos textuais que compõem o turno de L1, articulando unidades anteriores do turno deste entrevistador às unidades seguintes, por ocasião de L1 dirigir-se a L2 para perguntar, por meio da forma de tratamento e marcador de envolvimento do ouvinte *você*, como o entrevistado define seu estilo, quando faz uso dos marcadores basicamente interacionais *não é?* e *né*, com o intuito de testar o grau de atenção do seu interlocutor. L1 emprega tais marcadores discursivos e continua a desenvolver suas ideias, sem se preocupar em passar o turno a L2, mantendo sua posição de falante para relatar uma passagem do discurso proferido por Ariano Suassuna em uma palestra, em que ele demarca seu estilo regionalista e questiona a obrigação de traduzir os nomes de alguns personagens de sua obra *Auto da Compadecida*, quando isso não acontece com outros escritores estrangeiros.

⁵⁷ A nomenclatura da tipologia de marcadores discursivos será flexibilizada nas análises dos momentos discursivos, de maneira que ora se usará marcador interacional ou interpessoal, ora se empregará marcador ideacional, sequenciador ou coesivo (GALEMBECK; CARVALHO, 1997; RISSO; SILVA; URBANO, 2015; RISSO, 2015; URBANO, 2015).

Ao questionar L2 acerca do estilo com que este manipula a linguagem literária em sua escrita, L1 emprega os marcadores discursivos de valor ideacional *por exemplo* e *aliás*, os quais funcionam, no referido contexto, como elementos de coesão entre segmentos textuais do turno de L1, promovendo a sequencialização de alguns segmentos da fala do entrevistador. Esses marcadores sequenciadores tópicos exemplificam e explicitam a sua pergunta aberta, em virtude da associação de ideias feita por L1 quando cita Ariano Suassuna, como escritor de estilo regionalista, e um trecho de uma de suas palestras, na qual ele se explica a respeito.

É interessante observar que o momento discursivo 11 elucida os diferentes tipos de dominação em favor do entrevistador L1, por meio de um turno nuclear em andamento, de função conversacional reativo-iniciativa, o qual se expande por meio da inserção parentética de L1, ao mencionar o escritor Ariano Suassuna como exemplo de autor de estilo individual, de cunho regionalista. A inserção parentética de L1 justifica-se, segundo a fala deste sujeito interactante, para reforçar a pergunta aberta sobre o estilo de escrita dirigida a L2 quando L1 constrói uma extensa paráfrase acerca do discurso de Ariano Suassuna.

As práticas discursivas de L1 sugerem que tal sujeito ocupa um lugar social privilegiado não apenas pela sua classe socioprofissional e seu papel comunicativo de entrevistador, mas ainda pelos seus conhecimentos prévios, seu acesso à cultura, sua formação de sujeito constitutivo e construído sócio-historicamente. Percebe-se que a participação do entrevistado L2 no momento discursivo 11 acontece por meio de intervenções breves, constituindo turnos inseridos, de função reativa, que contribuem marginalmente para a progressão do novo tópico em contração – o estilo de Ariano Suassuna. As práticas discursivas de L2, seu papel comunicativo e seu estatuto social (entrevistado, escritor e químico industrial em formação numa instituição referendada) também apontam um sujeito com acesso à cultura e um leitor crítico, o que se comprova por seus conhecimentos e posicionamentos, impressos em suas práticas discursivas, mesmo diante das limitações impostas pelas condições do contexto social em que vive.

Em seus turnos inseridos, L2 ora participa da construção do tópico da sequência sugerindo uma expressão linguística que resume parte do conteúdo do turno “L2 obra-prima” (turno inserido de resumo), ora antecipa o conteúdo do que L1 está desenvolvendo e colaborando para o desenrolar do tópico, por meio da sugestão

de itens lexicais ou expressões linguísticas “L2 pra o português” (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990). Ademais, L2 produz turnos inseridos que indicam concordância, entendimento e reforço, bem como confirmam seu papel de ouvinte e o *status* de falante de L1, indicando a disposição de L2 para continuar a desempenhar o papel de ouvinte em “L2 é” e “L2 sucessos”, o que ocorre também no segmento de fala, do qual L2 e L3 riem, ao L1 evidenciar o discurso de Ariano Suassuna, quando este escritor declara a não obrigatoriedade de pensar no que os estrangeiros vão ler e questiona se tem de traduzir seus personagens para outra língua, visto que Tolstói e outros grandes escritores, russos ou alemães, não pensaram em traduzir nomes, como Baryshnikov e Stetchkov, para o português.

No que concerne aos tipos de dominação de Linell (1990), num primeiro nível, L1 domina pela quantidade de fala, conforme se observa ao longo de todo o momento interativo em que L1 fala mais que L2, sustentando seu turno a partir dos marcadores discursivos orientadores da interação *não é* e *né*, que testam o grau de atenção e participação de L2, assim como buscam a aprovação discursiva deste quando L1 afirma que a leitura é responsável por ampliar o repertório sociocultural dos sujeitos e utiliza como exemplos a si e os dois entrevistados, L2 (T) e L3 (P). Além disso, o marcador discursivo orientador da interação *né* explicita sua longa permanência no turno de fala e demarca o *status* de falante de L1, sustentando sua posição, ao longo do segmento tópico em que ele discorre sobre o relato feito por Ariano Suassuna em sua palestra e o sucesso dos personagens *Chicó* e *João Grilo* na obra *Auto da Compadecida*.

Os marcadores discursivos *aí* e *então* atuam como sequenciadores tópicos que articulam os segmentos textual-interativos do turno nuclear de L1 quando este faz uso do discurso indireto para reproduzir um trecho do discurso de Ariano Suassuna, em sua palestra acerca da preservação de construções linguísticas, em sua obra, de caráter regionalista, *Auto da Compadecida*. Como assegura Risso (2015, p. 420), “Na estruturação interna de um segmento tópico, e principalmente no seu fecho, o ‘então’ é veículo de expressão de uma dependência estreita entre argumentos, associada à esfera de conclusão, efeito ou resultado”, o que ocorre quando, ao finalizar o relato feito por Suassuna, ressalta o sucesso dos personagens *Chicó* e *João Grilo* na obra apontada. Os marcadores discursivos orientadores interacionais *tipo::*, com alongamento de vogal, e *éh* indicam o planejamento verbal de L1 na construção e

sustentação do seu turno. Isso ocorre porque não há uma etapa de planejamento, por se tratar de uma modalidade de texto planejado localmente, em que o ato de planejar e o de executar a fala coexistem; por esse motivo, os silêncios e as marcas de hesitação são frequentes no texto falado (GALEMBECK; CARVALHO, 1997).

Num segundo nível, a dominação estratégica é demarcada no segmento de fala estratégico de L1 “e como é que você define o seu estilo não é?... todo escritor ele tem um estilo...”, o qual abre espaço para a inserção e expansão de um tópico paralelo (JUBRAN, 2015a). Num terceiro nível, L1 exerce dominação semântica, pois domina o novo tópico em contração e o expande, desenvolvendo-o de forma parentética, quando questiona o estilo linguístico-literário de L2 e insere o segmento tópico sobre o estilo de Ariano Suassuna num primeiro plano, no horizonte temático da interação verbal, configurando-o como tópico (JUBRAN, 2015a).

Num quarto nível, a dominação interacional aparece, pois L1 produz a primeira parte dos pares adjacentes pergunta-resposta, avaliação-concordância e afirmação-reconhecimento, toma as iniciativas dirigindo movimentos (lances diretivos), controlando movimentos (lances controladores) e inibindo movimentos (lances inibidores). Os lances diretivos compreendem movimentos a partir dos quais L1 faz com que L2 reaja sob certas condições e aparecem na forma P-R (pergunta-resposta), avaliação-concordância e de afirmação-reconhecimento. Ao dirigir os movimentos interacionais, L1 faz uma avaliação sobre o gosto profícuo pela leitura de romances e pelo discurso de Ariano Suassuna acerca do seu estilo e a respeito do qual expõe um relato, deixando pouco espaço para o entrevistado se expandir (LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1995).

Os atos de avaliação de L1 configuram os lances controladores quando este sujeito interactante avalia o comportamento de bons leitores, de si mesmo, da mãe e dos entrevistados L2 e L3, assim como avalia o estilo e a obra de Ariano Suassuna. Os lances inibidores são reproduzidos ao L1 inibir a fala de L2, por intermédio de ações que o privam de oportunidades de participar e exprimir as suas próprias versões ou declarações. Nos lances inibidores, a parte dos pares adjacentes em que L1 avalia o comportamento de bons leitores, de si mesmo, da mãe e dos entrevistados L2 e L3, assim como avalia e faz afirmações sobre Ariano Suassuna e sua obra, resulta em longos segmentos de fala, dando-os como verdadeiros, seguros ou definitivos, e inibe

a participação efetiva de L2 no momento discursivo, apesar da pergunta aberta dirigida a ele (LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1995).

Os tipos de dominação indicam que, por um lado, o momento discursivo 11 é marcado pela assimetria microssocial, em função do conhecimento, do controle do tópico, do estatuto social e interacional ocupado pelo sujeito entrevistador L1. Por outro, definem a assimetria conversacional, em consequência das marcas linguísticas que constroem o turno de L1, do turno nuclear extenso, da permanência no turno, dos marcadores discursivos, da inserção parentética, dos pares adjacentes pergunta-resposta, avaliação-concordância e afirmação-reconhecimento e do volume de fala do sujeito interactante L1 (dominação pela quantidade de fala).

5.2.12 Análise do momento discursivo 12

L1 então tá aí... eu queria só contar essa história porque eu sou fã de Suassuna como também de outros grandes escritores né? e ele disse não eu sou regionalista... eu gosto de escrever sobre a/ a minha região e usar uma linguagem muito própria como é a de Stephen King que é um cara meio até pornográfico né? adora um palavrão nos livros dele...

L1 a sua obra... você se define enquanto autor como? qual o seu estilo?

L2 eu gosto de colocar bastante sentimentalismo nas palavras... eu eu quero com/ comover o leitor no meu enredo nos meus personagens

[]

L1 fazer chorar né?

L2 é... pra mim um... eu particularmente acho que um livro que não tem sentimento não transmite aquela mensagem pra você no final de você ficar ah meu Deus que livro lindo... não é um uma boa obra...

L1 você é daqueles...

[

L2 por isso eu escolho bem as palavras pra tocar mesmo o leitor

L1 você você você... eu imagino você assistindo A culpa é das estrelas ((L2 e L3 riem)) você foi assistir?

L2 não... ainda não

L1 vai chorar pouco hum ((L1, L2 e L3 riem)) porque assim... você é um cara muito sentimental e tal... e diz que é uma obra muito bonita né? minha filha já assistiu várias vezes de onze anos e disse que toda vez chora sai do cinema chorando né? vá rapaz...

[]

L3 mas é lindo...

L3 e o T é muito modesto viu? porque:: em algumas críticas aí fora ele tá sendo comparado ao John Green... né?

O momento discursivo 12 é assinalado por um enunciado justificativo de L1 para esclarecer as inserções parentéticas feitas pelo referido entrevistador, as quais trazem para dentro do texto explicitações acerca da situação interativa. Os segmentos parentéticos explicitadores na fala de L1 apresentam implicações sobre o sentido dos segmentos tópicos vizinhos, e a contextualização interacional das inserções

parentéticas orienta a própria compreensão da fala (JUBRAN, 2015b), quando o entrevistador L1 afirma que aprecia a escrita de Ariano Suassuna e de outros grandes escritores, por serem regionalistas e usarem uma linguagem configurada num estilo próprio, citando Stephen King como outro exemplo, ao dizer que o escritor norte-americano adora usar palavras de baixo calão em seus livros.

Nesse tocante, as inserções parentéticas – como breves desvios do tópico discursivo em pauta, em um segmento da entrevista – não devem supor um desvinculamento diante do segmento que as envolve e as contextualiza, pois os parênteses desempenham um papel de grande relevância ao estabelecer a base informacional da significação por meio da qual se funda a centração do segmento-contexto (JUBRAN, 2015b). Isso ocorre com o segmento parentético da fala de L1, no início do momento discursivo 12, não somente ao justificar suas práticas discursivas à sua referência de escritor, como também ao utilizar os segmentos parentéticos como estratégia de envolvimento interacional dos entrevistados, inerente à entrevista de rádio pública alagoana.

Como se trata de um discurso jornalístico vinculado a uma instituição, as manifestações linguísticas das práticas discursivas de L1 se inscrevem em práticas sociais institucionalizadas, e, como tais, suas convenções sociais se moldam a essas práticas consumadas nos mecanismos éticos e estruturais da entrevista de rádio alagoana. Assim, as formas linguísticas usadas por L1 e seus entrevistados, por influência das práticas discursivas e sociais sobre o linguístico são convenientes à situação social a que se vinculam os discursos de todos os sujeitos interactantes na entrevista, ainda que, em algumas situações interativas, entrevistador e entrevistado transgridam convenções e problematizem criativamente as condições sociais do contexto discursivo em que se situam, com a finalidade de gerar mudanças discursivas e sociais (FAIRCLOUGH, 1989, 2001; PEDROSA, 2008).

Em suas asserções, L1 aciona os marcadores discursivos de função ideacional *então* para articular segmentos de fala retrospectivos aos prospectivos, quando explicita a razão por que contou a história relatada por Ariano Suassuna e o motivo por que L2 se emocionará ao assistir ao filme *A culpa é das estrelas*, empregando, para isso, em seu enunciado justificativo, o marcador discursivo de articulação discursivo-argumentativa *porque*. Em seguida, aparece o marcador *como também* para marcar a relação discursivo-argumentativa de conjunção/acréscimo quanto ao

apreço por outros grandes escritores que possuem um estilo próprio de manipular a linguagem; nessa passagem, L1 utiliza o sequenciador tópico e articulador textual-interativo *como* para exemplificar sua declaração apresentada no enunciado anterior.

O marcador discursivo sequenciador tópico *assim* não só articula textual-interativamente os segmentos da fala de L1, mas também atua, seguido de uma breve hesitação, durante o planejamento verbal desse sujeito interactante, quando L1 promove uma articulação intratópica que determina a orientação argumentativa do segmento que precede e que sucede o marcador discursivo apontado. Ademais, L1 mobiliza os marcadores discursivos basicamente interacionais *né?* e *hum*, de natureza interpessoal, para chamar a atenção do entrevistado L2, testar seu grau de participação, mas também buscar sua aprovação discursiva quanto a vários segmentos da fala do referido entrevistador.

O marcador discursivo de natureza interpessoal *né?* é empregado quando L1 afirma que é fã do escritor Ariano Suassuna e de outros grandes escritores e declara que Stephen King utiliza palavras de baixo calão em seus livros. Além disso, aponta que o entrevistado L2 tem por objetivo comover o leitor e fazê-lo chorar como seu estilo de escrita, ao manipular a linguagem literária, o que ocorre num turno inserido com sobreposição de vozes localizada, em que participa da construção do tópico sugerindo uma construção linguística “L1 fazer chorar né?” que resume o conteúdo do turno em andamento de L2.

Os marcadores discursivos de natureza interpessoal *né?* e *hum* são acionados nos segmentos da fala de L1 após este enunciar que L2 se comoverá com o filme *A culpa é das estrelas*, que se trata de uma obra bonita e que sua filha sempre sai do cinema chorando. Ao utilizar o marcador oracional *diz que*, o entrevistador L1 impessoaliza a asserção, pois tal marcador indetermina a opinião sobre o enredo do livro “L1 diz que é uma obra muito bonita”; este último segmento de fala supõe que L1 não leu o livro *A culpa é das estrelas*, tampouco assistiu ao filme. O marcador oracional *eu imagino* indica que L1 assume a opinião emitida e evidencia, portanto, uma marca explícita de certeza e de subjetividade no seguinte segmento de fala “L1 eu imagino você assistindo *A culpa é das estrelas*”.

A forma pronominalizada de tratamento *você* também pode ser considerada um marcador discursivo da relação interpessoal entre os sujeitos interactantes (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006) e marcador interacional de envolvimento do

ouvinte L2 (GALEMBECK; CARVALHO, 1997), bem como um elemento de cortesia que denota uma estratégia de polidez (SILVA, 2008) no discurso do entrevistador L1 para aproximá-lo do entrevistado L2, o que acontece também com a forma verbal *eu queria* em “L1 eu queria só contar essa história”, mas como um mecanismo de refinamento do discurso para justificar as inserções parentéticas feitas por L1. A forma de tratamento e marcador discursivo *você* aparece no turno nuclear de L1, de função reativo-iniciativa, e ele se mantém falando, após uma breve pausa indicativa de planejamento verbal, quando realiza uma pergunta aberta a L2 acerca do seu estilo e de como este se define como autor.

A pergunta aberta de L1 “a sua obra... você se define enquanto autor como? qual o seu estilo?” resulta num turno nuclear em andamento, de função reativa, no qual L2 afirma que a perspectiva romântica por ele seguida envolve estados afetivos e idealismo em sua obra. O entrevistado L2 faz uso do marcador discursivo prefaciador de opinião *eu acho que*, entremeado pelo modalizador discursivo *particularmente*, para defender a opinião sobre o fato de que os sentimentos possibilitam o envolvimento, a admiração e o gosto do leitor pela obra lida, atribuindo a um romance que não possui tal característica o *status* de inferioridade.

A breve hesitação de L2 ao emitir sua opinião, abre precedentes para L1 assumir a posição de falante e começar a desenvolver outro turno nuclear, de função reativo-iniciativa; no entanto, L2 realiza uma sobreposição de vozes e dá seguimento ao seu turno nuclear, quando, por meio de um novo segmento de fala, acrescenta enunciado de valor conclusivo “L2 por isso eu escolho bem as palavras pra tocar mesmo o leitor”, com base em segmentos de fala anteriores do seu turno nuclear em andamento. O efeito de continuidade expositivo-argumentativa denota seu emprego na progressão tópica de um conjunto de informações elucidadas na posição inicial e medial do turno de L2, convergindo para seu fecho e o término do turno, por meio de enunciado de valor conclusivo, com fundamento na porção discursiva precedente. Nesse sentido, L2 precisa reivindicar o *status* de falante da vez para concluir seu turno e justificar que, durante a escrita, a escolha das palavras para tocar profundamente o leitor é resultado de uma boa obra que expressa sentimentos e os evoca do leitor.

L1 mobiliza repetidamente o marcador interacional de envolvimento *você* em seu turno nuclear em andamento, de função reativo-iniciativa, seguido do marcador oracional *eu imagino* para construir uma afirmação “L1 você você você... eu imagino

“você assistindo A culpa é das estrelas” e uma pergunta fechada “L1 você foi assistir?”, a que L2 responde com um turno inserido, de função reativa “L2 não... ainda não”, que contribui marginalmente para o desenvolvimento do tópico. Em seguida, L1 assume a posição de falante, por meio de uma afirmação “L1 vai chorar pouco hum”, de uma avaliação “L1 você é uma cara muito sentimental e tal...” e de uma ordem “L1 vá rapaz...”, que se atenua pelo uso da forma vocativa *rapaz*, logo que L1 sugere que L2 assista ao filme *A culpa é das estrelas*.

O turno de L1 não traz uma pergunta a L2, mas as primeiras partes de pares adjacentes sugerem a dominação semântica e interacional pelo sujeito entrevistador L1, pois ele controla o tópico e toma as iniciativas quanto à produção das primeiras partes dos pares dialógicos produzidos ao longo do momento discursivo 12, sem levar em conta a opinião do entrevistado L2, produzida num turno entrecortado pelas intervenções do referido entrevistador L1. Ao L1 afirmar que sua filha saía do cinema chorando todas as vezes durante as quais foi assistir ao referido filme, L3 realiza uma sobreposição de vozes localizada e produz um turno inserido, de função reativa, o qual indica concordância, entendimento e contribui sutilmente para a progressão tópica (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990; GALEMBECK, 1993), por intermédio do marcador discursivo de articulação textual-interativa *mas*, ratificando a linda mensagem transmitida pelo filme e reforçando a beleza do enredo, afirmativa que aparece no turno anterior, de L1.

Adiante, ao final do turno nuclear de L1, a entrevistada L3 se autosseleciona, assume a posição de falante e produz um turno nuclear por meio de um elogio e de uma afirmação, seguida de uma pergunta retórica. Tais ações verbais são ratificadas pela presença dos marcadores basicamente interacionais *viu?* e *né?*, que exercem a função de testar a atenção do sujeito L1 e confirmar sua posição (ouvinte, no referido momento da interação) e buscar a aprovação discursiva, pois são subsequentes a enunciados declarativos (URBANO, 2015), quando L3 aponta que L2 é muito modesto e justifica tal assertiva, por o entrevistado L2 está sendo comparado ao famoso escritor norte-americano John Green.

Os dois turnos nucleares que finalizam a participação de L1 no momento discursivo 12 parecem mostrar que esse entrevistador reduz ao choro os sentimentos e os estados afetivos manifestos a partir da leitura de uma obra. É possível observar ao longo do momento discursivo 12 que L1 domina o tópico e o conduz, caracterizando

a dominação semântica, pois a tomada de iniciativas e as primeiras partes dos pares dialógicos construídas por L1 requerem a produção das segundas por L2 e L3 (dominação interacional). Isso ocorre, por intermédio dos lances diretivos (os entrevistados L2 e L3 reagem de acordo com as ações verbais do entrevistador L1, que detém a posse dos turnos) e dos lances controladores (L1 avalia e ratifica as contribuições de L2 e L3).

Ademais, o uso dos pares adjacentes, dos marcadores discursivos sequenciadores e basicamente interacionais, a predominância de turnos nucleares e a dominação pela quantidade de fala sugerem uma assimetria conversacional. Essa assimetria é potencializada pela dominação estratégica – a qualidade da produção conversacional dos primeiros turnos de L1 possibilita-o dominar a interação, pois os turnos dos entrevistados correspondem a reações às iniciativas de L1 –, pela dominação semântica, dominação interacional, pelos papéis social e comunicativo que L1 ocupa no contexto discursivo e interativo, o que também indica a existência de uma assimetria microsocial no evento discursivo 1.

5.2.13 Análise do momento discursivo 13

L1 eu vi rapaz... eu tava vendo aqui... eu queria falar sobre isso... olha pra você ter uma ideia olha... “que seu talento e astral positivo pode ser ainda mais conhecidos né? e os leitores se contagiem com suas letras apaixonadas... sucesso”... Tammy Luciano autora... do Claro que te amo né? “TF é o John Green brasileiro... que coisa ehn rapaz... prepare o lençinho e o coração que o choro é inevitável e a história é incrível... surge mais uma estrela da literatura nacional”... Janaína Rico que é autora de Cartas para um pai... né? “e falar sobre amor incondicional nos tempos de hoje onde as pessoas estão mais preocupadas com a superficialidade é sempre um carinho para nossa alma... em Um gesto de amor o leitor vai se emocionar ao se deparar com esse forte sentimento... boa leitura”... Vera Lúcia Cervi Mattei autora de ARTHANNYA... e aí rapaz... esses... elogios como é que você vê isso?

L2 quando eu enviei o livro pra elas... fiz o convite a elas né? pra elas lerem o livro fazerem um comentário e botar na contracapa... mas eu não achava que viriam uns comentários desses... quando elas enviaram... eu fiquei assustado... disse meu pai eterno... será que a Janaína leu bem esse livro ((L1 ri)) pra... disse não ela escreve há muitos anos... ela é uma boa crítica... ganhadora de muitos prêmios... ela tem um opinião muito boa muito firme assim na área da literatura então se ela comparou... quem sou eu pra discordar?

L1 cê gosta da obra dele?

L2 eu já li A culpa é das estrelas

L1 já né?

L2 ele é um/ é uma história muito bonita... eu só não acho que tem muito sentimentalismo mas...

[]
L1 é uma das adaptações

L1 é... mas é uma das adaptações que funcionaram no cinema né?

L2 foi... não e principalmente diz que o livro então o filme então foi perfeito

[]
L3 belíssimo

L2 foi uma das adap/ adaptações de livro melhores que teve

L1 é... quem tá recebendo muitas críticas agora é essa adaptação da da Cinquenta tons de cinza né? o pessoal tá sendo muito pesado e muito crítico... é porque é um filme mais pra pra pra quem quem gosta mesmo de romance

[]

L2 um público adulto

L1 de um público adulto... aliás... qualquer pessoa pode ler o seu livro?

L2 sim

L1 independente da idade?

L2 pode... criança... todo mundo pode ler porque... não gosto de falar sexo explícito palavrões... essas coisas no livro... eu gosto...

L1 você fala de amor?

L2 é... falo de amor... pra quê tá botando coisa ruim num livro que eu posso trazer ensinamento melhor?... então o livro ele:: ele pode ser pra qualquer público... criança jovem adulto ler...

L1 já teve o lançamento? vai ter o lançamento? Como é que vai ser?

L3 vai ser sábado né?

L1 vai ser sábado agora? amanhã?

L3 na biblioteca central... no SSCOM Poço a partir das dezesseis horas... e logo após ele vai tá disponível já nas unidades móveis né? enquanto chega os outros exemplares pa/ pras bibliotecas...

L1 que coisa boa

L3 do SSCOM né?

Inicialmente, o momento discursivo 13 evidencia um turno nuclear de L1, de função reativo-iniciativa, pois engata seu turno ao turno anterior e ao turno que sucede – L1 baseia-se no elogio e na afirmação de L3, no último turno do momento discursivo 12, para construir seu primeiro turno no momento discursivo 13. Há diversas marcas linguísticas que colaboram para a construção do turno de L1, o que se verifica no uso do pretérito imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito, nos segmentos *eu **tava vendo** aqui* e *eu **queria falar** sobre isso*, respectivamente, quando o entrevistador afirma que abordará tal subtópico e o coloca em centração.

Para introduzir os elogios feitos a L2 por outros escritores, L1 emprega o marcador discursivo *olha*, prefaciador textual-interativo que sinaliza a entrada de vários segmentos de fala do entrevistador, ao citar os discursos dos referidos escritores. O marcador discursivo basicamente interacional *né?*, de natureza fática, também é utilizado na fala de L1, quando o referido interactante busca a aprovação discursiva de L2 e L3, quanto às afirmações “Tammy Luciano autora do Claro que te amo né?” e “Janaina Rico que é autora de Cartas para um pai... né?”.

Assim como o referido marcador discursivo basicamente interacional *né?* também é usado para testar o grau de atenção e participação de ambos os entrevistados no momento em que L1 cita o elogio feito a L2 pela escritora Tammy Luciano “que seu talento e astral positivo pode ser ainda mais conhecidos né? e os

leitores se contagiem com suas letras apaixonadas... sucesso”, o marcador orientador da interação *ehn* é acionado para expressar o comentário de L1 ante o elogio da escritora Janaina Rico “TF é o John Green brasileiro... que coisa ehn rapaz... prepare o lençinho e o coração que o choro é inevitável e a história é incrível... surge mais uma estrela da literatura nacional” e, associado à forma vocativa de tratamento *rapaz*, chama a atenção de L2 para o conteúdo do segmento tópico.

As formas de tratamento *você* e *rapaz* funcionam como estratégias discursivas de envolvimento do ouvinte L2 (GALEMBECK; CARVALHO, 1997), posto que deixar o entrevistado confortável para falar é uma das práticas sociodiscursivas do Jornalismo no uso dos mecanismos éticos e estruturais na produção da entrevista radiojornalística (MELO JUNIOR, 2016, 2017; MELO JUNIOR; SANTOS, 2019). O marcador discursivo ideacional e *aí* funciona como um elemento sequenciador e articulador intratópico para ligar todos os elogios expostos por L1 à pergunta aberta feita em seguida a L2 “e aí rapaz... esses... elogios como é que você vê isso? ”.

As afirmações e a avaliação de L1, entremeadas pelos elogios de escritores a L2, possibilitam o início de uma nova troca, por meio da pergunta aberta anteriormente mencionada, e isso compõe o processo de dominação estratégica, marcada pela qualidade da produção conversacional de L1, com vistas à obtenção de uma resposta que contribua significativamente para o desenvolvimento do tópico. A resposta de L2 à pergunta de L1 resulta num turno nuclear, de função conversacional reativa, no qual o entrevistado L2 mobiliza o marcador discursivo ideacional *quando* para marcar uma relação de temporalidade (GALEMBECK; CARVALHO, 1997) no tocante à sua ação de enviar o livro para as escritoras construírem os textos da quarta capa e ao *feedback* que L2 obteve com o conteúdo dos textos recebidos das autoras.

Em seu turno, L2 também faz uso do marcador discursivo orientador interacional *né?* para demarcar sua posição de falante assim como para testar o grau de envolvimento e de atenção do entrevistador L1. Além disso, os marcadores discursivos sequenciadores tópicos *mas* e *então* são empregados com o objetivo de articular os segmentos retrospectivos e prospectivos da fala de L2 e introduzir um enunciado de valor conclusivo. Primeiro, L2 contrapõe enunciados de orientações argumentativas diferentes, pois os elogios de autoras reconhecidas a L2 foram inesperados; depois, emprega o marcador discursivo *então*, articulador textual-interativo que, no plano intratópico, promove o fecho do turno de L2 e orienta para

uma conclusão baseada no fato de que as palavras de uma das passagens que compõem a quarta capa do seu livro vem de Janaina Rico, uma escritora experiente e conceituada, o que é reforçado pela pergunta retórica “então se ela comparou... quem sou eu pra discordar?”.

A pergunta seguinte de L1 é motivada pela resposta à pergunta anterior e sugere um turno nuclear, de função reativo-iniciativa, pois L1 levou em consideração o que foi dito anteriormente por L2, e sua reação ao turno anterior justifica sua pergunta fechada “L1 cê gosta da obra dele?”. Mesmo sendo fechada, a pergunta de L1 suscita uma resposta que forma um turno nuclear em andamento, em que L2 afirma já ter lido uma das obras do escritor John Green, a quem é comparado, mas o turno de L2 é interrompido por um turno inserido que indica reforço, concordância e compreensão, no qual L1 aciona o marcador discursivo basicamente interacional *né?*, indicando que o entrevistador está atento à fala de L2, por seu viés fático e interpessoal.

Adiante, L2 dá continuidade ao seu turno nuclear em andamento e emite sua opinião sobre a obra *A culpa é das estrelas*, de John Green, quando afirma que a referida obra é uma história bonita, embora não traga a sentimentalidade como uma característica predominante. Para tanto, L2 emprega o marcador discursivo ideacional *eu só não acho que* para prefaciar sua opinião acerca do livro de John Green e usa o marcador discursivo ideacional *mas* com valor concessivo, pois, apesar do tom sentimental comedido, L2 elogia a obra e diz ter sido uma das melhores adaptações para o cinema.

No referido turno nuclear em andamento, L2 não se abstém de expressar seu posicionamento a respeito do teor da obra *A culpa é das estrelas* e procura apresentar o contra-argumento num contexto discursivo de assimetrias de poder, controle de tópicos e tomadas de turno; esse ato de expressar suas opiniões evidencia um espaço de luta pelo poder, espaço no qual o diálogo deve ser exercitado de modo democrático. Quando L2 expressa sua opinião, o entrevistador L1 realiza uma sobreposição de vozes localizada, num turno inserido de colaboração, por meio do qual L1 antecipa o conteúdo que L2 está desenvolvendo e colabora para a progressão tópica, por meio da sugestão da construção linguística “L1 é uma das adaptações” para indicar que o livro foi uma das adaptações cinematográficas.

A hesitação de L2, ao avaliar a obra *A culpa é das estrelas*, de John Green, oferece margem para que L1 realize uma sobreposição de vozes localizada e discorde de L2, utilizando o marcador discursivo ideacional *mas* para contrapor segmentos de fala de orientações argumentativas diferentes, pois, apesar de não apresentar o aspecto sentimental como uma característica marcante, o que foi apontado pelo entrevistado, o entrevistador L1 afirma, num turno nuclear, que foi uma adaptação cinematográfica bem-sucedida e utiliza o marcador discursivo interpessoal *né?*, que busca apenas a aprovação discursiva de L2. Este, por sua vez, concorda com L1 e ratifica a qualidade do filme e da adaptação cinematográfica, num turno nuclear em andamento, de função conversacional reativa, no qual L2 utiliza o marcador discursivo ideacional *então*, sequenciador intratópico, para articular segmentos de sua fala, referentes à qualidade do livro e do filme.

Durante a construção do turno de L2, L3 realiza uma sobreposição de vozes localizada, num turno inserido de colaboração, para indicar concordância e contribuir marginalmente para o desenvolvimento do tópico, enfatizando que o filme foi belíssimo. Após a sobreposição localizada de vozes promovida por L3, L2 finaliza seu turno declarando que *A culpa é das estrelas* foi uma das melhores adaptações de filme existentes, e isso abre precedente para L1 construir novas inserções parentéticas, mas importa observar que tais inserções funcionam como ponto de partida para a centração de um novo segmento tópico, e a contextualização interacional do que está sendo falado orienta a própria compreensão da fala de L1. Isso acontece quando o entrevistador declara que o filme *Cinquenta tons de cinza* está recebendo muitas críticas e aciona o marcador discursivo basicamente interacional *né?* para chamar a atenção dos entrevistados e buscar a aprovação discursiva destes quanto à afirmação de L1.

O marcador discursivo sequenciador tópico *porque* é usado por L1 com a finalidade de justificar a razão por que o público que assistiu ao filme *Cinquenta tons de cinza* fez críticas incisivas, o que possivelmente se deva não ao fato de ser direcionado a um público que gosta do gênero romance, mas por sua classificação indicativa sugerir maiores de 16 anos. Antes de L1 concluir seu turno, L2 promove uma sobreposição de vozes localizada, para construir um turno inserido de colaboração em que sugere a expressão linguística “um público adulto” para contribuir com o desenrolar do tópico e antecipar a classificação indicativa do filme apontado.

No segmento interacional adiante, L1 faz uma pergunta fechada a L2 sobre o público-leitor deste, constrói um turno nuclear, de função reativo-iniciativa, bem como emprega o marcador discursivo ideacional *aliás*, que funciona como um sequenciador e articulador textual-interativo intertópico, pois atua como elemento coesivo entre segmentos tópicos da fala de L1 e introduz um novo tópico, a partir da inserção parentética que trata da adaptação cinematográfica de filmes. Nesse momento do diálogo, a pergunta fechada de L1 resulta numa resposta do tipo sim-não por L2, na qual este assegura que qualquer pessoa pode ler seu livro, de criança a adulto, e, por meio do marcador discursivo ideacional *porque*, num turno nuclear em andamento, de função reativa, justifica que o motivo se deve ao fato de não abordar, em seu livro, conteúdo sobre sexo explícito e palavras de baixo calão.

Com base na resposta de L2, L1 assalta com deixa o turno do entrevistado, durante uma breve pausa, e produz uma pergunta fechada, num turno nuclear, de função reativo-iniciativa. Embora seja uma pergunta fechada, resulta num turno nuclear, de função reativa, no qual L2 expõe que aborda o amor em seu livro e justifica com uma pergunta retórica “L2 pra quê tá botando coisa ruim num livro que eu posso trazer ensinamento melhor?”, seguida do marcador discursivo ideacional *então*, que retroage toda a extensão anterior do turno do referido interactante, sinalizando um fecho que se estabelece pela relação entre argumentos precedentes ao enunciado com efeito conclusivo, respaldado em todo o pronunciamento anterior (RISSO, 2015), quando L2 justifica o tipo de abordagem em sua produção escrita e, após um alongamento de vogal, indicador do planejamento verbal simultâneo à produção do seu turno, conclui que sua obra é destinada a qualquer público, a todas as faixas etárias.

A seguir, L1 produz uma sequência de três perguntas, sendo a última uma pergunta aberta, para saber como se dará o lançamento do livro. Como L1 não seleciona nenhum falante, mesmo pressupondo que L2 vá responder, pois, no momento discursivo 13, a interação se delinea, em grande parte, por L1 e L2, e este é o autor do livro. Todavia, L3 se autosseleciona e constrói um turno nuclear em andamento, com uma pergunta retórica acompanhada do marcador discursivo interpessoal *né?* para buscar aprovação discursiva à resposta trazida em seu turno de função reativa, o qual expõe quando ocorrerá o lançamento do livro.

A fala de L3 reflete a produção do turno nuclear de L1, de função conversacional reativo-iniciativa, no qual o entrevistador faz três perguntas diretas, sendo duas fechadas, para confirmar o dia exato de lançamento da obra de L2 e se o evento acontecerá, e uma pergunta aberta em que L1 questiona como o lançamento ocorrerá. L3 continua a produção de seu turno nuclear e menciona o local e o horário de realização do lançamento do livro de L2. Além disso, L3 ressalta que, após o lançamento, a obra será disponibilizada nas bibliotecas móveis do SSCOM e, posteriormente, nas demais unidades bibliotecárias da instituição.

Do ponto de vista da análise tridimensional do discurso e das relações de poder, as práticas sociodiscursivas de L3 contribuem para evidenciar a relevância do trabalho social prestado à população pelo SSCOM, já que, nas condições sociais do contexto em evidência, denotava-se a fragilidade de políticas públicas eficazes que favorecessem uma educação pública de qualidade social, com ênfase no acesso, na qualidade e no êxito escolar, nem se concebiam efetivamente as bibliotecas públicas e/ou escolares e as salas de leitura como importantes instrumentos de transformação social de responsabilidade do poder público. Isso pode ser visto como uma estratégia de poder oculto, com fundamento no poder atribuído a L3 pelo SSCOM, para falar sobre as atividades sociais promovidas por essa instituição, no entanto, por fazer uso do espaço midiático controlado pelo poder público, a entrevistada precisa se privar de determinadas declarações.

Com a finalidade de envolver e ratificar o papel de ouvintes de L1 e L2, de testar a atenção e buscar a aprovação discursiva desses sujeitos interactantes acerca da data e do local de lançamento do livro do entrevistado L2, a entrevistada L3 aciona, mais duas vezes, o marcador discursivo interacional/interpessoal *né?*. Ao final do turno de L3, quando a entrevistada faz uma pausa breve, L1 produz um turno inserido, de função reativa, para declarar sua satisfação com o fato de que a obra de L2 será difundida em todas as bibliotecas do SSCOM e elogiar tal acontecimento.

O acesso preferencial aos meios de comunicação de massa e ao discurso público por jornalistas e personalidades públicas relaciona-se à aplicabilidade de convenções sociais, engendradas nas práticas discursivas e sociais da entrevista de rádio pública alagoana, em virtude de os grupos sociais dominantes e as classes de interesses regularem e determinarem formas de reprodução do poder no discurso jornalístico. As práticas sociodiscursivas do entrevistador L1 e dos entrevistados L2 e

L3 na interação radiojornalística são influenciadas pelas práticas institucionais a que se submetem e em que se baseiam, e isso é resultado da hierarquização de posições institucionalmente estabelecidas, contribuindo para engendrar a assimetria macrossocial nas relações de poder.

A assimetria macrossocial na entrevista de rádio pública alagoana manifesta-se a partir de prerrogativas originárias das estruturas do alto poder, reproduzidas na condução local das relações interpessoais, pois é a instituição que atribui ao entrevistador esse papel comunicativo e evidencia seu estatuto social na mídia. Estrategicamente, por intermédio do poder que lhe é conferido, as práticas discursivas e sociais mobilizadas pelo jornalista induzem as relações de poder, por meio de mecanismos de reprodução social e discursiva de poder. Isso pode ocorrer de várias outras formas, a partir da persuasão, do fornecimento de informações, da polidez, formação profissional, instrução e de práticas sociais que objetivam influenciar o conhecimento, as crenças e as ações dos sujeitos na entrevista (DIJK, 2017a).

Do ponto de vista da assimetria macrossocial, o poder institucional controla o discurso dos sujeitos em função das relações hierárquicas existentes no contexto de que tal forma de poder emerge, e a posição assumida pelo entrevistador o possibilita exercer poder sobre os entrevistados de várias maneiras e delinear a assimetria microssocial. Sob a égide da assimetria microssocial, a alocação dos turnos de fala nos eventos discursivos, o controle dos tópicos, potencializadas pelas formas de tratamento, pela tomada dos turnos, pelos marcadores discursivos, pela seleção de certos segmentos de fala, entre outros mecanismos crítico-conversacionais, contribuem para a reprodução das relações de poder (DIJK, 2017a).

Em se tratando da assimetria macrossocial, as manifestações de poder nas relações interpessoais na entrevista de rádio incluem a posse de recursos socialmente valorizados, como a riqueza, o *status*, a autoridade e o conhecimento. Esses recursos contribuem para que o poder institucional se consolide tanto em relação ao entrevistador e aos entrevistados, quanto diante do público-espectador, o que se justifica não somente pelo controle do (acesso ao) discurso público, como também pelo controle das instituições a que se vinculam os grupos dominantes.

Nesse sentido, além dos recursos socialmente valorizados que funcionam como aspectos não discursivos de reprodução do poder, as estratégias discursivas manifestas na interação funcionam como mecanismos de reprodução do poder. Isso

porque o exercício de poder pela instituição, representada pelo sujeito L1 (entrevistador), limita a liberdade social de ação dos sujeitos L2 e L3 (entrevistados), bem como restringe as condições de acesso ao discurso público pela população (MARCUSCHI, 1991, 1995; DIJK, 2017a, 2017b).

O próprio sujeito L1 vinculado à instituição tem sua liberdade social de ação refreada, pois ele não pode dizer tudo o que quer, sempre que achar conveniente, sobretudo no espaço midiático do rádio, e isso acontece, pois o grupo institucional dominante autoriza o sujeito L1 a exercer poder sobre L2 e L3 a partir de estratégias discursivas e não discursivas para atender aos objetivos do grupo dominante. Na entrevista de rádio pública alagoana, o poder de L1 se legitima, porque L2 e L3 se submetem a L1 por acreditarem que os desejos e as ações de L1, que representa o grupo dominante, são do interesse dos sujeitos entrevistados, o que colabora para reiterar os diversos tipos de dominação e o fato de o exercício de poder implicar tanto um controle social quanto linguístico (FAIRCLOUGH, 1989, 2001; LINELL, 1990; MARCUSCHI, 1991, 1995; SANTOS, 1999; DIJK, 2017a, 2017b).

Assim, o controle social implica o controle do discurso e de sua produção, bem como dos padrões e das estratégias de acesso discursivo na reprodução do poder, e tal fato se evidencia socialmente por os sujeitos menos poderosos ou sem poder terem acesso limitado ou não terem acesso algum à maior parte dos discursos formais, públicos ou impressos, às diversas formas de discurso e aos meios de sua reprodução, aos papéis sociais e comunicativos revelados nas interações midiáticas, às oportunidades, aos vários gêneros discursivos ou às várias formas de escrita e de fala e a eventos comunicativos. Conforme já mencionado neste estudo, como os grupos de poder controlam os vários modos de distribuição do discurso e as convenções que regem uma gama de discursos, notadamente os discursos dos meios de comunicação de massa e de quem os representa, isso fomenta uma hierarquização de poder e comprova a liberdade e o poder relativos dos jornalistas para tomarem decisões sobre a produção das entrevistas, o que é explicitado pelos mecanismos crítico-conversacionais, entre os quais estão propriedades discursivas e não discursivas.

O momento discursivo 13 também notabiliza as quatro dimensões de dominação de Linell (1990), o que se explica pelos seguintes fatores: por um lado, L1 domina pela quantidade de fala, pois seu volume de fala, em termos quantitativos,

[
 L2 é... lê muito
 L3 a gente sabe ainda que ainda tem muito o que avançar né? pela qualidade da educação né? infelizmente as taxas de analfabetismo como você falou são alta... mas brasileiro gosta de ler sim... o que às vezes falta é realmente esse incentivo né? por isso que a gente sempre tá... na medida do possível quando a gente tá conversando... que as escolas busquem né? desde a infância... a trazer esse espaço né? mesmo que não tenha um profissional ainda que eu sei que nem todas tem tem oportunidade de ter um profissional bibliotecário na na na nos espaços... mas que iniciem pelo menos esse espaço e desde na infância vá apresentando esse livro à criança... mas de um modo prazeroso porque faz toda a diferença... você falou aí do Ariano Suassuna e a gente fica assim muito comovido porque a literatura recentemente perdeu três né? no/ grandes nomes da literatura... Rubem Alves que a gente trouxe o SSCOM trouxe na bienal do do ano passado... que a gente trouxe o Rubem Alves pra um bate-papo... a gente é já tá/ trouxe também o Ariano Suassuna que ele fez um mapeamento cultural com o SSCOM também há dois anos atrás ou três e aí assim... perdemos o João Ubaldo Ribeiro né? e tem perdido vários escritores de nome que encantou...
 L1 pois é... perde perdem vida né? mas o/ a obra que eles deixaram isso aí é pra eternidade
 L3 a gente agradece
 L1 P obrigado viu? T parabéns cara... eu quero posteriormente ter a oportunidade de ler a sua obra tá certo?... porque eu vibro muito quando eu vejo um projeto como esse... e bom lançamento amanhã... tenho certeza que vai ser um sucesso a partir das dezesseis horas... prazer T... TF... vinte e um anos apenas gente né? já lançando esse seu livro... recebendo uma crítica tão positiva e eu tenho certeza que vai trazer muito orgulho pra todo o estado de alagoas... e que o próximo romance... né? você pense numa lagoa mundaú também né? FAÇA aqui em Alagoas... eu quero ver um romance alagoano também viu T? vou cobrar isso de você... já tem né? ((risos))

O momento discursivo 14 encaminha-se para o que Dijk (1992) denomina conclusão – correspondente a uma sucessão de turnos com a finalidade de fechar ou concluir o tema, o que pode ser evidenciado a partir de alguns elementos linguísticos que marcam previamente o encerramento da discussão do tópico e fechamento na conversação. Esses elementos são recorrentes no momento discursivo 14, devido ao caráter recursivo da conclusão, como esclarece Silva (2005), numa conversação longa e com três interactantes.

O entrevistador L1 inicia o momento discursivo 14 construindo um turno nuclear em andamento, de função iniciativa, e, dirigindo-se a L2 por meio da forma nominal de tratamento “T”, produz um segmento de fala que sugere polidez, em “T eu só tenho que lhe desejar sucesso né?”. Ao final dessa unidade de construção de turno, L1 utiliza o marcador basicamente interacional *né?* como um mecanismo de sustentação do turno e fático de natureza ou entonação interrogativa, após enunciado declarativo de L1, que felicita L2. Este, por sua vez, corresponde às felicitações de L1, realiza uma sobreposição de vozes localizada e constrói um turno inserido, de função conversacional reativa, para agradecer.

L1 dá continuidade ao seu turno nuclear por meio do elogio a L2 e imbrica ao seu discurso de entrevistador o discurso popular ressaltando três ações que qualquer ser humano deve cumprir enquanto viver: plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro. L1 aciona o recurso intertextual e provoca risos na interação, ao evocar esse discurso popular e ressaltar que L2 primeiro executou o que seria o último ato – escrever um livro. Ao longo do seu turno, L1 mobiliza os marcadores de orientação interacional *não é?* e *né?* não só para buscar aprovação discursiva do entrevistado L2, mas também para sustentar o turno e testar o grau de atenção e de participação de L2. O entrevistador L1 finalizou seu turno com o uso do marcador interacional *né?* ao afirmar que um livro não deixa de ser um filho, e L2 produz um turno inserido, de função reativa, que indica entendimento e concordância quanto ao que L1 disse.

Em seguida, L1 assume explicitamente sua opinião ao dizer da certeza do sentimento de orgulho da família e dos amigos de L2, em “eu tenho certeza”, assim como faz uso do marcador ideacional *quando* para articular o discurso de elogio a L2 acerca do ato de escrever um livro e do sentimento da família e dos amigos diante de tal ato. Por um lado, esse marcador oracional de opinião assinala o posicionamento de L1 diante da trajetória de L2, por outro lado, o marcador interpessoal *né?* denota a busca de aprovação discursiva do entrevistado L2, testa o grau de atenção e de participação deste e sustenta o turno de L1, que se dirige ao entrevistado por meio da forma vocativa *cara*.

A resposta de L2 ao turno de L1 é produzida num turno nuclear, de função reativa, em que L2 aciona o marcador sequenciador tópico *mas*, que articula textual-interativamente segmentos de sua fala, estabelecendo um contraste entre o fato de L2 gostar das personagens de outro livro e a necessidade de concluí-lo. Isso produz uma inserção parentética, pois, apesar de L1 falar a respeito da função de escritor no turno anterior, ele não menciona outra obra a que L2 se reporta em seu turno seguinte.

Ao realizar uma pergunta aberta sobre a continuação do livro apontado por L2, num turno nuclear, de função reativo-iniciativa, L1 questiona o porquê de não haver continuação, e L2 responde, em dois turnos nucleares, de função reativa – “L2 não... ele/ essa história tem que ser assim; L2 é... se eu mexer qualquer coisa nesse livro... ele já vai perder a essência dele –, que projetar a continuação afeta o enredo, e, portanto, a história deve manter-se como está, o que é enfatizado por L1 e L2 na produção de dois turnos inseridos, sendo o primeiro com uma pergunta retórica

seguida pelo marcador interpessoal *né?* “L1 tem que ser assim né?”, de função reativo-iniciativa, que ratifica a informação já declarada por L2 em seu turno nuclear e reiterada num novo turno inserido, de função reativa, “L2 tem que ser assim”, para indicar que o livro deve manter o percurso já traçado.

Apesar de esses turnos de L1 e de L2 serem inseridos, pois contribuem marginalmente para o desenvolvimento do tópico em centração e não acrescentam nenhuma informação nova ao diálogo, L1 constrói um turno nuclear, de função reativo-iniciativa, em que este, na posição de entrevistador, questiona L2, numa pergunta fechada, sobre uma possível interferência na história caso algo seja modificado, mesmo de forma sutil. L2 responde, num turno nuclear, de função reativa, que qualquer mudança afetará a história a partir da qual a obra se desenrola.

O fechamento do evento discurso 1 não apenas marcou o término da interação entre L1, L2 e L3, mas ainda apresentou fórmulas típicas de saudações e agradecimentos, marcas de cortesia verbal, bem como destacou, por intermédio da planificação global do trato social entre os sujeitos interactantes, avaliações do encontro conversacional por L1 e L3, comprovou convenções interacionais na entrevista e elucidou planos para os próximos encontros, por meio do pedido/convite de L1. No momento discursivo 14, o conteúdo central do fechamento comentou globalmente o objeto central da conversação do evento discursivo 1 e evidenciou planos para uma conversação futura quando acontecerem outros projetos que culminem em eventos, como o lançamento do livro de L2 (DIJK, 1992; SILVA, 2005).

A seguir, L1 elogia mais uma vez L2 e seleciona a entrevistada L3, a quem se refere pela forma pronominal de tratamento “você” e a ela se dirige parabenizando-a pela condução do Projeto Bibliotec e pelo apoio ao lançamento do livro de L2, chamando a atenção da referida entrevistada por intermédio dos marcadores de envolvimento de ouvinte *viu?* e *né?*, fáticos de natureza interrogativa, entre os quais o primeiro testa a participação de L3, e o segundo busca aprovação discursiva desta entrevistada sobre algumas práticas discursivas de L1. Essas práticas discursivas dizem respeito a um pedido “L1 sempre que tiver eventos traga aqui pra gente né?”, às felicitações a L3 pelas ações relacionadas ao projeto e ao posicionamento crítico de L1 perante um estado não referenciado quanto à qualidade de ensino.

O discurso de L1 como texto, prática discursiva e social está inserido num contexto social em que o estado de Alagoas não incentivava o acesso à cultura, não

oferecia o suporte necessário para que as escolas públicas financiadas pela esfera estadual obtivessem êxito e promovessem uma educação de qualidade social, com ênfase no acesso, permanência e êxito escolar, o que ratifica a fala de L1 sobre os altos níveis de analfabetismo. Ao utilizar o marcador discursivo ideacional e sequenciador tópico *então*, L1 expõe o efeito de conclusão respaldado em todo o pronunciamento crítico anterior.

Outro aspecto interessante nas práticas discursivas de L2 e L3 diz respeito ao fato de, mesmo L3 considerando uma inverdade o desapareço dos brasileiros por leitura, caracteriza a prática de leitura como um ato de vontade própria, visto que o projeto Bibliotec oferece o serviço de biblioteca volante com empréstimos de livros, o SSCOM oferece o serviço de biblioteca e sala de leitura no SSCOM Poço, aberta a toda a comunidade, oferece os projetos de biblioteca ambulante com visita a empresas, quando L1 se utiliza de tais fatos para qualificar como preguiçoso quem não lê. São discursos que devem caminhar para uma mudança discursiva e social, pois há, na verdade, diversas implicações sociais, familiares, econômicas, políticas e culturais que interferem na prática de leitura pelos jovens e pela população de maneira geral no Brasil e, especificamente, em Alagoas.

A análise da prática social torna possível declarar que o contexto social em que o discurso de L1, L2 e L3 se inscrevem é um contexto em que a educação pública, incluindo estudantes e profissionais, não é valorizada e não recebe a devida assistência. As condições sociais do contexto em que as práticas discursivas ocorrem, mostram que, segundo o Inep (2021), Alagoas apresentou resultados abaixo da meta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em todos níveis de ensino, na rede pública estadual e municipal de Maceió, nos anos de 2011, 2013 e 2015, e no nível médio de ensino da rede pública estadual, em 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015, conforme os dados do Inep.

Do ponto de vista das relações de poder institucionalizadas, verifica-se uma assimetria macrossocial ou global e institucionalmente marcada, pois o discurso de L1 e de L3 vincula-se a um discurso institucional, que, como tal, não lhes permite elencar as causas e os efeitos dos aspectos socialmente relevantes que não beneficiam a população, embora L1 tenha feito remissão a um problema social ligado ao poder público, a que sua instituição se vincula, quando apenas pontua que a sociedade alagoana não dispõe de bons espaços para leitura e que, com

razoabilidade, o estado de Alagoas é tão criticado, por não incentivar a cultura como deveria e por ostentar tão altos níveis de analfabetismo. L3 reitera essa assertiva e reforça o fato de o estado ter muito a avançar pela qualidade da educação, tanto que a rede privada de ensino absorve grande público alagoano, entre escolas de pequeno, médio e grande porte, em razão de fatores pedagógicos, estruturais, sociais, econômicos e outros.

No circuito interacional entre L1, L2 e L3, a assimetria crítico-conversacional, do tipo macrossocial, caracteriza-se por o grupo dominante que dirige a emissora, sob a égide institucional, assumir uma posição de poder hierarquicamente superior à dos outros sujeitos, motivando a assimetria nas relações de poder, definidas por características da própria estrutura social, em função das diferenças de poder social e institucional ou das relações verticais. As relações assimétricas entre entrevistador-entrevistados-instituição manifestam-se, de modo explícito, num contexto macrossocial ou global, em função da autoridade preexistente, riqueza, papéis sociais, posto, tópico discursivo, do domínio social da interação entre sujeitos interactantes pelo discurso midiático institucionalizado e controle do acesso ao discurso e de sua produção.

Na fala de L3, suas escolhas linguísticas indicam o estatuto social e o posto ocupado pela entrevistada ante a instituição que representa, pois ela é bibliotecária e assume o posto de coordenadora de um projeto de biblioteca volante financiado pelo SSCOM, e suas práticas discursivas refletem um discurso institucionalizado. As relações de poder institucional estão impressas em segmentos de fala do discurso da entrevistada L3, conforme se visualiza a seguir: “**a gente sabe** que ainda tem muito a avançar né? pela qualidade da educação né?”, “**a gente sempre tá...** na medida do possível quando **a gente tá conversando...** que as escolas busquem né?”, “**a gente fica** assim muito comovido porque a literatura recentemente perdeu três né? no/ grandes nomes da literatura... Rubem Alves que **a gente trouxe** o SSCOM trouxe na bienal do do ano passado... que **a gente trouxe** o Rubem Alves pra um bate-papo... **a gente é já tá/ trouxe também** o Ariano Suassuna que ele fez um mapeamento cultural com o SSCOM”.

Em relação a L1, evidencia-se a assimetria microssocial pelo papel social e comunicativo que ele desempenha na interação, por ser jornalista e entrevistador, dominar pela quantidade fala, controlar o tópico discursivo, tomar as iniciativas e

produzir as primeiras partes dos pares adjacentes, entre os quais estão segmentos de fala que apontam um discurso como prática sociodiscursiva e requerem uma mudança social e discursiva, com base nas críticas e nos problemas sociais expostos na fala de L1. Tais práticas caracterizam a existência das quatro dimensões de dominação no momento discursivo 14 e no evento discursivo 1: dominação pela quantidade de fala, dominação semântica, interacional e estratégica.

Os segmentos de fala de L3 acompanham uma série de marcadores discursivos ideacionais que funcionam como articuladores coesivos, a exemplo dos marcadores *por isso* – para justificar a razão por que as escolas devem incentivar o hábito de leitura e dispor de espaços que promovem essa prática –, *porque* – para explicar o diferencial de abordar a leitura sob a perspectiva lúdica e expor a importância de valorizar grandes nomes da Literatura Brasileira, os quais foram trazidos pelo SSCOM, instituição de que L3 faz parte –, e *aí* – sequenciador tópico que favorece a progressão do segmento de fala de L3 e se conecta ao marcador ideacional *assim*, que encerra tal segmento e funciona como articulador textual-interativo da porção conversacional em que L3 menciona o último entre escritores consagrados da Literatura Brasileira, os quais morreram. Além disso, L3 dirige-se a L1 pela forma pronominal de tratamento *você*, que minimiza a distância social existente entre ambos os interactantes, de papéis sociais e comunicativos distintos, e mobiliza reiteradamente o marcador basicamente interacional *né?*, com vistas a buscar aprovação discursiva para todos os elementos da realidade social elencados em seu turno nuclear, de função reativa.

As condições predeterminadas da hierarquia social, os cerceamentos sociais e a estrutura social revelam que L1, L2 e L3 não possuem autoridade social suficiente para levantar certos aspectos sociais, o que restringe o tópico e determinados segmentos de fala de L1, já que o poder social é imposto de fora das trocas de turnos entre os interactantes no evento discursivo. No entanto, os sujeitos L1 e L3 da interação transgridem as convenções que delineiam a assimetria macrossocial, criam outras ou combinam as já existentes, bem como enfrentam as problematizações criativamente, com o intuito de gerar mudanças discursivas e sociais acerca dos problemas expostos em alguns momentos discursivos do evento discursivo 1 (FAIRCLOUGH, 2001; PEDROSA, 2008).

O discurso produzido pelos referidos interactantes emerge de uma emissora vinculada ao poder público, e isso permite algumas reflexões acerca da prática discursiva e social. No tocante à produção do texto falado, esse texto é veiculado e publicado por um radiojornal que representa o poder público. O texto é socialmente posto em circulação pela emissora que se liga a tal instância de poder, de maneira que L2 produz o texto, com o intuito de publicizar sua obra, enquanto L1 e L3 levantam alguns pontos importantes sobre a carência de bons espaços de leitura, o número reduzido de jovens leitores, a falta de incentivo à leitura e à cultura no estado de Alagoas e os altos índices de analfabetismo do estado, embora não indiquem as razões de tais problemas. Isso reitera as posições de sujeitos socialmente constitutivos e construídos de L1 e L3, as quais evocam problemas socioculturais e primam por uma mudança discursiva e social diante das condições sociais do contexto expostas por esses interactantes.

Há uma interação assimétrica conversacional ou local, posto que, na demarcação de papéis, L1 regula a interação entre suas iniciativas de diálogo e as respostas de L2 como mecanismos básicos de interação e mecanismos linguísticos utilizados (os segmentos de fala, os turnos, os pares adjacentes e os marcadores discursivos de poder), reproduzidos no discurso por influência de uma assimetria de poder social e institucionalmente marcada (LINELL; LUCKMANN, 1991), por um lado. Por outro lado, observa-se que, na interação entre L1 e L3, embora L1 fale por mais vezes, a maioria dos turnos de ambos é sempre nuclear e extensa, com conteúdo referencial significativo, ambos denotam conhecimento sobre o tópico tratado em função do conhecimento de mundo e da classe profissional a que pertencem, com base em seus papéis sociais e comunicativos, aproximam-se quanto à idade e referem-se um ao outro utilizando a forma pronominalizada de tratamento *você* e os nomes próprios como formas nominais e vocativas de tratamento (L1 chama L3 de *P*), caracterizando uma simetria conversacional e microssocial, nesse tocante.

As formas de polidez atuam como mecanismos que propiciam um clima comunicativo mais agradável, sinalizando simpatia por parte de todos os sujeitos interactantes, bem como contribuindo para deixar os entrevistados mais confortáveis para expor as informações que o entrevistador deseja obter. Isso também é percebido na interação entre L1, L2 e L3. Essas marcas aparecem ao longo de alguns turnos de fala do entrevistador e dos entrevistados e funcionam como elementos que favorecem

a progressão tópica ou como fórmula de polidez que ressaltam o cumprimento, agradecimento pelas informações dadas e o elogio a alguma prática dos sujeitos no diálogo, como na fala de L1 “eu tenho certeza que a sua família né?... os seus amigos devem tá muito orgulhosos...”, “eu tenho certeza que que vai trazer muito orgulho pra todo o estado de Alagoas”, “que coisa boa... P parabéns pela iniciativa viu?”, “P obrigado viu? T parabéns cara...”, “prazer T... TF”.

No circuito da conversação ao longo do evento discursivo 1, o fato de os sujeitos L1, L2 e L3 pertencerem a um grupo ou a uma instituição e de haver posições sociocomunicativas distintas entre eles introduz diferenças no controle do diálogo e expressa uma distância ou aproximação entre os participantes, no sentido mais assimétrico ou simétrico do termo, quando se combinam classe, idade, poder institucional, profissão, tipo de evento de fala, entre outros aspectos não discursivos e discursivos que definem as relações assimétricas e simétricas. No discurso midiático, as estratégias discursivas e as práticas midiáticas utilizadas pelo entrevistador tendem a situar-se num contexto dominante na relação entrevistador-entrevistado-instituição, na qual o poder institucional possibilita ou impossibilita a exposição de discursos que transmitem sutil ou explicitamente as posições sociais e ideológicas envolvidas, incluindo as dos próprios meios de comunicação (DIJK, 2017a).

5.3 Análise do evento discursivo 3

Esta subseção contempla a análise da segunda entrevista, intitulada evento discursivo 3 no *corpus*, de maneira processual e interpretativa, por meio da descrição e explicação das categorias e dos componentes contextuais presentes nos momentos discursivos a seguir. A referida entrevista foi realizada no dia 05 de agosto de 2014, apresenta duração de 6 minutos e 48 segundos, com início aos 29min56s do programa e término aos 37min44s, e aborda o supertópico “Revitalização do bairro Centro da cidade de Maceió” e o tópico “Desocupação das ruas do Centro de Maceió por ambulantes”.

A entrevista que constitui o evento discursivo 3 classifica-se, de acordo com a tipologia elencada na seção 4, como: entrevista-diálogo (MORIN, 1973); individual, caracterizada e informativa (ERBOLATO, [1984] 2008); direta e noticiosa de informação em profundidade (PRADO, 1989); ao vivo e estúdios externos

(CHANTLER; HARRIS, 1998; CHANTLER; STEWART, 2006); informativa e interpretativa (BALSEBRE, 1998; MCLEISH, 2001); temática, dialogal e mediada (LAGE, 2009); pingue-pongue e temática (BALTAR, 2012); e noticiosa (FERRARETTO, 2014).

5.3.1 Análise do momento discursivo 1

L1 gente olha eu tô em linha com o DF que é diretor de fiscalização e postura da Superintendência X... que está realizando desde as primeiras horas dessa manhã... uma operação que visa desocupar o centro da cidade da presença dos ambulantes... D inicialmente muito obrigado pela sua participação aqui com a gente... a gente sabe que você né? está... né? cumprindo também essa tarefa... participando... então você gentilmente nos atende aqui AO vivo... que balanço você já pode fazer pelo menos das primeiras horas dessa operação no Centro de nossa capital D? bom dia

L2 bom dia O... éh... nesse primeiro momento podemos dizer que estão que tá tendo uma boa aceitação pela comunidade pela população que tá circulando livremente pelas ruas que a gente tá mantendo essa revitalização né? e:: o camelô o ambulante em si... acredito está se conscientizando... até o presente não tivemos nenhum tipo de de de tumulto que pudesse contestar o que tá sendo feito... acredito que eles tá aos poucos tá se conscientizando porque esse trabalho... a gente não tá fazendo de surpresa... a gente já vem avisando desde antes da copa do mundo que aconteceu aqui no Brasil... então a gente vem conscientizando eles... ontem a gente divulgou na mídia... a gente divulgou através/ entre eles uma panfletagem informando da necessidade da desocupação dessas ruas... então até o presente posso dizer que as/ que a coisa está evoluindo tranquilamente

O discurso que compõe o evento discursivo 3 fala sobre uma operação que tem por finalidade desocupar o bairro Centro da cidade de Maceió da presença dos ambulantes e redirecionar os vendedores ambulantes – segundo convenções específicas –, os quais se instalaram em determinados espaços proibidos, conforme a legislação. No referido evento, o sujeito L1 atua como entrevistador, por meio de perguntas abertas, vislumbrando obter informações acerca da temática em foco; o sujeito L2 exerce a função de entrevistado e responde a tais perguntas.

Nesse evento, os mecanismos crítico-conversacionais – marcados por papéis comunicativos, papéis sociais, relações entre os participantes, as intenções e os objetivos, a natureza do evento discursivo, a posição social (diferentes classes sociais), a formação (nível de escolaridade variado), a profissão (habilidade de formação) e as crenças (a defesa de perspectivas, opiniões e suposições do entrevistador e do entrevistado) – comungam aspectos de variabilidade.

O evento discursivo 3 realiza-se numa interação a distância, cujas características do lugar apontam um espaço fechado e privado (os estúdios internos da emissora), quanto ao entrevistador, e indicam um espaço aberto e público, onde

se situam o entrevistado e os técnicos dos estúdios externos, todos num quadro temporal que inscreve o acontecimento num período simultâneo à realização da entrevista. Utiliza-se um discurso representado institucionalmente, numa situação discursiva formal, cujos tema e objetivo discursivo são previamente definidos, havendo um grau de preparo na efetivação do evento.

O objetivo discursivo da interação é persuadir a população sobre a viabilidade da desocupação do Centro de Maceió, no sentido de que os ambulantes estão exercendo atividades de comércio de bens e serviços a partir da ocupação de espaços geográficos não autorizados pelo poder público municipal. Este, por sua vez, supostamente, está cumprindo a responsabilidade de conscientizar os trabalhadores a saírem desses espaços, quando, na verdade, foram obrigados a deixar seus postos de trabalho, porque não estão cumprindo os anseios legais do município.

O presente evento discursivo leva em consideração dois contextos: o discursivo, que contempla aspectos sociais da interação, sugerindo que o entrevistador e o entrevistado assumam lugares sociais equivalentes, mas possuam formação variada, o que é sinalizado pelos diferentes cargos exercidos por ambos e permite dizer que a natureza do laço social é profissional. L1 exerce o cargo de apresentador do programa de rádio, e L2 desempenha um cargo de diretor de fiscalização e postura numa secretaria pública. Com base nos discursos de L1 e L2, pode-se inferir que ambos comungam das mesmas crenças e opiniões, no que se refere ao assunto discutido ao longo dos momentos discursivos.

O contexto interativo local abrange elementos mais específicos da conversação, tais como: os sujeitos interactantes, o tópico discursivo, os turnos de fala, os pares adjacentes e os marcadores discursivos de poder. Quanto aos marcadores discursivos, observam-se segmentos de fala que manifestam simpatia por parte de L1 e L2, a exemplo da escolha lexical *gentilmente* e do par adjacente *agradecimento-saudação-saudação*, indicado pelos elementos de cortesia *muito obrigado* e *bom dia*.

É possível interpretar, a partir da fala de L1, que a imagem construída dos cidadãos que almejam trabalhar por meio do seu próprio empreendimento é de ambulantes, levando a refletir sobre o fato de que outras denominações, como trabalhadores, empreendedores, microempreendedores, profissionais autônomos, não foram utilizadas para caracterizar esse grupo social no discurso de L1 e de L2.

Diferentemente daqueles que pagam impostos para estabelecer uma empresa, compram um prédio ou o alugam, esses trabalhadores não o fazem, porque constituem um grupo social que carece do suporte governamental para exercer suas atividades laborais, por meio da implantação de políticas voltadas à geração de emprego e renda e do estabelecimento de parcerias com sindicatos, organizações não governamentais, entidades representativas, empresas, Estado e União para (aperfeiçoamento de) qualificação, (re)inserção no mercado de trabalho e ampliação desse mercado.

Para poderem comercializar seus produtos ou prestar serviços diversos, os profissionais autônomos chamados de ambulantes precisam obter a licença para comércio ambulante e autorização para o uso do espaço público, junto à Secretaria Municipal B. O exercício de atividade ambulante em espaço público implica o pagamento dos tributos municipais previstos no Código Tributário do Município de Maceió. Quando os trabalhadores não obedecem à legislação, o Poder Público Municipal aplica as sanções previstas em decreto, além de proibir atividades de comércio de bens e serviços por esses profissionais.

O pagamento de tributos requer arrecadação de capital, a partir da venda de produtos e/ou da prestação de serviços. Se esses profissionais são remanejados para locais onde o fluxo de pessoas é menor, certamente, buscarão outros espaços possíveis para vender os produtos e/ou prestar seus serviços, pois precisam de renda para sobreviver. Isso demonstra que o poder público deve buscar estratégias para sanar tal impasse, considerando suas responsabilidades perante a sociedade, sobretudo diante daqueles que precisam trabalhar, o que não é enfatizado por L1 e L2.

Na verdade, também é atribuição do poder público, por intermédio da Secretaria Municipal C, elaborar projetos de infraestrutura urbana, que visem à definição, coordenação e execução das políticas, diretrizes e metas correlatas, bem como promover a expansão e a modernização dos serviços de infraestrutura urbana e obras do município de Maceió, o que também poderia ser concretizado com o apoio da Secretaria de Estado W. Com base no contexto de produção do evento discursivo 3, era visível a necessidade de uma revitalização do Centro da cidade de Maceió, de forma que essas ações listadas fossem executadas e beneficiassem a população

como um todo, pessoas físicas e jurídicas, não no modelo de revitalização mencionado por L2.

A responsabilidade de resolver a alocação de profissionais autônomos em estabelecimentos segundo a legislação é do poder público, por meio de suas respectivas secretarias – há, pelo menos, duas, no âmbito municipal, que podem trabalhar nessa direção: A Secretaria Municipal A e a Secretaria Municipal B – e do poder legislativo em consonância com o poder executivo. São necessárias a criação e a efetivação de projetos e leis que apoiem o trabalhador na qualificação, requalificação profissional e na inserção no mercado de trabalho, seja por meio de parcerias públicas, privadas, seja por intermédio de parcerias não governamentais.

Na esfera estadual, aparece a Secretaria de Estado Y, cuja missão é promover a inclusão socioeconômica do trabalhador a partir do fortalecimento e da ampliação de inserção produtiva. Conforme a Sete, sua responsabilidade é desenvolver – junto aos municípios de Alagoas e Comissões Municipais de Emprego – políticas públicas de trabalho, emprego e qualificação profissional, bem como garantir à população os direitos e as condições para exercer a cidadania com dignidade, atuando em três eixos básicos: atendimento ao trabalhador e empregador, qualificação profissional e ocupação e renda (ALAGOAS, 2021b). A Secretaria de Estado Y objetiva desenvolver programas e ações articuladas e sinérgicas, as quais visem inserir o cidadão no mercado de trabalho, impulsionando a geração de renda, por meio da qualificação profissional, tendo em vista o emprego, o cooperativismo, o associativismo, o empreendedorismo e o microcrédito (ALAGOAS, 2021b).

A política de qualidade da Secretaria de Estado Y tem por finalidade fornecer serviços públicos de qualidade para os trabalhadores, de forma sustentável, com excelência técnica continuada, garantindo a eficácia de cada um dos processos, para consecução de maior eficiência nos resultados, visando atender os requisitos legais e aos anseios de todas as partes interessadas no desenvolvimento socioeconômico do Estado de Alagoas e fortalecendo a participação municipal nesse tocante. As políticas públicas de trabalho da Sete incluem o fortalecimento das redes produtivas formais e informais, a criação de um sistema em rede de qualificação profissional, a criação de um observatório de mercado rural e urbano, a implantação de um sistema de controle social das políticas públicas de trabalho e a articulação com diversos setores sociais, produtivos e governamentais (ALAGOAS, 2021b).

O fato é que não se desenvolvem projetos e não se efetivam políticas públicas, de maneira potencial, os quais atendam a todos os cidadãos quanto à geração de emprego e renda e possam introduzir cidadãos desempregados no mercado de trabalho, oferecer qualificação profissional aos profissionais autônomos e dar-lhe suporte quanto ao local físico de trabalho. Considerando o *status* socioeconômico, quem possui capital para investimento na compra ou no aluguel de prédios, salas ou outros espaços físicos permitidos pela legislação possivelmente ocupe lugares estratégicos para obter rendimentos necessários ao pagamento das mercadorias, dos insumos, dos funcionários e do próprio salário.

É possível verificar que, nos turnos de L1 e de L2, não se visualiza um discurso que favoreça a classe dos profissionais autônomos, chamados ambulantes, pois o discurso de ambos os sujeitos (L1 e L2) é controlado pelo poder institucional que se exerce entre ambos, de tal maneira que, segundo o discurso de L2, os trabalhadores precisam ter consciência da necessidade de desocupação das ruas. Isso se justifica pelo lugar social que esses trabalhadores ocupam nas relações de poder, o lugar de desprivilégio, de uma classe de trabalhadores socialmente marginalizada e de cidadãos sem ou com pouco acesso aos serviços que devem ser prestados pelo governo municipal/estadual e as secretarias responsáveis.

No momento discursivo 1, L1 entrevista L2 que, por sua vez, também ocupa uma posição social relevante e exerce uma profissão cujo valor social é distinto, razão por que L2 – diretor de fiscalização e postura da Superintendência X – foi escolhido para tratar a respeito da desocupação do Centro da cidade de Maceió e do redirecionamento dos vendedores ambulantes. Assim, o contexto discursivo em que se inserem o entrevistador e o entrevistado, o posto ocupado por eles e o conhecimento que ambos manifestam na interação indicam que tanto L1 quanto L2 assumem posições socialmente relevantes para os papéis que ocupam, permitindo classificar a interação do momento discursivo 1 como simétrico microsocial, do ponto de vista da relação entrevistador-entrevistado.

Há também uma simetria conversacional, explicitada por mecanismos conversacionais (tópico, turnos, pares adjacentes e marcadores discursivos) e possivelmente intensificada pela simetria microsocial que se delineou no referido evento. Essa simetria conversacional é motivada, inicialmente, pela propriedade de centralização do tópico, e fala acerca da “Desocupação das ruas do Centro de Maceió

por ambulantes”, implicando o uso de referentes explícitos ou inferíveis nos segmentos sucessivos de fala, com o intuito de nortear o assunto abordado (FÁVERO, 1993; JUBRAN, 2006, 2015a), o que se verifica nos usos linguísticos de L1, quando ele diz: “uma **operação** que visa **desocupar o Centro** da cidade da **presença dos ambulantes**”.

Observando o encadeamento hierárquico de sequências conversacionais maiores e menores, articuladas entre si e negociadas pelos interactantes L1 e L2, aparecem dois turnos nucleares justapostos, visto que contribuem substancialmente para o desenvolvimento do tópico principal da sequência, apresentando valor referencial nítido, por meio da veiculação de informações (GALEMBECK; SILVA; SILVA, 1990; GALEMBECK, 1993). Esses turnos nucleares estabelecem relações de interdependência tópica por meio da propriedade tópica da organicidade, configurando níveis de hierarquização na estruturação tópica, de acordo com a abrangência do assunto em desenvolvimento (JUBRAN, 2015a).

Numa única intervenção de L1, que introduz o tópico discursivo em foco, o turno se esgota, quando ele conclui seu segmento de fala, por meio do par dialógico pergunta-resposta (P-R), classificado, quanto à natureza, como pedido de informação, com fornecimento de informação além do solicitado (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2015), pois além de fornecer um resumo das primeiras horas da operação, a resposta de L2 proporcionou detalhes das ações que antecederam a operação propriamente dita.

Assim, L1 pergunta a L2 sobre o andamento da atividade de desocupação do bairro Centro, nas primeiras horas da operação, utilizando o par dialógico pergunta-resposta, sob interferência de outros fatores de ordem conversacional, uma vez que a pergunta é aberta, por não ser comum desenvolver uma conversação apenas com respostas afirmativas ou negativas. Por um lado, a ocorrência desse par evoca “uma ação relevante que condiciona outra ação complementar notável como reação correspondente” (MARCUSCHI, 2007a, p. 100), apresentadas por L1, ao perguntar, e por L2, ao responder.

Por outro lado, o uso dos pares dialógicos não se limita apenas a esses tipos de ação, pois, ao se pronunciar sobre um dado tópico, o falante espera que o seu interlocutor tome partido ou reaja na mesma direção, seja concordando, discordando, seja acrescentando algo novo (MARCUSCHI, 2003, 2007a), o que se averigua no

turno de L1, quando o entrevistador agradece a L2 – “D inicialmente muito obrigado pela sua participação” –, por este conceder a entrevista ao vivo, no meio da operação.

Em seguida, L1 cumprimenta L2 “bom dia” e espera deste a continuidade de ações discursivas, por meio de sequências conversacionais, que correspondem aos pares adjacentes do tipo ordem pergunta-resposta e agradecimento-saudação-saudação. O referido mecanismo de sequenciar ações estabelece que “[...] uma ação primeira condiciona uma ação segunda do tipo correspondente” (MARCUSCHI, 2007a, p. 100), o que ocorre quando L2 cumprimenta L1 “bom dia O”, assim como emprega o nome próprio de L1, enquanto forma nominal de tratamento e elemento de cortesia que minimiza a distância social existente entre ambos e sinaliza o envolvimento interpessoal desses sujeitos interactantes.

Na interação com o público-espectador, L1 faz uso da forma de tratamento vocativa “gente”, elemento de cortesia (SILVA, 2008) e marcador discursivo de relações interpessoais (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006), que introduz o discurso de L1, a fim de engajar tais sujeitos no circuito interacional e persuadir a população de que a tarefa de fiscalizar e comandar a desocupação do espaço pelos ambulantes para revitalizá-lo a beneficiará.

O turno de L1 apresenta o marcador discursivo *então*, sequenciador textual de orientação remissiva retroativa, que aparece no segmento de fala “então você gentilmente nos atende aqui” como agente da organização interna do texto e da linearidade expositivo-argumentativa de L1. Esse operador textual se projeta retrospectivamente a uma porção bem maior da fala de L1, sobre as ações de L2 frente a operação, visto que este encontra-se no referido local e, segundo L1, mesmo no exercício de sua função de fiscalizar a saída dos trabalhadores, concede a entrevista (RISSO, 2015).

L1 faz uso do marcador discursivo *olha*, que funciona como um prefaciador textual-interativo, proferido por L1 como forma especial de adiamento do conteúdo tópico, durante a interação, e desencadeado, no curso de sua fala, como parte ou totalidade de atos verbais preparatórios de declarações seguintes (RISSO, 2015). Ademais, o uso desse marcador justifica a natureza predominantemente fática, imperativa e de automonitoramento, produzida por L1, mas orientada diretamente para o ouvinte (URBANO, 2015), funcionando para manter aberto o canal de interlocução com L2 e o público-espectador.

O sujeito interactante L1 aciona o marcador basicamente interacional *né?*, fático de natureza ou entonação interrogativa, produzido em enunciado declarativo (URBANO, 2015), para expressar a ciência de L1, quanto à participação de L2 no cumprimento da tarefa de monitorar a atividade de desocupação de ruas do Centro de Maceió, em “a gente sabe que você né?... está... né? cumprindo também essa tarefa... participando...”. No turno de L1, aparece ainda o marcador discursivo simples *gentilmente* (DIONISIO, 2001; XAVIER, 2006), também elemento de cortesia verbal, acionado como uma estratégia verbal do entrevistador para negociar o tema e seu desenvolvimento, sendo, por isso, um marcador de função ideacional (URBANO, 1993).

Após o cumprimento a L1 e antes da resposta à pergunta aberta desse interactante, L2, por sua vez, emprega o marcador verbal não lexicalizado *éh*, que sugere o processo de planejamento e elaboração da fala de L2. No turno de L2, aparecem os marcadores oracionais *podemos dizer, acredito que eles, posso dizer*, que funcionam como marcadores de opinião (URBANO, 1993), sinalizando a atitude do interactante L2 em face do que vai dizer, no tocante ao progresso da operação e ao consentimento dos ambulantes e da população. Além disso, o marcador basicamente interacional *né?* é aplicado em um enunciado declarativo (URBANO, 2015) para expressar que a revitalização está sendo mantida, por não haver qualquer interferência da população e dos sujeitos afetados.

Sob a ótica da ACD, o discurso de L2 é institucionalmente marcado, ou seja, há um sujeito inserido numa prática discursiva e social, o qual, nesse contexto, contribui para a manutenção de uma estrutura social em que ele atua e que determina o que L2 pode dizer e quando pode dizer. Nesse sentido, os marcadores oracionais *podemos dizer, acredito que eles, posso dizer* não apenas marcam a opinião de L2, mas representa o discurso institucional de uma entidade pública – que estabelece convenções para o comércio de bens e serviços – e o discurso de comerciantes, pequenos, médios e grandes empresários, que pagam outros tipos de tributo, aluguel de prédios e não aceitam que os trabalhadores autônomos ocupem outros espaços que não sejam autorizados pelo poder público.

O fato é que nem L1, nem L2 evidenciam o fato de que o Shopping Popular, os Mercados Públicos e as Feiras Livres não são suficientes para comportar todos os trabalhadores que praticam o comércio de bens e serviços nas ruas, e transferir a

prestação de serviços e a comercialização de produtos dos trabalhadores autônomos para outros espaços que não sejam ruas ou outros espaços pode prejudicar suas atividades econômicas, quanto ao fluxo de consumidores ou tomadores de serviços. O Shopping Popular, os Mercados Públicos e as Feiras Livres funcionam em locais estratégicos para atrair clientes, e, sejam instalados nas ruas, sejam em prédios, os comerciantes e prestadores de serviços devem pagar tributos concernentes à permissão para realizar suas atividades econômicas.

Outro fato importante é que o mercado de trabalho, de forma geral, em inúmeras regiões, não absorve completamente a mão de obra disponível para trabalho, e isso faz com que as pessoas busquem formas de assegurar a sobrevivência, muitas vezes, com pouco ou nenhum capital para investir num negócio, porque não dispõem de um emprego. Nesse sentido, a prefeitura, por meio das secretarias responsáveis, em parceria com empresas de serviços de apoio às micro e pequenas empresas e outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais devem buscar estratégias para sanar ou, ao menos, minimizar essas questões sociais, pois as secretarias já citadas declaram executar ações de apoio ao trabalhador e sua inserção no mercado de trabalho.

Pode-se observar também que o discurso de L1, sob o viés da análise textual, suscita o uso de marcadores discursivos (KERBRAT-ORECCHIONI, [1996] 2006), por intermédio do nome próprio de tratamento *DF* e do nome da função que L2 ocupa *Diretor de Fiscalização e Postura da Superintendência X* – formas nominais de tratamento, conforme Silva (2008) –, os quais contribuem para construir frente a população a imagem de poder exercida por L2, junto à instituição que ele representa. Isso implicar ponderar que as relações de poder na entrevista radiojornalística podem ser motivadas pelos componentes contextuais da produção discursiva (papéis comunicativos e sociais, postos profissionais, relações entre os participantes, intenções e objetivos, natureza do evento interativo e outros), mas também por categorias crítico-conversacionais (turno conversacional, marcadores discursivos e pares de adjacência).

Em se tratando da relação assimétrica macrossocial, o primeiro ponto sobre o qual se pode centrar-se diz respeito ao fato de os discursos produzidos por L1 e L2 serem marcados pela estrutura social, dentro de um quadro institucional ou de um domínio social particular, evidenciado pelas normas e convenções que guiam o evento

discursivo de que ambos participam. No momento inicial de seu turno, L1 já aponta de que ordem de discurso L2 falará, representando uma instituição especificamente, a Superintendência X.

O discurso utilizado por L1, nesse momento, também evidencia a análise tridimensional do seu discurso (como análise textual, prática discursiva e social), visto que L1 constrói e representa seu papel social e comunicativo na interação e seu lugar social ao longo do evento discursivo, ou seja, ele é o entrevistador, sujeito representante de uma instituição, marcando esse lugar, quando diz “L1 eu tô em linha” e “L1 muito obrigado pela sua participação aqui com **a gente... a gente** sabe que você né? está... né? cumprindo também essa tarefa... participando... então você gentilmente **nos atende**”.

Analisando o discurso de L2, do ponto de vista do texto, da prática discursiva e da prática social, é possível observar que as escolhas lexicais e gramaticais de L2 também são motivadas por um discurso enquanto prática social, o qual circula nas práticas institucionais de uma repartição pública, tendo em vista as relações de poder, dominação e hierarquia. Isso significa dizer que as práticas discursivas de L2 levam em conta fatores sociais, por ser um discurso produzido num contexto social específico, isto é, representa um discurso estatal que dialoga com outro discurso institucionalmente particular.

L2 delimita seu lugar social de diretor de fiscalização e postura da Superintendência X e sua posição de sujeito socialmente constitutivo e construído, quando se utiliza das seguintes escolhas gramaticais: “**podemos** dizer”, “**a gente** tá mantendo essa revitalização”, “o camelô o ambulante **acredito** está se conscientizando”. O uso dessas marcas de subjetividade insere o entrevistado L2 numa posição institucionalmente marcada pelas práticas sociais e, portanto, pelas convenções que a instituição estabelece, além de sugerir que se trata de um discurso que delimita seu lugar social na instituição pública e representa um grupo de sujeitos que atuam nessa direção e compactuam com a operação mencionada no momento discursivo 1.

Como o viés da análise da prática discursiva alude à interpretação da produção, da distribuição e do consumo do texto, pode-se pensar que o discurso jornalístico de L1 representa uma emissora financiada pela esfera pública, e o discurso de L2 comunga com a opinião do poder público por ele representado na interação; ambos

os discursos representam instituições públicas. Quanto à maneira como esses discursos são postos socialmente em circulação, verifica-se que se trata de uma transmissão radiojornalística, cujo financiamento é feito pela via pública.

Com base nisso, é possível refletir sobre o discurso de L2, que menciona o fato de haver um bom aceitação pela população, assim como declara que os trabalhadores denominados camelôs/ambulantes e a população se conscientizaram e não contestaram a operação. Por ser um texto/discurso consumido coletivamente, transmitido pela mídia da esfera pública e marcado por repartições públicas – embora isso ocorra em instituições privadas também, provavelmente, de forma mais contundente –, tanto L1 quanto L2 não problematizam as questões sociais já elencadas nesse tocante e que são evocadas a partir da operação.

Não é questionado, por exemplo, o fato de serem trabalhadores que não possuem renda formal e emprego com carteira assinada, mas sutilmente L1 menciona o fato de precisarem sobreviver, mais adiante, na entrevista. Não é posto em questão o fato de, quando esses trabalhadores são conduzidos a locais fixos, como os mercados públicos e as feiras livres, com licença para comércio ambulante e autorização para o uso do espaço público, tanto eles quanto a população e os profissionais já ocupantes desses espaços são expostos a doenças e agentes nocivos à saúde, devido à falta de saneamento ou ao saneamento inadequado, à falta de estrutura física adequada, de boas instalações e de fiscalização efetiva para cuidar desses espaços, de projetos de educação em saúde, educação ambiental e sustentável para conscientizar as próprias pessoas que o utilizam e a sociedade como um todo.

Os mercados públicos e as feiras livres, localizados geralmente em bairros periféricos, são espaços que precisam ser revitalizados e fiscalizados pelo poder público para se manterem como ambientes com boas condições de higiene, por uma questão de saúde pública dos empreendedores e da população que consome os produtos. Isso se deve ao fato de a maioria dos mercados públicos e das feiras livres, notadamente, os de alimentos, não dispor de boas condições de higiene e de saneamento, e a situação se agrava sobretudo em períodos chuvosos, pois a água da chuva que não tem para onde escoar e a água dos esgotos a céu aberto confundem-se em áreas sem saneamento e/ou com infraestrutura precária.

É possível atentar-se, também, para as oscilações lexicais/vocabulares dos termos *camelô* e *ambulante*, justificando uma identidade descentrada ou fragmentada do sujeito, que pode ser camelô ou ambulante, diferentemente de comerciante, trabalhador ou prestador de serviços, termos que detêm outros significados no mundo. Isso revela o lugar social de desfavorecimento a que esses sujeitos são vinculados, com direitos sociais negligenciados frente o poder público e a sociedade.

Mais uma vez, os segmentos de fala no turno de L2 “não tivemos nenhum tipo de tumulto”, “a gente não tá fazendo de surpresa... a gente já vem avisando”, “a gente vem conscientizando”, “ a gente divulgou na mídia”, assim como no discurso de L1, não somente sugerem seus lugares sociais e suas posições de sujeito, como também utilizam uma argumentação pautada numa estratégia de conscientização e de concordância, com o intuito de atingir a população – uma vez que os cidadãos também serão beneficiados, não apenas os comerciantes e prestadores de serviço – e dizer que houve tempo para os trabalhadores (ambulantes) se planejarem para a desocupação.

Tais segmentos de fala inserem as práticas discursivas de L1 e de L2 em práticas sociais institucionalizadas, que estão a serviço de outros grupos socialmente favorecidos – comerciantes e prestadores de serviço. Essas práticas sociais, também de natureza interpretativa, ocupam-se dos aspectos sociais da interação e das condições sociais do contexto, o que permite inseri-las no contexto discursivo, já que o contexto interativo compõe a dimensão textual, parte do modelo tridimensional faircloughiano na Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 1989, 2001; OLIVEIRA; CARVALHO, 2013).

É imprescindível atentar-se para o quadro temporal em que os fatos apresentados no evento discursivo 3 ocorrem, pois o poder público municipal de Maceió e o estadual na ocasião eram comandados por governantes filiados a partidos políticos cujas convicções ideológicas não convergiam para a defesa das minorias, e cujas ações não priorizaram um programa político de apoio a esses grupos minoritários. Nesse sentido, as movimentações políticas e os posicionamentos ideológicos demonstraram uma política externa que caminhou para a ideologia de direita.

No âmbito da relação entrevistador-entrevistado-instituição, no tocante ao discurso como prática social, os sujeitos L1 e L2 obedecem a uma série de normas

convencionalizadas, posto que as instituições que os representam, constituem grupos de poder que exploram o sistema pluralista de radiodifusão (ORTRIWANO, 1985). A posição de poder hierarquicamente superior à dos sujeitos L1 e L2, na interação, motiva a assimetria macrossocial, em função das diferenças de poder social e institucional manifestas nas relações interpessoais, de modo explícito, num contexto macro/global.

Essas diferenças de poder estão expressas na classe a que pertencem L1 e L2 (sujeitos que prestam serviços a uma instituição), do *status* social (figuras públicas que representam o discurso institucional), da autoridade preexistente, pois as ações discursivas e não discursivas de ambos são, em sua maioria, de responsabilidade de uma posição hierarquicamente superior, o que se justifica pela natureza do evento interacional e pelo domínio/nível social da interação entre sujeitos interactantes e a própria instituição, que controla o acesso ao discurso e sua produção. Nesse sentido, a finalidade da emissora, enquanto veículo de comunicação de massa, não é apenas de informar, entreter, impulsionar vendas, mas ainda, sobretudo, expor fatos em benefício dos seus próprios interesses institucionais, estando o conteúdo da radiodifusão sujeito a mecanismos de controle formados por representantes dos diferentes segmentos sociais e culturais.

Em contrapartida, suas funções deveriam englobar: coleta e difusão de informações, expressão de opiniões, instrumentação de identificação e de envolvimento social; função ideológica, como instrumento de coesão social e de legitimação política, a serviço da sociedade e não da ideologia dos grupos sociais dominantes (ORTRIWANO, 1985). Esses aspectos permitem inserir o momento discursivo 1, segundo a perspectiva institucional, numa relação assimétrica macrossocial, pois as práticas discursivas do entrevistador e do entrevistado são controladas por um discurso que se inscreve numa prática social institucionalizada. Portanto, essas práticas discursivas se enviesam para o nível institucional que ambos representam.

5.3.2 Análise do momento discursivo 2

L1 agora D ahn ah... de que forma essa operação né? fiscais... a polícia militar participando... as entradas do Centro elas estão fechadas para os ambulantes... como é que é a logística dessa operação D?

L2 okay... oh O a gente tá aqui... éh... mapeamos aqui... duas ruas três ruas da cidade... do Centro... essa parte revitalizada... a Rua do Comércio uma boa parte dela... a Rua do Livramento... a Rua éh Moreira Lima e suas adjacências... então esse quadrante aqui a gente... éh catorze pontos distintos montamos um/ uma barreira informativa éh... com fiscal da Superintendência X com o apoio da guarda municipal com o apoio da polícia militar éh para que impeça que o o ambulante entre com mercadoria para comercializar... a circulação de pessoas inclusive deles é livre... a gente não tá impedindo a circulação de pessoas... a gente tá impedindo o acesso de mercadoria por qualquer pessoa por qualquer ambulante para exercer atividade comercial... isso a gente não tá permitindo... então nossa logística tá sendo montada dessa maneira...

A interpretação do momento discursivo 2 suscita uma reflexão acerca de aspectos discursivos e não discursivos com vistas a compreender os processos linguísticos e sociais que dele fazem parte. É válido destacar que, na perspectiva crítica, o termo “discursivo” remete-se a elementos linguísticos, e o “não discursivo” refere-se a aspectos sociais que podem ser evidenciados no discurso enquanto texto, prática discursiva e prática social por intermédio de marcas discursivas e das condições sociais do contexto discursivo e interativo.

Sob a perspectiva do discurso como texto, L1 inicia o momento discursivo 2 com um turno nuclear, de função reativo-iniciativa, no qual aciona o marcador discursivo ideacional *agora*, prefaciador textual-interativo que introduz a pergunta aberta a ser realizada pelo entrevistador e marca o início do segmento tópico relativo à maneira como a operação de desocupação do Centro está ocorrendo. O marcador basicamente sequenciador *agora* estabelece um encaminhamento na organização tópica da entrevista ao tratar, como menciona L1, sobre a logística da operação.

Além disso, o entrevistador L1 utiliza o marcador interpessoal *né?* com o intuito de buscar a atenção do entrevistado L2 e envolvê-lo na interação, enquanto L1 produz seu turno de fala. É possível sugerir também que a forma nominal de tratamento *D* pode funcionar como um marcador interpessoal/verbal de envolvimento do ouvinte na exposição da fala de L1, uma estratégia verbal que conduz L2 à correspondência do par adjacente iniciado. Os marcadores discursivos *ahn* e *ah* constituem-se, nesse contexto, como prefaciadores textual-interativos e sequenciadores de atos verbais que culminam na pergunta de L1, mas também indiciam o planejamento verbal e a sustentação do turno de fala desse entrevistador.

Na concepção do discurso como texto, as escolhas lexicais de L1 permitem afirmar que a operação tem por finalidade impedir a consecução de ações consideradas ilegais pelo poder público, o que justifica o uso dos termos *fiscais*, *polícia*

militar e do segmento oracional *as entradas do Centro elas estão fechadas para os ambulantes*. Quanto à compreensão do discurso como prática discursiva e social, a fala de L1 se inscreve num contexto social em que a operação funciona como uma atividade que participa de convenções ou normas institucionais preconizadas pelo poder público, no sentido de que o exercício de uma atividade comercial ou a instalação de uma empresa em algum espaço físico apenas se consolida com autorização legal.

O viés tridimensional do discurso destaca elementos da prática linguística, discursiva e social na resposta de L2. O seu discurso como texto explica o questionamento feito por L1 e se constrói a partir de um turno nuclear, de função reativa, do segmento tópico estabelecido, de marcadores discursivos e de segmentos de fala que revelam a representação institucional de L2 e o cumprimento de normas convencionalizadas segundo a instituição a que ele se vincula.

Assim, L2 mobiliza, em seu turno de fala, os marcadores discursivos *okay* e *oh*, os quais operam como prefaciadores textual-interativos, bem como inicia uma extensa explicação acerca do gerenciamento da operação. Numa estrutura de par adjacente P-R, tais marcadores funcionam como sinalizadores de uma sequencialização estrutural dependente da cooperação entre os interactantes no fluxo do diálogo (RISSO, 2015). O vínculo maior desses marcadores ocorre com perguntas abertas “[...] que propiciam, como resposta, desenvolvimentos tópicos e posicionamentos que vão além de respostas lacônicas, ou simples afirmação ou negação” (RISSO, 2015, p. 433).

Ao expor o modo de organização do ato de desocupação promovido pela secretaria, o marcador discursivo interpessoal/interacional *éh* denota a atividade de sustentação do turno de L2 e de planejamento verbal, já que o texto falado é planejado localmente, e seu planejamento coocorre com a execução (GALEMBECK; CARVALHO, 1997). O marcador discursivo *então* atua como sequenciador textual de orientação remissiva retroativa no plano intratópico, posto que se projeta retrospectivamente à porção de fala em que L2 menciona as ruas mapeadas (quadrante) para a operação e expressa uma dependência estreita entre a conclusão de seu turno de fala e todo o segmento de fala anterior em que L2 explica a logística da operação.

Há de se apontar os segmentos de fala que correspondem às práticas discursivas do diretor da Superintendência X e dos demais agentes públicos, as quais se inserem nas ordens de discurso do poder público e se enquadram numa prática social. Nesse sentido, as marcas de subjetividade “**a gente** tá aqui”, “**mapeamos** aqui... duas ruas três ruas da cidade... do Centro”, “**montamos** um/uma barreira informativa”, “**a gente** não tá impedindo a circulação de pessoas... **a gente** tá impedindo o acesso de mercadoria por qualquer pessoa”, “isso **a gente** não tá permitindo”, “**nossa logística** tá sendo montada” remetem-se ao plural, representam um discurso institucional e caracterizam a atuação de membros de um grupo dominante que comanda a operação.

Considerando as condições sociais do contexto discursivo, vale refletir ainda sobre a escolha lexical “barreira informativa” do entrevistado L2, pois o objetivo do ato de desocupação e o termo *barreira* denotam impedimento do exercício laboral, dialogam com as ações da operação e com a presença dos agentes públicos envolvidos nesse ato – fiscais da Superintendência X, guardas municipais e policiais militares, dado que não se trata somente de uma atividade de conscientização e de propagação de informações. A presença de tantos agentes de repartições públicas diversas justifica-se, de acordo com as práticas discursivas de L2, para coibir infrações e evitar o descumprimento de leis municipais e de atribuições constitucionais, como a segurança das pessoas e dos bens públicos e privados presentes no Centro.

No que se refere à assimetria e simetria crítico-conversacional, cabe pensar sobre alguns componentes contextuais de manifestação das relações assimétricas e simétricas no momento discursivo 2. Ao se considerarem o estatuto social e o posto de L1 e L2, o que se evidencia ao longo dos demais momentos discursivos constitutivos do evento discursivo 3, verifica-se a existência de uma simetria microsocial e uma simetria institucionalmente marcada, pois ambos os interactantes assumem postos profissionais que implicam posições de poder autorizadas pelas instituições que representam, localizadas no alto poder.

No entanto, a simetria microsocial não se mantém diante de outros aspectos considerados no fragmento em análise, a exemplo da dominação semântica, dominação interacional e dominação estratégica. A dominação pela quantidade de fala permite caracterizar o momento discursivo 2 como assimétrico conversacional em favor de L2, pois, com fundamento nos mecanismos éticos e estruturais, o volume de

fala do sujeito interactante L2 é maior do que o de L1, e esse aspecto quantitativo superior aconteceu estrategicamente em virtude da permissibilidade de L1.

No que diz respeito aos demais tipos de dominação, observa-se a existência de uma assimetria microssocial por L1, pois este conduz a organização tópica da entrevista e estabelece os encaminhamentos (dominação semântica). O entrevistador L1 controla sequencialmente os pares adjacentes do momento interativo e toma as iniciativas ao produzir a primeira parte do par – uma pergunta aberta sobre o delineamento da operação –, levando L2 a fornecer as informações que L1 precisa saber (dominação interacional), e isso permite apontar tal pergunta como um segmento de fala estratégico de L1, colaborando para a dominação estratégica.

5.3.3 Análise do momento discursivo 3

L1 vocês ahn ficam o dia inteiro hoje?... essa operação ela só acontece no dia de hoje? Ou ela vai ser permanente? como é que vocês vão operacionalizar isso D?

L2 bom... a nossa orientação é que ela vai se estender... hoje é o nosso primeiro dia... mas ela vai se estender no tempo que for necessário pra que essa parte... éh seja entregue à população para circular livremente na na/ e ter acesso ao comércio local e... se estender pelo tempo que for necessário... nós não temos um prazo definido né? vai ser essa semana?... vai ser hoje e amanhã?... não... a gente vai manter essa estrutura pelo tempo que for necessário...

L1 até porque né? por exemplo a operação ela tem um êxito hoje... tem um êxito amanhã... nos primeiros dias... de repente se há um afrouxamento a tendência natural é de um retorno né D?

L2 com certeza... e a gente não quer isso né? a população com certeza vai entender que o que estão fazendo é pra proporcionar a eles a esta população uma melhor circulação dentro do comércio de Maceió...

O momento discursivo 3 aborda a durabilidade da operação que visa impedir o acesso ao calçadão do Centro de Maceió para a atividade comercial dos trabalhadores autônomos (ambulantes). Em seu turno nuclear, de função reativo-iniciativa, L1 realiza uma sucessão de três perguntas fechadas sobre o período de ocorrência da ação da Superintendência X e encerra o turno de fala com uma pergunta aberta acerca de como a ação se operacionalizará.

Observa-se que L1 emprega algumas marcas linguísticas para construir seu turno de valor nitidamente referencial, contribuindo para o desenvolvimento do tópico em centração no referido momento interacional. Entre os elementos linguísticos, aparecem a forma pronominal de tratamento *vocês* remetendo a todos os agentes que

participam da operação (fiscais da Superintendência X, policiais militares e guardas municipais); o marcador discursivo sequenciador *ahn* que exerce a função de mecanismo de sustentação do turno de L1 e de planejamento verbal dos segmentos de fala do referido entrevistador, bem como indica a orientação da fala do entrevistador a partir das funções textuais de abertura do canal comunicativo e de articulação do segmento tópico produzido; e a forma nominal de tratamento *D* quando L1 direciona o questionamento realizado ao entrevistador L2.

O turno de L2 é nuclear e de função reativa, pois fecha uma sequência conversacional por meio de uma resposta à pergunta de L1, em que L2 leva em consideração o que foi dito anteriormente pelo entrevistador (GALEMBECK; SILVA; ROSA, 1990). O sujeito L2, mais uma vez, evidencia sua representação institucional conforme os segmentos linguísticos “a nossa orientação”, “nosso primeiro dia”, “nós não temos um prazo definido”, “a gente vai manter essa estrutura”, o que possibilita afirmar que, do ponto de vista da relação interacional e hierárquica entrevistador-entrevistado-instituição, há uma assimetria macrossocial.

Em seu turno, L2 expõe que a operação se manterá por tempo indeterminado, conforme orientação de instâncias superiores e articula sua fala com marcadores discursivos interpessoais (*éh* e *né?*) e ideacionais (*bom* e *mas*). O marcador discursivo *bom* não só atua como prefaciador textual-interativo e mecanismo de adiamento do conteúdo discursivo, mas também assume a propriedade geral de desencadeamento do tópico e de sequenciador da informação a ser validada no quadro de referência do segmento tópico e a ser provida pelo sujeito entrevistado L2 ao explicar a temporalidade da operação (RISSO, 2015).

O marcador discursivo ideacional *mas* funciona como articulador textual-interativo de dois segmentos do turno do entrevistado, os quais conduzem o público-ouvinte e o próprio entrevistador L1 a uma linha de ideias por meio do direcionamento argumentativo proposto por L2. Desse modo, o entrevistado ressalta ser o primeiro da operação, porém esta permanecerá pelo tempo necessário, e isso reitera a atuação retrospectiva e prospectiva do sequenciador intratópico *mas* no texto.

Verifica-se que, ao mobilizar o marcador discursivo *éh*, L2 elucida o processo de planejamento verbal e de execução de um segmento de fala ocorrendo simultaneamente, no qual este sujeito aponta a finalidade que justifica o tempo indeterminado da operação – para que a população possa circular livremente.

Entretanto, as condições sociais do contexto e das práticas sociodiscursivas indicam que o cerne da problemática não está na obstrução do tráfego de pessoas pelo Centro, mas em reivindicações de lojistas quanto à proibição da atividade comercial dos trabalhadores (ambulantes) nas proximidades de seus estabelecimentos.

O período indefinido da ação da Superintendência X é reforçado na asserção em que L2 usa o marcador interpessoal *né?*, fático de natureza e entonação interrogativa, o qual busca aprovação discursiva de L1, por ser subsequente ao enunciado que declara a inexistência de prazo definido para o fim da operação. A bem da verdade, esse marcador aparece numa pergunta retórica, porque o próprio entrevistado responde após duas outras perguntas retóricas e fechadas “nós não temos um prazo definido né? vai ser essa semana?... vai ser hoje e amanhã?... não... a gente vai manter essa estrutura pelo tempo que for necessário...”.

As condições sociais do contexto e o quadro espaçotemporal em que se inscreve o evento discursivo 3 envolveu, de acordo com Sanches (2014b): reivindicações dos trabalhadores que expuseram a falta de suporte e de alternativa para a resolução do problema, já que o retorno ao estacionamento próximo à Praça dos Palmares no Centro implicaria prejuízos econômicos, posto que o fluxo de pessoas não seria equivalente; notificação recebida por eles, quanto ao local onde se estabeleceriam; falta de revitalização da Praça dos Palmares; e o fluxo reduzido de vendas nesse local para o qual foram direcionados, alegação de que a atividade comercial que exercem, constitui a única fonte de renda da família.

O estatuto social de L1 esclarece seu posicionamento no que diz se refere à operação, pois, em seu turno nuclear, de função reativo-iniciativa, L1 faz uso do segmento de fala de L2, no qual este afirma que a operação se manterá pelo tempo necessário, para reforçar e justificar a necessidade da permanente fiscalização com o intuito de os trabalhadores não voltarem a ocupar os espaços não autorizados no Centro. Para tanto, serve-se do marcador discursivo interpessoal *né?* com o objetivo de, inicialmente, testar o grau de atenção do entrevistado e, posteriormente, buscar aprovação discursiva de L2 numa pergunta retórica em que L1 declara a possibilidade de retorno dos ambulantes se houver um afrouxamento da operação e, em seguida, transfere o turno a L2 por intermédio da forma nominal de tratamento *D*.

O entrevistador L1 emprega também os marcadores discursivos ideacionais *até porque* e *por exemplo*, sequenciadores tópicos que, respectivamente, justificam o

argumento de L2 no turno anterior sobre a durabilidade da operação e exemplificam a assertiva de L1 a respeito do êxito da operação e do (des) cumprimento da legislação municipal pelos trabalhadores, em evidência no segmento de fala anterior. Conforme matéria jornalística de Sanches (2014a), o diretor da Superintendência X alega o prejuízo para os lojistas, em primeiro plano, e a dificuldade de circulação dos consumidores, em segundo. Entretanto, no momento discursivo 3, no segundo turno nuclear de L2, de função reativa, o entrevistado concorda com a afirmação de L1, expressa no turno anterior (segundo turno do entrevistador L1), e mobiliza o marcador discursivo *com certeza* em dois segmentos de sua fala para legitimar o discurso de L1 e assegurar que a população compreenderá a finalidade da operação, sugerindo que a prioridade é proporcionar aos cidadãos uma melhor circulação pelas ruas do comércio de Maceió.

Numa interpretação social do contexto, na linha tridimensional faircloughiana, L1 propaga um discurso como texto, prática discursiva e social, visto que suas escolhas linguísticas “L1 de repente se há um afrouxamento a tendência natural é de retorno né D?” reforçam um discurso que compactua com a ação do poder público de proibir a atividade comercial dos trabalhadores ambulantes em várias ruas do calçadão do Centro. O marcador discursivo interpessoal *né?* aparece no turno de L2 para sugerir a busca de aprovação discursiva quanto ao posicionamento assumido pelo referido entrevistado e a instituição que ele representa, após declarar que o afrouxamento e o insucesso da operação não constituem o desejo de todos que compactuam com ela, no caso o poder público e os empresários. Isso é sugerido pelo segmento de fala “a gente não quer isso né?”, no qual se atesta o discurso como prática sociodiscursiva dos sujeitos interactantes L1 e L2, dos (membros dos) grupos sociais e das instituições que defendem o engendramento da operação.

À luz das condições sociais do contexto, convém pontuar que o fato de o espaço público estar disponível não significa que esteja sendo bem aproveitado ou preservado para ser utilizado em benefício da população, e isso pode ser visto no Centro de Maceió há anos, notadamente nas imediações da parte comercial, pois a falta de uma revitalização o torna um bairro com infraestrutura prejudicada e pouco atrativo, com exceção da necessidade de busca da população por produtos e serviços, além dos trabalhadores que lá estão diariamente. O Centro de Maceió poderia ser um dos bairros históricos mais belos do país se houvesse a preservação de tantos prédios

históricos antes existentes, cujas estruturas foram remodeladas por empresas que se instalaram, o que só seria possível se o poder público interviesse, a partir da autoridade que lhe cabia, na proteção do patrimônio histórico daquele lugar e de sua identidade.

Além disso, não havia saneamento básico em várias localidades, projetos culturais e artísticos que incentivassem o lazer e estimulasse atividades comerciais e prestação de serviços em outros horários que não apenas o comercial. Aliás, apesar de Alagoas ter uma política de impostos altos, a população socialmente mais vulnerável em tantos aspectos e em tantas garantias – moradia, segurança, educação, saúde, emprego – foi a mais atingida, porque não houve políticas públicas efetivamente suficientes que viabilizassem a acessibilidade, a construção de ciclovias, de calçadas, – as que existiam não eram fiscalizadas nem para dispor de acessibilidade para deficientes, que, muitas vezes, arriscavam-se em ruas e avenidas movimentadas para poderem se deslocar, fato está intrinsecamente ligado ao fator social da inclusão, discutido no evento discursivo 2 –, de vias esportivas, de ruas saneadas, de infraestrutura e emprego que absorvesse tantos trabalhadores autônomos e atendesse a necessidades cotidianas.

No tocante aos tipos de dominação que suscitam a assimetria e simetria crítico-conversacional, percebe-se a existência da dominação pela quantidade de fala e estratégica, por L1 produzir lances diretivos e segmentos de fala estratégicos, os quais requerem de L2 outro segmento tópico estratégico e turnos nucleares de maior extensão, o que justifica a assimetria conversacional por L2. Ainda assim, L1 controla a organização tópica, conduzindo e redirecionando o tópico discursivo ao longo da interação, o que caracteriza a dominação semântica; os lances diretivos de L1 a partir da tomada de iniciativas na produção dos pares dialógicos, sobretudo do par pergunta-resposta destaca a dominação interacional.

Por fim, o papel comunicativo (entrevistador) e a classe socioprofissional (jornalista) a que se vincula L1 permite delinear uma assimetria microssocial, pois, ao assumir os papéis de jornalista e entrevistador, L1 tanto concatena os tipos de dominação quanto detém o conhecimento necessário dos mecanismos éticos e estruturais para obter do entrevistado as informações acerca da operação e influenciar a formação de opiniões/tomada de posições dos espectadores, razão por que o entrevistador contribui para o desencadeamento da dominação pela quantidade de

fala pelo entrevistado e dominação estratégica por ambos (entrevistador e entrevistado). Essas afirmações teóricas são possíveis em virtude das categorias crítico-conversacionais e dos múltiplos componentes contextuais que constituem o evento discursivo nas relações de poder, os quais abrangem mecanismos discursivos e não discursivos favoráveis ao delineamento da assimetria e da simetria crítico-conversacional.

5.3.4 Análise do momento discursivo 4

L1 me permita só um um um/ uma outra colocação D éh... uma das reclamações uma das vias mais reclamadas pela população era ali a Rua das Árvores... a Rua Augusta... ela também tá sendo hoje alvo dessa dessa fiscalização D ou não? ou é só o calçadão do comércio?

L2 não O... neste primeiro momento... a gente não vai chegar à Rua Augusta... essas são fases que a gente pretende avançar... esta é a primeira fase desta operação... então posteriormente... no momento que sentir que aqui está consolidado que está entregue à comunidade e não teremos nenhum retorno de ambulantes neste local... a gente vai avançar paulatinamente... rua a rua... até deixar o Centro totalmente entregue à livre circulação das pessoas... mas no momento é só esse trecho que eu lhe falei

[]

L1

e o... ahn

L1 eles estão sendo relocados pra algum lugar ou não? isso aí não seria competência da Superintendência X?

L2 não... a gente num tem/ não seria competência nossa... e sim da secretaria municipal A mas... muitos deles a gente tem conhecimento que tem suas suas/ seus boxes de de atividades que exercem dentro do Shopping Popular e a mesma aqui no no/ ao lado onde tem um estacionamento que... no passado já foi adquirido já foi a/ desti/ destinado a esse fim... que fica ao lado aqui da Praça dos Palmares também no Centro...

O entrevistador L1 inicia o momento discursivo 4 por meio de um turno nuclear, de função reativo-iniciativa, no qual ele afirma que a população reclamava da presença dos trabalhadores (ambulantes) na Rua Augusta e, em seguida, numa pergunta fechada questiona L2 se essa rua será fiscalizada, assim como as ruas do calçadão do comércio estavam sendo. O planejamento simultâneo à produção verbal de L1 se evidencia pelo uso do marcador interpessoal *éh* que denota, no referido contexto interativo, a sustentação do turno do entrevistador e a produção da parte da sequência conversacional que compete a ele.

É possível observar também que L1 utiliza a forma nominal de tratamento *D* para se referir ao entrevistado L2, marcador discursivo de poder que favorece a expansão tópica por L1 e L2, o que minimiza a distância social entre os papéis

comunicativos de L1 (entrevistador) e L2 (entrevistado), favorecendo uma assimetria microssocial, com fundamento na dominação semântica (domínio do tópico) e interacional de L1 (gerenciamento da entrevista e controle dos pares adjacentes). Concatena-se também uma simetria institucionalmente marcada, devido à relação de lugares ocupados pelos sujeitos interactantes, pois os postos profissionais ocupados por ambos sugerem o vínculo a instituições geridas pelo poder público, que os autoriza a propagar seus discursos.

O discurso de L1 como texto, prática discursiva e social permite pensar acerca da assertiva em que o referido entrevistador afirma ser a ocupação das ruas pelos ambulantes uma das principais reclamações da população, o que sugere uma estratégia discursiva que põe a operação como um ato de benefício legítimo e direto à população. Sob a ótica da prática discursiva, considerando o ciclo de produção, distribuição e consumo do texto produzido e do segmento tópico, o discurso de L1 expressa, na transmissão radiojornalística a todos os espectadores, a ideia de que apenas os cidadãos, que circulam pela Rua Augusta, sentem-se atingidos pela falta de mobilidade no local apontado, quando o interesse pela desocupação também abrange comerciantes/lojistas.

Na verdade, esse discurso reflete uma prática social como um modo estabilizado de convenções resultantes da atividade comercial, de modo que o exercício de atividade laboral pelos ambulantes em espaço público implica o pagamento de tributos municipais, além de enfatizar que atividades de comércio de bens e serviços empreendidas por esses profissionais só devem fixar-se em locais estabelecidos pelo poder público municipal. Todavia, a forma como esse texto falado circula na mídia produz efeitos que determinam relações/posições de poder a serem obedecidas e colocam esses trabalhadores em situação de culpabilidade, por estarem tentando conseguir uma renda suficiente em locais de fluxo maior de pessoas com o fito de obter proventos suficientes para satisfazer as necessidades básicas de suas famílias.

Apesar de L1 finalizar seu primeiro turno com uma pergunta fechada, do tipo sim/não, a resposta de L2, que completa a primeira sequência do par adjacente, constrói-se num turno nuclear, de função reativa. Em seu discurso, L2 emprega itens lexicais e segmentos de fala, os quais situam a operação na primeira fase, mas que se expandirá posteriormente; determinados segmentos de fala de L2 não apenas

inserem seu discurso na perspectiva do texto, mas também da prática sociodiscursiva, o que se verifica por intermédio dos segmentos “a gente não vai chegar à Rua Augusta... essas são fases que a gente pretende avançar” e “no momento que sentir que [...] não teremos nenhum retorno de ambulantes neste local... a gente vai avançar”, os quais indicam atividades delineadas pelos sujeitos participantes da operação, ao obedecer a certas ordens de discurso/convenções sociais inscritas pelos órgãos públicos dirigentes da referida operação, o que implica a existência de uma assimetria macrossocial, pois as práticas sociodiscursivas de L1 e L2 são monitoradas pelas instituições a que se vinculam.

Verifica-se também no primeiro turno de L2 a presença de alguns elementos discursivos que contribuem para construir seu turno, a saber, a forma nominal de tratamento O para se referir ao entrevistador L1, pois os dois sujeitos interactantes usam formas linguísticas que atenuam a hierarquização dos seus papéis comunicativos e postos profissionais. Nessa direção, a simetria microssocial se justifica por as instituições de L1 e L2 lhes concederem postos que oportunizam a reprodução do poder a partir de práticas discursivas e sociais, mas também que os impedem de aplicar outras práticas discursivas e sociais devido à hierarquia e às limitações discursivas de L1 e L2.

Em seu primeiro turno, L2 emprega o marcador discursivo ideacional *então*, que funciona como sequenciador intratópico, que entremeia o desenvolvimento interno do segmento tópico em que o entrevistado declara ser a primeira fase da operação e haver posteriormente um avanço paulatino desta, ao encadear essas informações na articulação textual-interativa do seu turno de fala, encaminhando o tópico para o acréscimo de novos dados na organização do texto. O marcador discursivo *mas* aparece como sequenciador tópico e articulador textual-interativo de segmentos da fala de L2, pois o caráter bidirecional dos seus argumentos atua retrospectiva e prospectivamente no texto, ao ressaltar que a operação vai avançar até o Centro ser desocupado da presença dos trabalhadores ambulantes e reforçar a ideia de manter a operação num trecho específico, esclarecendo ao sujeito L1 o percurso das ações da superintendência.

Antes de o entrevistado L2 concluir seu turno, o entrevistador L1 realiza uma sobreposição de vozes localizada, num turno inserido de aviso, em que L1 sinaliza a sua pretensão de tomar a palavra. O marcador discursivo interpessoal *ahn* atua como

mecanismo que indica a tentativa de L1 assumir o turno e a posição de falante num turno inserido e, de forma simultânea, explicita o processo de construção da fala de L1, incluindo o planejamento e a produção verbal concomitantemente (razão por que também é um marcador de hesitação), com base nos quais esse sujeito interactante, após o final do primeiro turno de L2, toma a iniciativa e inicia uma nova sequência conversacional em que, num turno nuclear, de função reativo-iniciativa, pergunta a L2 se os trabalhadores ambulantes serão direcionados a algum lugar e se a realocação não seria competência da Superintendência X.

Em seu segundo turno, L1 realiza duas perguntas fechadas a L2, mas que resultam num turno nuclear, de função reativa, o qual contribui para o desenvolvimento do tópico em questão e explicita que a competência para o remanejamento dos postos de trabalho dos ambulantes é da Secretaria Municipal A. L2 emprega ainda o marcador discursivo ideacional *mas* que atua como sequenciador tópico e articulador textual-interativo dos segmentos de fala do referido entrevistado quando este faz uma ressalva para enfatizar, de maneira explícita, que muitos trabalhadores ambulantes possuem boxes de atividades no Shopping Popular e no estacionamento próximo à Praça dos Palmares, e que esses locais foram destinados a esses trabalhadores.

O momento discursivo 13 também elenca as quatro dimensões de dominação de Linell (1990), o que se explica do seguinte modo: L2 domina pela quantidade de fala (dominação pela quantidade de fala), embora isso funcione como uma estratégia discursiva de L1, preconizada pelos mecanismos éticos e estruturais a fim de o entrevistador obter as informações necessárias ao delineamento da entrevista radiojornalística por meio da expansão tópica. O estatuto social e comunicativo de L1 permite-o dominar o tópico e coordenar a organização tópica do texto falado (dominação semântica).

Ademais, o entrevistador L1 toma as iniciativas e organiza a sequência de pares adjacentes ao longo de todo o momento interativo, por intermédio de lances diretivos – L1 faz perguntas fechadas ao entrevistado L2, assim como controla grande parte das ações verbais no diálogo (dominação interacional). O sujeito L1 produz ainda segmentos de fala estratégicos a partir de comentários/afirmações e perguntas – mesmo fechadas – com o propósito de expandir o tópico (dominação estratégica). Todos esses mecanismos discursivos e não discursivos justificam a existência de uma

assimetria microsocial e denotam o poder institucional, exposto na hierarquia social e na limitação das práticas discursivas, sugerindo um contexto interativo e um contexto discursivo permeados por relações de controle e dominação.

5.3.5 Análise do momento discursivo 5

L1 pois é... D eu queria agradecer a sua participação né? torcer pra que seja... é bom dizer... eu fiz essa colocação até ontem... eu trabalho também na rádio Crepúsculo né? quando a gente também divulgou o exemplo daqui... e e a gente fazia uma colocação... obviamente né? não é uma perseguição deliberada a um ambulante... é uma questão legal não é? até de preservação primeiro né? do bem-estar das pessoas que circulam no Centro da cidade... e uma questão de justiça com relação aos comerciantes do Centro da cidade né? que pagam seus impostos... que contratam de forma lícita seus funcionários e que muitas vezes são prejudicados... a gente sabe que o ambulante ele tá ali pra sobreviver... né? ele tá querendo trabalhar... tá querendo ganhar o pão de cada dia... mas... justiça seja feita... eu posso até ser incompreendido né? com o que eu vou colocar... a prefeitura ela tá dando possibilidades... ela não tá impedindo ninguém de trabalhar... só tá regulamentando uma situação que há muito tempo... é uma situação que tá fora de controle... existem espaços para que o ambulante possa trabalhar... só não pode ser no Centro né? pra que fique claro que não é uma ação de perseguição aos ambulantes... pelo menos eu enquanto comunicador D... não consigo vislumbrar isso... eu vejo como uma ação de regulamentar o trans/ o o/ o trânsito de pessoas no Centro da cidade... e que as coisas possam fluir de forma diferente e não como uma perseguição da prefeitura aos ambulantes... que tudo ocorra bem é o que a gente espera né D?

L2 com certeza O... e de fato o que você falou eu confirmo... não existe perseguição... a gente não está aqui pra apreender pra tomar atitude contra nenhuma pessoa nenhum ambulante especificamente... a gente tá aqui pra reordenar essa estrutura do Centro de Maceió... é um reordenamento... cabendo a eles voltar ao Shopping Popular... pra o estacionamento que já existe... é ocupar outras áreas que não seja e/ nesse momento essa aqui... até que se defina a situação... que volte as suas atividades normais porque muitos deles inclusive tá vindo de outros estados pra cá... do interior da capi/ do estado... pra exercer essas atividades... mas sabe que estão vindo pra um terreno que não é permitido... okay O?

No momento discursivo 5, L1 constrói seu turno nuclear, de função reativo-iniciativa, com base numa sucessão de perguntas retóricas que se alicerçam em afirmações concatenadas por ele na condição de entrevistador. Observam-se tais assertivas que sempre acompanham os marcadores interpessoais ou basicamente interacionais *né?* e *não é?*, os quais cumprem a mesma finalidade ao longo do turno de L1, de buscar a aprovação discursiva de L2, pois são subsequentes a segmentos de fala declarativos e aparecem em perguntas retóricas cujas respostas são dadas pelo próprio L1, e de testar o grau de atenção e participação do entrevistado L2, já que são fáticos de natureza e entonação interrogativa, produzidos após enunciados declarativos (URBANO, 2015).

Esses enunciados declarativos constituem o segmento tópico no turno de L1 e inscrevem o discurso desse entrevistador como texto, prática discursiva e social. Além disso, L1 elucida suas posições de sujeito, para atingir o público-espectador, em vários trechos do seu discurso, conforme se vê a seguir: “eu fiz essa colocação até ontem... eu trabalho também na rádio Crepúsculo”, “eu posso até ser incompreendido né? com o que eu vou colocar”, “pelo menos eu enquanto comunicador D... não consigo vislumbrar isso...”, “eu vejo como uma ação de regulamentar...”.

Pode-se observar em tais formas textuais utilizadas por L1 que o discurso do entrevistador é socialmente constitutivo e influenciado pelo discurso dos grupos dominantes (poder público e empresariado), contribui para construir as relações sociais e expressar os sistemas de conhecimento e de crença institucionalizados, mesmo ao utilizar as marcas linguísticas de 1ª pessoa do singular na interação com o público-espectador, a fim de engajar tais sujeitos no circuito interacional e persuadir a população de que a tarefa de desocupar o Centro para revitalizá-lo a beneficiará. Somado a isso, L1 reforça um discurso institucional e representativo da classe de empresários que comungam de outra realidade social ao dizer que a operação de desocupação e o impedimento das atividades pelos trabalhadores ambulantes não é uma perseguição deliberada a eles, mas uma prerrogativa legal, sobretudo para atender à classe empresarial, que, segundo L1, pagam impostos e contratam licitamente funcionários, embora alegue também ser um ato de preservação do bem-estar das pessoas que circulam no Centro de Maceió e uma ação de regulamentação do trânsito de pessoas no referido local.

Apesar de reconhecer que os trabalhadores ambulantes almejam exercer suas atividades para sobreviver e suprir seus direitos sociais básicos, em seu segmento tópico, L1 situa seu discurso numa prática discursiva, que se reporta à interpretação da produção, da distribuição e do consumo textual – trata-se de um discurso falado que expande a representação discursiva institucionalizada no radiojornal de uma emissora pública, o que evidencia a forma como o texto falado é posto em circulação e consumido coletivamente. Sob o viés da prática social, com o intuito de persuadir o público-espectador (a população), defende que a prefeitura não está impedindo o exercício profissional dos ambulantes, mas está regulamentando os locais para tal exercício, por a situação estar fora de controle, e oferecendo possibilidades para esses trabalhadores se fixarem em espaços preestabelecidos, o que, segundo os

discursos trazidos nas matérias jornalísticas de Sanches (2014a, 2014b), mostra-se como alternativas inviáveis.

No início do seu turno, o entrevistador L1 mobiliza também o marcador basicamente interacional *pois é* que apresenta uma importante função interpessoal no contexto interativo e atua como mecanismo fático retroalimentador (*feedback*), pois sinaliza concordância de L1 com o falante anterior, L2, quando este afirma, no último turno do momento discursivo 4, que os trabalhadores ambulantes possuem seus boxes de atividades no Shopping Popular e num estacionamento nas proximidades da Praça dos Palmares. Ademais, esse marcador revela uma aceitação pacífica de turno implicitamente transferido por L2 num momento de breve pausa, o qual funciona como um lugar relevante para a transição de turno.

As formas nominais de tratamento *O* e *D* para se referir ao entrevistador L1 e ao entrevistado L2, respectivamente, e a forma pronominalizada de tratamento *você* indicam a simetria microssocial, pois os dois sujeitos usam formas linguísticas que atenuam a hierarquização dos papéis comunicativos exercidos no contexto interativo. A dominação pela quantidade de fala também é evidenciada por ambos os interactantes no momento discursivo 5, a partir dos dois turnos nucleares justapostos, e notabiliza uma simetria conversacional.

Com o intuito de mostrar interesse pelo discurso de L2 e concordância, L1 também faz, em seu discurso, escolhas lexicais e gramaticais que denotam sua representação institucional, o que possibilita moldar e restringir o seu discurso, em virtude das normas e convenções institucionalizadas que fomentam as relações de poder no quadro social e institucional, assim como indicam a assimetria macrossocial. Essas escolhas materializam-se em “você gentilmente nos atende”, “a gente também divulgou”, “a gente fazia uma colocação”, “a gente sabe que o ambulante ele tá ali pra sobreviver”, “que tudo corra bem é o que a gente espera né D?”.

Analisando o discurso de L2, enquanto texto, prática discursiva e prática social, é possível observar que as escolhas lexicais e gramaticais de L2 também são motivadas por um discurso que circula nas práticas institucionais de uma repartição pública, tendo em vista as relações de poder e hierarquia que nela imperam. Isso significa dizer que as práticas sociodiscursivas de L2 levam em conta a autoridade preexistente atribuída a L2 pelo posto que ocupa junto ao poder público, o canal utilizado para a realização do evento discursivo (uma emissora vinculada à esfera

pública), o cenário onde ocorre o evento, o tópico discursivo sobre o qual a entrevista se pauta, bem como o contexto social e interativo em que seu discurso é produzido, pois L2 representa um discurso estatal que dialoga com outro discurso institucionalmente particular (o dos empresários/comerciantes do Centro).

L2 delimita seu lugar social de diretor de fiscalização e postura da Superintendência X e sua posição de sujeito socialmente constitutivo e construído, quando expressa marcas de subjetividade no segmento textual: “eu confirmo... não existe perseguição... a gente não está aqui pra apreender pra tomar atitude contra nenhuma pessoa nenhum ambulante especificamente... a gente tá aqui pra reordenar essa estrutura”. Assim como o discurso de L1, o de L2 não somente sugere seus lugares sociais e posições de sujeito, como também utiliza uma argumentação que se alinha a uma estratégia discursiva hegemônica, com o intuito de convencer os cidadãos dos benefícios da desocupação, quando os principais beneficiados possivelmente sejam os empresários.

Conforme explicitado anteriormente, as condições sociais do contexto e o quadro espaçotemporal em que se inscreve o evento discursivo 3 envolveu, segundo Sanches (2014b), discursos dos trabalhadores que expuseram a falta de suporte e de alternativa para a resolução do problema, pois reestabelecer-se no estacionamento próximo à Praça dos Palmares no Centro acarretaria prejuízos econômicos, devido ao volume reduzido de vendas nesse local para o qual foram inicialmente direcionados, pois o fluxo de pessoas não seria equivalente aos locais onde se estabeleceram. Consoante Sanches (2014b), os trabalhadores alegaram o recebimento de notificação, mas sem alternativas de novos locais para o exercício laboral, apontaram a falta de saneamento e de barracas no espaço nas proximidades da Praça dos Palmares, bem como declararam que a atividade comercial por eles exercida constitui a única fonte de renda para sustentar a família e arcar com despesas.

Tais discursos que mostram a versão dos profissionais (ambulantes) não são postos na fala de L2, que compactua com o discurso de L1, tampouco aparecem na entrevista, e a concordância se evidencia no início do turno do entrevistado a partir do marcador discursivo basicamente interacional *com certeza*, de função retroalimentadora, exprimindo assentimento com a fala de L1 ao dizer que a prefeitura está dando possibilidades. Isso mostra uma contradição no discurso de L2 quando este assevera que cabe aos trabalhadores ambulantes voltarem ao Shopping Popular

e ao estacionamento, ocupar outras áreas que não incluam as ruas do calçadão, até que o estabelecimento desses trabalhadores seja definido para o exercício de suas atividades ou, como L2 pontuou, “até que se defina a situação”.

Tal fato revela, no discurso de L2 (segundo turno), a quantidade de trabalhadores que se deslocam de outros estados e do interior do estado de Alagoas, com o objetivo de se inserir no mercado de trabalho. Sugere também a carência de um projeto sociopolítico que consiga sanar esse problema social (centralização das atividades e mecanismos que atraíam os consumidores a depender dos locais estabelecidos pelo poder público) e assistir todos os sujeitos sociais envolvidos na problemática, notadamente os trabalhadores ambulantes.

Além de usar o marcador discursivo interpessoal *éh* que sustenta seu turno e denota o planejamento verbal simultâneo à produção do segmento de fala, L2 faz uso ainda do marcador discursivo ideacional *porque*, com vistas a justificar o delineamento da operação, desenvolvida para conter a quantidade de trabalhadores que se deslocam de outros estados e do interior do estado de Alagoas para trabalhar como ambulantes no calçadão do Centro de Maceió. O marcador discursivo ideacional *mas* atua com sua função retrospectiva e prospectiva do texto, evidenciando a proibição de ocupar espaços não permitidos pelo poder público municipal e a ciência desses trabalhadores quanto ao impedimento da ocupação. O marcador discursivo basicamente interacional *okay* funciona como fático de natureza e entonação interrogativa, produzido após os enunciados declarativos presentes no turno de L2, seguido da forma nominal de tratamento *O*, para transferir a vez de falar a L1.

No momento discursivo 5, tanto o discurso de L1 quanto o de L2 se inscrevem no âmbito institucional e defendem posicionamentos comuns, por pertencerem à mesma ordem do discurso, compactuando com o fato de o procedimento de desocupação tornar-se necessário à revitalização do Centro de Maceió. Esses discursos justificam a ação da Superintendência X não como um ato de perseguição aos trabalhadores (ambulantes), mas como uma questão juridicamente legal, de preservação do bem-estar das pessoas que circulam no Centro da cidade, de justiça com relação aos comerciantes que pagam os impostos, contratam seus funcionários licitamente, e definem a operação como um ato de regulamentação do trânsito de pessoas no Centro da cidade.

A existência de projetos e políticas públicas que fazem o Shopping Popular – a própria nomenclatura demarca uma divisão de classes e de quem o centro de compras é público-alvo –, os mercados públicos e as feiras livres funcionarem é uma realidade. No entanto, executar tais projetos e políticas públicas para o seu funcionamento eficiente consiste numa variável completamente diferente e merece a atenção da esfera pública, no tocante a atividades efetivas e contínuas de melhoramento e manutenção do patrimônio público, seja por meio de ações que visem ao aprimoramento das instalações elétricas, hidráulicas e de saneamento, seja por meio de práticas de fiscalização para manter a preservação desses espaços públicos.

O momento discursivo 13 evidencia as quatro dimensões de dominação de Linell (1990), o que se explica da seguinte maneira: L1 e L2 dominam pela quantidade de fala (dominação pela quantidade de fala), o que funciona como uma estratégia discursiva de L1 para obter as informações necessárias à produção de conteúdo para constituir a entrevista radiojornalística, o que explicita uma simetria conversacional e induz uma simetria institucionalmente marcada, pois L2 também representa um discurso do alto poder e assume um posto socialmente importante no contexto discursivo. O estatuto social e comunicativo de L1 permite-o dominar o tópico e coordenar a organização tópica do texto falado (dominação semântica).

O entrevistador L1 toma as iniciativas e organiza a sequência de pares adjacentes ao longo de todo o momento interativo, por intermédio de lances diretivos – L1 manifesta um ato de cortesia ao agradecer a participação de L2; ao longo de suas perguntas retóricas, faz declarações que requerem do entrevistado L2 o fechamento do par adjacente, assim como controla grande parte das ações verbais no diálogo (dominação interacional). O sujeito L1 produz ainda segmentos de fala estratégicos a partir de comentários/afirmações com vistas à progressão tópica (dominação estratégica). Todos esses mecanismos discursivos e não discursivos justificam a existência de uma assimetria microssocial pelo entrevistador L1.

A análise do momento discursivo 5 possibilitou verificar também que as relações simétricas e assimétricas, endossadas pelas categorias crítico-conversacionais, relativizam-se no processo interacional e precisam ser interpretadas segundo o contexto discursivo e interativo local, além de abranger os componentes contextuais no discurso jornalístico, imprescindíveis para a compreensão dos papéis sociais e comunicativos de L1 e L2, num nível social, comunicativo e institucional da

tratamento *D* para se reportar ao entrevistado L2; os marcadores interacionais *não é?* (após enunciados declarativos que buscam aprovação discursiva de L2) e *éh*, não apenas para sustentar seu turno enquanto planeja e executa seus segmentos de fala, mas ainda para construir uma sequência de perguntas em que questiona se as boleiras de Riacho Doce se manterão no local onde exercem sua atividade profissional; e o marcador ideacional *enfim*, no plano intratópico, por promover o encadeamento de informações na construção interna do segmento tópico de L1 e retroagir grande porção de sua fala, ao remeter-se à descrição do lugar onde as boleiras de Riacho Doce foram autorizadas a vender seus produtos.

É interessante refletir que, numa perspectiva do discurso como texto, em seu segmento de fala, L1 utiliza o termo *comerciantes* para se reportar às boleiras de Riacho Doce, como eram conhecidas. Isso ocorre numa pergunta retórica, o que sugere que L1 sabia que essas profissionais permaneceriam no local, apesar de, numa pergunta fechada, indagar se o local será fiscalizado. O fato é que o uso do item lexical *comerciantes* inserem o discurso de L1 no âmbito da prática social, e isso se explica possivelmente não só porque a atividade comercial das boleiras segue as normas e convenções estabelecidas pelo poder público, mas também porque não interfere nas atividades comerciais predominantes no Centro e no comércio de alimentos.

O primeiro turno de L2, nuclear e de função reativa, legitima as ponderações anteriores, pois, como aponta o próprio discurso como texto desse entrevistado, há uma padronização e uma autorização para as boleiras exercerem suas atividades, diferentemente de outras atividades comerciais que se fixem no mesmo local ou no calçadão. Os itens lexicais *padronização* e *autorização* confirmam um discurso como prática sociodiscursiva, posto que as boleiras obedecem ao que o discurso institucionalizado prescreve, isto é, seguem as convenções e regras fixadas pelo poder público, o que autoriza o exercício profissional delas na região próxima ao antigo Bar do Chope.

L2 representa um segmento da sociedade do alto poder, cujas ações verbais e não verbais se baseiam nas ordens do discurso institucionalizado a que ele e outros agentes que participam da operação cumprem/executam. Isso denota a relação de poder entre grupo dominante e grupo dominado, bem como expressa a hierarquização de poder mesmo diante do posto ocupado por L2 (superintendente de um órgão

público), o que se verifica no seguinte discurso como texto: “a gente tem aqui uma padronização”, “outra atividade de comerciante a gente não vai permitir”, “a gente tá querendo éh retornar pra dar a livre circulação das pessoas”.

O entrevistado L2 também aciona uma série de marcadores discursivos que contribuem para concatenar seus segmentos de fala no segmento tópico que ele produz. Para tanto, o referido sujeito interactante emprega o marcador *olhe*, prefaciador textual-interativo que introduz seu turno de fala, no qual responde a L1 e explica que as boleiras se manterão no local próximo ao antigo Bar do Chope, diferentemente de outras atividades de comerciantes (infere-se que é o único momento do evento discursivo 3 em que se faz referência aos ambulantes com o termo *comerciantes*); mobiliza o marcador sequenciador tópico *agora*, articulador intratópico que expressa a contrajunção de argumentos e contrapõe segmentos de fala de orientações argumentativas diferentes, ou seja, boleiras são autorizadas a exercer suas atividades profissionais, mas não outros trabalhadores desautorizados.

O sujeito L2 também faz uso do marcador basicamente interacional *éh*, momento durante o qual sustenta sua posição de falante, assim como revela o processo de planejamento verbal e execução do seu discurso, ao destacar que há os espaços destinados às boleiras e aos trabalhadores ambulantes e que outros espaços não definidos a esses trabalhadores não podem ser usados para não interferir nas atividades comerciais dos empresários da região e para possibilitar a livre circulação de pessoas. Com vistas a articular tal segmento de fala, L2 usa o marcador discursivo *então*, articulador textual-interativo e sequenciador intratópico que sinaliza um fecho estabelecido pela confirmação de um ponto de vista já firmado pelo entrevistado L2 e traz um efeito de conclusão, respaldado na porção anterior da sua fala.

O fechamento constitui o término da interação e apresenta fórmulas típicas de saudações ou despedidas, em consonância com marcas de cortesia verbal. É possível verificar que, ao contrário do que preconiza Dijk (1992), o fechamento do evento discursivo 3 não comenta globalmente a conversação entre os sujeitos interactantes, tampouco expressa avaliações do encontro entre o entrevistador L1 e o entrevistado L2, o que acontece no momento discursivo 5; no entanto, conforme pontuado ao longo da análise, o momento discursivo 6 explicita convenções da prática social (DIJK, 1992; SILVA, 2005).

Outros aspectos que se inserem na perspectiva tridimensional faircloughiana incluem o par adjacente agradecimento-agradecimento, como uma convenção que encerra as entrevistas radiojornalísticas e compõe os mecanismos éticos e estruturais desses eventos. L1 utiliza a forma nominal de tratamento *D* e a forma vocativa *irmão* para agradecer a participação do entrevistado e as informações dadas por este; L2, por sua vez, corresponde à iniciativa interacional de L1 e produz sucessivas marcas de cortesia verbal, pois enuncia sua resposta, emprega a forma de tratamento *amigo*, coloca-se à disposição de L1 e da emissora de rádio, agradece e se despede.

O momento discursivo 13 também explicita as quatro dimensões de dominação de Linell (1990), levando em conta que L1 e L2 dominam pela quantidade de fala (dominação pela quantidade de fala), o que evidencia uma estratégia discursiva pelo entrevistador L1 para obter de L2 as informações necessárias para fomentar a entrevista radiojornalística e indica uma simetria conversacional por ambos (entrevistador e entrevistado) e simetria institucionalmente marcada, pois L1 e L2 assumem posições profissionais hierarquicamente relevantes e representam, em seus postos de trabalho, o discurso dominante (alto poder). O estatuto social e comunicativo de L1 permite-o dominar o tópico e coordenar a organização de todo o evento discursivo (dominação semântica).

O entrevistador L1 toma as iniciativas e organiza a sequência de pares adjacentes ao longo de todo o momento discursivo 6, por intermédio de lances diretivos – L1 realiza perguntas (retórica, fechada e aberta) a L2 e lança atos de cortesia ao agradecer a participação de L2, o que sugere controle das ações verbais no diálogo (dominação interacional). O sujeito L1 produz ainda segmentos de fala estratégicos a partir de comentários/afirmações que visem à expansão tópica (dominação estratégica), especificamente ao indagar acerca do local (trecho do calçadão) onde as boleiras de Riacho Doce exercem suas atividades. Todos esses elementos discursivos e não discursivos justificam a existência de uma assimetria microssocial por L1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O operário em construção

[...]
 Foi dentro da compreensão
 Desse instante solitário
 Que, tal sua construção
 Cresceu também o operário.
 Cresceu em alto e profundo
 Em largo e no coração
 E como tudo que cresce
 Ele não cresceu em vão
 Pois além do que sabia
 - Exercer a profissão -
 O operário adquiriu
 Uma nova dimensão:
 A dimensão da poesia.
 [...]

E foi assim que o operário
 Do edifício em construção
 Que sempre dizia sim
 Começou a dizer não.
 E aprendeu a notar coisas
 A que não dava atenção:

Notou que sua marmita
 Era o prato do patrão
 Que sua cerveja preta
 Era o uísque do patrão
 Que seu macacão de zuarte
 Era o terno do patrão
 Que o casebre onde morava
 Era a mansão do patrão
 Que seus dois pés andarilhos
 Eram as rodas do patrão
 Que a dureza do seu dia
 Era a noite do patrão
 Que sua imensa fadiga
 Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
 E o operário fez-se forte
 Na sua resolução.

[...]
 Vinícius de Moraes

O presente estudo teve por objetivo central verificar como as relações de poder se instituem em entrevistas radiojornalísticas de uma emissora pública alagoana, a partir de mecanismos crítico-conversacionais, assim chamados tendo em vista o imbricamento entre a Análise da Conversação e a Análise Crítica do Discurso. O termo *mecanismos crítico-conversacionais* foi utilizado para justificar o fato de as relações assimétricas e simétricas serem construídas por meio de aspectos sociais e linguísticos nos eventos discursivos investigados, de modo que somente uma análise do discurso como texto, prática discursiva e prática social permite dizer que tais mecanismos, entre os quais se incluem as categorias crítico-conversacionais e os

componentes contextuais dos eventos discursivos, suscitam tipos de assimetria e simetria crítico-conversacional.

As contribuições teóricas da Análise Crítica do Discurso (seção 2) foram fundamentais, pois as relações de poder são motivadas por aspectos discursivos e não discursivos, o que significa dizer que elementos sociais e linguísticos colaboram para determinar essas relações na entrevista radiojornalística e justificar que a assimetria e a simetria têm seus desdobramentos sob o viés tridimensional do discurso. Paralelamente, a Análise da Conversação e suas categorias de base (seção 3) mostraram sua relevância, haja vista os apontamentos teóricos da assimetria, simetria, dos tipos de dominação, do tópico, turno, par adjacente, dos marcadores discursivos e de modelos teóricos em AC, os quais foram essenciais e serviram para interpretar os momentos discursivos.

Nesse sentido, o fator conversacional não se vincula apenas às categorias vinculadas aos Estudos Conversacionais, mas se torna ainda uma dimensão discursiva que fomenta as relações de poder e permite a análise tridimensional do discurso radiojornalístico, razão por que a nomenclatura Análise da Conversação Textual e Discursiva é bastante apropriada. Reiterou-se tal assertiva ao longo das reflexões teórico-metodológicas em que se endossou a análise interpretativista e indutiva de conversações naturais, de dados empíricos produzidos nas interações sociais, em contextos específicos.

Nas atividades interacionais entre dois ou mais parceiros comunicativos, a alternância de turnos e de papéis, numa análise crítico-conversacional do discurso radiojornalístico, bem como as posições assumidas pelos interactantes contribuem para delinear a simetria e a assimetria, provenientes das categorias crítico-conversacionais e dos componentes contextuais dos eventos discursivos apresentados nesta tese, o que permitiu caracterizá-las como simetria e assimetria crítico-conversacional, tipificadas em macrossocial, microssocial e conversacional. O viés crítico-conversacional, nesse sentido, traz a contribuição deste trabalho, pois sua abordagem contempla a interpretação social dos momentos discursivos, os componentes contextuais e as categorias crítico-conversacionais, todos denominados de mecanismos crítico-conversacionais.

Do ponto de vista macrossocial e microssocial, as relações simétricas e assimétricas são caracterizadas por haver fatores internos – tópico discursivo, turno

conversacional, pares dialógicos e marcadores discursivos – e externos à linguagem – tópico discursivo, formação, posto, *status* social, papéis comunicativos, grau de instrução, sexo, idade, conhecimento, autoridade preexistente etc. –, definíveis por papéis ou padrões sociais (SETTE; RIBEIRO, 1984). Do ponto de vista textual e linguístico, observando como os fatores internos funcionam dentro da conversação, num contexto interativo local, verificaram-se situações de assimetria e simetria conversacional, as quais também são afetadas pelos fatores externos à conversação.

Isso se dá porque atribuir a um diálogo o conceito de simétrico ou assimétrico implica considerar o tamanho, a disposição ou o tipo de turno conversacional, consoante o que faz Galembeck (1993, 1996, 2005), ao dizer que a simetria consiste numa sequência de turnos nucleares justapostos, e a assimetria, num turno nuclear em andamento entrecortado por turnos inseridos, importante caracterização que denota uma análise conversacional do texto falado. No entanto, para o estudo das relações de poder na entrevista radiojornalística alagoana, de uma emissora pública, embora tenha contribuído para ressignificar os conceitos de simetria e assimetria, tal caracterização é ampliada para atender aos objetivos propostos nesta tese, que não considera apenas a ótica conversacional.

Nesse tocante, com base nas discussões teóricas feitas por Linell (1990), Linell e Luckmann (1991), Marcuschi (1991, 1995) e Santos (1999, 2017), quando os autores abordam os conceitos de assimetria global e local, além de relações de poder explícitas e implícitas, defendeu-se, neste estudo, o posicionamento de que a simetria e a assimetria podem ser macrossociais, microssociais e conversacionais, já que podem ser motivadas por condições internas ou externas aos interactantes e à linguagem, o que possibilita dizer que, dentro de uma sociedade definida, as trocas interacionais ou dialógicas refletem diferenças e semelhanças sociais dos interactantes (SETTE; RIBEIRO, 1984), estabelecidas pelas ordens do discurso ou pelas práticas sociodiscursivas (SANTOS, 1999, 2011, 2017), tendo em vista que a simetria e assimetria das interações linguísticas envolvem as relações de poder, relativizadas por fatores discursivos e não discursivos.

Não se trata, aqui, de contemplar apenas os elementos linguísticos como tomadas de turno, tipos de pergunta, escolha do tópico, expressões linguísticas típicas dos eventos interativos, marcadores conversacionais e outros aspectos linguísticos (MELO JUNIOR, 2016, 2017), mas de considerar os elementos discursivos/internos e

os não discursivos/externos na interação verbal. Em adição a isso, os múltiplos olhares da ACTD e da ACD permitem analisar as relações assimétricas e simétricas não somente por intermédio da relação entrevistador-entrevistado, como também da relação entrevistador-entrevistado-instituição.

Por fim, convém reforçar que o discurso radiojornalístico – como texto, prática discursiva e forma de prática social (FAIRCLOUGH, 2001) – e as práticas sociodiscursivas dos sujeitos participantes das entrevistas, induzem a existência de relações de poder (SANTOS, 1999, 2017), assim como as distintas condições socioeconômicas, culturais e a hierarquização dos lugares sociais ocupados por entrevistadores e entrevistados, visto que as convenções sociais regem o discurso, marcam diferenças de poder social, pessoal e institucional e se originam de órgãos institucionalmente marcados pela sociedade. Assim, as práticas sociodiscursivas se arraigam nas estruturas sociais, reconfiguram-se e se resignificam na linguagem, o que se verifica nos mecanismos éticos e estruturais aplicados ao discurso jornalístico, pois funcionam como práticas sociodiscursivas na produção da entrevista radiojornalística alagoana.

O discurso estabilizado que trata das relações de poder entre entrevistador e entrevistado deve ser revisitado no sentido de que essas relações não dizem respeito apenas às representações interativas e sociais de ambos nas práticas discursivas e sociais – é um discurso estabilizado dizer que o entrevistador comanda a entrevista e realiza as perguntas, e o entrevistado apenas responde às perguntas –, mas se referem ainda às relações que marcam as identidades e as práticas discursivas de entrevistador e entrevistado perante as instituições que representam. Entrevistadores e entrevistados, enquanto sujeitos sociais, representam um discurso institucionalizado, seguindo, portanto, normas institucionalizadas materialmente postas nos parâmetros éticos e estruturais que constituem o gênero discursivo entrevista, bem como nas formas textuais usadas por todos os sujeitos interactantes nos referidos eventos discursivos, caracterizando uma assimetria macrossocial.

Na perspectiva dos estudos sociodiscursivos e interacionistas da linguagem, bem como da análise do discurso como texto, prática discursiva e prática social, é importante pensar que os que detêm o poder ocupam lugares sociais favoráveis, econômica e politicamente, pois compõem as elites constituídas por empresários, famílias que acumulam riquezas há gerações, personalidades políticas, entre outros.

A maior parte da população que não se insere nesses grupos sociais somente consegue chegar a lugares de poder ou obter voz quanto a seus direitos quando realiza manifestações sociais junto às minorias ou quando seu poder social tem origem do conhecimento adquirido ao longo do processo de escolarização, dos letramentos, incluindo sua formação acadêmica e profissional; em síntese, quando seu poder social provém do acesso à educação como princípio de mudança discursiva e social.

A mídia televisiva e radiofônica é controlada por grupos do alto poder, mas, nos últimos anos, a expansão das ferramentas da chamada *Web 2.0* (*Blog, Facebook, Twitter, Whatsapp, Youtube, Instagram, Telegram*, entre outras), atingindo as várias camadas sociais, tem funcionado como um mecanismo de acesso ao discurso público para a sociedade, especialmente aqueles que compõem e/ou defendem os grupos minoritários, posicionam-se e cobram das autoridades competentes a efetivação de direitos e garantias sociais assegurados pela Constituição Federal. Nesse sentido, analisar os discursos sob múltiplos vieses, entender suas intersecções e a que perspectivas eles se alinham é imprescindível para a compreensão dos múltiplos processos sociais a que os sujeitos são submetidos.

É fundamental destacar que o presente trabalho estabelece um diálogo entre a Análise da Conversação e a Análise Crítica do Discurso, o que possibilita refletir acerca do percurso evolutivo da AC, que seguia uma linha estrutural, mas ampliou o arcabouço teórico com análises interpretativas e passou a ser chamada de Análise da Conversação Textual e Discursiva (ACTD). Por isso, com toda ênfase e valor que a AC possui, estes estudos estão associados às práticas sociodiscursivas (FAIRCLOUGH, 1989, 2001; PEDROSA, 2008; DIJK, 2017a, 2017b; MARCUSCHI, 1991, 1995; SANTOS, 1999, 2017), por fornecerem explicações e posicionamentos sólidos acerca dos processos discursivos e de interpretação, ampliando as discussões teóricas, em consonância com a ACD, e por considerarem que as propriedades/regras gerais para a tomada de turno (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, [1974] 2003) trouxeram importantes contribuições ao estudo da natureza das estruturas no diálogo, permitindo que estudos posteriores observassem a conversação para uma orientação social do discurso convergente a especificidades do texto falado.

No que concerne à tipologia do gênero entrevista (seção 4), neste estudo, serviu para, com fundamento na interação, nos objetivos, conteúdos e nas

circunstâncias de realização, caracterizar as entrevistas radiojornalísticas alagoanas, que constituíram os eventos discursivos 1 e 3 analisados. Nesse tocante, a entrevista que constitui o evento discursivo 1 classificou-se, de acordo com a tipologia elencada na seção 4, como: entrevista-diálogo (MORIN, 1973); caracterizada e informativa (ERBOLATO, [1984] 2008); direta e noticiosa de informação em profundidade (PRADO, 1989); ao vivo (CHANTLER; HARRIS, 1998; CHANTLER; STEWART, 2006); informativa e interpretativa (BALSEBRE, 1998; MCLEISH, 2001); temática, dialogal e em presença (face a face) (LAGE, 2009); pingue-pongue e temática (BALTAR, 2012); e noticiosa (FERRARETTO, 2014).

A entrevista que constitui o evento discursivo 3, por sua vez, classificou-se como: entrevista-diálogo (MORIN, 1973); individual, caracterizada e informativa (ERBOLATO, [1984] 2008); direta e noticiosa de informação em profundidade (PRADO, 1989); ao vivo e estúdios externos (CHANTLER; HARRIS, 1998; CHANTLER; STEWART, 2006); informativa e interpretativa (BALSEBRE, 1998; MCLEISH, 2001); temática, dialogal e mediada (LAGE, 2009); pingue-pongue e temática (BALTAR, 2012); e noticiosa (FERRARETTO, 2014). Além disso, na seção 4, buscou-se evidenciar os mecanismos éticos e estruturais como práticas sociodiscursivas na produção da entrevista radiojornalística, e traçou-se um percurso teórico sobre o radiojornalismo alagoano, com dados históricos que não estão sistematizados num único texto que aborde essa temática.

Quanto à análise dos eventos discursivos, baseou-se em princípios teóricos e metodológicos que permitiram classificar esta pesquisa do ponto de vista da natureza, do gênero, das fontes de informação, do objetivo, dos instrumentos de coleta de dados, dos procedimentos, do método científico e da abordagem (seção 5). Esses princípios serviram para examinar como as relações de poder horizontais e verticais se construíram na entrevista radiojornalística alagoana da esfera pública, por intermédio dos tipos de assimetria e simetria crítico-conversacional; verificar como a assimetria e a simetria crítico-conversacional aconteceram nos eventos discursivos e quais mecanismos crítico-conversacionais engendraram relações simétricas e assimétricas no gênero entrevista oral.

Todas essas pontuações teóricas ratificam o alcance dos objetivos propostos e as contribuições deste trabalho, pois investigou as relações assimétricas e simétricas em entrevistas orais do radiojornalismo público alagoano; atestou o ineditismo e a tese

proposta devido à inexistência de pesquisas que expliquem, por intermédio de uma análise crítico-conversacional e tridimensional do discurso, as relações assimétricas e simétricas no gênero entrevista radiojornalística; propôs os conceitos de assimetria e simetria crítico-conversacional e a sistematização de mecanismos crítico-conversacionais que propiciaram as relações simétricas e assimétricas. Ademais, esta tese sugeriu um conceito para a ACTD, para a Análise Crítica do Discurso (ACD), para o gênero discursivo entrevista radiojornalística e para as categorias *poder* e *marcadores discursivos de poder*, com fundamento nos aspectos teóricos abordados nesta tese, nos autores elencados para este trabalho, bem como segundo o diálogo teórico adotado para a análise crítico-conversacional da entrevista radiojornalística de uma emissora pública alagoana; caracterizou o gênero discursivo entrevista no contexto midiático e observou os tipos de entrevista que se apresentam no *corpus*; identificou, analisou e interpretou mecanismos crítico-conversacionais que fomentam as relações assimétricas e simétricas entre os sujeitos interactantes e que denotam o poder social e institucional, em entrevistas radiojornalísticas alagoanas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego. **Institucional: a secretaria**. Maceió, Alagoas, 2021b. Disponível em: <http://www.trabalho.al.gov.br/institucional/a-secretaria>. Acesso em: 02 maio 2021.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Cultura. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas: Quem somos – Informações gerais sobre o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas**. Maceió, Alagoas, 2021b. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/sistema-estadual-de-bibliotecas-publicas>. Acesso em: 14 dez. 2021.

ALENCAR, Cláudio. **Contando histórias**. Maceió: Sergasa – Serviços Gráficos de Alagoas S/A, 1991.

ALENCAR, Cláudio. **Histórias do rádio**. Maceió: Graciliano Ramos, 2004.

APÓS quatro anos fechada, Biblioteca Pública de Alagoas é reinaugurada com homenagem a Graciliano Ramos. **Cada minuto**, Maceió, Alagoas, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2014/11/25/apos-quatro-anos-fechada-biblioteca-publica-de-alagoas-e-reinaugurada-com-homenagem-a-graciliano-ramos>. Acesso em: 14 dez. 2021.

APRESENTAÇÃO da Rádio Penedo FM. **Penedo FM**, 2020. Disponível em: <http://www.penedofm.com.br/radio/apresentacao>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ARISTÓTELES. **Arte poética**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ARISTÓTELES. **Arte retórica**. 2. ed. Revisão: Levi Condinho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BALSEBRE, Armand. La entrevista en radio. *In*: BALSEBRE, Armand; MATEU, Manuel; VIDAL, David. **La entrevista en radio, televisión y prensa**. Madrid: Cátedra, 1998.

BALTAR, Marcos. **Rádio escolar: uma experiência de letramento midiático**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual do radiojornalismo: produção, ética e internet**. 2. ed. rev. e atual. 2. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Jornalismo para rádio, TV e novas mídias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

BASÍLIO DE OLIVEIRA, Carol Prado; MORAES, Renatha Adryana de Carvalho Santos; MOURA, Karolynne Kaya Maria Amorim. Leitura, aspectos políticos e sociais e contribuições. **Saberes docentes em ação**, Maceió-Alagoas, v. 1, n. 1, p. 4-14, 2015. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/lucasragucci/documento/2015/11/Artigos-1.pdf>. Acesso em 14 dez. 2021.

BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. Introdução. *In*: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BIBLIOTECA está fechada há quase 4 anos por obras atrasadas. **Jornal Extra**, Maceió, Alagoas, 20 out. 2014. Disponível em: <https://novoextra.com.br/noticias/alagoas/2014/10/10349-biblioteca-esta-fechada-ha-quase-4-anos-por-obras-atrasadas>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BIBLIOTECA Pública de AL tem visitação 25 vezes menor que capacidade total. **G1 AL**, Maceió, Alagoas, 22 fev. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/10/biblioteca-publica-de-al-esta-fechada-ha-quase-4-anos-por-obras-atrasadas.html>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BIBLIOTECA pública de alagoas tem visitação 25 vezes menor que capacidade total. **Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB-6)**, Belo Horizonte, Minas Gerais, 23 fev. 2015. Disponível em: <https://crb6.org.br/artigos-materias-e-entrevistas/biblioteca-publica-de-alagoas-tem-visitacao-25-vezes-menor-que-capacidade-total/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 19 abril 2021.

BRASIL. Decreto Legislativo Nº 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 19 abril 2021.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde. Estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 19 abril 2021.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Ministério da Saúde. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 20 out. 2020.

BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros. (Orgs.). **Linguística de texto e Análise da Conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

BERGMANN, Jörg R. Ethnometodology. *In*: FLICK, Uwe; KARDORFF, Ernst von; STEINKE, Ines. **A Companion to Qualitative Research**. Translated by Bryan Jenner. London: Sage, 2004a. p. 72-80

BERGMANN, Jörg R. Conversation Analysis. *In*: FLICK, Uwe; KARDORFF, Ernst von; STEINKE, Ines. **A Companion to Qualitative Research**. Translated by Bryan Jenner. London: Sage, 2004b. p. 296-302

CALHEIROS, David dos Santos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. A educação especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, 2014, vol. 20, n. 2, p. 249-264, Abr.-Jun., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200008>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. **Texto do post**. Não paginado. Maringá, 24 de abril de 2021. Instagram: jeffersoncampos. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COBjBqTgrd-/?igshid=1fclw5dgtrcy5>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa**: a contribuição da teoria da argumentação. Tradução de Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CARVALHO, João Marcos. **Radioativa**: Difusora 60 anos. Maceió: Informação Ltda., 2008.

CÉSAR, Cyro. **Como falar no rádio**: prática de locução AM e FM. São Paulo: Summus, 2009.

CESTERO MANCERA, Ana María. Intercambio de turnos de habla en la conversación en lengua española. **Revista Española de Lingüística**, 24, 1, p. 77-99, 1994.

CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. **Radiojornalismo**. São Paulo: Summus, 1998.

CHANTLER, Paul; STEWART, Peter. **Fundamentos do radiojornalismo**. Tradução de Jerusa Guijen Garcia. São Paulo: Roca, 2006.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIJK, Teun A. van. **La ciencia del texto**: un enfoque interdisciplinario. 3. ed. 2. reimp. Barcelona, Buenos Aires: Paidós, 1992.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2017a.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2017b.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. Análise da Conversação. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). *In*: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard (org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro, a partir dos originais em francês. Campinas, SP: Mercado de Letras, [1996] 2004.

DITTMANN, Jürgen. Einleitung – was ist, zu welchen zwecken und wie treiben wir konversationsanalyse? *In*: DITTMANN, Jürgen (org.). **Arbeiten zur Konversationsanalyse**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1979.

DUBOIS, Jean *et alii*. **Dicionário de Linguística**. 16. ed. Trad. Frederico Pessoa de Barros *et alii*. São Paulo: Cultrix, 2011.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, [1984] 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. New York: Logman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FANTÁSTICO mostra situação precária de escolas públicas em Alagoas, em Pernambuco e no Maranhão. **G1**, 10 mar. 2014a. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/fantastico-mostra-situacao-precaria-de-escolas-publicas-em-alagoas-em-pernambuco-e-no-maranhao.html>. Acesso em: 09 dez. 2021.

FARIAS, Michelle. Biblioteca Pública de AL está fechada há quase 4 anos por obras atrasadas. **G1 AL**, Maceió, Alagoas, 19 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/10/biblioteca-publica-de-al-esta-fechada-ha-quase-4-anos-por-obras-atrasadas.html>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FÁVERO, Leonor Lopes. O tópico discursivo. *In*: PRETI, Dino (org.). **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1993.

FÁVERO, Leonor Lopes. A entrevista na fala e na escrita. *In*: PRETI, Dino. **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas, 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. **Oralidade e escrita**: perspectivas para o ensino de língua materna. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. O par dialógico pergunta-resposta. *In*: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015.

FÁVERO, Leonor Lopes; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. As perguntas na organização das entrevistas. **Revista da ANPOLL** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. São Paulo, n. 4, p. 121-135, 1998.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. *In*: PRETI, Dino. **Estudos de língua falada**: variações e confrontos. São Paulo: Humanitas, 1998.

FÁVERO, Leonor Lopes *et al.* Interação em diferentes contextos. *In*: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). **Linguística de texto e Análise da Conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

FERREIRA, Geisa Carla Gonçalves. **Trabalho docente: a precarização em debate**. 2017. 109 f. Tese (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2017.

FERRO, Ricardo José Oliveira; RAMIRES, Lídia Maria Marinho da Pureza. Rádio Difusora de Alagoas – a caçula das Américas. *In*: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, n. 9, 2013, Ouro Preto. **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**. Porto Alegre: ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2013. p. 01-10. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-sonora/radio-difusora-de-alagoas-2013-a-cacula-das-americas>. Acesso em: 09 nov. 2020.

FIGUEIREDO, Maria Flávia; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. Do rádio para a sala de aula: uma análise retórico-conversacional do gênero *spot*. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 205-225, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/108790/108693>. Acesso em: 25 fev. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**; tradução Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, [1970] 1996.

GALEMBECK, Paulo de Tarso; SILVA, Luiz Antônio da; ROSA, Margaret de Miranda. O Turno conversacional. *In*: PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson (Orgs.). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo**. v. 4. São Paulo: T. A. Queiroz; Fapesp, 1990.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. O Turno conversacional. *In*: PRETI, Dino. (org.). **Análise de Textos Oraís**. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Simetria e assimetria em textos conversacionais. *In*: MAGALHÃES, I. (org.). **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: Editora UnB, 1996.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. O tópico discursivo: procedimentos de expansão. *In*: PRETI, Dino (org.). **Diálogos na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2005.

GALEMBECK, Paulo de Tarso; COSTA, Nonalíssia Silva da. Alternância e participação: a distribuição de turnos na interação simétrica. *In*: III Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. n. 3, 2007, Maringá. **Anais do III Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários**. Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009, p. 1937-1944. Disponível em: http://www.ple.uem.br/3celli_anais/trabalhos/estudos_linguisticos/pfd_linguisticos/083.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

Gama, Aliny; Madeiro, Carlos. Reformas atrasam início do ano letivo em 151 escolas de Alagoas. **UOL**, Maceió, 21 mar. 2012, seção Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/03/20/com-obras-alagoas-reinicia-ano-letivo-com-alunos-de-151-escolas-fora-das-salas-de-aula.htm>. Acesso em: 09 dez. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Luiz Fernando. Redes sociais e escola: o que temos de aprender? *In*: ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson. **Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016.

GONÇALVES, José Carlos. O tópico discursivo no discurso institucionalizado. **Investigações**; Linguística e Teoria literária, Recife-Pernambuco, v. 5, 1995. Disponível em: <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1515/1181>. Acesso em 04 jul. 2015.

GUEDES, Stela Caputo. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GUERRA, Alessandra Regina. **Funções textual-interativas dos marcadores discursivos**. 2007. 233 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, SP, 2007.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB – Resultados e Metas da rede municipal de Maceió**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=6008169>. Acesso em: 25 abr. 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB – Resultados e Metas da rede estadual de Alagoas**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=6008712>. Acesso em: 25 abr. 2021.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, n. 1, 2006. p. 33-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637253/4975>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Tópico discursivo. *In*: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015a.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Parentetização. *In*: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015b.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação**: princípios e métodos. Tradução de Carlos Piovezani Filho, a partir dos originais em francês “La conversation”. São Paulo: Parábola, [1996] 2006.

LACALLE, Charo. **El espectador televisivo**: los programas de entretenimento. Barcelona: Gedisa, 2001.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Marli Quadros; NEGREIROS, Gil. A Análise da Conversação no Brasil: rumos e perspectivas. *In*: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Orgs.). **Ciências da linguagem**: o fazer científico. v. 2. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

LIMA, Rita de Cássia Souto Maior Siqueira. Reelaboração de gêneros: uma prática linguística/discursiva. **Revista X**, Curitiba-Paraná, v. 1, n. 0, p. 76-92, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/6830/6522>. Acesso em 27 jul. 2020.

LINELL, Per. The power of dialogue dynamics. *In*: Marková, Ivana; Foppa, Klaus (orgs.). **The dynamics of dialogue**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1990.

LINELL, Per; LUCKMANN, Thomas. Asymmetries in dialogue: some conceptual preliminaries. *In*: Marková, Ivana; Foppa, Klaus (orgs.). **Asymmetries in dialogue**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1991.

LIRA, Jailton de Souza. **O neoliberalismo na educação pública alagoana durante o governo Teotônio Vilela (2007- 2014)**. 2016. 345 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2016.

LIRA, Jailton de Souza; HERMIDA, Jorge Fernando. Gestão, financiamento e (des)valorização da educação em Alagoas (2007-2014). **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos-SP, v. 12, n. 1, p. 132-150, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2031/675>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LUCHT, Janine Marques Passini. Gêneros no radiojornalismo. *In*: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Manifestações de poder em formas assimétricas de interação. **Investigações**; Linguística e Teoria literária, Recife-Pernambuco, v. 1, 1991. Disponível em: <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1494/1167>. Acesso em 04 jul. 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Assimetria, poder e adequação na interação verbal. **Investigações**; Linguística e Teoria literária, Recife-Pernambuco, v. 5, 1995. Disponível em: <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1515/1181>. Acesso em 04 jul. 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atividades de compreensão na interação verbal. In: PRETI, Dino (org.). **Estudos de língua falada**: variações e confrontos. São Paulo: Humanitas, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. 5. ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Ática, [1986] 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 6. ed. São Paulo: Cortez, [2001] 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Fenômenos da linguagem**: reflexões semânticas e discursivas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A oralidade no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a fala. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Ângela Paiva (org.). **Fala e escrita**. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2011.

MARINHO, Edmilson. Rio Largo e a primeira emissora de rádio em Alagoas. **Edmilson Marinho – temas de interesse geral**, Rio Largo, 4 jul. 2011, seção Cultural. Disponível em: <https://edilsonmarinho.wordpress.com/2011/07/04/rio-largo-e-a-primeira-emissora-de-radio-em-alagoas/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MARINHO, Edmilson. Rádio Comunitária para Rio Largo-AL. **Edmilson Marinho – temas de interesse geral**, Rio Largo, 7 jan. 2013, seção de Cidadania, Cultural, de Notícias e de Política. Disponível em: <https://edilsonmarinho.wordpress.com/2013/01/07/radio-comunitaria-para-rio-largo-al/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, José. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. *In*: MELO MARQUES DE, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.39, n.1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MCLEISH, Robert. **Produção de rádio**: um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo: Summus, 2001.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista**: o diálogo possível. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008.

MELO JUNIOR, José Nildo Barbosa de; SANTOS, Maria Francisca Oliveira (Orgs.). **Perspectivas em Retórica e Análise da Conversação**: um percurso em gêneros textuais/discursivos. Maceió: Edufal, 2016.

MELO JUNIOR, José Nildo Barbosa de. **Aspectos textuais e conversacionais na entrevista oral no radiojornalismo alagoano**. 2016. 176p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MELO JUNIOR, José Nildo Barbosa de. **As relações assimétricas na entrevista oral radiojornalística**. Maceió: Edufal, 2017.

MELO JUNIOR, José Nildo Barbosa de; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. Relações assimétricas e simétricas na entrevista oral radiofônica. *In*: MORAIS, Eduardo Pantaleão; MELO JUNIOR, José Nildo Barbosa de; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **Nas ondas do texto e do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2019.

MELO, Deywid Wagner de; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **Retórica e Análise da Conversação**: um encontro possível em gêneros discursivos. Maceió: Edufal, 2011.

MODESTO, Artaxerxes Tiago Tácito. **Processos interacionais na internet**: Análise da Conversação Digital. 2011. 195 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAIS, Eduardo Pantaleão; MELO JUNIOR, José Nildo Barbosa de; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **Nas ondas do texto e do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2019.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORIN, Edgar. L'interview dans les sciences sociales et à la radio-télévision. *In: Communications*, n. 7, 1966. Radio-télévision: réflexions et recherches. p. 59-73.

MORIN, Edgar. A entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão. *In: MOLES, Abraham A. et al. Linguagem da Cultura de Massas: televisão e canção. Seleção de ensaios da Revista Communications. Trad. Sebastião Velasco e Cruz e Hilda Fagundes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.*

MORO, Eliane Lourdes da Silva *et al.* **Contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas brasileiras.** Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/587/3/LIVRO%20BIBLIOTECAS%20ESCOLARES.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

MP entra com ação contra Secretaria da Educação e governo de Alagoas. **G1 AL**, Maceió, 03 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/09/mp-entra-com-acao-contr-secretaria-da-educacao-e-governo-de-alagoas.html>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MYERS, Greg. Análise da conversação e da fala. *In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.*

NUNES, Valfrido da Silva. **Gênero textual na esfera jornalística.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Uma leitura sociointeracionista do gênero de texto piada na oralidade.** 2006. 132 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

OLIVEIRA, Fabiana de. **O humor na Linguística: um estudo do gênero piada na oralidade.** Maceió: Edufal, 2015.

OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. *In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas.* 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias: Pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Arte, Paraná**, v.2, n.3, p. 1-16, 2008. Disponível: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122/2459>. Acesso em: 02 dez. 2020.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Práticas linguístico-não verbais no discurso interativo de sala de aula.** 2012. 230 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2012.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo: Summus, 1985.

OYAMA, Thaís. **A arte de entrevistar bem.** 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PAIVA FILHO, Arnaldo Pinto Guedes de. **Rio Largo: cidade operária.** Maceió: SENAI/AL, 2013.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Análise crítica do discurso: do linguístico ao social no gênero midiático.** São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PENHAVEL, Eduardo de Souza. **Marcadores discursivos e articulação tópica.** 2010. 168 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

PRADO, Emílio. **Estrutura da informação radiofônica.** São Paulo: Summus, 1989.

PRETI, Dino (org.). **Análise de textos orais.** São Paulo: Humanitas, 1993.

PRETI, Dino (org.). **Estudos de língua falada: variações e confrontos.** São Paulo: Humanitas, 1998.

PRETI, Dino (org.). **O discurso oral culto.** 2. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

PRETI, Dino (org.). **Fala e escrita em questão.** 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2000.

PRETI, Dino (org.). **Interação na Fala e na Escrita.** 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2003.

PRETI, Dino (org.). **Oralidade em diferentes discursos.** São Paulo: Humanitas, 2006.

PRETI, Dino (org.). **Cortesia verbal.** São Paulo: Humanitas, 2008.

QUARENTA escolas estaduais de AL ainda não iniciaram ano letivo de 2014. **G1**, Maceió, 29 abr. 2014c. Disponível em:

<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/04/quarenta-escolas-estaduais-de-al-ainda-nao-iniciaram-ano-letivo-de-2014.html>. Acesso em: 09 dez. 2021.

RAMIRES, Lídia Maria Marinho da Pureza; FERRO, Ricardo José Oliveira. Panorama do rádio em Maceió. *In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, n. 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Caxias do Sul: Intercom, 2010. p. 1-15. Disponível

em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3263-1.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RISSO, Mercedes Sanfelice; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; URBANO, Hudinilson. Traços definidores dos marcadores discursivos. *In*: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015.

RISSO, Mercedes Sanfelice. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. *In*: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015.

RODRIGUES, Ângela Cecília Souza. Língua falada e língua escrita. *In*: PRETI, Dino (org.). **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas, 1993.

RODRIGUES, Marcos. Abandono do IZP pelo governo Renan Filho frustra servidores públicos. **Portal Gazetaweb.com**, Maceió, 14 nov. 2019, seção de Política, Notícias. Disponível em: https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/11/abandono-do-izp-pelo-governo-renan-filho-frustra-servidores-publicos_89015.php. Acesso em: 11 nov. 2020.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. **Veredas** – Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, v. 7, n. 1 e 2, p. 9-73, jan./dez., [1974] 2003. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo14.pdf>. Acesso em 02 dez. 2020.

SANCHES, Carolina. SMCCU realiza operação para retirar ambulantes do Centro de Maceió. **G1 AL**, Maceió, 05 ago. 2014a, seção Regiões, Alagoas. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/08/smccu-realiza-operacao-para-retirar-ambulantes-do-centro-de-maceio.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

SANCHES, Carolina. Ambulantes querem regularização da atividade no centro de Maceió. **G1 AL**, Maceió, 05 ago. 2014b, seção Regiões, Alagoas. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/08/ambulantes-querem-regularizacao-da-atividade-no-centro-de-maceio.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

SANDES, Marcelo. IZP: 11 anos de fundação. [jan. 2012]. Entrevistador: ASCOM. Maceió, 2012. *In*: BARRETO, Iranei. Emissoras do IZP avançam em tecnologia e ganham reconhecimento local e nacional. **Instituto Zumbi dos Palmares – Sistema de Comunicação Pública de Alagoas**, Maceió, 06 jan. 2012. Notícias. Disponível em: <http://www.izp.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2011/12/emissoras-do-izp-avancam-em-tecnologia-e-ganham-reconhecimento-local-e-nacional>. Acesso em 02 jun. 2020.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **Professor-Aluno**: as relações de poder. Curitiba: HD Livros, 1999.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **A interação em sala de aula**. Recife: Bagaço, 2004.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **Os elementos verbais e não verbais no discurso de sala de aula**. Maceió: Edufal, 2007.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. Simetria e assimetria no discurso de sala de aula. *In*: MOURA, Denilda (org.). **Os desafios da língua**: pesquisas em língua falada e escrita. Maceió: Edufal, 2008.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **As marcas retórico-críticas no gênero editorial**. Maceió: Edufal, 2011.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **As relações de poder na interação professor-aluno**: marcas linguísticas no discurso de sala de aula. Deutschland: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

SANTOS, Suzy dos. Nem só de samba e futebol vivem as tradições históricas brasileiras: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo. *In*: CABALLERO, Francisco Sierra. IX Congreso Iberoamericano de Comunicación: El espacio iberoamericano de comunicación en la era digital, 2006, Sevilla. **Anais do IX Congresso Iberoamericano de Comunicación**. Sevilla: Ibercom, 2006. p. 1-25. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/33777>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SANTOS, Clariza. Alagoas ganha nova estrutura de rádio: 98,3 FM. **Portal Gazetaweb.com**, Maceió, 09 mar. 2019, seção de Política, Notícias. Disponível em: <https://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=333677>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. *In*: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard (org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro, a partir dos originais em francês. Campinas, SP: Mercado de Letras, [1996] 2004.

SERVIDORES da Educação de Alagoas protestam por melhorias salariais. **G1**, Maceió, 28 jan. 2014b. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/01/servidores-da-educacao-de-alagoas-protestam-por-melhorias-salariais.html>. Acesso em: 09 dez. 2021.

SETTE, Neide M. Durães; RIBEIRO, M. Sophie Guieu C. T. Interação face-a-face: simetria/assimetria. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n.7, p. 87-105, 1984.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luiz Antônio da. Conversação: Modelos de análise. *In*: SILVA, Luiz Antônio da (org.). **A língua que falamos**: português: história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 2005.

SILVA, Luiz Antônio da. Perguntas e respostas: oralidade e interação. *In*: PRETI, Dino (org.). **Oralidade em diferentes discursos**. São Paulo: Humanitas, 2006.

SILVA, Luiz Antônio da. Cortesia e formas de tratamento. *In*: SILVA, Luiz Antônio da. **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.

SILVA, Luiz Antônio da. Um caso particular: diálogo ou entrevista? **Letras** – Oralidade e Ensino: discussões teórico-metodológicas, edição especial, n. 1, p. 79-96, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/38823/pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

STEGER, Hugo. **Sprechintentionen und kommunikationssituationen**. Freiburg: unveröffentlicht, 1976.

TICIANELI, Edberto. A história do rádio em Alagoas. **História de Alagoas**, 06 jun. 2015a, seção Memória Urbana. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/a-historia-do-radio-em-alagoas.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.

TICIANELI, Edberto. Gustavo Paiva, o comendador dos operários de Rio Largo. **História de Alagoas**, 29 jul. 2015b, seção de Personalidades. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/gustavo-paiva-o-comendador-dos-operarios-de-rio-largo.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

URBANO, Hudinilson. Marcadores conversacionais. *In*: PRETI, Dino. (org.). **Análise de Textos Oraís**. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos basicamente interacionais. *In*: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Vieira. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

VIEIRA, Ricardo de Souza. **A luta das rádios comunitárias na cidade do Pioneiro**: Alternativa FM, a primeira rádio comunitária legalizada de Delmiro Gouveia. 2018. 152 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, 2018.

VILLAÇA, Ingedore Grunfeld; BENTES, Anna Christina. Aspectos da cortesia na interação face a face. *In*: PRETI, Dino (org.). **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikoláievitch. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

WATSON, Rod; GASTALDO, Édison. **Etnometodologia & Análise da Conversa**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. **Conversa ao Pé do Rádio: um estudo da interação comunicador-ouvinte**. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 1995.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. **A linguagem do rádio**. 1. ed. Catanduva, SP: Rêspel, 2006.

ANEXOS

ANEXO A – Normas de transcrição

OCORRÊNCIAS	SINAIS
Incompreensão de palavras ou segmentos	()
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)
Truncamento brusco: quando alguém é cortado pelo parceiro ou quando o falante corta uma unidade	/
Entoação enfática	MAIÚSCULA
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais
Interrogação	?
Não se utilizam sinais de pausa, típicos da escrita, como ponto e vírgula, vírgula, ponto-final e dois-pontos. As reticências marcam qualquer tipo de pausa	...
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático.	-- --
Sobreposição de vozes: usa-se a partir do ponto que começa a outra fala	[
Sobreposição localizadas de vozes	[]
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)
Falas simultâneas: dois falantes ao mesmo tempo	[[
Sinais de pausa	+ para cada 0,5s. Para pausa além de 1,5s, indica-se o tempo.
Sinais de entonação: aspas duplas correspondem mais ou menos ao ponto de interrogação	“ ”
Repetições	Duplica-se a parte repetida.
Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção	ah, éh, oh, ih, ahn, ehn, uhn, tá
Citações	“citação”
Iniciais maiúsculas	Para nomes próprios ou siglas
Não se usa ponto de exclamação	
Indicação de transcrição parcial ou de eliminação	/.../
Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados	<u>A descoberta do mundo...</u> de Clarice Lispector
Podem-se combinar sinais	oh:::... (alongamento e pausa)
Silabação	- (por motivo o-pe-ra-cio-nal)

ANEXO B – Evento discursivo 1

L1 gente... olha tô recebendo aqui no estúdio o:: TF... né? que é estudante e escritor e também a PN que é coordenadora da biblioteca do SSCOM e a gente vai falar um pouco sobre essa obra Um gesto de amor que é uma obra inédita... né? e eu achei que o meu produtor F ele não é um leitor ele é um devorador de livros né? ele adora né? e ele disse olha O é um bate-papo uma obra muito interessante né? vai ser um papo muito legal porque eu também sou um cara que gosta muito de ler... e a gente vai falar um pouquinho sobre essa obra falar um pouquinho também sobre a biblioteca do SSCOM... rapaz uma carência tão grande que nós temos de bons espaços... pra que as pessoas possam né? ter uma boa leitura ou encontrar boas obras... tem muita gente que sequer conhece o espaço né? e a gente vai poder também falar sobre esse assunto... deixe eu cumprimentar aqui o T... tudo bom T?... prazer recebê-lo aqui nos estúdios

L2 obrigado... o prazer é todo meu

L1 agora aqui vo/ tem dizendo que você é estudante e escritor... você é estudante de que T?

L2 de química industrial do:: Instituto de Educação Técnica

L1 química industrial... né? uma matéria pesada... eu aliás admiro quem escolhe química física... era meu terror quando eu era mais novo... não que eu não desenrolasse... mas é que eu não gosto mesmo né? e de repente você vai né? e escreve um livro que tem tudo a ver com sensibilidade né? com com carinho né? com um gesto de amor... como é o título do livro... essa sua outra face né? o químico industrial também é uma pessoa que gosta de falar de amor T?

L2 ah eu gosto... os livros que eu mais gosto de ler são os de romance... porque é um livro que traz um ensinamento... traz uma mensagem bonita... então... os primeiros livros que eu comecei a ler foram no Bibliotec foram os romance... eu li quase todos os romance da biblioteca volante... então eu já tinha histórias na mente só que eu nunca tive coragem de escrever... foi com o incentivo da bibliotecária que vinha na biblioteca ela disse olhe T escreva... não tenha medo escreva arrisque

L1 [mas começou como? você começava a escrever um texto... aí mostrou... aí de repente o pessoal disse olha você tem jeito escrevendo

L2 [não... eu sentava logo e ia preparar... sentava logo e ia digitando... aí o primeiro livro mesmo deu quase quinhentas páginas

L1 esse não é o primeiro livro?

L2 não... o primeiro livro mesmo eu fiz... mas não

L1 [não publicou... apenas fez

L2 não

L1 qual era o livro?

L2 tem título e tudo... é Recomeçar o nome dele...

L1 Recomeçar...

L2 é

L1 por que você não teve interesse de lançar? Foi por dificuldade mesmo?

L2 [eu ia precisar melhorar bastante... eu tinha uns quinze anos na época então... foi logo no início mesmo... muito::... vai pisar ser lapidado bastante

L1 olha... eu:: eu tô tentando lembrar... eu vou cumprimentar também a P... eu tô tentando lembrar o nome do autor... eu gosto muito de um canal no Discovery D né? que é da net... tem na Sky também... e eu tava vendo uma matéria sobre um escritor americano... meu deus... que coisa triste eu não lembrar o nome dele... é recente... de que ele começou muito novo assim com catorze... quinze anos... agora ele tinha um potencial muito grande... começou a despertar o interesse... né? de algumas pessoas e ele é considerado uma das pessoas mais misteriosas da literatura americana... eu lembro daqui a pouco o nome... mas começou muito cedo... é óbvio que ninguém vai esperar que um garoto de catorze quinze anos sente e e e:: primeiro né? tem que passar por uma revisão... tem que passar por uma edição e com certeza é um primeiro passo... e aí veio o segundo livro né? que você já escreveu com que idade T? você é muito jovem né? você tem quantos anos?

L2 vinte e um

L1 vinte e um... então é muito jovem... então quando foi que você escreveu o segundo?

L2 dezesseis anos... eu ainda tava frequentando a:: Bibliotec... terminei o outro livro há uns três meses... tava muito eufórico

[]
L1 empolgado

L2 empolgado... passava o dia inteiro no computador digitando... era dois três capítulos... aí () chamou eu ainda tava frequentando o Bibliotec... ainda vim pro bairro... tava no ensino fundamental ainda e foi rápido... um mês eu escrevi o livro... só guardei na gaveta... deixei lá depois de dois anos... tirei revisei enviei pras editoras... tive a casa de aceite

[]
L1 e conseguiu publicar

L1 daqui a pouco vou falar sobre a obra... tá aqui o livro em si na minha frente né? Um gesto de amor... o que você faria por alguém que ama? é uma pergunta muito forte né? eu sempre digo aqui no ar que tem pessoas que a gente ama né? que nós somos capazes de morrer por elas... e existem pessoas que a gente ama que nós somos capazes de matar e morrer por ela né? então daqui a pouco a gente vai falar um pouquinho sobre a obra do TF... deixe eu cumprimentar a P... P né? boa tarde... aliás bom dia né? é porque eu faço um programa na rádio Crepúsculo também... aí de vez em quando eu troco o nome de rádio troco o nome de troco o horário também... mas bom dia né? P... brigado pela sua presença né? como é que foi que vocês perceberam no T essa facilidade que ele tinha de produzir de escrever ehn P? bom dia

L3 bom dia... éh desde já a gente agradece né? por essa divulgação

L1 nada... que é isso

L3 éh... o projeto Bibliotec é um projeto de biblioteca né? um dos projetos da biblioteca né? é uma biblioteca volante que a gente visita dez bairros de Maceió pra facilitar o acesso do leitor ao livro né?... porque a gente sabe que nem todas as vezes as escolas tem bibliotecas nem salas de leitura né? facilitar esse acesso e promover a leitura o incentivo o hábito o gosto né? e aí assim a gente fica nas comunidades né? conversando com:: com as pessoas que visitam o projeto... dizendo a importância dessa leitura... a gente faz empréstimo de livro... e o T o T é um diferencial entre os jovens né? porque a gente sabe da dificuldade do jovem de entender a leitura como:: um momento de prazer né? a gente as pessoas associa muito a leitura com o estudo... nunca como entretenimento que a pessoa pode se divertir lendo conhecendo novos espaços novos lugares através da leitura... então o T já tem né? o Bibliotec foi mais um canal... mas ele já tinha esse gosto esse amor pela literatura e:: a gente quando percebe o incentivo o gosto que a pessoa tem de tá pegando o livro sempre que a biblioteca tá lá no bairro... essas pessoas são bem diferenciadas né? elas vão levar o livro emprestado... devolvem na data certa... pega novamente e aí a gente começa a conversar... tem um laço de com o/ um estreitamento de amizade com o público e aí a gente vai percebendo e vai incentivando né? na necessidade como ele falou na época a Mônica que era a pessoa que tava no caminhão e sempre incentivou que ele levasse porque pela inexperiência pela idade pouca ele ficou com medo de levar um não né? e desestimular pra ele escrever... e aí você vê que a obra dele é tão que ele mandou pra cinco editoras e as cinco quiseram publicar o livro dele né?

L1 é rapaz... daqui a pouco quero saber o conteúdo desse danado... eu eu sou um cara que eu gosto muito de tecnologia de computação de de informática de uma forma geral né? smartphones tal... é praticamente impossível você fugir dessa realidade né? ela tá posta aí é uma revolução e tal... mas ela tirou um pouco principalmente com o advento dos e-books né? de outras mídias digitais... ela tirou um pouco da magia do do livro... ela tirou um pouco que eu falo do interesse das pessoas não da magia que essa essa não se perde muito... porque infelizmente hoje o número de de jovens que se debruçam sobre um livro... ele é muito pequeno né?... infelizmente ele é muito pequeno e a leitura ela é fantástica... são poucos... ahn os diretores né? e produtores que conseguem por exemplo fazer uma adaptação de um bom livro pra o cinema que seja boa né? adaptação tem várias aí... por que eu faço essa essa co/ essa colocação? porque um livro é uma coisa única né? você tem um roteiro ali na frente uma história... mas quem vai criar ela é a sua cabeça... então o cenário os personagens... tudo isso não tem diretor no mundo que vá conseguir levar pra uma tela de cinema... eu cito um exemplo tem um livro sensacional... eu sou um cara que gosto muito de filosofia e tem um livro sensacional de um escritor holandês que eu não me arrisco a dizer o nome dele né? chamado O mundo de Sofia... pra quem gosta de filosofia ele é um livro fantástico é um livro enorme... mas que você viaja pelo mundo da filosofia de forma muito sutil... tem muitas pessoas que tem medo de filosofia né T? e O mundo de Sofia lhe dá essa possibilidade de você viajar... você vai lendo a história... da pequena Sofia recebendo as cartas dela recebendo as informações tal pa pa pa... recentemente fui tentar assistir esse filme... você já assistiu?

L2 não

L1 uma desgraça cara... a adaptação... tem nada a ver com o livro... eu viajei li aquele livro em três dias e ele é um livro enorme né? é mui/ tem mais de quinhentas páginas quase seiscentas páginas... então não tem como comparar gente... o ato de você sentado... de você deitar abrir um livro e ler... cê ler

Stephen King o Cemitério maldito ((risos)) né? você fica com medo lendo o livro porque você fica imaginando né? e por isso que projetos tão legais como esse né? realmente ajudam muito né? e se percebe né P? há uma diferença até no rendimento escolar dos estudantes quando são estudantes que se dedicam mais à leitura né?

L3 com certeza... éh a grande preocupação que a gente enquanto profissional de biblioteca que eu sou bibliotecária de ver... é pra que as pessoas entendam... os educadores principalmente as escolas que as pessoas associam um projeto muitas vezes ao lado financeiro... ah eu não fiz porque eu ia gastar muito... mas só de você ter na sua escola aquele espaço nem que seja pequeno adaptado... pra que a criança desde a infância já visite esse espaço com um momento de leitura... essa criança vai crescer diferenciada... porque a gente vê a dificuldade que as pessoas tem de entender esse espaço... é como eu falei... como pensa não... livro é caro de fato livro é caro realmente é... mas tem vários projetos por aí... não só do SSCOM né? que tem aquele Leia+ que que você manda... éh cadastra seu e-mail e recebe... são obras pequenas mas já você recebe gratuitamente

L1 []
com certeza

L3 então assim... o importante é você se/ ter ciência da importância da construção desse espaço... que ele seja um espaço pequeno dentro da escola mas que os alunos tenham acesso a esse mundo né? que o livro nos permite... que o professor tenha essa sensibilidade de não:: cobrar da criança né? impor que tem que fazer a leitura daquele livro... fazer uma prova... fazer um trabalho... mas pelo lado prazeroso...

L1 fica uma coisa natural né?

L3 quantos quantos escritores tem história aí que começaram a escrever depois de uma certa professora lá na infância que falava de um livro de uma magia de um encantamento que ele... a partir daquele momento começou a escrever... o T é um exemplo ele é uma pessoa que nasceu com esse gosto pela literatura... mas através do encantamento do projeto Bibliotec... ele

L1 []
ele aflorou... deixou isso aí

L3 se viu que era capaz também de escrever um livro... depois de fazer todas as leituras dos romances que tem no projeto... então eu acho que muito da pesso/ do profissional que tá à frente daquela criança seja ele um pedagogo seja ele um bibliotecário seja ele um auxiliar de biblioteca... porque o incentivo não tem muito a ver com a formação... você tem tantas histórias aí tão bonitas também de pessoas que não sabem ler e que incentivam o outro ler... tem vários projetos já nacionais que mostraram que mostram em São Paulo no Rio catadores de lixo que montaram biblioteca porque encontrou vários livros

L1 []
olha

L3 lá no lixo né? borracharia em São Paulo que do la/ dentro da borracharia tem um biblioteca... porque a pessoa entende o poder de transformação da leitura né? e aí a gente fica muito feliz de saber que tá contribuindo né? na formação desse do do escritor como o T que tem todo um potencial... né? que a obra dele é maravilhosa linda... quando as pessoas começarem a ler vai entender do que a gente tá falando né T?

L2 é

L1 e eu quero falar justamente daqui a pouco sobre essa obra né?

L3 []
é

L1 tá aqui aliás a capa muito bonita né?

L3 é... linda e saber que a gente continua na rua e que tá nos bairros de Maceió desde 2008 Bibliotec aqui em Maceió... agora desde 2012 em Arapiraca né? o SSCOM promovendo esse momento de leitura e encantamento do acesso né? ao livro... que já que as pessoas reclamam tanto que livro é caro... ah eu não leio porque livro é caro num sei o quê... a gente tá aqui nas ruas né? oferecendo tudo isso gratuitamente... tirando o nosso serviço de biblioteca mesmo né?... na biblioteca do Poço que também é aberta a toda a comunidade como na sala de leitura no SSCOM Centro como nos projetos de biblioteca ambulante que a gente visita as empresas... são dezesseis empresas do comércio que a gente leva também esses livros tudo gratuito... aí hoje eu digo assim só não tá lendo quem não quer

L2 []
lendo quem não quer

L1 quem é preguiçoso...

L1 T vamo falar um pouquinho sobre essa obra... é a sua segunda obra... a primeira publicada né? primeiro sobre o que fala o livro T?

L2 o livro é um drama familiar... que retrata... o foco do livro é a forma como você pode você pode aceitar... permitir uma amizade na sua vida... então uma pessoa estranha chega na sua vida... às vezes

you não confia... e aquela pessoa é que pode traz/ mudar a sua vida... trazer um:: benefício you não imagina... então Um gesto de amor conta a história de Lisa é uma editora-chefe de um jornal que eu criei... ((risos)) espaço em Curitiba e:: ela tem aquela vida corrida com o filho dela... ela é a mãe é o pai o irmão da criança e o filho dela termina criando um laço de amizade com o professor dele da escola... nesse laço de amizade termina criando um laço amoroso entre ela e o professor... só que ela tá muito ela não quer arriscar um novo amor

[]

L1 ela sofreu muito... não quer se abrir pra o mundo...

L2 é... não quer arriscar... ela se tranca totalmente... e ne/ nessa amizade que começa rolar entre o menino... o Bruno e o André que é o professor surge um ciúme... entre os amigos dela e uma mentira é feita né? pra

[]

L1 você não conta o filme to/ o livro todo não viu cara?

L3 ((risos))

L2 não... é só só um resumozinho... aí nessa mentira a gente vê o poder que uma mentira tem pra destruir a vida de uma pessoa

[]

L1 não tenha dúvida disso...

L2 só um gesto de amor vai ser capaz de reverter a situação todinha

L3 ((risos))

L1 que coisa rapaz... caramba... e quando você senta ou se debruça pra pra escrever um livro... esse é o seu segundo né? livro... o primeiro que você publica... você já tem a ideia na cabeça de como você vai por exemplo começar e terminar... né? ou você sabe como vai começar e na hora que tá escrevendo é que as ideias vão surgindo e você chega ao produto final?

L2 não... eu já penso logo no início e no fim

L1 você já sabe de/ como quer com/ mas já aconteceu de no meio você dizer poxa mas se acontecesse isso poderia ser legal tal?

L2 sim quando você já chamou foi assim

[]

L1 ainda muda um pouquinho...

L2 já chamou eu não imaginava esse final...

L1 não imaginava?

L2 imaginava outro final... mas quando chegou no meio do livro os personagens não queria aquele final que eu criei... teve/ tive que seguir...

[]

L1 você tá como autor de novela né? ((risos)) vai sentindo como é que tá a população

L2 eu tive que seguir o que eles queriam e foi totalmente foi o primeiro livro que eu fiz que mudou totalmente o rumo da história

L1 da história... agora éh a P trouxe uma informação interessante... você mandou esse livro pra pra cinco editoras

[]

L2 foi

L1 e foi aprovado nas cinco?

L2 foram... uma editora mesmo era editora de Portugal XP Editora ela insistiu muito por e-mail... só o valor é muito alto... eles não querem arriscar um livro desconhecido... então eles cobram um valor alto... teve uma editora mesmo que cobrou quinze mil reais...

L1 nossa

L2 aí eu disse não... dessa forma não é possível... eu sou estudante e tudo eu ainda corri atrás de patrocínio e tudo... mas ninguém... estava pronto pra:: ajudar também era um investimento muito alto

L1 lógico

L2 aí eu enviei pra mais quatro editoras... as quatro enviaram e a única que deu pra mim foi a JN... Editora

[]

L1 JN... é de onde essa editora?

L2 Ribeirão Preto

L1 Ribeirão Preto

L2 editora que tá arriscando mesmo nos autores nacionais... e:: abriu as portas pra mim e foi muito bom pelo menos o meu sonho realizou né?

L1 não... com certeza... e olha eu não tô eu não li o livro né?... pela história deve ser uma história fascinante... mas tá muito bem feito tá muito bonito o livro né? a escolha quem foi que escolheu a capa T?

L2 o capista da própria editora criou

[
L1 criou mandou pra você

L2 foi... e eu aprovei... a capa tem todo o significado do livro...

L1 tem todo o significado... não e realmente tá muito bonito o livro... éh tá tá tá muito bem feito né? tá muito bem escrito... e a próxima obra o que é que você tá pensando já?

L2 a próxima obra

[
L1 já já tem na cabeça o que é que vai fazer T?

L2 não... já está pronta

L1 já está pronta?

L2 já

L1 e é sobre o quê a próxima obra?

L2 é um romance jovem

L1 romance jovem... você pretende seguir mais nessa linha de romance? é mais ou menos o que você gosta?

L2 sim é

L1 ou de repente no futuro... você pretende... sei lá fazer alguma coisa meio policial tal?

L2 não

L1 um romance policial de repente... por que não?

L2 não penso... eu só:: pra mim eu... só me vejo escrevendo romance... seja ele jovem seja ele adulto... ele juvenil... não pra mim até uma fantasia eu tenho umas ideias pra fantasia mas é um romance também... não não me vejo escrevendo... eu admiro muito Stephen King mas não me vejo não escrevendo daquele jeito que nem Rauan Rubem não

L3 ((risos))

L1 você você se espelha em algum ator especi/ autor específico?

L2 sim... Nicolas Sparks e... Nora Roberts foi minha inspiração... éh são divinos os livros deles a história de amor

[
L1 você leu você leu muita coisa deles né?

L2 Nicolas Sparks eu li toda toda os livros dele

[
L1 os livros dele

L2 os dezesseis livros dele eu li

L1 éh... isso aí deve abrir um mundo impressionante aí na sua cabeça... minha mãe é que é... apaixonada por livro de romance... eu acho eu acho espetacular... e como é que você define o seu estilo não é?... todo escritor ele tem um estilo... por exemplo o Suassuna que... faleceu recentemente ele dizia que era uma cara altamente regionalista... ele gostava de escrever as coisas da região dele... de usar uma linguagem muito própria... aliás tem uma passagem de Suassuna que eu acho espetacular... espetacular e real né? ele disse que uma palestra dele... eu assisti tive o prazer de assistir uma palestra do Ariano Suassuna... e ele dizendo que tinha um amigo dele que era muito chato... que gostava de dar pitaco nas obras dele... chegava assim perto dele e dizia e aí tá escrevendo o quê?... não tô escrevendo isso... vai por que caminho? por esse tal... rapaz por que você vai por aí? por que você não vai por aqui? ele disse que detestava isso... e ele lembrando que quando começou a escrever Auto da Compadecida... que foi uma das grandes obras dele... a única não?

L2 obra-prima

L1 é obra-prima dentre muitas né?... o Ariano era espetacular... é isso quando eu digo quando a pessoas às vezes não se informa ou não lê não é? que não é o seu caso nem o da P e modéstia parte não é o meu né? a pessoa lembrar do Arian/ Ariano Suassuna pelo filme que passou na globo...

L2 é

L1 não é? quando ele tem uma obra vasta né? imensa o Ariano Suassuna... e ele escrevendo Auto da Compadecida ele disse que... começou a conversar com um cara... tá fazendo o quê agora? ele disse não... tô contando a história né? dos meus dois heróis tal... a história de nossa senhora no Auto da Compadecida o julgamento tal aí o cara faz tem cangaceiro? aí ele disse tem cangaceiro tal porque é no sertão tal... fez qual o nome dos heróis? ele disse Chicó e João Grilo... aí o cara fez ah não vai dar certo não... ((L2 e L3 riem)) o cara dizendo isso pra Ariano Suassuna ((risos)) meu amigo... já viu um livro com dois heróis chamados Chicó e João Grilo? primeiro... você não tem né? como traduzir isso pra outra língua... como é que você vai traduzir pro inglês Chicó e João Grilo? como é que você vai

traduzir pro russo Chicó e João Grilo? tem que ser um nome que seja traduzido né? tipo:: éh aí ele citou lá dois nomes paul não é? Paulo que pode ser Paul num sei o quê e tal e o Ariano disse uma coisa sensacional... ele fez é interessante é engraçado... eu quando for escrever eu tenho que pensar no que os outros de fora vão ler? ((L2 e L3 riem)) Quando Tolstói ou outro grande escritor escreveu algum romance alemão ou russo tal... não pensou em colocar o Baryshnikov ((L2 e L3 riem)) o Stetchkov como um nome que pudesse que ser traduzido pro português ((L2 e L3 riem))

[]
L2 pra o português
L1 então vai ser Chicó e vai ser João Grilo ((L2 e L3 riem)) e tá aí Chicó e João Grilo um dos grandes sucessos né?

L2 sucessos
L1 então tá aí... eu queria só contar essa história porque eu sou fã de Suassuna como também de outros grandes escritores né? e ele disse não eu sou regionalista... eu gosto de escrever sobre a/ a minha região e usar uma linguagem muito própria como é a de Stephen King que é um cara meio até pornográfico né? adora um palavrão nos livros dele...

L1 a sua obra... você se define enquanto autor como? qual o seu estilo?
L2 eu gosto de colocar bastante sentimentalismo nas palavras... eu eu quero com/ comover o leitor no meu enredo nos meus personagens

[]
L1 fazer chorar né?
L2 é... pra mim um... eu particularmente acho que um livro que não tem sentimento não transmite aquela mensagem pra você no final de você ficar ah meu Deus que livro lindo... não é um uma boa obra...

L1 você é daqueles...
[]
L2 por isso eu escolho bem as palavras pra tocar mesmo o leitor
L1 você você você... eu imagino você assistindo A culpa é das estrelas ((L2 e L3 riem)) você foi assistir?
L2 não... ainda não

L1 vai chorar pouco hum ((L1, L2 e L3 riem)) porque assim... você é um cara muito sentimental e tal... e diz que é uma obra muito bonita né? minha filha já assistiu várias vezes de onze anos e disse que toda vez chora sai do cinema chorando né? vá rapaz...

[]
L3 mas é lindo...
L3 e o T é muito modesto viu? porque:: em algumas críticas aí fora ele tá sendo comparado ao John Green... né?

L1 eu vi rapaz... eu tava vendo aqui... eu queria falar sobre isso... olha pra você ter uma ideia olha... “que seu talento e astral positivo pode ser ainda mais conhecidos né? e os leitores se contagiem com suas letras apaixonadas... sucesso”... Tammy Luciano autora... do Claro que te amo né? “TF é o John Green brasileiro... que coisa ehn rapaz... prepare o lencinho e o coração que o choro é inevitável e a história é incrível... surge mais uma estrela da literatura nacional”... Janaína Rico que é autora de Cartas para um pai... né? “e falar sobre amor incondicional nos tempos de hoje onde as pessoas estão mais preocupadas com a superficialidade é sempre um carinho para nossa alma... em Um gesto de amor o leitor vai se emocionar ao se deparar com esse forte sentimento... boa leitura”... Vera Lúcia Cervi Mattei autora de ARTHANNYA... e aí rapaz... esses... elogios como é que você vê isso?

L2 quando eu enviei o livro pra elas... fiz o convite a elas né? pra elas lerem o livro fazerem um comentário e botar na contracapa... mas eu não achava que viriam uns comentários desses... quando elas enviaram... eu fiquei assustado... disse meu pai eterno... será que a Janaína leu bem esse livro ((L1 ri)) pra... disse não ela escreve há muitos anos... ela é uma boa crítica... ganhadora de muitos prêmios... ela tem um opinião muito boa muito firme assim na área da literatura então se ela comparou... quem sou eu pra discordar?

L1 cê gosta da obra dele?
L2 eu já li A culpa é das estrelas
L1 já né?

L2 ele é um/ é uma história muito bonita... eu só não acho que tem muito sentimentalismo mas...

[]
L1 é uma das adaptações
L1 é... mas é uma das adaptações que funcionaram no cinema né?

L2 foi... não e principalmente diz que o livro então o filme então foi perfeito
[]
L3 belíssimo

L2 foi uma das adap/ adaptações de livro melhores que teve

L1 é... quem tá recebendo muitas críticas agora é essa adaptação da da Cinquenta tons de cinza né? o pessoal tá sendo muito pesado e muito crítico... é porque é um filme mais pra pra pra quem quem gosta mesmo de romance

[]

L2 um público adulto

L1 de um público adulto... aliás... qualquer pessoa pode ler o seu livro?

L2 sim

L1 independente da idade?

L2 pode... criança... todo mundo pode ler porque... não gosto de falar sexo explícito palavrões... essas coisas no livro... eu gosto...

L1 você fala de amor?

L2 é... falo de amor... pra quê tá botando coisa ruim num livro que eu posso trazer ensinamento melhor?... então o livro ele:: ele pode ser pra qualquer público... criança jovem adulto ler...

L1 já teve o lançamento? vai ter o lançamento? Como é que vai ser?

L3 vai ser sábado né?

L1 vai ser sábado agora? amanhã?

L3 na biblioteca central... no SSCOM Poço a partir das dezesseis horas... e logo após ele vai tá disponível já nas unidades móveis né? enquanto chega os outros exemplares pa/ pras bibliotecas...

L1 que coisa boa

L3 do SSCOM né?

L1 T eu só tenho que lhe desejar sucesso né?

[]

L2 brigado

L1 de coração... parabéns... só falta agora ter um menino e plantar uma árvore ((L2 e L3 riem)) não é? diz que todo homem na vida tem que escrever um livro plantar uma árvore e fazer um filho né?... Geralmente o que é pra ser o último você lançou ((L1, L2 e L3 riem)) primeiro né? e que não deixa de ser um filho né?

L2 é

L1 eu tenho certeza que a sua família né?... os seus amigos devem tá muito orgulhosos... quando um garoto de vinte e um anos né... cara? se se expõe a sentar escrever a colocar no papel tudo que pensa

L2 saudades dos personagens... não... eu não queria terminar Orion... mas infelizmente tenho que acabar

L1 e por que não a continuação a continuação?... não pode não?

L2 não... ele/ essa história tem que ser assim ((L2 e L3 riem))

L1 tem que ser assim né?

L2 tem que ser assim

L1 se mexer um pouquinho pode atrapalhar?

L2 é... se eu mexer qualquer coisa nesse livro... ele já vai perder a essência dele

L1 que coisa boa... P parabéns pela iniciativa viu? e sempre que tiver eventos traga aqui pra gente né? numa num estado que às vezes é tão... e com razão digamos de passagem de ser tão criticado né? por por não incentivar a cultura como deve incentivar por infelizmente ainda ostentar tão altos níveis de analfabetismo né? você tem um projeto que incentiva a leitura né? que incentiva jovens que tem potencial de escrever né? a escrever... realmente é mui::to legal né? então quando você tiver traga pra gente pra cá

L3 que eu tenho assim... uma preocupação de sempre tá dizendo que as pessoas botou esse estigma dizendo que brasileiro não lê... brasileiro lê sim

[]

L2 é... lê muito

L3 a gente sabe ainda que ainda tem muito o que avançar né? pela qualidade da educação né? infelizmente as taxas de analfabetismo como você falou são alta... mas brasileiro gosta de ler sim... o que às vezes falta é realmente esse incentivo né? por isso que a gente sempre tá... na medida do possível quando a gente tá conversando... que as escolas busquem né? desde a infância... a trazer esse espaço né? mesmo que não tenha um profissional ainda que eu sei que nem todas tem tem oportunidade de ter um profissional bibliotecário na na na nos espaços... mas que iniciem pelo menos esse espaço e desde na infância vá apresentando esse livro à criança... mas de um modo prazeroso porque faz toda a diferença... você falou aí do Ariano Suassuna e a gente fica assim muito comovido porque a literatura recentemente perdeu três né? no/ grandes nomes da literatura... Rubem Alves que a gente trouxe o SSCOM trouxe na bienal do do ano passado... que a gente trouxe o Rubem Alves pra um bate-papo... a gente éh já tá/ trouxe também o Ariano Suassuna que ele fez um mapeamento

cultural com o SSCOM também há dois anos atrás ou três e aí assim... perdemos o João Ubaldo Ribeiro né? e tem perdido vários escritores de nome que encantou...

L1 pois é... perde perdem vida né? mas o/ a obra que eles deixaram isso aí é pra eternidade

L3 a gente agradece

L1 P obrigado viu? T parabéns cara... eu quero posteriormente ter a oportunidade de ler a sua obra tá certo?... porque eu vibro muito quando eu vejo um projeto como esse... e bom lançamento amanhã... tenho certeza que vai ser um sucesso a partir das dezesseis horas... prazer T... TF... vinte e um anos apenas gente né? já lançando esse seu livro... recebendo uma crítica tão positiva e eu tenho certeza que vai trazer muito orgulho pra todo o estado de alagoas... e que o próximo romance... né? você pense numa lagoa mundaú também né? FAÇA aqui em Alagoas... eu quero ver um romance alagoano também viu T? vou cobrar isso de você... já tem né? ((risos))

ANEXO C – Evento discursivo 2

L1 Vou conversar agora com AS... nutricionista e organizadora do simpósio... né? DC e também com a PE... psicóloga e também organizadora do:: simpósio DC... bom dia A... tudo bom?

L2 bom dia... bom dia a todos...

L1 bom dia P como é que vai?

L3 bom dia

L1 uhn bem... vocês estão realizando aí o:: simpósio... projeto inclusão DC... o que vem a ser esse... projeto inclusão DC?

L3 o projeto... ele vai tratar da temática da inclusão direcionada aos profissionais da saúde e educação... nós vamos trabalhar essa temática da inclusão... éh numa perspectiva... que trabalha a questão da inclusão não somente como uma questão pedagógica escolar... mas a questão da inclusão... da criança ou da pessoa com alguma necessidade especial com alguma deficiência... no meio social... e nós vamos trabalhar com profissionais diferentes profissionais da área da saúde e da educação... são profissionais que tem uma experiência uma trajetória na inclusão... éh:: neuropedagogo psico éh::/ neuropsicólogos psicopedagogos... pessoal que trabalha com estimulação precoce nós vamos ter um filósofo também falando sobre ética e infância e eu como psicóloga... nós vamos estar trabalhando essas questões vamos também oferecer uma oficina... na área da educação física com algumas atividades possibilitadoras na inclusão dessas crianças no ensino regular...

L1 uhn... existe uma lei... né? que:: que garante essa inclusão mas entre o que tem a lei e o que é a realidade hoje há um abismo muito grande num é? você pode mencionar essa diferença do que que é a lei e o que que é essa realidade hoje que a gente vive?...

L3 é verdade nós vamos trabalhar no:: viés éh na contramão dessa história... porque:: eu entendo assim como os profissionais convidados que partilham dessa perspectiva também... assim como... as famílias né? assim como a A que inicialmente né? me propôs esse desafio quando:: éh:: eu realizo atendimento a crianças com necessidades especiais... de que a inclusão... ela não deve ser vista sob a ótica da legalidade somente mas é uma questão de valores... porque você vai incluir:... não só nas questões escolares mas você vai incluir essa pessoa na vida no meio social... então perpassa essas questões escolares... eu acho que o/a escola é um meio... uma das instituições que possibilita esse convívio da criança... e dos diferentes e é preciso tratar a diferença nessa perspectiva não como uma imposição legal... somente

[
L1 uhn... os professores ainda não estão preparados né? e cada e cada /ser especial é um é uma coisa específica... como lidar então com cada especificidade de cada um em uma sala de aula?...

L3 esse é um desafio... é por isso que nós proPOmos a troca a partilha de saberes de práticas e de teorias que sustentam essa prática dos profissionais... pra lidar com questões específicas... das necessidades especiais como um todo... das deficiências cognitivas intelectuais das síndromes e de algumas questões orgânicas assim também como algumas questões... que:: estão sendo ditas neurológicas mas que a gente tá vendo uma pressa um erro nos diagnósticos e uma medicalização das nossas crianças né? uma medicalização da infância... então é preciso antes... trabalhar essa perspectiva... possibilitar aos profissionais na escola e nos consultórios e nas clínicas e na rede pública de saúde uma formação pra que eles possam agregar à formação à sua formação teórica como lidar com a inclusão... de pessoas com necessidades especiais especificamente... e eu vejo que... a lei vem um pouco na contramão disso porque primeiro foi colocado uma obrigatoriedade legal... e os profissionais da área da educação ficam... sem saber como agir... as escolas ficam se sentindo

despreparadas e:: afirmam isso né? “ah nós não temos preparo nós não temos condições de tratar”... mas isso pode ser revisto a partir de uma outra ótica... não só da le... da legalidade você entende?

L1 uhn

[

L3 eu acho que isso é uma questão mesmo de preparação e do profissional da educação e da saúde tá voltado para essa perspectiva a necessidade de trabalhar a diferença...

L1 uhn...devendo então primeiro preparar primeiro esse pessoal para depois a lei né? ((risos)) não só impor a lei olha e agora vocês cada um aprendam aí né::? com a convivência isso fica difícil né?

[

L3

é:: e a

partir do momento em que você coloca uma lei com uma obrigatoriedade de se aceitar as crianças nas escolas fica uma questão muito impositiva... e:: naturalmente crescem uma rejeição por que como é que me impõe uma coisa se eu não estou preparado pra isso... então é preciso rever muitas questões inclusive na formação acadêmica desses profissionais é necessário também trabalhar com essa perspectiva

[

L1 uhn... justamente na formação

L3 exato

L1 A o:: simpósio vai acontecer quando e quem tiver interessado... como é que faz pra participar?

L2 o simpósio oco/ ocorre do dia sete ao dia nove de agosto... nós estamos com o site aberto para as inscrições... que é projetoinclusaomcz todo junto sem acento.com.br...

L1 uhn... vai acontecer onde?

L2 no SAI do Poço auditório do SAI do Poço... que fica... na Comendador Leão

[
Comendador Leão

L1

L1 uhn... e vocês esperam... quantas pessoas participando aí do::?

L2 nós temos um limite de duzentos e setenta pessoas... tá? então tá sendo muito bem aceito procurado por escolas... porque só completando como mãe agora o que a P falou quando a gente ganha uma criança especial nós temos... todo o trabalho dos profissionais da área da saúde... os médicos orientam mostram o caminho... e quando eles cresce e a gente tem que largar nas mãos dos educadores... não tem quem faça isso... então essa essa é a nossa proposta também né?... de orientar de trocar experiências de mostrar que tem mui::to trabalho dando certo no Brasil... então nós precisamos disso antes de cobrar simplesmente o ensino da inclusão né? é orientar

L1 e vocês vão mostrar então trabalhos... né? de sucesso

L2 de sucesso

[

L1 sendo feitos já

L2 uma das palestrantes ela tá vindo de Portugal... ela é daqui mas tá vindo de um congresso em Portugal sobre inclusão... ela é doutora em educação inclusiva... então ela tem muita coisa pra mostrar...

L1 uhn com certeza né? e pensar nas estu/ nas estruturas que a gente tem nas escolas públicas aqui... é até:: de se assustar né? porque olha ((risos)) até pra acessibilidade já fica bem complicado imagine

[]

L2 isso

L1 o/a a/ a mão de obra... o p/ o professor ali ter essa preparação se esperar pelo setor público nem tão cedo vai acontecer isso

L2 além de nós precisarmos do:: espaço da adequação... nós também precisamos que o professor seja motivado e deseje trabalhar com essa criança... daí a coisa se realiza...

L1 uhn você mencionou né? que é mãe justamente... a P também né? ou:: só foi contaminada aí pela A pra entrar nessa causa e oferecer justamente essa acessibilidade... essa facilidade para quem é portador de uma deficiência?

L3 nós estamos nesse caminho em:: posições diferentes... mas seguindo na mesma direção

L1 uhn

L3 eu como profissional... procurando me especializar e me capacitar no atendimento a crianças com as necessidades especiais ou com problemas no e do desenvolvimento... tô fazendo uma fiz um curso intensivo numa equipe em Porto Alegre que tem profissionais renomados e referenciados nessa área... de trabalho eles trabalham numa perspectiva interdisciplinar que é o que a gente vê que se discute há muito tempo mas que a gente sente a necessidade realmente de efetivar... essa interdisciplinaridade entre os profissionais essa troca essa partilha porque o ser humano é muito complexo pra querer... né? que nós através de uma única área de saber consiga... todas as respostas ou consiga o tratamento

adequado... são profissionais que trabalham com o:: médico psicanalistas éh psicopedagogo fonoaudiólogo/ fonoaudiólogo e:: eles trabalham conjuntamente porque têm aí as questões orgânicas mas têm as questões psíquicas que são fundamental pra o desenvolvimento desse organismo... que/ tem uma sequela orgânica... que tem uma sequela uma questão metabólica ou sindrômica que impede o seu desenvolvama/ o seu desenvolvimento... natural... e que se ele não for trabalhado estimulado precocemente ele... não vai ter os ganhos que uma criança é trabalhada desde o início... então a A como ela... é de Porto Alegre e a filha dela foi trabalhada tratada nessa instituição... nós nos encontramos porque:: eu né? atendo a filha dela e houve um desenvolvimento muito grande um progresso... através dessa minha procura... porque inicialmente

[]

L1 uhn

L3 foi uma identificação mesmo... atender crianças e adolescentes com necessidades

L1 uhn... então o:: o simpósio começa no próximo dia sete... cê tem a programação?... pra poder né? já de co tudo aí ((risos)) a A já tá tudo pronto aí na cabeça dela

L3 nós teremos o coquetel de abertura com a apresentação de uma banda que gravou a música ser diferente é normal que é um trabalho feito aqui em Maceió que na/ o meta social ele tá nos apoiando... e vai divulgar pelo Brasil inteiro e::ssa/ esse clipe que vai ser gravado no dia pra:: mostrar que Maceió existe e também tá trabalhando a inclusão né?

L1 certo

L3 o:: vamos ter o credenciamento às quinze horas da tarde

L1 às três do dia sete

L3 do dia sete o coquetel e a apresentação será em torno das dezessete horas... com a abertura a palestra de abertura da P às dezenove horas

L1 uhn

L3 segue na sexta-feira o início às nove horas da manhã com a palestras de uma psicopedagoga... à tarde teremos a ahh apresentação de uma equipe de meninas que dançam tendo duas com síndrome de dawn e teremos a palestra de um fonoaudiólogo... pode haver uma troca só de de horário

L1 uhn de horário

L3 e no sábado teremos a palestra finalizando a sexta-feira teremos palestra do VM que é o é phd aqui de Maceió vai tá falando sobre a ética e a infância e na no sábado teremos a palestra da MC que é de de porto alegre e:: finalizando com a/ a ministrado por duas educadoras físicas de Aracaju e a oficina com educação física... técnicas circenses pra inclusão

L1 uhn e também lembrando a gente né? ah com relação aí ao simpósio éh o projeto DC... então sete a nove de agosto... paga alguma coisa pra fazer sua inscrição... é gratuito... como é que vai funcionar?

L2 o nosso foco é educadores profissionais da saúde e familiares... então nós temos trezentos e cinquenta reais a inscrição cheia... temos... pra estudantes cento e setenta e cinco reais e estão fazendo grupos de cinco ou mais pessoas a gente mantém o mesmo valor de estudante... né?

L1 cento e setenta/ setenta e cinco isso lógico pra poder ratear esses custos né? que quer queira quer não.. não é uma coisa que é tão baixa assim pra trazer esse pessoal pra cá

[]

L2

nós conseguimos

L1 com hospedagem com tudo

L2 nós conseguimos apoio de empresas ahh grandes... que se engajaram e também tem responsabilidade social, mas há muitos custos que ficaram fora por que as empresas elas entraram com seu serviço né?... então nós temos o pagamento de palestrantes... são palestrantes que renomados... e assim vai... as despesas são três dias né? de projeto

L1 como é que tá a situação né? de Alagoas de Maceió comparando com os outros estados com relação aí vocês lutando justamente pra haver essa inclusão? tá muito distante aí o estado de Alagoas para os outros estados ou tá naquele meio termo... né? não... tá no meio do caminho como é que tá a situação?

L3 nós estamos um pouco aquém do que pode ser feito em relação a inclusão... e não só a inclusão... na no meu ver tem algumas questões que inclusive eu vou trabalhar na minha palestra e que:: mostram um sintoma social que tá acontecendo hoje a gente tá havendo muitas crianças sendo diagnosticadas com alguns transtornos que isso diz também de uma necessidade especial principalmente na área da educação... são diagnosticadas com transtornos e são medicadas... e:: nós temos em alguns estados éh ações de ponta que percebe ou diagnostique diagnostique uma possibilidade de vir a essa criança ter um problema em seu desenvolvimento e já fez um trabalho precoce... de prevenção a esse inclusive na área pública de saúde... então eu vou trazer essas ações para que a gente possa discutir e quem sabe implementar junto a secretaria K aqui do estado... então o estado ainda tá aquém do que pode ser feito na área da saúde da educação com crianças e com pessoas com necessidades especiais

L1 uhn... com certeza... e:: vocês que trabalham sabe a luta que é... eu eu tive uma tia que foi... né? teve síndrome de dawn e:: eu acho que segundo meus doze treze anos eu me lembro... então aquela época a família infelizmente quando existia alguém com essa necessidade ou com dawn ou com outra necessidade a família praticamente era era superprotegia de uma forma assim entre aspas isolando ela da sociedade... ela ficava em casa o dia todo né? uma/ eu me lembro que ela era superinteligente... mas ela ficava ajudando minha vó só cuidando da casa... então não saía não ia a rua... não tinha o convívio com as outras pessoas e isso praticamente né? tava lá prendendo deixava ela presa dentro daquela casa... então hoje pode mostrar que uma pessoa com necessidade especial pode ter uma vida normal né? como qualquer uma outra pessoa embora tenha sua necessidade especial

L2 pode e deve... não é essa questão ela diz muito da:: família... eu sei que é difícil trabalhar nós nós da psicologia dentro da psicanálise e também das áreas de saúde mental é:: difícil é delicado você trabalhar essas questões da relação entre a família as figuras parentais com a criança... porque naturalmente há aí uma quebra daquela idealização que é feita quando você vem a ter um filho e esse filho nasce com alguma questão né? alguma dificuldade ou algum problema então há uma quebra desse narcisismo dos pais e que isso precisa ser trabalhado junto com a criança porque muitas vezes há a justificativa de que é proteção mas não é só isso... então essa criança se ela

L1
alguma coisa assim?]

[
pode se chamar vergonha... receio...

L2 são várias questões e que se inicialmente se essa criança não for incluída dentro dessa família... mas ela for guardada... escondida como é que ela vai pro social... como é que ela vai se desenvolver como uma pessoa de possibilidades... de vir a ser

L1 uhn... com certeza né?... e:: e lógico quem tem um filho especial né? sempre tá nessa... eu tô saindo com meu filho... mas ainda a sociedade olha né? com um certo um olhar um certo olhar diferenciado

L3 algum tempo atrás isso era até bem mais grave né? hoje... eu como a P disse eu sou de porto alegre é muito natural tá nós temos muitos trabalhos lá... aqui em Maceió eu vejo é o medo de tratar né? da frustração de não conseguir chegar ao sucesso e isso impede muita coisa de ser feita... então eu gostaria... o que eu quero com todo esse projeto é motivar... mostrar que dá certo que a gente tem que desejar... amar o trabalho e pode ser feito muito mais... eu vejo uma dificuldade muito grande em todas as atividades extracurriculares né?... quando no brasil inteiro nós temos dawns... a minha filha tem síndrome de dawn... então tocando ahn instrumentos... dançando... atuando maravilhosamente bem... então a gente precisa mostrar que tem caminhos

L1 uhn... e quanto... e quanto mais se descobre cedo né? mais rápido... ou seja... mais rápido pra essa pessoa com essa necessidade especial também ter essa integração com a sociedade né? e o que é que vocês dizem... a gente tem uma abrangência muito grande no interior do estado... tá chegando aí no alto sertão do estado de alagoas... até mesmo entrando aí na Bahia em Sergipe pra essa mãe essa família que tem filho com uma necessidade especial... no interior... lá no sítio né?... que é que ela deve fazer? Procurar o psf é meio complicado né? como é que essa família pode sair dessa... dessa situação? Porque não tem onde procurar... fica bem difícil...

L2 então... essa é uma questão social e política também num é?... nós estamos tratando de cidadãos e que necessitam de recursos e que muitas vezes recursos que ele não tem condições de pagar... é por isso que eu convido né? na verdade eu convoco a todas as pessoas... todos os profissionais da saúde e da educação do interior que venham que participem que procurem ouvir... que estejam abertos a aprender a trocar a fazer trocas de conhecimentos e de práticas que pode ser que os profissionais muitas vezes não tem condições de ir pra fora então a gente traz pra cá né? vamo trazer então pra informar... pra capacitar... pra ver se a gente muda o posicionamento desses desses profissionais pra depois atingir a família... entende?

L2 porque a família inicialmente eu acho que o caminho deve ser daqui lá porque a família começar procurar é mais difícil agora quando a família percebe... principalmente como você diz pra mãe lá no sítio... lá no interior que não tem muito acesso a informação ao conhecimento e que fica ali restrito então nessas situações é papel dos profissionais né? da área social... da área da saúde... da educação mostrar ali que existe possibilidade e que existe tratamento e que existem recursos... trazer... levar essas possibilidades até essas pessoas

L1 uhn... com certeza... vocês duas tão organizando aí esse juntamente com outra equipe... vocês estão aqui comigo organizando esse simpósio... existe uma pretensão aí inclusive uma instigando a outra olha por que a gente não torna esse simpósio início e a formação de uma ong pra capacitar inclusive as pessoas do interior né?... abrir esse leque mais... sair um pouco da capital e chegar até o interior do estado... existe esse desafio... já se pensou nisso ou é uma coisa ainda que vocês podem amadurecer isso mais a frente?

L3 esse é o nosso primeiro projeto juntas... né? existe planos... sonhos... mas a gente quer chegar primeiro nesse né?

L1 uhn... certo

L3 tem pretensões... mas vamos começar agora com o projeto inclusão

L1 uhn... justamente projeto inclusão DC que são vários os desafios né? e consequentemente lógico vocês superando esses desafios as conquistas virão aí também... querem acrescentar alguma coisa mais? façam uma convocação aí para a categoria

L2 bom... eu gostaria de falar acho que vale frisar é fazer uma observação ao que você acabou de dizer... vocês são uma equipe na organização disso né? Na verdade não... na verdade somos nós duas e que:: na verdade isso é um desafio... mas ao perceber que nós tínhamos desejos e uma perspectiva de alcançar de realizar algo que é extremamente social... importante socialmente... a gente viu aí... ao iniciar a gente viu que tem empresas que tem essa responsabilidade social e que apoiam a nossa ideia o nosso projeto... então inicial/ nós não imaginávamos que nós teríamos esse alcance que tá tendo... mas na verdade foi feito desde o início com muita reponsabilidade com muito amor e com muito empenho... agora::... nós conseguimos muito... então por isso que eu entendo quando a A diz vamos focar nesse porque claro consequentemente esse sendo bem feito e a gente conseguindo mostrar pra os profissionais... consequentemente outros vão surgir e... provavelmente um trabalho como esse que você acabou de dizer... né? da gente incitar as instituições públicas a rever o seu papel na área da educação e da saúde

L1 uhn... certo... olha você que é secretário de saúde do município... que é secretário de educação... tá? olha... tá escutando? entra em contato aqui com com com as meninas tá? pra poder mandar alguém pra se capacitar e ser um disseminador também aí no seu município... a inclusão... todo mundo falando inclusão é maravilhosa... agora tá na lei? tá o difícil é você ter capacidade agora né? capacitar os seus os seus colaboradores aí pra que realmente essa inclusão saia do papel e passe a ser uma realidade... então convoque aí tanto a A como a P né? entra em contato... dá um telefone aí pra poder essa pessoa ligar pra vocês e participar também

L3 esse projeto é aberto a todos profissionais da área da saúde e educação como nós já falamos... famílias que precisam entender pra poder ser parceiro nas escolas... ser parceiro com os profissionais que tratam seus filhos... o nosso contato é pelo site projetoinclusãomczsemacento.com.br ou pelo telefone nove três trinta e sete zero um dez

L1 nove três trinta e sete

L3 zero um...

L1 zero um...

L3 dez...

L1 dez... tá bom então... obrigado pela participação de vocês...tá aí lembrando que:: esse projeto o semina/ o simpósio projeto inclusã/ não... DC tá? projeto inclusão DC vai acontecer de sete a nove de agosto... aGOra tá? no auditório do SAI... rua Pedro Américo número dezoito no Poço tá?... então inscrições... no site projetoinclusãomcz.com.br... entra lá daí você vai ter todas as informações com relação aí esse SIMpósio projeto inclusão DC

L1 bom dia pra você A

L2 bom dia

L1 bom dia pra você P

L3 bom dia... obrigada por essa oportunidade... por essa conversa

L1 conversei então com AS... nutricionista e organizadora do simpósio e PE também é psicóloga e organizadora do evento o simpósio... projeto inclusão DC

ANEXO D – Evento discursivo 3

L1 gente olha eu tô em linha com o DF que é diretor de fiscalização e postura da Superintendência X... que está realizando desde as primeiras horas dessa manhã... uma operação que visa desocupar o Centro da cidade da presença dos ambulantes... D inicialmente muito obrigado pela sua participação aqui com a gente... a gente sabe que você né? está... né? cumprindo também essa tarefa... participando... então você gentilmente nos atende aqui AO vivo... que balanço você já pode fazer pelo menos das primeiras horas dessa operação no Centro de nossa capital D? bom dia

L2 bom dia O... éh... nesse primeiro momento podemos dizer que estão que tá tendo uma boa aceitação pela comunidade pela população que tá circulando livremente pelas ruas que a gente tá mantendo essa revitalização né? e:: o camelô o ambulante em si... acredito está se conscientizando... até o presente não tivemos nenhum tipo de de de tumulto que pudesse contestar o que tá sendo feito... acredito que

eles tá aos poucos tá se conscientizando porque esse trabalho... a gente não tá fazendo de surpresa... a gente já vem avisando desde antes da copa do mundo que aconteceu aqui no Brasil... então a gente vem conscientizando eles... ontem a gente divulgou na mídia... a gente divulgou através/ entre eles uma panfletagem informando da necessidade da desocupação dessas ruas... então até o presente posso dizer que as/ que a coisa está evoluindo tranquilamente

L1 agora D ahn ah... de que forma essa operação né? fiscais... a polícia militar participando... as entradas do Centro elas estão fechadas para os ambulantes... como é que é a logística dessa operação D?

L2 okay... oh O a gente tá aqui... éh... mapeamos aqui... duas ruas três ruas da cidade... do Centro... essa parte revitalizada... a Rua do Comércio uma boa parte dela... a Rua do Livramento... a Rua éh Moreira Lima e suas adjacências... então esse quadrante aqui a gente... éh catorze pontos distintos montamos um/ uma barreira informativa éh... com fiscal da Superintendência X com o apoio da guarda municipal com o apoio da polícia militar éh para que impeça que o o ambulante entre com mercadoria para comercializar... a circulação de pessoas inclusive deles é livre... a gente não tá impedindo a circulação de pessoas... a gente tá impedindo o acesso de mercadoria por qualquer pessoa por qualquer ambulante para exercer atividade comercial... isso a gente não tá permitindo... então nossa logística tá sendo montada dessa maneira...

L1 vocês ahn ficam o dia inteiro hoje?... essa operação ela só acontece no dia de hoje? Ou ela vai ser permanente? como é que vocês vão operacionalizar isso D?

L2 bom... a nossa orientação é que ela vai se estender... hoje é o nosso primeiro dia... mas ela vai se estender no tempo que for necessário pra que essa parte... éh seja entregue à população para circular livremente na na/ e ter acesso ao comércio local e... se estender pelo tempo que for necessário... nós não temos um prazo definido né? vai ser essa semana?... vai ser hoje e amanhã?... não... a gente vai manter essa estrutura pelo tempo que for necessário...

L1 até porque né? por exemplo a operação ela tem um êxito hoje... tem um êxito amanhã... nos primeiros dias... de repente se há um afrouxamento a tendência natural é de um retorno né D?

L2 com certeza... e a gente não quer isso né? a população com certeza vai entender que o que estão fazendo é pra proporcionar a eles a esta população uma melhor circulação dentro do comércio de Maceió...

L1 me permita só um um/ uma outra colocação D éh... uma das reclamações uma das vias mais reclamadas pela população era ali a Rua das Árvores... a Rua Augusta... ela também tá sendo hoje alvo dessa dessa fiscalização D ou não? ou é só o calçadão do comércio?

L2 não O... neste primeiro momento... a gente não vai chegar à Rua Augusta... essas são fases que a gente pretende avançar... esta é a primeira fase desta operação... então posteriormente... no momento que sentir que aqui está consolidado que está entregue à comunidade e não teremos nenhum retorno de ambulantes neste local... a gente vai avançar paulatinamente... rua a rua... até deixar o Centro totalmente entregue à livre circulação das pessoas... mas no momento é só esse trecho que eu lhe falei

[]

L1

e o... ahn

L1 eles estão sendo relocados pra algum lugar ou não? isso aí não seria competência da Superintendência X?

L2 não... a gente num tem/ não seria competência nossa... e sim da secretaria municipal A mas... muitos deles a gente tem conhecimento que tem suas suas/ seus boxes de de atividades que exercem dentro do Shopping Popular e a mesma aqui no no/ ao lado onde tem um estacionamento que... no passado já foi adquirido já foi a/ desti/ destinado a esse fim... que fica ao lado aqui da Praça dos Palmares também no Centro...

L1 pois é... D eu queria agradecer a sua participação né? torcer pra que seja... é bom dizer... eu fiz essa colocação até ontem... eu trabalho também na rádio Crepúsculo né? quando a gente também divulgou o exemplo daqui... e e a gente fazia uma colocação... obviamente né? não é uma perseguição deliberada a um ambulante... é uma questão legal não é? até de preservação primeiro né? do bem-estar das pessoas que circulam no Centro da cidade... e uma questão de justiça com relação aos comerciantes do Centro da cidade né? que pagam seus impostos... que contratam de forma lícita seus

funcionários e que muitas vezes são prejudicados... a gente sabe que o ambulante ele tá ali pra sobreviver... né? ele tá querendo trabalhar... tá querendo ganhar o pão de cada dia... mas... justiça seja feita... eu posso até ser incompreendido né? com o que eu vou colocar... a prefeitura ela tá dando possibilidades... ela não tá impedindo ninguém de trabalhar... só tá regulamentando uma situação que há muito tempo... é uma situação que tá fora de controle... existem espaços para que o ambulante possa trabalhar... só não pode ser no Centro né? pra que fique claro que não é uma ação de perseguição aos ambulantes... pelo menos eu enquanto comunicador D... não consigo vislumbrar isso... eu vejo como uma ação de regulamentar o trans/ o o o/ o trânsito de pessoas no Centro da cidade... e que as coisas possam fluir de forma diferente e não como uma perseguição da prefeitura aos ambulantes... que tudo ocorra bem é o que a gente espera né D?

L2 com certeza O... e de fato o que você falou eu confirmo... não existe perseguição... a gente não está aqui pra apreender pra tomar atitude contra nenhuma pessoa nenhum ambulante especificamente... a gente tá aqui pra reordenar essa estrutura do Centro de Maceió... é um reordenamento... cabendo a eles voltar ao Shopping Popular... pra o estacionamento que já existe... é ocupar outras áreas que não seja e/ nesse momento essa aqui... até que se defina a situação... que volte as suas atividades normais porque muitos deles inclusive tá vindo de outros estados pra cá... do interior da capi/ do estado... pra exercer essas atividades... mas sabe que estão vindo pra um terreno que não é permitido... okay O?

L1 D ô D... só a título de curiosidade... a/ aquela região ali que fica ao lado da igreja não é? próximo ao antigo Bar do Chope onde existe as comerciantes... as chamadas boleiras de Riacho Doce... é elas vão permanecer no local não é? é aquele é um local que vai ser fiscalizado? enfim... especificamente sobre aquela região D?...

L2 olhe... as boleiras a gente tem aqui uma padronização... e tem autorização pra exercer essa atividade aqui... elas não serão removidas... agora outra atividade de comerciante neste local a gente não vai permitir... elas ((incompreensível)) uma área tradicional e já está aqui de uma certa forma é uma área que foi destinada a elas como foi destinado a a/ aos outros ambulantes... o estacionamento como lhe mencionei... então espaços/ alguns espaços já foram definidos... e esses que não foram esses que não pode... é o que a gente tá querendo é retornar pra dar a livre circulação das pessoas

L1 D... agora sim... brigado aí pela sua participação e pelas informações tá bom irmão?

[]

L2 nada amigo

L2 estou à sua disposição... valeu... até mais